

EDIFÍCIO E ESPAÇO DE TRANSIÇÃO

ESTRATÉGIAS DE PROJETO QUE GERAM URBANIDADE

NA CIDADE DE LISBOA

Doutoramento em Arquitetura
Especialidade Teoria e Prática do Projeto

Cátia Santana Alves da Costa

Orientador: Doutora Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos

Júri

Presidente e vogal: Doutor Carlos Francisco Lucas Dias Coelho,
Professor Catedrático,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

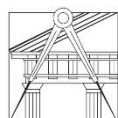
Vogais: Doutor Xavier Monteys,
Professor Catedrático,
Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona
da Universitat Politècnica de Catalunya;

Doutor Manuel Carlos Sanches da Graça Dias,
Professor Associado,
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto;

Doutora Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos,
Professora Associada,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutor Pedro Belo Ravara,
Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutor João Francisco Freitas Figueira da Silva,
Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor.
Documento definitivo. Novembro 2016

Esta investigação foi financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia
Bolsa de Doutoramento Ref- SFRH /BD/ 62052 /2009



Resumo

Os espaços de transição gerados por edifícios ou conjuntos edificados são potenciais lugares de urbanidade e de vitalidade na relação entre a arquitetura e o tecido urbano. Estes espaços situam-se na periferia dos edifícios, formando galerias ou arcadas ou, quando no seu interior, pátios, corredores, passagens. A transição entre o espaço público e o espaço privado gera uma porosidade ambígua na sua natureza. No entanto, são espaços que poderão ser de permanência ou de passagem, estabelecendo uma fluidez e continuidade entre arquitetura e urbanismo. Esta relação acentua-se quando a concretização destes espaços propõe uma ‘cortesia espacial’ na conjugação entre permeabilidade, materialidade e dimensão, evidenciando a sua urbanidade.

Os projetos de arquitetura que propõem espaços de transição ambicionam, de algum modo, interferir na estrutura de relações da forma urbana. Refletem um posicionamento crítico sobre a cidade e sobre o espaço público, que se traduz em estratégias de projeto com potencial para gerar urbanidade e vitalidade. Esta última traduz-se na existência de movimento de pessoas, na permanência de indivíduos ou de grupos no espaço, na presença de atividades comerciais ou de serviços.

A partir de um conjunto de edifícios situados na cidade de Lisboa (casos de estudo) procurámos identificar e descrever as características espaciais que geram urbanidade e o modo como o tecido urbano influencia o seu aparecimento. Pretendemos ainda, a partir da observação do modo como são usados, investigar a vitalidade destes espaços de transição e a sua relação com o espaço público.

Estas estratégias de projeto procuram contrariar a ideia do edifício enquanto objeto, ou mera ocupação de espaço. A sua utilização não constituirá, por si só, uma garantia da qualidade, quer do projeto arquitetónico, quer da sua integração no espaço urbano, porém, as situações de maior vitalidade e urbanidade na periferia de edifícios em Lisboa coincidem frequentemente com as propostas arquitetónicas que contêm espaços de transição.

Palavras-chave: Projeto arquitetónico, projeto urbano, espaço de transição, permeabilidade urbana, Lisboa

Abstract

Transition spaces in buildings and in larger built structures are potential places of urbanity – they account for the dynamic relation between architecture and the urban tissue. In its typology, transition spaces normally occur at the boundaries or limits of a built structure – such as urban porches and arched loggia – or inside that same structure – such as courtyards and passageways. The transition between the fully public space and the private domain is set to generate an interstitial and ambiguous nature of use. Transition spaces are at one time places of permanence and transiency inserted in the city's pedestrian flows – there is a salient continuity and fluidity between architecture and urbanism. Such relation is heightened when these spaces present particular conjunctions of permeability, material characteristics, and scale. Said conjunctions seem to deliver or accentuate a latent urbanity.

Architecture proposals that set out to materialise transition spaces can be looked at as intentional acts of design aiming to re-shape the city's dynamics through urban form in some way or scale. Design proposals are underpinned by critical and reflexive stances on public space and the city more broadly. The study reads these stances by reading design strategies that create urbanity and *vitality* – to bring about movement of people, individual permanence, collective gathering, and concentration of activities such as commerce and services.

The analysis of selected case-study buildings in Lisbon aimed to identify and describe the spatial properties that influence the urbanity of the transition spaces there contained, and also account how the contextual urban tissues influenced the configuration and location of the latter. The second aim was to observe how modes of use and inhabitation in the selected transition spaces relate with the surrounding public space and its bearings on urban *vitality*.

The design strategies observed are then strategies which circumvent and counter the idea of edifice as object, an isolated occupation of territory. And yet, these design strategies alone do not further guarantee the building's architectonic quality or its integration in the urban tissue. However, the case studies' findings show that the situations where *vitality* is present in the buildings' perimeters coincide with the existence of transition spaces.

Key-words: Architectonic design; Urban project; Transition space; Urban permeability; Lisbon.

Agradecimentos

À minha orientadora professora Madalena Cunha Matos, pela disponibilidade e confiança que depositou no meu trabalho ao longo de tantos anos desde o Curso de Mestrado em Arquitetura. Agradeço também o rigor, correções e perguntas que me motivaram a percorrer o caminho desta investigação.

Ao professor João Redondo, do Conselho de Administração da Universidade Lusíada pelas condições que me proporcionou antes e depois de esta investigação ter começado.

Aos bibliotecários e arquivistas pela disponibilidade e atenção, em especial na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Biblioteca da Ordem dos Arquitectos, Arquivo Intermédio e do Arco Cego da Câmara Municipal de Lisboa.

Ao Pe. Vítor e Pe. António Janela, que me abriram as portas da Igreja do Sagrado Coração de Jesus e do seu arquivo e convidaram a participar nos eventos de divulgação do espaço. À Concha Graça, pela companhia e boa disposição durante toda a pesquisa na biblioteca e arquivo da ISCJ.

Aos meus professores no Curso de Doutoramento, pela orientação, comentários e críticas a esta investigação, uma especial menção à professorara Marieta Dá Mesquita que presidiu ao júri da minha prova de Aferição. Aos professores Carlos Lameiro e Jorge Bastos, que sempre me apoiaram e incentivaram ao longo deste percurso.

Aos meus colegas do Curso de Doutoramento, pelos conselhos e participação nas inúmeras conversas sobre os 'nossos temas', com uma especial menção aos meus companheiros de *route* Miguel Seabra e João Duarte pela motivação, leituras e apoio ao longo destes anos.

À Vera Baeta, que desde o início desta investigação me ajudou com o seu olhar crítico, perguntas e traduções. À Francesca, Digna Canal, Ana Sanches, Cátia Ferreira, Susana Castelo, Nuno Nunes-Ferreira pelo apoio. À Sanda Mesquita pela sua preciosa ajuda na recta final desta tese. À Cláudia Oliveira pela sua generosidade e disponibilidade nos momentos críticos. Aos meus amigos e família que na retaguarda também foram o meu suporte, em particular à prima Ivone. Aos meus queridos pais Julieta e Rui, em especial à minha mãe, pelos bons momentos que passamos juntas em observações. Ao Rui, que esteve sempre ao meu lado neste longo e exigente percurso. Ao Henrique. A todos muito obrigada.

ÍNDICE

Resumo	iii
Abstract	v
Agradecimentos	vii
 INTRODUÇÃO	 1
1 Objetivos e definições	1
2 Justificação	2
3 Argumentos	3
4 Hipótese	6
5 Edifícios como casos de estudo	6
7 Metodologia	10
8 Estrutura da tese	11
 I. ENQUADRAMENTO TÉORICO	 13
I.1 Edifício	13
I.2 Espaços de transição	19
I.3 Estratégias de projeto para espaços de transição	22
I.4 Urbanidade e vitalidade	27
I.5 Vivências no espaço público	28
I.6 Variáveis de análise	31
I.6.1 Dimensão e inserção urbana	31
I.6.2 Permeabilidade	31
I.6.3 Materialidade	32
I.6.4 Movimento pedonal, permanência, vivências	32
I.7 Considerações a partir de casos concretos	35
I.7.1 Permeabilidade estruturante	35
I.7.2 Permeabilidade local	41
I.7.3 Permeabilidade periférica	43
I.8 Doze casos de estudo na cidade de Lisboa	45
1 - Conjunto Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1962-1970/76)	47
2- Edifício Franjinhas (1964-1969)	53
3- Edifício Centro Cultural de Belém – CCB- (1989-1992)	57
4- Quarteirões no Chiado: Pátio A e Pátio B (1989 -2015)	59
5- Conjunto Pátio Bagatela (1991-1996)	61

6- Conjunto Saldanha Residence (1993-1999)	63
7- Quarteirão Império (1994-1998)	65
8- Edifício sede da Ordem dos Engenheiros- OE (1995-1999).	67
9- Edifício Pavilhão de Portugal – (1995-98).	69
10- Quarteirão Oriente (1996-2003/2004).	71
11- Quarteirão Picoas Plaza (1997-2002).	71
12- Quarteirões Alcântara-Rio III 2001-2004/2007	73

II. EDIFÍCIO E ESPAÇO DE TRANSIÇÃO: O CONJUNTO DA IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS 81

II.1 Estudo urbanístico - 1958 81

II.2 Lote com duas frentes: largura *versus* profundidade 85

II.3 Concurso de ante-projectos. 87

II.3.1 Programa 1961. 87

II.3.2 Regulamento, perguntas e respostas no âmbito do concurso 89

II.3.3 Critérios de avaliação: a inserção urbana 89

II.3.4 Propostas 91

II.4 Propostas hierarquizadas. 93

II.5 Propostas não hierarquizadas 103

II.6 Inserção urbana: comparação entre estratégias de projeto 111

II.6.1 Implantação e interior do quarteirão: continuidade e interrupção 111

II.6.2 Marcar o lugar: elementos de referência no espaço urbano 113

II.6.3 Acessibilidade. 113

II.6.3.1 Entrar pela Rua Camilo Castelo Branco: o adro como zona de transição 113

II.6.3.2 Pátio: um lugar intermédio. 117

II.6.3.3 Chegar pela Rua de Santa Marta: início de um percurso público. 119

II.6.4 Permeabilidade. 119

II.7 Espaço de transição na evolução do projeto 121

II.7.1 Anteprojecto de 1962 121

II.7.2 Revisão de projeto: críticas e propostas 123

II.7.3 Anteprojecto II 1963 127

II.7.4 Projecto geral e licenciamento 1964-1966 127

II.7.5 O acesso desde a Rua Camilo Castelo Branco 127

II.7.6 O pátio 131

II.7.7 A relação com o edifício da Rua de Santa Marta 131

II.7.8 O percurso público 131

II.7.9 Caso crítico. 133

III - URBANIDADE	135
III. 1 Dimensão e inserção urbana	135
III.1.1 Área do lote e do espaço de transição	139
III.1.2 Um lote, duas frentes urbanas	143
III.1.3 Alternância e ritmo do quarteirão	145
III.1.4 Parcela de terreno e limites do espaço público	149
III.2 Dimensão e Urbanidade	150
III.3 Permeabilidade	153
III.3.1 Formas de acessibilidade e continuidade espacial	153
III.3.2 Rampas e escadas	155
III.3.3 Passagens: verticalidade versus horizontalidade	157
III.3.4 Percurso de atravessamento e visibilidade	163
III.3.5 Um edifício, várias formas de permeabilidade	167
III.3.6 Na periferia do edifício	167
III.4 Permeabilidade e Urbanidade	170
III.5 Materialidade.	173
III.6 Continuidade	173
III.6.1 Peça urbana: quarteirão edifício	173
III.6.2 Colagens: rua, praça e pré-existências.	179
III.6.3 Regularidade: repetição habitação, escritórios e comércio.	181
III.7 Interrupção	185
III.7.1 Sequência espacial	185
III.8 Descontinuidade.	187
III.8.1 Irregularidade	189
III.8.2 Ritmo	191
III.9 Estereotomia.	193
III.10 Materialidade e Urbanidade.	199
IV. VITALIDADE	201
IV.1 Vitalidade e perímetro de observação	201
IV.2 Movimento pedonal	205
IV.2.1 Espaço de transição e envolvente.	205
IV.2.2 Contraste entre espaço de transição e espaço público.	209
IV.2.3 Escasso movimento no espaço de transição	217
IV.2.4 O espaço central	219
IV.2.5 Na periferia do edifício.	223

IV.2.6 Integração	225
IV.2.7 Movimento pedonal: o edifício Pavilhão de Portugal	227
IV.2.8 Lugares de movimento na periferia dos edifícios	229
IV. 3 Vivência e permanência	231
IV.3.1 Espaço variado, diversidade de vivências.	235
IV.3.2 A relevância das esplanadas.	239
IV.3.3 Lugares temporários	241
IV.3.4 Escassa ocupação, lugar de intimidade	245
IV.3.5 Os bancos: lugares públicos nos espaços de transição	247
IV.3.6 Lugares de permanência	249
IV. 4 Vitalidade do espaço de transição.	251
V. CONCLUSÕES	255
BIBLIOGRAFIA	261
 ANEXO I	
Permeabilidade estruturante, local e periférica: mapas.	289
 ANEXO II	
Permeabilidade estruturante, local e periférica: fichas de edifícios	377
 ANEXO III	
Vitalidade: tabelas e desenhos	463
 ANEXO IV	
Igreja do Sagrado Coração de Jesus - Fases de projecto	497

ÍNDICE DE FIGURAS

fig.0.1 Interior de quarteirão do conjunto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus	4
fig.0.2 Interior de quarteirão The Economist	4
fig.0.3 localização dos casos de estudo na cidade de Lisboa.	8
fig.1.1 Cidade moderna versus cidade tradicional (Rowe, Kowetter, 1978)	14
fig.1.2 Palácio dos Condes de Almada ou da Independência, Lisboa, Estudio Horácio Novais, 1930-1980 (fonte CFT164.163048.ic)	20
fig.1.3 Estação dos Correios do Terreiro do Paço, Portugal. Estudio Horácio Novais, 1930-1980 (fonte: CFT164.161548.ic).	20
fig.1.3a Paços do Concelho, Guimarães, Portugal. 1909 (fonte: postal antigo)	20
fig.1.4 Conjunto de quatro plantas que mostra o aumento e localização dos 'Private owned public spaces' desde a década de 1970 até ao ano 2000 (Busquets, Correa, 2006)	24
fig.1.5 Tipos de acessos a pátios no interior de quarteirões de Barcelona; corredor, porta, fissura e abertura (Busquets et al, 2009)	24
fig.1.6 Projecto para a Avenida João XXI (1946-50).	36
fig.1.7 Alçado e corte transversal, edifício na Avenida de Madrid (1946) Arquitecto Joaquim Ferreira. Volume de Obra: 7123	36
fig.1.8 Corte transversal, edifício na Avenida Elias Garcia (1956-58) Arquitecto Licínio Cruz. Volume de Obra: 31406.	36
fig.1.9 Alçado de conjunto, Avenida Infante Santo (1954). Acesso pedonal desde a avenida integrado nas plataforma de sustentação dos edifícios. Atravessamento pedonal através do conjunto de edifícios. Volume de Obra: 2641	38
fig.1.10 Alçado, edifício pertencente a um conjunto localizado na Quinta das Lavadeiras (1965-70). Passagem viária sob o edifício. Articulação pedonal com a cota inferior através do embasamento. Volume de Obra: 59398.	38
fig.1.11 Alçado, corte e planta, conjunto Pantera Cor de Rosa. Passagem viária e pedonal através do conjunto. (Byrne, 1980)	38
fig.1.12 Corte transversal e Alçado de conjunto residencial na Avenida Duque D'Ávila (1961).40	
fig.1.13 Perspectiva, antigo hotel residencial (1955).	40
fig.1.14 Alçados, antigo hotel residencial (1955).	42
fig.1.15 Alçado, conjunto residencial e comercial no Restelo (1954) Volume de Obra: 25741 .	42
fig.1.16 ISCJ Corte Longitudinal CD (AML - Volume de Obra: 52469 FOLHA 12)	46
fig.1.17 ISCJ Corte Longitudinal CD (AML - Volume de Obra: 52469 FOLHA 13)	46
fig.1.18 ISCJ Localização e implantação da ISCJ, Igreja de Santo Contestável, Igreja de São João de Deus, Igreja de São de Brito e na Baixa Igreja de São Nicolau (fonte: google earth). 48	
fig.1.19 ISCJ Planta do Piso 4.	50
fig.1.20 FRANJINHAS Alçado Principal	52

fig.1.21 FRANJINHAS Corte transversal.	52
fig.1.22 FRANJINHAS Escada que ligava directa a galeria do piso 1 ao piso superior (foi demolida mais tarde) (fonte: Tostões 2004).	54
fig.1.23 Centro de Compras de São Sebastião (não construído) (fonte: Pereira et al., 1971) .	54
fig.1.24 FRANJINHAS Planta do Piso 3	54
fig.1.25 FRANJINHAS Planta do Piso 2	54
fig.1.26 CCB Corte transversal (fonte: Gregotti, Salgado, 1992)	56
fig.1.27 CCB Planta do 1º piso (cota 9.5) fonte: Gregotti, Salgado, 1992)	56
fig.1.28 PÁTIO A e PÁTIO B Plantas, cortes e alçados (fonte: anexo do plano de pormenor, CML)	58
fig.1.29 PATIO BAGATELA	60
fig.1.30 PATIO BAGATELA	60
fig.1.31 SALDANHA RESIDENCE	62
fig.1.32 Q. IMPÉRIO Corte transversal parcial (fonte: atelier Gonçalo Byrne)	64
fig.1.33 Q. IMPÉRIO Planta piso de acesso desde a Travessa do Carmo (fonte: atelier Gonçalo Byrne)	64
fig.1.34 SEDE DA OE Projecto da casa pré-existente	66
fig.1.35 SEDE DA OE	66
fig.1.36 PAVILHÃO DE PORTUGAL Plantas e cortes longitudinais (fonte: Futagawa, Yukio, 1998)	68
fig.1.37 Q ORIENTE Axonometria, Alçado nascente, Corte transversal, Planta Piso 2 (fonte: Promontório Arquitectos)	70
fig.1.38 PICOAS PLAZA Alçado Rua Viriato	72
fig.1.39 PICOAS PLAZA Corte através do pátio	72
fig.1.40 PICOAS PLAZA Planta piso -1.	72
fig.1.41 PICOAS PLAZA Plano Pormenor	72
fig.1.42 ALCANTARA - RIO Planta geral e alçado nascente (fonte: Valssassina Arquitectos) .	74
fig.1.43 Inserção urbana dos Casos de estudo e espaço de transição.	78
fig.2.1 Esquissos do Estudo urbano, Fevereiro de 1958, não assinado (fonte: Arquivo ISCJ) .	82
fig.2.2 Foto do Terreno, vista na direção oeste (edifícios a norte viriam a ser demolidos). (fonte: Arquivo ISCJ)	82
fig.2.3 Levantamento, corte transversal do lote (fonte: Arquivo ISCJ)	82
fig.2.4 Bairro das Estacas	84
fig.2.5 Estudo urbano apresentado na CML em Dezembro de 1958, autor Formozinho Sanches (fonte: Arquivo ISCJ)	84
fig.2.6 capa do Boletim “Novas Igrejas”	86

fig.2.7 Imagens de referência publicadas no boletim “Novas Igrejas” Planta da Igreja de Santa Maria in den Benden Dusseldorf (1957-1956), Planta de Igreja da sagrada familia em Oberhausen (1955-58)	86
fig.2.8 Artigo “A Igreja na cidade” Boletim “Novas Igrejas” nº 1 Janeiro-Março 1961	86
fig.2.9 Vista do lote em 1961, SO (fonte: Arquivo ISCJ)	88
fig.2.10 Corte esquemático da passagem sob o edifício da Rua de Santa Marta, documento entregue no âmbito das respostas e dúvidas no concurso de ante-projectos. autores: Juri do concurso, 1962 (fonte: Arquivo ISCJ)	88
fig.2.11, 2.12 Vista do lote em 1961, NE, e desde a Rua Camilo Castelo Branco	88
fig.2.13 1º prémio, A1, alçado, plantas, cortes, maqueta, perspectiva (fonte: Arquivo ISCJ) . .	92
fig.2.14 2º prémio, A2 alçado, plantas, cortes, maqueta, perspectiva (fonte: Arquivo ISCJ). . .	94
fig.2.15 3º prémio, A3 alçado, plantas, cortes, maqueta (fonte: Arquivo ISCJ).	96
fig.2.16 4º prémio, A4 alçado, plantas, cortes, maqueta, perspectivas (fonte: Arquivo ISCJ). .	98
fig.2.17 5º prémio, A5, alçado, plantas, cortes, perspectivas (fonte: Arquivo ISCJ)	100
fig.2.18 B1, alçado, plantas, cortes, maqueta (fonte: Arquivo ISCJ).	102
fig.2.19 B2, alçado, plantas, cortes, maqueta (fonte: Arquivo ISCJ).	104
fig.2.20 B3, alçado, plantas, cortes, maqueta (fonte: Arquivo ISCJ).	106
fig.2.21 C1, alçado, plantas, cortes, maqueta	107
fig.2.22 D1, alçado, plantas, cortes, perspectiva (fonte: Arquivo ISCJ).	108
fig.2.23 D2, alçado, plantas, cortes, perspectiva (fonte: Arquivo ISCJ)	110
fig.2.24 D3, alçado, plantas, cortes, perspectiva (fonte: Arquivo ISCJ).	112
fig.2.25 Acesso desde a Rua Camilo Castelo Branco, esquema a partir da plantas simplificadas, comparação entre todas as propostas	114
fig.2.26 Acesso desde a Rua de Santa Marta, esquema a partir da plantas simplificadas, comparação entre todas as propostas	115
fig.2.27 Localização e configuração do adro, esquema a partir da plantas simplificadas, comparação entre todas as propostas	116
fig.2.28 Localização e configuração de pátio/ espaços exteriores vazios ou residuais. Esquema a partir da plantas simplificadas, comparação entre todas as propostas. Apenas duas propostas têm pátios a A1 e A4	118
fig.2.29 Percurso público de atravessamento do quarteirão. Esquema a partir da plantas simplificadas, comparação entre todas as propostas.	120
fig.2.30 Ante-projeto II 1963, cortes e plantas fonte: arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus (fonte: Arquivo ISCJ).	122
fig.2.31 Projeto geral, planta, corte e alçados, processo 15756-64, CML.	124
fig.2.32 Corte, pátio central, comparação entre as fases de projecto: ante-projeto (concurso), ante-projeto II, projeto geral, telas finais	126

fig.2.33 Evolução do espaço de transição, deste o estudo urbano até ao licenciamento. . . .	128
fig.2.34 Evolução dos espaços desde o estudo urbano até ao licenciamento, comparação entre o adro, pátio, acesso desde a Rua de Santa Marta e desde a Rua Camilo Castelo Branco. . . .	129
fig.2.35 Evolução do percurso de atravessamento do quarteirão, desde o estudo urbano até ao licenciamento (esquema a partir de plantas simplificadas).	130
fig.2.36 Esquema que acompanhava a memória descritiva (fonte: Arquivo ISCJ)	132
fig. 3.1 Área do lote e inserção urbana	136
fig. 3.2 Área do espaço de transição e inserção no quarteirão	138
fig. 3.3 Percentagem da área de espaço de transição versus área do lote	142
fig. 3.4 Comparação entre a área do espaço de transição e a área de espaços públicos na cidade de Lisboa	144
fig. 3.5 Gaveto entre a Rua Brancamp e a Rua Castilho (fonte: Arquivo Municipal).	146
fig. 3.6 Av.António Augusto de Aguiar / Av. Sidónio Pais (fonte: Arquivo Municipal)	146
fig. 3.7 Edifício do Mercado da actual Praça da Figueira	148
fig. 3.8 Praça da Figueira (fonte: Googlemaps)	148
fig.3.9 Cortes de enquadramento urbano através do espaço de transição.	156
fig.3.10 Conjunto ISCJ	158
fig.3.11 Pátio A	158
fig.3.12 Pátio B	158
fig.3.13 Quarteirão Império	158
fig.3.14 Formas de acessibilidade e continuidade espacial: passagens	160
fig.3.15 Pátio Bagatela	164
fig.3.16 Franjinhas	164
fig.3.17 Edifício sede da OE	164
fig.3.18 Saldanha Residence.	164
fig.3.19 Conjunto Alcântara-Rio.	164
fig.3.20 Quarteirão Oriente	166
fig.3.21 Picoas Plaza.	166
fig.3.22 Pavilhão de Portugal.	166
fig.3.23 CCB	166
fig.3.25 Permeabilidade periférica	168
fig.3.26 Pátio A perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps).	174
fig.3.27 Pátio B perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	176
fig.3.28 Quarteirão Oriente perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	178
fig.3.29 Pátio Bagatela perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	180

fig.3.30 Picoas Plaza perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	182
fig.3.31 Alcântara-Rio perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	184
fig.3.32 Quarteirão Império perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	186
fig.3.33 Saldanha Residence perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	188
fig.3.34 Edifício sede da OE perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	190
fig.3.35 CCB perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	192
fig.3.36 Conjunto ISCJ perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	194
fig.3.37 Pavilhão de Portugal perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	196
fig.3.37 Franjinhas perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps)	198
fig 4.1 Linha de contagem de peões na envolvente dos casos de estudo	204
fig.4.2 MOVIMENTO PEDONAL Pátio B.	208
fig.4.3 MOVIMENTO PEDONAL Pátio A.	210
fig.4.4 MOVIMENTO PEDONAL Quarteirão Império.	212
fig.4.5 MOVIMENTO PEDONAL ISCJ.	214
fig.4.6 MOVIMENTO PEDONAL Edifício sede da OE.	216
fig.4.7 MOVIMENTO PEDONAL Saldanha Residence	216
fig.4.8 MOVIMENTO PEDONAL CCB.	218
fig.4.9 MOVIMENTO PEDONAL Q. Oriente	218
fig.4.10 Proibições no Picoas Plaza	220
fig.4.11 MOVIMENTO PEDONAL Picoas Plaza	220
fig.4.12 MOVIMENTO PEDONAL Franjinhas	222
fig.4.13 MOVIMENTO PEDONAL Alcântara-Rio.	224
fig.4.14 MOVIMENTO PEDONAL Pátio Bagatela	224
fig.4.15 MOVIMENTO PEDONAL Pavilhão de Portugal	226
fig.4.17 MOVIMENTO PEDONAL CCB / Galeria Saldanha Residence	228
fig.4.19 Pátio A em 2010, com escassa ocupação de esplanadas; ocupação actual, grande extensão.	230
fig.4.20 Alcântara-Rio em 2010, sem esplanadas ao longo do eixo central; ocupação actual junto à Rua da Cozinha Económica.	230
fig.4.21 PERMANÊNCIA CCB.	234
fig.4.22 PERMANÊNCIA Pátio A.	236
fig.4.23 PERMANÊNCIA Picoas Plaza	238
fig.4.24 PERMANÊNCIA Alcântara-Rio.	240
fig.4.25 PERMANÊNCIA Pátio Bagatela	240

fig.4.26 PERMANÊNCIA Q. Oriente	240
fig.4.27 PERMANÊNCIA ISCJ.	242
fig.4.28 PERMANÊNCIA Pátio B.	242
fig.4.29 PERMANÊNCIA Edifício sede da OE.	244
fig.4.30 PERMANÊNCIA Saldanha residence	244
fig.4.31 PERMANÊNCIA Franjinhas	246
fig.4.32 PERMANÊNCIA Pavilhão de Portugal, os bancos são muito usados ao longo do dia para diversas actividades.	248
fig.4.33 PERMANÊNCIA Pavilhão de Portugal; sinais de permanencia de sem-abrigo, em recan- tos e nichos que o edifício proporciona.	248
fig.4.34 ISCJ, CCB, PICOAS PLAZA, PAVILHÃO DE PORTUGAL	250

INTRODUÇÃO

A motivação inicial para o desenvolvimento do tema desta tese surge do encontro de dois caminhos, de quem deambula na cidade e de quem arquiteta. O primeiro caminho atravessa o espaço, sente o declive, encontra o rio no horizonte, o enquadramento de uma torre, uma sobreposição de texturas, formas recortadas, edifícios, cor, luz. Um caminho à procura de um lugar. O segundo percorre-se a pensar no espaço como objeto de estudo, como este irá ser transformado, como vai modificar a cidade

1 Objetivos e definições

O objetivo desta investigação é ampliar o conhecimento sobre edifícios, ou conjuntos edificados que geram espaços de transição entre a arquitetura e o tecido urbano. Pretende-se investigar o seu potencial como lugares de urbanidade e de vitalidade na relação com o espaço público.

Os espaços de transição observados nesta tese existem na periferia dos edifícios, constituindo-se com galerias ou arcadas, mas também no seu âmago, surgindo aí como pátios, corredores ou passagens. A transição ocorre entre o espaço público e o espaço privado gerando uma porosidade entre ambos, sendo por isso ambígua a sua natureza. Estes espaços, de dimensão e de configuração diversa, poderão ser lugares de permanência ou/e de passagem, e estabelecem uma relação de fluidez e de continuidade entre arquitetura e urbanismo (Almeida, 2013: 64).

Consideramos que a relação entre edifício e espaço público, acentuada no caso de existirem espaços de transição, gera urbanidade quando a sua concretização revela cortesia¹ espacial, isto é, quando se abre e acolhe, por oposição a um espaço fechado, inóspito ou de pouca hospitalidade. Será a conjugação entre permeabilidade, materialidade e dimensão do espaço de transição que evidenciará a sua urbanidade, sendo estes atributos relevantes na caracterização de um espaço público presentes nos espaços de transição.

Os projetos de arquitetura que propõem a existência de espaços de transição ambicionam, de algum modo, interferir na estrutura de relações da forma urbana. Têm um posicionamento crítico sobre a cidade e sobre o espaço público. Essas estratégias de projeto podem gerar urbanidade e contribuir para a existência de vitalidade. Entende-se estratégia de projeto como uma decisão interdisciplinar ou reflexão teórica que se concretiza na forma de um projeto arquitetónico. Sabemos que existe vitalidade urbana quanto estão reunidas as seguintes condições: existência de movimento e de pessoas;

1 A ideia de cortesia associada a urbanidade surge da sua definição no dicionário: qualidade do que é urbano cumprimento das regras de boa educação e de respeito no relacionamento entre cidadãos, afabilidade, civilidade, cortesia ver também Capítulo 1. (Priberam da Porto Editora em linha Maio, 2015):

existência de indivíduos ou de grupos que permaneçam no espaço, presença de atividades comerciais /serviços (Jacobs,2000; Gehl 2006; Netto, Vargas, Saboya, 2012). Assim, a partir de um conjunto de edifícios situados na cidade de Lisboa, entendidos como casos de estudo, pretendemos identificar e descrever as características espaciais que geram urbanidade, bem como o modo como o tecido urbano pode influenciar o seu aparecimento. Pretendemos ainda a partir da observação do modo como são usados, investigar a vitalidade dos espaços de transição e a sua relação com o espaço público.

2 Justificação

Embora possamos dizer que os edifícios que geram espaços de transição são excecionais e pontuais na construção do tecido da cidade – se compararmos com a maioria de edifícios de habitação ² – consideramos contudo que poderão ter um papel relevante na relação com o espaço público e no modo como usufruímos a cidade. Este entendimento deve-se ao facto de as estratégias de projeto subjacentes a esses edifícios permitirem abrir o interior de um quarteirão ou ligar partes do tecido que não estavam previstas, de incluírem pátios, passagens, percursos, rampas e pórticos, como espaços de transição na fronteira entre edifício e tecido urbano. Estas intervenções são o oposto dos lugares inóspitos, situações urbanas com grandes extensões de muros ou longas paredes de edifícios encerradas.

Podemos observar esta situação no conjunto The Economist (1959-1964), em Londres, onde a dupla de arquitetos Alison e Peter Smithson, no âmbito de uma intervenção no centro da cidade, propõe a dissolução da forma tradicional de um quarteirão fechado, ao possibilitar que o espaço livre entre os três edifícios propostos se transforme num espaço público. Ao elevar ligeiramente sobre a rua o centro do quarteirão, constrói-se um lugar de atravessamento (ver fig. 0.2). Esta edificação construiu uma relação com a envolvente a partir de um espaço que, destacando-se da continuidade do tecido, amplia as suas possibilidades enquanto suporte de vida urbana. Um outro caso crítico na relação entre edifício e espaço urbano, na cidade de Lisboa, é o conjunto Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1962-1970) ³, cuja intervenção, num lote integrado num quarteirão com duas frentes, introduz um espaço de atravessamento e de estadia (ver fig.0.1). É um espaço que se descobre à medida que se percorre, surpreendendo pelo modo como se encaixa entre os volumes construídos da igreja e do centro paroquial. Tal como refere Pedro Vieira de Almeida (1971: 164) a propósito desta obra “*que arquitectonicamente se abre para a cidade parece legítimo propor que a cidade se introduza no seu organismo*”. Em comum, estes projetos têm um posicionamento crítico face à cidade e espaço público. Ambos integram permeabilidade e espaço arquitetónico ⁴ na articulação com o

2 Tendo em conta as características intrínsecas dos conjuntos habitacionais, em “fazer cidade” (Busquets; Correa, 2006; Lang, 2005)

3 Projeto liderado por Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira (ver capítulo 2)

4 Segundo Moore e Allen (1976: 17) “o espaço arquitetónico é uma categoria especial do espaço livre, fenomenalmente criada pelo arquitecto quando dá forma e escala a uma parte do espaço livre. As suas duas primeiras

espaço urbano ao qual acrescentam qualidade espacial.

Considerando que os edifícios ou conjuntos que geram espaços de transição sintetizam uma relação entre arquitetura e espaço urbano, pensamos que obras que evidenciam estas características nos permitem compreender e discutir como se gera urbanidade a partir do projeto de um edifício. Entendemos que a reflexão teórica sobre a urbanidade na relação concreta com a arquitetura está menos desenvolvida. Assim, consideramos que uma investigação sistemática sobre as diversas formas que assumem os edifícios que introduzem espaço de transição na relação com o espaço público de uma cidade em concreto será contributo para o aprofundamento desta temática.

Fazemos, no âmbito desta tese, uma distinção entre urbanidade como uma qualidade do espaço urbano e vitalidade como característica associada ao uso intenso desse mesmo espaço por pessoas. Assim, consideramos que urbanidade não é vitalidade, se entendermos este conceito como a presença de pessoas no espaço. Contudo a urbanidade pode incluir a vitalidade (Aguiar, 2012). Estes dois conceitos aparecem muitas vezes interligados, e usados como sinónimos, como sugere Jane Jacobs ([1961] 2000), ao relacionar vitalidade com densidade e presença de pessoas, e Lozzano (1990) que se refere à urbanidade como o potencial para a interacção entre pessoas e instituições numa cidade. Entendemos porém que distinguir os dois conceitos, no âmbito da arquitetura, poderá ter utilidade para pensar estrategicamente no âmbito do projeto.

3 Argumentos

1. O conceito de urbanidade tem vindo a aparecer nas discussões relativas à cidade, desde os anos 80 do século XX, como um atributo positivo, associado à vida urbana ou ao que é próprio do urbano, ao consumo, a uma certa maneira de estar na cidade, nas ruas de comércio e nos centros culturais (Pont, Haupt, 2009). Numa aproximação ao conceito de urbanidade a partir das qualidades do espaço urbano, Douglas Aguiar (2012) refere que esta é *“uma qualidade da forma ou das formas (...) essencialmente material, ainda que repercuta diretamente no comportamento e no bem-estar das pessoas no espaço público”*. Este autor reforça esta ideia argumentando que a urbanidade poderá ser transversal às diferentes escalas de desenho do espaço público, estando presente em diversos aspetos do projeto *“desde o desenho do corrimão da escadaria da praça que em algum momento vai dar guarida à mão do velho, passando pela largura da calçada, chegando até definições sobre o desenho de rua, bairros e bairros inteiros.”* (Aguiar, 2012). Considerando que a urbanidade acontece na relação entre o edifício e o seu meio envolvente, na fronteira entre o individual e o coletivo, entre público e privado, entendemos que os espaços de transição são o lugar privilegiado para compreender, a partir da interseção entre arquitetura e tecido urbano, os elementos necessários à sua existência. Sabemos que a arquitetura tem um papel na definição

dimensões – comprimento e largura – respondem principalmente a imperativos funcionais no sentido estrito, mas a manipulação da sua terceira dimensão, a altura, garante à mente do habitante a oportunidade especial de desenvolver também as outras dimensões”(tradução nossa da língua espanhola)



fig.0.1
Interior de quarteirão
do conjunto da Igreja
do Sagrado Coração de
Jesus
foto: Rui Cavaleiro



fig.0.2
Interior de quarteirão
The Economist

da qualidade do espaço público e na sua interligação, fazendo parte do processo de transformação do tecido da cidade. Por isso, além de perceber urbanidade como uma relação entre as coisas, interessa-nos investigar quais as condições materiais necessárias para a sua concretização a partir do edifício.

2. Para que os espaços de transição possam evidenciar urbanidade na relação com o tecido urbano será necessário que estejam reunidas condições que permitam a integração de permeabilidade, nomeadamente, que o lote onde se insere o edifício tenha, no mínimo, duas frentes urbanas, que a materialidade se expresse através do ritmo, irregularidade e estereotomia dos elementos arquitetónicos e que estas se conjuguem com a dimensão do espaço. Entendemos que permeabilidade é uma das componentes que melhoram a integração dos edifícios com a envolvente sendo uma característica estruturante do espaço urbano (Jacobs, [1961] 2000, Bentley, 1985, Lopez, 2005, Gehl et al 2006). Além das diferentes formas de permeabilidade que articulam a relação entre edifício e espaço público, há outras características arquitetónicas que estrategicamente poderão contribuir para a urbanidade do espaço público. A partir do ritmo dos elementos arquitetónicos e da irregularidade do espaço, podemos compreender a dimensão e a forma do edifício na relação com o espaço urbano. O modo como são usados os materiais de revestimento, principalmente os que estabelecem continuidade no plano horizontal entre o espaço de transição e a envolvente, tem um papel relevante na caracterização do edifício como lugar público.

3. Tendo em conta que o espaço arquitetónico tem impacto nas ações que ocorrem no seu perímetro, como o movimento, acesso a atividades e apropriação de espaço do público (Netto, Vargas, Saboya, 2012), os espaços de transição são também um lugar privilegiado para observar a vitalidade na relação com o espaço urbano. Consideramos, contudo, que a inserção urbana do edifício numa continuidade de edifícios terá um impacto distinto no caso de este ser um edifício isolado (Netto, Vargas, Saboya, 2012).

Solá-Morales (2010) ⁵ refere, a propósito da avaliação ⁶ de projetos de espaço público, o facto de haver uma valorização dos projetos em si mesmos e pouca observação crítica do uso real desse espaço. Sem, no entanto, esquecer o modo como os projetos incorporam ou não questões críticas da cidade contemporânea: a observação do espaço público a partir da intensidade do uso ou da sua capacidade de atrair gente poderá ser adequada para compreender as qualidades espaciais (Solá-Morales, 2010).

Este posicionamento sobre a relação que estabelecemos com as obras e projetos de arquitetura fez-nos entender que poderia ser relevante cruzar o contributo do espaço arquitetónico para a urbanidade com a observação da vitalidade.

5 Prefácio do livro "Favour of Public Space, ten years of european prize for urban public space" (2010)

Catálogo de prémios de projetos de espaço público promovido pelo Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona

6 No âmbito de um júri de prémios

4 Hipótese

Empiricamente, verifica-se que existem espaços de transição capazes de terem uma determinada influência crítica no espaço público. Contudo, a intenção de definir um espaço de transição não garante por si essa influência no espaço público.

Assim, pretendendo clarificar as condições que a poderão determinar, consideramos como hipótese, que a influência dos espaços de transição no espaço público decorrerá da presença simultânea de dois fatores: por um lado, da 'urbanidade' proporcionada por uma conjugação entre a 'dimensão', a permeabilidade e a 'materialidade' do espaço de transição em causa; por outro lado, da 'vitalidade' proporcionada pela inserção urbana do edifício que comporta o espaço de transição em causa.

A verificação desta hipótese será sustentada a partir da análise de um conjunto de casos de estudo na cidade de Lisboa e de um conjunto de variáveis.

5 Edifícios como casos de estudo

Os casos de estudo constituem a base empírica desta investigação e permitem explorar as situações críticas na fronteira entre edifício e espaço público. Este tipo de problemática pressupõe que os casos de estudo não serão instrumentais, isto é, secundários em relação a uma teoria, mas intrínsecos à investigação, ou seja, capazes de dar a conhecer as situações em estudo, enquanto objetos indissociáveis do seu contexto (Yin, 2003). Pretendeu-se que a escolha dos casos de estudo servisse um propósito dentro da investigação, ilustrando situações paradigmáticas, de modo a poder esclarecer a estratégia de projeto de um edifício que propõe espaços de transição.

Foram selecionados doze casos de estudo, a partir da identificação de situações, na cidade de Lisboa, em que a construção do edifício, conjunto ou quarteirão propõe um espaço de transição. A seleção dos casos fez-se após levantamento direto na cidade de Lisboa (ver Anexo I e II) em que observámos numerosos edifícios, conjuntos e quarteirões (num total de cento e dezoito) que introduzem diferentes graus de permeabilidade, de acesso ao interior de quarteirões ou de uso da periferia do edifício, ampliando o espaço da rua. Dentro do edificado existente, observaram-se casos procurando abranger o maior número de localizações na cidade. Foram excluídos os casos em que o programa era exclusivamente de habitação e os centros comerciais – os primeiros, por entendermos que a variedade de usos é relevante no estudo da vitalidade urbana sendo que um edifício exclusivamente residencial não oferece essa possibilidade; os segundos, porque os centros comerciais se constituem como uma tipologia que, embora inclua diversos usos, se segrega em relação ao espaço da cidade pois a sua atividade é tendencialmente vivida no interior do edifício.

Na sequência do levantamento e no âmbito de um processo de síntese, a escolha dos casos de estudo privilegiou as situações em que os edifícios/conjuntos pretendem estabelecer, estrategicamente, uma continuidade com a envolvente, em que a arquitetura propõe lugares de transição na cidade. Esta situação é paradigmática no projeto do conjunto Igreja do Sagrado Coração de Jesus e centro paroquial (1962-1970/78) que

definimos como ponto de partida cronológico para a escolha dos outros casos. Este conjunto é entendido no âmbito desta tese como um caso crítico ⁷. É uma obra de arquitetura singular no contexto da cidade de Lisboa no modo como se relaciona com o espaço público:

“(...)uma referência para as diversas experiências de projecto urbano em Portugal: pela sua dimensão pública, pelo seu papel de charneira urbana pelo significado anti monumental e social do edifício.” (Angelillo, 1998:11)

“Nesta solução, de grande qualidade, é de assinalar o seu conteúdo renovador, propõe um vasto conjunto de serviços de apoio à comunidade funcionando em unísono com o espaço da igreja que, por isso, e sem perder a sacralidade, se abre e humaniza” (Fernandez, 1988: 160)

Este conjunto edificado estabelece uma continuidade com a envolvente, ao propor um percurso de carácter público que permite ligar o desnível entre as duas frentes do quarteirão onde está inserido. Foi pensado pelos seus autores como uma oportunidade para *“contestar uma linha moderna de fazer igrejas mantendo-as edifícios singulares rodeados de vazios rompendo a continuidade do espaço urbano”* (Portas, 1971). A proposta da rua-escadório, um espaço de distribuição e de ligação, interior e público, simultaneamente, é a síntese de uma vontade de amarrar o conjunto à cidade:

“ (...) esperávamos e esperamos – que aquele conjunto possa descrever uma pequena história de mudanças nas formas de apropriação e usos pelos seus habitantes, paroquianos e passantes; que estimulasse o inventar das coisas a fazer nele passando do sacro a profano e de profano a “novos sacros” se homens e instituições o quiserem e puderem” (Portas, 1971)

Embora seja um edifício de carácter religioso, agrega também um centro paroquial que pretendia dar uma resposta social prestando serviços à população. Do programa, também faz parte um auditório, disponibilizado para acontecimentos culturais, realçando assim a dimensão pública do conjunto. O facto de este projeto ter sido escolhido no âmbito de um concurso público em 1962 permite-nos igualmente observar os projetos não construídos pensados para o mesmo lote, o que reforça a sua relevância como caso de estudo principal no âmbito desta tese.

Os restantes onze casos foram todos projetados após o conjunto Igreja do Sagrado Coração de Jesus – ISCJ, entre 1962-2007 e estão localizados em diferentes zonas da cidade de Lisboa, correspondendo essas intervenções a edifícios com diversos usos - habitação, escritórios e comércio, institucional e cultural, sendo que nenhum é exclusivamente residencial, nomeadamente: 2- edifício ‘Franjinhas’ (1964-1969); 3-edifício

7 Caso crítico no sentido em que este projeto e obra teve impacto no debate teórico sobre a arquitetura, também como influencia na praxis.

fig.0.3
localização dos casos
de estudo na cidade de
Lisboa





Espaços de Transição

- 1-ICSJ
- 2-Franjinhas
- 3-CCB
- 4.1-Pátio A
- 4.2-Pátio B
- 5-Pátio Bagatela
- 6-Saldanha Residence
- 7-Q Império
- 8-Sede da OE
- 9-Pav Portugal
- 10-Q Oriente
- 11-Picoas Plaza
- 12-Alcântara-Rio

Centro Cultural de Belém (1989-1992) - CCB; 4- quarteirões no Chiado, Pátio A e B (1989-2015); 5- Conjunto Pátio Bagatela (1991-1996) 6- Conjunto Saldanha Residence (1993-1999); 7- quarteirão Império (1994-1998); 8- edifício sede da OE (Ordem dos Engenheiros) (1995-1999); 9- edifício Pavilhão de Portugal (1995-98); 10-quarteirão Oriente (1996-2004); 11- quarteirão Picoas Plaza (1997-2002); 12- quarteirão Alcântara-Rio III (2001-2007) (ver fig.0.3).

Os casos de estudo abrangem situações distintas, seja pela dimensão do lote, seja pela implantação na malha urbana e pela sua relação com a envolvente. As oportunidades das intervenções decorrem quer pelo facto de serem propostas de renovação dentro do tecido urbano, quer por serem a propostas integradas em planos urbanísticos onde a intervenção é simultânea com a transformação da malha. Dentro dos casos selecionados, encontramos diferentes estratégias de projeto que se relacionam com o tecido urbano, embora possa existir alguma ambiguidade na relação entre espaço público e espaço privado. Os edifícios aqui apresentados poderão ser interpretados a partir de um contexto histórico, estilístico ou tipológico. No entanto, procuramos que possam ser explicados pelo modo como se relacionaram com o espaço público, isto é, pelo modo como a possibilidade de intervir na cidade a partir de um edifício foi a oportunidade de incluir espaço de transição e de pensar no espaço público.

Esta escolha pressupõe que as intervenções de carácter privado estão mais limitadas na amplitude da sua intervenção e que os edifícios de carácter público servem como medida, pois os seus espaços de transição, até pelo carácter do programa, poderão revelar de maneira mais evidente a sua urbanidade e vitalidade. Escolhemos dois projetos de iniciativa pública e dez de iniciativa privada. Poderemos considerar estes casos como exceções no tecido urbano se os compararmos com a maioria dos edifícios de habitação que constroem uma certa regularidade do tecido urbano.

Entende-se que a contextualização dos casos de estudo numa cidade, Lisboa, permite, para além de os observar de forma independente, considerando a sua área envolvente, estabelecer possíveis relações entre eles, assim como compará-los com outros espaços públicos da cidade. Os tempos de crescimento da cidade e, conseqüentemente, as formas urbanas geradas, permitem observar como os edifícios se inscreveram no processo de transformação da cidade. Escolheu-se a cidade de Lisboa pela possibilidade de visitar com maior facilidade os edifícios e pelo acesso a arquivos e material iconográfico.

7 Metodologia

Foi usado um processo indutivo para a análise, descrição e investigação sobre os edifícios entendidos como casos de estudo a partir de um conjunto de variáveis de análise (ver capítulo I) complementada com a observação direta para a recolha de dados e de contagens realizadas nos espaços de transição (ver também capítulo IV), combinando assim duas estratégias de investigação.

Analisaram-se os projetos a partir dos elementos em arquivo e em literatura especializada, nomeadamente: plantas, cortes, alçados e outros esquemas que acompanham os projetos; imagens atuais e históricas; cartografia da zona onde se inserem os casos de estudo, de várias épocas, memórias descritivas e artigos críticos de arquitetura.

Redesenharam-se plantas e cortes, inseridos nas situações urbanas, de modo a contextualizar os projetos de arquitetura com o desenho urbano e de maneira a comparar e a analisar à mesma escala as diferentes situações.

Privilegiou-se a observação direta dos casos de estudo segundo uma abordagem fenomenológica a partir da permanência, percurso e visita guiada aos edifícios. Foram elaborados levantamentos fotográficos e outros registos desenhados.

Pesquisou-se documentação em arquivo, nomeadamente no Arquivo Intermédio e no Arquivo do Arco Cego, ambos da Câmara Municipal de Lisboa e o arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa.

8 Estrutura da tese

A tese é composta pela introdução, desenvolvimento em quatro capítulos e conclusões. Na introdução, são apresentados os objetivos, as definições, a justificação, os argumentos, a hipótese, os casos de estudo e a metodologia. Na primeira parte do capítulo I, construímos o enquadramento teórico através do cruzamento de dois eixos de pensamento: os autores que estudam o espaço arquitetónico e urbano a partir dos edifícios, das suas tipologias e da sua relação com a morfologia urbana, e os autores que, a partir da observação direta da vida no espaço público investigam a relação entre as atividades e o espaço. Na segunda parte do capítulo, faremos considerações a partir de um conjunto de situações concretas de permeabilidade na cidade de Lisboa e procederemos a uma descrição dos doze casos de estudo.

No capítulo II é analisado o processo de desenvolvimento do caso crítico: o conjunto Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Lisboa (1962-1970). São estudadas as condições necessárias ao seu aparecimento e o contexto urbano. É analisada a evolução da configuração do espaço de transição proposto e confrontada a solução concretizada com as diferentes propostas para o mesmo lote no âmbito do Concurso Público de 1962. No capítulo III, a partir da análise dos projetos do conjunto de dozes casos de estudo, investigamos e discutimos quais as condições necessárias para gerar urbanidade a partir das variáveis de análise: dimensão e inserção urbana, permeabilidade e materialidade. No capítulo IV, a partir da observação direta do conjunto de dozes casos de estudo, descrevemos, estudámos e inventariámos quais as condições que geram vitalidade no espaço de transição a partir das variáveis: movimento pedonal, permanência e atividades. No capítulo V são apresentadas as conclusões.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Na primeira parte deste capítulo, construímos o enquadramento teórico através do cruzamento de dois eixos de pensamento: um constituído a partir dos autores que estudam o espaço arquitetónico e urbano partir dos edifícios, das suas tipologias e relação com a morfologia urbana; outro constituído a partir dos autores que, a partir da observação direta da vida no espaço público, investigam a relação entre as atividades e o espaço. Na segunda parte do capítulo, faremos considerações a partir de um conjunto de situações concretas de permeabilidade na cidade de Lisboa e procederemos a uma descrição dos doze casos de estudo.

I.1 Edifício

A passagem do edifício como elemento constituinte do quarteirão para o edifício como objeto em espaço livre terá sido a maior transformação da estrutura morfológica da cidade (Carmona, et al., 2003:67). *“The matrix of the city has become transformed from continuous solid to continuous void”*, declararam Rowe e Koetter (1978: 56) referindo-se aos conceitos do Movimento Moderno. Rowe e Koetter (1978) identificaram os edifícios como objetos, e o contexto urbano envolvente como textura (ver fig.1.1). Esta mudança de paradigma deu ao edifício um novo protagonismo no espaço urbano. Se no tecido urbano da cidade tradicional se destacam os edifícios de carácter público, como elementos primários que estruturam a paisagem urbana (Rossi, [1966] 2001), na cidade moderna, os objetos arquitetónicos emergem de um tecido urbano dissolvido. Teoricamente, o espaço entre os edifícios perde relevância – passa-se de uma situação em que o conjunto de edifícios define a forma da cidade, para a ocupação do espaço da cidade, a partir do objeto arquitetónico, como forma de qualificação espacial.

Numa posição crítica ao novo papel do edifício na cidade moderna, Rossi (2001) propõe uma leitura da cidade a partir da tipologia arquitetónica dos seus edifícios, diferenciando edifícios notáveis ou monumentos, entendidos como elementos primários da forma urbana, de edifícios habitacionais, integrados em quarteirões ou bairros da cidade, os

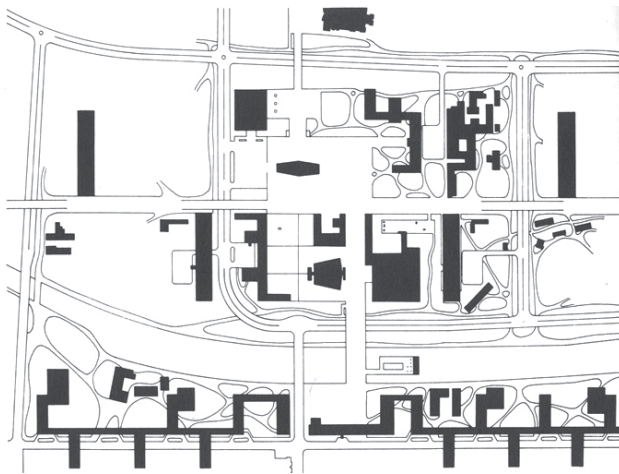


fig.1.1
Cidade moderna ver-
sus cidade tradicional
(Rowe, Kowetter, 1978)

edifícios correntes. Rossi defende que os primeiros se constituem como elementos permanentes e os segundos como elementos em transformação da cidade, numa oposição entre coletivo e individual, ou seja, entre edifícios públicos e edifícios privados. A percepção da existência de elementos primários como factos urbanos concretos permitiu estabelecer uma relação entre a análise da tipologia arquitetónica e a evolução da forma urbana ao longo do tempo. Foi assim possível compreender a cidade e nela encontrar ferramentas para poder propor a sua transformação, partindo do existente para chegar ao projeto. No âmbito de uma abordagem tipológica, este autor propõe a definição de uma envolvente mínima que permita avaliar a natureza do elemento urbano que se pretende analisar. E para isso definindo o conceito de “área-estudo”, relevante para o enquadramento de cada edifício.

Na fronteira entre o edifício e o espaço urbano, os estudos tipológicos forneceram importantes instrumentos para compreender a transformação da forma urbana (Gauthier, 2004; Kroft, 2006). Dentro destes, identificam-se os tipo-morfológicos, que permitem investigar a estrutura da cidade suportando-se na dupla natureza do conceito: a descrição da forma urbana, baseada numa classificação detalhada de tipos de edifícios e de tipos de espaços abertos. Poderá dizer-se que a tipo-morfologia ¹ é o estudo da forma urbana, que deriva do entendimento das estruturas e espaços tipológicos (Moudon, 2007). Edifícios, lotes e ruas são os elementos que definem a forma urbana, e poderão ser lidos em diferentes escalas de aproximação: edifício/lote; rua/quarteirão, cidade ou região. A ideia de tecido urbano expressa-se no conjunto de edifícios, de ruas e de quarteirões, que partilham características semelhantes, ou evoluíram na cidade sob as mesmas condições, estabelecendo-se como um todo (Moudon, 2007).

Três escolas europeias aprofundaram esta temática: a escola italiana, fundada pelos estudos de Saverio Muratori e Gianfranco Caniggia, e continuada, entre outros, por Gian Luigi Maffei e Maretto; a escola inglesa, com origem nos estudos do geógrafo M. R. G. Conzen e, mais tarde, ligada ao ‘Urban Morphology Research Group’, na Universidade de Birmingham; e a escola de Versalhes, em França, que fundou o ‘Laboratoire de recherche: Histoire architecturale et urbaine-Sociétés’ ². Das três escolas, resultam contributos que se complementam entre si. A abordagem italiana defende o processo tipológico, como uma união entre análise e projeto, incidindo numa visão histórica da construção da cidade. Já a escola inglesa aprofundou uma dimensão temporal da evolução estrutural da cidade, que se pode denominar como ‘morphogenetic’ ou ‘morphogenesis’, investigando, principalmente, o modo como o ambiente urbano é construído ao longo do tempo. Conzen identifica os elementos fundamentais - ruas, lotes e edifícios - como peças do mesmo puzzle urbano, salientando a importância do lote como estrutura base - elemento que está subjacente à malha urbana (Moudon, 2007; Gauthier, 2004). A escola francesa reconhece a importância de encontrar um equilíbrio entre a tradição

1 “Typomorphology offers a working definition of space and building types, and serves as a rich launching ground for studying the nature of building design, its relationship to the city, and to the society in which it takes place.” (Moudon, [1994] 2007:254)

2 Conhecido como LADRHAUS

e a inovação, na forma como são projetadas as cidades, dando uma especial atenção aos aspetos relacionados com a monumentalidade. Todas as escolas compreendem a importância das três dimensões fundamentais: tempo forma e escala (Moudon, 2007, Gauthier, 2004).

Martí (2005, 1993) e F.B. Fernandes (1999) reforçam a ideia de que o entendimento tipo-morfológico de uma situação urbana é um instrumento útil para a abordagem de uma intervenção na cidade. Martí (1993) realça a ideia de que o tipo arquitetónico permite estabelecer classificações no domínio da arquitetura de modo a ir mais longe do que a singularidade dos objetos, procurando os rasgos comuns que nos possibilitem identificar classes de edifícios. Este autor (1993) refere também a relevância de serem estudadas as situações menos “canónicas”, na fronteira entre os tipos arquitetónicos e os acontecimentos urbanos. Nesse sentido, e pelo facto de estarem numa zona de fronteira, os espaços de transição gerados por edifícios, estão menos estudados sistematicamente, o que reforça a pertinência do seu estudo no âmbito desta tese.

O edifício é um facto arquitetónico que se distingue quer pelo seu carácter público/privado, quer pela sua situação em relação ao contexto. No contexto das cidades norte americanas, o aparecimento de edifícios híbridos, edifícios que reúnem uma variedade de usos ³, foi uma resposta aos constrangimentos da malha urbana e ao acréscimo do valor do solo nas zonas mais densas das cidades. Aliou-se ao aparecimento do elevador, da estrutura metálica e de betão, que permitiram o desenvolvimento de grandes edifícios em altura (Fenton, 1985). Este tipo de edifícios tem o valor de aglutinar diferentes usos que poderão ser complementares ou muito distintos entre si, distinguindo-se de outros edifícios de grandes dimensões, como centros comerciais que também reúnem usos diversos, por serem fortemente condicionados pela densidade urbana, pelo programa, e por uma forma específica, o que faz com que seja difícil caracterizá-los como tipo. O edifício híbrido poderá ser entendido como um edifício excecional, também consequência da visão de um arquiteto na resposta a um contexto e programa específicos (Fenton, 1985). Nos Estados Unidos os primeiros edifícios deste tipo surgem no final do século XIX, em 1880 ⁴ - desenvolvendo-se até à grande depressão de 1929, a partir da qual a construção diminuiu significativamente. Mais tarde, e na sequência do CIAM e das ideias de zonamento e segregação funcional, acabaram por ser abandonados (Fenton, 1985) até que progressivamente e partir dos final dos anos 60, princípio dos anos 70

3 Poderemos encontrar outros exemplos de edifícios que também juntam diferentes usos, mesmos na arquitetura clássica. No entanto foi nas cidades dos Estados Unidos que os edifícios híbridos foram construídos com o maior número de usos para que fossem rentáveis (Mozas, Javier, 2011). Foi Joseph Fenton o primeiro a fazer um estudo sobre estes edifícios na publicação Pamphlet Architecture nº11, 1985.

4 Alguns exemplos: Jarmlowsky's Bank (Banco e casas para alugar) Nova York, 1873 | Bozeman City Hall & Opera House (City Hall, teatro, prisão, estação de bombeiros, escritórios) Montana, 1887 | Auditorium Building (lojas, teatro e escritórios) Chicago 1887 (Adler and Sullivan) | Christodora House (sala de concertos, biblioteca, teatro, ginásio, piscina, salas de aulas, hotel restaurante) Nova York -1928 (Fenton, 1985)

do século XX, voltaram a tornar-se numa reposta interessante para a cidade (Fenton, 1985; Holl, 2011):

«what is offered by the hybrid building is a successful practitioner's tool for dealing with the intricacies of the twentieth century city» (Fenton, 1985:41)

«Estos nuevos tipos híbridos pueden definir el espacio público. La porosidad urbana es un objetivo clave de los grandes edificios híbridos para conseguir lugares favorables a los peatones» (Holl, 2011:8)

Contudo, em oposição à perspetiva americana (e capitalista) de edifício híbrido, existe a ideia de edifício condensador social, associada ao Movimento Construtivista e à União Soviética (Per, 2011). Estes edifícios procuram condensar as atividades sociais de modo a influenciar o comportamento dos seus habitantes, tornando coletiva a partilha de muitos espaços no seu interior. Surgem assim edifícios residenciais com habitações em duplex e em triplex, integrando ruas interiores e galerias de acesso, onde as atividades privadas foram transportadas para espaços comuns como cozinhas, cantinas, lavandarias ou creches (Per, 2011). Os edifícios condensadores sociais viriam a ter grande influência na Europa, mais do que os edifícios híbridos, por estes não estarem associados a nenhuma ideologia, sendo, antes, condicionados por regulamentos urbanísticos e interesses privados. Enquanto o edifício híbrido se abre à cidade e vive dessa abertura e dessa relação e interação com a envolvente, o edifício condensador social procura influenciar o modo de habitar e a relação entre os espaços sociais e privados dos seus habitantes: “(...) estas dos visones del mundo, representadas en dos modelos antagonicos, el hijo de la ideología frente el hijo del dinero, han seguido reencarnándose, con mayor o menor intensidad hasta nuestros días” (Per, 2011:58). Segundo uma análise comparativa do grupo de investigação a+t⁵ (2011), ambos os edifícios híbridos e os edifícios condensadores sociais, construídos entre 1945 e 1975 poderão distinguir-se através de algumas das características. Poderá dizer-se que os edifícios híbridos têm diversidade de usos, incluído o uso habitacional, e ser fruto de várias iniciativas (vários privados por exemplo). Estão inseridos na malha urbana e têm uma utilização pública. Por sua vez, os edifícios condensadores sociais são edifícios residenciais que incluem serviços associados a essas habitações e exclusivos para esses habitantes. São de iniciativa pública, numa implantação geralmente isolada da malha urbana mais densa. Por oposição à verticalidade dos edifícios híbridos, também foram desenvolvidos projetos de edifícios em extensão horizontal conhecidos como “Mat-Buildings”, ou, numa tradução livre, edifícios ‘tapete’, por se constituírem como grandes construções organizadas a partir de grelhas estruturais que incorporam circulações e percursos construídos sobre a malha urbana existente (Coll, 1997).

Estes grandes edifícios, verticais e horizontais, acabam por participar numa cidade fragmentada, uma colagem de várias partes, como referem Rowe e Koetter (1978) por opo-

5 a+t research group: Aurora Fernández Per, Javier Mozas; Javier Arpa

sição às visões globais de outros períodos da história. Paralelamente, assiste-se também a uma reabilitação do espaço urbano após uma visão funcionalista do pós-guerra (Busquets; Correa, 2006). Nesse contexto de valorização do espaço urbano público, são os projetos icónicos que revelam, por vezes, a face mais visível de reestruturações urbanas, aparecendo como obras chave em intervenções urbanas mais complexas (Busquets, Correa, 2006; Findley, 2005; Lang, 2005; Gospodini, 2004). Nos anos 70 do século XX, o Centro Georges Pompidou, em Paris ⁶, França, ou a Opera House ⁷, em Sidney, Austrália, iniciaram esta tendência, a que se seguiu o Museu Guggenheim em Bilbao⁸, Espanha, nos anos 90 do mesmo século XX, e muitos outros exemplos, onde, a pretexto de um edifício icónico, se celebra um lugar ou ação, à semelhança de um monumento, mas, também, uma transformação da cidade (Busquets, Correa, 2006, Lang, 2005). O efeito catalisador deste tipo de intervenções poderá assumir um papel importante nas operações de renovação urbana (Lang, 2005). Trata-se da ideia de que a arquitetura poderá ser entendida a nível social e político como vetor importante para o chamado “renascimento urbano” ⁹, Gospodini (2004). Este enquadramento das intervenções arquitetónicas como contributo para o processo de transformação de renovação das áreas urbanas foi reforçado na conferência “The European city: Architectural Interventions and Urban Transformations” ¹⁰, onde serviu de mote estruturante a diversas intervenções.

Contudo, F. Barata Fernandes (1999) refere a ilusão criada pela “*obra arquitectónica pontual*” como estratégia de intervenção capaz de estabelecer regra e ordem no espaço urbano. Este autor salienta essa situação como interveniente no processo de autonomização do edifício em relação ao espaço urbano, que pode contribuir para uma progressiva “*anarquia e arbitrariedade*” do espaço público. Assinala também a “*atribuição do papel principal ao edifício em si próprio*” (1999:308), caracterizando certo tipo de intervenções na cidade. Monteys (2008) refere também a ideia de que o edifício muitas vezes apenas ocupa um lugar, em vez de se relacionar com ele. O mesmo autor (2007) reforça essa ideia afirmando que a arquitetura tem vindo, ao longo do tempo, a impor-se como a grande “*salvadora da cidade*”, em contraposição ao urbanismo. Nessa tendência, de desfasamento entre edifício e espaço urbano, Monteys reforça o papel do

6 Centro Nacional de arte e cultura Georges Pompidou, Paris, projecto dos arquitectos Richard Rogers e Renzo Piano (1971- 1977) [<http://www.centrepompidou.fr/archives/chronologies/institution.html>, Junho 2010].

7 Teatro de Ópera, Sidney Projecto inicial de John Utzon (1959-1966) - abertura em 1973.

8 Museu Guggenheim, Bilbao, do arquitecto Frank Gehry (1992-1997). Este projecto integra uma transformação da zona ribeirinha de Bilbao integrada no Abandoibarra Master Plan.

9 O Conselho Europeu reforça essa ideia, através da Leipzig Charter on Sustainable European Cities, de 2007, e do documento 2008/C 319/05 do ano seguinte, ao estabelecer que uma relação entre a qualidade dos edifícios e a caracterização da paisagem urbana é uma premissa de sustentabilidade. Conclusões do Conselho sobre a arquitetura: Contributo da Cultura para o Desenvolvimento Sustentável [<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:319:0013:0014:PT:PDF>, Maio 2009].

10 EAAE - Conferência em 2005, em TU Delft and the Antwerp Higher Institute of Architectural Sciences Henry van de Velde.

urbanismo como configurador do espaço e do tempo, salientado o paradoxo: *“la ciutat no té edat i els edificis sí”*¹¹ (2007: 6).

As cidades, as ruas e as praças duram mais que os edifícios. Estes são o elemento menos resiliente da estrutura urbana (Carmona, et al., 2003). Esta verificação tem ainda mais relevância num contexto onde o espaço urbano é o território onde habita a maioria dos cidadãos europeus - 72% - segundo os dados de 2008 das Nações Unidas. É relevante um encontro entre arquitetura e espaço público como por vezes podemos observar em alguns edifícios cujas estratégias de projeto alteram, de modo crítico, a estrutura de relações presente na forma urbana, construindo espaços que pertencem, simultaneamente, ao âmago do edifício e à cidade. Os edifícios capazes de enfrentar a mudança social são os que se organizam do ponto de vista urbano e também os que têm à sua disposição uma importante estrutura de ruas e praças (Hertzberger, 2005). A ideia de construir entrelaçando o espaço exterior e o espaço interior, cruzando o espaço público e o espaço privado, é um modo de integrar os edifícios na continuidade do tecido da cidade (Hertzberger, 2005). Poderá ser esse o contributo dos espaços de transição.

I.2 Espaços de transição

«A fluidez e a continuidade espacial nas relações entre a arquitetura e o urbanismo radicam exatamente no espaço de transição»

(Almeida, [1963] 2013 : 64)

Ao enquadrar o tema dos espaços de transição, será inevitável começar pelas arcadas, como o primeiro exemplo de espaço onde a fronteira entre público e privado gera alguma ambiguidade. Podemos encontrar arcadas, corredores cobertos por uma sequência de arcos, abertos de um dos lados, ao longo de um edifício, em diferentes partes do mundo, na arquitetura romana, nos bazares do Medio Oriente e nas Mesquitas. São espaços de transição entre interior e exterior.

Luísa Trindade (2012) refere o uso recorrente de “soluções arquitectónicas vazadas” (2012: 216) para os edifícios dos paços do concelho, erigidos um pouco por todo o país a partir da segunda metade do século XIV:

“Da análise conjunta de todos estes casos emerge um primeiro denominador comum: a concepção de um espaço vazado e permeável, a um tempo protegido e aberto ao exterior. (...) A fortuna do modelo justifica-se facilmente por uma associação antiga entre espaços porticados e duas práticas concretas: o exercício da justiça e o desenvolvimento de actividades comerciais. (...) Era em pórticos térreos que os monarcas ou os seus representantes exerciam a justiça. É essa tradição que sustenta a sua presença em palácios portugueses como Sintra, Belas, Tentúgal ou Barcelos. (...) Associada à função judicial, a utilização da Casa da Câmara para actividades comerciais terá sido, porventura, até mais determi-

11 Tradução nossa: “a cidade não tem idade, os edifícios sim” El País, 18-10-2007 (Monteys, 2007)

fig.1.2
 Palácio dos Condes de
 Almada ou da Independência, Lisboa,
 Estúdio Horácio No-
 vais, 1930-1980 (fonte
 CFT164.163048.ic)



fig.1.3
 Estação dos Correios
 do Terreiro do Paço,
 Portugal. Estúdio Horá-
 cio Novais, 1930-1980
 (fonte: CFT164.161548.
 ic)



fig.1.3 A
 Edifício dos Paços do
 Concelho, Guimarães
 (1909), postal antigo



nante. (...) E, mais uma vez, as arcadas surgiram como a resposta adequada, prolongando, de resto, uma associação milenar entre espaços de mercado e pórticos, arcadas e galerias. Os próprios edifícios de patrocínio régio em que a actividade comercial se encontrava de alguma forma presente, contribuíram para consagrar essa mesma associação: recorde-se o Paço da Ribeira, os Jerónimos ou o Hospital Real de Todos-os-Santos.” (2012: 216-218)

De notar que, antes da construção destas estruturas, as reuniões dos homens bons (as reuniões de Câmara), a administração da justiça ou as atividades comerciais se exerciam já em espaços porticados, por exemplo, adros de igrejas, como é o caso, também citado pela mesma autora, da reunião dos homens bons de Lisboa, no adro da Sé, antes de possuírem espaço próprio, em edifício fronteiro ¹². Com o tempo estas estruturas evoluem para tipologias que associam arcadas no piso térreo e espaços fechados no primeiro piso, proporcionando espaços para reuniões mais ou menos alargadas, o exercício da justiça ou o comércio de produtos (Trindade, 2012: 219). É o caso dos paços, ainda existentes, de Guimarães (ver fig.1.3 A), Viana do Castelo, Barcelos, ou de outros, já desaparecidos, como Évora ou Leiria. Nestes dois últimos casos, estes edifícios estavam situados em praças onde se realizavam mercados e que possuíam arcadas: a Praça do Giraldo, prolongando-se pela Rua João de Deus, em Évora e a Praça Rodrigues Lobo, em Leiria. O mesmo tipo de estruturas porticadas associadas à existência de mercados se pode observar em Beja, na Praça da República ou no Rossio anterior ao terramoto, do lado do Hospital de Todos-os-Santos de que o pórtico ainda existente no chamado Palácio da Independência junto à Rua das Portas de Santo Antão poderá constituir uma reminiscência (ver fig.1.2). O mesmo se encontrava na Rua Nova dos Mercadores, anterior ao terramoto, alvo de um recente estudo ¹³ e poderá ter constituído uma das referências de uma ideia de Manuel da Maia para a reconstrução de Lisboa, a de incluir arcadas contínuas ao longo das novas ruas da Baixa, depois abandonada para as deixar apenas na nova Praça do Comércio (França, 1989: 17) (ver fig.1.3).

Na cidade de Bolonha, por exemplo, podemos percorrer grande parte do centro histórico, de origem medieval e renascentista, sob arcadas, que se sucedem de edifício para edifício, muitas vezes substituindo totalmente o espaço da rua como espaço de circulação. No entanto, o conceito de galeria comercial, associado às arcadas, como espaço de mediação entre a rua e o edifício, começou por ser experimentado em Paris no final do século XVIII, na sequência da abertura das arcadas do *Palais Royal* à cidade (Garcia, Masats, 2012). Este espaço, que se organiza em torno de um pátio, permitiu que diversos artesãos ali se instalassem para fazer negócio, principalmente ligado ao comércio dos tecidos. Estas arcadas geraram atração social e cultural, também por serem um espaço mais cómodo e seguro, quando comparado com a rua, oferecendo simultaneamente alguma intimidade (Benjamim, 1986; Garcia, Masats, 2012).

Segundo, Walter Benjamim (1986: 143) a arquitetura de ruas cobertas por estruturas

12 Onde fora a casa de Fernando de Bolhões, Santo António, e hoje se ergue a igreja que lhe é dedicada.

13 Estudo “The global city on the streets of renaissance Lisbon, de Annemarie Jordan e Kate Lowe, 2015

de ferro e vidro e de pavimentos de mármore que atravessam os blocos de edifícios é a expressão de um espírito da época e de um estilo de vida transitório e urbano. A galeria torna-se assim num lugar de urbanidade, usada e explorada na relação com a cidade ¹⁴ desde o século XIX, lugares de comércio e de luxo.

A tipologia das arcadas ainda está presente nas diferentes variações de edifícios sobre pilares, agora já sem arcos, mas com pórticos, que trouxeram novamente os espaços cobertos para o tecido urbano da cidade.

Sobre o espaço de transição, Pedro Vieira de Almeida (2013: 63) refere que este é o espaço que no âmbito da arquitetura tem maior tensão experimental, o que, no seu entender, é a condição necessária para o “*renovamento da arquitetura em crise*” ¹⁵. A continuidade e a fluidez do espaço de transição são assim consideradas como características que unem a arquitetura e o urbanismo. Este autor especula ¹⁶ sobre a necessidade de entender esta categoria de espaço de uma forma crítica. Sobre as características sociais do espaço de transição, este autor refere a partir de Eglo Benincasa a necessidade de preservar, no espaço meridional, uma vivência no exterior que ofereça alguma intimidade ¹⁷. Almeida (2013: 93) menciona ainda a existência de “*propostas de vida ao semi-aberto*” que podem ser encontradas, sem generalizações, em exemplos de arquitetura vernacular ¹⁸, e que se traduzem em espaço de transição e de vida intensa. Este autor realça ainda o interesse em “*seguir a evolução destes espaços na sua adaptação urbana*” (2013: 93), o que, de certo modo, pretendemos fazer nesta tese a partir dos casos de estudo em Lisboa.

Entendemos no âmbito desta tese que o espaço de transição será caracterizado por situações de transição entre o interior e o exterior de um edifício, conjunto ou quarteirão, entre espaços públicos e espaços privados. São situações que prolongam o espaço público para lá da periferia do edifício. Introduzem sempre um certo grau de permeabilidade na forma construída, através de passagens e/ou percursos que permitem unir, através de caminhos, rampas e/ou escadas, zonas que anteriormente estavam desligadas

I.3 Estratégias de projeto para espaços de transição

Podemos observar na malha urbana regular de Barcelona, na zona de *Eixample*, que o processo gradual de recuperação e de substituição de edifícios - desencadeado a partir

14 Exemplos existentes na cidade de Paris, mas também em Milão e Turim

15 Para fazer este raciocínio Pedro Vieira de Almeida cita Giancarlo De Carlo como referencia para esta ideia

16 Faz este raciocínio a partir do autor Fernando Condesso alegando que este autor “deve ter previsto, embora não a tenha explorado, a necessidade de considerar como uma categoria critica o espaço de transição” 2013: 64

17 PV de Almeida faz refere esta ideia citando Eglo Benincasa: “A vida ao livre que o meridional prefere não é ‘la grand vie en plein air’ de que se fala no norte” (2013: 92)

18 A partir de exemplos encontrados na zona da Beira, no âmbito da publicação em 1961 do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, na sequência de um levantamento sistemático da construção popular portuguesa, realizado entre 1955 -1960 no continente, de norte a sul do país.

do final dos anos oitenta do século XX ¹⁹ - proporcionou o aparecimento de situações de atravessamento e de uso do interior do espaço central vazio do quarteirão. Estes acontecimentos urbanos têm diferentes tipologias, identificadas a partir do modo como se acede ao interior dos quarteirões e do nível de permeabilidade que geram (ver fig. 1.5) (Busquets et al., 2009). Alguns quarteirões permitem o acesso ao interior através de um corredor (*passadís*) ou de uma passagem ao nível do piso térreo do edifício, que não altera de forma exterior o quarteirão. Este acesso poderá ou ser, ou não, configurado por uma porta. Quando presente, a porta define arquitetonicamente a entrada, individualizando a sua presença na continuidade das fachadas. A permeabilidade também poderá ser feita através de uma “fissura”, espaço vazio entre edifícios que compõem o quarteirão. Quando este intervalo entre construções adquire uma dimensão, que permite estabelecer uma relação visual mais direta com o espaço no interior do quarteirão, esta situação poderá ser entendida como “abertura” (Busquets et al., 2009). Estes espaços permitem um encontro entre a malha urbana e o interior dos quarteirões, interrompendo a homogeneidade da malha, introduzindo diversidade, riqueza espacial e contraste. A dimensão do acontecimento espacial – corredor, porta, fissura e abertura – aparecem também conjugadas entre si num mesmo quarteirão, criando diferentes níveis de permeabilidade (Busquets et al., 2009). Estes acontecimentos urbanos têm vindo a adquirir maior relevância arquitetónica através de intervenções em quarteirões que geram maior permeabilidade e introduzem uso público, misturando diferentes atividades, como no caso do quarteirão em que um espaço para idosos, uma biblioteca e um parque infantil se conjugam num espaço de socialização ²⁰.

No caso da malha urbana de Manhattan, em Nova Iorque, uma lei de zonamento de 1961 ²¹ permitiu criar um incentivo para o aparecimento dos chamados “Private owned public spaces”, espaços de carácter público criados no âmbito da construção de um edifício privado (Kayden, 2000). Esta lei oferecia a possibilidade de construir mais pisos e outras bonificações a projetos de edifícios que, ao nível do piso térreo, acrescentassem espaços de uso público e de relação com a malha urbana envolvente. Este facto contribuiu para uma transformação da configuração da malha urbana com o aparecimento de cerca de quinhentos espaços públicos de atravessamento e/ou de permanência desde os anos 60 ²² (Kayden, 2000) (ver fig. 1.4). Se, no caso de Barcelona, a dimensão do quarteirão de base quadrada e de cantos chanfrados (113 metros por 113 metros), e, portanto, o facto de ter quatro frentes urbanas e uma generosa dimensão do pátio central pode ter contribuído para o aparecimento destes acontecimentos - conjugado ao processo de substituição de edifícios que acontece ao longo da vida da cidade -, no caso de Nova Iorque, o aparecimento de espaços públicos no âmbito da construção de

19 A primeira recuperação de um pátio interior de quarteirão na *Eixample* foi inaugurada em 1987, o pátio de les Aigues (Busquets et al, 2009)

20 Projeto num quarteirão da zona de Sant Antoni, Barcelona, da equipa de arquitetos RCR

21 1961 Zoning Resolution

22 Entre 1961 e 2000 foram construídos 503 espaços públicos no âmbito da construção de 320 edifícios.

fig.1.4
Conjunto de quatro plantas que mostra o aumento e localização dos 'Private owned public spaces' desde a década de 1970 até ao ano 2000 (Busquets, Correa, 2006: 114)

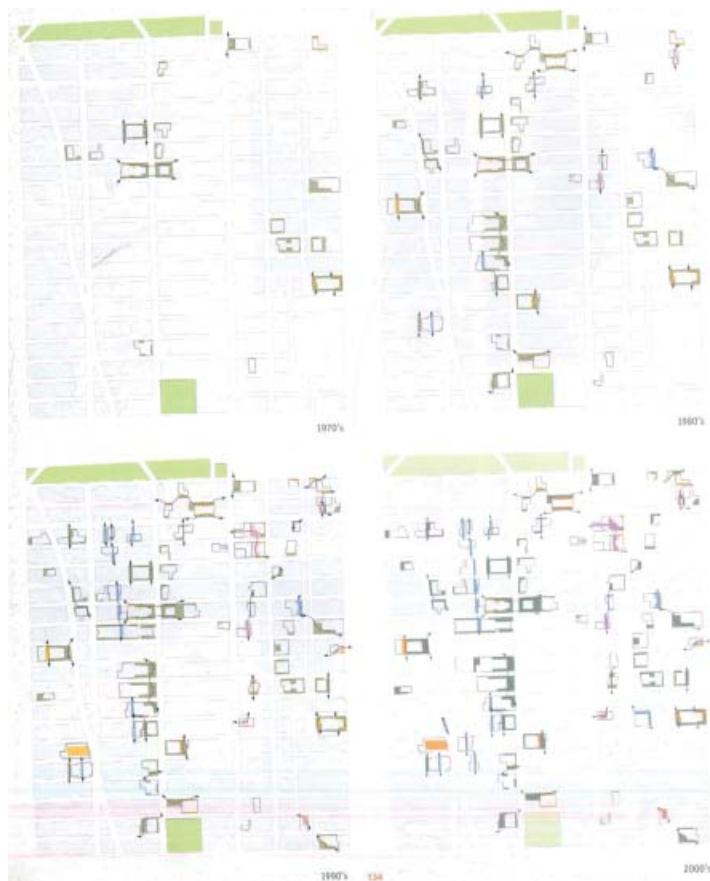


fig.1.5
Tipos de acessos a pátios no interior de quarteirões de Barcelona; corredor (passadís), porta, fissura e abertura (Busquets et al, 2009)



um edifício, parte da ideia de incentivar o promotor a gerar um benefício para a cidade, uma premissa que permite introduzir maior permeabilidade e outras qualidades positivas no uso do espaço público, neste último caso, em quarteirões com duas frentes (240/280 metros por 60 metros). A partir de edifícios e à escala de intervenção do lote, estes acontecimentos espaciais geraram em ambas as cidades exceção e irregularidade em extensas malhas urbanas regulares, introduzindo qualidades positivas no espaço público. No entanto, a regularidade da malha urbana não é, por si só, o contexto que poderá produzir estas situações.

No caso de Lisboa, caracterizada pela justaposição de diferentes malhas urbanas, regulares e irregulares, observamos que nas zonas da Baixa Pombalina ou nas Avenidas Novas, ambas caracterizadas por quarteirões regulares, não há na prática ²³ situações que configurem espaços de transição, ao contrário do que acontece nas malhas regulares de Barcelona e de Nova Iorque. Contudo, as zonas de fronteira e de transição entre zonas regulares e/ou zonas com acidentes topográficos parecem ser mais propícias ao aparecimento de edifícios com espaços de transição entre a arquitetura e o tecido urbano, como acontece na zona do Chiado. Na zona histórica oriental ²⁴ (ver anexo I e II), caracterizada por malha densa, irregular e com diversos desníveis, encontramos um conjunto importante de portas e de passagens que ampliam a complexidade espacial urbana daquela parte da cidade. Encontramos igualmente estes elementos em zonas planeadas como Telheiras, Chelas e Olivais onde a relação entre arquitetura e desenho urbano procura ser mais integrada. Encontramos ainda em Lisboa, situações de aproveitamento do interior do quarteirão no âmbito do desenvolvimento de tipologias habitacionais construídas em redor de um pátio para albergar a população operária ²⁵ (Pereira, 1994). Estas tipologias construíram-se na cidade desde o final do século XIX até aos anos trinta do século XX. O acesso às traseiras dos edifícios pode ser feito ao longo de empena, através de um corredor descoberto, lateral, mas também a eixo do lote, por meio de um corredor central, e também através passagens abertas em arco sob o edifício que constrói a frente urbana (Pereira, 1994:516). Na zona histórica oriental da cidade, como no bairro da Graça e Penha de França, encontramos ainda alguns exemplos dispersos ²⁶, assim como na parte ocidental no bairro de Campo de Ourique ²⁷ (Pereira, 1994, 1995). Espaços de transição, entre a rua e o pátio ou espaço central de quarteirão, são ainda perceptíveis, mas não é claro que se estabeleçam como um espaço públi-

23 Poderíamos considerar como exceção na Baixa pombalina o Arco da Bandeira. Contudo, não registámos nenhum atravessamento de quarteirões nesta zona. Nas Avenidas Novas, apenas nas zonas de fronteira da malha urbana, encontramos situações urbanas com espaços de transição, ver também anexo I e II

24 Ver mapa de Lisboa com designação das áreas da cidade, Anexo I (fonte: Seixas, 2004)

25 Existem diferentes tipologias de vilas operárias, nomeadamente: casa bi-familiar, prédios em correnteza, vilas formando pátio, vilas construídas atrás de prédios, vilas formando ruas, vilas de escala urbana, como refere Nuno Teotónio Pereira (1994)

26 Em 1979, ainda existiam cerca de 350 em Lisboa (Roteiro de Lisboa do anuário Geral de Portugal)

27 E outras zonas da cidade

co, principalmente pela falta de profundidade visual e da dimensão estreita da entrada, própria de situação mais doméstica/privada e menos pública. A existência de cancelas ou de portões, embora normalmente abertos, também define uma fronteira entre público e privado. Há situações em que um acesso ao interior do quarteirão permitiu o aproveitamento do logradouro para a construção de uma bolsa de estacionamento, que poderá ser privada ou pública, ou o acesso a pequenas indústrias ou oficinas. Contudo, nestes casos, entendemos que os espaços de transição têm um carácter privado.

No que se refere a estas situações de transição na cidade, Matos, Ramos e Gonçalves (2008), investigaram situações de permeabilidade urbana, que podem gerar passagens em edifícios de cidades portuguesas. Os autores (2008) referem as passagens debaixo dos edifícios como uma visão comum nas cidades portuguesas, realçando o facto de, ao serem tão comuns, se tornarem invisíveis. A existência de passagens poderá ocorrer a partir da iniciativa pública englobada no desenho urbano, mas também a partir de iniciativa privada. Estas tanto podem estabelecer uma separação entre espaço público e privado, como gerar ambiguidade quanto à natureza do espaço (Matos et al., 2008).

Noutras situações, a oportunidade para introduzir um espaço de transição poderá partir da construção de um tipo de programa com um uso que é intrinsecamente público - museu, centro cultural, instituições – ou de carácter semipúblico - comércio, escritórios - e ainda de edifícios com vários usos, que poderão, ao nível de uma intervenção pontual, ser potenciadores de situações envolvendo este tipo de espaços. Lang (2005) sugere a possibilidade de a complexidade formal de um edifício ser uma qualidade capaz de gerar espaço urbano (2005: 145). Podemos observar essa situação no projeto para o Centro Cultural de Sines (1999-2005) ²⁸, cuja implantação do edifício permite redefinir uma rua que torna inteligível uma relação entre o núcleo histórico e um núcleo mais recente da cidade. Embora exista uma ligação pelo interior, a rua permite articular a biblioteca e o auditório. Com outra estratégia, mas também procurando oferecer um espaço público à cidade, o Centro Cultural Caixa-Fórum (2001-2008), em Madrid ²⁹, implanta-se de modo a ficar suspenso sob um espaço vazio, ampliando o espaço público numa zona densa da malha urbana da cidade, construindo uma praça coberta, que tanto serve de acesso como passa a integrar a rede de espaço público. Nos tecidos urbanos compactos, mais comuns na cidade tradicional, as intervenções arquitetónicas que pretendem introduzir espaços de transição caracterizam-se muitas vezes por criar esvaziamentos, percursos e maior densidade de atravessamentos, reconfigurando os quarteirões em que intervêm. Por outro lado, nos tecidos urbanos menos densos, são os próprios edifícios que geram situações de carácter urbano, como no caso do Museu de Arte Contemporânea Kiasma em Helsínquia (1992-1998) ³⁰, em que a implantação do edifício e o atravessamento pedonal entre os dois corpos que o definem permitiu construir uma continuidade espacial, mantendo a ligação entre duas partes da cidade. O edifício da

28 Projeto da equipa Francisco e Manuel Aires Mateus, fase de projeto entre 1999-2000.

29 Projeto da equipa Herzog e de Meuron

30 Projeto do liderado pelo arquiteto norte americano Steven Holl

ópera em Oslo ³¹ (2000-2008), na Noruega, também procura através da sua arquitetura construir um lugar de transição que amplia o espaço público na cobertura, uma superfície inclinada que constrói uma topografia que permite o atravessamento e a estadia. Na cidade de Lisboa, também poderemos encontrar situações em que o programa de carácter público é relevante na abordagem ao espaço urbano envolvente, como no caso do Centro Cultural de Belém (1989-1992) ³² ou no Pavilhão de Portugal (1995-98) ³³ na zona oriental da cidade - ambos casos de estudo nesta tese. Embora possamos ver estas situações mais elaboradas espacialmente como resultado de projetos relevantes sob o ponto de vista do programa, localização, autoria e relação com o dono de obra, observou-se também que poderão existir condições de contexto, potenciadoras do seu aparecimento – como a dimensão e o número de frentes de um lote, a configuração do quarteirão ou o tipo de malha urbana.

O estudo de casos que manipulam a fronteira entre o desenho urbano e a arquitetura poderão ajudar-nos a compreender o processo de transformação da cidade, observando as condições necessárias para o aparecimento dos espaços de transição entre arquitetura e desenho urbano e também como estes contribuem para a melhoria do uso do espaço público.

I.4 Urbanidade e vitalidade

A reflexão teórica em torno da urbanidade é desenvolvida em vários campos das ciências sociais e dos estudos urbanos, com uma grande amplitude na leitura do conceito (Fortuna, 2009, Aguiar, Netto et al 2012), contudo, sempre numa perspetiva da cidade, ligado ao que é urbano, do qual deriva o seu significado: urbanidade como qualidade de urbano, cortesia, boa educação, civilidade, delicadeza, polidez ³⁴. Estabelecendo um paralelismo com a arquitetura, Aguiar (2012) qualifica a urbanidade com a “comodidade” do espaço público, numa referência à tríade de Vitruvius³⁵ (*Firmitas, Utilitas, Venusta*). Solá-Morales (2010) refere-se à urbanidade como uma característica material: a habilitade do material urbano de expressar o cívico, o estético, o funcional e o significado social, entendendo que urbanidade é um conceito básico para definir espaço público. Perante diversas abordagens em relação a urbanidade, Pont e Haupt (2009) definiram este conceito a partir de propriedades físicas e espaciais do ambiente construído. De modo a descrever e a compreender urbanidade, estes autores propõem uma leitura e uma interpretação da relação entre edifícios e a envolvente a partir da superfície do edifício, da dimensão do quarteirão e da proporção entre espaço público e espaço privado.

31 Da equipa de arquitetos noruegueses Snoetta,

32 De Vittorio Gregotti e Atelier Risco

33 De Álvaro Siza

34 Dicionário da Língua Portuguesa, 5ª edição, Porto: Porto Editora, p. 1452

35 Firmitas, Utilitas, Venusta, onde utilitas significa comodidade

Sobre a urbanidade, Pont e Haupt (2009) referem ainda, a partir de Webber ³⁶, que a urbanidade está dependente da abertura e da acessibilidade, o que, no nosso entender, reforça a associação entre urbanidade e permeabilidade.

Eduardo Lozzano (1990) refere-se a urbanidade como o potencial para a interação entre pessoas e instituições num espaço urbano, o que seria um reflexo de qualidades associadas à densidade, à complexidade, à identidade e à flexibilidade da forma urbana. Por outro lado, Jane Jacobs ([1961] 2000) salienta a importância da presença e da densidade de pessoas para se gerar vitalidade, relacionando este conceito com uma vivência positiva do espaço urbano. Tal como refere Aguiar (2012), se entendermos vitalidade como a presença de pessoas, relacionada à maneira de usar os espaços, podemos distingui-lo do conceito de urbanidade ao qual associamos qualidade físicas do espaço (Pont e Haupt, 2009, Aguiar, 2012), embora urbanidade possa incluir a noção de vitalidade. A vitalidade urbana poderá ser entendida a partir da intensidade de movimento pedonal, da presença de grupos ou indivíduos que permanecem no espaço, da presença de atividades comerciais e serviços (Jacobs, 2000; Ghel [1971] 2006; Netto, Vargas, Saboya, 2012). Lynch (1981:113) afirma sobre a vitalidade na cidade que é a maneira como os ambientes construídos suportam as funções vitais, os requisitos biológicos para o enquadramento da vida dos indivíduos, numa visão antropocêntrica. Sobre a relação entre fatores espaciais e sociais, Netto et al., (2012) referem que poderá existir indeterminação e casualidade entre a arquitetura e a vitalidade urbana. Contudo, a partir do estudo ³⁷ de fluxos pedestres e da presença de atividades económicas, conclui que:

“(...) a arquitetura faz diferença nos fenómenos socioeconómicos locais: aspetos como a proximidade entre edifício e passeio, entre edifícios, sua permeabilidade e atividades da forma parecem adicionar tensão entre espaço construído e aberto, entre arquitetura e corpos usando o espaço público – as condições materiais do potencial de copresença e interação social e microeconómica” (Netto, V, Vargas, J, Saboya, R: 2012: 281).

I.5 Vivências no espaço público

A obra de Jane Jacobs (2000) influenciou de maneira relevante os estudos urbanos por incluir uma perspetiva de análise (na época inovadora) que privilegia uma aproximação ao espaço urbano a partir dos seus processos, sabendo que os edifícios, ruas, parques, bairros, têm um efeito na cidade que difere de acordo com as circunstâncias e o contexto em que existem (2000:490). Para Jacobs, pensar na cidade a partir de um processo indutivo é um contributo para «*identificar, compreender e usar construtivamente as forças e os processos que são realmente relevantes para as cidades*» (2000:

36 Webber M, 1964 the urban place the non urban realm in Webber et al., 1964, Explorations in urban structure, Philadelphia, University of Pensilvania

37 Estudo estatístico (Netto, Vargas, Saboya 2012: 281)

491). A partir de observações nas cidades norte-americanas e, principalmente no bairro de Greenwich Village, em Nova York, Jacobs definiu quatro condições para gerar ruas e bairros com diversidade ³⁸ e, consequentemente, com vitalidade, expressando que estas condições têm de estar todas obrigatoriamente associadas, e que nem todos os bairros que incluam essas quatro condições “*produziram uma diversidade comparável à dos outros*”. Para Jacobs, o bairro deverá ter mais do que uma função, de preferência duas, garantindo a presença de pessoas em vários horários e por motivos diferentes. Os quarteirões deverão ser curtos “*ou seja as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes*”. As ruas deverão incluir edifícios com idades e estados de conservação variados, e essa mistura de edifícios deve construir uma zona bem compacta. Finalmente deverá haver uma densidade suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem os seus propósitos, incluindo as que vivem nessa zona.

Sobre os aspetos que podemos construir a partir da arquitetura, realçamos a importância da introdução de espaços que sirvam para usos variados, a relevância da permeabilidade e a continuidade entre as construções que poderão ser catalisadoras de vitalidade, mas não suficientes, como realça a autora, sem os outros ingredientes. Jacobs refere também a importância de procurar estudar na cidade indícios “sem regularidade” que envolvam uma quantidade de acontecimentos urbanos, que embora pequena, poderá ser ‘indispensável para as cidades cheias de vida’:

“os processos urbanos, na prática, são complexos demais para serem aplicados como abstrações. Eles sempre se compõem de interações entre combinações singulares de peculiaridades, e nada substituí a compreensão das peculiaridades.” (Jacobs 2000: 491).

William Whyte (1980) interessou-se pelo estudo de aspetos da “vida urbana” em lugares públicos e pequenas praças, reunindo para um tal projeto uma pequena equipa de investigação denominada “The Street Life Project”. Este trabalho de investigação, realizado também na cidade de Nova York, iniciou-se nos anos 70 do século XX, foi posteriormente publicado em livro (1980) e divulgado através de um pequeno filme sobre as diferentes vivências no espaço público. A metodologia usada pelo grupo incluiu o uso de fotografias sequenciais dos espaços, entrevistas e observação direta. Através desta investigação, procurou entender quais os aspetos que mais atraem as pessoas aos lugares públicos, referindo como relevante o facto de um espaço já ocupado por pessoas, atrair outras. Whyte (1980) também refere o facto de as pessoas se sentarem em degraus, em muretes, desde que a dimensão do elemento seja confortável o suficiente para o permitir. Defende que a existência de cadeiras amovíveis nos espaços públicos oferece mais possibilidade de escolha, ao contrário do que acontece com alguns bancos, que, embora possam ter sido desenhados a partir do conjunto, poderão estar

38 No entanto, Jacobs refere sobre as diversas generalizações que faz ao longo da obra que «ninguém seja levado a acreditar que essas generalizações possam ser usadas rotineiramente para afirmar que é o significado das particularidades deste ou daquele lugar» (Jacobs 2000:491)

mal implantados em relação ao uso do espaço (1980:34). Este autor também defende a importância da relação entre a rua e a praça como crucial para a uma boa integração desta última no tecido, realçando a importância de ser possível desde a praça observar o movimento pedonal da rua (1980). O espaço de transição entre a praça e a rua é também significativo e deverá ser o mais entrelaçado possível, de modo a que não seja possível detetar onde acaba um e começa o outro, salientando que no caso de existirem degraus estes deverão ser tratados do modo mais suave possível. As praças que são enterradas ou elevadas em relação à rua são menos usadas (1980).

Jan Gehl³⁹ em conjunto com outros autores tem desenvolvido investigação sobre questões que relacionam a vida no espaço público e as qualidades do espaço urbano, desde o final dos anos 60 ⁴⁰ até à atualidade ⁴¹. O seu trabalho permitiu compilar uma série de metodologias (2013), que poderão ser usadas na observação dos espaços públicos, como o desenho de mapas de atividades, a procura de rastros de caminhos de atravessamento de um espaço, a fotografia em sequência, o desenho de linhas de movimento pedonal através do espaço e, finalmente, as contagens de peões e o diário de notas, instrumentos que serviram de referência para as observações nos casos de estudo do âmbito desta tese (ver capítulo 4).

Gehl et al. (2006) menciona, sobre a relação entre edifício e envolvente, a importância das fachadas do piso térreo como uma importante ligação entre o edifício e os indivíduos, bem como a pertinência de um desenho que possa traduzir hospitalidade. Tendo em conta que muitas das atividades que antes se passavam no espaço público, passaram a decorrer no interior dos edifícios, estes tornaram-se maiores, mais introspetivos e autossuficientes (Gehl et al. 2006). Contudo, é possível encontrar estratégias arquitetónicas que contribuam para uma melhor relação entre os edifícios e o espaço público, entre estas, a transparência, que permite que haja alguma ligação entre as atividades dentro do edifício e o exterior (Gehl et al. 2006). A variedade de usos nos pisos térreos contribuí também para um ambiente urbano e convidativo. Se às fachadas lhes falta detalhe, isso vai corresponder a uma experiência urbana básica e impessoal, como acontece ao longo de edifícios de grandes dimensões e parques de estacionamento. Sobre o contributo da arquitetura para uma maior vitalidade do espaço urbano, estes autores (Gehl et al. 2006) propõem uma série de fatores a considerar no projeto de edifícios, entre os quais destacamos o cuidado com a escala definida pelo ritmo e alternância de portas, a transparência - de maneira a permitir contacto visual e a integração do interior e do exterior - a qualidade dos materiais e o detalhe, o cuidado com os pormenores, nomeadamente, no embasamento dos edifícios, os relevos, os nichos ou bancos que permitam que alguém se possa sentar (Gehl et al. 2006). Ghel (2010) menciona ainda

39 Enquanto que Jane Jacobs e William Whyte, embora sejam investigadores, têm como profissão também o jornalismo, Jan Ghel é formado em arquitectura

40 Publicou em 1971 o seu primeiro livro

41 Ao contrário de Jane Jacobs e Willim Whyte, Ghel, tem desenvolvido a sua investigação em cidades de diferentes dimensões no mundo inteiro, como Copenhaga, Oslo, Estocolmo, Perth, Riga, Adelaide, Wellington, Zurique, Cape Town, Sydney, Nova York, Istambul, Chongging e Moscovo.

a importância da integração visual e física entre a edificação e o espaço público através de espaços de transição.

I.6 Variáveis de análise

De modo a aferir a urbanidade e a vitalidade dos espaços de transição a partir dos casos de estudo, propomos um conjunto de variáveis de análise. Entendemos que é pertinente estudar a dimensão e inserção urbana dos edifícios dos casos de estudo, por esta ser uma condicionante prévia do tecido urbano que, entre outros aspetos, terá implicações na dimensão do edifício e na relação com a envolvente, local e globalmente (Carmona, et al., 2003; Pont e Haupt, 2009). É ainda pertinente estudar a permeabilidade, por ser uma qualidade estruturante do tecido urbano e da integração dos espaços de transição na relação que estabelece com este (Bentley et al., 1985; Dziura, 2009). Por último, é pertinente compreender a materialidade, pela relevância dos componentes arquitetónicos, dos detalhes construtivos e das superfícies que caracterizam os edifícios (Gehl et al. 2006; Pont e Haupt, 2009). Estas variáveis permitirão caracterizar o espaço de transição a partir das qualidades arquitetónicas e do espaço público, de maneira a investigar como a urbanidade poderá ser algo material. Para investigar a presença de vitalidade nos espaços de transição, partimos da observação do movimento pedonal, da permanência no espaço e da sua vivência.

I.6.1 Dimensão e inserção urbana

A análise da implantação do edifício permite-nos entender a inserção deste no tecido urbano: «o edifício não pode ser desligado do lote ou superfície de solo que ocupa. O lote não é apenas uma porção cadastral: é também a génese e fundamento do edificado.» (Lamas, 1993: 86).

A origem do terreno, pública ou privada, a dimensão e a configuração do lote ou parcela, a topografia e a confrontação com a envolvente, poderão influenciar a possibilidade de se estabelecer uma continuidade entre proposto e existente. A configuração e dimensão do lote permitirá compreender a escala do quarteirão e do tecido urbano (Panerai et al, 2004).

I.6.2 Permeabilidade

A permeabilidade do espaço urbano poderá ser entendida a partir do número de caminhos alternativos possíveis de percorrer num ambiente construído, considerando-se como uma qualidade central num lugar sensível, capaz de gerar vitalidade (Bentley, et al., 1985). É uma qualidade estruturante em qualquer ambiente construído. A permeabilidade é entendida como uma qualidade positiva e defendida por diferentes autores (Jane Jacobs 2000, Bentley, et al. 1985), argumentando-se que quarteirões de dimensão curta geram maior número de oportunidades de “virar a esquina”, favorecendo a diversidade e a vida urbana. Esta qualidade está associada ao movimento e à facilidade em atravessar fisicamente e/ou visualmente o espaço. A permeabilidade poderá intro-

duzir diferentes níveis de relação com os elementos construídos como defende Dziura (2009). Num primeiro nível, a acessibilidade, num segundo, a continuidade espacial, num terceiro, a passagem ou conectividade e, por último, a visibilidade e a inteligibilidade, associadas a uma leitura do espaço urbano mais global (Dziura, 2009). Entendemos que a permeabilidade é uma das componentes que melhoram a integração dos edifícios com a envolvente. Há um benefício claro na existência de espaços permeáveis ao nível do piso térreo, pois estes contribuem para enriquecer o ambiente urbano, fomentando a interacção entre espaço público e espaço privado (Lopez 2005, Gehl et al 2006, Monteys et al. 2010). Esta interacção também é sinónimo de porosidade ⁴², no modo como se usa o espaço urbano unindo a vivência privada e a vivência coletiva.

I.6.3 Materialidade

Entendemos a materialidade a partir do ritmo dos elementos que definem um espaço arquitetónico, da irregularidade dos limites do espaço, da estereotomia dos materiais de revestimento. A alternância de elementos verticais ao longo de um espaço marca um ritmo que confere escala ao espaço. Segundo vários autores (Jacobs 2000, Gehl et al., 2006) a alternância de fachadas e de portas poderá tornar um espaço público mais suscetível de ser interessante, por possibilitar maior variedade de acontecimentos e alternância de usos. Segundo estes autores, existe uma relação entre um maior ritmo e alternância de edifícios e ambientes urbanos mais ricos e potenciais lugares de interacção. A presença de elementos arquitetónicos que definem um ritmo e marcam uma verticalidade, ao longo do espaço público, é um aspeto relevante na construção de urbanidade, por ser o oposto a uma superfície lisa em continuidade e extensão que caracteriza o espaço de maneira mais hostil. A irregularidade do limite entre espaço público e espaço privado também é uma característica que poderá envolver a maneira como permanecemos num lugar - reentrâncias e nichos de um espaço público oferecem lugares de sombra e recantos que podem ser apropriados, como escadas, degraus ou muros baixos (Gehl, 2006, Whyte 1980). Por outro lado, a caracterização do pavimento e outros materiais que constroem o espaço de transição é relevante na identificação deste espaço como um lugar público.

I.6.4 Movimento pedonal, permanência, vivências

Entendemos o movimento pedonal como o movimento gerado pela passagem de peões num determinado espaço. Definimos a permanência como a presença de indivíduos, que, não estando a movimentar-se de um sítio para o outro, se encontram circunscritos

42 Walter Benjamin e Asja Lacis (2004) referem, a propósito da sua experiência na cidade de Nápoles, em 1925, a porosidade como uma qualidade presente nos espaços da cidade que unem a vivência privada e a vivência coletiva: «A arquitectura é porosa como a pedra. A construção e as actividades interpenetram-se em pátios, arcadas e escadas. Em tudo se preservam espaços que podem transformar-se em cenário de imprevisíveis constelações de acontecimentos.»

num determinado lugar do espaço. Os indivíduos que permanecem no espaço poderão estar em pé ou sentados em bancos, nas esplanadas, nas escadas, no chão, na relva, em muros. Definimos as vivências como as atividades a que os indivíduos se dedicaram durante o período de tempo em que permaneceram em cada espaço. Incluímos nestas atividades indivíduos sozinhos e em grupo, a conversar, a estudar, a comer/beber, a fazer um piquenique, a fumar, a ver e/ou falar ao telemóvel, a ler, a namorar, a ouvir música, a brincar, apenas estando à espera, em descanso, a ver quem passa, formas de estar que também podemos observar no espaço público. As atividades também poderão acontecer no âmbito de eventos especiais, através do chamado efeito de triangulação, (Whyte 1980), acontecimentos que atraem pessoas, como performances de artistas de rua.

I.7 Considerações a partir de casos concretos

Construímos esta observação com base num levantamento de casos na cidade de Lisboa.¹ que percorremos com o propósito de identificar situações que gerassem permeabilidade construída por edifícios, conjuntos edificados ou bairros, o resultado deste levantamento poderá ser consultado nos Anexos I e II.

Distinguimos três maneiras de concretizar permeabilidade na relação entre edifício, conjunto de edifícios, ou bairro, e tecido urbano, e o modo como esta é inteligível: permeabilidade local, permeabilidade estruturante e a permeabilidade na periferia do edifício. Definimos permeabilidade local como uma situação onde é possível a passagem ou a conectividade através da edificação. A permeabilidade estruturante é uma situação, em que, além da passagem, existe uma clara legibilidade do espaço e uma ligação entre duas partes do tecido urbano. Deste modo, poderemos dizer que a permeabilidade estruturante revela um espaço menos ambíguo quanto à sua natureza, por ser possível entender visualmente a sua extensão e profundidade. A permeabilidade poderá ser construída ao longo da periferia do edifício, quando acrescenta uma galeria, arcada ou pórtico, ao longo do espaço público.

I.7.1 Permeabilidade estruturante

As situações que geram 'permeabilidade estruturante' a partir de edifícios poderão incluir o atravessamento viário e/ou a visibilidade através da profundidade dos volumes construídos, permitindo desse modo perceber a continuidade de um percurso. Esta continuidade da rua e a sua predominância através do edifício, do conjunto edificado ou do bairro esclarece o sentido público desta situação que, por vezes, é reforçado com uma placa com a toponímia do lugar. Este tipo de situações poderá ser observado na cidade em diversos casos em que as edificações se unem, permitindo a existência de uma rua ao nível térreo, de bairros atravessados por vias e de edifícios assentes sobre pilares.

Há exemplos dispersos em várias partes da cidade de edifícios que se cruzam com ruas, mas também de situações fruto de um desenho de conjunto inseridas numa proposta de desenho urbano. Há exemplos em malhas urbanas irregulares e regulares, em zonas densas e de menor densidade de construção, construídas ao longo do tempo na cidade. Num conjunto de bairros desenhado em torno da Avenida João XXI² usou-se uma estratégia de integração de atravessamentos viários através de edifícios de modo a

1 A observação da cidade fez-se a partir de sete grandes áreas, definidas tendo em conta as quarenta unidades de análise propostas no estudo realizado pela CML em 2004, "Diagnóstico socio-urbanístico da cidade de Lisboa". O critério usado nesse estudo foi predominantemente o da homogeneidade morfológica. A subdivisão da cidade em unidades de análise permitiu *"encontrar áreas territoriais que permitissem uma inteligibilidade com uma dimensão similar ao bairro, mas ultrapassando as limitações de freguesia (...) "* (Seixas et al., 2004 :172)

2 Projecto para Avenida João XXI 1946-1950, autores: Filipe Figueiredo, Almeida Segurado, Joaquim Ferreira, Guilherme Gomes | Projecto para bairros entre a Avenida de Paris e Praça Pasteur 19747-50, autores: José Bastos, Licínio Cruz, Alberto Pessoa, Chorão Ramalho. Volume de Obra da CML 5263, 5200, 2066, 2865, 1984

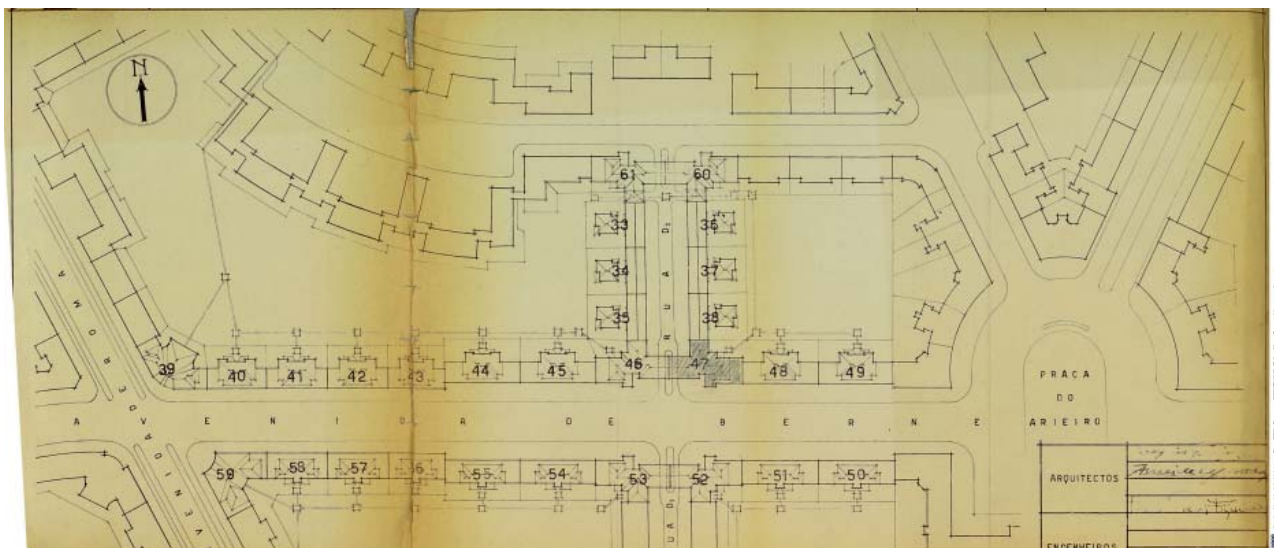


fig.1.6
Projecto para a Avenida João XXI (1946-50). Continuidade da avenida assegurada pela passagem por sob edifícios, ver lotes 46, 47, 52, 53. Volume de Obra: 5263

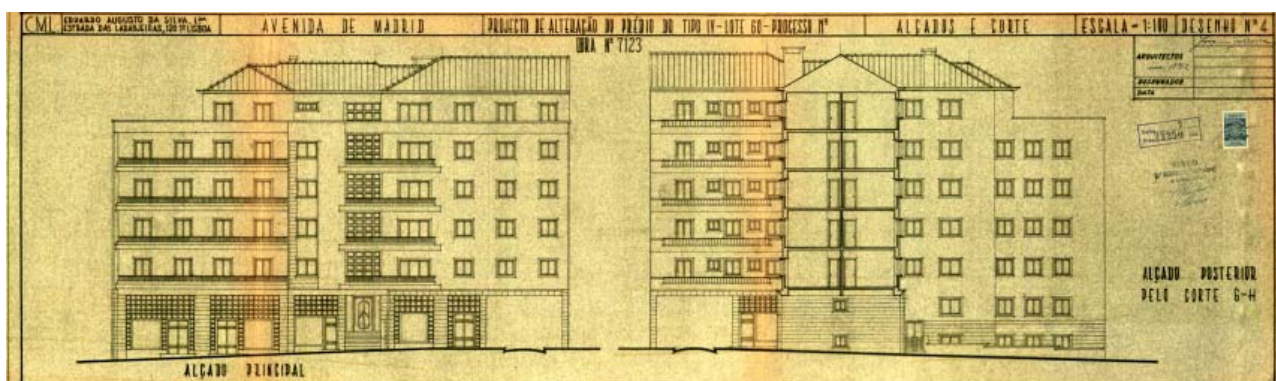


fig.1.7
Alçado e corte transversal, edifício na Avenida de Madrid (1946)
Arquiteto Joaquim Ferreira. Volume de Obra: 7123

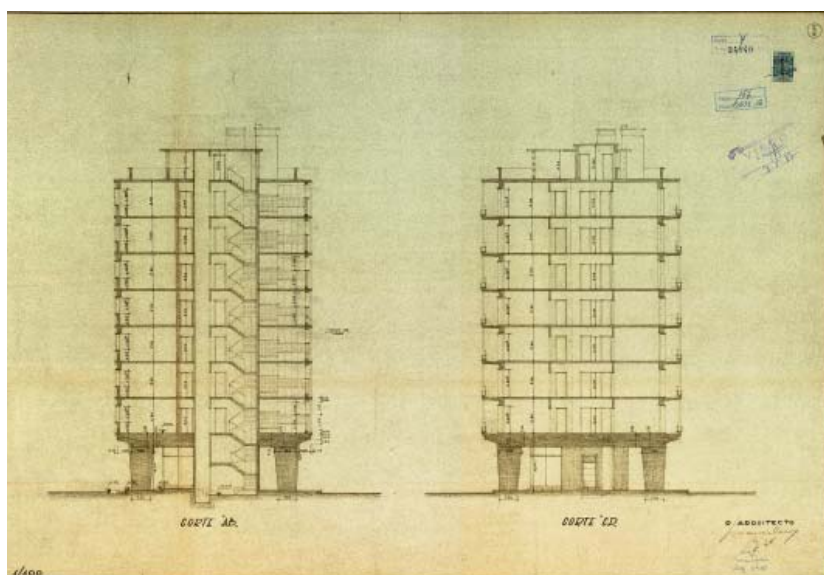


fig.1.8
Corte transversal, edifício na Avenida Elias Garcia (1956-58)
Arquiteto Licínio Cruz. Volume de Obra: 31406

obter uma frente urbana em continuidade sem ser necessário haver uma interrupção dos edifícios. Este conjunto urbano constitui-se a partir de uma série de quarteirões de dimensão considerável em que o espaço central é atravessado por uma rua, desenhando uma parte da cidade (ver caso 4.14/4.15, Anexo I e II). Esta forma de permeabilidade seria retomada em edifícios que completaram os quarteirões que prolongam a avenida para lá da Praça do Areeiro em direção às Olaias, décadas mais tarde (ver casos 4.16, 4.17 ver anexos I e II). Outros conjuntos, inseridos em diferentes tempos de construção da cidade, integram também formas de permeabilidade estruturante elevando os edifícios de modo a libertar o espaço ao nível térreo, sob influência dos princípios da Carta de Atenas. Há exemplares únicos de edifícios, estabelecendo uma continuidade com outros edifícios, em que uma passagem permite que a rua ³ continue, e também casos em que o edifício se sobreeleva em pilares permitindo que haja continuidade no espaço público, como sucede num edifício da Avenida Elias Garcia ⁴ (ver fig.1.8).

A integração de propostas de conjuntos urbanos permeáveis em zonas urbanas em que a envolvente é constituída por um tecido urbano mais tradicional de rua-quarteirão é um contributo para um enriquecimento do tecido urbano, como podemos ver no Bairro das Estacas ⁵, nos conjuntos de edifícios ao longo da Avenida do Brasil ⁶, na Avenida Infante Santo ⁷ (ver fig. 1.9). Tratam-se de exemplos cuja permeabilidade estrutura os atravessamentos pedonais. Estas obras foram relevantes para o aparecimento de conjuntos que integram uma ideia de grandes quarteirões e atravessamentos, como podemos observar em diversos exemplos na zona de Benfica, na Avenida do Uruguai e na Rua dos Soeiros (caso 5.1, 5.31), na zona nordeste da cidade, e também na zona da Calçada da Carriche ⁸ (caso 5.10) (ver fig. 1.10), embora neste caso sejam as passagens viárias através dos conjuntos que são mais valorizadas. Estes conjuntos participaram no rápido desenvolvimento destas zonas da cidade a partir dos anos 60 do século XX. Na zona de Lumiar, a fragmentação das antigas quintas rurais e os sucessivos parcelamentos originaram uma série de edifícios, através dos quais existem passagens viárias ⁹.

O Plano de Chelas ¹⁰ em conjunto com os planos para Olivais Norte ¹¹ e Olivais Sul ¹² fizeram parte da estratégia de expansão da cidade de Lisboa, iniciada com o plano

3 Por exemplo, os casos 1.3., 1.4., 1.5., 1.7., 1.10., 1.11., 2.6., 2.8., 3.7., 4.4., 4.16, entre outros (ver anexo I e II)

4 Autor: Licínio Cruz Volume de Obra da CML, 31406, 31400 (1956-58), ver caso de estudo 4.19 Anexo I,II

5 Autores: Formosinho Sanchez, Ruy Athoguia Volume de Obra da CML 24867 (1952)

6 Autor: Jorge Segurado Volume de obra 34665 (1958-1963), Plano geral aprovado pela CML em 1956

7 Autores: Alberto José Pessoa, Hernâni Gandra; João Abel Manta Volume de Obra 26439, 26415 (1954)

8 Autor: Thebar Frederico (Volume de Obra da CML 59398, 59465, 58782, 59326, 5916 (1965-1970) – caso 2.9, Anexo I e II

9 Casos 5.20, 5.21, 5.29, anexos I e II

10 Plano de Chelas (1961/1966) Silva Dias, Silva Gomes, Reis Machado, Vassalo Rosa, Carlos Worm

11 Plano dos Olivais Norte (1955/1958) Sommer Ribeiro e Pedro Falcão e Cunha

12 Plano dos Olivais Sul (1958/1967) Rafael Botelho e Carlos Duarte, Mário Bruxelas, Celestino de Castro, António Pinto de Freitas

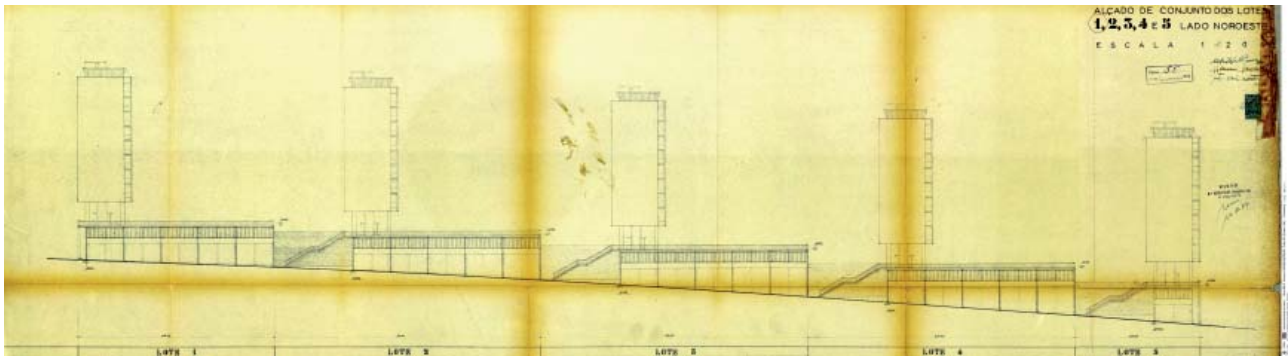


fig.1.9
Alçado de conjunto,
Avenida Infante Santo
(1954). Acesso pedonal
desde a avenida inte-
grado nas plataforma
de sustentação dos edi-
fícios. Atravessamento
pedonal através do con-
junto de edifícios. Volu-
me de Obra: 2641

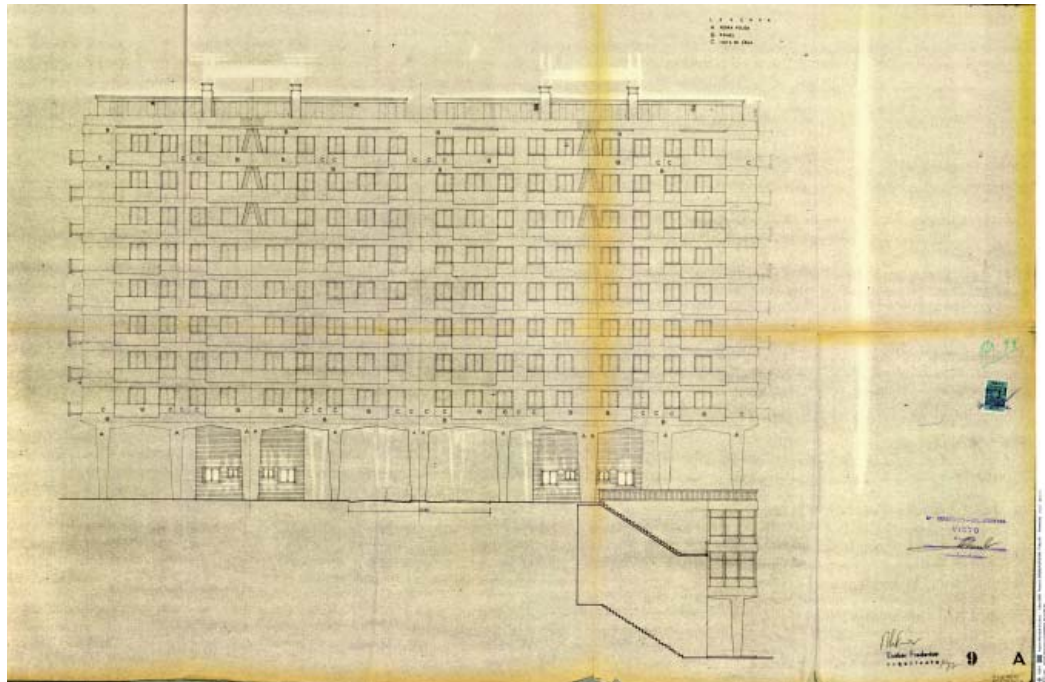


fig.1.10
Alçado, edifício pertencente a um conjunto localizado na Quinta das Lavadeiras (1965-70). Passagem viária sob o edifício. Articulação pedonal com a cota inferior através do embasamento. Volume de Obra: 59398

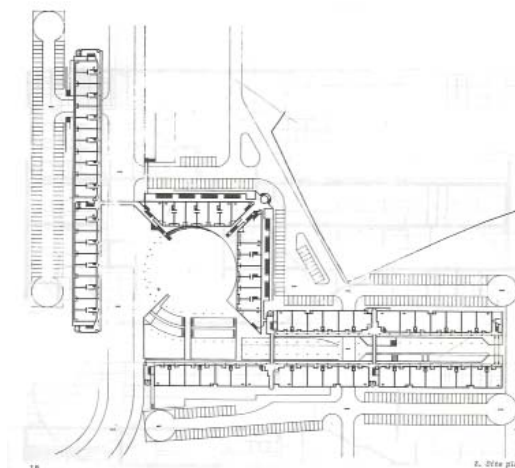
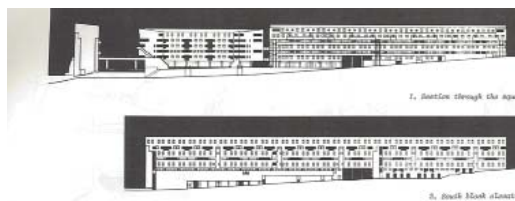


fig.1.11
Alçado, corte e planta,
conjunto Pantera Cor
de Rosa. passagem viária
e pedonal através do
conjunto. (Byrne, 1980)

para Olivais Norte, em 1955-58. Nestas zonas da cidade, fruto de um planeamento mais abrangente, encontramos maior concentração sistemática de formas de permeabilidade estruturante e de permeabilidade local a partir da construção de um conjunto de edifícios. No bairro de Olivais Sul, desenvolvido em diferentes células, integram-se numerosas obras em que os edifícios se interligam com espaço público numa estratégia de integração, como na sequência de blocos habitacionais ¹³ atravessados pela Rua Cidade de Cabinda. Em Chelas, onde a estratégia de implantação dos edifícios se interligou diretamente com as vias, também se originaram muitos exemplos em que a malha urbana é desenhada em conjunto com o edifício. Nesta zona, destacamos o Conjunto Residencial em Chelas conhecido como a ‘Pantera cor-de-rosa’ ¹⁴. Este conjunto foi construído numa parcela de terreno: a zona N2. Ao contrário do que tinha acontecido na concretização do Plano de Olivais Sul, em que os projetistas ficavam responsáveis pela definição de um edifício ou de um pequeno número de edifícios, nesta zona em particular, a equipa de arquitetos ficou responsável pelo desenvolvimento do conjunto residencial na sua totalidade (Cabrita, 1981). O Plano de Chelas estruturou-se a partir do traçado de vias rodoviárias, implantando os conjuntos habitacionais de maneira autónoma entre si, dispersos num extenso território de 510 hectares, como podemos ver nos diversos casos dispersos neste território. A proposta da ‘Pantera cor-de-rosa’ procurou que o conjunto de blocos se articulasse de modo a construir um espaço público coeso: *“uma parcela urbana homogénea, baseada na repetição, onde a própria parte edificada possa funcionar como entidade catalisadora dos factores de urbanidade”* (Byrne, 1998). O conjunto de blocos organizou-se de modo a configurar uma praça e um espaço central pedonal que poderá ser entendido como rua interior. Construindo um espaço público entre blocos, a caracterização dos edifícios faz uma distinção entre o espaço envolvente – fora – e um espaço interno mais protegido a que poderíamos chamar dentro ¹⁵: A zona central, entre os edifícios, é limitada por galerias e por um sistema de acessos às habitações. Os pisos térreos também permitem o atravessamento rodoviário e pedonal articulando-se com a rede viária envolvente.

Mais recentemente, no Parque da Nações, na zona oriental da cidade, também é perceptível a intencionalidade do cruzamento entre edifícios e espaço público, em diferentes exemplos além dos casos de estudo selecionados.

13 Caso 6.8, anexos I e II

14 Projetado pelos arquitetos Gonçalo Byrne e António Reis Cabrita, 1972-1974, foi desenvolvido no atelier do arquitecto Nuno Teotónio Pereira. Nesse período de tempo, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira estava detido, sendo o atelier liderado por Nuno Portas. Nuno Teotónio Pereira ia acompanhado o desenvolvimento do projeto através de desenhos enviados à prisão, sobre os quais fazia comentários (fonte direta: Nuno Portas). O conjunto foi encomendado pelo Gabinete Técnico de Habitação. A promoção do conjunto habitacional de Chelas foi desenvolvida pelo Fundo de Fomento da Habitação, caso 6.6 (anexo I e II)

15 *“Enquanto que a fachada exterior se impõe como limite de uma complexidade interior que irrompe, as fachadas interiores mostram uma densa sobreposição de percursos e linhas horizontais (...)”* (Byrne, 1998)

fig.1.12

Corte transversal e Alçado de conjunto residencial na Avenida Duque D'Ávila (1961). Este conjunto propõe duas ligações pedonais através de escadas, tem ainda a particularidade do atravessamento viário acontecer através do volume edificado, ligando as duas cotas (a entrada apenas é visível no alçado do lado esquerdo). Volume de Obra: 54803

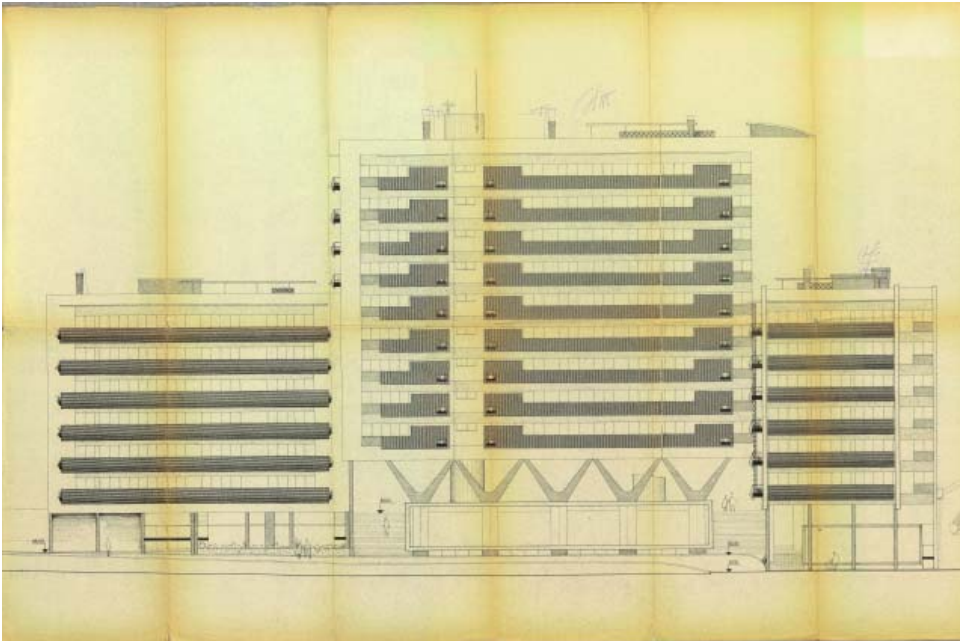
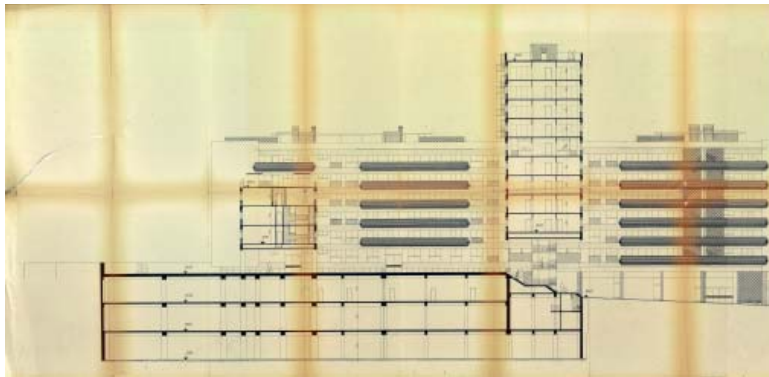
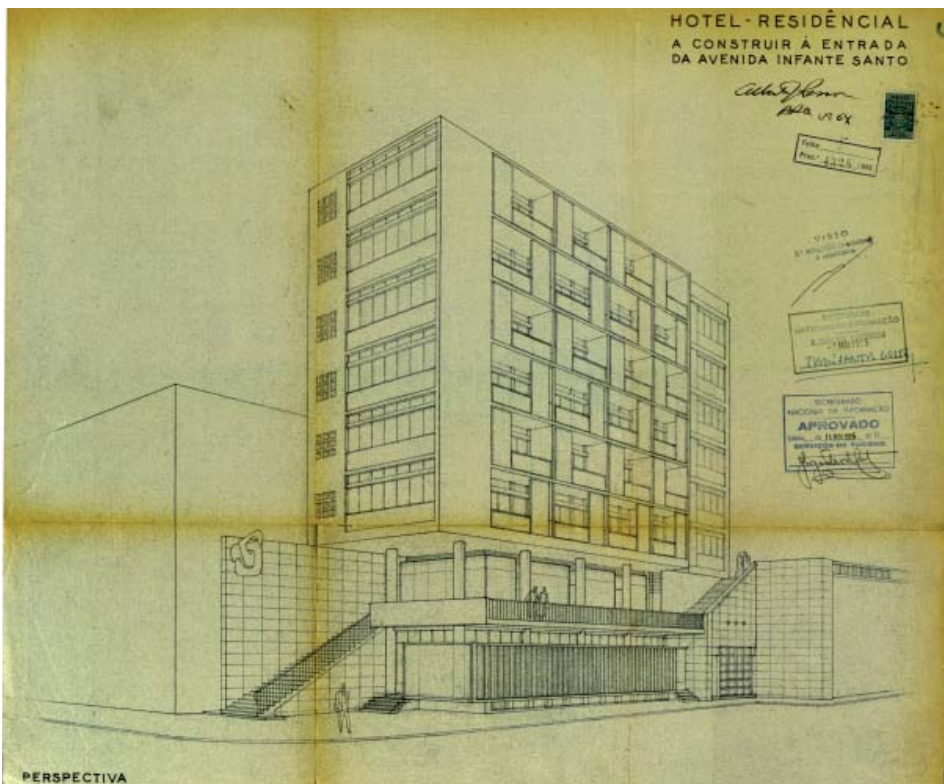


fig.1.13

Perspectiva, antigo hotel residencial (1955). Este conjunto propõe uma ligação pedonal através de uma escada na periferia do edifício. Volume de Obra: 28729



I.7.2 Permeabilidade local

Entendemos a ‘permeabilidade local’ como uma situação em que existe uma maior ambiguidade quanto à natureza do espaço. Optamos por esta designação, por ser menos evidente se o espaço a percorrer é público e/ou privado, apesar de se gerar alguma transparência entre os seus limites. Embora exista um caminho a descobrir, a profundidade do espaço é visualmente menos perceptível, ou porque existe um desnível, ou porque ocorre um acidente topográfico. Também encontramos na cidade situações em que esta ambiguidade está presente, mesmo quando os atravessamentos constituem a ligação entre espaços públicos, como acontece na zona histórica oriental em diversos arcos e passagens através de edifícios (ver Anexos I e II, 1- zona histórica oriental)

Nos tecidos urbanos mais irregulares e antigos da cidade, encontramos arcos e passagens como modo de adaptação do edificado à topografia, como na zona da antiga Cerca Moura ¹⁶, onde edifícios de habitação de vários pisos, construídos sobre o traçado da antiga muralha, incorporam arcos e antigas portas da muralha, de modo a permitir e continuidade do caminho previamente existente. Por vezes, a passagem através do edifício inclui escadas como elemento de articulação entre cotas de um desnível no terreno, o que podemos observar no Arco da Conceição (caso 1.13) e no Campo das Cebolas (caso 1.14)

Noutras situações, em que não é totalmente claro a sua natureza pública, o atravessamento faz-se através de casas unifamiliares de maior dimensão, como no caso da passagem por baixo do Palácio Belmonte (caso 1.26) e através do seu pátio. Nesta situação, o espaço privado passou a ser usado como espaço público, também na sequência da transformação de usos destes grandes edifícios ¹⁷. Contudo, a permeabilidade local também poderá ocorrer num edifício incompleto, como é o caso do Palácio da Ajuda (caso 3.1), sendo aí possível atravessar a sequência de espaços que se organizam em torno de um grande pátio central, ligando as ruas na envolvente.

Há situações em que é necessário resolver o desnível do terreno, e o edifício suporta essa possibilidade abrindo espaço para a passagem, como podemos observar no antigo Hotel Infante Santo ¹⁸ em que o atravessamento público se entrelaça com o edifício, permitindo vencer a diferença de cotas entre duas partes do tecido urbano (ver fig 1.13, 1.14). Esta situação ocorre também no conjunto de edifícios da Avenida Duque D`Avila ¹⁹ (caso 1.8) (ver fig 1.12), onde se integram quer atravessamentos pedonais feitos por escadas quer um atravessamento viário através do embasamento dos edifícios, ligando e resolvendo um desnível entre duas ruas.

As situações de permeabilidade local também se constroem em quarteirões unitários, desenhados como peças urbanas que incluem atravessamentos pedonais através do logradouro, como acontece no quarteirão da Alameda que liga a Avenida Manuel da

16 Casos 1.13, 1.14, 1.15, 1.16, 1.17

17 Atualmente, o Palácio é usado como um hotel

18 Autor Alberto Pessoa, Volume de Obra CML 28726, (1955-1961)

19 Autor Jorge Albuquerque, Volume de Obra CML 54803, (1961-1981)

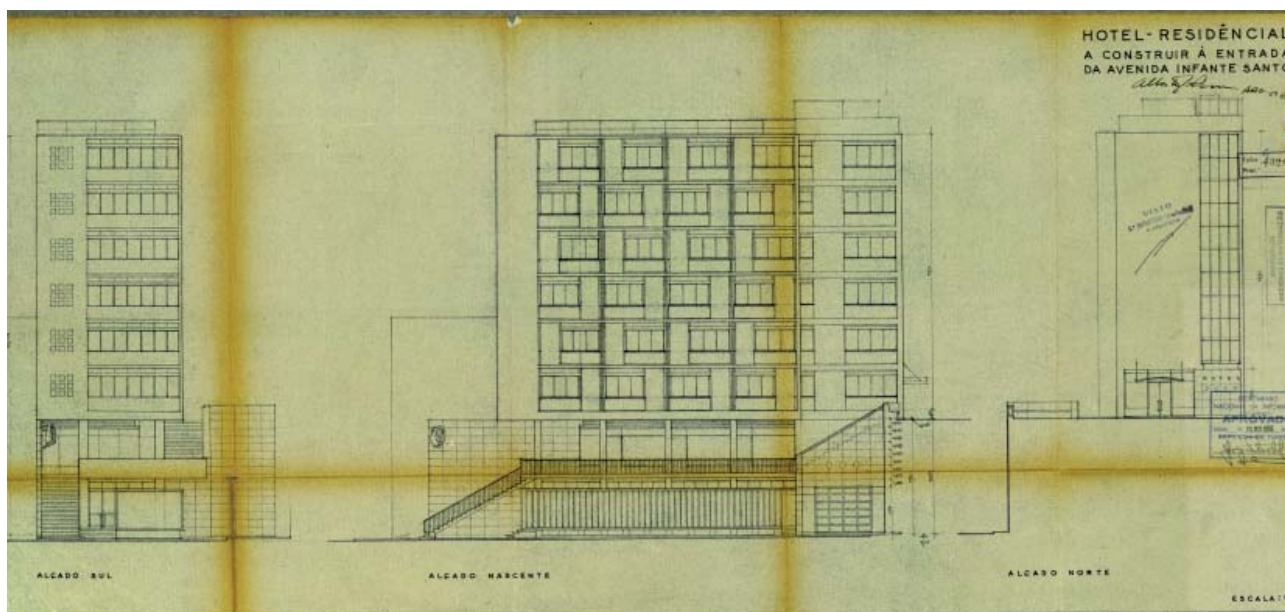


fig.1.14
Alçados, antigo hotel re-
sidêncial (1955).
Volume de Obra: 28729

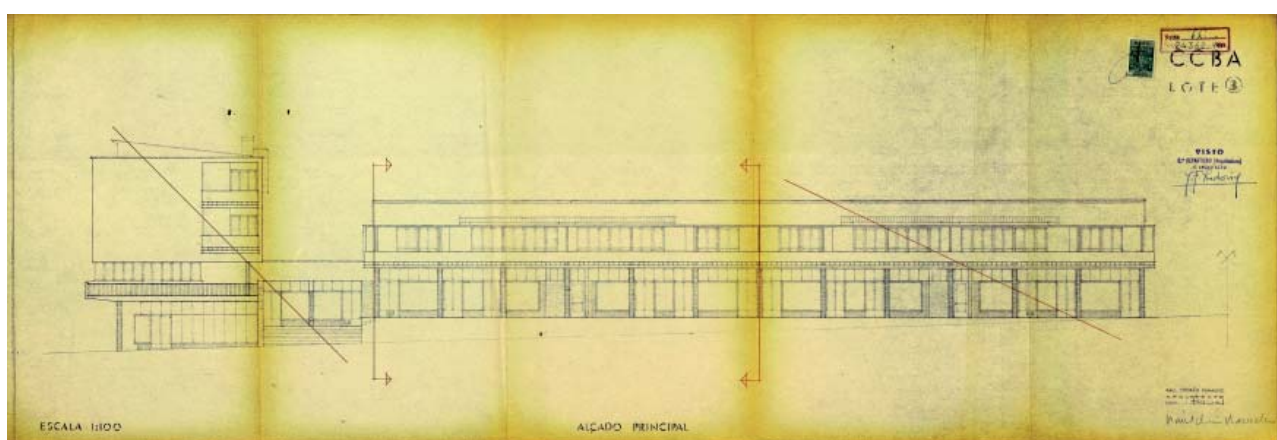


fig.1.15
Alçado, conjunto resi-
dencial e comercial no
Restelo (1954). Projec-
to de conjunto enco-
mendado pela CML.
Volume de Obra: 25741

Maia à Avenida Guerra Junqueiro ²⁰ (caso 4.11), e que articula a diferença de cotas entre as duas frentes de quarteirão e também na Avenida Sidónio Pais ²¹, em que o espaço interior do quarteirão se abre como lugar de traseiras, secundário em relação à rua, mas ligado a esta através de passagens. Outros quarteirões que incluem atravessamento são mais estruturantes para a envolvente ao organizar-se esse atravessamento a partir de um eixo transversal à rua, como no caso dos quarteirões localizados no Bairro dos Actores ²² ou em Campo de Ourique ²³. Poderemos também observar situações de permeabilidade local associada aos antigos pátios da cidade, habitações operárias e modestas que se construíam em terrenos atrás de edifícios que tinham fachada para a rua.

1.7.3 Permeabilidade periférica

A par das situações anteriormente consideradas encontramos também na cidade situações de permeabilidade que ampliam a rua ao longo de um edifício através de um espaço coberto, ou semicoberto, de galeria ou de arcadas, como as que podemos percorrer ao longo dos edifícios que configuram a Praça do Comércio.

No caso das galerias que ampliam o espaço, gerando uma permeabilidade ao longo do edifício, periférica, estas tem maior capacidade de estruturação do espaço no tecido urbano quando acontecem numa sequência de edifícios. Encontramos também esta forma espacial em situações em que, ao contrário de integrarem o edifício, pretendem exatamente construir um afastamento em relação ao espaço público. São galerias que não têm continuidade com a rua, normalmente numa cota mais elevada e resguardados com muretes, que servem de antecâmara ao espaço privado em vez de integrarem o espaço público. Ainda assim, no Bairro do Restelo, a partir de um desenho de conjunto de quatro blocos de habitação e de comércio ²⁴ (caso 3.4) (ver fig 1.15), as galerias desenham-se em sequência e frente a frente, em ambos os lados da rua, ampliando a rua longitudinal e transversalmente. São ligeiramente sobreelevadas em relação ao arruamento, integrando as entradas para os edifícios e para os espaços comerciais.

Observamos também que, muitas vezes, estas situações procuram acrescentar urbanidade exatamente pela localização urbana menos favorável em que se encontram os edifícios. É uma forma de compensação perante a aridez do limite ou da rua, quando esta se desenvolve em frente a um muro ou a outro obstáculo pouco permeável. Encontramos esta situação na sequência de edifícios ao longo da Avenida 24 de Julho (caso 2.12), em frente à linha de caminho-de-ferro, no conjunto em frente ao muro do cemitério de Benfica (caso 5.3) ou nos edifícios na Estrada da luz (caso 5.7), em frente ao muro do Colégio Militar ²⁵. O Palácio da Justiça (caso 4.8), uma peça isolada, também

20 Autor V. Reis Camelo (1944)

21 1942-1947

22 Caso 4.12 Anexo I e II

23 Caso 2.7 Anexo I e II

24 Projeto Centro Comercial Ajuda/Restelo, Autor Raul Chorão Ramalho 1951-55, Volume de Obra CML 26408, 25741, 25457

25

usa a galeria como forma de integração e de escala na relação com o espaço público. Na Avenida Almirante Reis (caso 1.1), encontramos também uma sequência de edifícios com galerias, como estratégia de ampliar a rua, no âmbito de intervenções que vão substituindo antigos edifícios. Embora não exista um desenho de conjunto ²⁶, os edifícios mais recentes deveriam incorporar esta tipologia espacial, o que tem acontecido ao longo do tempo, fazendo com que haja alguma continuidade através de galerias em quatro dos quarteirões entre a Praça do Chile e a Rua da Palma e alguns edifícios com galeria dispersos entre outros que a não têm.

A observação destes exemplos permite verificar que a permeabilidade entre os edifícios pode ser proporcionada de três modos distintos: de modo estruturante, de modo local, e ampliando o espaço público na sua periferia ou no interior de quarteirão. Cada forma de permeabilidade estabelece uma zona de continuidade com o espaço público.

26 “ (...) despacho do presidente da câmara municipal de 18 de Novembro de 1955 ao ofício 357/GEU/P. Este ofício do gabinete de estudos de urbanização estabeleceu o recuo de 3,75 m do piso térreo em relação ao plano marginal da avenida e o apoio dos andares em pilotis de secção e pormenorização constantes, posteriormente definidas pela 3ª repartição, com o que se transformou o pavimento térreo em galeria comercial; a altura máxima de sete pisos, uma a menos do que o RGEU admitiria, a profundidade máxima de construção de 12 m e o paralelismo obrigatório de fachadas; a limitação da área coberta do piso térreo à área de implantação dos restantes pisos, de modo a libertar os logradouros para usufruto da população; e os indícios específicos para a construção na avenida.” (Agarez, 2009: 159)

I.8 Doze casos de estudo na cidade de Lisboa

Enquadramos os casos de estudo em momentos chave de transformação da cidade de Lisboa.

O conjunto Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1962-1970/78) e o edifício Franjinhas (1964-1969), ambos projetados na década de 60 do século XX, surgem num período de alteração, onde se começa a pôr em causa a hegemonia do postulado urbanístico da Carta de Atenas. De qualquer modo, não constituem, simplesmente, uma retoma do esquema da cidade tradicional que pode orientar a estratégia de intervenção na construção de cidade, mas uma abordagem alternativa, que se começa a procurar. O primeiro (conjunto ISCJ) surge no âmbito de concurso público e a sua construção estende-se até quase ao final da década de 70. O segundo é resultado de iniciativa privada, com um programa de escritórios, comércio e serviços. Ambas as propostas acontecem em lotes situados em quarteirões consolidados.

Os projetos do edifício Centro Cultural de Belém (1989-1992) – CCB - e de dois quarteirões no Chiado, Pátio A e Pátio B (1989 -2015), que integram a intervenção no âmbito do Plano de Pormenor da Zona Sinistrada do Chiado, marcam o final da década de 80 do século XX. O primeiro foi escolhido num concurso internacional muito participado, que visava a requalificação da zona de Belém a partir da construção de um equipamento cultural, o maior construído em Lisboa desde a Fundação Calouste Gulbenkian, nos anos 60. A intervenção nos quarteirões do Chiado marca o início de um processo de reabilitação das zonas históricas da cidade, ensaiando a abertura do interior dos quarteirões ao público ¹, que viria a ter continuidade noutros projetos na década seguinte.

O conjunto Pátio Bagatela (1991-1996), o conjunto Saldanha Residence (1993-1999), o quarteirão Império (1994-1998) e quarteirão Picoas Plaza (1997-2002) são propostas que alteram parte dos quarteirões onde se inserem, num processo em que se juntam lotes contíguos. Nestes casos, os programas adicionam à habitação, escritórios e comércio. Este processo de renovação inclui a preservação de alguns elementos arquitetónicos que pretendem conferir identidade às novas intervenções. Ficam os volumes, como no Pátio Bagatela, e parte de algumas fachadas de edifícios, construindo um novo interior, como no caso do quarteirão Império e do quarteirão Picoas Plaza. Estas intervenções continuam o processo de oferecer o espaço interno dos quarteirões ao uso público, no Chiado e nas Avenidas Novas, zonas centrais e valorizadas.

No edifício sede da Ordem dos Engenheiros - OE (1995-1999), que comporta também uma ampliação é estabelecida uma estratégia que inclui o restauro e a articulação com um edifício existente, com valor patrimonial, numa intervenção num lote com duas fren-

1 Há outras situações na cidade de Lisboa em que é possível usar o espaço interior dos quarteirões e que são anteriores ao projeto de reabilitação do Chiado. Exemplos como o quarteirão de Campo de Ourique, do Bairro dos Atores, Rua Eiffel o conjunto da Avenida de Paris/ Avenida de Madrid, nestes casos todos construídos como um quarteirão com desenho global. Também nas vilas operárias como a Vila Sousa na Graça, há um aproveitamento do espaço de logradouro como espaço de relação com a envolvente. Contudo no projeto do Chiado a perspetiva é a de transformar uma pré-existência conferindo-lhe outras qualidades espaciais, e nesse sentido é algo de novo.

fig.1.16
ISCJ
Corte Longitudinal CD
(AML - Volume de Obra:
52469 Processo 34090
- DAG -PG -1965 FO-
LHA 12)

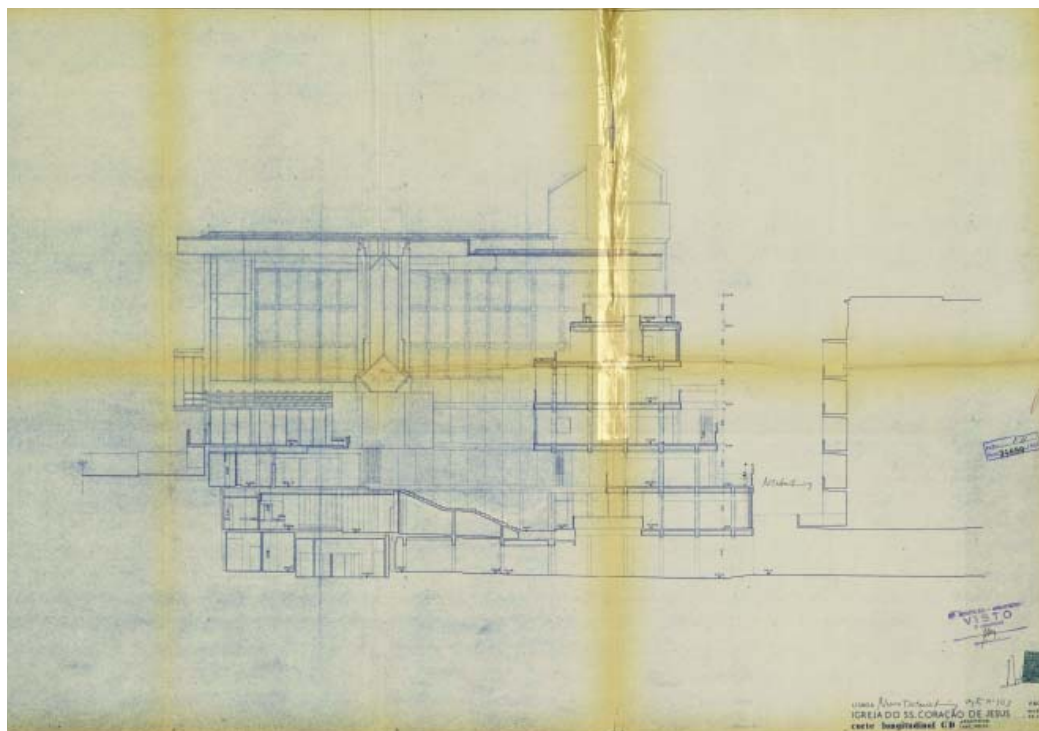
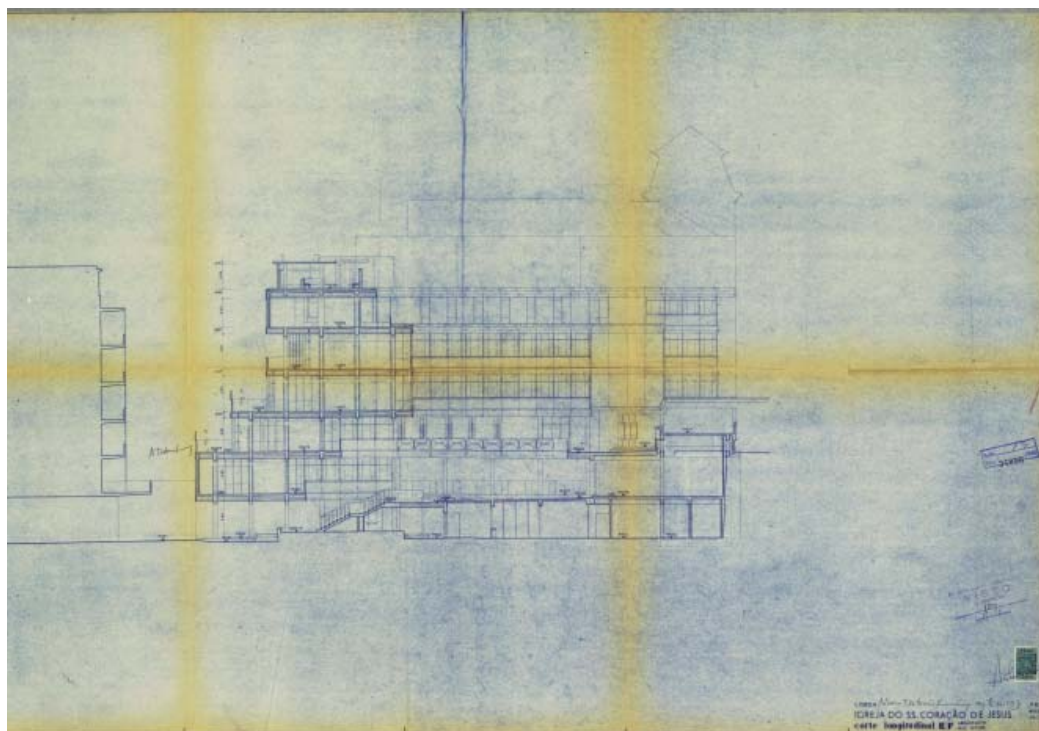


fig.1.17
ISCJ
Corte Longitudinal CD
(AML - Volume de Obra:
52469 Processo 34090
- DAG -PG -1965 FO-
LHA 13)



tes.

O edifício Pavilhão de Portugal (1995-1997), e o quarteirão Oriente (1996-2003/04) integram-se no plano urbano que transfigurou a zona oriental ribeirinha no âmbito da Exposição Internacional de Lisboa em 1998. Estas duas propostas fazem parte de um conjunto alargado que inclui outros edifícios, inaugurando uma nova zona planeada da cidade. Como contraponto às intervenções a oriente, escolhemos um quarteirão em Alcântara-Rio, na parte ocidental da cidade. Este projeto está integrado na terceira fase de um empreendimento mais alargado, que transformou uma zona de lotes fabris, propondo programa de habitação, escritórios, equipamentos, serviços e comércio num processo de renovação desta zona da cidade.

1 - Conjunto Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1962-1970/76)

O conjunto formado pela Igreja do Sagrado Coração de Jesus e pelo Centro Paroquial localiza-se na cidade de Lisboa num lote com desnível entre duas ruas: a nordeste, a Rua de Santa Marta; a sudoeste a Rua Camilo Castelo Branco. O quarteirão onde se insere é limitado a sueste pela Rua Alexandre Herculano e a noroeste pela Avenida Duque de Loulé. O desenho urbano desta zona fez-se a partir do “Plano Geral de Melhoramentos da Cidade”, aprovado em 1904 ², da autoria de Frederico Ressano Garcia (1847-1911). A sua malha urbana organiza-se a partir do traçado de grandes eixos viários, abertos na sequência do prolongamento da Avenida da Liberdade, construindo uma reticula que é variável, tanto na dimensão dos quarteirões, quanto na dos arruamentos (Sousa Lobo, 1994). A construção desta zona de Lisboa iniciou um processo de modernização da cidade, com quarteirões de grande dimensão e preocupações de salubridade (Leal, 2008), tendo incorporado no seu desenho algumas vias existentes que já estruturavam esta área. Verifica-se esta articulação entre o novo e o velho traçado no quarteirão em causa.

O projeto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus e do Centro Paroquial teve origem num concurso público, o primeiro lançado em Portugal no âmbito da construção de uma Igreja ³, que decorreu entre Novembro de 1961 e Maio de 1962, e surgiu da necessidade de substituir a antiga igreja localizada na Rua de Santa Marta. Foi organizado pela Comissão para a Nova Igreja do SS. Coração de Jesus ⁴, com a participação do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado ⁵, contando com a colaboração do

2 Rita Correia (2011) refere a aprovação do plano em 1904. No entanto o documento foi assinado por Ressano Garcia em Dezembro de 1903. Em Janeiro de 1865, foi publicado o decreto para executar o “Plano de melhoramentos da cidade”.

3 Antes da realização do concurso, foi realizado em 1958 um “Curso de Arquitetura e Arte Sacra” organizado pelo Movimento de Renovação da Arte Religiosa - MRAR destinado a eventuais participantes no concurso da nova igreja. Revista NOVAS IGREJAS nº2-3 (Abril-Setembro 1961) p. 17. Este curso teve o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian segundo o processo 66126/1958 da CML

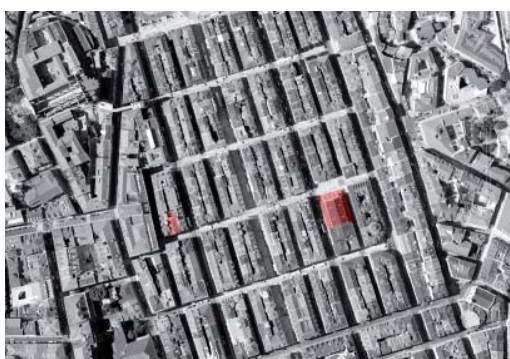
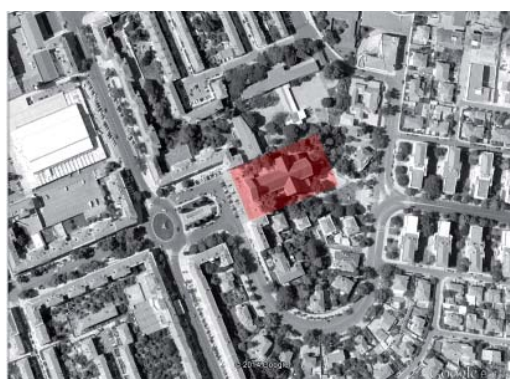
4 A Comissão para a Nova Igreja, também chamada Comissão Fabriqueira foi Presidida por Bernardo Mendes de Almeida (Conde de Caria)

5 Secretariado das Novas Igrejas, fundado em 1961 por órgão oficial do patriarcado, destina-se a promover e

fig.1.18

ISCJ

Localização e implantação da ISCJ, Igreja de Santo Contestável, Igreja de São João de Deus, Igreja de São Brito e na Baixa Igreja de São Nicolau (fonte: google earth altitude 257 m)



Movimento de Renovação da Arte Religiosa – MRAR ⁶ e o apoio do Sindicato dos Arquitetos ⁷. A sua construção ocorreu em duas fases: primeiro, a igreja entre 1966 e 1970 e, só alguns anos mais tarde, em 1978, o Centro Paroquial. A autoria do projeto apresentado a concurso é dos arquitetos Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Vasco Lobo e Victor Figueiredo (com quem foi celebrado o contrato para o desenvolvimento do projeto). O desenvolvimento do projeto contou ainda com a colaboração de Pedro Vieira de Almeida, Luís Vassalo Rosa, António Reis Cabrita e Luís de Almeida Moreira. No acompanhamento da obra, participaram Duarte Cabral de Melo, Júlio Saint-Maurice e Miguel Chalbert.

Tal como foi referido anteriormente, trata-se de uma obra de arquitetura singular no contexto da cidade de Lisboa, que se destaca no modo como se insere no quarteirão e como procura construir uma continuidade com o espaço público. Este aspeto poderá ser interpretado em duas escalas de abordagem:

- A primeira, ao nível de quem percorre o espaço urbano, decorrente da possibilidade de atravessar o quarteirão usando este espaço, por meio de um percurso de carácter público que permite ligar o desnível entre duas ruas paralelas atravessando o lote.
- A segunda, pelo facto de ser um conjunto paroquial, integrado num quarteirão com outros edifícios.

Como já referido por vários autores ⁸, este modo de implantação diverge das igrejas construídas na década de 50 do século XX, como a de São João de Deus (Praça de Londres) ⁹, Santo condestável (Campo de Ourique) ¹⁰ e São João de Brito (Av. da Igreja) ¹¹, que foram construídas em lotes isolados, destacando-se de outros edifícios na envolvente (Portas, 1971; Tostões, 1997). Esta situação urbana permitiu aos seus autores uma clara demarcação em relação às igrejas da década anterior (Portas, 1971; Tostões, 1997, 2004). A implantação da Igreja do Sagrado Coração de Jesus encontra semelhanças com as igrejas construídas no âmbito da reconstrução pombalina no século XVIII que se integravam discretamente entre os quarteirões sem terem um lugar de destaque na malha urbana (Tostões, 1997; Pereira 2013) (ver fig.1.18). Este projeto foi intencionalmente uma contestação às igrejas como edifícios singulares, que se destacam da malha urbana, (Portas, 1971). Foi uma oportunidade de integrar um edifício notável na continuidade do quarteirão.

orientar a construção de novas Igrejas, era também responsável pela publicação da revista Novas Igrejas.

6 O Movimento de Renovação da Arte Religiosa foi fundado em 1952

7 “(...) as condições gerais e especiais do concurso, que se seguem, têm a aprovação do Sindicato Nacional dos Arquitectos e foram elaboradas em colaboração com o MRAR” – Regulamento do Concurso de Ante-projectos para a Igreja do S.S. Coração de Jesus e seu Anexos (1961)

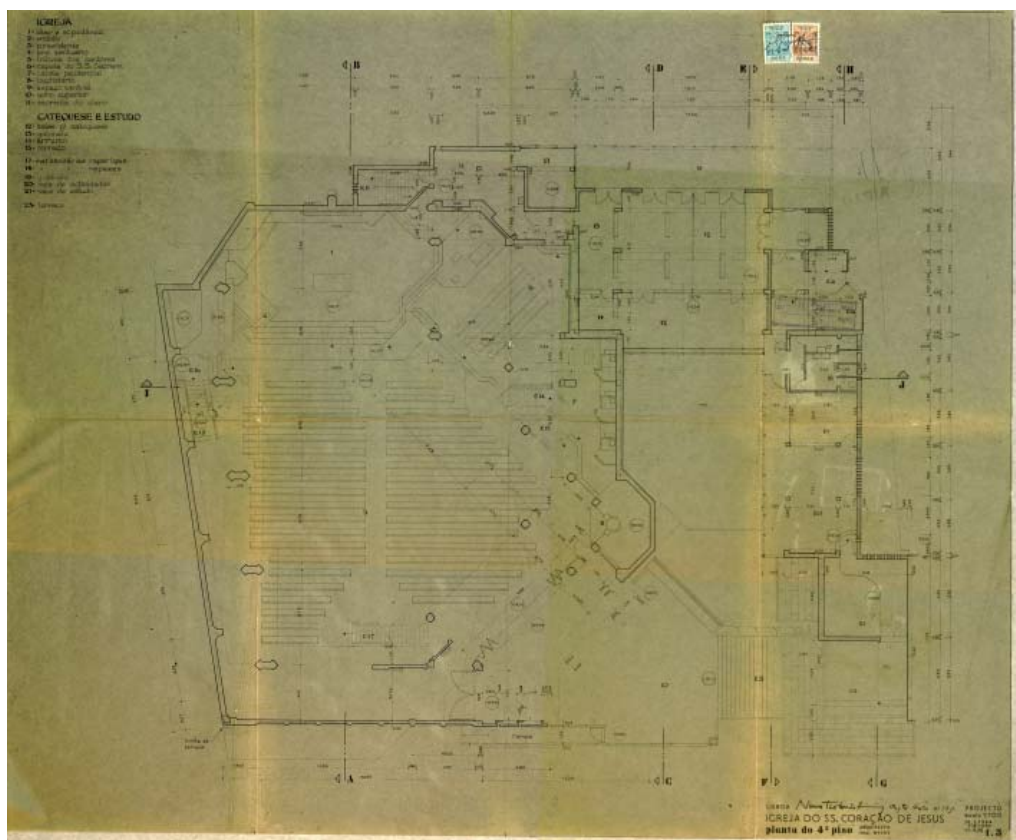
8 Sobre as igrejas que se integram nos quarteirões, Paulo Pereira (2013, p 171) cita Horta Correia e Henriques da Silva.

9 (1949/1953) António Lino

10 (1946/1951) Vasco Regaleira

11 (1951/1956) Vasco de Moraes Palmeiro

fig.1.19
ISCJ
Planta do Piso 4
(AML - Volume de Obra:
52469 Processo 926 -
DMPGU -OB -1979 FO-
LHA 9)



O programa, influenciado pelas mudanças introduzidas pelo Concílio Vaticano II ¹², procurava integrar os espaços dedicados à comunidade cristã estabelecendo um envolvimento com a sociedade. Além dos espaços religiosos estavam previstos espaços de apoio social e também com vocação cultural.

As características do lote marcaram o projeto de forma determinante. O acentuado desnível e a sua exiguidade perante a ambição do programa implicaram uma organização espacial em altura. O espaço interior da igreja, com capacidade para 950 pessoas, desenvolve-se em três níveis, estruturalmente e simbolicamente suportados por um quarto nível da casa mortuária.

É um projeto que tem um carácter experimental no modo como se expressa materialmente. Foi necessário o apoio do Laboratório Nacional de Engenharia Civil para conseguir concretizar a estrutura da cobertura do volume da igreja¹³. No interior, uma laje nervurada, com escassos pilares, fortemente marcada pela geometria dos seus alvéolos triangulares, numa referência ao teto da Galeria de Arte da Universidade de Yale, projeto do arquiteto Louis Khan, seria inovadora também por ser usada num espaço religioso. O betão armado assume nesta obra diversas expressões. Na estrutura, é aparente e moldado de maneira delicada, descofrado, parece ter sido esculpido como pedra. No exterior, é mais rugoso e marca o ritmo das fachadas a partir das peças pré-fabricadas: *“agregados expostos por lavagem a jacto de brita de calcário branco de Vila Viçosa com argamassa de cimento branco”* ¹⁴. No interior da igreja, as paredes são revestidas por blocos de cimento também pré-fabricados em estaleiro e com propriedades de correção acústica. Esta rudeza contrasta com o contorno preciso dos elementos de ferro, seja nas lanternas de iluminação, seja nas caixilharias da igreja. No interior, o ferro também se conjuga com a pedra, construindo as lanternas de iluminação, que coam a luz através da superfície translúcida do alabastro ¹⁵. A pedra de Vila Viçosa define os pavimentos

12 Decorreu entre 1962 e 1965, embora tenha sido anunciado pelo Papa João XXIII a intenção de o realizar, em 1959. Foi o XXI Concílio Ecuménico da igreja católica, constituindo um importante acontecimento no seio da igreja de Roma, no sentido de se defender, de se preservar, renovando-se, perante enormes alterações ao nível social, cultural, que se verificaram, por um lado, e, por outro, face a fortes críticas por parte de vários movimentos políticos. Entre outras, introduziu alterações ao nível da liturgia que se haviam de refletir no desenho dos espaços religiosos, embora não existam, propriamente, determinações diretas nesse sentido.

13 Em visita guiada à Igreja, realizada em 2012, Nuno Portas refere sobre a estrutura da cobertura do volume da igreja que esta apenas se concretizou com o desenho mais “arrojado” devido à feliz coincidência de ter sido possível ser calculada nos computadores do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde na época colaborava. Este novo cálculo implicou alterações ao projeto de estruturas já com a obra a decorrer. Nuno Portas (2005, p) refere ainda sobre esta alteração *“A solução do concurso com escoras e tirantes oblíquos viria a ser substituída, com os pilares já feitos até à altura do balcão, por uma solução muito mais serena - a qual retomou os meus esboços iniciais que a equipa de engenheiros tinha considerado de difícil cálculo. O tempo deu para chegarem cá os novos programas para lajes nervuradas de grande vão!”*

14 Portas, 1971.

15 Em visita guiada, Nuno Portas (2012) referiu-se à pedra dos candeeiros como alabastro. No entanto, na Revista Arquitectura nº 123 é referido mármore branco (Portas, 1971)

fig.1.20
FRANJINHAS
Alçado Principal
(AML - Volume de
Obra:54898 Processo
4174 - DMPGU -OB
-1974 Folha 46)

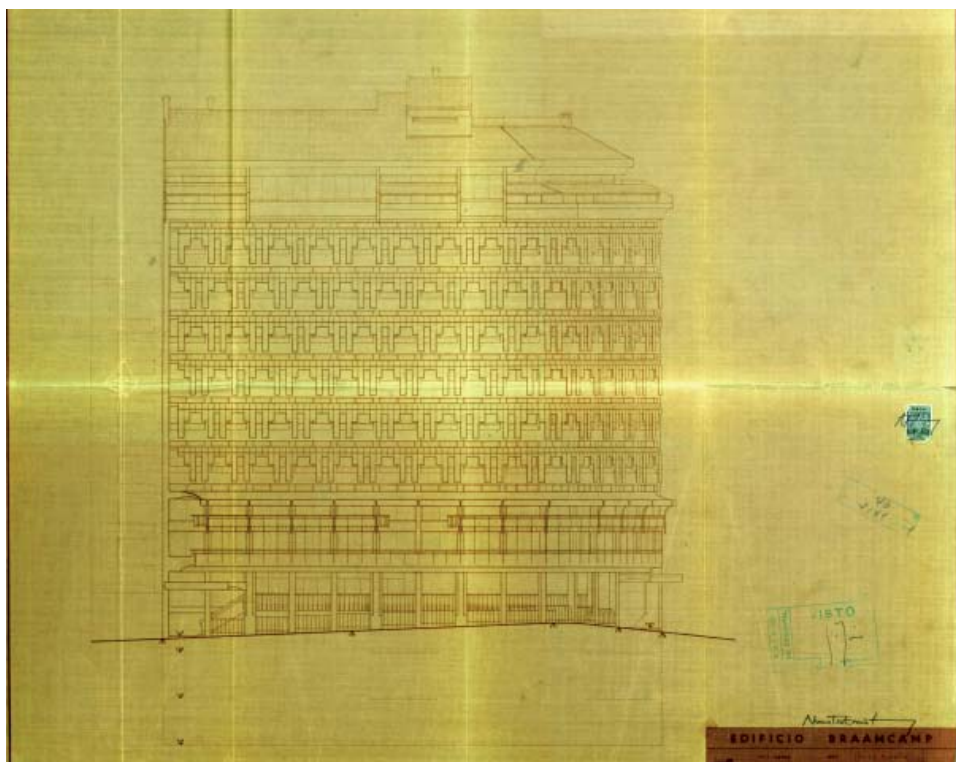
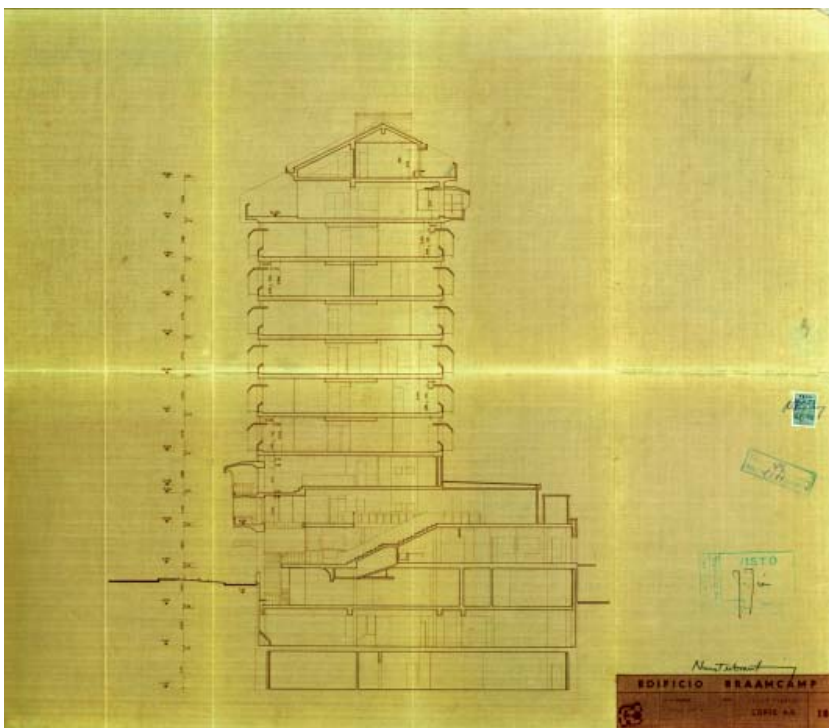


fig.1.21
FRANJINHAS
Corte transversal
(AML - Volume de Obra:
54898 Processo 4174 -
DMPGU -OB -1974 Fo-
lha 48)



interiores e combina-se com a madeira. No exterior, no adro, marca as estereotomias com peças de grande dimensão e nas restantes zonas públicas alterna com peças mais pequenas, assinalando também a importância simbólica dos espaços.

Poderá dizer-se desta obra que está alinhada com a atitude projectual de outras obras contemporâneas do Brutalismo embora formalmente muito diferentes, como o Museu de Arte de São Paulo (1957-1968) de Lina Bo Bardi, ou o Carpenter Center, em Cambridge, Massachusetts (1961-1964), de Le Corbusier. O conjunto The Economist, em Londres, (1959-1964) de Alison and Peter Smithson (ver fig.0.2) é uma referência assumida por Nuno Portas, assim como a obra de Louis Khan, de Frank Lloyd Wright e de Carlo Scarpa. A igreja e estas obras de referência enquadram-se conceptualmente numa abordagem que começa a mudar o paradigma da década anterior, atribuindo uma importância ao papel da arquitetura no modo como pode conter e marcar o espaço público, substituindo também uma noção ainda cartesiana de espaço como extensão, como abstracção, como volume geométrico, por uma ideia vivencial, existencial, de lugar, num sentido fenomenológico.

O desfasamento temporal entre a construção da igreja e do centro paroquial assim como as dificuldades económicas sentidas durante a obra contribuíram para uma evidente diferenciação, ao nível da qualidade dos materiais e da pormenorização, entre o corpo da igreja e do centro paroquial.

Como caso de estudo, também é relevante o facto de este projeto ter sido selecionado em concurso, permitindo fazer uma leitura e uma interpretação desta proposta enquadrada no conjunto de projetos que foram pensados para o mesmo lugar em condições semelhantes. A leitura do conjunto de projetos permitirá aferir o alcance da arquitetura na capacidade de transformação de um sítio específico ao comparar as estratégias usadas para a resolução de condicionantes e relação com o espaço público.

Esta obra recebeu o Prémio Valmor em 1975, atribuído pela Camara Municipal de Lisboa e é Monumento Nacional desde 2010.

2- Edifício Franjinhas (1964-1969)

O edifício designado 'Franjinhas' situado no gaveto definido pela Rua Braamcamp e pela Rua Castilho é da autoria de João Braula Reis e de Nuno Teotónio Pereira ¹⁶. Foi projetado entre 1964-1966 ¹⁷ e a obra decorreu entre 1966-1969 ¹⁸. Foi encomendado por um cliente privado - Casa Frazão. Ficou conhecido como Franjinhas devido à composição da estrutura de tiras estreitas de betão que fazem o ensombramento da fachada. Estas tiras alternam entre si com diferentes dimensões, criando um ritmo próprio na

16 Colaboradores: arquitetos João José Malato e Romeu Pinto da Silva (TOSTÕES, 2004):

17 Segundo TOSTÕES (2004:268), o projeto decorreu entre 1965-1966. No entanto, foi entregue na CML um pedido de demolição relativo à moradia que existia no lote onde viria a ser construído o edifício: Processo (41650/1964) que integra um estudo prévio e memória descritiva assinada pelo arquitecto João Braula Reis com data de 31 de Julho de 1964

18 Segundo TOSTÕES (2004:268), a obra decorreu entre 1966-1969. As telas finais datam de 1970: PROCESSO 12034/DAG/PG/1970 – TOMO1 "Aprovação do Projeto de alterações e telas finais"

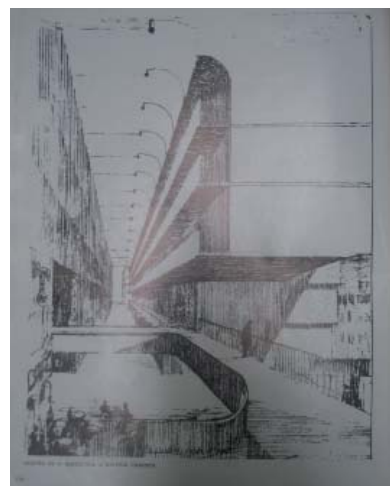
fig.1.22
FRANJINHAS

Escada que ligava directa a galeria do piso 1 ao piso superior (foi demolida mais tarde)
(fonte: Tostões, 2004)



fig.1.23

[a]
Centro de Compras de São Sebastião (não construído) (fonte: Peireira et al., 1971)



a

fig.1.24
FRANJINHAS
Planta do Piso 3
(AML - Volume de Obra:54898 Processo 4174 - DMPGU -OB -1974 Folha 34)

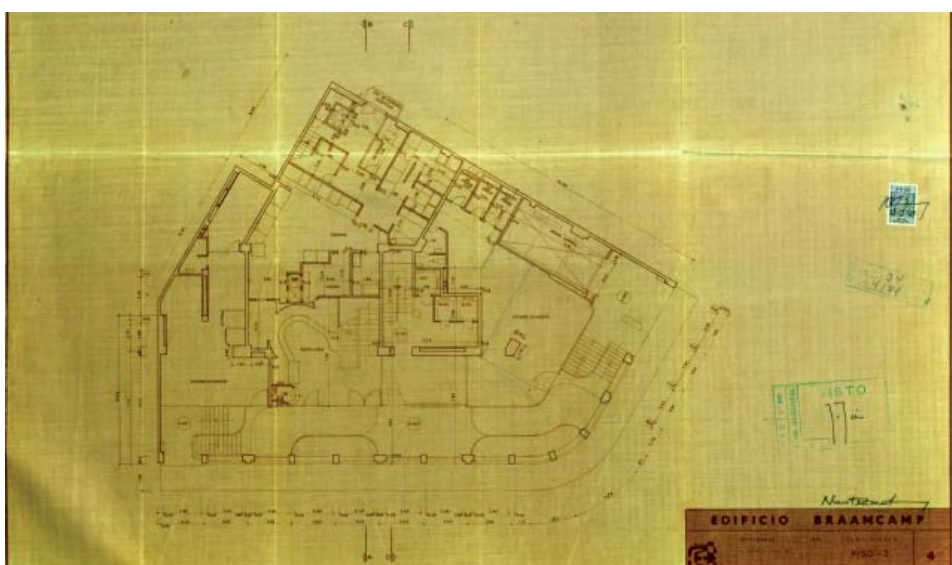
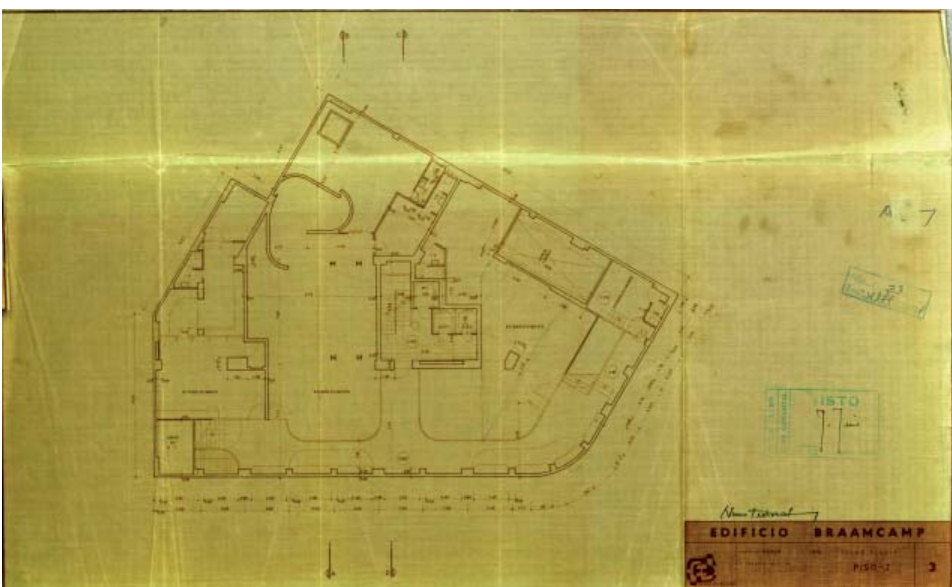


fig.1.25
FRANJINHAS
Planta do Piso 2
(AML - Volume de Obra:54898 Processo 4174 - DMPGU -OB -1974 Folha 33)



fachada, entre zonas transparentes e opacas. O lote está integrado num quarteirão no limite do originalmente designado Bairro Barata Salgueiro ¹⁹, e a construção do edifício de catorze pisos (incluindo as caves) substituiu uma antiga moradia construída no princípio do século XX ²⁰. O programa misto de escritórios, comércio e restaurante procurou tirar partido da localização central e da transformação de uso desta zona, tornando-se mais terciária, como se refere na Memória Descritiva do estudo prévio de 1964:

“(...)pretende-se com o presente estudo dar resposta simultaneamente a um programa que se nos afigura ser o mais indicado para o local e a um enquadramento volumétrico com as construções confinantes, dentro das recentes diretrizes municipais. Em relação ao primeiro ponto, pareceu-nos indicado projectar o edifício para escritórios, com comércio nos pisos térreos e um restaurante no andar recuado. Com efeito a sua extraordinária localização – na zona envolvente do Marquês de Pombal e no cruzamento de duas grandes vias de circulação, R. Castilho e Braamcamp- por um lado e por outro o destino que tem sido dado aos prédios que na mesma zona têm sido construídos, impunha tal aproveitamento”.
(Reis, 1964)

A estratégia de conciliar escritórios e comércio procurou tirar partido dos pisos térreos de modo a que se pudesse estabelecer uma forte relação com o espaço da rua. O objetivo foi trazer *“(...)o passeio para dentro do edifício desdobrando-o em dois níveis ou ruas interiores. Criaram-se assim praticamente dois passeios – um ao nível de R/c elevado em relação à rua – outro ao nível da cave, ligeiramente rebaixado mas francamente aberto para a mesma”* (Reis, 1964). Esta zona de dupla galeria faz-se dentro do limite do lote, e é marcada superiormente por um volume, também de duplo piso, destinado a esplanada – café – restaurante. Estes dois pisos marcam ainda uma relação com o espaço público, ao assinalar a sua presença, projetando-se sobre a rua. Em conjunto, a galeria no plano marginal da rua e o volume em balanço na fachada procuravam:

“(...) criar uma faixa de abrigo, que atrairá certamente os transeuntes e que irá enriquecer uma zona da cidade particularmente pobre de soluções semelhantes, consegue-se ainda deste modo compensar a estreiteza do passeio” (Reis, 1964).

Na sequência do projeto da Igreja do Sagrado Coração do Jesus, esta obra continua a explorar o interesse dos seus autores ²¹ pelo espaço público como espaço de mediação entre o edifício e a envolvente. Esta estratégia de abordagem seria também desenvolvi-

19 Bairro Barata Salgueiro resultou de um plano camarário de 1879, situado a oeste da Avenida da Liberdade até à Rua Rodrigo da Fonseca, limitado a norte pela Rua Braamcamp e a Sul pela Rua do Salitre

20 Projeto de 1903 segundo o Processo de demolição nº4718 da CML

21 Embora os autores não coincidam totalmente nos dois os projetos, ambos são realizados no atelier do arquitecto Nuno Teotónio Pereira

fig.1.26
CCB
Corte transversal (fonte: Gregotti; Salgado, 1992: 31)

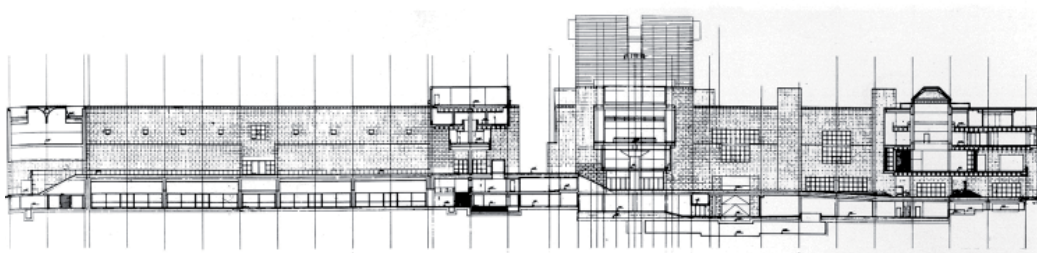
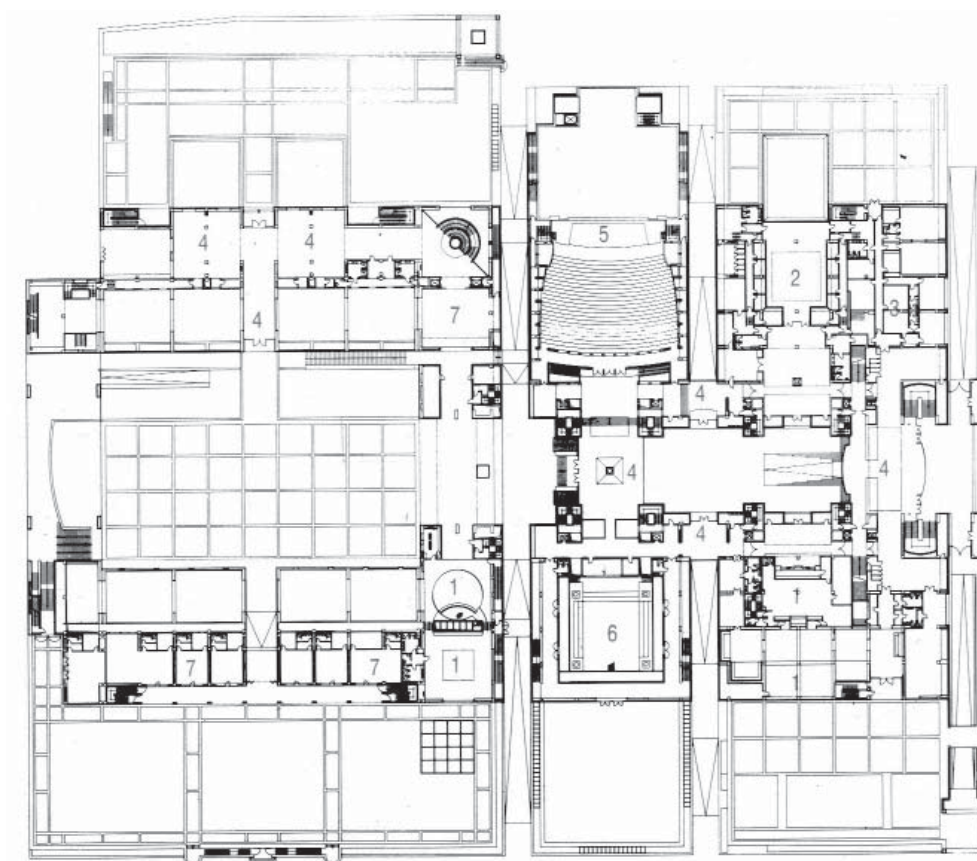


fig.1.27
CCB
Planta do 1º piso (cota 9.5) (fonte: Gregotti; Salgado, 1992: 28)



da no estudo de um empreendimento comercial, de maior dimensão, nunca construído, denominado Centro de Compras de São Sebastião ²² (Estudo Prévio 1968 / Anteprojeto 1970-1971) (ver fig.1.23). Aí, a interação entre o espaço comercial e o tecido urbano da envolvente é bastante afirmada por uma série de espaços como a rua interior e outros atravessamentos. Este equipamento organizava-se em vários pisos, articulando pessoas, trânsito automóvel e a rede de metropolitano através das ruas comerciais cobertas, certamente inspiradas nas galerias comerciais oitocentistas (Tostões, 2004: 214). Estas ruas interiores que se ligavam às principais vias que rodeavam o conjunto foram de algum modo ensaiadas e concretizadas no edifício Franjinhãs, ainda que numa escala diferente. A ideia de sobrepor diferentes atividades em rua interior coberta ou em galerias é experimentada nos dois projetos e terá como referência “[a] tradição das galerias urbanas europeias - funcionando como elemento que prolonga o passeio-com-lojas, corrente na cidade” (Pereira et al., 1971: 183).

Tendo em conta que o edifício Franjinhãs teria uma forte componente comercial, seria expectável que o seu conceito espacial de galerias e lojas com forte ligação com a rua pudesse ter sido replicado ou influenciado outras obras na cidade durante essa década e as seguintes. No entanto, tal não aconteceu (Toussaint, 1994). Acabou por ser o Edifício Castil ²³, Construído num quarteirão na mesma zona a fazer escola, ao integrar o conceito de centro comercial no seu interior como grande espaço de carácter urbano (Toussaint, 1994), e espelhando a tendência de levar os espaços de públicos para o interior privado dos edifícios (Whyte, 1980, Lehtovuori, 2010). Esta orientação também se veio a verificar na própria evolução do edifício Franjinhãs. A ligação entre as galerias e o espaço de restaurante, volume que se projeta sobre o passeio, era feita através de escadas a partir da galeria. Contudo, essa ligação viria a ser abolida mais tarde, perdendo a sua ligação direta com a galeria e com a rua (ver fig. 1.22). As transformações que ocorreram ao longo do tempo no edifício foram sempre no sentido de o tornar menos aberto e público, mais fechado e privado.

3- Edifício Centro Cultural de Belém – CCB- (1989-1992)

O Centro Cultural de Belém é um edifício da autoria de Vittorio Gregotti e do Atelier Risco, na época liderado pelo arquiteto Manuel Salgado. O projeto foi selecionado num concurso público, entre cinquenta e sete projetos, numa primeira fase, e entre seis, na segunda fase. Este concurso foi promovido pelo Instituto Português do Património Cultural em 1989. O objetivo era construir um edifício que fosse capaz de receber a primeira Presidência Portuguesa da União Europeia, em 1992, e, posteriormente, de servir como centro cultural. Do seu programa inicial, faziam parte cinco módulos, dos quais só foram construídos três, correspondentes ao centro de reuniões, ao centro de espetáculos e ao centro de exposições. O edifício localiza-se na zona de Belém, na zona ribeirinha, a oeste do centro de Lisboa, entre a Rua Bartolomeu Dias e a Av. da Índia, em frente à Praça do Império. Esta zona está historicamente ligada aos Descobrimentos, tendo

22 Autoria do projeto (segundo TOSTÕES, 2004): Gonçalo Byrne; Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira

23 Autoria de Tomás Taveira e outros no atelier Conceição Silva, inaugurado em 1972 (TOUSSAINT, 1994)

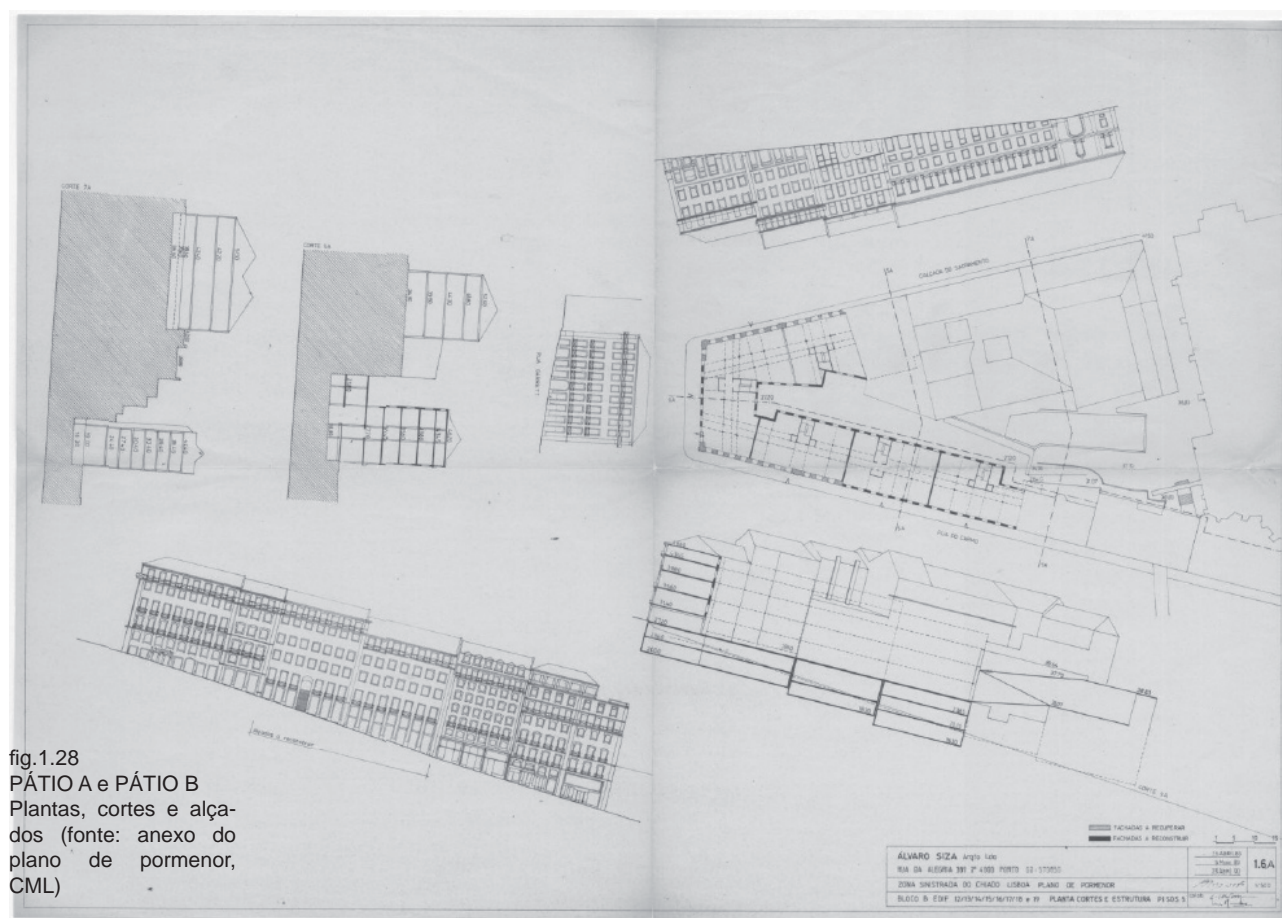
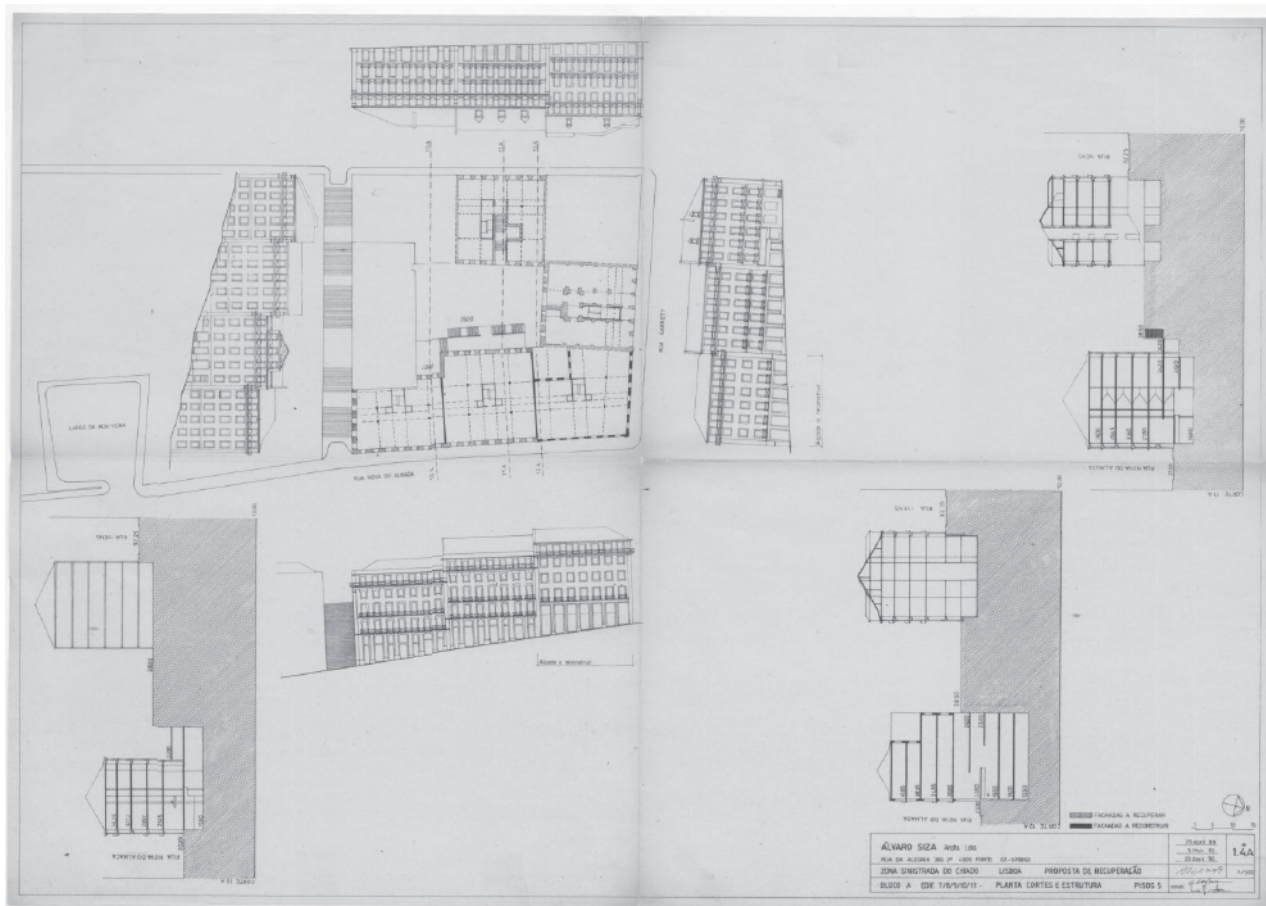


fig.1.28
 PÁTIO A e PÁTIO B
 Plantas, cortes e alça-
 dos (fonte: anexo do
 plano de pormenor,
 CML)

sofrido muitas alterações ao longo do tempo. A primeira alteração prendeu-se com o aterro realizado a partir de 1886, que afastou a frente de água e permitiu a passagem da via-férrea, introduzindo um corte muito significativo na relação do espaço urbano com o Tejo. Acresce, a seguir, a instalação da fábrica do gás, junto à Torre de Belém, da base da Marinha na Doca de Belém e da Central Termoelétrica, perto do Palácio de Belém. Estas alterações introduzem na área uma dinâmica industrial que só se alterará a partir de 1938, com Duarte Pacheco e com o Plano de De Gröer, que irá transferir alguns destes equipamentos para a zona oriental de Lisboa. Foi também nesta altura assumida a ideia de monumentalizar esta área (Costa, 2014: 171-172). Nesse sentido, destaca-se a reorganização que teve lugar no âmbito da realização da Exposição do Mundo Português, em 1940. Belém é marcada pela presença de edifícios relevantes pela sua história e arquitetura, como o Palácio de Belém e a Torre de Belém, o Museu de Arqueologia e o Museu de Marinha, o Planetário, o Padrão dos Descobrimentos e o Mosteiro e Igreja dos Jerónimos que caracterizam a envolvente do Centro Cultural de Belém. Está alinhado de forma a reconfigurar, pela relação com o edifício do Mosteiro dos Jerónimos, a Praça do Império e o alinhamento com a Rua Bartolomeu Dias. A parte central do edifício é vazia, definindo uma sequência de pátios-praça, alternados com espaços de articulação entre os três corpos dos edifícios. A separação entre os diferentes núcleos é feita por ruas transversais que seccionam o edifício. Estas procuram construir uma transição entre o interior do edifício e as vias paralelas ao rio, à semelhança das ruas estreitas das zonas históricas de Lisboa. O vazio central prolonga o tecido urbano até ao seu interior construindo um espaço público dentro do edifício (Santana, Matos, 2010). A partir do espaço central, descobre-se um terraço-jardim, virado a sul.

4- Quarteirões no Chiado: Pátio A e Pátio B (1989 -2015)

A intervenção na zona do Chiado, sujeita ao Plano de Pormenor para a recuperação da Zona Sinistrada do Chiado, acontece na sequência do incêndio que destruiu total ou parcialmente um conjunto de dezoito edifícios nesta parte da cidade em Agosto de 1988. Para acompanhar o desenvolvimento do projeto, a Câmara Municipal de Lisboa criou o Gabinete de Coordenação e Assessoria Técnica da Área Sinistrada do Chiado²⁴, que, sob a orientação do arquiteto Álvaro Siza, ficou responsável pela implementação do plano.

No âmbito da transformação necessária para esta parte da cidade, entendeu-se, entre outros aspetos, ser uma oportunidade para repensar os espaços públicos, partindo da ideia de que o Chiado *"pode ser"*²⁵ uma plataforma entre a Baixa e o Bairro Alto:

24 Através do Gabinete foram estabelecidos diversos protocolos de colaboração como outras entidades, nomeadamente Escola Superior de Belas Artes, Instituto Superior Técnico, Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Universidade Nova de Lisboa.

25 Referência ao texto de Álvaro Siza sobre o Chiado em que escreve a partir de quatro questões: O que é, o que pode ser, o que não pode ser, o que será [o Chiado] (Siza, 1989: 68)

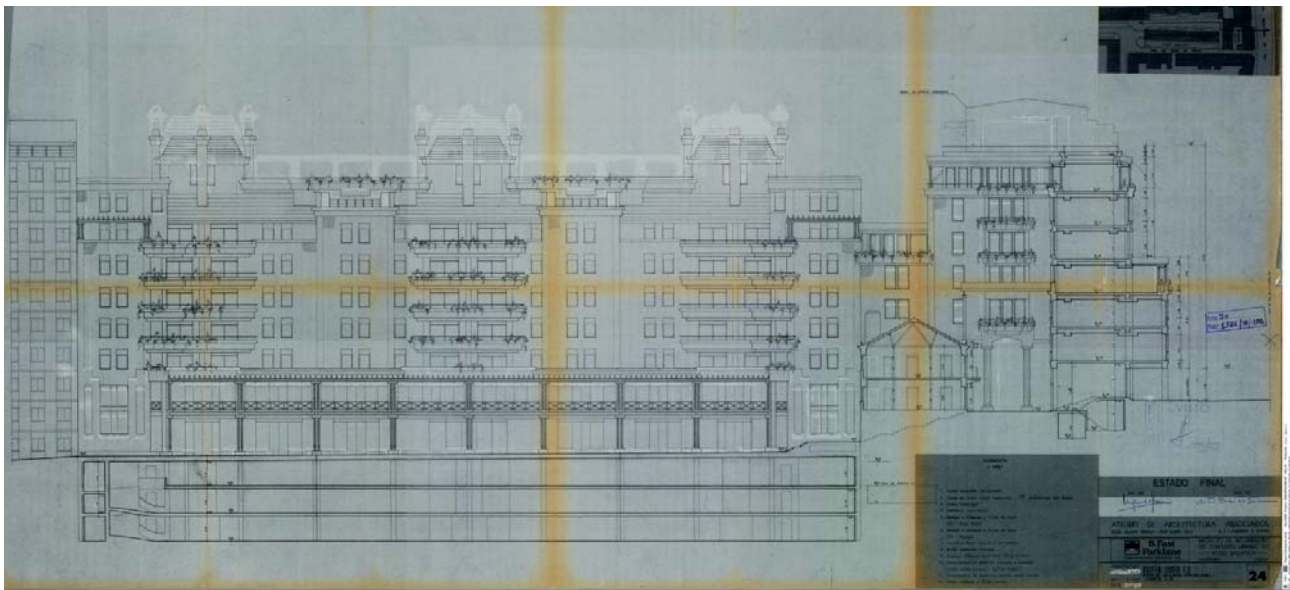
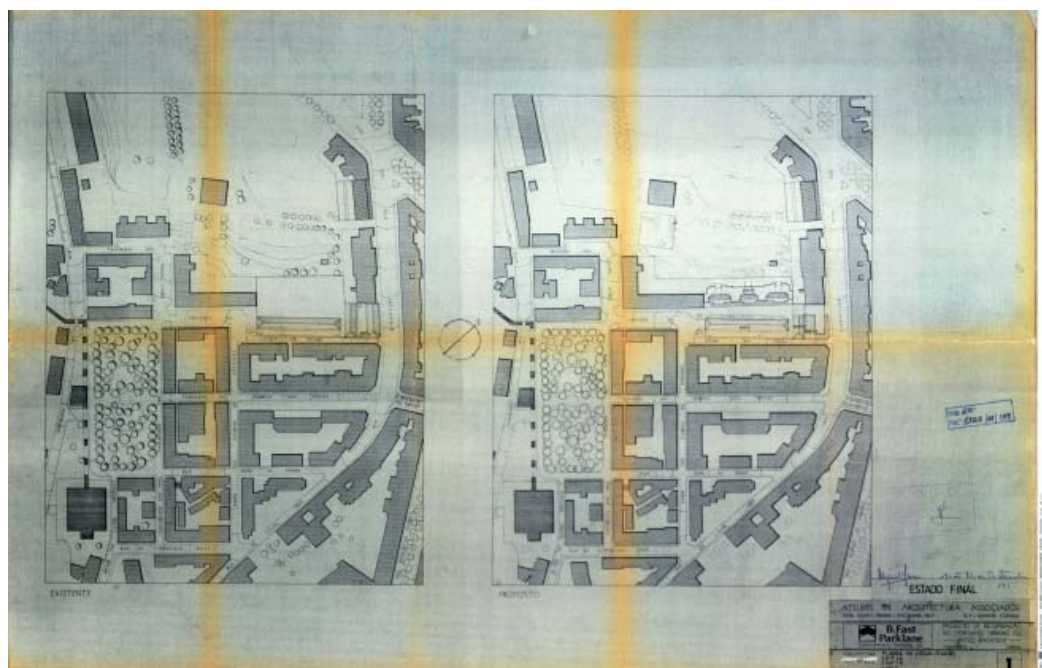


fig.1.29
PATIO BAGATELA
(AML - Volume de
Obra:62890 Processo
1326 - DMPGU -OB
-1991 Folha 30)

fig.1.30
PATIO BAGATELA
(AML - Volume de
Obra:62890 Processo
1326 - DMPGU -OB
-1991 Folha 65)



“Plataforma de distribuição. Um patamar onde é imprescindível passar e parar, uma aparição de onde se vê a paisagem. Chiado essencial, enorme, sobre a Rua do Crucifixo.” (Siza, 1989: 68)

Nesse sentido, o plano propôs que nos quarteirões intervencionados os novos edifícios pudessem ser redesenhados, diminuindo a sua profundidade ²⁶ e permitindo assim criar novas passagens públicas e aumentar o espaço disponível no interior do bloco. Esta estratégia aplica-se aos três quarteirões intervencionados e nomeados respetivamente como bloco A, B e C. No Bloco A, também denominado como Pátio A ²⁷, um quarteirão de configuração quadrada, a zona central do pátio foi cedida para uso público com três acessos ao seu interior: a partir da Rua Garrett, da Rua Ivens e da Calçada Nova de São Francisco. Estas entradas permitem aceder ao pátio interior e fazer o percurso entre as três ruas, passando pelo centro do quarteirão. Inicialmente também estava prevista uma saída da estação de metro, mas esta ideia viria a ser abandonada mais tarde.

O Bloco B, ou Pátio B, quarteirão de forma mais alongada e estreita, permite a articulação entre três cotas. Existe um acesso ao interior do quarteirão desde a Rua do Carmo através de umas escadas e da Rua Garrett desde uma passagem, ambas por baixo de edifícios. A partir do interior do quarteirão, uma ligação através de um sistema de rampa e escadas (e elevador) permite o acesso aos Terraços do Carmo ²⁸. Este percurso une o interior do pátio à zona mais alta, junto ao antigo Convento do Carmo. Esta ligação virá a retomar um antigo caminho, destruído no terramoto de 1755, entre a cota alta e a cota baixa do Chiado, e que passava junto ao Convento, reforçando a pertinência deste percurso na malha urbana desta zona da cidade.

No quarteirão dos Armazéns do Chiado, junto ao bloco C, foi proposto um atravessamento entre a Rua Nova do Almada e a Rua do Crucifixo, através de uma escadaria que vence o desnível entre as duas ruas e que permite uma ligação à entrada de uma nova estação de metro, também projetada no âmbito deste plano. Esta ligação não foi incluída no nosso caso de estudo por entendermos que não revela um carácter ambíguo, sendo entendida antes como um simples espaço público.

5- Conjunto Pátio Bagatela (1991-1996)

O Pátio do Bagatela e o Pátio do Monteiro formavam um conjunto contíguo de vilas operárias na zona do Jardim das Amoreiras, na antiga Quinta do Mineiro ²⁹ em Lisboa, entre a Travessa da Légua da Póvoa e a Rua Artilharia Um. Ambos eram destinados a habitação de operários e desenvolviam-se em torno de um pátio. O Pátio do Bagatela ³⁰ era

26 A profundidade dos edifícios existente à época diminuiu, e no bloco A passou a ser de cerca de catorze metros.

27 No projeto, cada quarteirão é nomeado como uma letra. Posteriormente passaram a nomear o espaço interior dos quarteirões com o nome de pátio. Assim ao Bloco A corresponde o Pátio A, ao Bloco B o Pátio B

28 Esta ligação foi recentemente terminada em 2015

29 Segundo Teotónio Pereira e Irene Buarque (1995) o pátio estava construído em terrenos da antiga Quinta do Mineiro propriedade de Manuel José Monteiro que os teria mandado edificar

30 Obteve licença camararia para construção em 1879, construídos entre 1879-1890

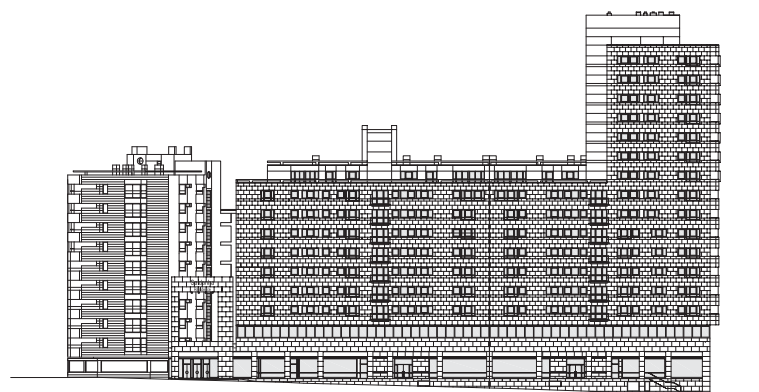
fig.1.31

SALDANHA RESIDEN- CE

[a] Alçado (fonte: atelier
João Paciência)

[b] demolição do antigo
matadouro, Mercado
31 de Janeiro já insta-
lado no gaveto, anos
50 do século XX (fon-
te: AML:PT_AMLSB_
JBN_004553, de Judah
Benoliel)

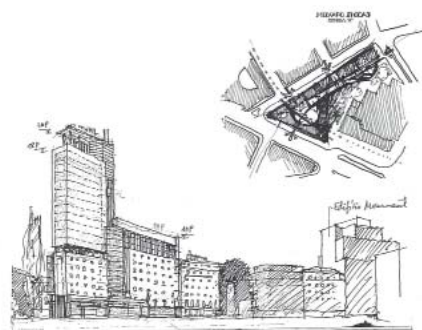
[c] esquisso (fonte: Pa-
ciência, 1996)



a



b



c

definido por um volume paralelepípedo e por um espaço exterior murado, sobrelevado em relação à rua, que se desenvolvia ao longo da fachada principal do edifício. O Pátio do Monteiro era composto por dois corpos paralelos, transversais ao Pátio do Bagatela, articulado por um espaço exterior central. A implantação destes edifícios definia o limite de um grande quarteirão de contorno irregular no término do desenho urbano da zona do Jardim das Amoreiras. Em 1991, no âmbito da iniciativa da empresa Jardim da Bagatela – empreendimentos imobiliários, SA e projecto dos arquitetos João Duarte Ferreira e José Guedes Cruz, foi recuperado e transformado em conjunto residencial definido como condomínio privado. A intervenção propunha, além de recuperar e de transformar os edifícios do pátio em habitações, acrescentar um novo bloco habitacional e zona de comércio e escritórios.

“ (...) um programa multifuncional, de habitação, escritórios e comércio, [com o objectivo de criar] um conjunto de espaços exteriores comuns, semipúblicos ou privados, articulando percursos, galerias e pracetas, e constituindo uma resposta contemporânea à especificidade dos pátios pré-existentes.”³¹

A partir da construção de um novo bloco habitacional, na continuidade do edificado na parte sueste da Travessa da Légua Nova, e da uma ligação à Rua Artilharia Um, constrói-se um espaço central, um pátio alongado, que permite articular as novas construções e o edifício do Pátio do Bagatela. Este espaço de transição permite um atravessamento pedonal entre as duas ruas, e a criação de duas frentes de comércio/serviços, acesso a parque de estacionamento e escritórios. A estratégia de implantação permitiu a integração de um espaço semipúblico ³² oferecendo maior permeabilidade à envolvente.

6- Conjunto Saldanha Residence (1993-1999)

O conjunto Saldanha Residence foi projetado por uma associação de equipas: o atelier do arquiteto João Paciência, autor do conjunto habitacional, e os dos arquitetos J. Adalide e F. Saenz, autores do Centro Comercial. O projeto e a obra decorreram entre os anos de 1993-1999. O conjunto de blocos de habitação e Centro Comercial ocupam um lote, num gaveto, limitado a nascente pela Rua Eng. Vieira da Silva e a poente pela Av. Fontes Pereira de Melo, num topo de quarteirão nas Avenidas Novas. Este quarteirão configurou-se a partir da adaptação do terreno ocupado pelo antigo matadouro (construído em 1863 e demolido em 1955) (ver fig.1.31b) à malha do Plano das Avenidas Novas. Posteriormente, viria a ser ocupado pelo Mercado 31 de Janeiro até aos meados dos anos setenta do século XX. No âmbito da construção deste conjunto, o mercado foi integrado num edifício mais pequeno, contíguo ao empreendimento. O lote de configuração triangular tem duas frentes urbanas e um tardoz, que estabelece relação com a

31 Citação dos autores do projeto em linha no sítio

<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/patio-do-bagatela>, acedido em 27-02-2015

32 Durante o dia, tem acesso livre, vigiado por segurança privado, à noite, os espaços são fechados através de portão em todas as entradas

fig.1.32
Q. IMPÉRIO
Corte transversal parcial (fonte: atelier Gonçalo Byrne)

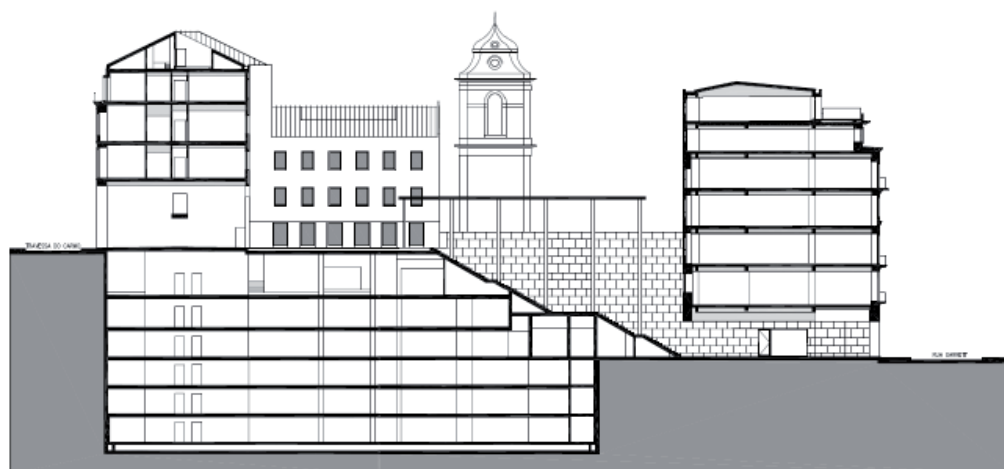
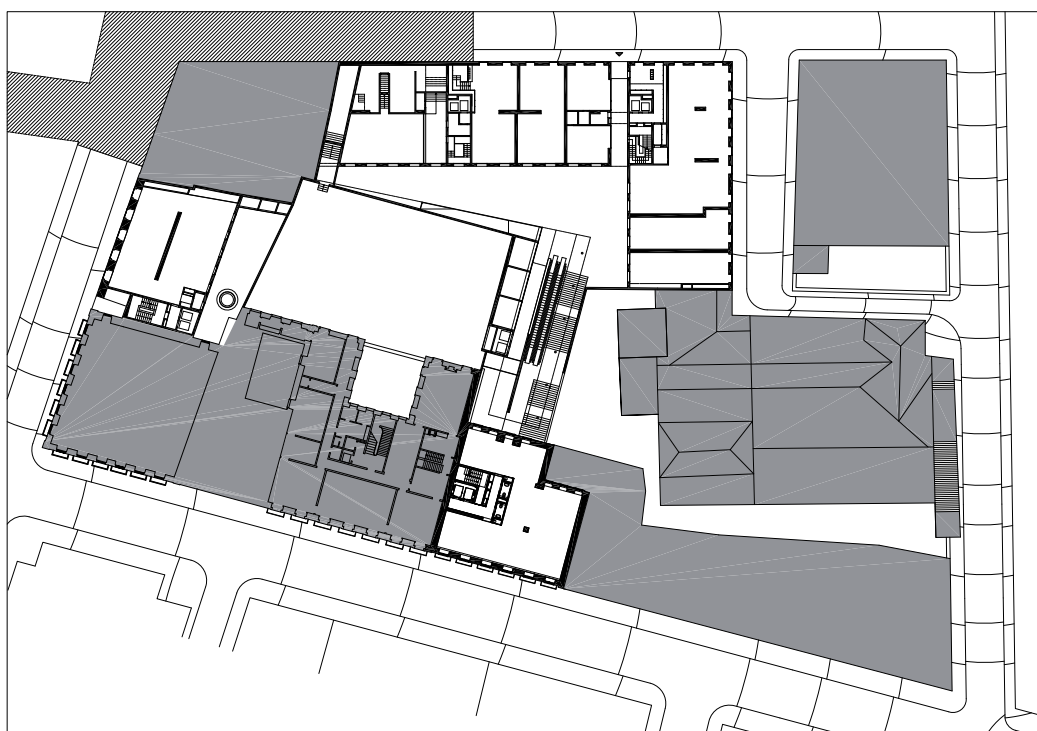


fig.1.33
Q. IMPÉRIO
Planta piso de acesso desde a Travessa do Carmo (fonte: atelier Gonçalo Byrne)



entrada do edifício do mercado, sendo limitado por um muro de contenção orientado a sul.

O Conjunto de edifícios de habitação e Centro Comercial implanta os blocos de habitação no perímetro do lote, deixando a zona central do quarteirão ocupada pelo centro comercial. De modo a proporcionar maior acessibilidade a partir da envolvente até ao interior do Centro Comercial, propôs-se um caminho na zona tardoz do lote, que permite compatibilizar diversos acessos e entradas nos edifícios do centro comercial, mercado e habitação. Este espaço de transição integra também um atravessamento pedonal entre as duas frentes do lote. Nesta intervenção, este espaço está identificado como arruamento – Rua Mestre Martins Correia – clarificando o seu carácter público, embora construído sobre estacionamento privado. Os blocos de habitação situados na frente da Avenida Fontes Pereira de Melo integram uma galeria paralela à avenida ao nível da cota de entrada no centro comercial. A galeria integra uma plataforma, que possibilita uma continuidade entre as entradas dos edifícios ao longo do bloco, que, à medida que a pendente se acentua, se vão separando da rua.

7- Quarteirão Império (1994-1998)

O quarteirão Império, da autoria do arquiteto Gonçalo Byrne, insere-se numa intervenção em oito edifícios na zona alta do Chiado. De promoção privada (seguradora Império), o projeto decorreu entre 1994 e 1998. A obra, atualmente concluída, não obteve licença camarária referente à zona comercial durante alguns anos. A intervenção não engloba a totalidade dos edifícios do quarteirão. No entanto, permitiu a reconversão do interior do quarteirão num espaço de uso público. Do programa fazem parte os usos destinados à habitação, comércio e escritórios. A intervenção localiza-se entre as Ruas Garrett, Serpa Pinto, Travessa do Carmo, Almirante Pessanha e Calçada do Sacramento.

Tal como nos projetos para o quarteirão pátio B e conjunto ISCJ, esta intervenção introduz a possibilidade de ligar duas cotas diferentes, construindo uma transição entre as duas frentes de quarteirão. À semelhança da intervenção no quarteirão Pátio B, existe igualmente a vontade de contrapor a morfologia atual com as possibilidades que existiram na cidade pré-pombalina. A introdução de vários usos pretende revitalizar o tecido urbano a par do redesenho de zonas no interior do quarteirão, introduzindo a possibilidade de atravessamento, mas, também, de ler elementos singulares da envolvente, como a torre sineira da Igreja do Sacramento (Santana, Matos, 2010). Podemos interpretar esta intervenção de Gonçalo Byrne como uma extensão da estratégia desenvolvida por Siza nos quarteirões vizinhos, no sentido de libertar o espaço interior (do quarteirão) para o uso público e de criar atravessamentos e ligações. Deste modo, entende-se que Byrne pretendeu ir ampliando uma rede que Siza havia iniciado. Ao contrário de uma intervenção pontual, sem continuidade, Byrne, tal como Siza, aponta uma estratégia para esta área da cidade.

fig.1.34

SEDE DA OE

Projecto da casa pré-existente (onde se pode observar a implantação da casa e a relação com a envolvente -1920)

(AML - Volume de Obra:25963 Processo 2321 1ª REP-PG- 1920 folha 6)

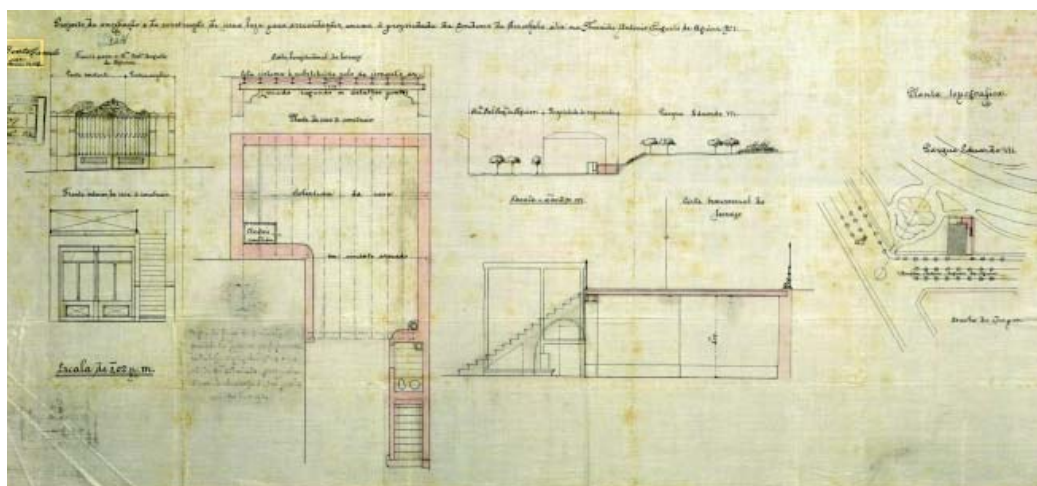
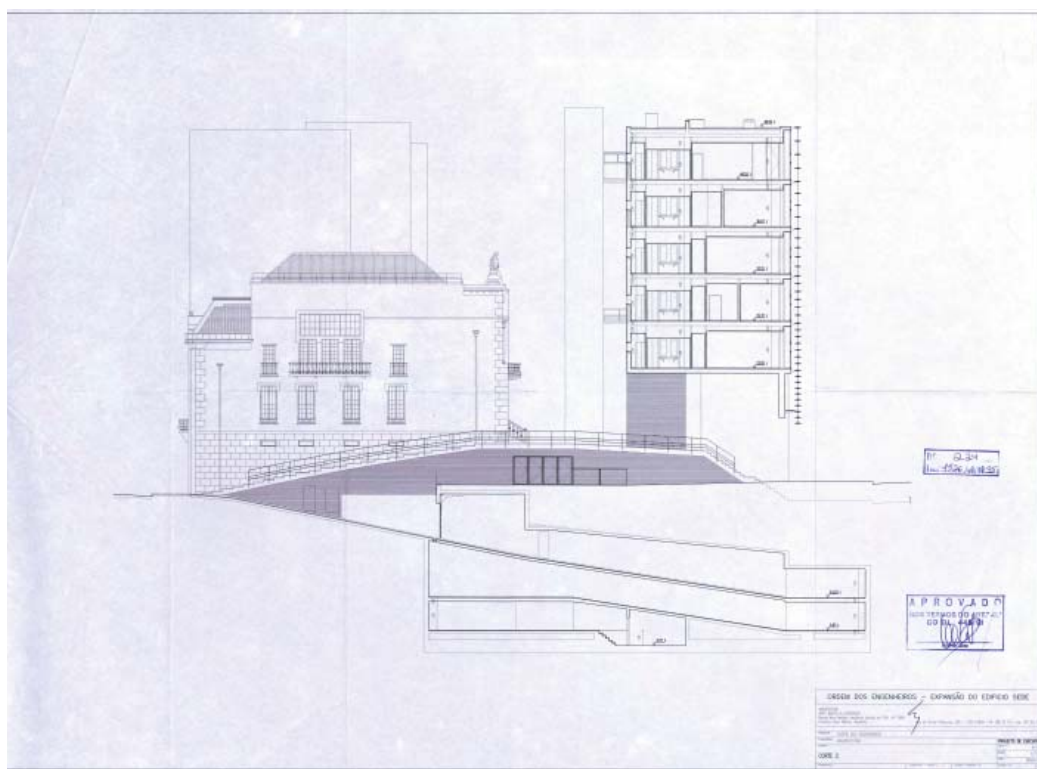


fig.1.35

SEDE DA OE

(AML - Volume de Obra:68871 Processo 1526 - DMPGU -OB -1995 Folha 216)



8- Edifício sede da Ordem dos Engenheiros- OE (1995-1999)

Localizada num quarteirão entre a Avenida Sidónio Pais e a Avenida António Augusto de Aguiar, a antiga casa unifamiliar de três pisos, atualmente sede da Ordem dos Engenheiros, assistiu à transformação do espaço urbano em seu redor. Aquando da sua construção, no início do século XX ³³, a relação com a envolvente estabelecia-se a partir da fachada principal com a Avenida António Augusto de Aguiar e nas traseiras com o Parque Eduardo VII (ver fig. 1.34) *“(…) pelo que respeita à influência que a construção projectada possa ter na aparência do parque Eduardo VII, enterrada, como fica relativamente à avenida de cintura a este não há motivo para indeferir o prédio. 12 de Março 1920* ³⁴”

Contudo, no âmbito do desenho do quarteirão nos anos 40 do século XX, a moradia acaba por ficar inserida no quarteirão, agora com duas frentes. A ampliação do edifício, pelo arquiteto Manuel Aires Mateus ³⁵, implicou *“descontextualizar o palácio para gerar um novo contexto”* (1995: 192).

“A hierarquia original das fachadas, representativa e urbana sobre a vida pública (António Augusto Aguiar) romântica e futura, mas também mais transparente e íntima sobre as traseiras do jardim e parque, é agora invertida pela publicação e valorização do interior do quarteirão que passa a ser o átrio principal.”
(Mateus, 1995: 192)

A proposta torna o espaço privado nas traseiras do edifício original num espaço público de atravessamento entre as duas frentes de quarteirão: uma superfície pétrea e arqueada *“espécie de praça ponte pública entre as duas ruas”* nas palavras do seu autor (Mateus, 1995: 192).

Esta proposta quer consolidar o atravessamento entre as duas ruas e simultaneamente a descontinuidade existente no quarteirão e que é considerada necessária para a valorização do palacete.

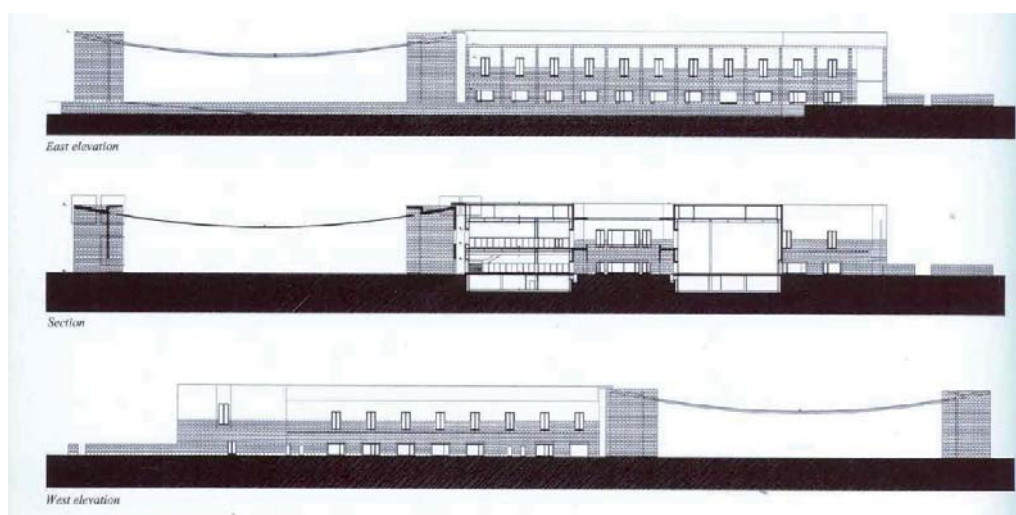
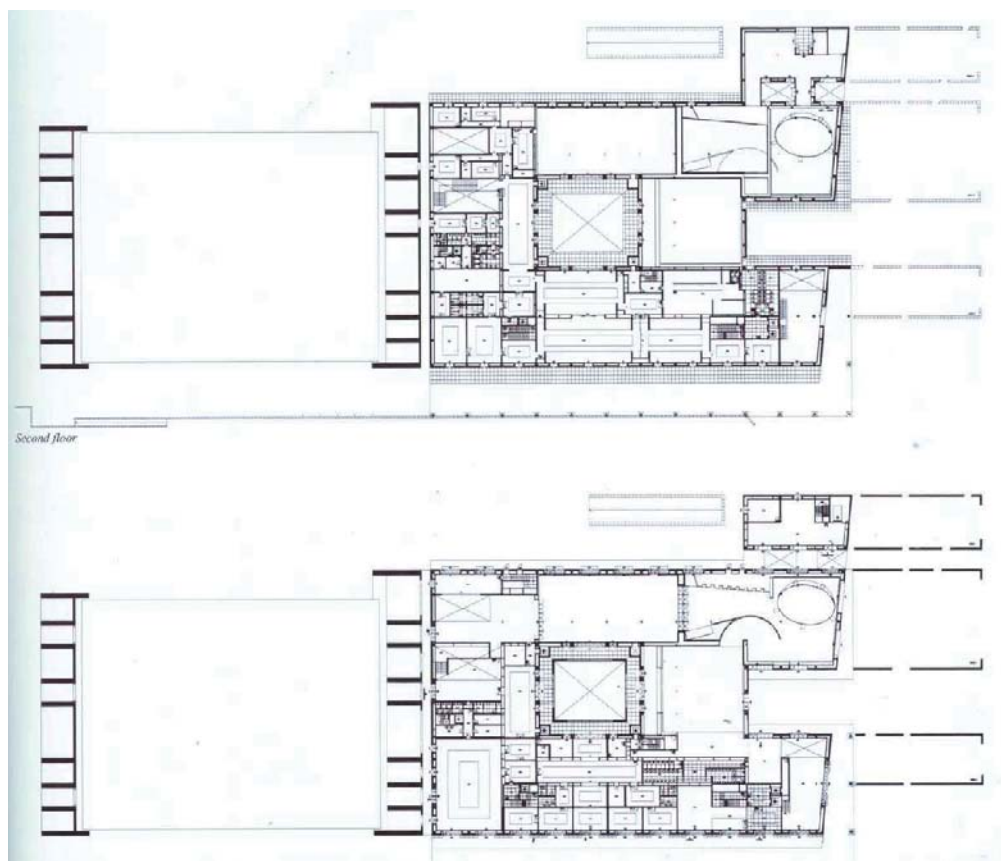
“A abertura do interior do lote através do seu atravessamento é feita de modo escalonado e hierarquizado. Através do controlo e desenho dos enquadramentos propõe-se um processo de ocultação e abertura que permite, pelo efeito surpresa, gerar encadeado de sensações cujo objetivo é claramente valorizar os sucessivos espaços que se percorrer. Assim, a praça central é parcialmente oculta das ruas periféricas. Intui-se a sua presença que convida a aproximação,

33 Primeiro projeto data de 1912 (Processo 4636/1ªREP/PG/1912), Os rés-do-chão era dedicado a cozinha e outros aposentos complementares incluindo um *atelier*; o primeiro piso é o piso nobre que inclui o salão; sala de jantar; *loggia*, quartos principais; no segundo piso grande parte da área é o *“atelier de pintura”* e existe ainda uma galeria de exposição, em 1920 projecto de ampliação (Processo 2321/1ªREP/PG/1920) Projecto de Ventura Terra

34 No Processo 2321/1ªREP/PG/1920 referente à sua ampliação pag.1

35 A obra foi uma iniciativa do bastonário da Ordem dos Engenheiros, que na época era Emanuel José Leandro Maranha das Neves

fig.1.36
PAVILHÃO DE PORTU-
GAL
Plantas e cortes longitu-
dinais (fonte: Futagawa,
Yukio)



para então se descobrir a sua luz, textura, complexidade” (Mateus, 1995: 192).

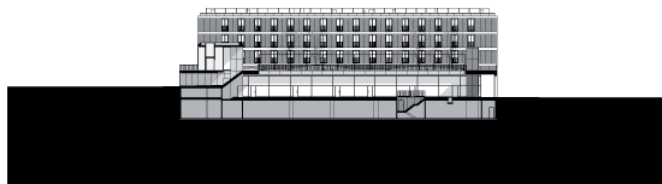
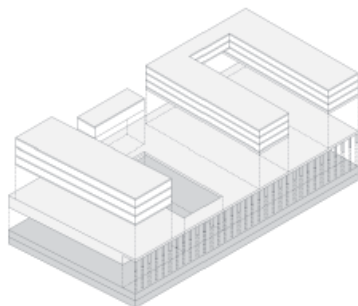
A implantação da ampliação que introduz novas valências no edifício, incluindo um restaurante, tira partido do desnível existente entre as duas frentes do lote, fazendo com que parte da intervenção fique abaixo do espaço que se percorre, e outra parte suspensa entre as empenas na Avenida Sidónio Pais, permitindo a passagem pública por baixo do volume. A proposta deste espaço público foi também pensada sob o ponto de vista do interesse comercial, deixando em aberto a possibilidade de o espaço poder incluir essa valência

“(...) embora se possa reequacionar, em eventual futuro desenvolvimento do projecto, foi decidido não colocar nenhum espaço de loja no percurso de atravessamento de peões, dadas as suas características e dimensões não nos pareciam adequadas à representatividade e rentabilidade deste programa. No entanto, alterando o desenho da escada de acesso à entrada principal pela Avenida António Augusto Aguiar, é possível integrar comércio nos rés-do-chão do edifício Ventura Terra como sugerido no programa” (Mateus, 1995: 192)

9- Edifício Pavilhão de Portugal – (1995-98)

O Pavilhão de Portugal, da autoria do arquiteto Álvaro Siza Vieira, foi construído no âmbito da Exposição Internacional de Lisboa que decorreu em 1998. Programaticamente, foi pensado para acolher um conteúdo expositivo sem haver certezas quanto ao seu destino futuro. Depois da Expo 98, foi utilizado esporadicamente para vários eventos de carácter cultural como conferências e exposições. Recentemente, passou para a posse da Universidade de Lisboa. O Pavilhão é composto por dois corpos: o edifício, de dois pisos, e uma praça coberta. O desenvolvimento do projeto e da obra decorreram em simultâneo com o desenvolvimento do plano urbanístico da zona oriental e a construção do recinto da exposição. Está localizado junto ao rio Tejo entre a Alameda dos Oceanos, e o Cais Português na zona oriental da cidade de Lisboa, antiga área industrial, chamada Parque das Nações depois de concluída a Expo 98. O edifício organiza-se em torno de dois pátios, um interior e outro, aberto, em U para o exterior, dotando os espaços de capacidade de subdivisão e de reorganização. Esta estratégia de flexibilidade espacial proporciona a capacidade de adaptação a diversos programas. O facto de o tecido urbano se construir em simultâneo com o edifício, contribuiu para que a sua implantação fosse entendida pelo seu autor como a construção de um lugar, por um lado, pela expressão monumental de ‘palácio’, por outro, pela força expressiva e estrutural da construção da grande praça coberta que *“estabelece a mais forte associação visual entre terra e água entre todo o ex-recinto expositivo”* (Toussaint, 2013: 341). No remate com os quatro quadrantes (norte, sul, nascente, poente), o Pavilhão constrói espaços públicos de transição. A norte é prolongado num “jardim-labirinto” – um conjunto de muros entrecortados que permitem desfazer a escala do edifício na envolvente. A nascente, uma galeria cobre a varanda nobre sobre o rio e cria um espaço de passagem,

fig.1.37
Q ORIENTE
Axonometria, Alçado
nascente, Corte trans-
versal, Planta Piso 2
(fonte: Promontório Ar-
quitectos)



sombra e descanso. A sul, dois pórticos sustentam a 'pála' que constrói a praça coberta. A poente, uma passagem em túnel permite dar continuidade do percurso em redor do edifício, proporcionando o atravessamento de um dos corpos construídos, amarrando-o ao tecido urbano. (Santana, Matos 2010)

10- Quarteirão Oriente (1996-2003/2004)

O quarteirão Oriente está situado no Parque das Nações, na Alameda dos Oceanos, tal como o Pavilhão de Portugal. Esta intervenção ocorre no âmbito do desenho urbano de toda esta zona, na sequência do plano realizado para a exposição internacional de Lisboa em 1998. O quarteirão resulta da junção de dois lotes pertencentes a duas cooperativas de habitação ³⁶ que tiveram a iniciativa de promover a construção de um conjunto habitacional, acrescentando ao programa residencial comércio/serviços e um bloco de escritórios. O projeto é da autoria do *atelier* Promontório. Os quatro blocos constroem-se em torno de dois vazios situados em duas cotas distintas, uma praça ao nível da rua principal-alameda, e um pátio sobrelevado em relação aos dois arruamentos, que articula os dois blocos residenciais. O pátio-praça permite o acesso desde a alameda a nascente, a partir de um pórtico/galeria, mas também desde a rua paralela através de um núcleo de escadas/elevador situado na parte norte do espaço central. A praça aloja espaços destinados a comércio e serviços e o facto de ter dois acessos opostos permite que se gere um atravessamento pedonal entre as duas ruas, criando assim um quarteirão permeável. Num piso superior à praça, existe também um espaço exterior e de acesso público que permite o acesso ao bloco de escritórios e habitações. Trata-se de uma praça, como é assim entendida pelos seus autores.

11- Quarteirão Picoas Plaza (1997-2002)

A construção do conjunto habitacional e comercial Picoas *Plaza*, limitado pelas Ruas São Sebastião da Pedreira, Filipe Folque, Tomás Ribeiro e Viriato, foi iniciativa de J.A. Santos Carvalho – Projecto e Construção, S.A, e aconteceu na sequência do Plano de Pormenor do quarteirão da Garagem Militar ³⁷ definido para aquela zona pela CML em 1995. O plano ³⁸ previa a construção no interior do quarteirão de um conjunto de edifícios e de um parque de estacionamento em redor de um espaço vazio central, um pátio, que se relacionaria diretamente com a Rua Viriato e através de espaço comercial com a Rua Tomás Ribeiro. Esta intervenção previa a demolição da Garagem Militar, preservando no entanto as fachadas de três dos edifícios na Rua Viriato. O conjunto habitacional incluía também um espaço comercial, serviços, escritórios e um espaço institucional dedicado ao estudo da cidade. O projeto dos arquitetos Jorge Carvalho Ribeiro e Maria Manuela Geirinhas procurou adequar-se ao Plano de Pormenor mantendo a volumetria proposta, ainda que alterando alguns pormenores na forma da cobertura dos edifícios.

36 Coociclo Cooperativa e Espreita Rio Cooperativa

37 Plano de Pormenor do quarteirão da Garagem Militar aprovado em 8 de Junho de 1995 e publicado em Diário da República em 28 de Novembro de 1995

38 Coordenado pelos arquitetos Carlos Duarte e José Lamas

fig.1.38
PICOAS PLAZA
Alçado Rua Viriato
(AML - Volume de
Obra:66351 Processo
1866 - DMPGU -OB
-2000 Folha 78)



fig.1.39
PICOAS PLAZA
Corte através do pátio
(AML - Volume de
Obra:66351 Processo
1866 - DMPGU -OB
-2000 Folha 133)

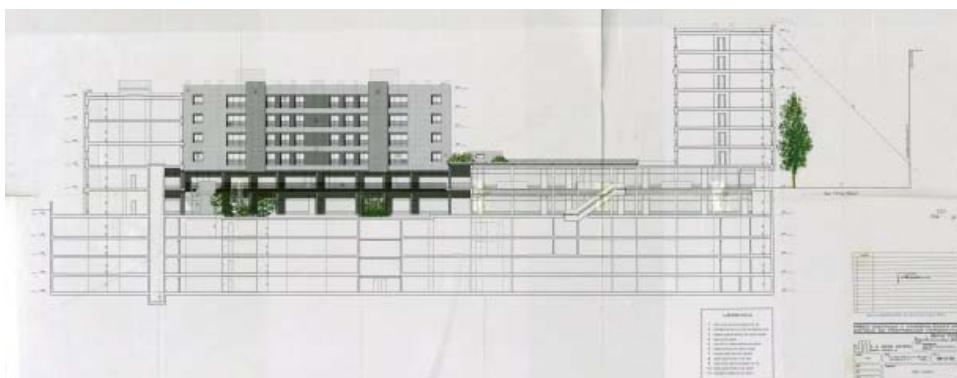


fig.1.40
PICOAS PLAZA
Planta piso -1, cota
70.40
(AML - Volume de
Obra:66351 Processo
1866 - DMPGU -OB
-2000 Folha 120)

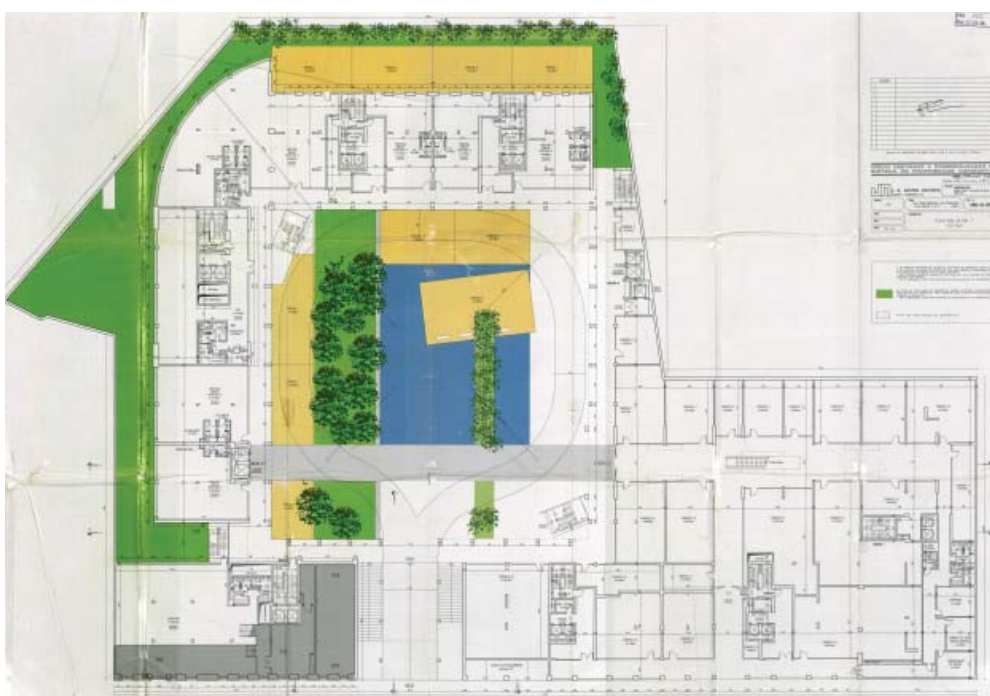
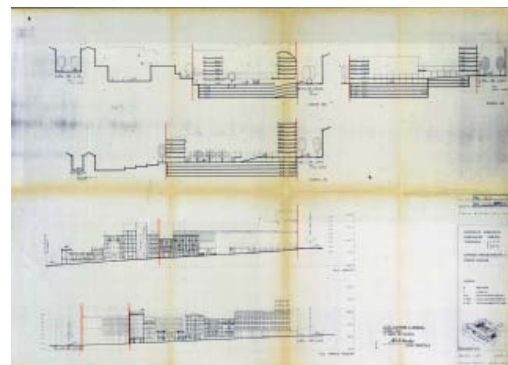


fig.1.41
PICOAS PLAZA
Plano Pormenor
(AML - Volume de
Obra:66351 Processo
2288 - DMPGU -OB
-1997Folha 266, 267)



Do ponto de vista urbano, procurou-se que através da intervenção se pudesse acrescentar um lugar público à envolvente:

“(...)[a]zona central -dada a sua posição em relação às circulações do empreendimento e de cada edifício, funcionará de facto com uma praça que se pretende venha a receber características de grande urbanidade e tratamento singularmente cuidado a nível de pormenores e materiais utilizados.”³⁹ (Ribeiro, Geirinhas, 1997: 111-114)

Contudo, embora o espaço possa ter uma vocação pública, tem constrangimentos no seu uso e na sua ocupação, como aliás ficaria definido já na memória descritiva do licenciamento. Assim, no ponto sobre a manutenção dos espaços comuns, refere-se:

“Atendendo ao tipo de acessos e sua coexistência com os espaços comerciais e áreas públicas, existirá também um serviço de segurança que deverá também ter a seu cargo a segurança nos pisos de estacionamento, bem como o reporte das situações anómalas nos elevadores, se este reporte não for feito directamente por telemanutenção. (...)” (Ribeiro, Geirinhas, 1997: 54-65)

Embora o espaço central inicialmente previsto no plano fosse um espaço exterior aberto, no âmbito do projeto grande parte da superfície da zona central é ocupada por um espelho de água, o que ainda que mantendo o desafogo espacial entre os edifícios e o pátio, retira a possibilidade de este espaço ser ocupado de modo não previsto, como poderia acontecer numa qualquer praça.

12- Quarteirões Alcântara-Rio III 2001-2004/2007

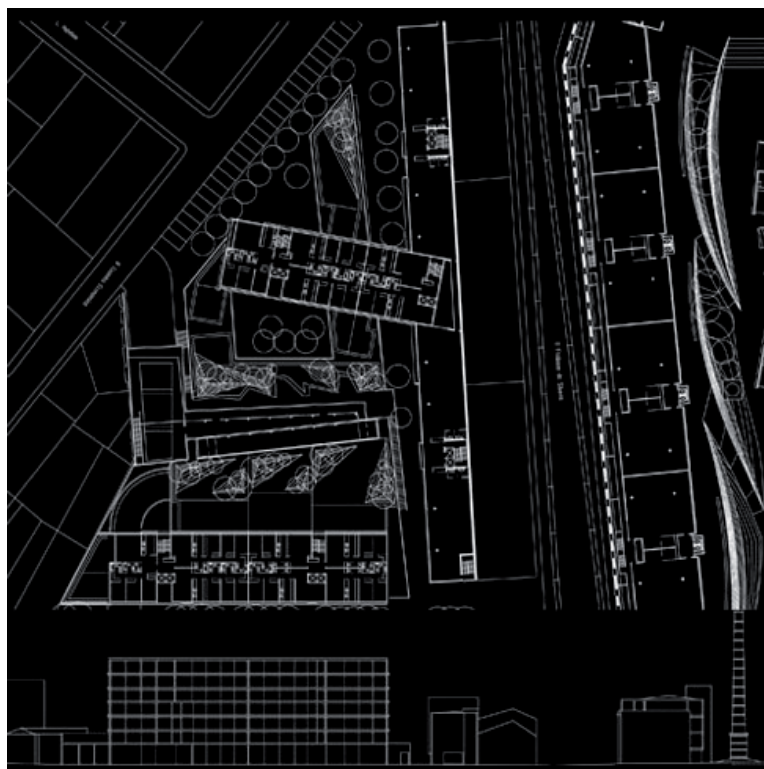
O quarteirão Alcântara-Rio III pertence à terceira fase de desenvolvimento de um empreendimento composto por duas intervenções em dois quarteirões na zona de Alcântara, desenvolvidos pelo *atelier* do arquiteto Frederico Valsassina. Embora sejam intervenções autónomas, foram desenvolvidos sucessivamente. Pelos factos de terem o mesmo promotor – Obriverca e Somague PMG – e de partilharem uma estratégia de projeto e uma linguagem arquitetónica semelhantes, entendeu-se que faria sentido incluir apenas a terceira fase como caso de estudo ⁴⁰. A primeira intervenção decorre entre 1999-2001/2003 e refere-se ao quarteirão da antiga Fábrica União ⁴¹, entre a Rua Fradesso da Silveira, Rua João de Oliveira Miguens e Rua das Fontainhas. A segunda decorre entre 2001-2004/2007 num quarteirão do lado oposto da Rua Fradesso da Sil-

39 Memória descritiva arranjos exteriores Processo 2288/DMPGU/OB/1997, P111-114

40 Ambas as intervenções são consideradas pelo atelier de Frederico Valsassina (segundo o sítio on line, e outras publicações) como fases diferentes de mesmo projeto. Nomeados como Alcântara Rio I e II, fazem parte da primeira intervenção. Alcântara Rio III, da segunda. No concurso Habitar Portugal de 2006-2008, onde participaram, o projeto é nomeado como Alcântara Rio III

41 Também conhecida como Fábrica da Companhia de União Fabril - CUF

fig.1.42
ALCANTARA - RIO
Planta geral e alçado
nascente
(fonte: Valsassina Ar-
quitectos)

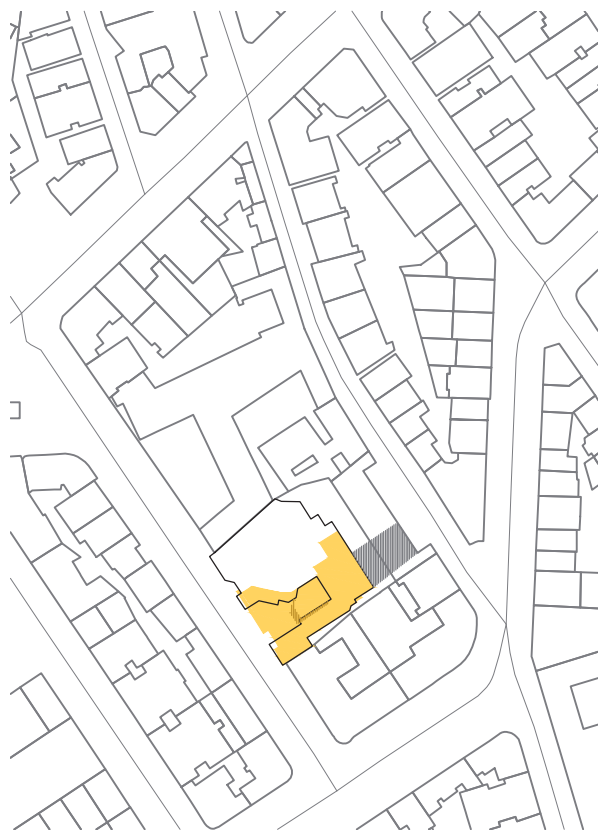


veira, entre a Rua de Cascais e a Rua da Cozinha Económica. O projeto para o primeiro quarteirão divide-se em dois conjuntos de edifícios: um destinado a habitação e comércio (no piso térreo), que integra quatro blocos de edifícios ⁴²; um segundo conjunto, recuperando a fachada principal da Fábrica União – que, com a chaminé, ficaram como vestígios da antiga ocupação – integra dois edifícios de escritórios e de serviços. Partindo da demolição do seu interior, o projeto vai abrir o quarteirão pelo modo como dispõe os novos edifícios, deixando duas faixas de espaço vazio que o atravessam no sentido nascente-poente, uma faixa paralela ao bloco de escritórios e serviços, e a segunda, um novo arrumamento, a Rua A, que divide o quarteirão em duas partes. Através de passagens entre os blocos, também é possível atravessar o quarteirão em todas as direções a partir das vias que o limitam, criando assim uma assinalável permeabilidade pedonal e visual. O conjunto de edifícios residenciais articula-se entre si a partir do cruzamento perpendicular de dois blocos que fazem respetivamente as frentes da Rua João de Oliveira Miguens, no sentido nascente-poente e da rua A, no sentido norte-sul. Os restantes dois blocos habitacionais implantam-se num alinhamento quase paralelo ao bloco nascente-poente, encostando-se ao bloco norte-sul, criando duas pequenas praças abertas a sul e uma terceira aberta a sul-poente. A terceira intervenção, que constituirá o nosso caso de estudo, à semelhança da primeira, também vai abrir o quarteirão, organizando-se a partir de um eixo transversal à Rua de Cascais e à Rua da Cozinha Económica (ver fig. 1.42). Este atravessamento pedonal irá permitir o acesso aos blocos habitacionais e aos espaços comerciais, serviços e equipamento previsto:

«(...)O objectivo primordial em termos urbanos foi atingir uma “privacidade do morador” que não colidisse com a “liberdade do cidadão”, contrariando a filosofia dos condomínios fechados. Os blocos de serviços, ao contrário dos blocos habitacionais, encontram-se totalmente virados para o interior do lote ⁴³.»

42 Do projeto, faz parte mais um bloco em forma de “L” na parte norte do quarteirão (não construído)

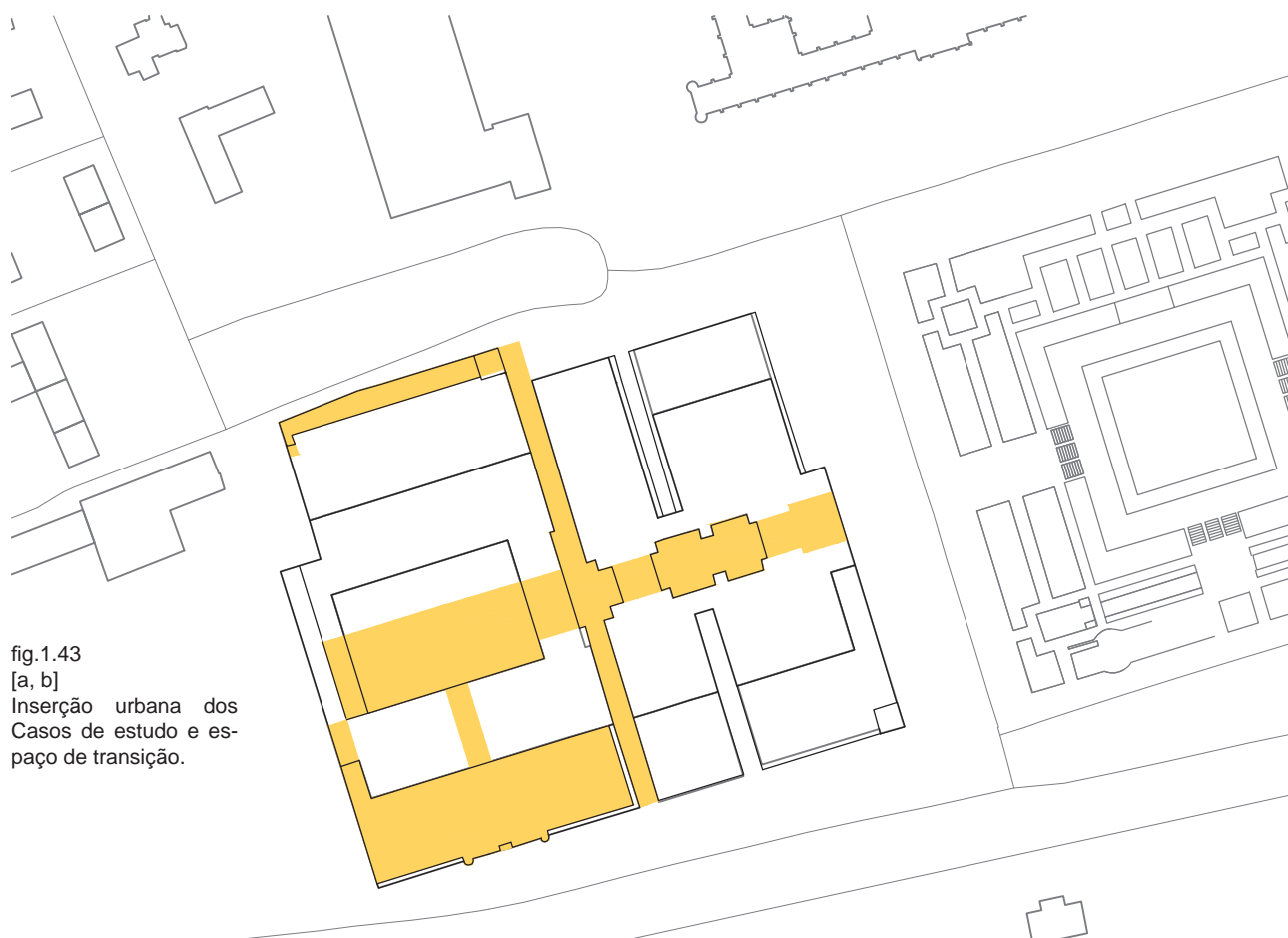
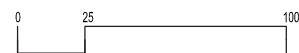
43 In <http://www.habitarportugal.org/ficha.htm?id=156> acesso 12-10-2009 (edição 2006-2008)



1- CONJUNTO ISCJ (1962)

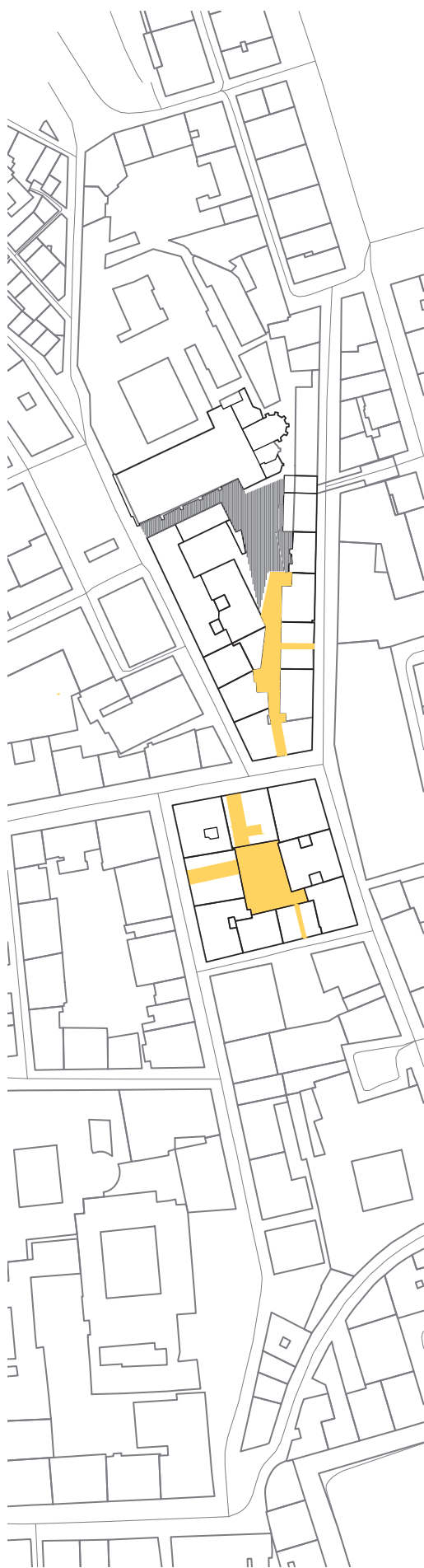


2- EDIFÍCIO FRANJINHAS (1965)

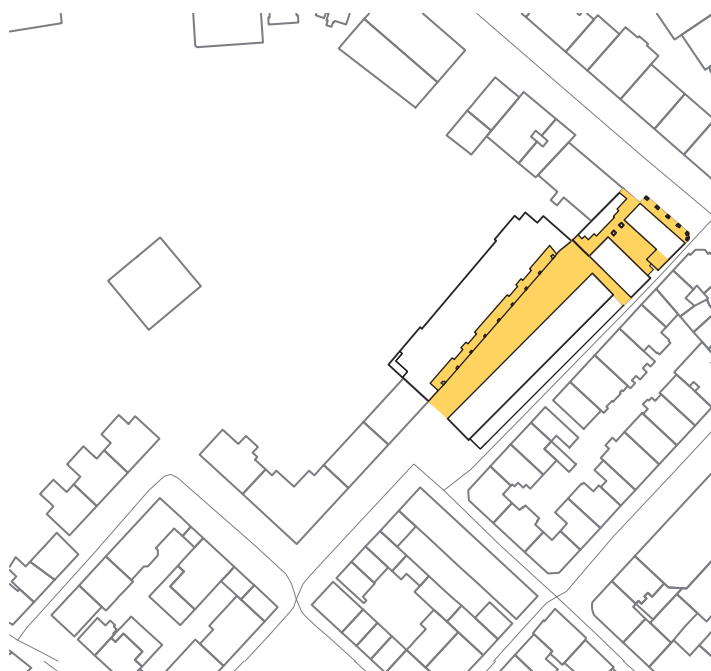


3- EDIFÍCIO CCB (1989)

fig.1.43
[a, b]
Inserção urbana dos
Casos de estudo e es-
paço de transição.



4- PÁTIO A, PÁTIO B (1989)



5- PÁTIO BAGATELA (1991)

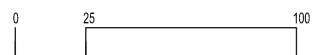


6- CONJ. SALDANHA RESIDENCE (1993)

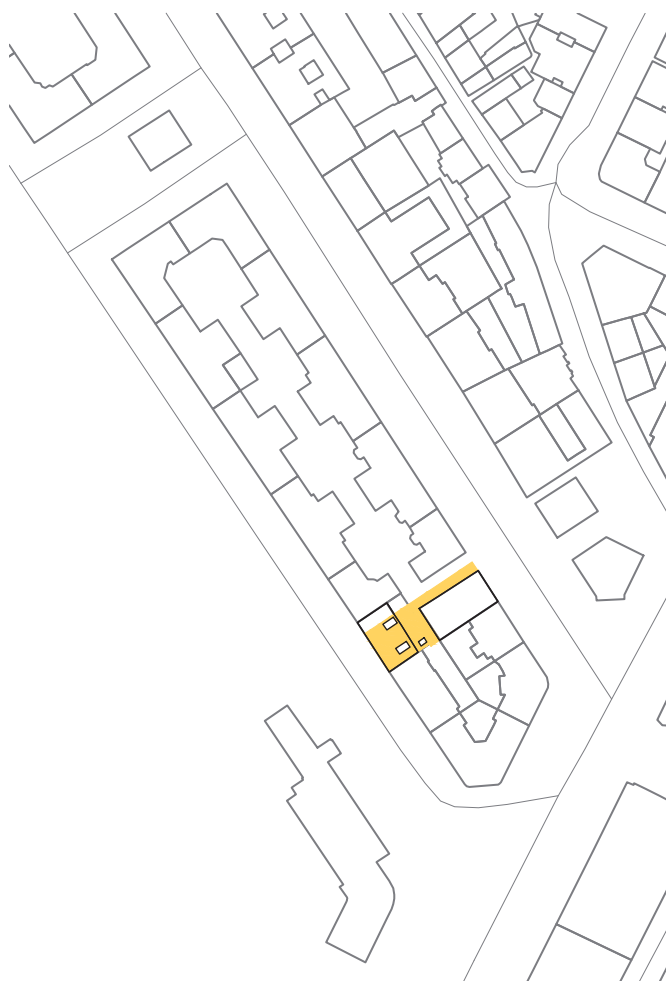
fig.1.43

[c, d]

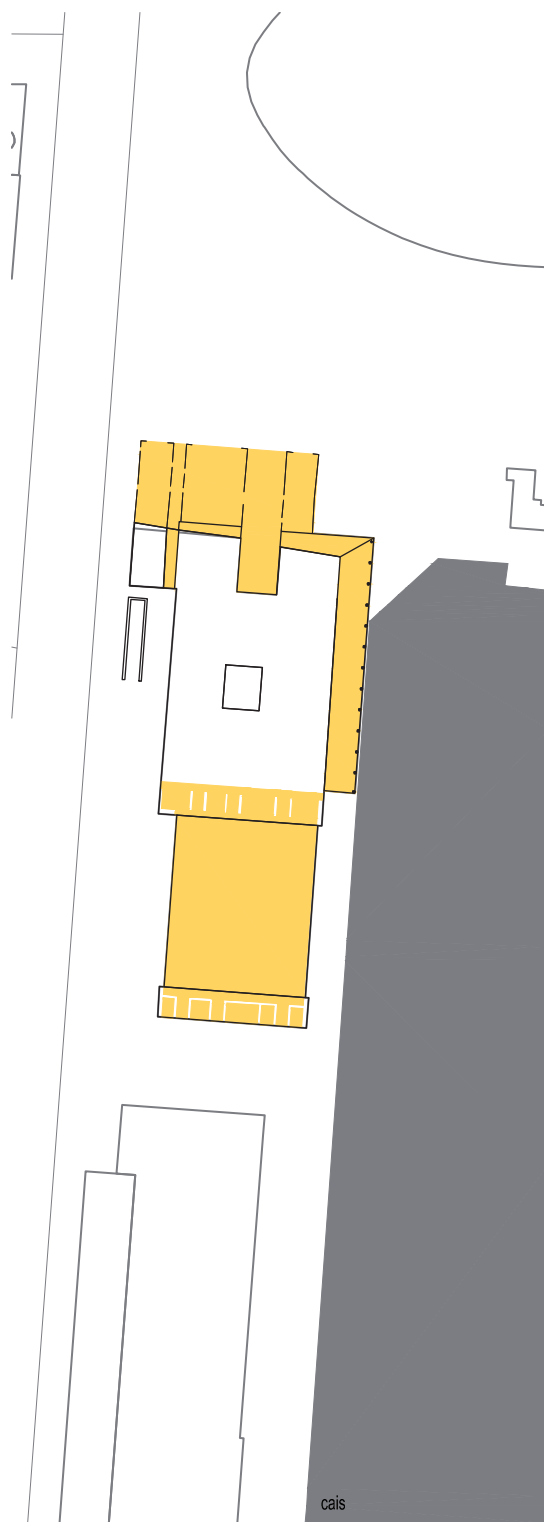
Inserção urbana dos
Casos de estudo e es-
paço de transição.



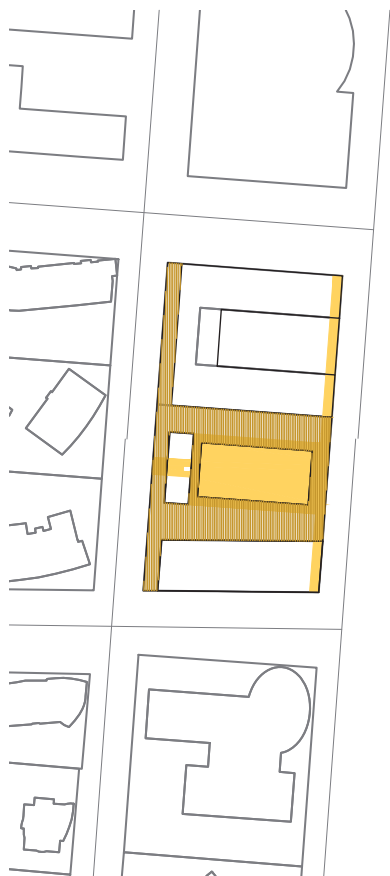
7- QUARTEIRÃO IMPÉRIO (1994)



8- EDIFÍCIO SEDE OE (1995)

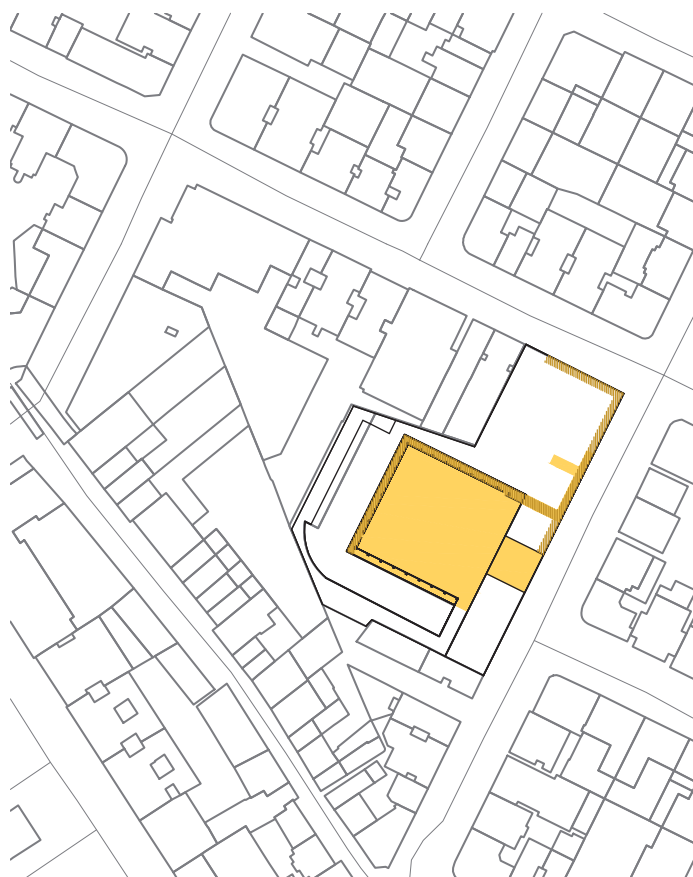


9- EDIFÍCIO PAVILHÃO PORTUGAL (1995)

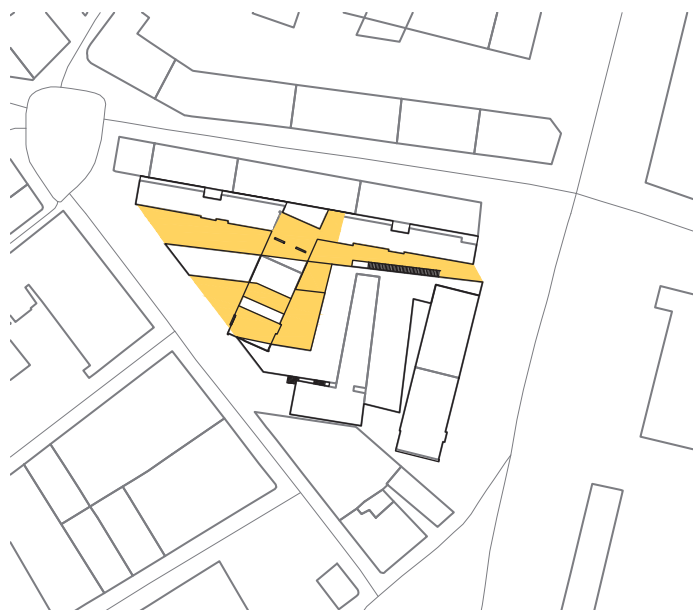


10- QUARTEIRÃO ORIENTE (1996)

- Espaço de Transição (sobreposição)
- Espaço de Transição
- Espaço público



11- PICOÁS PLAZA (1997)



12- ALCANTARA-RIO (2001)

II. EDIFÍCIO E ESPAÇO DE TRANSIÇÃO: O CONJUNTO DA IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

A partir do estudo de um conjunto edificado – Igreja do Sagrado Coração de Jesus e Centro Paroquial – inserido num quarteirão na cidade de Lisboa, pretende-se compreender o processo de construção de uma arquitetura que propõe a existência de um espaço de transição no interior de um lote privado. Além de procurar conhecer as razões que poderão influenciar a presença desse espaço de uso público no âmbito da construção do edifício, será possível comparar com outras propostas arquitetónicas pensadas para o mesmo lugar realizadas no âmbito de um concurso público realizado em 1962. Esta comparação permite refletir sobre as condicionantes gerais e a abordagem específica de cada projeto perante o mesmo problema arquitetónico e urbano e perceber como se evidencia a urbanidade numa estratégia arquitetónica.

II.1 Estudo urbanístico - 1958

O projeto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus e Centro Paroquial surgiu da necessidade de substituir a antiga igreja localizada na Rua de Santa Marta. Esta tinha-se tornado insuficiente para acolher a população da paróquia, cerca de 20000 pessoas, e a sua localização impedia uma ampliação capaz de albergar as novas valências sociais, consideradas essenciais para o exercício de uma atividade pastoral eficiente. De modo a construir a nova igreja, a Comissão Fabriqueira procurou um lote que estivesse inserido numa zona central da paróquia. Havendo pouca disponibilidade de lotes vazios, foi comprado ¹ um terreno estreito com cerca de 2000 m² num quarteirão entre a Rua de Santa Marta, rua onde se situava a antiga igreja, e a Rua Camilo Castelo Branco. O lote confronta-se a sudeste, na direção da Rua Alexandre Herculano, com as empenas de edifícios que fazem o gaveto com essa rua e respetivas traseiras, e a noroeste, na

1 Terreno comprado em 1956 por 7000 contos, cerca de 35 000 euros

fig.2.1
Esquissos do Estudo urbano, Fevereiro de 1958, não assinado (fonte: Arquivo ISCJ)

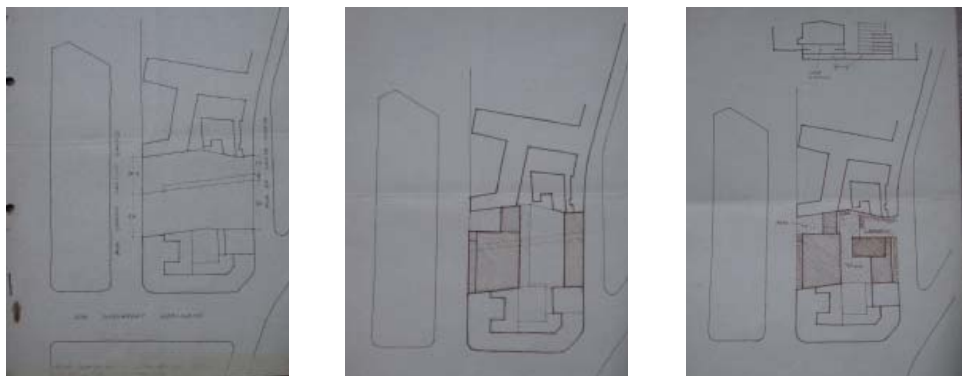
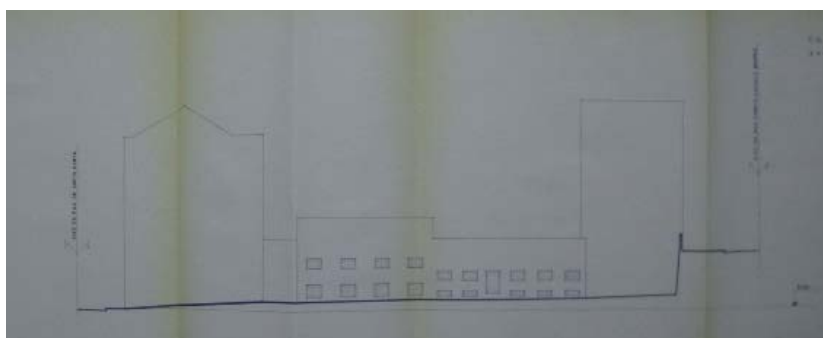


fig.2.2
Foto do Terreno, vista na direção oeste (edifícios a norte viriam a ser demolidos). (fonte: Arquivo ISCJ)



fig.2.3
Levantamento, corte transversal do lote (fonte: Arquivo ISCJ)

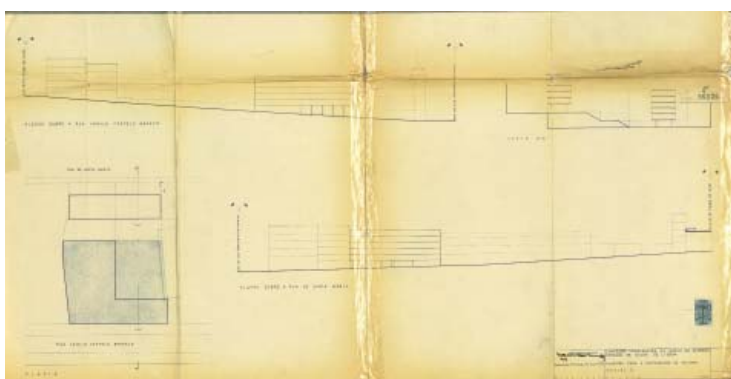
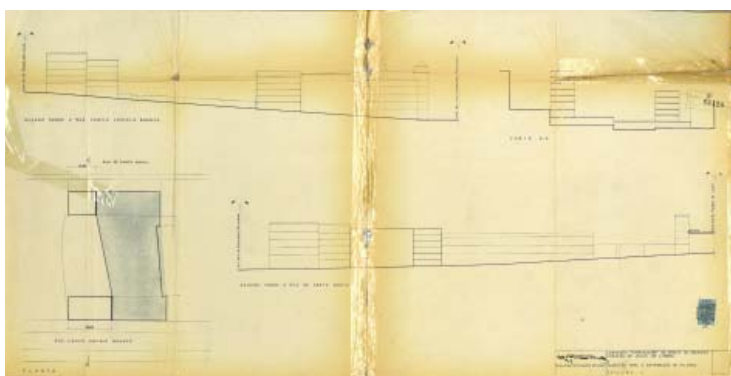
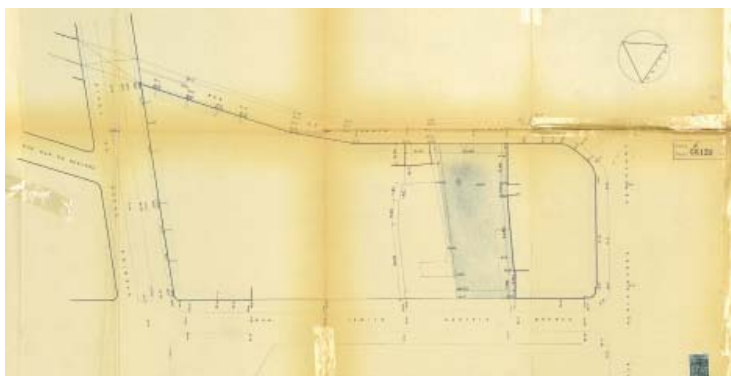


direção da Av. Duque de Loulé, com um muro das instalações da Polícia. Sobre o limite noroeste era uma incógnita o seu desenvolvimento futuro. Entre as duas frentes do quarteirão existia um desnível de cerca de 7 metros. De modo a verificar as potencialidades do terreno, a nível de implantação da igreja e centro paroquial, a Comissão Fabriqueira solicitou ao arquiteto Sebastião Formosinho Sanchez (1922-2004) que fizesse um levantamento e estudo urbanístico de modo a testar as dificuldades e condicionantes que poderia implicar construir num terreno com aquelas características. Este estudo tinha como objetivo avaliar a capacidade de integrar e implantar o programa no lote, ainda antes de lançar o concurso, e de poder solicitar um parecer da Câmara Municipal de Lisboa sobre a construção naquele local. Em 31 de Dezembro de 1958 foi entregue um pedido ² na CML com elementos desenhados e uma memória descritiva. Foram apresentadas duas soluções (I e II) que sugerem uma distribuição de volumes com o objetivo de não comprometer o futuro desenvolvimento e transformações do quarteirão, prevendo no entanto, que o tipo de propriedade existente no quarteirão levaria a que o seu desenvolvimento *“seja lento e de difícil previsão”* (Sanchez, 1958), como se veio a verificar (ver fig.2.5). Tendo em conta os desenhos de Fevereiro de 1958, prévios ao estudo urbano apresentado na Câmara Municipal de Lisboa (CML), podemos verificar que a ideia de uma ocupação dos lotes que tirasse partido da maior frente de rua possível foi uma possibilidade considerada desde o início. Esta solução implicaria sempre uma troca de terrenos de modo a que cada proprietário pudesse ter uma frente de quarteirão mais considerável. Uma questão que também está presente desde o início é a necessidade de estacionamento. No entanto são apresentadas na CML duas soluções bastante diferentes dos esboços encontrados. Propôs-se uma primeira (I) solução em que a implantação ocupa a quase totalidade do lote e uma segunda (II) proposta em que é ensaiada uma troca de terrenos com a propriedade confinante a norte-nordeste, de modo a conseguir uma frente de construção mais alargada ao longo da Rua Camilo Castelo Branco e um acesso pela Rua de Santa Marta. Para concretizar esta hipótese o proprietário do terreno a quem se propôs a troca, ficaria igualmente com uma frente de rua mais generosa, na Rua de Santa Marta. Assim, em vez de duas frentes, com 22 e com 14 metros, passaria a beneficiar de 45 metros. A origem desta proposta prende-se com o facto de se ter verificado que existiria muita dificuldade em adaptar o programa de igreja e centro paroquial ao lote comprado, sem prejudicar parte do programa da construção futura. Mantendo a área do terreno comprado, mas de modo a garantir uma frente mais adequada para a edificação considerou-se que a igreja *“beneficiaria de uma superfície mais quadrangular e com maior extensão de frentes”* (Sanchez, 1958) O terreno passaria a ter uma frente com 49 metros e profundidade de 43 metros. De modo a que o acesso à nova igreja também fosse facilitado através da Rua de Santa Marta, propôs-se a existência de pilares por baixo da edificação a construir nesta frente de rua, permitindo que o terreno da igreja tivesse uma certa permeabilidade. Esta solução permitia *“conferir ao ambiente espacial toques de interesse visual plástico pela existência de jardins, elementos escultóricos, pictóricos, etc.”* (Sanchez, 1958). Tendo em conta

fig.2.4
Bairro das Estacas (um dos autores do projecto é Sebastião Formosinho Sanchez)



fig.2.5
Estudo urbano apresentado na CML em Dezembro de 1958, autor Formosinho Sanchez (fonte: Arquivo ISCJ)



uma maior potencialidade para a construção, a solução II permitiria aos futuros concorrentes *“um esquema de volumes sem demasiada rigidez, mas com uma orientação já definida que se supõe não ser impeditiva de outras compatíveis com o critério que norteou esta solução”* (Sanchez, 1958). Este aspeto foi considerado muito relevante pelo arquiteto pois a complexidade do programa fazia prever uma variedade considerável de soluções a apresentar no concurso e não se queria limitar as possibilidades, mas sim permitir elasticidade aos concorrentes de modo a encontrar uma solução que fosse adequada- qualitativamente e quantitativamente para aquele terreno (Sanchez, 1958). Este aspeto da memória descritiva viria a ser salientado e citado no documento *“Respostas às perguntas formuladas pelos concorrentes segundo as condições A-I-6 E A-I-7 do regulamento”* do concurso de anteprojecto. A Camara municipal seria favorável à segunda solução e num despacho de 1959 referia:

“(...) salientando-se ainda que os direitos dos particulares com terrenos contíguos não deverão ser afectados pela edificação da igreja – nem tão pouco o volume daquela deverá acarretar inconveniente salubridade – pela massa construtiva que implica – ao quarteirão cujas características de quarteirão fechado são de manter” (CML, Processo 66126/1958, folha 16, despacho de 16 janeiro de 1959)

Acrescentaria em 18 de fevereiro de 1959, que *“em caso algum poderá haver acesso a veículos pela Rua de Santa Marta”*. A futura inserção urbana da igreja e anexos estava, por isso, pensada e minimamente testada ainda antes de se lançar o concurso, e este ensaio de implantação de volumes acaba por ter influência no modo como a questão da permeabilidade do lote se veio a apresentar na obra construída.

A solução II fazia parte da documentação entregue aos concorrentes fazendo parte do regulamento. No âmbito da preparação para a realização do concurso foi encomendado, à empresa Teixeira Duarte, um reconhecimento geológico em Novembro de 1960.

II.2 Lote com duas frentes: largura versus profundidade

O facto de ter estudado previamente a inserção urbana da futura igreja permitiu que se observassem as principais condicionantes presentes na concretização do projecto. Em consequência dessa observação, e de modo a beneficiar a implantação de todo o programa previsto para o projecto propôs-se uma troca de terrenos ³ que implicou uma reconfiguração dos lotes. De modo a que o lote da igreja ganhasse largura na Rua Camilo Castelo Branco, ofereceu-se a frente da Rua de Santa Marta em troca da faixa estreita pertencente ao proprietário do lote contíguo. No entanto, para garantir que a igreja tivesse acesso desde a Rua de Santa Marta, esta troca implicava uma solução arquitetónica capaz de permitir essa acessibilidade. Estabelece-se assim uma relação entre os dois edifícios a construir, fazendo com que o edifício da Rua de Santa Marta fosse elevado sobre pilares permitindo a passagem e o acesso ao terreno onde seria edificada a igreja.

3

O procedimento para a troca de terreno realizou-se em 1959

fig.2.6
capa do Boletim “Novas Igrejas”;

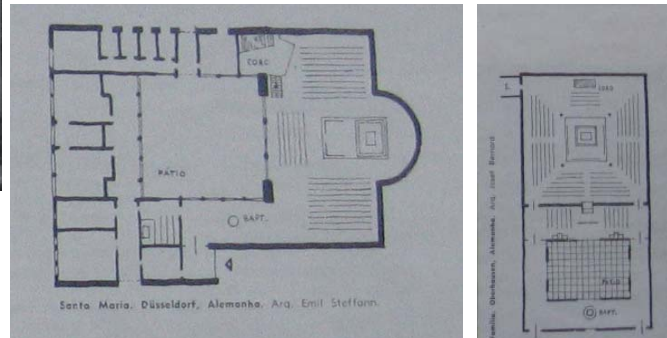
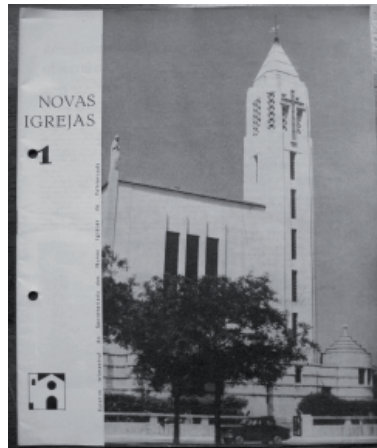


fig.2.7
Imagens de referência publicadas no boletim “Novas Igrejas” Planta da Igreja de Santa Maria in den Benden Dusseldorf (1957-1956), Planta de Igreja da sagrada familia em Oberhausen (1955-58)

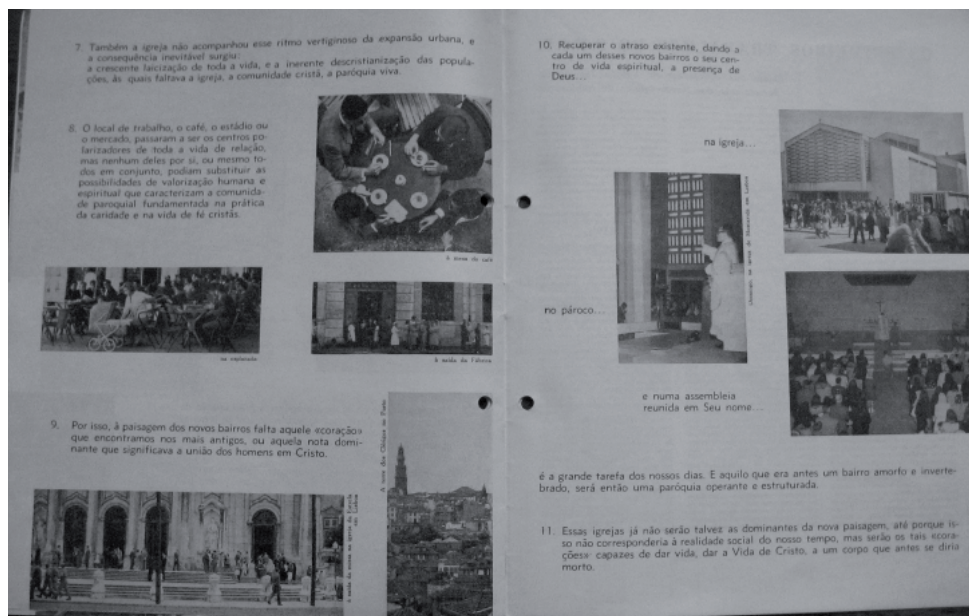
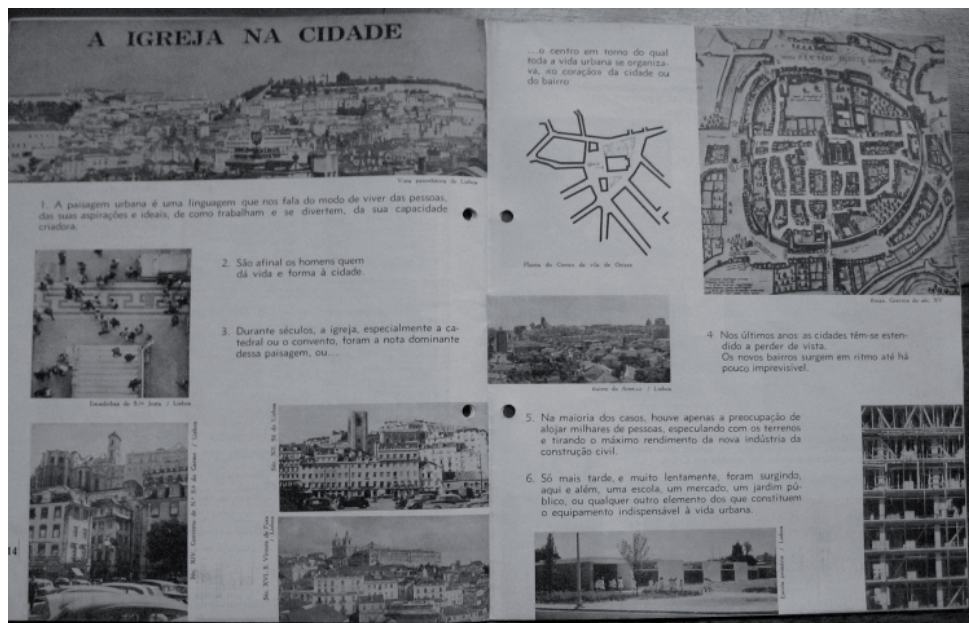


fig.2.8
artigo “A Igreja na cidade” Boletim “Novas Igrejas” nº 1 Janeiro-Março 1961



Este aspeto caracterizador da arquitetura contemporânea define e configura este acontecimento urbano, contribuindo para introdução de permeabilidade no quarteirão. O facto de o lote ter duas frentes urbanas opostas, é propício a uma estratégia de projeto mais permeável em relação à envolvente, como se veio a verificar.

II.3 Concurso de ante-projectos

II.3.1 Programa 1961

O programa de concurso foi elaborado com o apoio do MRAR. O primeiro documento do programa data de Dezembro de 1957 ⁴. Dada a localização da igreja, perto da Rotunda do Marquês de Pombal, numa zona muito central da cidade, o programa ambicionava que esta pudesse ser uma igreja cosmopolita à semelhança da Igreja de São Domingos na baixa da cidade. De modo a reforçar esta ideia considerava-se que a igreja deveria ter dimensão suficiente para acolher a população da paróquia mas também de outras zonas da cidade, país ou estrangeiro. Dentro desta estratégia mais cosmopolita, propunha-se que o salão para atividades culturais pudesse servir uma população mais abrangente e abrir-se à cidade de Lisboa. Do programa, além da igreja, faziam parte espaços para albergar diversas atividades como o Centro de Formação Cristã, salão, biblioteca, salas para catequese; centro de irradiação apostólica, acolhendo organizações, centro de irradiação de caridade, com espaços necessários a serviços médicos sociais e de beneficência.

O programa definia a possibilidade de existirem acessos diferenciados aos espaços do centro paroquial e da igreja e que permitisse o encontro frequente entre os paroquianos⁵ referenciando uma zona central de acolhimento que fosse a “*sala de estar do lar paroquial*” constituída por recinto ao ar livre (pátio, jardim ou claustro). Simultaneamente, reforçava-se a necessidade do adro ser um espaço que servisse para fazer a preparação para a entrada na igreja fazendo a transição entre o espaço público da cidade e o espaço interior sagrado. O programa expõe a necessidade de existirem diferentes acessos aos espaços do centro paroquial, reforçando também a ideia de espaço cosmopolita aberto ao público, tanto pelo carácter das atividades como também pela localização da igreja. O adro é também considerado um espaço especial, e há referência à sua capacidade de lugar de transição entre sagrado e profano. Há referência clara à ideia de pátio ou claustro e à necessidade de um centro que permitisse o encontro entre os paroquianos. Tipologicamente o programa é influenciado por uma nova leitura do espaço da igreja e da sua relação com a cidade. Esta nova interpretação foi sendo difundida através do trabalho realizado pelo Secretariado das Novas Igrejas e do seu boletim, pela divulgação de novos projetos de igreja e artigos temáticos. Há por isso uma expectativa para a colocação dessas novas ideias em prática (ver fig. 2.6, 2.7, 2.8).

4 Segundo documento no Arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus

5 Note-se que sobre esta posição sobre o espaço, como lugar de encontro frequente dos paroquianos viria a ser criticada nos documentos relativos à revisão do projeto de concurso (Arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus)

fig.2.9
Vista do lote em 1961,
SO (fonte: Arquivo
ISCJ)



fig.2.10
Corte esquemático da
passagem sob o edifício
da Rua de Santa Marta,
documento entregue no
âmbito das respostas e
dúvidas no concurso
de ante-projectos. au-
tores: Juri do concurso,
1962 (fonte: Arquivo
ISCJ)

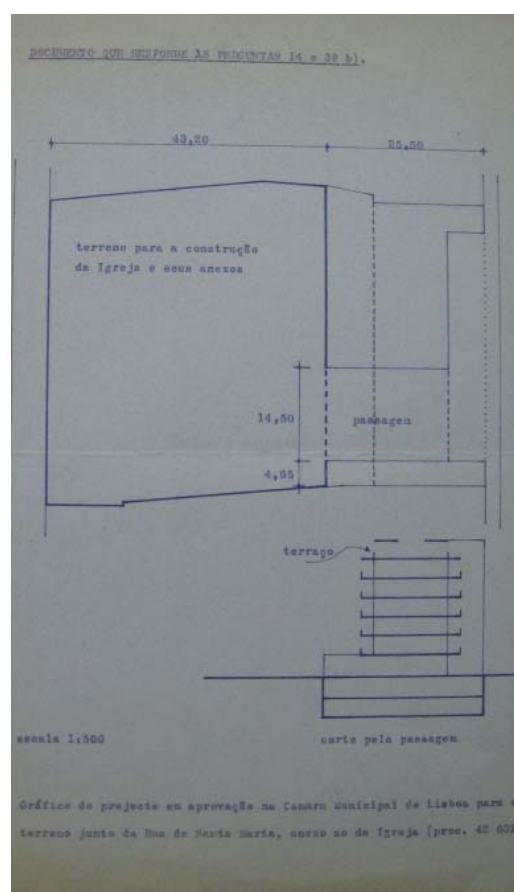


fig.2.11, 2.12
Vista do lote em 1961,
NE, e desde a Rua Ca-
milo Castelo Branco
(fonte: Arquivo ISCJ)



II.3.2 Regulamento, perguntas e respostas no âmbito do concurso

O regulamento incluía uma cópia do Estudo Urbano II que teria de ser tido em consideração nas propostas por parte dos concorrentes. As inscrições para o concurso decorreram entre os dias 3 e 30 de Novembro de 1961. As respostas às dúvidas dos concorrentes foram divulgadas em Janeiro de 1962. Na sequência do período de perguntas, a Comissão Fabriqueira elaborou um documento que sintetizava as *“Respostas às perguntas formuladas pelos concorrentes segundo as condições A-I-6 E A-I-7 do regulamenta do concurso de ante-projecto”*⁶. Refere-se nesse documento que a garantia de passagem de peões e veículos fazia parte do acordo com o proprietário do terreno junto à Rua de Santa Marta. Alguns concorrentes demonstraram interesse pelo destino do terreno a norte (lote da Polícia de Segurança Pública) e, a nascente, (empenas dos edifícios) nomeadamente, como se deveria confrontar a nova construção com esses limites, a nível de afastamentos e outros. Sobre estes aspetos o júri remeteu para o Regulamento Geral das Edificações Urbanas⁷. Considerou-se que ficaria ao critério dos concorrentes a escolha da fachada principal, assim como se deveria ou não existir uma passagem entre as duas ruas. Podemos observar que as perguntas e respostas refletem preocupações urbanas com os limites com que se confronta o lote, as empenas construídas em que a existência de alguns vãos implica que seja salvaguardada a sua ventilação e respetivo afastamento. O facto de se ter que lidar com o projeto do edifício a construir na frente da Rua de Santa Marta também é relevante

O documento que resume as perguntas e respostas que surgiram durante a elaboração do concurso, revela que as dúvidas que suscitaram mais perguntas por parte dos concorrentes referem-se ao estudo urbano, e o modo como este é ou não operativo no âmbito da elaboração da proposta, assim como a questão de articulação com o edifício a construir. Este facto fez com que o júri apresentasse um esquema desenhado da relação entre o terreno disponível para ser construído em que esclarece a questão da permeabilidade com clareza (ver fig. 2.10).

As confrontações com os limites do terreno e empenas também suscitam dúvidas.

II.3.3 Critérios de avaliação: a inserção urbana

A avaliação do júri⁸ fez-se a partir de uma lista de critérios apresentada na ata final onde quatro aspetos principais foram tidos em conta: a relação com a rua e os edifícios vizinhos; a relação entre as diversas partes do projeto; a articulação entre o centro paroquial e residências; e a organização da igreja com enfoque na relação entre os espaços

6 De 31 de Janeiro de 1962

7 RGEU – Regulamento geral das edificações urbanas, Decreto-Lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951, e posteriores alterações

8 Júri: Júlia Guedes, Arq. Octávio Lixa Filgueiras, Arq. Formosinho Sanchez (Presidente do júri) como representantes da paróquia; Arq. Francisco Conceição Silva em substituição do Arq. Bartolomeu Costa Cabral como representante do Sindicato dos Arquitetos; Pe. João de Almeida (relator) representante do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado. O Júri contou ainda a título consultivo com o Arq. Herman Bauer e o Cónego Manuel Falcão.

Quadro síntese: Hierarquização, grupos e autores das propostas entregues

A -PROPOSTAS “HIERARQUIZADAS”					
Hierarquização	1º Prémio	2 º Prémio	3 º Prémio	4 º Prémio	5 º Prémio
Nº da proposta	[11]	[1]	[5]	[12]	[10]
No âmbito da tese	A1	A2	A3	A4	A5
EQUIPA: Arquitectos	Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Vasco Lobo, Victor Figueiredo	João Taveira Pinheiro Guimarães Seródio; Rolando Torgo Rodrigues da Silva; Rui Alexandre Paixão	António A. Aurélio	Erich Corsépius	António Freitas Leal; Maria do Carmo R. de Matos; Diogo Lino Pimentel
Colaboradores	Luís de Almeida Moreira, Pedro Vieira de Almeida				
Engenheiros	Rui Júdice Gamito	Alcino José Paixão	António Areosa Feio	Nuno Martins	
Consultores/Artistas	Pe. Avelino Rodrigues	Escultor José Manuel Aurélio		Pintor Júlio Resende, António Lagoa Henriques	

B-PROPOSTAS QUE FIZERAM PARTE DO PRIMEIRO GRUPO DE SELECÇÃO NÃO FORAM “HIERARQUIZADAS”				C-PROPOSTA SOBRE A QUAL NÃO HÁ COMENTÁRIOS
Comentários no relatório do Júri	“(…)Numa primeira escolha destacaram-se os ante-projectos com os números 1, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12 (…)”			Não há comentários sobre esta proposta
Nº-da proposta	[3]	[6]	[8]	[4]
No âmbito da tese	B1	B2	B3	C1
EQUIPA Arquitectos	Manuel Alzina Menezes, Maria Teresa Capucho; Clementino Rodrigues	José Luís Zúquete, José Duarte P da Silva Bruschy	José Guilherme Sousa de Aguiar Ferreira da Silva; Augusto Lívio Barata Lopes Galvão	José costa silva, Inácio Francisco da Silva
Engenheiros	João Barahona Núncio		Joaquim Fausto Janela Lucas	
Consultores /artistas			Escultor Joaquim Correia	

D- PROPOSTAS “DESADEQUADAS OU SEM QUALIDADE”			PROPOSTAS EXCLUIDAS		
Comentários no Relatório do júri	“(…)que chegam a revelar no caso do nº 9 e nº 13, uma total inadequação ao tema(…)”		“(…)e no nº7 uma absoluta ausência de qualidade(…)”	Excluído (não apresentou cortes à escala 1/500)	Excluído (não apresentou estimativa)
Nº-da proposta	[9]	[13]	[7]	[2]	[14]
No âmbito da tese	D1	D2	D3	-	-
Arquitectos	Luís N. Fernandes Pinto	David Alberto Fernandes Caravana, José Luís Porto	Manuel Travessos Valdez	João Correia Rebêlo	João Castel-Branco
engenheiro	Manuel de Sousa Machado Monteiro de Andrade				Manuel Nave Catalão, Luís Filipe Catalão
consultor	Ag.Tecnico António Candido da Silva Ferreira, Pintor Prof. António Coelho Figueiredo				Escultor Martins Correia

principais e secundários e os percursos e cortejos religiosos entre as diversas partes do complexo.

Sobre as questões de carácter urbano, o júri focou-se principalmente no modo como as propostas fizeram o arranjo urbanístico do quarteirão, a presença volumétrica vista a partir dos eixos principais – Rua Alexandre Herculano e Av. Duque de Loulé - o carácter do espaço de transição (o adro) e o modo como foram tratadas as empenas expostas e outras confrontações. Também foi dada muita importância à relação com o edifício a construir na Rua de Santa Marta. Por não constarem de outros documentos publicados anteriormente, supomos que júri apenas deliberou sobre estes critérios após a entrega dos projetos.

II.3.4 Propostas

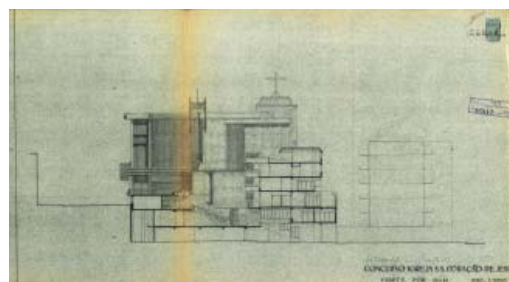
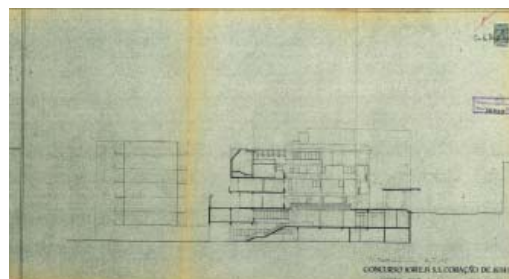
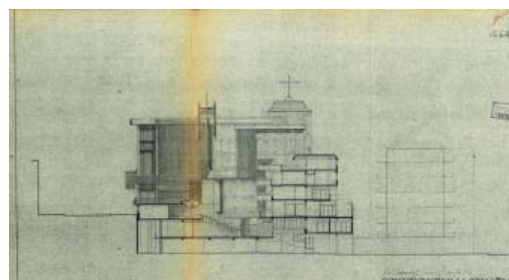
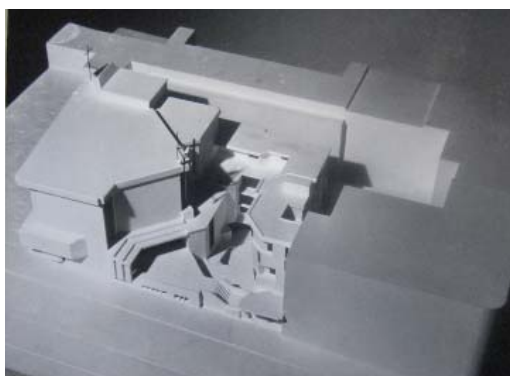
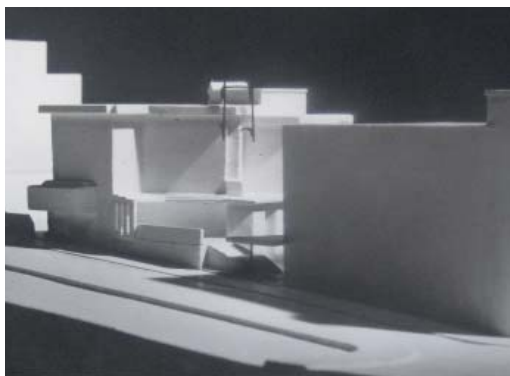
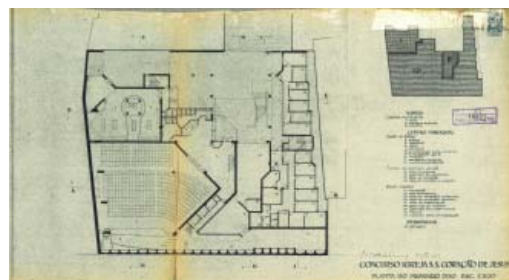
Os concorrentes entregaram as propostas até ao dia 31 de Maio de 1962. Embora tenha havido sessenta e seis inscrições ⁹ apenas catorze propostas foram entregues. O júri refere sobre este aspeto:

“[que] tira à prova o carácter de ampla representação que se esperava lhe fosse dado e pode ser tomado, em larga medida, como índice das dificuldades de que o programa se revestia, nomeadamente no que se refere às relações programa-terreno” (processo 46812/1962, ata do júri, folha 4)

Das propostas entregues, duas foram excluídas por terem elementos em falta, restando apenas doze trabalhos para serem avaliados. Houve uma primeira escolha de oito propostas, que foram consideradas com mérito para serem avaliadas, e desta primeira seleção, foram escolhidas cinco propostas para hierarquização. Sobre as propostas não hierarquizadas não existe nenhuma apreciação sobre os diversos critérios que serviram de base à avaliação. No entanto, e com base na primeira seleção de trabalhos e outros comentários mais genéricos sobre o valor das propostas, foi possível organizar os restantes projetos da seguinte forma: as propostas que fizeram parte da primeira seleção e que não foram hierarquizadas (três); a proposta sobre a qual não existe qualquer comentário (uma), as propostas que foram consideradas desadequadas (duas) e a proposta que foi considerada ausente de qualidade (uma). No âmbito da tese e de modo a facilitar a designação das diferentes propostas, optou-se por uma numeração com base no grupo em que está inserido, isto é: as propostas premiadas fazem parte de um grupo e estão numeradas de acordo com a hierarquização, e as restantes propostas ordenadas de acordo com o grupo onde se inserem (Ver quadro síntese).

9 Entre os inscritos que não participaram estavam os arquitetos Fernando Távora, Luiz Cunha, Duarte Nuno Simões, Vítor Figueiredo, Artur Rosa, entre outros.

fig.2.13
1º prémio, A1, alçado, plantas, cortes, maquete, perspectiva
(fonte: Arquivo ISCJ)



II.4 Propostas hierarquizadas

1º PRÉMIO

Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Vasco Lobo, Victor Figueiredo

A1 (Proposta nº11)

Nesta proposta, os diferentes corpos do conjunto edificado constroem-se nos limites do lote, esvaziando o espaço central. Do lado noroeste a igreja, do lado nordeste e sueste o centro paroquial que se confronta com as empenas expostas. Esta implantação corta claramente a continuidade de traseiras no sentido longitudinal do quarteirão e também a visão do futuro edifício a construir na frente da Rua de Santa Marta (ver fig. 2.13).

O esvaziamento da zona central permite que se construa um pátio na cota intermédia e um percurso exterior, através de escadas, que articula todo o conjunto nos seus diferentes níveis. Este percurso está ligado aos dois acessos – as duas frentes de rua- o que lhe confere um carácter público, pela possibilidade de estabelecer uma continuidade, sem interrupções, com o espaço urbano envolvente.

Embora de carácter público e exterior também poderemos dizer que é um espaço interior. Esta interioridade é caracterizada pela proximidade entre os volumes que acentuam a verticalidade e profundidade do espaço central, contribuindo para a noção de estarmos num espaço contido e bem marcado pelos seus limites. Poderemos fazer uma dupla leitura deste espaço, público e interior, contínuo e contido – de transição.

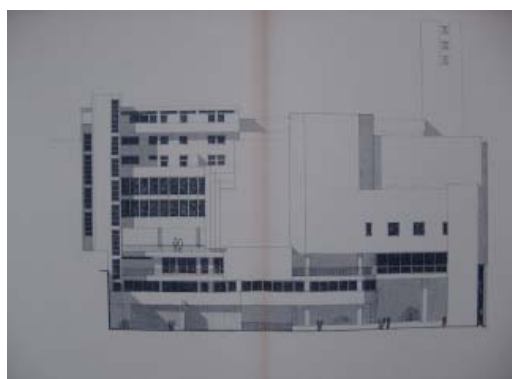
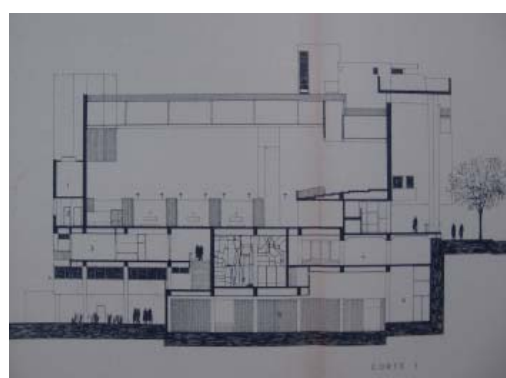
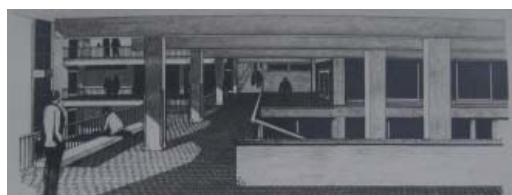
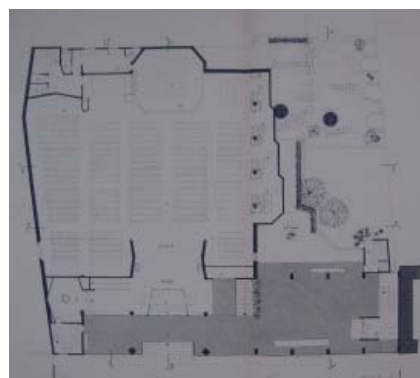
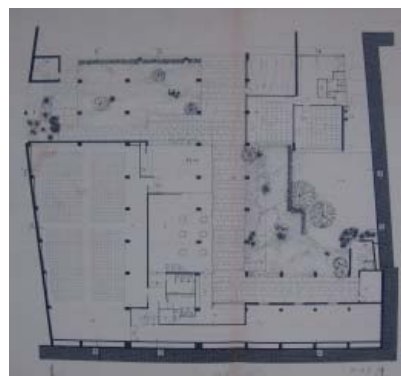
Existe um espaço de entrada na cota mais baixa da Rua Camilo Castelo Branco a partir do qual se ascende ao adro através de uma escada. No sentido descendente a entrada liga-se ao patamar do cartório. Este patamar permite continuar o percurso até ao pátio, e daí a uma outra escada que conduzirá à Rua de Santa Marta. Há uma sequência de patamares que não sendo linear, estabelece uma continuidade entre as diferentes cotas de acesso aos espaços do centro paroquial. Trata-se de um espaço complexo, porque embora exista uma continuidade no percurso, esta implica mudanças de direção do olhar e do corpo. Pode-se intuir numa visão mais abrangente o caminho a percorrer, mas só se consegue descobrir o espaço à medida que o vamos percorrendo. Há um desenvolvimento do percurso que além de ir mudando de nível (subindo ou descendo, conforme o caso) vai mudando de direção, encaracolando no sentido de quem desce, abrindo no sentido de quem sobe.

O pavimento do adro é definido por uma estereotomia que marca a importância deste espaço, em relação a outros não definidos nesta fase do projeto.

Na relação com a Rua Camilo Castelo Branco há também a criação de um ritmo materializado a partir do avanço do volume da igreja e da pala de ensombramento, intercalado pelo recuo do volume das escadas. No confronto com o edifício da Rua de Santa Marta há um desfasamento horizontal entre as varandas e o volume dos pisos do centro paroquial de modo a atenuar este limite. Este jogo de volumes permite criar mais privacidade em ambos os edifícios.

Conceitos chave deste projeto: Continuidade espacial entre as duas ruas e o centro do quarteirão, caracterização de um espaço de transição como um espaço público, complexidade espacial e de percursos, vários níveis de acesso a diferentes parte do

fig.2.14
2º prêmio, A2 alçado,
plantas, cortes, maque-
ta, perspectiva
(fonte: Arquivo ISCJ)



conjunto, existência de um espaço central, desdobramento do espaço, interioridade, espaço contido, a ideia de claustro no pátio central, transição.

O júri assinalou sobre esta proposta a importância da valorização urbana do quarteirão, citando no relatório cinco parágrafos da memória descritiva, onde se justificava o modo como se queria que a igreja tivesse uma presença urbana, e como se tinham descartado as soluções de carácter mais maciço e vertical que eventualmente sobreporiam os espaços do centro paroquial.

“(...)a procura orientou-se desde o início para uma solução aberta transversalmente e que articulasse, através de sucessivos espaços exteriores em socacos, a entrada superior pela Rua Camilo Castelo Branco com a ligação à Rua de Santa Marta”(memória descritiva citada na ata de júri)

Salienta positivamente o facto de a igreja ter presença nos enfiamentos das ruas principais que rodeiam o lote, valorizando a sua integração urbana. Enalteceu o modo como foram “neutralizadas” as empenas dos edifícios vizinhos, no entanto realça o facto de a empena do edifício de gaveto estar muito presente sob o *“elemento coberto que define a entrada para o adro”*. Considera-se também que o edifício na rua de Santa Marta será muito “afrontado” pelo conjunto a construir. Valorizou-se o espaço em socacos e o modo com atenua a *“exiguidade do terreno e o acentuado desnível”*. No final o júri *“considera que o ante-projecto revela conhecimento profundo do tema e apresenta um conjunto de qualidades arquitectónicas que constituem garantia segura de realização de uma obra de valor”*

2º PRÉMIO

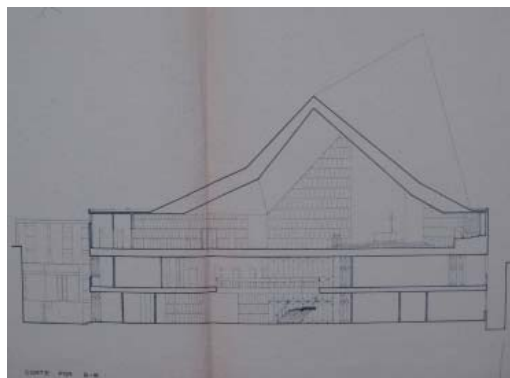
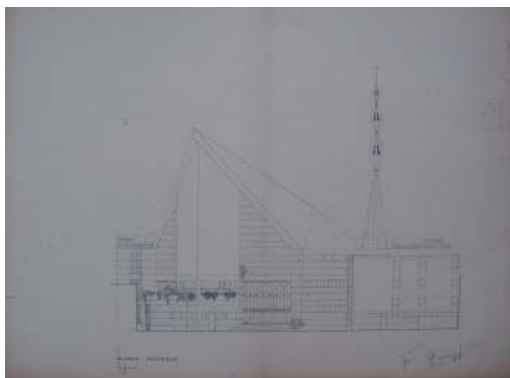
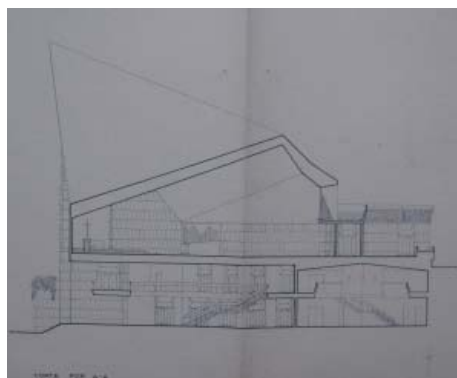
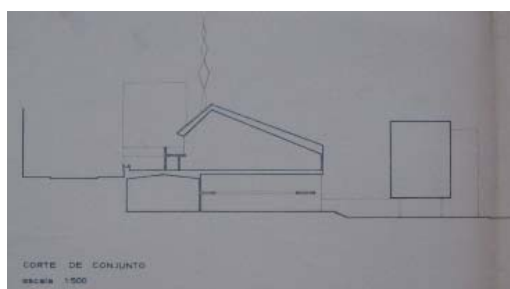
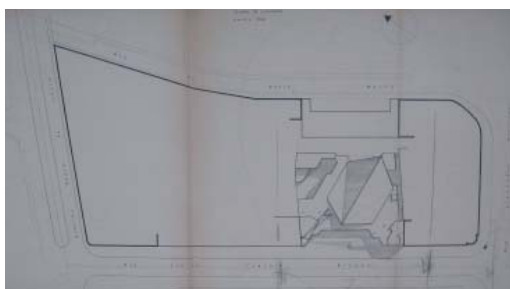
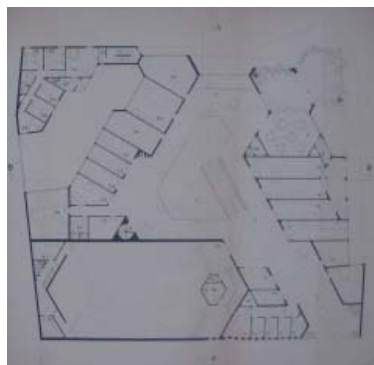
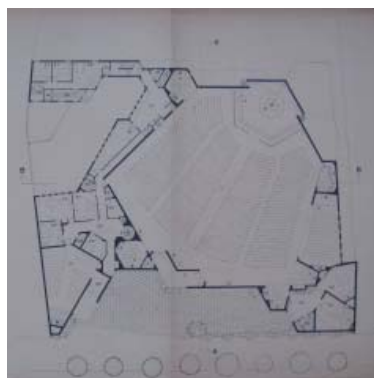
João Taveira Pinheiro Guimarães Serôdio; Rolando Torgo Rodrigues da Silva; Rui Alexandre Paixão

A2 (Proposta Nº1)

A estratégia de ocupação do lote localiza o volume principal no limite sudoeste-nordeste deixando um espaço vazio a sueste. Este vazio relaciona-se com a zona central do quarteirão e contribui para iluminar e ventilar os espaços virados a sueste. No entanto, expõe as traseiras dos edifícios do topo do quarteirão e acaba por criar uma continuidade com o espaço interior do quarteirão (ver fig.2.14).

Na relação com a Rua Camilo Castelo Branco há um recuo do volume principal de modo a criar um espaço de transição entre a rua e a igreja, embora o acesso desde a rua, que é feito por umas escadas, seja direto em relação à entrada do edifício. É como se essa transição fosse apenas formal, na realidade o espaço é tão curto que não prepara verdadeiramente a entrada no templo. Na zona lateral à igreja o espaço de acolhimento transforma-se numa varanda que se relaciona com a frente de rua e com a zona não construída, permitindo descobrir que existem espaços em cotas inferiores. Sob este espaço paira o volume de parte do centro paroquial, apoiado em pilares, que reforça a transparência entre a rua e o interior do lote. Esta transparência permite revelar desde a

fig.2.15
3º prêmio, A3 alçado,
plantas, cortes, maque-
ta (fonte: Arquivo ISCJ)



rua a profundidade do volume construído em oposição ao espaço vazio.

Desde o espaço de acolhimento, uma escada de carácter público conduz aos pisos em cotas inferiores que permitem o acesso à Rua de Santa Marta através de espaços corredor-galeria. Pela representação cuidada dos espaços, onde podemos observar a figura humana nos diversos níveis, vê-se que há uma procura de conferir um sentido urbano a este espaço. Esta proposta também procura qualificar o acesso desde a Rua de Santa Marta. Neste caso, o espaço de interligação é um espaço mais de contemplação, no sentido de que, no piso térreo, permite, por um lado, uma visão de profundidade, e, por outro lado, de circulação. Na zona de acesso desde a Rua Camilo Castelo Branco talvez haja lugar a alguma permanência, estão indicados bancos. O facto de ser um lugar lateral em relação às escadas, não tanto de atravessamento, poderá promover essa qualidade. Também encontramos bancos nos espaços de corredor/galeria. No entanto, estes espaços lineares têm mais carácter de circulação.

Conceitos chave deste projeto: oposição entre volume e espaço vazio, espaço de transição, complexidade espacial e de percursos. Tratamento cuidado das estereotomias, proposta de terraços, profundidade, transparência.

O júri considera muito positiva a articulação geral dos espaços, principalmente os acessos do centro paroquial, valorizando os terraços, zonas cobertas e jardins propostos. Enaltece a integração urbana. No entanto, considera menos positivo o facto de ficarem expostas as traseiras dos edifícios que se relacionam com o pátio localizado a sul. Saliencia como insuficiente a zona de transição e entrada para a igreja, considerando que a dimensão proposta não permite acolher os fiéis nos momentos chave de entrada e principalmente de saída das missas com maior afluência

3º PRÉMIO

António A. Aurélio

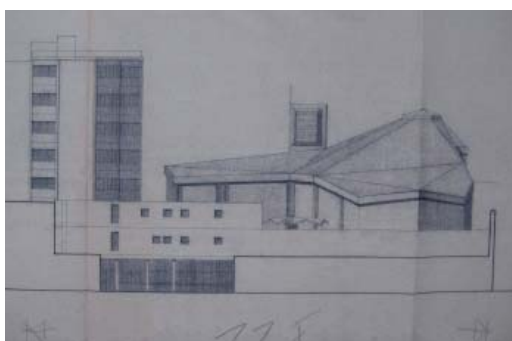
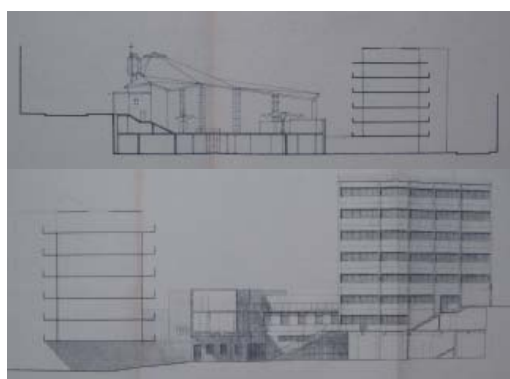
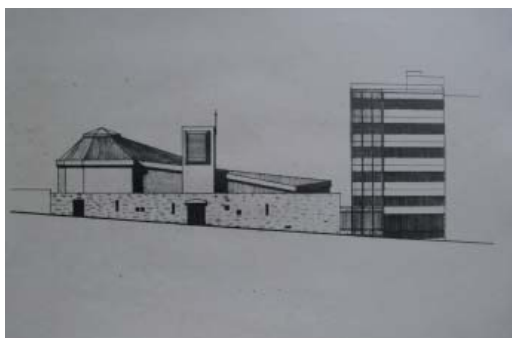
A3 (Proposta Nº5)

A igreja ocupa a zona central do lote libertando espaço para um pátio no quadrante noroeste e um espaço de transição entre a entrada e a Rua Camilo Castelo Branco. O espaço de transição entre o exterior e a igreja tem acesso desde a cota mais alta da Rua Camilo Castelo Branco. Este espaço estabelece-se como um grande átrio exterior que se eleva separando a rua da entrada da igreja (ver fig.2.15).

Sob a igreja está construído o centro paroquial que se desdobra em dois pisos. Este duplo espaço central é unido por escadas que constroem um percurso entre as duas entradas/frentes de quarteirão. Este espaço central funciona como espaço de articulação entre os vários espaços do centro paroquial. Este é um espaço interior e coberto, embora também permita a ligação entre as duas frentes de rua. Tem um carácter privado e, por ser encerrado nos seus limites, com a rua.

Esta proposta faz a distinção entre o acesso à igreja e ao centro paroquial, havendo claramente uma separação entre os dois. Este projeto também faz uma diferenciação espacial através da definição de uma estereotomia de pavimento que caracteriza o espaço público, neste caso o adro.

fig.2.16
4º prémio, A4 alçado,
plantas, cortes, maque-
ta, perspectivas (fonte:
Arquivo ISCJ)



A igreja posiciona-se no sentido nascente-poente. Esta proposta também privilegia a zona de acesso pela Rua de Santa Marta, dando importância arquitetónica ao alçado. O posicionamento da igreja e a configuração do seu volume tetraédrico destaca-se da envolvente, ignorando certamente o impacto do pano de fundo do interior do quarteirão na parte sueste.

Conceitos chave deste projeto: adro sobrelevado, autonomização do volume em relação à envolvente, percurso de união entre as duas frentes de carácter privado.

O júri valorizou a disposição da igreja e o seu eixo diagonal em relação à rua, assim como a zona de acesso. No entanto o júri considera que existe um corte entre esta zona de acesso e a envolvente, ou seja, a proposta ignora de algum modo a envolvente construída da Rua Camilo Castelo Branco e Rua de Santa Marta, e o edifício a construir. O júri defende que a proposta ignora o problema das empenas do lado sul e não prepara o complexo para eventuais modificações do lote a norte. Faz algumas considerações sobre o carácter mais expressionista da arquitetura. Considerou-se que o espaço de acolhimento do centro paroquial e a sua articulação interna muito bem resolvida é um dos pontos positivos desta proposta.

4º PRÉMIO

Erich Corsépius

A4 (Proposta Nº12)

A proposta implanta-se nos limites do lote deixando vazio um espaço central na cota intermédia do terreno. Este espaço central permite ligar as duas frentes de quarteirão, através de uma sequência de escadas que o atravessam e unem a diferença de cota entre as duas ruas. O pátio central articula o acesso aos três corpos construídos, o volume da igreja, o edifício principal do centro paroquial, com oito pisos, e um volume intermédio que se situa no quadrante sueste-nordeste. Existe uma boa acessibilidade desde as duas ruas até ao pátio, o que permite que este possa ser usado como percurso público de atravessamento. No entanto, tendo em conta que na frente da Rua Camilo Castelo Branco existe claramente um portão, este seria de uso mais condicionado. Também poderemos dizer que este é um espaço de carácter interior por se situar numa cota intermédia do terreno, afastado da relação direta com as ruas e limitado pelos três corpos construídos. A frente da Rua Camilo Castelo Branco é composta por um muro que envolve o espaço central e a igreja. Embora pertençam ao mesmo conjunto construído, o muro e os três corpos parecem um somatório de peças distintas, faltando um sentido de unidade no modo como se formaliza a arquitetura. Este aspeto revela-se principalmente se observarmos o alçado principal, onde o muro reforça a ideia de espaço privado separado do espaço público. O muro proposto, embora com uma materialidade distinta, poderá considerar-se uma referência ao muro existente (que existia em 1961, e parte ainda existe) estabelecendo uma continuidade com o lote na cota mais alta da rua e dando um aspeto encerrado ao complexo (ver fig.2.16).

Conceitos chave: somatório de Igreja e edifício, muro desde a Rua Camilo Castelo Branco, pátio central, continuidade entre as duas ruas, centro, espaço central, continui-

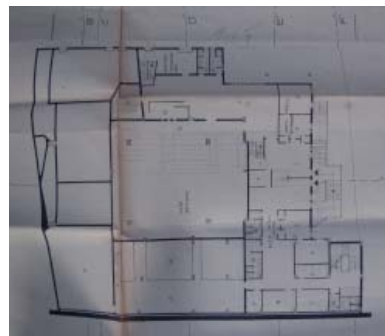
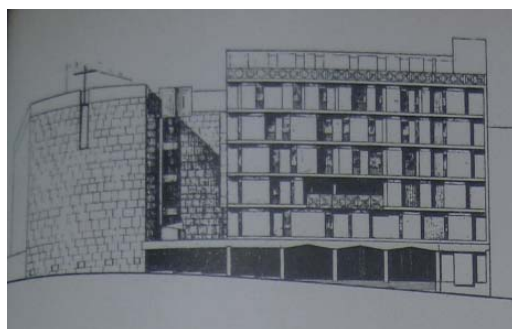
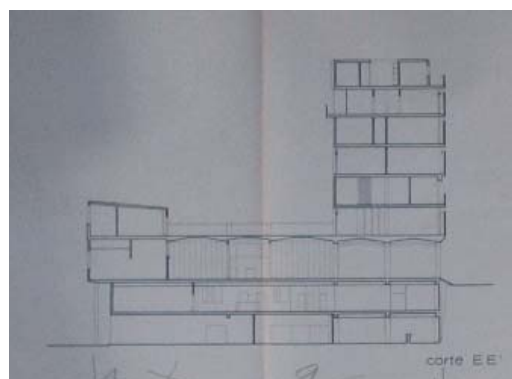
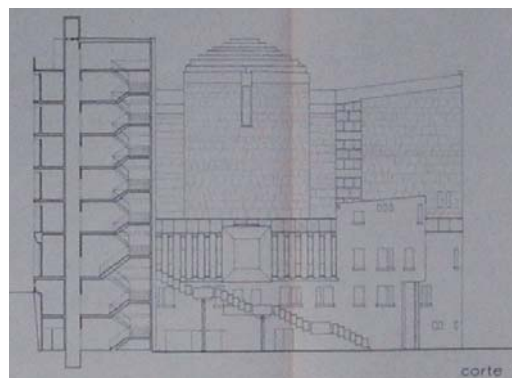
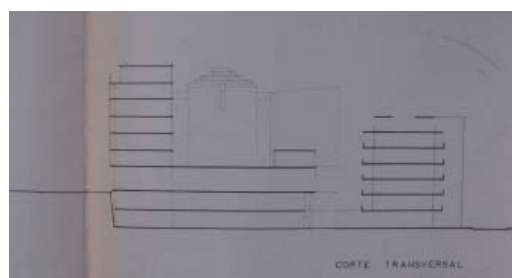


fig.2.17
5º prêmio, A5, alçado,
plantas, cortes, pers-
pectivas (fonte: Arquivo
ISCJ)



dade do percurso. Construção na periferia do lote, esvaziamento central.

O júri valorizou a implantação da igreja e a abertura de um pátio interior, que constrói uma certa intimidade, como oposição ao espaço da rua, e salienta o contraste entre o edifício mais baixo da igreja *versus* o volume vertical do centro paroquial. A implantação do edifício paroquial que estabelece uma relação de continuidade com as empenas é considerada positiva como modo de afirmação arquitetónica em contraste com os restantes corpos mais baixos, numa oposição entre “sagrado e profano” Consideram, no entanto, que há uma fraca articulação entre o conjunto e a envolvente, principalmente do lado norte e no acesso à Rua de Santa Marta.

5º PRÉMIO

António Freitas Leal; Maria do Carmo R. de Matos; Diogo Lino Pimentel

A5 (Proposta Nº10)

A igreja e o centro paroquial implantam-se no quadrante sudoeste-nordeste deixando vazia uma estreita faixa ao longo do limite sueste. Este afastamento permite iluminar e ventilar o acesso à igreja e também a inserção de umas escadas que ligam as duas frentes do quarteirão. Embora virado para o interior do quarteirão, o alçado sueste é tratado com bastante importância, o que poderá reforçar o carácter público do percurso das escadas adossadas a este. No entanto, a largura das escadas é relativamente estreita em relação ao espaço disponível, apresentando uma dimensão mais adequada a um espaço doméstico ou interior. O acesso desde a Rua Camilo Castelo Branco faz-se a partir de um espaço coberto transversal à entrada da igreja. A configuração do espaço permite ampliar a rua para dentro do nártex ¹⁰ criando uma continuidade entre espaço público aberto e espaço coberto, caracterizado por uma estrutura de pórticos. O logradouro ao introduzir luz de nascente no átrio também lhe dá uma certa transparência e noção de profundidade convidando a entrar quem passa na rua (ver fig.2.17).

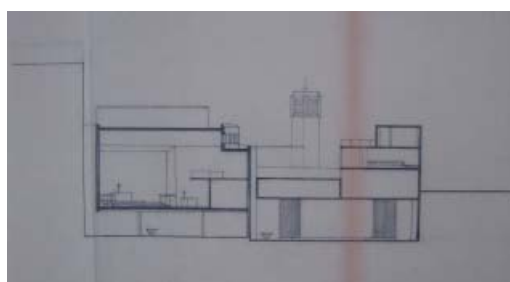
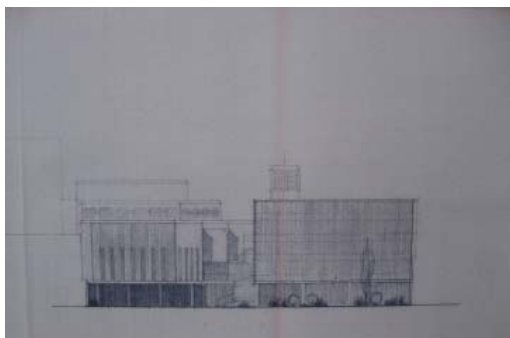
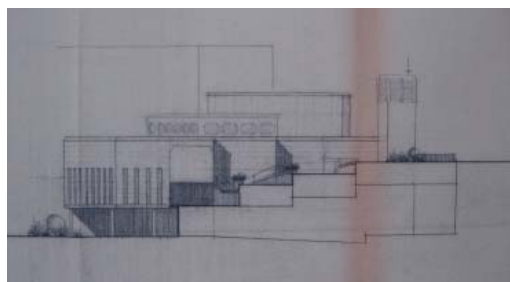
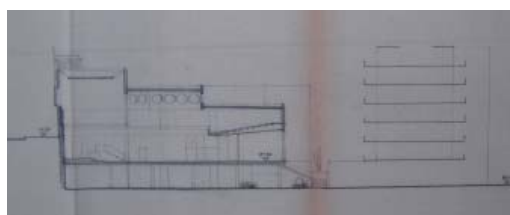
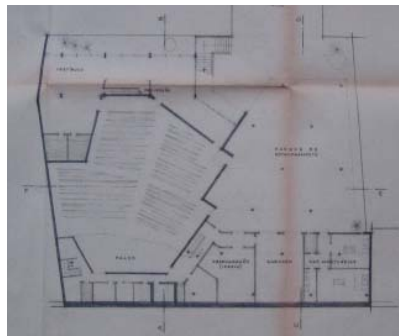
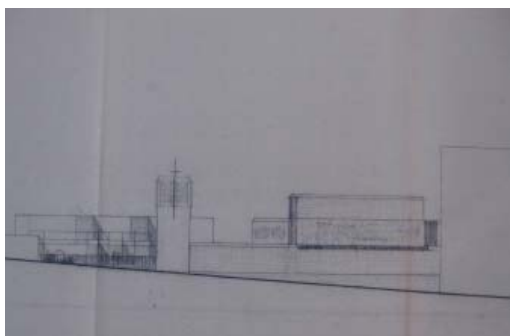
Conceitos chave: um espaço coberto que amplia a rua, galeria em profundidade, logradouro, escadas exteriores de acesso, percurso publico.

O júri considera que se trata de uma proposta rígida, e com uma ocupação maciça do terreno. Assinalam uma articulação menos eficaz entre a igreja e o centro paroquial e de forma geral com a envolvente. Salientam positivamente a articulação interna da igreja.

Depois de ler as considerações do júri, o que podemos concluir é que, embora exista uma lista de critérios de avaliação, o texto do relatório final não justifica as escolhas com base nesta lista, o júri é mais livre na apreciação. Obviamente que os critérios estarão na base da avaliação. No entanto isso não significa que tenham sido determinantes para analisar os projetos. Tal não transparece nas justificações apresentadas em ata.

10 Definição de Nartex: “*espaço coberto adossado à fachada principal de uma basílica a toda a largura; pode ser colocado também no interior precedendo a nave, funcionando como vestíbulo*”(Rodrigues et ali, 1990)

fig.2.18
B1, alçado, plantas,
cortes, maquete (fonte:
Arquivo ISCJ)



II.5 Propostas não hierarquizadas

A partir do relatório do júri, e das propostas não hierarquizadas definimos três grupos: as propostas que fizeram parte de uma primeira seleção (B); uma proposta que não merece qualquer comentário do júri (C); e as propostas que foram consideradas desadequadas (D).

Manuel Alzina Menezes, Maria Teresa Capucho; Clementino Rodrigues

B1 (Proposta Nº3)

A proposta ocupa os limites noroeste e sueste, deixando vazio um corredor central ao longo de um eixo diagonal que atravessa o lote. Este espaço é composto por uma sequência de patamares que acompanham o desnível do terreno. Articulados por lances de escadas, permitem aceder aos espaços do centro paroquial e igreja. O espaço exterior favorece a ligação clara entre as duas ruas, fazendo coincidir o percurso de carácter urbano com o deambular pelas diferentes partes do programa. Este espaço de atravessamento permite ter uma perspetiva clara da continuidade do espaço público, unindo as cota mais alta do terreno à cota mais baixa. A presença volumétrica na Rua Camilo Castelo Branco, de carácter mais horizontal, é reforçada pela empena do edifício contíguo ao lote e pela presença da torre sineira, elemento vertical que marca e referencia o conjunto em relação à envolvente (ver fig. 2.18).

Conceitos chave: construção na periferia do lote, espaço vazio central, espaço de atravessamento diagonal em relação aos arruamentos, espaço central definido por plataformas em sequência, união através de lances de escadas, perspetiva clara em relação ao espaço central, sequência, continuidade.

José Luís Zúquete, José Duarte P. da Silva Bruschy

B2 (Proposta Nº6)

A proposta constrói um volume maciço ao longo da Rua Camilo Castelo Branco, ocupando o lote em toda a profundidade mas deixando um logradouro no quadrante sudeste-nordeste. Existem acessos nas duas frentes do quarteirão mas não existe nenhum atravessamento público entre estas. Desde a Rua Camilo Castelo Branco, uma escada conduz ao átrio interior que, ligado a um corredor transversal, faz o acesso à igreja. Este corredor é iluminado e ventilado desde o centro do quarteirão, no alçado sueste. A articulação entre os pisos faz-se a partir de escadas no interior do edifício. Estas, pela sua configuração e dimensão, têm um carácter doméstico em oposição a um carácter mais público do edifício. Esta proposta não oferece nenhum espaço de carácter público. Falta dimensão e carácter aos espaços de acesso ao interior (ver fig.2.19).

Conceitos chave: acessibilidade reduzida, espaços de articulação entre interior e exterior com escala doméstica, escada interior de ligação entre diversos níveis.

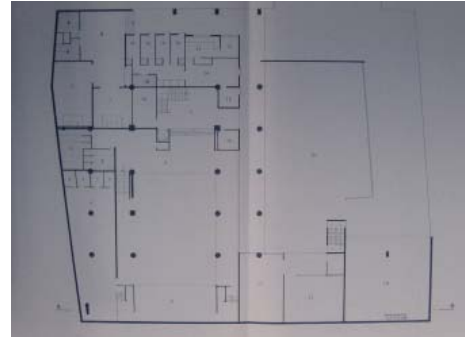
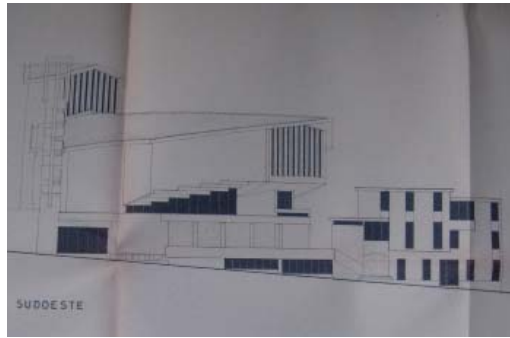
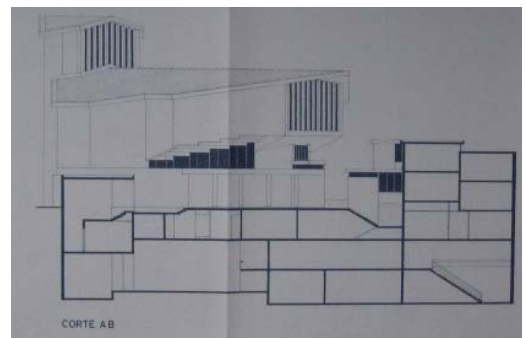
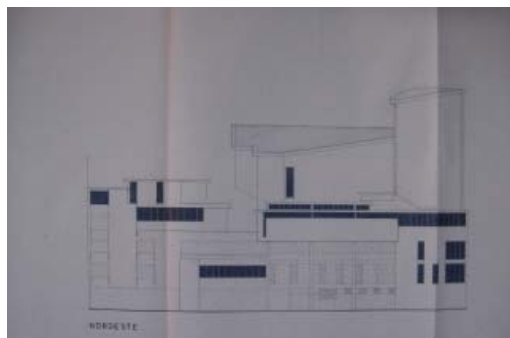
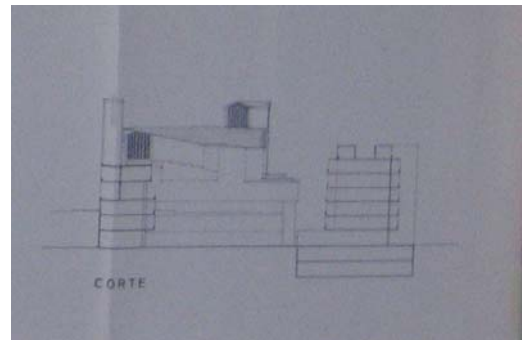
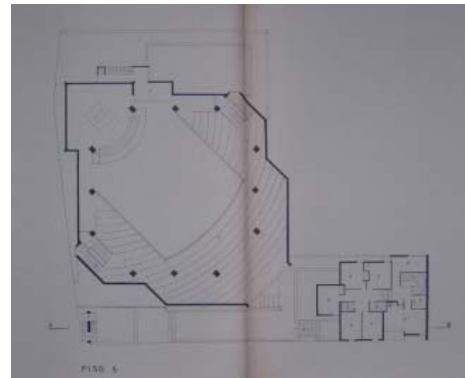
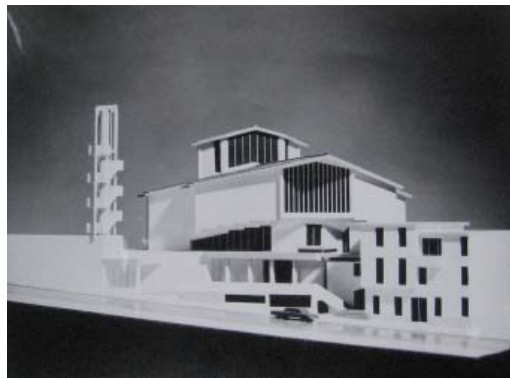


fig.2.19
B2, alçado, plantas,
cortes, maquete (fonte:
Arquivo ISCJ)



José Guilherme Sousa de Aguiar Ferreira da Silva; Augusto Lívio Barata Lopes Galvão

B3 (Proposta Nº8)

O volume da igreja é recuado em relação à Rua Camilo Castelo Branco, ocupando o lote em toda a profundidade no quadrante sudoeste-nordeste e deixando vazio um espaço quadrangular no quadrante sueste-nordeste. Este lugar não ocupado faz com os espaços do centro paroquial se relacionem com o interior do quarteirão e traseiras do edifício a construir no limite da Rua de Santa Marta (ver fig. 2.20).

Uma plataforma sobrelevada paralela à rua funciona como transição entre o espaço público, a igreja e os restantes espaços do centro paroquial. A partir desta plataforma longitudinal também se acede aos pisos em cotas inferiores através de um percurso que vai deambulando pelo interior do edifício. Este percurso permite chegar até à Rua de Santa Marta mas a sua configuração, pouco clara dentro do edifício, faz com que o seu uso seja de carácter privado pouco integrado em relação ao espaço público envolvente. A torre sineira como volume vertical estabelece-se com elemento de sinalização e referência na cota mais alta do lote na Rua Camilo Castelo Branco.

Conceitos chave: ausência de continuidade de espaço público entre Rua Camilo Castelo Branco e Rua de Santa Marta, adro elevado, igreja recuada, logradouro, espaço reduzido para receber a igreja.

José Costa Silva, Inácio Francisco da Silva

C1 (Proposta Nº4)

O lote é ocupado por dois volumes distintos e uma torre sineira, deixando um estreito logradouro no lado sueste. O volume cúbico do centro paroquial é recuado em relação ao volume mais alongado da igreja e organiza-se em torno de um pátio central. O espaço recuado permite o acesso à igreja que tem a sua entrada num piso superior à cota da Rua Camilo Castelo Branco. A ascensão até à entrada faz-se por um passadiço e umas escadas paralelas à rua. Embora também se possa entrar no centro paroquial através da Rua Camilo Castelo Branco, a sua entrada principal faz-se a partir da Rua de Santa Marta. O edifício tem percurso interior de carácter privado que permite usar o edifício a partir das duas frentes (ver fig. 2.21)

Conceitos chave: dois tipos de acessibilidade a distintas partes do programa, acesso interior entre as duas ruas, adro elevado, paralelo à rua, longitudinal.

Luís N. Fernandes Pinto

D1 (Proposta Nº 9)

O volume da igreja é recuado em relação à rua, fazendo com que o adro se estenda ao longo de toda a fachada principal. Esta fachada é marcada pelo contraste entre a torre sineira, elemento vertical, o volume longitudinal da igreja e um volume cubico mais baixo, da capela. O centro paroquial localiza-se sob a igreja, nos pisos inferiores, assim como o restante programa. Desde a Rua de Santa Marta o acesso faz-se por um espaço coberto, perpendicular à rua, que também articula partes distintas do edifício. A partir

fig.2.20
B3, alçado, plantas,
cortes, maquete (fonte:
Arquivo ISCJ)

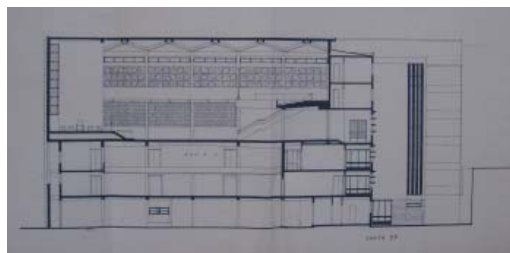
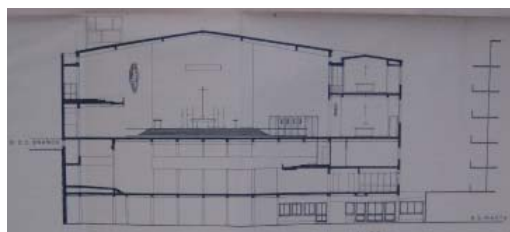
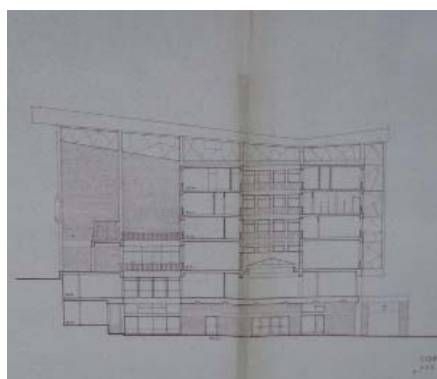
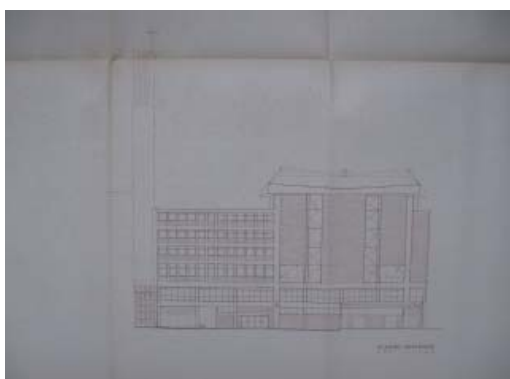
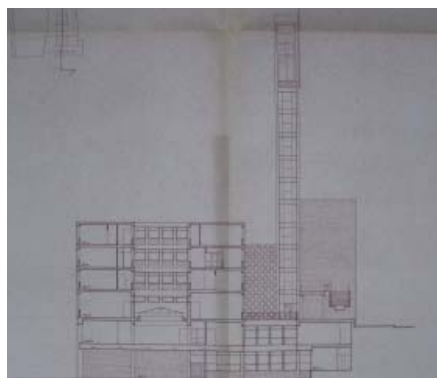
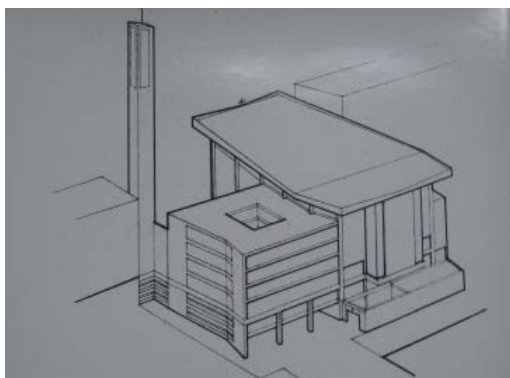
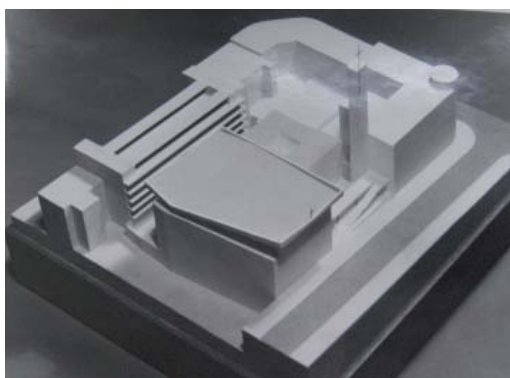
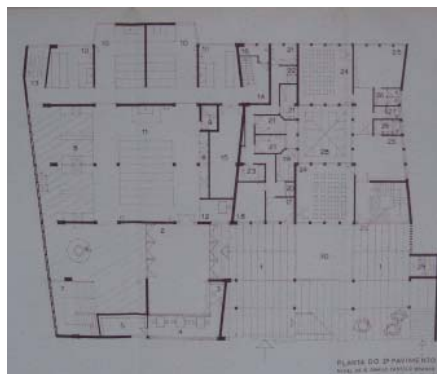
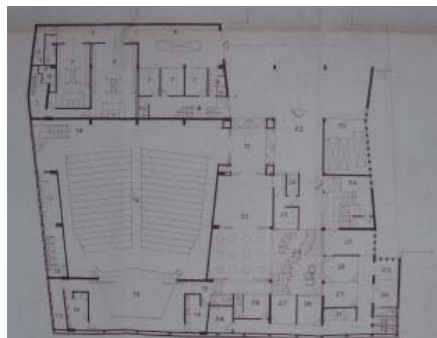
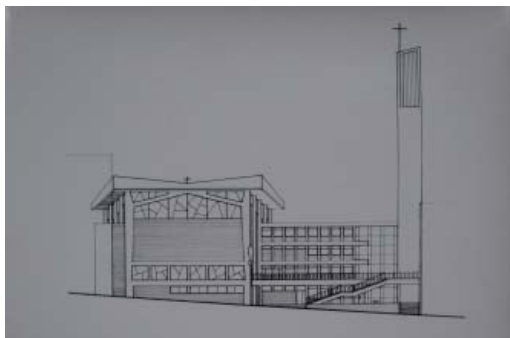


fig.2.21
C1, alçado, plantas,
cortes, maquete



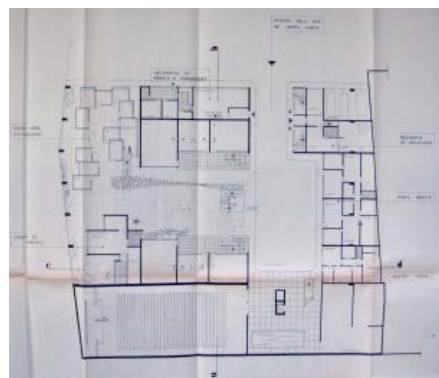
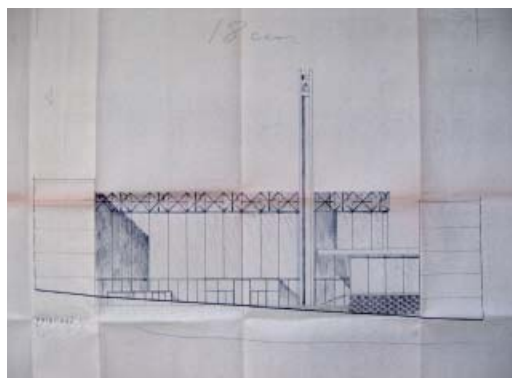
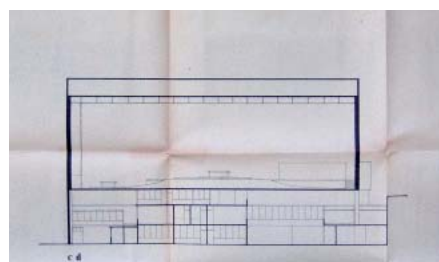
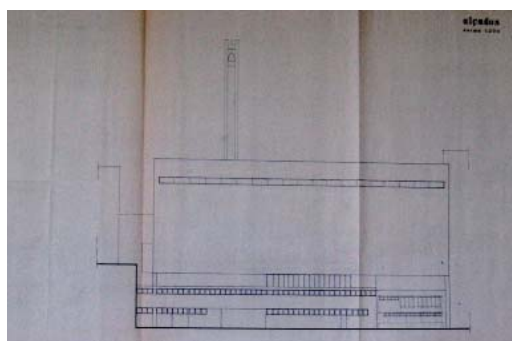
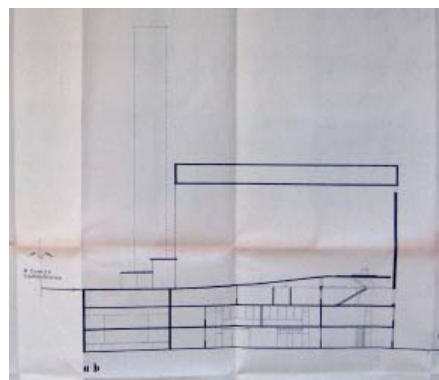
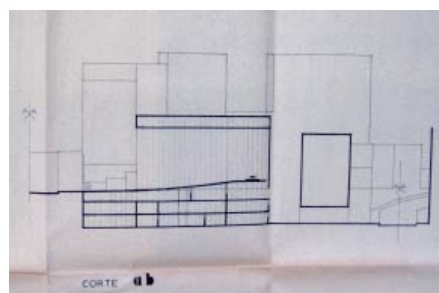
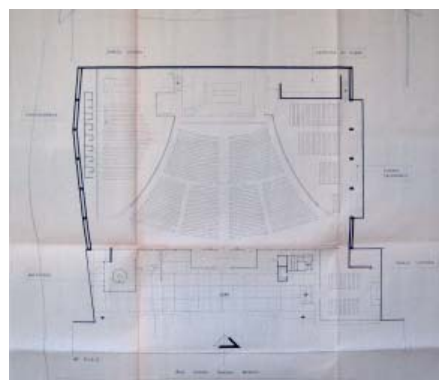


fig.2.22
D1, alçado, plantas,
cortes, perspectiva (fon-
te: Arquivo ISCJ)



desde espaço é possível percorrer as escadas que dão permeabilidade ao edifício, unindo as duas frentes do quarteirão. No entanto, pela sua proporção, poderíamos dizer que são escadas mais adequadas a um espaço privado (ver fig.2.22).

Conceitos chave: igreja recuada, adro elevado em relação à cota da rua, acesso interior por escadas e elevador, com carácter privado da ligação, construção metálica semelhante a pavilhão de exposições, grandes vãos e composição axial da igreja.

David Alberto Fernandes Caravana, José Luís Porto

D2 (Proposta Nº 13)

O corpo da igreja é recuado em relação à rua e composto por dois volumes agregados em forma de “T”. O volume central da igreja é composto por uma torre e um pórtico de entrada, assumindo um carácter monumental. Tendo o volume central como eixo de simetria, localizam-se dois volumes verticais em cada uma das extremidades do lote na Rua Camilo Castelo Branco, que delimitam o adro ligeiramente elevado (ver fig. 2.23). A partir do volume localizado na cota mais baixa do lote, da frente principal, localiza-se o acesso a uma rampa. Esta une directamente as duas frentes do quarteirão, passando por baixo do edifício. Aparentemente e pelo declive apresentado será uma rampa mais compatível com o uso automóvel. Também é possível ligar as duas frentes através de espaços no interior do conjunto construído.

Conceitos chave: monumentalidade, igreja recuada, espaço do adro ligeiramente acima da rua. Ligação entre as duas cotas por dentro do edifício. Existência de rampa que faz a ligação entre as duas ruas, ligação de forma directa embora desadequada com pendente não compatível com uso pedonal.

Manuel Travessos Valdez

D3 (Proposta Nº7)

O conjunto implanta-se no lote deixando vazio um pátio orientado a sueste. O pátio localiza-se na cota da Rua de Santa Marta. O alçado da Rua Camilo Castelo Branco é composto por três volumes: a igreja, um edifício de seis pisos, onde funciona parte do programa social, e a torre sineira. A igreja é ligeiramente recuada em relação à rua, permitindo construir um espaço de transição ao longo de toda a sua fachada. No alçado nordeste é o volume da igreja que avança ligeiramente em relação ao volume que lhe está adossado. Este desencontro procura atenuar o confronto com o edifício a construir na frente da Rua de Santa Marta, recuando de modo a deixar mais espaço livre na transição entre os dois lotes. Existe um percurso interno a partir de umas escadas que permite unir as duas frentes de quarteirão (ver fig. 2.24).

Conceitos chave: logradouro. Igreja recuada, entrada frontal, sistema de escadas interiores de acesso aos pisos da Rua de Santa Marta.

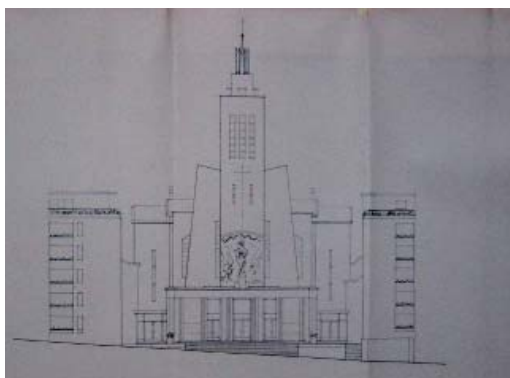
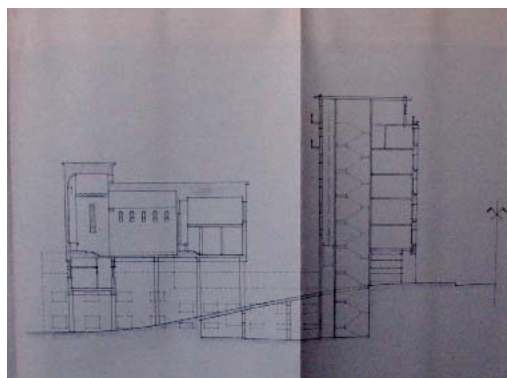
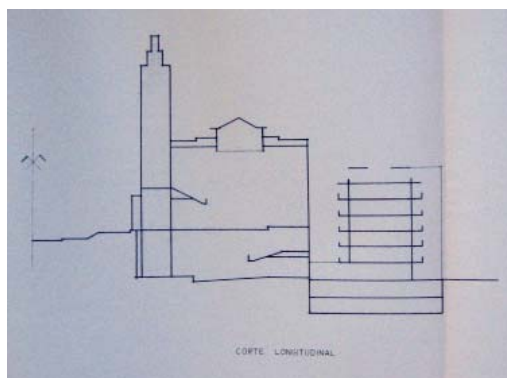
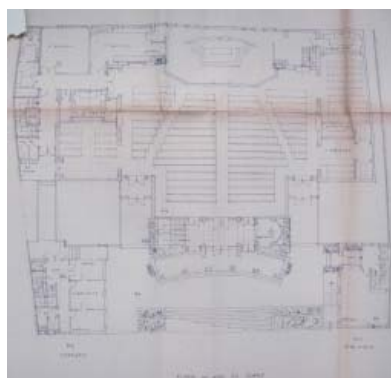


fig.2.23
D2, alçado, plantas,
cortes, perspectiva (fon-
te: Arquivo ISCJ)



II.6 Inserção urbana: comparação entre estratégias de projeto

II.6.1 Implantação e interior do quarteirão: continuidade e interrupção

Observou-se que, na maioria das propostas, a implantação do corpo da igreja, localizou-se no lado noroeste do lote. As propostas de António Aurélio **(A3)** e de Alzina Meneses **(B1)** contrariam esta posição, implantando o corpo da igreja no lado sudeste do lote. A proposta de David Caravana **(D2)** ocupa o lote de maneira centralizada. A implantação preferencial a noroeste do lote permite, na maioria das vezes, a libertação de um espaço vazio na continuidade do interior do quarteirão na parte sudeste. Dependendo da sua dimensão, este espaço de confronto com as traseiras dos edifícios pré-existentes, assume diferentes papéis na relação com a envolvente. Quando é uma faixa muito estreita, tem um carácter de separação em relação à empena, funcionando essencialmente como espaço de ventilação e eventualmente de iluminação, como nas propostas de Teotónio Pereira **(A1)**, António Aurélio **(A3)**, Erich Corsépius **(A4)**, Alzina Menezes **(B1)**, J. Costa Silva **(C1)**, e David Caravana **(D2)**. Quando é uma faixa mais larga, acaba por permitir uma relação visual com o interior do quarteirão. No caso das propostas de J. Pinheiro de Guimarães **(A2)**, A. Freitas Leal **(A5)**, J. Luís Zúquete **(B2)** e M. Valdez **(D3)** este espaço vazio estabelece uma relação com os espaços interiores localizados nos pisos inferiores à Rua Camilo Castelo Branco, servindo de terraço ou espaço ajardinado, como na proposta J. Pinheiro de Guimarães **(A2)**. A relação com as traseiras, a sueste do limite do lote e a neutralização do seu impacto na construção do novo edifício era um dos desafios que esta intervenção precisava de resolver.

No que se refere à empena do edifício no limite inferior da Rua Camilo Castelo Branco, há claramente duas estratégias: a de dar continuidade a essa frente de rua encostando um volume de altura semelhante ao edifício contíguo, e outra, em que por oposição, se cria uma interrupção. Metade das propostas prefere a estratégia de continuidade como é o caso das premiadas J. Pinheiro de Guimarães **(A2)**, Erich Corsépius **(A4)** e A. Freitas Leal **(A5)**, mas também nas propostas J. Luís Zúquete **(B2)**, L. Fernandes Pinto **(D1)** e M. Valdez **(D3)**. A proposta Teotónio Pereira **(A1)** propõe uma interrupção, fazendo da empena e do edifício, o elemento que “equilibra” o volume da igreja. No entanto quando entramos no recinto, a pala da entrada, faz com que a presença do edifício contíguo desapareça. No caso da proposta de J. Costa Silva **(C1)** a empena do edifício contíguo também serve de limite do espaço de acesso configurando o vazio que realça as escadas de acesso à igreja e a torre. No caso da proposta de António Aurélio **(A3)** a sua implantação e localização dos volumes parece ignorar essa questão, a estratégia de projeto evita este confronto.

Na relação com o tardo do edifício a construir na Rua de Santa Marta a proposta Teotónio Pereira **(A1)** procura minimizar o confronto aproximando e afastando as varandas do centro paroquial criando um ritmo horizontal. Em geral as propostas recuam ligeiramente os volumes em relação ao limite do lote na zona em que há uma relação direta com a passagem por baixo do edifício marcando uma zona de entrada. Um conjunto considerável deixa um espaço vazio nesse enfiamento como é o caso das propostas J.

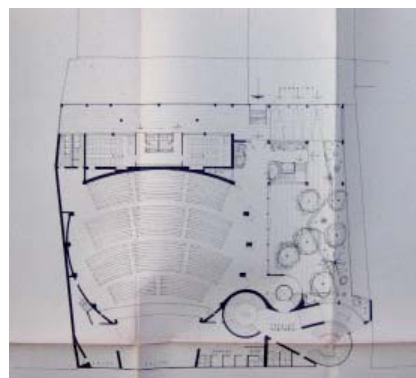
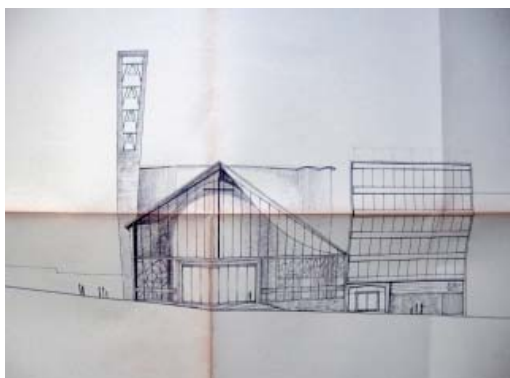
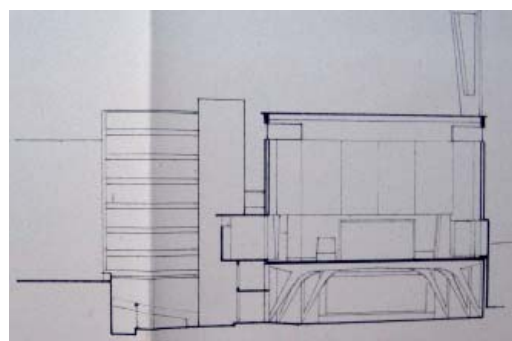
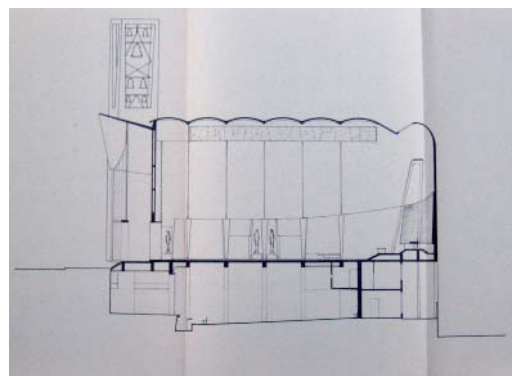
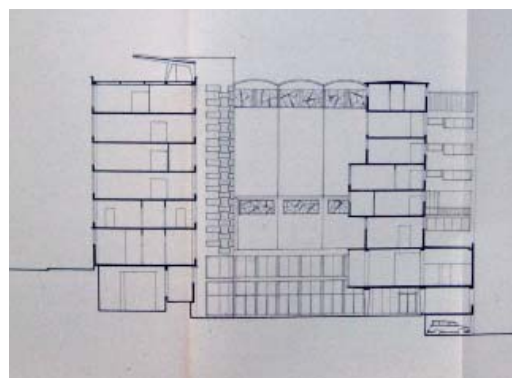
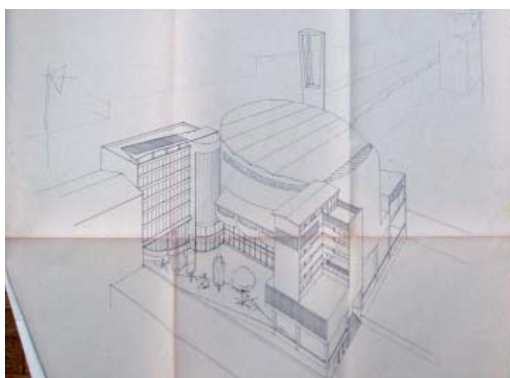
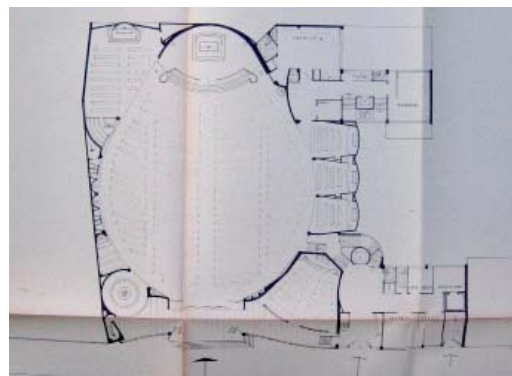
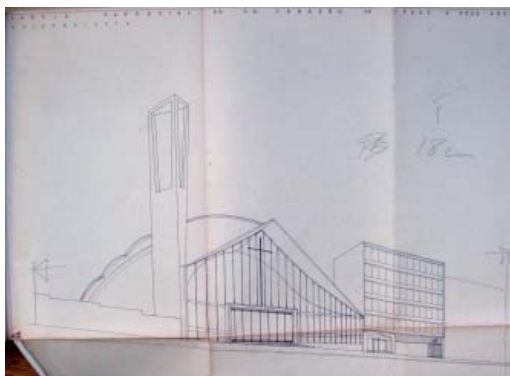


fig.2.24
D3, alçado, plantas,
cortes, perspectiva (fon-
te: Arquivo ISCJ)



Pinheiro de Guimarães **(A2)**, A. Freitas Leal **(A5)**, Alzina Menezes **(B1)**, J. Luís Zúquete **(B2)**, J. Ferreira da Silva **(B3)** e J. Ferreira da Silva **(D3)**.

II.6.2 Marcar o lugar: elementos de referência no espaço urbano

A presença volumétrica do conjunto tendo em conta as vistas desde a Rua Alexandre Herculano e Av. Duque de Loulé era um dos critérios de avaliação dos projetos. Nas propostas premiadas, apenas o 1º prémio **(A1)** e o 2º prémio **(A2)** têm nas suas intervenções elementos que se destacam na fronteira lote-rua e que poderiam marcar presença a partir da vista da Rua Alexandre Herculano. Na primeira, o volume da igreja projeta-se sobre a rua, o que faz com que se torne saliente e visível desde os arruamentos principais. Outros elementos, como a entrada e o muro que suporta as escadas e adro, também avançam e recuam criando uma alteração na continuidade do plano da rua. Na segunda, é uma torre que marca a verticalidade na parte noroeste e destaca o conjunto. O volume que corresponde ao centro paroquial também se projeta ligeiramente sobre a rua, estando suspenso sobre a zona do adro. Nas restantes propostas premiadas, este aspeto não é tão evidente como no 3º prémio **(A3)** em que a implantação recua em relação à rua ou no 4º prémio **(A4)**, que se esconde atrás de um muro, e no 5º prémio **(A5)** que constrói maciçamente a frente do lote. Destas três propostas nenhuma procura destacar os elementos de modo a que sejam visíveis desde a Rua Alexandre Herculano ou Avenida Duque de Loulé. Nas propostas não hierarquizadas, a torre do sino é um elemento de destaque usado como marcação do lugar e uma parte considerável das propostas usa esse elemento como referência no espaço urbano **(A2, A3, A5, B1, C1, D1, D2, D3)**.

II.6.3 Acessibilidade

Todas as propostas têm acesso desde as duas frentes do lote, no entanto há diferenças no modo como qualificam a relação com a envolvente. Nas propostas de Teotónio Pereira **(A1)**, J. Pinheiro de Guimarães **(A2)**, António Aurélio **(A3)**, Erich Corsépius **(A4)** e Alzina Menezes **(B1)**, as duas frentes – Rua Camilo Castelo Branco e tardoz do edifício da Rua de Santa Marta – têm igual importância e os dois alçados interesse arquitetónico, não existindo distinção entre “fachada principal” ou “traseiras”. Os restantes projetos privilegiam mais a entrada a partir da Rua Camilo Castelo Branco e a relação com a igreja como espaço de entrada no conjunto.

II.6.3.1 Entrar pela Rua Camilo Castelo Branco: o adro como zona de transição

Todas as propostas têm o acesso à igreja a partir da Rua Camilo Castelo Branco. A entrada no recinto faz-se diretamente a partir do adro no caso das propostas J. Pinheiro de Guimarães **(A2)**, António Aurélio **(A3)**, J. Ferreira da Silva **(B3)**, L. Fernandes Pinto **(D1)**, David Caravana **(D2)** e M. Valdez **(D3)**. Nestes projetos a transição entre a rua e o interior da igreja é um espaço estreito, comparado com a profundidade do volume da igreja, embora seja sempre ligeiramente sobrelevado em relação à rua, não permite grande “preparação” para a entrada no espaço interior. Nas restantes propostas o aces-

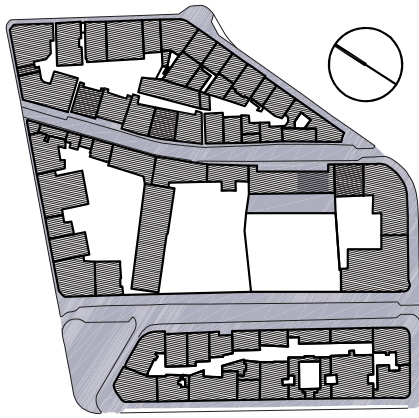
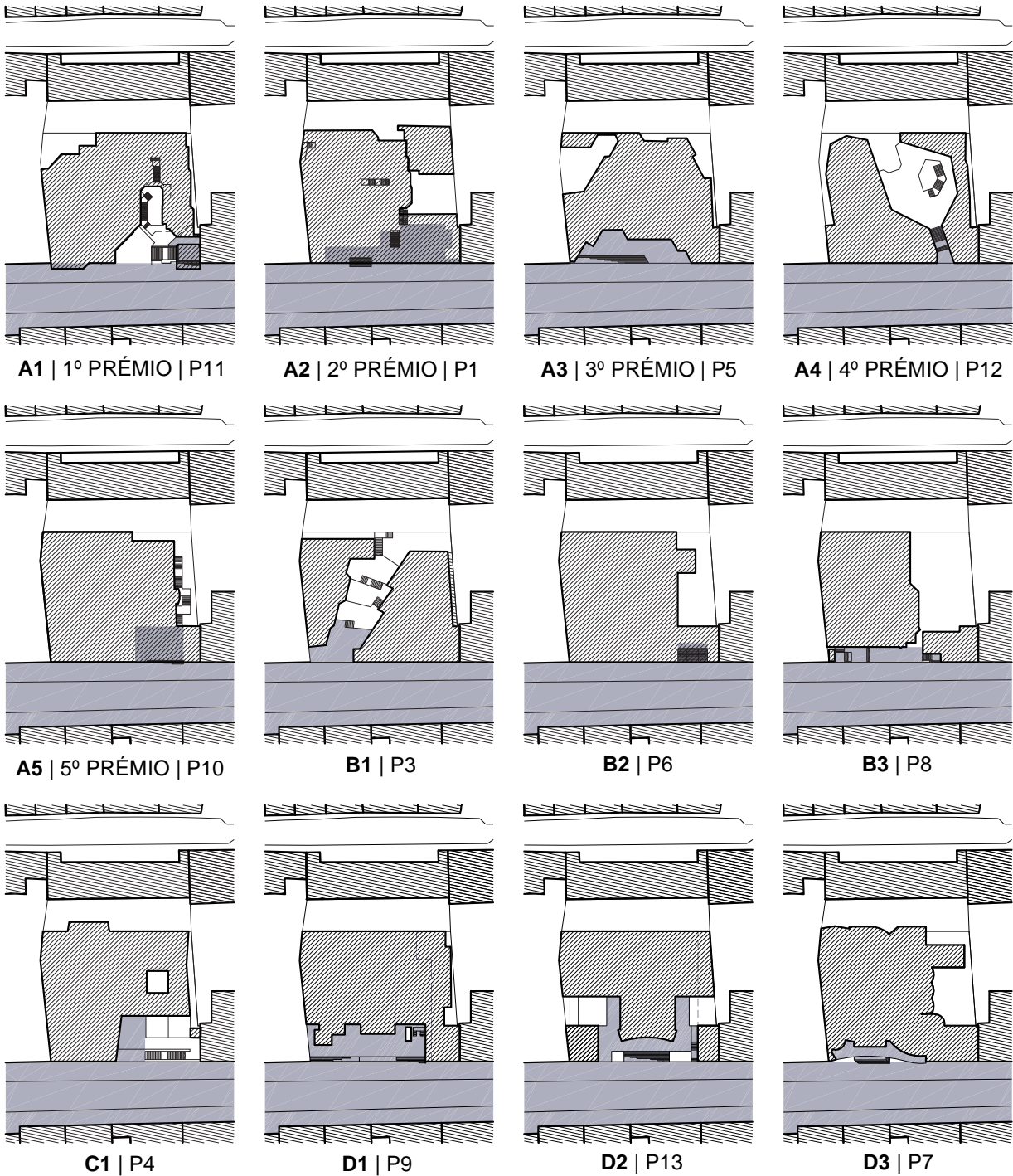


fig.2.25
Acesso desde a Rua
Camilo Castelo Bran-
co, esquema a partir da
plantas simplificadas,
comparação entre to-
das as propostas

acesso Rua Camilo Castelo Branco
escala 1:2000

0 20 100 m



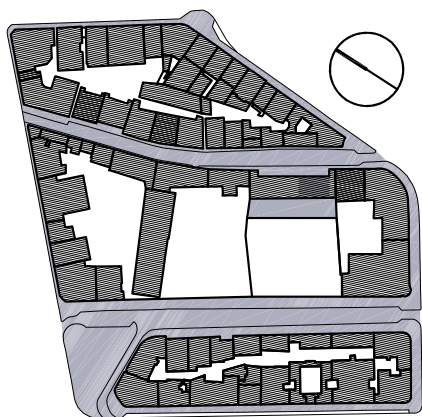
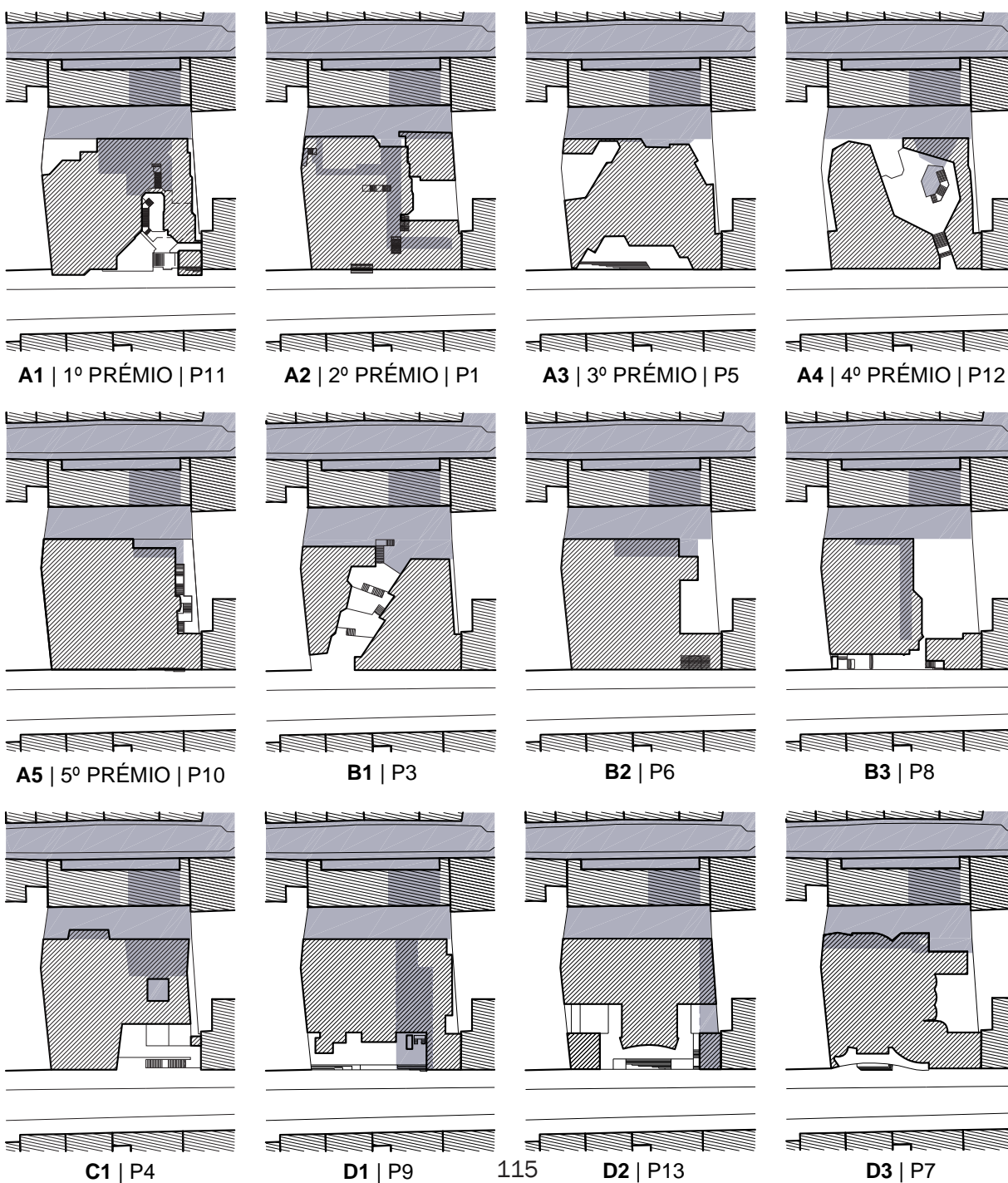


fig.2.26
Acesso desde a Rua de
Santa Marta, esquema
a partir da plantas sim-
plificadas, comparação
entre todas as propos-
tas

acesso rua de santa marta
escala 1:2000

0 20 100 m



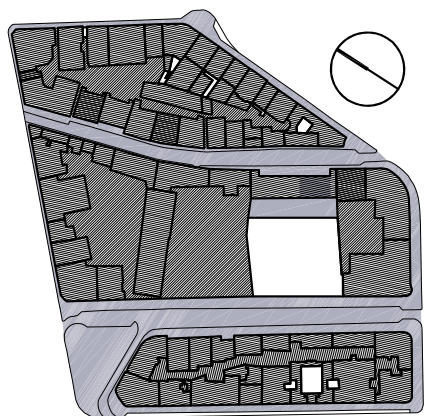
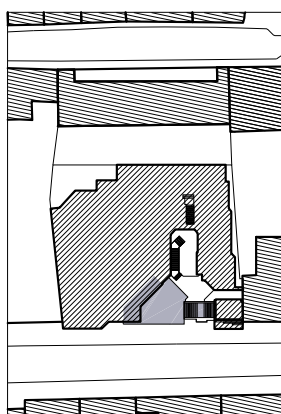


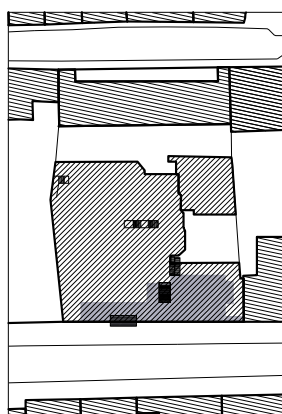
fig.2.27
Localização e configuração do adro, esquema a partir da plantas simplificadas, comparação entre todas as propostas

adro escala 1:2000

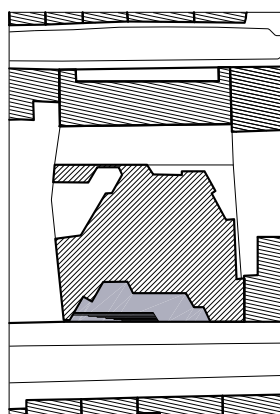
0 20 100 m



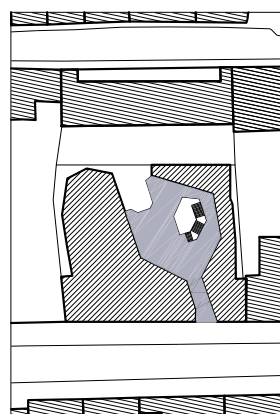
A1 | 1º PRÉMIO | P11



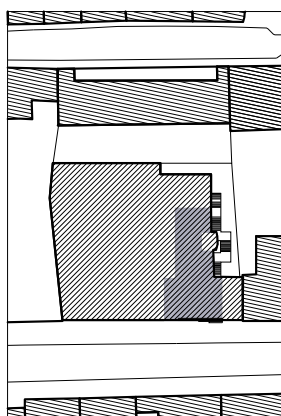
A2 | 2º PRÉMIO | P1



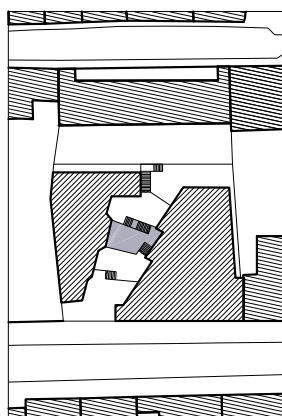
A3 | 3º PRÉMIO | P5



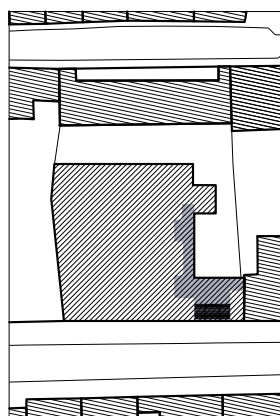
A4 | 4º PRÉMIO | P12



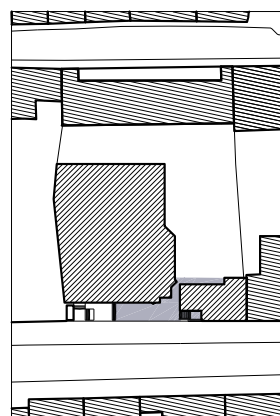
A5 | 5º PRÉMIO | P10



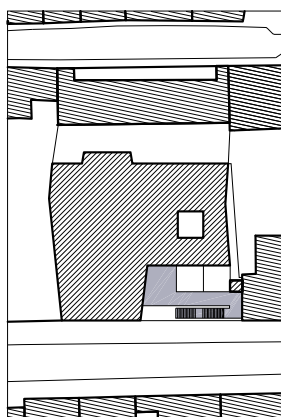
B1 | P3



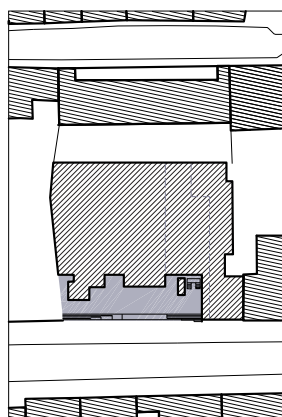
B2 | P6



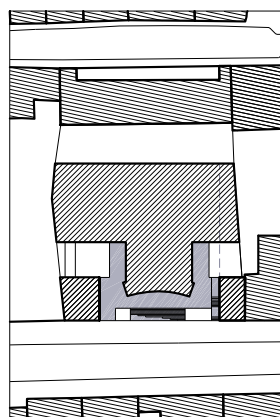
B3 | P8



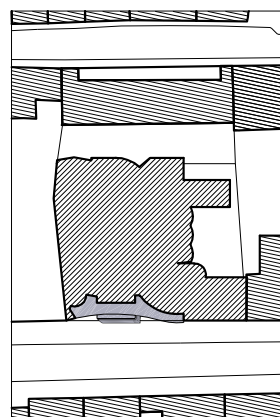
C1 | P4



D1 | P9



D2 | P13



D3 | P7

so à igreja faz parte de um percurso que antecede o adro mais elaborado espacialmente. No caso da proposta de Teotónio Pereira **(A1)**, o adro sobrelevado em relação rua é o final de um caminho, que tanto poderá começar na Rua de Santa Marta como na cota mais baixa da rua principal. O adro desta proposta é um espaço que se “expande” para lá dos seus limites por estar elevado, permitindo uma visão extensa sobre a envolvente. Por outro lado, é também um lugar de certa interioridade definida pela altura do muro, no limite com a Rua Camilo Castelo Branco, e pela volumetria do centro paroquial, no sentido nordeste. Poderíamos considerar que todo o tempo de percurso que culmina na chegada ao adro faz parte da preparação necessária para entrar no espaço interior. Na proposta de Erich Corsépius **(A4)**, acede-se ao adro por umas escadas, este coincide com o pátio central, um espaço intermédio rodeado pela igreja e centro paroquial, numa cota mais baixa do que a Rua Camilo Castelo Branco. Fica equidistante entre as duas frentes de quarteirão. É um espaço exterior mas de carácter interior, afastado dos arruamentos envolventes. No caso do projeto de A. Freitas Leal **(A5)**, o adro é um espaço coberto, interior, ao qual se acede através de uma galeria na fronteira da Rua Camilo Castelo Branco. Além de permitir o acesso ao interior da Igreja, também é um espaço de passagem ao possibilitar o acesso às escadas que ligam a outros pisos. A proposta de J. Luís Zúquete **(B2)** embora tenha igualmente um acesso coberto, a sua dimensão em relação à igreja, transforma o adro num mero espaço linear – num corredor – sem nenhum carácter público. No caso da proposta de Alzina Menezes **(B1)**, o adro faz parte do “sistema” espacial que estrutura a proposta, localizado numa parte central do percurso, equidistante das duas ruas, não se diferenciando como espaço particular. O acesso à igreja na proposta de J. Costa Silva **(C1)** faz-se a partir de uma plataforma elevada à altura de um piso em relação à rua à qual se acede por uma escadaria que marca e compõe o alçado nesta rua (ver fig. 2.25, 2.27).

II.6.3.2 Pátio: um lugar intermédio

A existência de um pátio, como espaço central de encontro e cruzamento de pessoas, fazia parte dos espaços pedidos no programa. No entanto, apenas duas propostas têm claramente este espaço: a de Teotónio Pereira **(A1)** e a de Erich Corsépius **(A4)**. Podemos observar noutras propostas espaços vazios que permitem ventilar, iluminar, afastar, mas que não servem como pátios, funcionando mais como espaço de articulação entre volumes **(A3, B3, C1)** ou terraços ajardinados **(A2, D3)**, mais para serem contemplados do que para serem disfrutados. As duas propostas que propõem a existência de um pátio, fazem dele o centro do complexo e ambas fazem deste espaço um momento importante na transição e relação com o espaço público envolvente. No caso da proposta de Teotónio Pereira **(A1)**, o pátio é autónomo em relação ao percurso que atravessa o conjunto, embora estabeleça uma continuidade espacial com os espaços exteriores. A “autonomia” caracteriza-se pelo facto de se localizar na fronteira das escadas do caminho estruturante, embora este espaço também sirva de acesso ao bar e a uma das entradas do Centro Paroquial. No caso da proposta de Erich Corsépius **(A4)**, o pátio é o principal espaço exterior e o seu centro é ocupado pelas escadas que unem o percurso

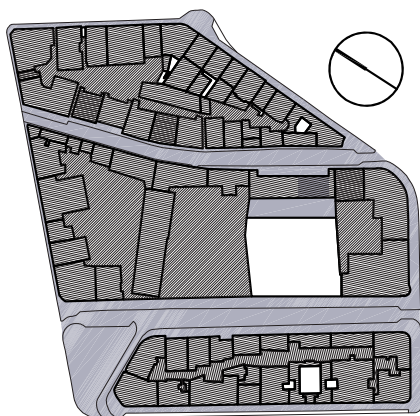
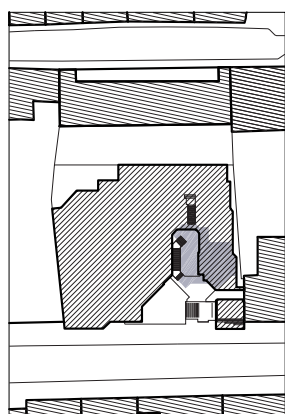


fig.2.28
Localização e configuração de pátio/ espaços exteriores vazios ou residuais. Esquema a partir da plantas simplificadas, comparação entre todas as propostas. Apenas duas propostas têm pátios a A1 e A4

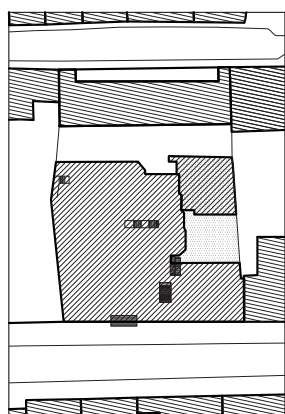


pátio
escala 1:2000

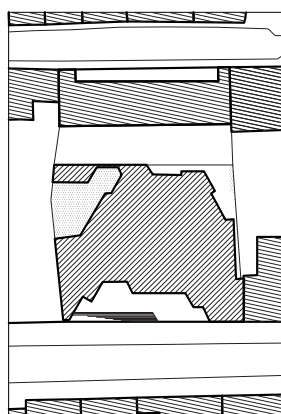
0 20 100 m



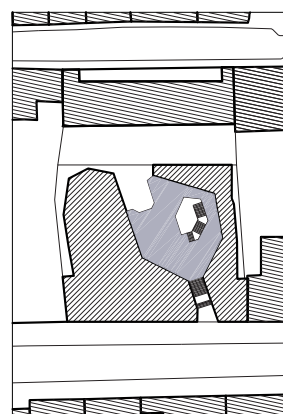
A1 | 1º PRÉMIO | P11



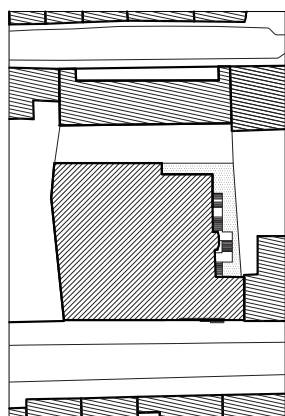
A2 | 2º PRÉMIO | P1



A3 | 3º PRÉMIO | P5



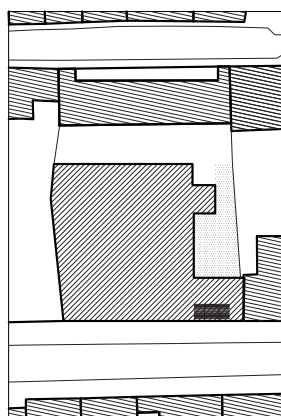
A4 | 4º PRÉMIO | P12



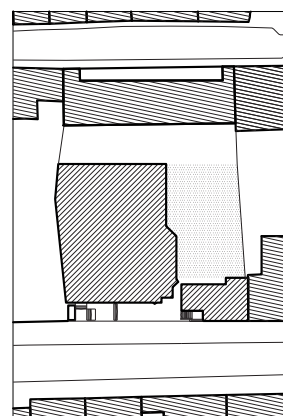
A5 | 5º PRÉMIO | P10



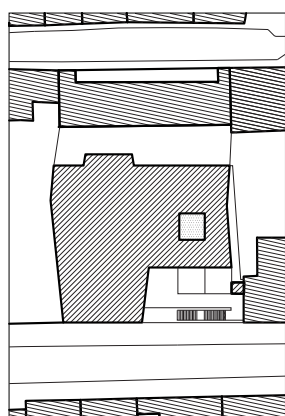
B1 | P3



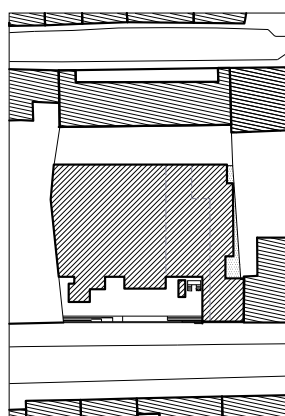
B2 | P6



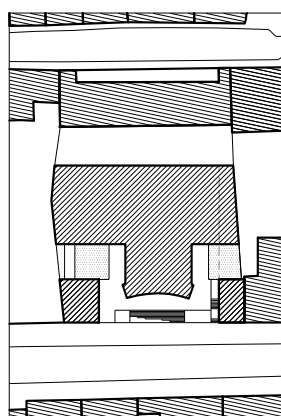
B3 | P8



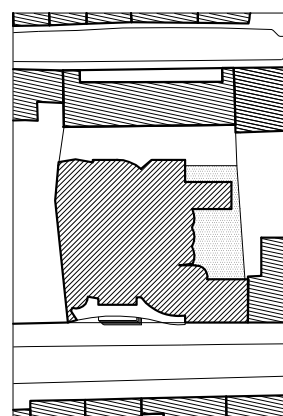
C1 | P4



D1 | P9



D2 | P13



D3 | P7

que atravessa todo o complexo. Em ambas as propostas o pátio faz parte do espaço de transição de uso público (ver fig.2.28).

II.6.3.3 Chegar pela Rua de Santa Marta: início de um percurso público

O que podemos observar é que as propostas que propõem a existência de um percurso público de atravessamento são as que melhor qualificam o acesso pela Rua de Santa Marta. Há uma coincidência entre a valorização deste acesso e a possibilidade de chegar a todo o conjunto a partir desta rua. No caso do projeto de Teotónio Pereira **(A1)**, J. Pinheiro de Guimarães **(A2)**, Erich Corsépius **(A4)** e de Alzina Meneses **(B1)**, há uma sequência espacial relativamente elaborada que faz com que o percurso de atravessamento seja também um espaço de articulação entre as diversas partes do programa. O percurso mais evidente, por ser mais transparente do início ao fim, é o da proposta Alzina Meneses **(B1)**. Nas propostas de Teotónio Pereira **(A1)**, J. Pinheiro de Guimarães **(A2)** e Erich Corsépius **(A4)** encontramos uma alternância entre espaços exteriores abertos, cobertos, de circulação e de permanência que fazem do percurso de transição uma sequência espacial complexa. Na proposta de António Aurélio **(A3)**, embora o percurso seja interior, este também é estruturante na organização do centro paroquial. Nas restantes propostas, A. Freitas Leal **(A5)**, L. Fernandes Pinto **(D1)**, e David Caravana **(D2)**, em que existe a possibilidade de fazer um percurso público, a sequência espacial é menos elaborada e os espaços de ligação menos caracterizados. Nas restantes propostas, embora se possa reconhecer que, internamente, é possível chegar de uma frente de rua à outra, os espaços que o fazem são apenas espaços de circulação, sem um carácter estruturante em relação ao conjunto proposto (ver fig.2.26).

II.6.4 Permeabilidade

As propostas que valorizam o acesso desde as duas frentes do lote são as que introduzem maior permeabilidade no conjunto construído. Esta coincide com espaço público de atravessamento, como podemos observar no caso das propostas premiadas de Teotónio Pereira **(A1)**, J. Pinheiro de Guimarães **(A2)**, Erich Corsépius **(A4)** e a de Freitas Leal **(A5)**, embora na proposta António Aurélio **(A3)** a ligação seja de carácter mais fechado ou privado porque o acesso entre as duas frentes se realiza pelo interior do edifício. Se observarmos globalmente todas as propostas, há uma relação entre maior permeabilidade, existência de percurso público de atravessamento e a hierarquização favorável das propostas. Isto é, as propostas que revelam melhor relação com a envolvente foram selecionadas nos primeiros lugares, ao contrário das propostas mais fechadas ou que ofereciam menos espaço de transição de uso público. Embora fosse um conjunto privado e de carácter religioso, estava previsto que estivesse aberto à população pelas inúmeras atividades possíveis de realizar no seu recinto, fossem elas de tipo social ou cultural. Seria, por isso, um lugar com uma enorme componente pública. O estudo urbano de 1958, a grande complexidade do programa, o facto de o lote ter duas frentes e um desnível considerável favorecia uma organização espacial mais per-

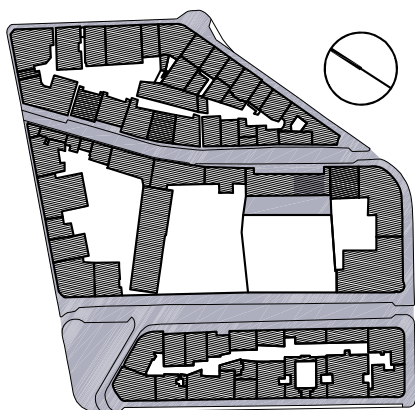
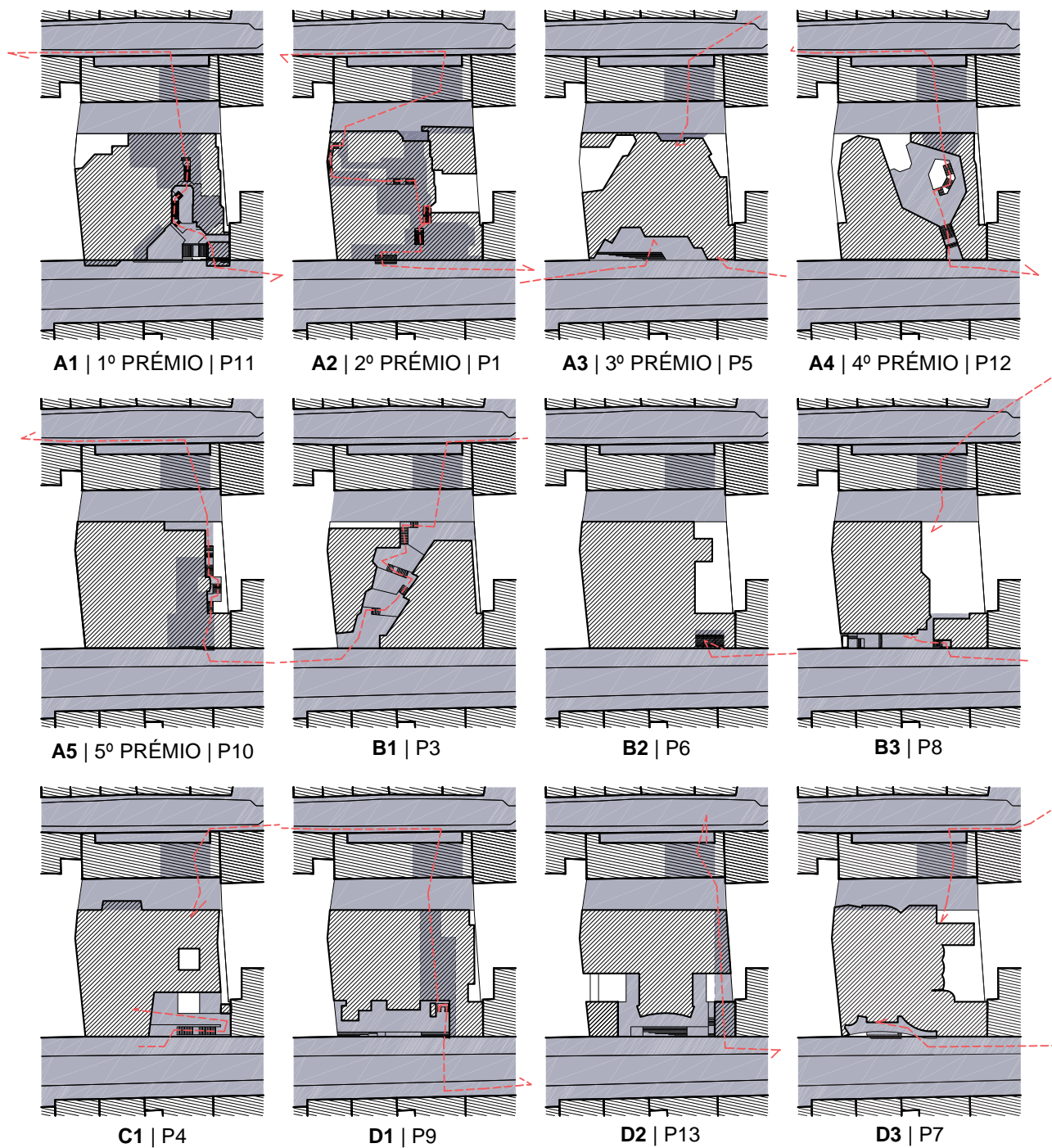


fig.2.29
 Percurso público de
 atravessamento do
 quarteirão. Esquema a
 partir da plantas sim-
 plificadas, comparação
 entre todas as propos-
 tas.

percurso público
 escala 1:2000

0 20 100 m



meável. Se observarmos os tipos de percurso de atravessamento que foram propostos, verificamos que estes podem ser mais complexos construindo uma deambulação pelo espaço (A1, A4, B1), ou mais direcionado, linear como espaço corredor (A2, A5, D1, D2) (ver fig.2.29).

II.7 Espaço de transição na evolução do projeto

II.7.1 Anteprojeto de 1962

Antes do início do processo de revisão de projeto ¹¹ foi entregue na Camara Municipal de Lisboa ¹² o anteprojeto, composto pelas peças desenhadas e pela memória descritiva, apresentadas no concurso. A memória descritiva menciona a dificuldade que era resolver o programa detalhado que estava a concurso, mencionando nas “considerações prévias”:

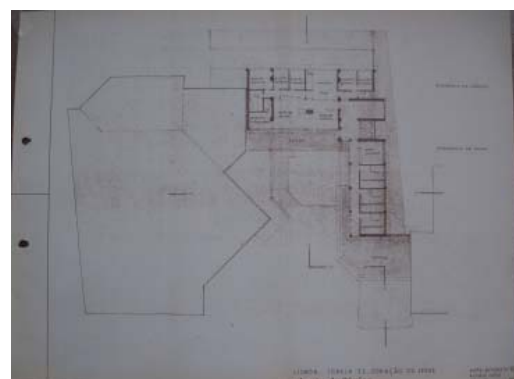
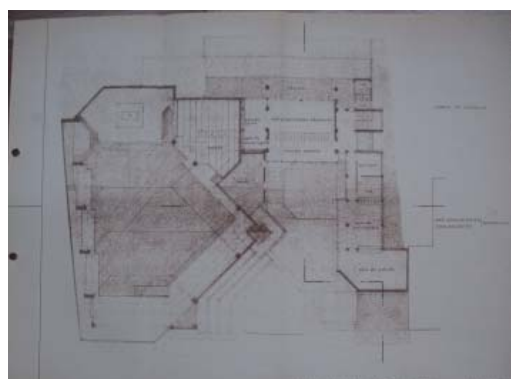
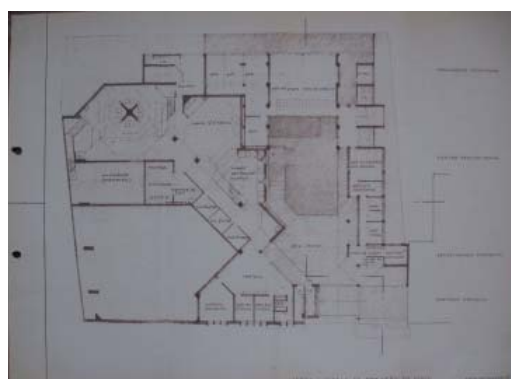
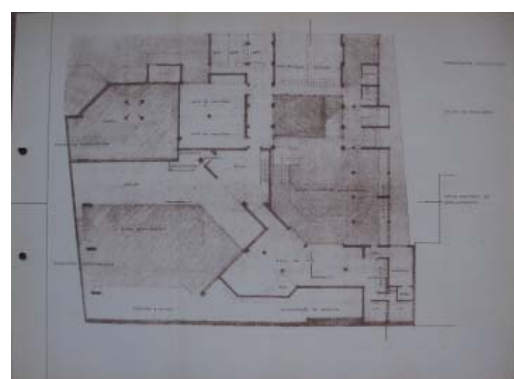
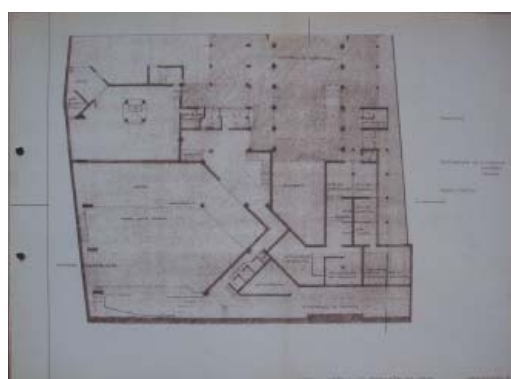
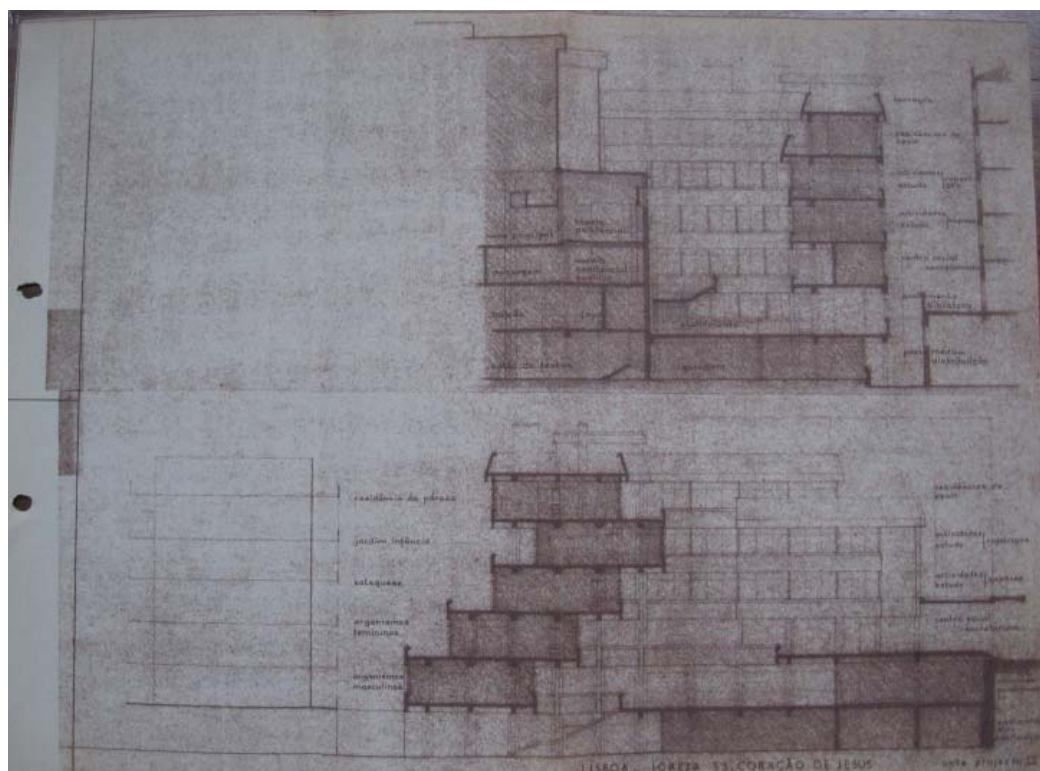
“(...)uma vez que as dificuldades de organização, dentro dos limites do terreno e da extensão do programa, eram evidentes e que a esta aparente contradição de “dados” só poderia opor-se com êxito – em circunstâncias normais que não de concurso público – um reajustamento de posições entre as partes interessadas, tendente a estabelecer uma prioridade de condicionamentos e a esclarecer razões que só o decorrer do estudo deixaria aperceber e uma fase concreta de trabalho levaria a substituir ou alterar.” (Pereira et al., 1962 p.15)

Na memória descritiva é reforçada a questão da presença urbana da igreja. Sobre esse aspeto era relevante que o edifício deveria ter destaque volumétrico, e perante a “*regularidade vulgar do traçado urbanístico da zona*” (Pereira et al., 1962 p.16) considerava-se relevante que pudesse existir uma “*ruptura na continuidade da construção marginal que deixasse verter o espaço público da rua por um centro paroquial que se deseja aberto e atrativo*” (Pereira et al., 1962 P.16) Neste documento fala-se claramente da estratégia de ter um espaço aberto em oposição a uma situação de organização por acessos na vertical. Houve claramente um esforço por conseguir concretizar esta solução, tirando partido da empena do edifício da Rua Camilo Castelo Branco, que, de algum modo, contém o espaço do adro entre o volume da igreja e o limite do edifício. O espaço central rodeado pelo centro paroquial também o faz desaparecer. Claramente, procurou-se que a solução fosse aberta transversalmente e unisse as duas ruas, e apenas o “*encaixe engenhoso*” que tira partido das diferentes perspetivas permite que os pátios não se tornem tão pequenos (Pereira et al., 1962 p.16). Os autores referem ainda o facto de que a proximidade dos volumes e paredes, assim como zonas cobertas, contribuirão para a construção de uma certa interioridade. Houve cuidado em que a igreja marcasse presença no enfiamento de vistas desde a Rua Alexandre Herculano e da Avenida Duque

11 Em carta datada de 28 de Novembro os arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas referem-se ao início da revisão de projeto desse trabalho

12 Processo 46812-1962 da CML entregue a 1 de Setembro de 1962, data do requerimento.

fig.2.30
 ante-projeto II 1963,
 cortes e plantas
 fonte: arquivo da Igreja do
 Sagrado Coração de
 Jesus (fonte: Arquivo
 ISCJ)



de Loulé, afirmando que, perante os condicionamentos, e com o propósito de valorizar o espaço público, a obra não conseguiria cumprir à letra todos os regulamentos - principalmente a distância aos edifícios vizinhos. No entanto, uma solução que cumprisse integralmente resultaria muito pouco valorizada urbanamente:

“(...) assim, separando os volumes dominantes do conjunto por espaços abertos e variados, não só se defendeu de um ambiente de traseiras o centro paroquial e a própria via pública, como se dilatou esta de acordo com os movimentos populacionais que o novo edifício irá provocar” (Pereira et al., 1962 :17)

E a equipa justifica, reforçando a ideia que aquele terreno não era originalmente pensado para receber um edifício público, devido ao facto de ser tão exíguo, e em confronto com outras construções que também não sabiam que iriam receber este edifício. No entanto procurou-se defender o melhor possível as janelas que davam para o terreno e o edifício a construir na Rua de Santa Marta, procurando enquadrá-lo o melhor possível. No caso das janelas que dão para o terreno, procurou-se que não existisse devassamento de vistas, e qualquer construção no terreno iria sempre obstruir a entrada de luz. No caso do edifício de Santa Marta, recortou-se ao máximo o volume que confronta com este edifício, fazendo recuar e avançar as varandas alternadamente nos diferentes pisos, não criando uma parede, mas um jogo de recortes, cheios, vazios, e diferentes perspetivas. Esta ideia foi reforçada por dois esquemas explicativos dos cortes transversais que indicam a localização dos espaços e o confronto com o edifício de igreja do Sagrado Coração de Jesus – explicando também os espaços do Centro Paroquial (ver fig.2.33).

II.7.2 Revisão de projeto: críticas e propostas

No âmbito do processo de revisão do anteprojeto, os autores do projeto elaboraram, em Março de 1963, um documento ¹³ onde foram propostas alterações ao programa inicial. Para esse trabalho foram tidas em conta as observações do Movimento de Renovação da Arte Religiosa, as observações feitas em sessões públicas da Sociedade Nacional de Belas Artes e os documentos fornecidos pelo Pe. Luís Aparício.

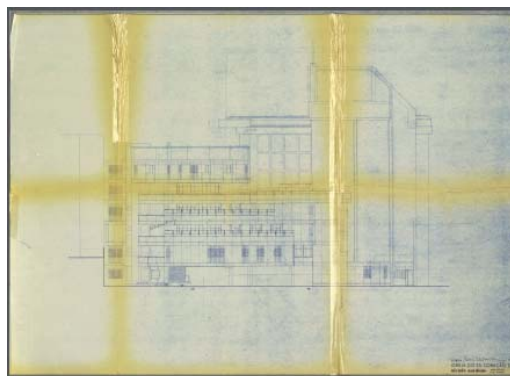
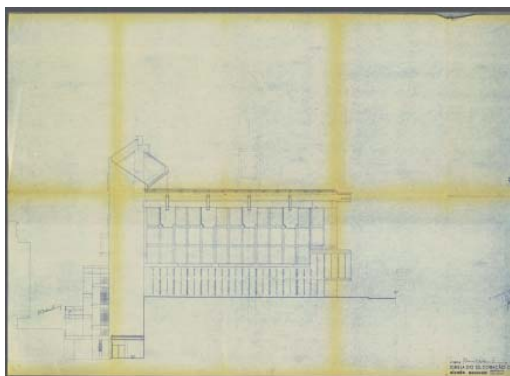
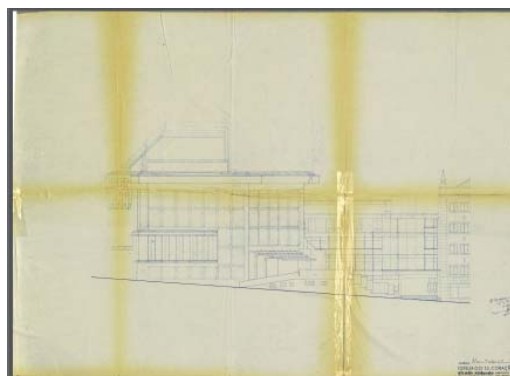
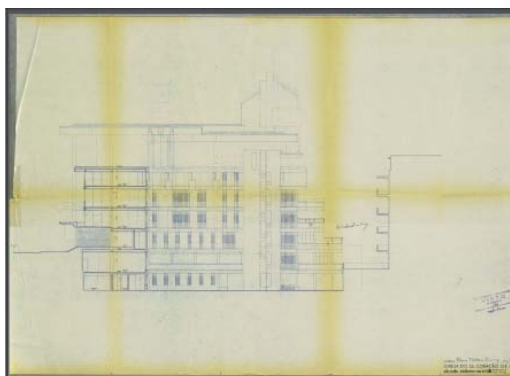
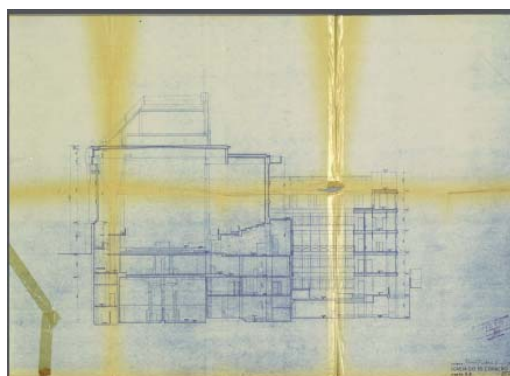
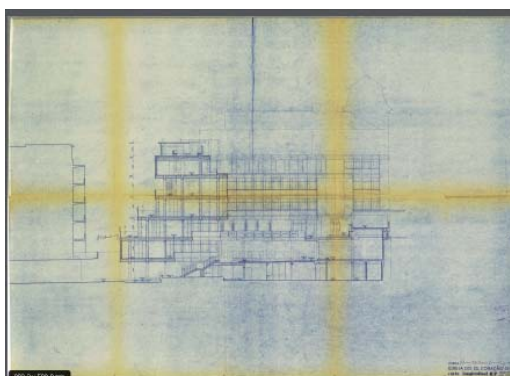
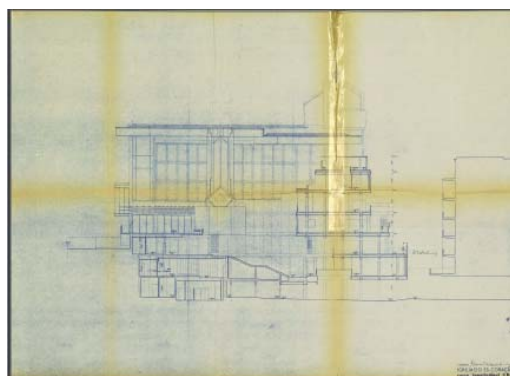
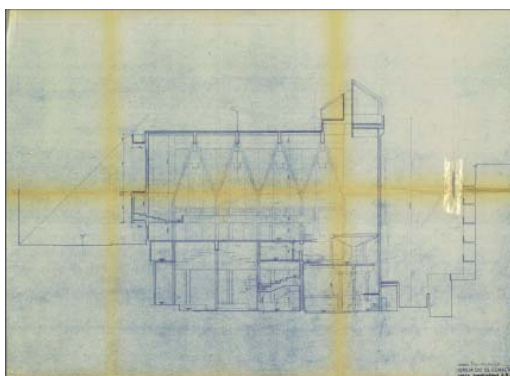
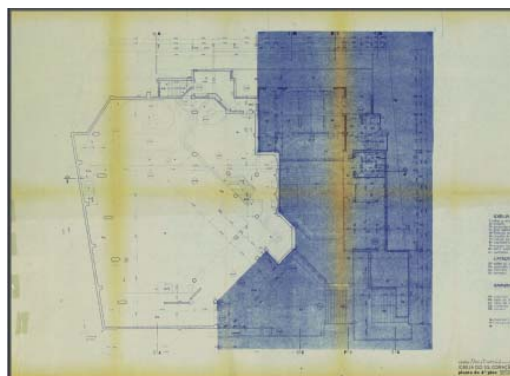
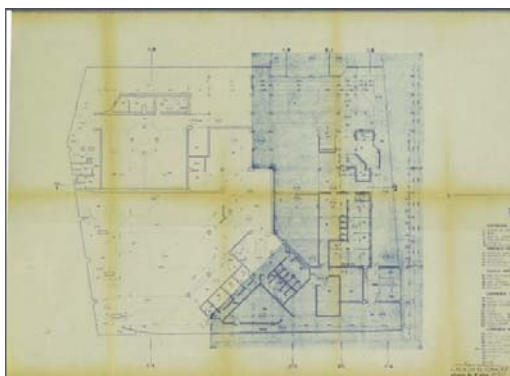
Os três documentos ¹⁴ recebidos continham diversas sugestões para alterações ao projecto¹⁵: 1-“*Propostas de Alterações*”, 2- “*Reparos ao ante-projecto*”, 3-“*Críticas-propostas-sugestões*”. Entre diversos aspetos sobre a materialização do programa e relações entre os espaços da igreja e centro paroquial, aparecem também aspetos relacionados

13 “Alterações ao programa inicial ou à solução do anteprojeto para Concurso” Março de 1963

14 Em carta dirigida ao Pe. Luís Aparício em 28 de Novembro 1962, os arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas confirmam a receção dos três documentos.

15 Na carta os arquitetos sintetizam o nome dos documentos, no arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus estão nomeados como: “Alterações no projecto da nova igreja [Doc.1]”de 24 de Agosto 1962; “Reparos ao ante-projecto da nova –igreja [Doc.2]”de 2 de agosto de 1962; “Ante projecto da nova igreja do S.S. Coração de Jesus e seus anexos (críticas-propostas-sugestões) [Doc.3]”sem data

fig.2.31
projeto geral, planta,
corte e alçados, proces-
so 15756-64, CML



com a relação urbana da igreja, acessibilidade e uso dos espaços de carácter público. No documento 1 - *“Propostas de Alterações”* - refere-se a necessidade de construir uma *“rampa ou escadas em rampa muito suaves”* de modo a que pessoas doentes pudessem subir através de carros pequenos ou cadeira de rodas. A ideia de um acesso direto à Igreja desde a Rua camilo Castelo Branco para facilitar o acesso de pessoas idosas, aparece no documento 2 – *“Reparos ao ante-projecto”* - pela *“(…) Necessidade de uma entrada, quanto possível directa para a Igreja com o mínimo de escadas ou subida”*. Refere-se também a necessidade de ocultar a empena visível por cima da zona de entrada, por se considerar que o seu *“efeito é menos compatível com o ambiente da igreja”* considerado:

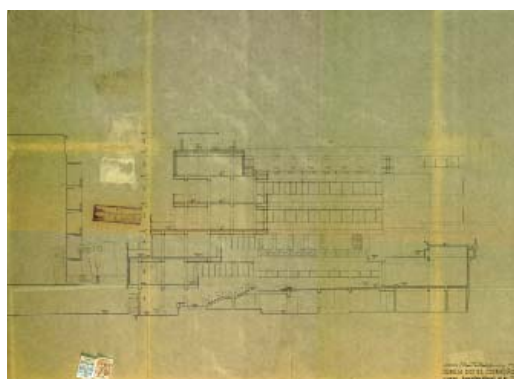
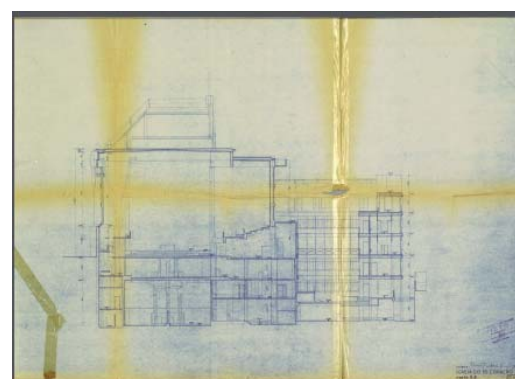
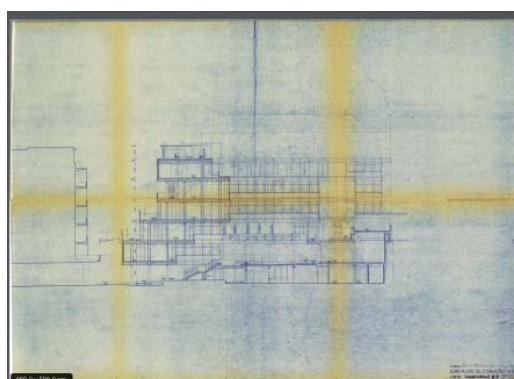
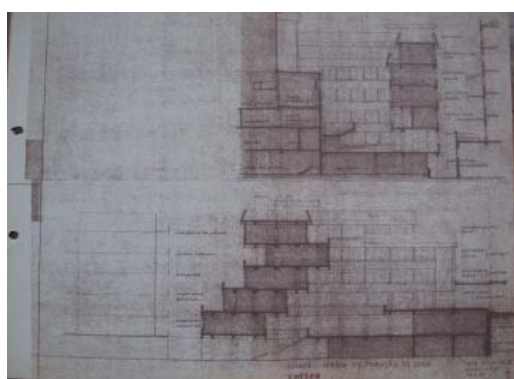
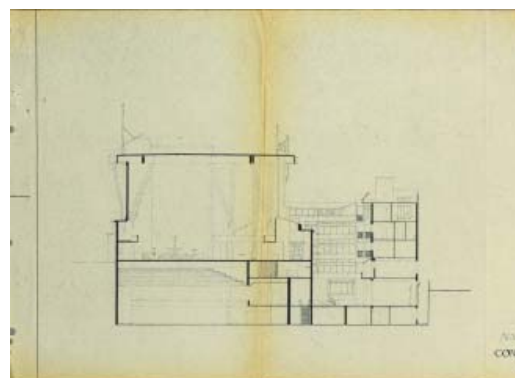
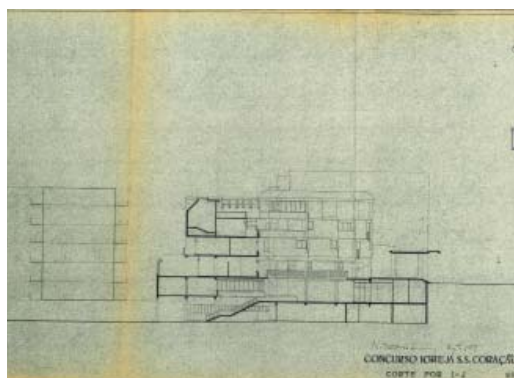
“a passagem entre o pátio de convívio e as escadas ou rampas até ao alpendre da entrada, muito acanhada. As entradas e saídas da igreja geralmente atrasadas ao domingo, às horas de missa, tornam-se difíceis e confusas”

“(…) também acho no todo muitas portas de entrada para os serviços e anexos da igreja, muitas escadas, muitos recantos o que torna difícil vigiar entrada e saídas.” Facilmente se pode introduzir alguém mal intencionado que de noite faça desacatos e roubos, se houver de que valha a pena “ (“Reparos ao ante-projecto” p. 1)

No documento 3 - *“Ante projecto da nova igreja do S.S. Coração de Jesus e seus anexos (críticas-propostas-sugestões)”* - faz-se a crítica à localização da igreja, referindo que está “encravada” no terreno, atrás de um “prédio vulgar”, e o facto de a igreja estar ao cimo de uma grande escadaria. Refere-se ainda que, muito provavelmente o acesso à igreja se fará pela Rua de Santa Marta (por ser a rua onde se localiza a antiga igreja) reforçando a possível dificuldade em chegar ao quarto andar da igreja. Aparecem também alguns comentários relacionados com a segregação social e é mencionada a necessidade de isolar apenas os mais pobres de modo a que acedam logo aos serviços que a eles se destinam e não tenham que deambular pelo espaço, exceto para ir à missa. Transparece o receio de que os pais que fiquem à espera das crianças que vão à catequese possam fazer filas ou comícios. É manifestada preocupação com a segurança do complexo e de como se poderá encerrar no período noturno.

No âmbito da revisão do anteprojecto, houve também contacto com a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - DGEMN. Numa carta¹⁶ que descreve a reunião tida com técnicos, referem-se os problemas colocados por esta entidade. Sobre a inserção urbana da igreja, foi muito criticada a escolha do lote para a sua implantação. Além de ter sido considerado o terreno pouco interessante para um edifício público, temia-se pela sua convivência com a futura ampliação da PSP no lote contíguo. Embora existisse um estudo para esta ampliação, realizado nos anos 60, esta nunca chegou a acontecer até aos dias de hoje.

fig.2.32
 corte, pátio central,
 comparação entre as
 fases de projecto: an-
 te-projeto (concurso),
 ante-projeto II, projeto
 geral, telas finais



II.7.3 Anteprojeto II 1963

No âmbito das críticas e comentários apresentados, assim como da revisão do programa inicial, a equipa projetista apresentou uma reformulação do projeto em Julho de 1963 (ver fig. 2.30). Desta proposta, o “Ante-projecto remodelado II”, encontrou-se em arquivo a memória descritiva¹⁷ e algumas peças desenhadas do projeto¹⁸. Esta versão foi uma versão intermédia antes do projeto geral, que permitiu testar as alterações ao programa inicial.¹⁹

II.7.4 Projecto geral e licenciamento 1964-1966

Em 1964 foi entregue o Projeto geral²⁰ na Câmara Municipal de Lisboa para apreciação, mas o licenciamento foi realizado em duas fases. A primeira²¹, que definia a zona do centro paroquial, e a segunda²², a igreja e o salão paroquial. As obras de fundações decorreram simultaneamente, entre 1965 e 1966 (ver fig.2.31).

II.7.5 O acesso desde a Rua Camilo Castelo Branco

O acesso pela Rua Camilo Castelo Branco e a sua relação com o interior da igreja foi um aspeto que, no desenvolvimento do projeto, modificou, de forma visível, o alçado apresentado na proposta de anteprojeto (ver fig. 2.34). No âmbito da revisão do projeto foi sugerida a introdução de uma rampa ou acesso mais direto à igreja: *“o estudo da possibilidade de criar um novo acesso auxiliar, em rampa, desde a rua camilo castelo branco ao adro, mas orientado para o lado da Av. Duque de Loulé”*. Esta sugestão acabaria por ter impacto na alteração da relação do adro e no acesso à igreja com a envolvente. Este acesso passou a ser feito também através de rampa, desde a zona descendente da Rua Camilo Castelo Branco, transformando a natureza do adro, que deixa de ser o culminar de um percurso, podendo passar a ser o primeiro grande momento ao qual se chega desde a rua. Esta alteração vai acrescentar um elemento dinâmico – a rampa- que pela sua forma e continuidade com o espaço exterior na parte descendente da rua enfatiza a sequência espacial entre a fronteira exterior e interior do conjunto. Esta alteração aparece pela primeira vez no anteprojeto II e é concretizada no projeto geral e licenciamento. A pala que marca a entrada na cota mais baixa da rua deixa de ser um elemento separado do edifício para passar a estar incorporado no volume do centro paroquial. Na sequência dos comentários sobre a segurança do recinto, a equipa projetista viria a esclarecer que todas as entradas seriam servidas de portões (Portas, 1963), o que condicionaria o acesso ao espaço de atravessamento público, por estar sujeito a um horário

17 “Igreja do SS. Coração de Jesus Ante-projecto remodelado II: Memória Descritiva “ 2 de Julho 1963

[4 paginas], Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Luiz Vassalo Rosa, no arquivo da igreja do Sagrado Coração de Jesus

18 Plantas e dois cortes transversais, no arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus

19 Em março de 1963 foi apresentado documento com as alterações ao programa inicial da autoria de Nuno Portas

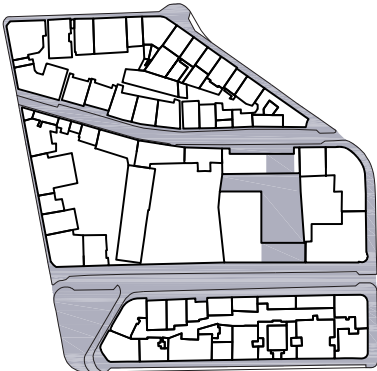
20 Processo15756-1964 da CML

21 Processo 3409-1965 da CML

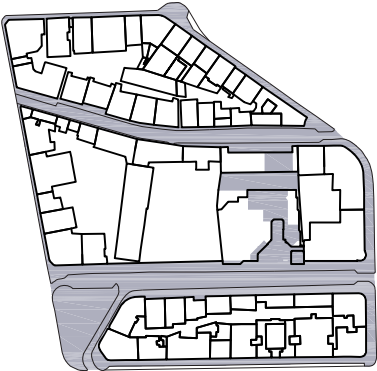
22 Processo 1868-1966 da CML

fig.2.33
Evolução do espaço de
transição, deste o estu-
do urbano até ao licen-
ciamento.

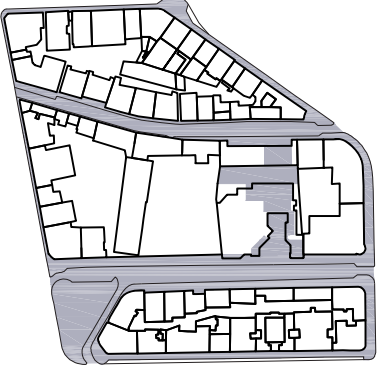
Espaço público



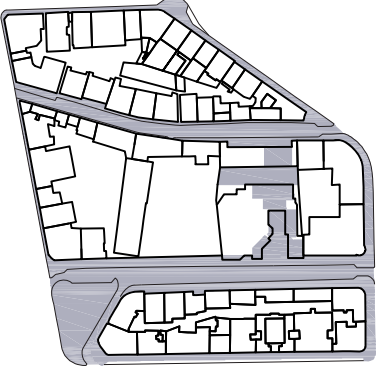
1958 | Estudo urbano



1962 | Ante-projecto, concurso

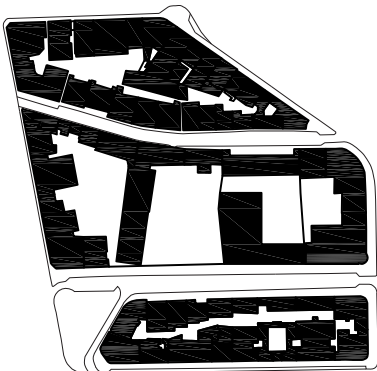


1963 | Ante-projecto, II

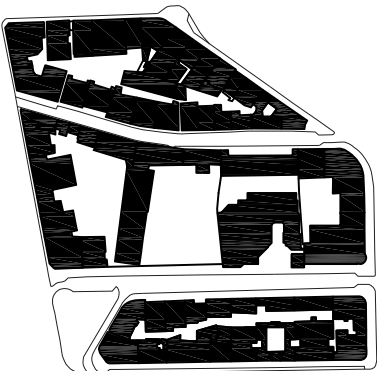


1964 | Licenciamento

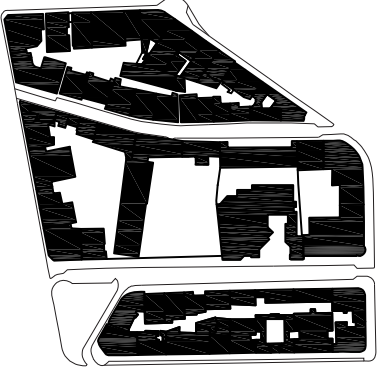
Edifícios



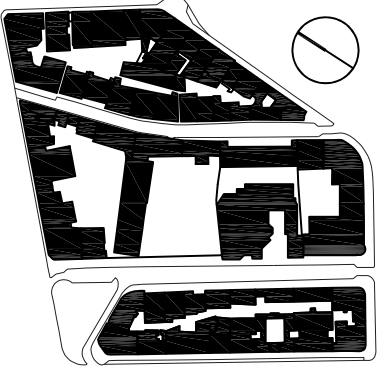
1958 | Estudo urbano



1962 | Ante-projecto, concurso



1963 | Ante-projecto, II



1964 | Licenciamento



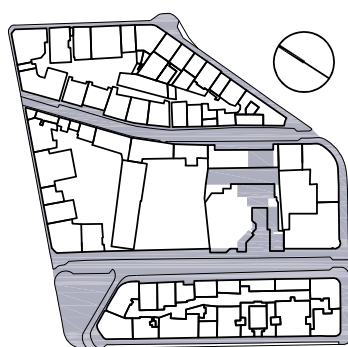


fig.2.34 | Evolução dos espaços desde o estudo urbano até ao licenciamento, comparação entre o adro, pátio, acesso desde a Rua de Santa Marta e desde a Rua Camilo Castelo Branco.

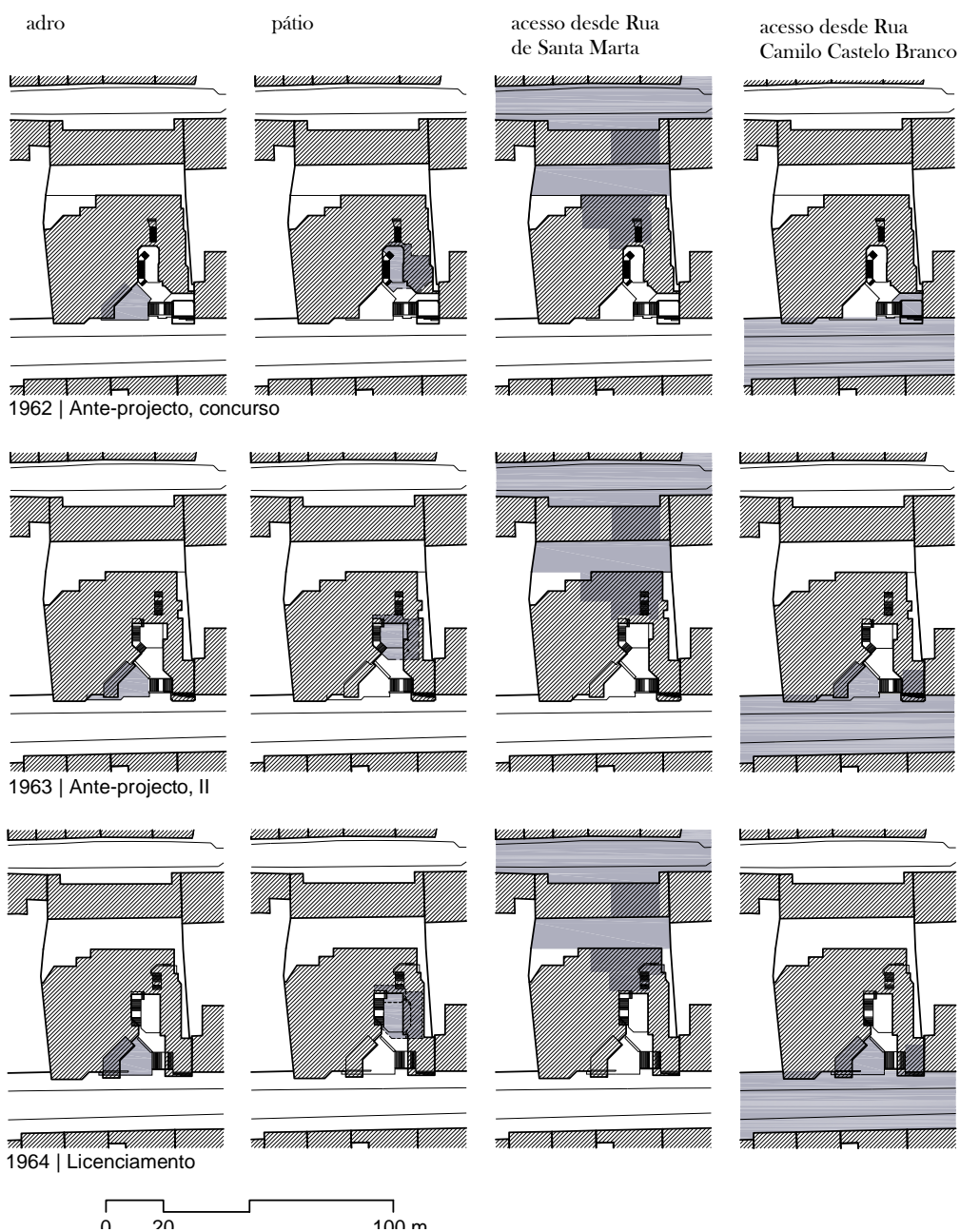
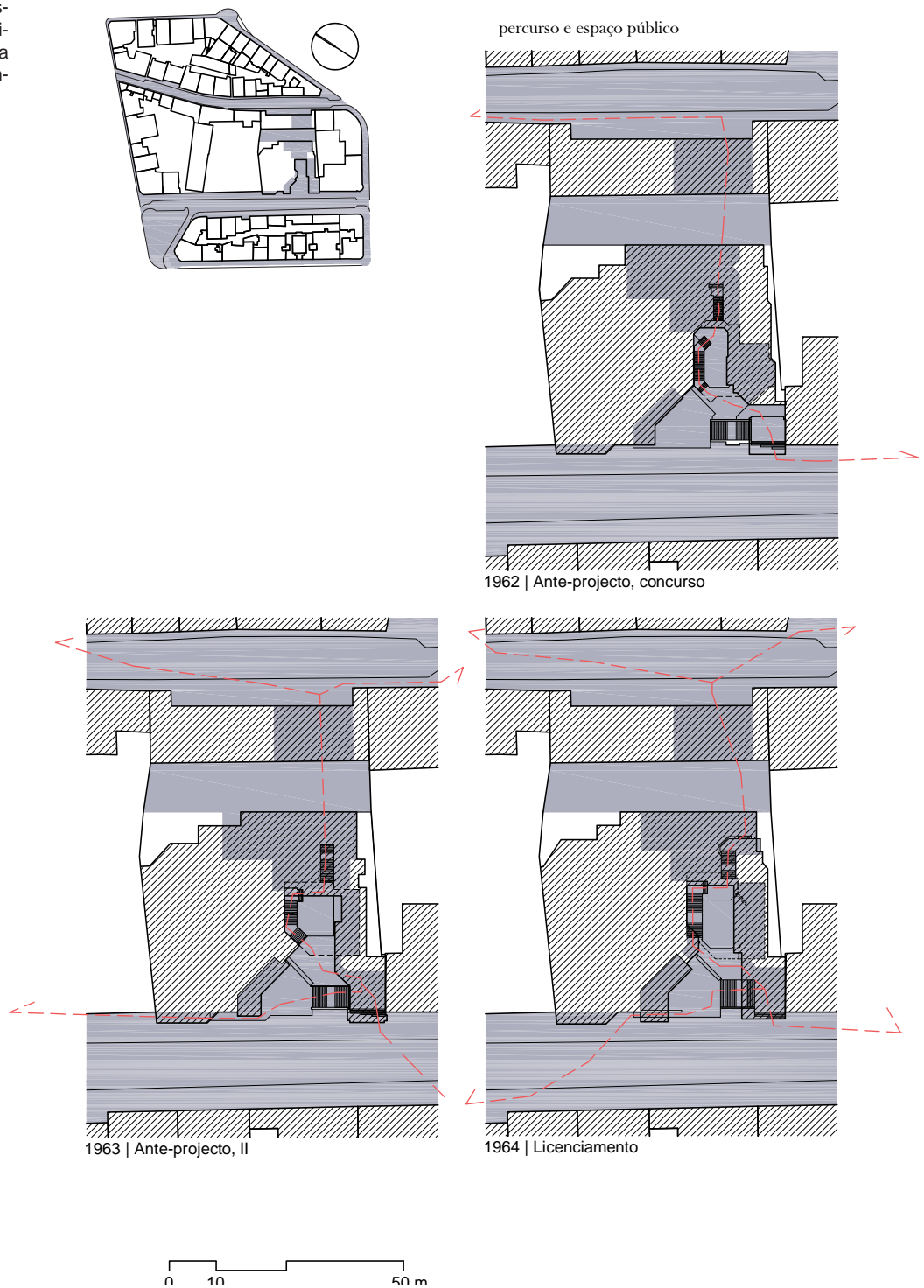


fig.2.35
Evolução do percurso
de atravessamento do
quarteirão, desde o es-
tudo urbano até ao li-
cenciamento (esquema
a partir de plantas sim-
plificadas)



de funcionamento. De certo modo, o espírito inicial de abertura de espaço público passa a ser mais regulado, perdendo um pouco o carácter que esteve na sua origem.

II.7.6 O pátio

Mantendo-se como o espaço de acolhimento central, ao longo da evolução do projeto sofre uma reconfiguração, ajustando-se na medida em que os limites dos corpos da igreja e centro paroquial também sofreram alterações. A sua configuração vai-se tornando mais regular, a planta mais quadrangular, e a zona coberta adjacente, mais clara na sua definição. Ao longo do desenvolvimento do projeto, a zona central de acolhimento vai beneficiando “(...) *do desafogo que se obteve para o pátio central*” (da memória descritiva anteprojecto II). Este desafogo iniciou-se no anteprojecto II para se fixar no projeto de Licenciamento (ver fig. 2.32).

O pátio da obra construída sendo um lugar aberto e central, quando observado transversalmente, poderá ser entendido como uma oposição ao volume da igreja, como se fosse o negativo, uma subtração de matéria que reforça o carácter do volume construído. A ideia de escavação também é reforçada pelo espaço coberto adjacente, ligeiramente elevado. Remete-nos para a ideia de claustro, neste caso incompleto.

II.7.7 A relação com o edifício da Rua de Santa Marta

A relação com o edifício da Rua de Santa Marta foi uma das questões trabalhadas ao longo de toda a evolução do projeto que se reflete logo no anteprojecto II, com o enfatizar do ziguezague das varandas e dos pisos do volume do centro paroquial. Este jogo procura atenuar o confronto entre as duas construções, favorecendo a entrada de luz nos pisos mais baixos. O uso de varandas também contribuiu para reforçar o afastamento visual entre os volumes de ambas as construções de modo a ganhar uma maior intimidade nos espaços interiores. Esta fronteira mereceu grande cuidado em todas as fases do projeto (ver fig.2.36).

II.7.8 O percurso público

A introdução da rampa, já referida anteriormente, foi o elemento que alterou, de maneira mais significativa, o percurso público. A partir do momento em que existe esta alteração, o percurso torna-se espacialmente mais complexo, por permitir mais possibilidades de caminho entre as duas ruas. Agora poderá descer-se a rua e, no balanço do movimento, entrar subitamente na rampa que conduz ao adro, e caso o destino não seja a igreja, descer as escadas até chegar à Rua de Santa Marta. Também continua a ser possível entrar na cota mais baixa da Rua Camilo Castelo Branco e ir descendo até ao outro lado. Desde a Rua de Santa Marta, a zona de acesso também teve alteração. O corpo do Centro Paroquial no piso térreo, que chegava até ao limite do lote, recuou, fazendo com que essa zona ficasse mais desafogada. Em sintonia com as alterações no pátio, também as escadas que a ele acedem se foram adaptando às ligeiras modificações nos volumes. Na primeira parte do percurso, em que se inicia a subida, é criado um momento intermédio, antes de chegar ao pátio, que permite uma paragem ou descanso, num ban-

fig.2.36
Esquema que acompanhava a memória descritiva (fonte: Arquivo ISCJ)

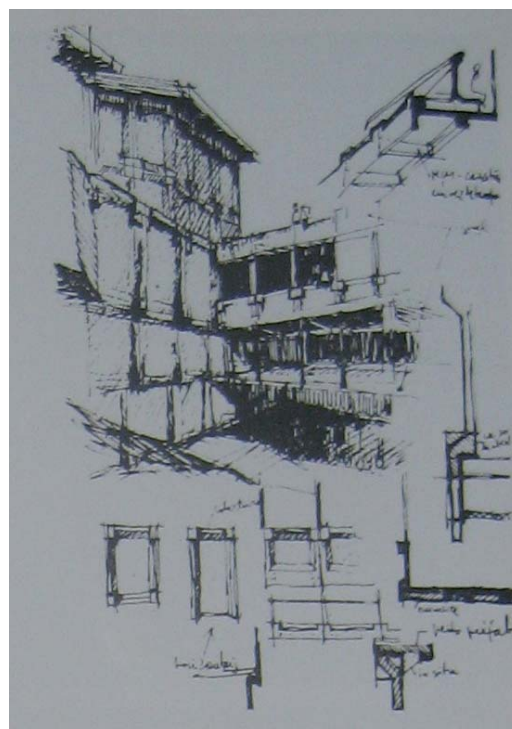
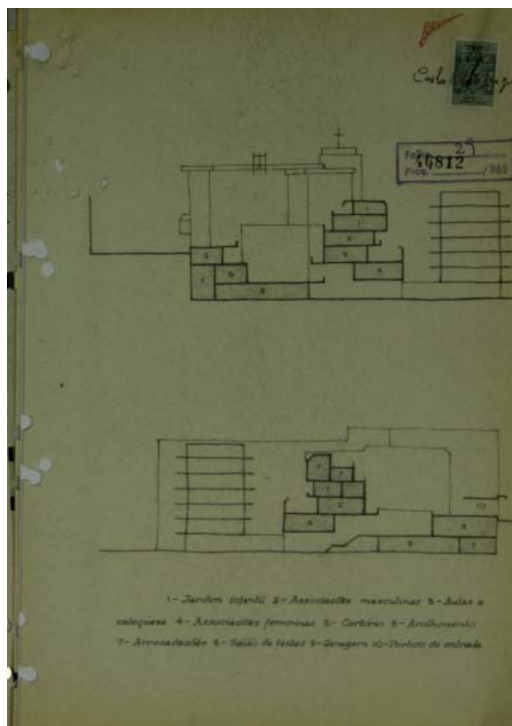
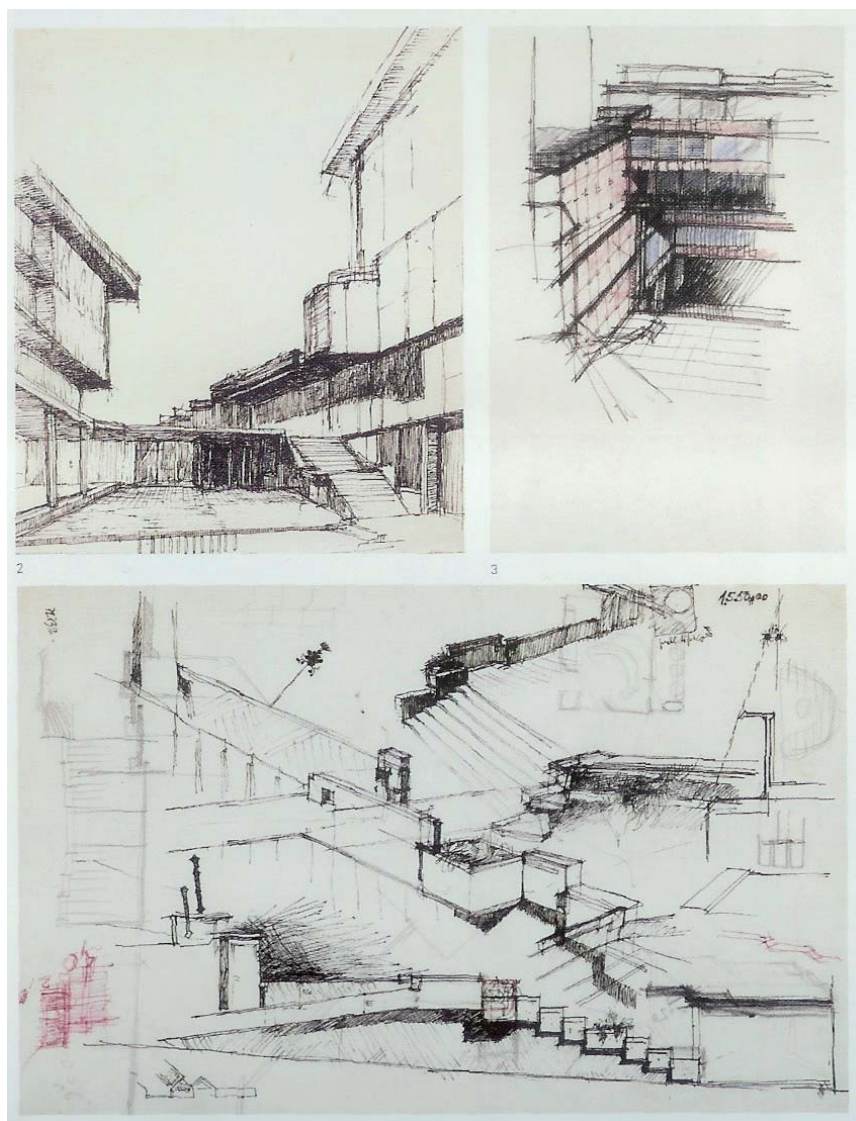


fig. 2.37
Esquissos do pátio (fonte: Tostões, 2004)



co que delimita o patamar. Esta alteração aparece apenas no projeto geral (ver fig.2.35). Os pavimentos do espaço exterior são definidos por diferentes estereotomias marcando a importância dos espaços. No caso do adro, a dimensão da pedra é maior que nos outros espaços e há claramente uma distinção entre este pavimento e os outros, por ser um espaço preparatório de entrada num espaço religioso. Nos restantes espaços exteriores, o pavimento, de pedra de calçada, contribui para o reforço do carácter deste espaço como espaço público. A marcação da estereotomia dos espaços aparece sempre em todas as fases de projeto.

II.7.9 Caso crítico

O processo de construção de edifício que propõe a existência de um espaço de transição de uso público no interior de um lote privado iniciou-se, neste caso concreto, com um estudo urbanístico, que estudou previamente a inserção urbana do futuro edifício. Na abordagem ao problema, o estudo urbanístico, através de uma visão arquitetónica, propõe que o edifício a construir naquele terreno fosse permeável na relação com a rua e com o edifício adjacente. Essa visão é influenciada por uma maneira de fazer cidade: a criação de espaço público sob edifícios construídos em cima de pilares. No entanto, o espaço de transição que viria a ser construído apresenta carácter distinto do espaço contínuo e ilimitado que, conceptualmente, orientava o estudo urbanístico. É um espaço contido e definido que poderemos relacionar com as ruas densas de encosta.

O facto de o lote ter duas frentes foi pertinente para que este conjunto edificado pudesse ser mais acessível, duplicando as possibilidades de relação com a envolvente. O desnível também contribuiu para uma resolução espacial mais complexa no caso do projeto construído.

O terreno, inserido num quarteirão na zona central da cidade, estava sujeito a uma certa pressão urbanística. O seu espaço é escasso e valioso. O programa, ambicioso na sua dimensão e propósito, pretendia ir além do carácter religioso, e servir a população próxima, mas também servir a cidade. Incluía espaços exteriores de encontro e espaços culturais, o que reforçou o carácter público do edifício. A conjugação entre as características do lote, as premissas do estudo urbanístico e o carácter público do programa do edifício poderão ter contribuído para a presença de espaço de transição no âmbito da construção do conjunto paroquial, como aconteceu na proposta escolhida.

Contudo nem todas as propostas tiram partido destas especificidades, mesmo em relação ao adro – que é à partida um espaço de transição entre o sagrado e profano – apenas parte das propostas incluem um espaço de transição entre o exterior e o interior da igreja, de dimensão adequada para preparar a entrada num espaço religioso.

As propostas que incluem um percurso de atravessamento público, são as mesmas em que o edifício valoriza o acesso por ambas as ruas, não fazendo apenas a valorização arquitectónica da fachada principal em detrimento do tardo, o que pressupõem uma visão crítica do enquadramento de um edifício no espaço urbano, também influenciada

pelos princípios do movimento moderno.

Podemos observar que, entre as diferentes propostas arquitetônicas pensadas para o mesmo sítio, foram hierarquizadas de modo mais favorável as que se abriram à envolvente através dos seus espaços exteriores e percursos, as que integraram mais espaços permeáveis na relação com espaço público. Embora cada proposta arquitetônica seja claramente distinta, os projetos que melhor se articulam com a envolvente, integrando percursos e espaços de transição exteriores na relação com a estrutura urbana, conseguiram também dar uma melhor resposta às condicionantes e à articulação das diferentes partes no seu todo.

A obra construída é a que melhor sintetiza estas questões, e ao longo da evolução do seu projeto de arquitetura foram sendo introduzidos novos elementos de ligação, que permitiram reforçar a ideia de espaço de transição de carácter público e a relação com a envolvente. A introdução da rampa na Rua Camilo Castelo Branco ou o acerto do pátio como espaço central e de permanência deram esse contributo.

Por outro lado, além das condições de contexto, que as diferentes propostas interpretaram com aspetos em comum, os autores do projeto tinham à partida uma postura crítica e conceptual relevante sobre a interpretação do programa. Este correspondia a *“uma crença intervencionista que lutava sobre os programas mais ainda sobre a forma como a linguagem os interpretava, ou seja, que lutava para introduzir “sinais” não pedidos que criassem outra perspectiva aos ‘programas’ dados”* (Portas, 1971).

A participação no concurso foi encarada como um momento para pôr em prática uma perspetiva sobre a intervenção na cidade através da sua arquitetura – reforçando o seu carácter estrutural e a sua capacidade de fazer ou desfazer cidade a partir dos *“artefactos que pomos na cidade”* (Portas, 1971). A escala de intervenção deste projeto permitiria pôr em prática *“mais um conceito do que uma forma particular, mais uma estrutura de dispor as coisas do que um tratamento muito determinado de cada parte. Qualquer coisa de mais adaptativo e aberto”* (Portas, 1971).

Os autores do projeto tinham também a convicção que o espaço de transição que propunham pudesse mudar a maneira de apropriação, entendendo a ‘rua-escadório’ como um espaço de distribuição e ligação, interior e público, que expressa a vontade e amarrar o conjunto à cidade (Portas, 1971).

III - URBANIDADE

III. 1 Dimensão e inserção urbana

As implantações de cada caso de estudo revelam diferentes inserções no tecido urbano, em que a origem do terreno, público ou privado, a sua dimensão e a sua configuração, a topografia e a confrontação com a envolvente, têm influência na abordagem ao espaço público e na possibilidade de se estabelecer uma continuidade entre proposto e existente. Em comum, estes casos têm o facto de os lotes ou parcelas onde estão implantados terem, no mínimo, duas frentes urbanas, isto é, relacionarem-se com, pelo menos, dois arrumamentos diferentes. Os casos de estudo privados também têm em comum o facto de serem exceções nos quarteirões onde estão implantados, ou porque se encontram localizados num gaveto - como o edifício Franjinhas e o conjunto Saldanha Residence - ou porque a possibilidade de juntar mais do que um lote permitiu a intervenção, como acontece nos quarteirões Pátio A, Pátio B, Império, Picoas Plaza e Oriente, e nos conjuntos ISCJ, Pátio Bagatela, Alcântara-Rio. A ampliação do edifício da sede da OE, embora situada num único lote, tem a particularidade de este ser anterior à formação do quarteirão e de a zona tardoz, que foi em tempos um jardim privado, ter passado a ser uma frente urbana. No caso dos edifícios de carácter público, os lugares que lhes são oferecidos para implantação têm, à partida, destaque em relação à envolvente, o que configura também uma exceção: o caso do CCB, no topo da Praça do Império; o caso do Pavilhão de Portugal, na especial relação com o Cais Português na frente ribeirinha oriental da cidade de Lisboa. Dois projetos fazem parte de um Plano de Pormenor – os quarteirões no Chiado ¹, Pátio A e Pátio B, e o quarteirão Picoas Plaza ² -, o que permitiu uma visão global da proposta, contribuindo para uma estratégia de projeto urbano que, englobando a arquitetura, procura estabelecer uma relação com o espaço público, estabelecendo uma leitura alargada ao tecido urbano e ao impacto que o projeto teria na envolvente. Noutros casos, porém, tal não acontece, mesmo em se tratando de intervenções de dimensão semelhante aos anteriores, de que são exemplo os conjuntos Saldanha Residence e Alcântara-Rio. A construção, nestes casos de estudo, participou também do processo de transformação da cidade, a qual pressupõe com frequência a demolição de edifícios, a conservação de parte deles ou das suas fachadas como ponto de partida, circunstâncias que poderão, ou não, servir de condicionante numa relação

1 Plano de Pormenor da Zona Sinistrada do Chiado, coordenado pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira

2 Plano de Pormenor da Garagem Militar, coordenado pelos arquitetos Carlos Duarte e José Lamas



2- EDIFÍCIO FRANJINHAS 636m²



8- EDIFÍCIO SEDE OE 966m²

0 25 100

fig.3.1 [a,b]
Área do lote e inserção urbana. Plantas à mesma escala de cada um dos casos de estudo, hierarquicamente dispostos desde o lote menor para o maior.



1- CONJUNTO ISCJ 2219m²



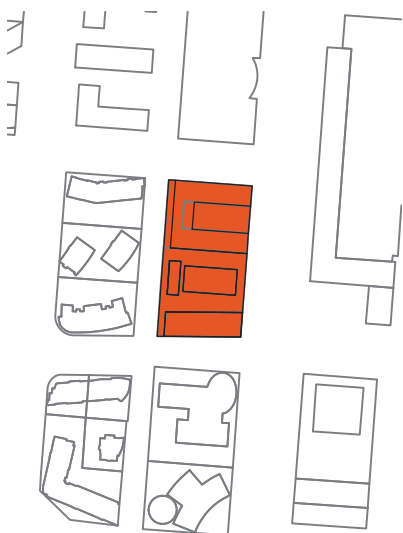
7- QUARTEIRÃO IMPÉRIO 4439m²



5- PÁTIO BAGATELA 4485m²



4- PÁTIO A (2944m²) , PÁTIO B (2177m²) 5121m²



10- QUARTEIRÃO ORIENTE 6842m²



6- CONJ. SALDANHA RESIDENCE 7069m²

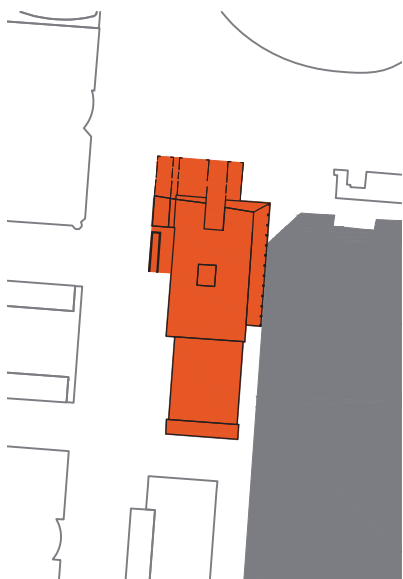
0 25 100



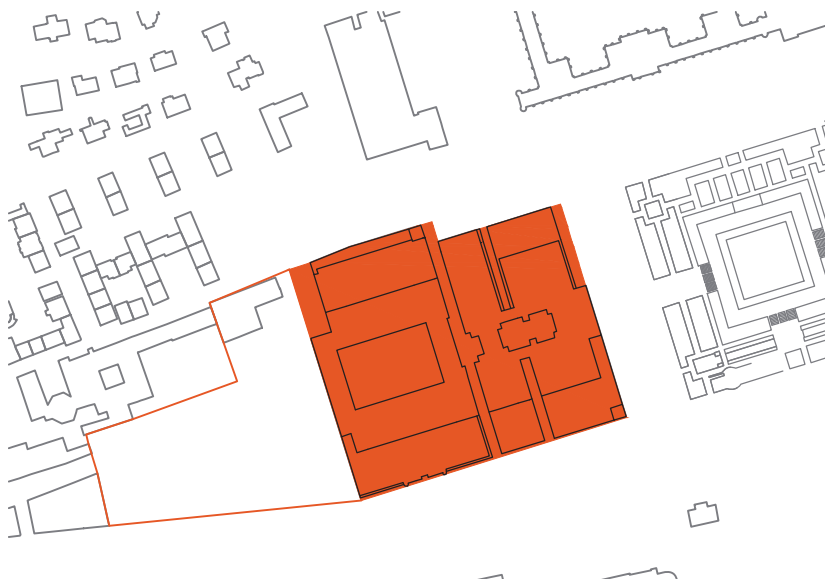
12- ALCANTARA-RIO 7209m²



11- PICOAS PLAZA 7321m²



9- EDIFÍCIO PAVILHÃO PORTUGAL 13400m²



3- EDIFÍCIO CCB 35594m²

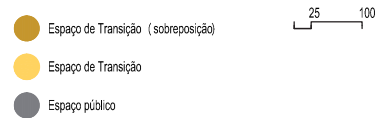
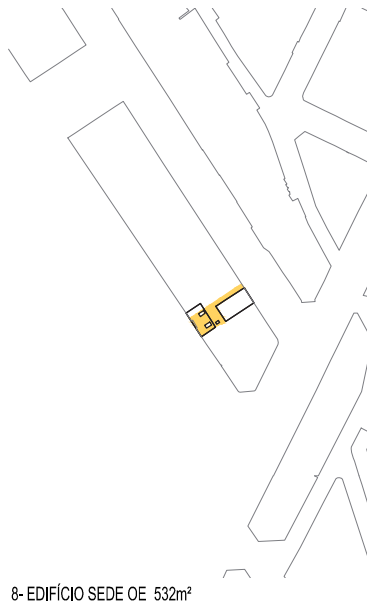
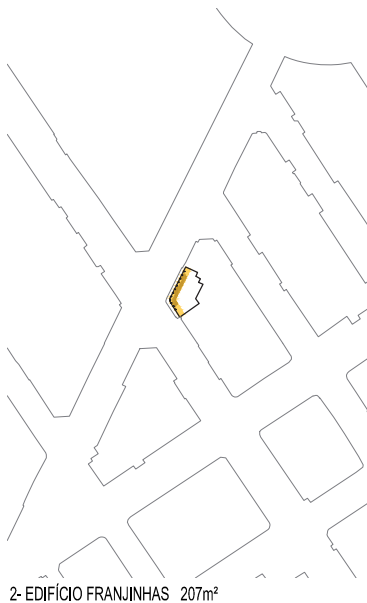
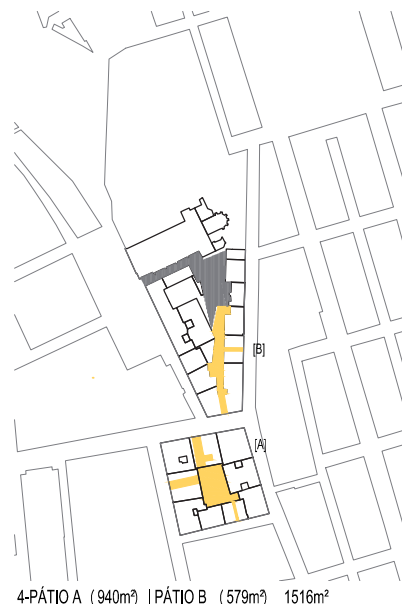
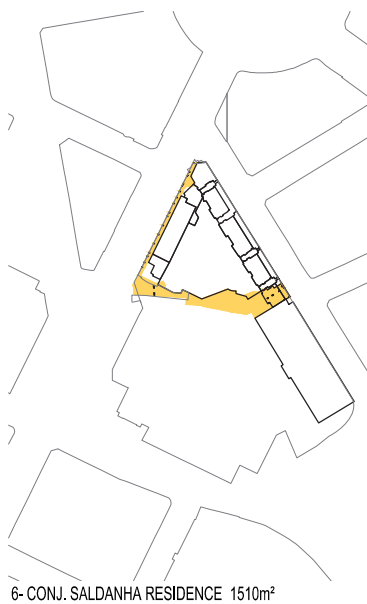
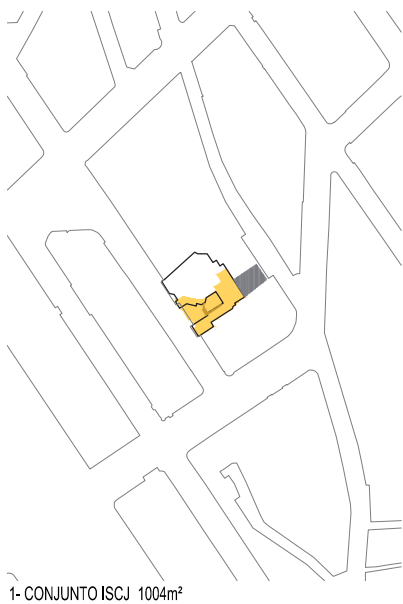
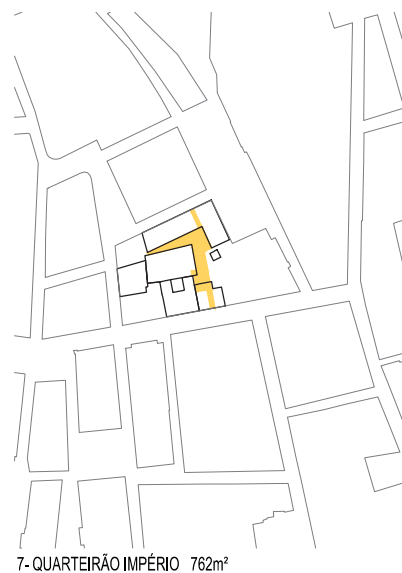


fig.3.2 [a,b]
 Área do espaço de transição e inserção no quarteirão. Plantas à mesma escala de cada um dos casos de estudo, hierarquicamente dispostos desde o espaço de transição com menor área para o maior.



com o espaço público. Na circunstância de preexistências com valor patrimonial ou arquitetónico, estas tendem a influenciar positivamente uma relação com o espaço público. No caso do Pátio B, a relação com os Terraços do Carmo, as ruínas do Convento do Carmo e o elevador de Santa Justa, valoriza a integração do próprio pátio no espaço público. No caso do Pátio Bagatela, a integração dos dois pátios, Bagatela e Monteiro, também interferiu na caracterização do espaço, que anteriormente era de carácter privado, abrindo-o à cidade e valorizando uma tipologia de habitação operária. No caso do edifício sede da OE, a casa pré-existente é perspectivada de uma nova maneira, valorizando o atravessamento urbano e oferecendo um novo enquadramento. No quarteirão Império, a torre sineira da igreja paroquial do Santíssimo Sacramento, institui-se num marco referencial no espaço interior do quarteirão, desta maneira valorizado no projeto.

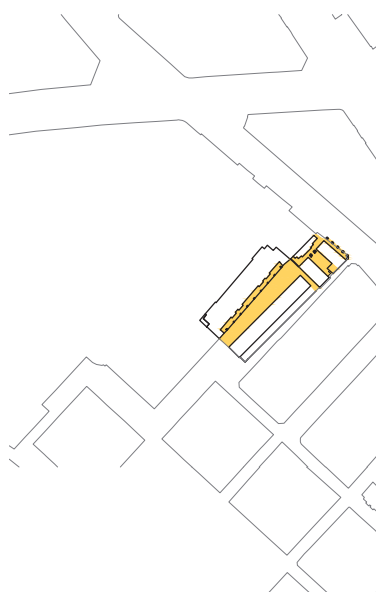
III.1.1 Área do lote e do espaço de transição

O lote e a sua dimensão permitem-nos compreender as escalas do quarteirão e do tecido urbano (Panerai et al, 2004). A dimensão do lote de cada um dos casos de estudo é bastante variável, situando-se entre os 636 m² do edifício Franjinhas e os 35600 m² (inicialmente estavam previstos 56000 m²) do edifício Centro Cultural de Belém (ver fig. 3.1). A área do lote do edifício sede da OE não chega aos 1000 m² e a do conjunto ISCJ tem cerca de 2200 m². Entre os quarteirões e conjuntos privados, distinguimos dois grupos de casos de estudo em que os terrenos têm dimensões de intervenção semelhantes. O primeiro integra o Pátio A e B ³, o quarteirão Império e o Pátio Bagatela com áreas de implantação entre os 4400-5200 m². O segundo grupo comporta o quarteirão Oriente, o conjunto Saldanha Residence, o Alcântara-Rio e o Picoas Plaza com uma dimensão de lote entre os 6800-7400 m². Os edifícios públicos destacam-se pela dimensão da parcela, muito superior à dos casos de estudo de edifícios privados: o CCB, já referido, tem uma área semelhante à da Praça do Comércio ⁴ e o Pavilhão de Portugal, com cerca de 13400 m² de área, tem um comprimento semelhante ao Rossio, de cerca de 93 metros lineares. A dimensão do lote influencia a área de espaço de transição que cada proposta arquitectónica oferece à cidade, havendo uma correlação entre ambas que se manifesta no facto de oferecerem menos espaço de transição do que os lotes maiores (ver fig. 3.2). Os espaços de transição mais pequenos, entre os quais se destacam as galerias do Franjinhas com 200 m², têm no máximo 1000 m². Neste conjunto de casos, onde também se incluem a sede da OE, a ISCJ e os quarteirões Império e Pátio A e Pátio B (separadamente), a configuração dos espaços de transição é muito diversificada. Se juntássemos as áreas de todos estes casos de estudo, estas configurariam um pequeno espaço urbano como o Largo do Intendente ⁵, na cidade de Lisboa.

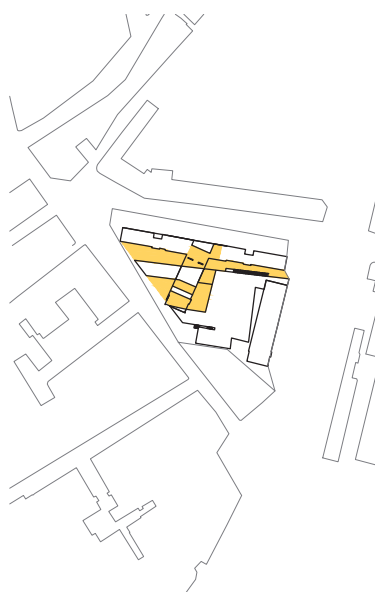
3 Neste caso, observámos a área destes dois casos em conjunto que é de 5121 m². Contudo, esta insere-se numa área mais alargada no plano do Chiado.

4 A área da Praça do Comércio é cerca de 35400 m²

5 A soma das áreas de espaço de transição dos casos Franjinhas, sede da OE, ISCJ, Império e Pátio A e Pátio B é cerca de 3020 m², o Largo do Intendente em Lisboa tem cerca de 2940 m²



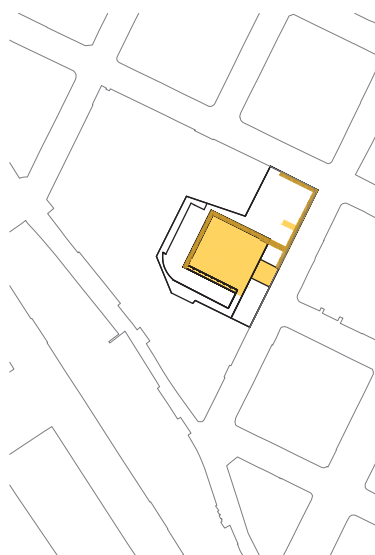
5-PÁTIO BAGATELA 1560m²



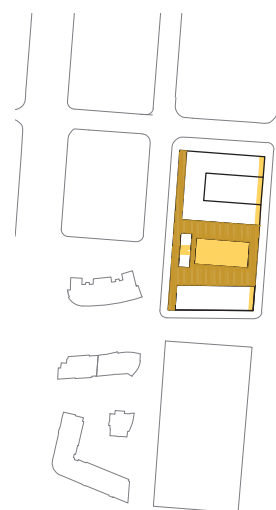
12- ALCANTARA-RIO 1854m²

- Espaço de Transição (sobreposição)
- Espaço de Transição
- Espaço público

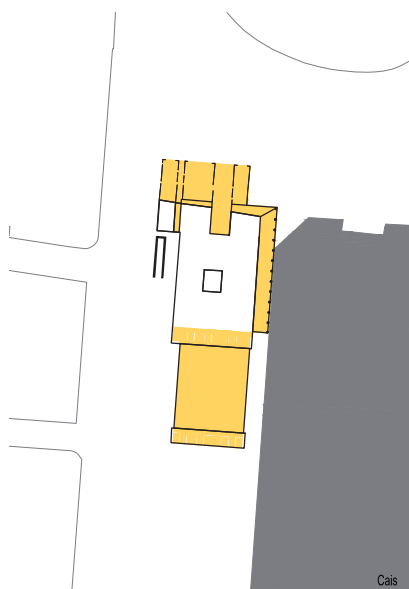
0 25 100



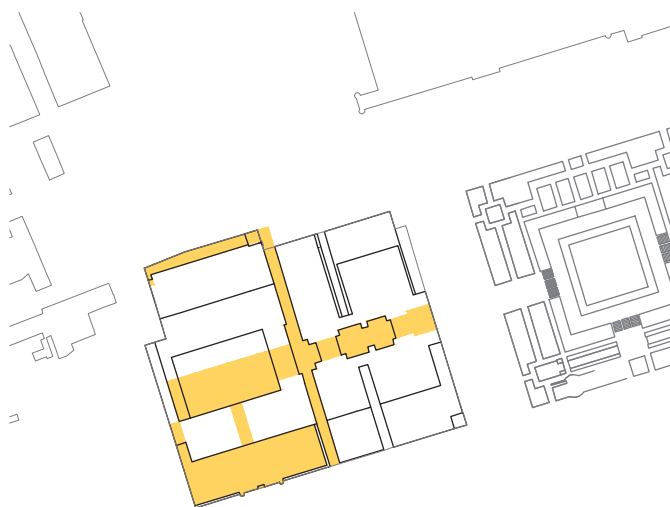
11- PICOAS PLAZA 3151m²



10- QUARTEIRÃO ORIENTE 3757m²



9- EDIFÍCIO PAVILHÃO PORTUGAL 7597m²



3- EDIFÍCIO CCB 10158m²

No segundo grupo de casos ⁶ - Saldanha Residence, Pátio Bagatela e Alcântara- Rio -, a dimensão dos espaços de transição varia entre os 1000-2000 m² e a sua configuração é predominantemente linear. A extensão linear destes três casos é muito semelhante entre si, variando entre os 102 metros lineares do espaço central do Pátio Bagatela e os 115 metros lineares do Saldanha Residence. No centro da cidade de Lisboa, encontramos esta mesma dimensão em cada um dos lados da Praça da Figueira (116 X 105 metros) (ver fig. 3.4). Nos quarteirões Picoas Plaza e Oriente, a área do espaço de transição sobrepõe-se em dois pisos variando entre 3151 m², no primeiro, e 3757 m², no segundo. Os dois casos têm uma tipologia semelhante que articula um pátio-praça e uma galeria como espaço de transição. Estes dois casos têm uma área semelhante à Praça Luís de Camões que é cerca de 3700 m². Os edifícios públicos são os que oferecem maior área de transição, o Pavilhão de Portugal cerca de 7597 m² e o Centro Cultural de Belém ⁷ cerca de 10158 m². No caso do Centro Cultural de Belém, área do espaço de transição é semelhante à da Praça da Figueira ⁸ em Lisboa (ver fig.3.7/3.8). Sobre a dimensão ideal de um espaço urbano, Lynch (1971) propõe para um pequeno espaço urbano uma dimensão de 12 x 24 metros, podendo chegar até os 100 metros de comprimento para uma praça maior. Segundo Shaftoe (2008) uma pequena praça medieval teria em média a proporção de 57 por 140 metros⁹. Se considerarmos estas dimensões como referência para encontrar uma escala para os espaços de transição, poderemos considerar que o espaço de transição do Pavilhão de Portugal oferece uma área total equivalente à de uma praça medieval ¹⁰, com a particularidade de a praça coberta ter uma proporção aproximada de 50 x 65,8 metros (3290 m²). No que se refere às áreas dos espaços de transição dos restantes edifícios, com exceção do CCB, poderemos considerar que equivalem a pequenos espaços urbanos (ver fig. 3.4).

Independentemente dos valores acima referidos, se observarmos a percentagem de espaço de transição proporcionalmente à área de implantação do lote, a correlação entre menor dimensão do lote e menor dimensão de espaço de transição (e vice-versa) altera-se. Isto é, um lote pequeno pode oferecer uma área de espaço de transição generosa, tendo em conta a área disponível. Este facto deve-se à estratégia de projeto e à articulação dos espaços entre si. Nesta perspetiva, o edifício da sede da OE, implantando num lote de 966 m², o segundo mais pequeno dos casos, oferece à cidade 530 m² de espaço de transição, mais de cinquenta por cento da área de implantação disponível, sucedendo o mesmo com o quarteirão Oriente, embora estejamos a falar de áreas distintas (ver fig.3.3). O Pavilhão de Portugal é o que oferece mais espaço de transição. Estes três casos destacam-se por disponibilizarem mais de metade da área de implantação para

6 A área do espaço de transição do Pátio A e Pátio B, em conjunto, também se integra neste grupo: 1516 m²

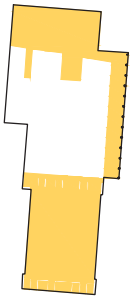
7 Contabilizámos apenas a área que é possível percorrer sem ser encerrada. Não foi contabilizado o acesso ao Centro de Congressos nem ao terraço a norte (desde a Rua Bartolomeu Dias)

8 A área da Praça da Figueira é cerca de 11900 m²

9 A dimensão que nos permite distinguir caras no espaço ronda os 25 metros e a máxima distância para conseguir observar um movimento humano é de 135 metros Shaftoe (2008)

10 Área de 57x140 m² corresponde a 7980 m²

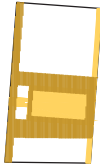
fig.3.3
Percentagem da área
de espaço de transição
vs a área do lote



9-EDIFÍCIO PAVILHÃO PORTUGAL 57%



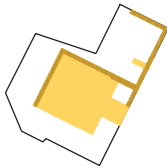
8-EDIFÍCIO SEDE OE 55%



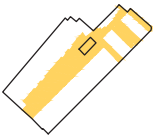
10-QUARTEIRÃO ORIENTE 55%



1-CONJUNTO ISCJ 45%



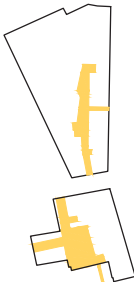
11-PICOAS PLAZA 43%



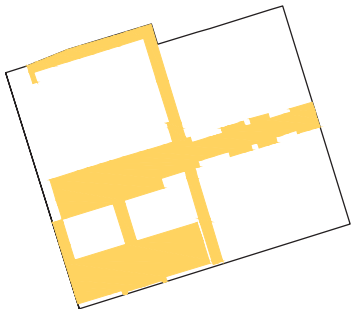
5-PÁTIO BAGATELA 35%



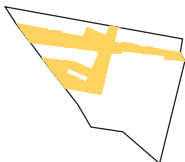
2-EDIFÍCIO FRANJINHAS 33%



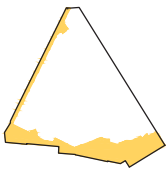
4-PÁTIO A , PÁTIO B 30%



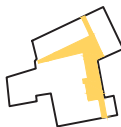
3-EDIFÍCIO CCB 29%



12-ALCANTARA-RIO 26%



6-CONJ. SALDANHA RESIDENCE 21%



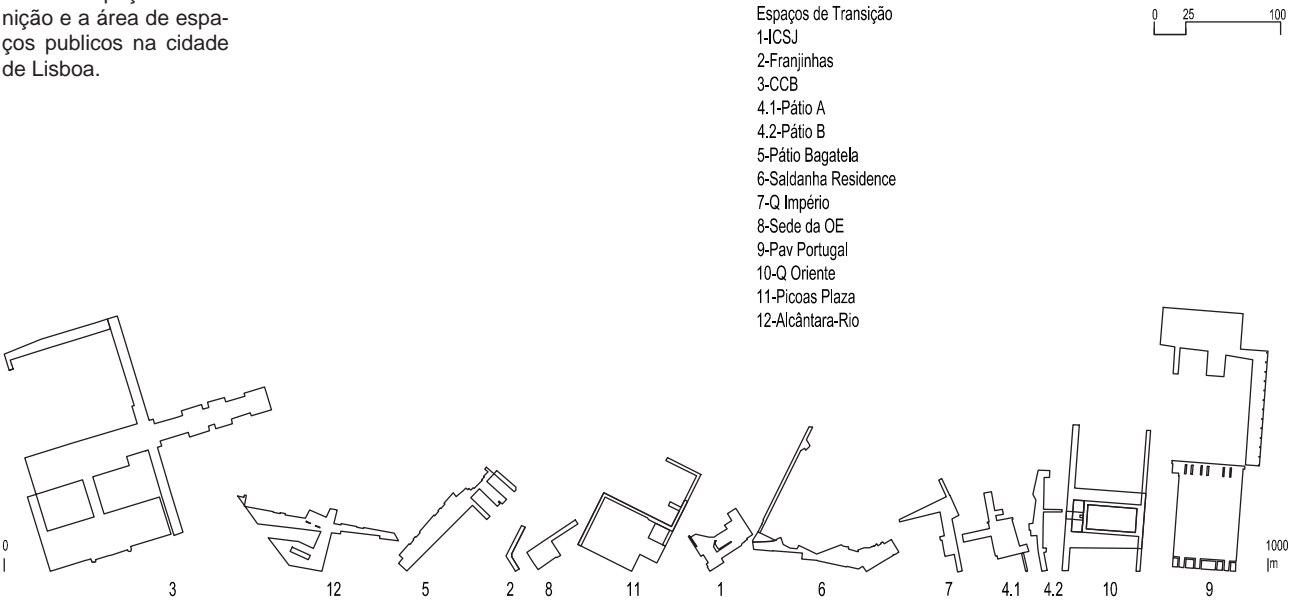
7-QUARTEIRÃO IMPÉRIO 17%

área de transição. Assinalamos também como o CCB e o Franjinhas, exemplos opostos no que se refere à dimensão da área de implantação e espaço de transição, aproximam-se, contudo, na proporção de espaço oferecida à cidade: entre vinte e nove e trinta e três por cento. Observa-se, por isso, que a diferença entre os espaços de transição também se estabelece na abordagem às condicionantes e na estratégia de intervenção de cada projeto. A dimensão é relevante na possibilidade de criar um espaço de transição, mas a estratégia de projeto e de abordagem são determinante para a existência destes espaços.

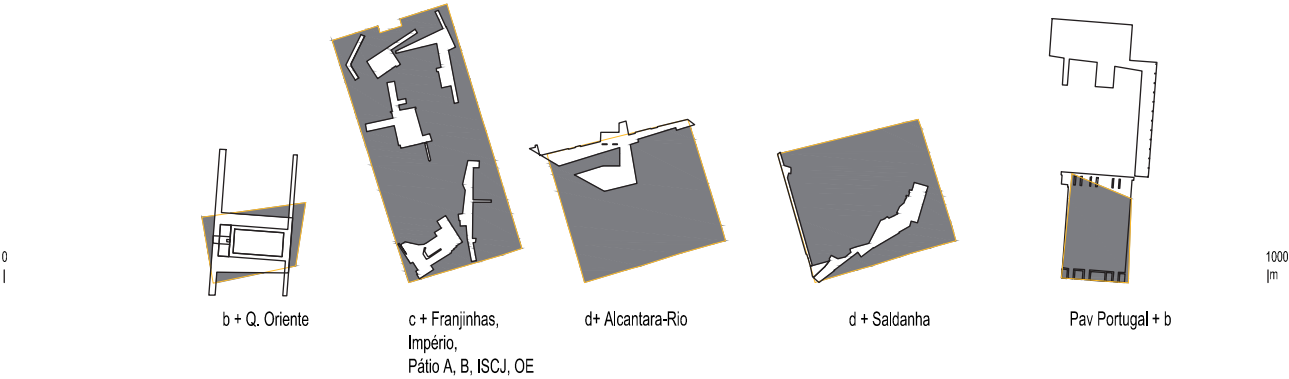
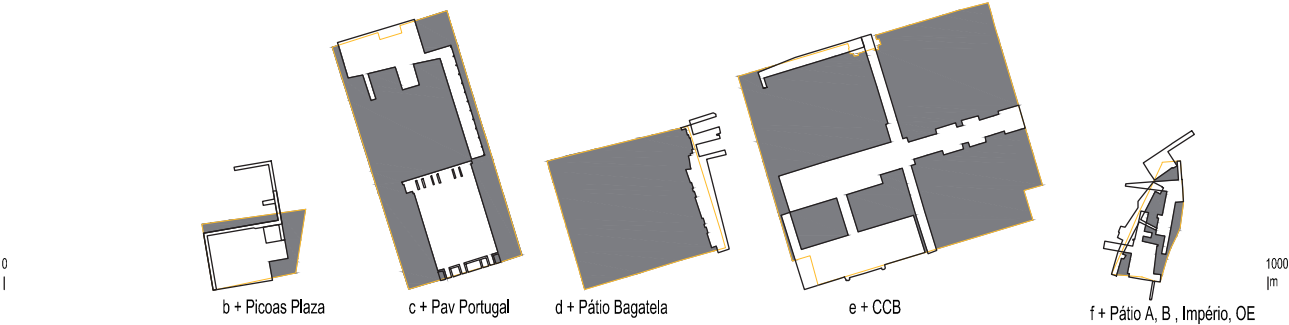
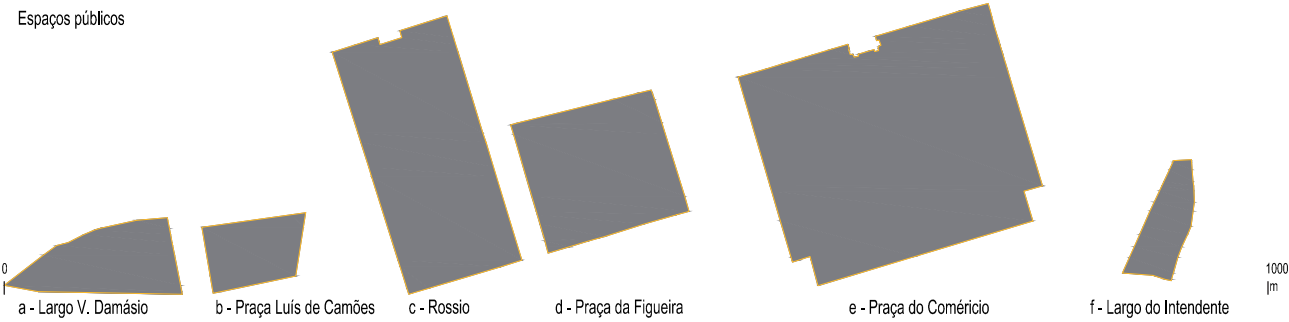
III.1.2 Um lote, duas frentes urbanas

O edifício Franjinhas e o edifício sede da Ordem dos Engenheiros são, entre os casos de estudo, os únicos que estão construídos num único lote dentro de um quarteirão. Contudo, estes dois lotes têm a particularidade de se confrontarem com o espaço público em duas frentes urbanas. No caso do Franjinhas, de modo mais subtil, o lote forma um gaveto, uma esquina entre dois arruamentos, que é o lugar mais relevante e sensível na caracterização de um quarteirão. No edifício sede da OE, o lote estende-se de um lado ao outro do quarteirão, criando duas frentes urbanas opostas. No primeiro caso, a relação com o espaço público faz-se no perímetro da fachada, através das galerias desfasadas em relação à rua e da projeção de um volume que marca a transição entre o embasamento e o corpo do edifício. No segundo, esta relação faz-se através de um espaço de atravessamento entre duas ruas que circundam o quarteirão. Em ambas as propostas, existem apenas dois acessos pedonais. O facto de as intervenções ocorrerem num lote inserido num quarteirão obrigam a um confronto com as empenas vizinhas, o que, ao introduzir espaços de transição, vai evidenciar um ligeiro (nestes dois casos) corte no quarteirão, introduzindo uma abertura na continuidade das fachadas. No entanto, o facto de ambos os projetos se inserirem apenas num lote manteve o ritmo do quarteirão existente. Isto é, mantêm a dimensão da fachada e a sua alternância, embora tenham alterado as cérceas existentes. No caso da Sede da Ordem dos Engenheiros, a proposta permitiu um alinhamento com o quarteirão na fachada poente. O desfasamento que existia, anterior a esta transformação, foi de algum modo completado a partir desse projeto. Nos dois casos, as intervenções aconteceram em terrenos em que existiam moradias unifamiliares como medida do lote e em que a malha urbana apresenta uma regularidade no seu traçado. No caso da sede da OE, foi o quarteirão que se desenhou em redor da casa, e o jardim, que outrora tinha sido privado, tornou-se um espaço público. No caso do Franjinhas, a demolição de uma moradia unifamiliar libertou espaço para este empreendimento (ver fig.3.5/3.6). Em ambos os edifícios, o desnível existente entre ambos os arruamentos que definem as frentes do lote é pouco acentuado. No entanto, ambas as propostas constroem uma “topografia” para inserir o espaço de transição: no Franjinhas, pelo desfasamento das galerias em relação à rua (uma ligeiramente abaixo, e outra ligeiramente acima); no edifício sede da OE, o espaço vazio, no centro do lote, eleva-se para acomodar parte do edifício enterrado, construindo uma elevação e um momento de destaque no espaço de transição (ver fig.1.35).

fig.3.4
 Comparação entre a
 área do espaço de transi-
 ção e a área de espa-
 ços públicos na cidade
 de Lisboa.



Espaços públicos



III.1.3 Alternância e ritmo do quarteirão

Todos os restantes casos de promoção privada inseridos em diferentes quarteirões - com exceção do conjunto Saldanha Residence -, implicaram a junção de mais de um lote para a sua concretização. A junção de pequenos lotes ou o processo de subdivisão de lotes maiores permite a integração de novos tipos de edifícios (Panerai et al, 2004:166). Estas alterações poderão fazer com que um quarteirão possa ter diferentes comprimentos de fachada e uma densidade variável. São as ocorrências de modificação, de ampliação e de substituição de um edifício que dá capacidade à cidade para se adaptar às mudanças que marcam a sua evolução, sejam elas demográficas, económicas e/ou culturais. (Jacobs 2000, Panerai et al, 2004:166). Tais processos são relevantes nos casos em estudo, porque se traduziram num aumento das possibilidades de relação entre a área a transformar e as vias na sua envolvente, potenciando a pertinência de espaços de atravessamento e de acesso ao interior do quarteirão.

No caso da ISCJ (explanado detalhadamente no capítulo 2), embora o lote que serviu de ponto de partida se estenda transversalmente de uma ponta a outra do quarteirão - oferecendo duas frentes urbanas -, para o desenvolvimento do projeto foi necessário proceder à troca com o proprietário de um lote contíguo. Esta troca permitiu ganhar espaço de fachada na Rua Camilo Castelo Branco. Tal como acontece nos casos Franjinhãs e sede da OE, também esta proposta constrói uma relação com a empena de edifício contíguo construindo um corte.

A reconstrução dos quarteirões do Chiado ¹¹, onde se incluem o Pátio A e o Pátio B, implicou o redesenho de vários edifícios que integram cada um dos quarteirões. Esta possibilidade de pensar num conjunto de edifícios por lotes contíguos no mesmo quarteirão fez com que se pudesse diminuir a profundidade dos mesmos, libertando o espaço no interior do logradouro ¹². Embora a proposta implicasse a transformação de mais de um lote contíguo, não alterou, porém, nem o ritmo, nem a alternância de edifícios, pelo contrário, reforçou a identidade do quarteirão tratando-o como uma peça única, uma unidade no tecido urbano. O facto de os quarteirões se localizarem numa zona de transição entre a Baixa e a colina do Bairro Alto permitiu fazer do espaço interior dos quarteirões uma plataforma de ligação entre ruas a cotas distintas. Nos dois casos, as intervenções num conjunto de lotes mantiveram a escala dos planos de fachada, 'perfurando' os edifícios para que o quarteirão se tornasse globalmente permeável, possibilitando a existência de espaços comerciais/serviços no seu interior. O pátio A é um espaço central em relação ao quarteirão; o Pátio B um pátio alongado, linear.

No caso do quarteirão Império, também situado na zona do Chiado, os oito lotes estão dispersos nos quatro quadrantes do quarteirão. Este facto fez com que parte do espaço central do quarteirão servisse como articulação entre os diferentes corpos edificados, embora consequência de um processo ligeiramente distinto dos pátios A e B. Neste projeto, parte do interior do quarteirão também permite a ligação entre as duas ruas opostas. Contudo, enquanto nos pátios A e B, o centro dos quarteirões é o plano de

11 Na sequência do incêndio na zona do Chiado¹, que ocorreu a 25-08-1988 e afetou cerca de 18 edifícios.

12 A profundidade dos edifícios passou para cerca de catorze metros.

fig.3.5

Gaveto definido pela Rua Braamcamp e pela Rua Castilho no início do século XX. Actualmente lote do edifício Franjinhãs. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (PT-AMLSB-PAG-000299)



fig.3.6

[a] Avenida António Augusto Aguiar, casa pré-existente. [b] Vista do lote a partir da Avenida Sidónio Pais. [c] Vista da Avenida Sidónio Pais. Actualmente lote do edifício sede da OE. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa [a] A33236_PT-AMLSB-ARM-IO1245 | [b] A37026_PT-AMLSB-ARM-IO2117 | [c] A37027_PT-AMLSB-ARM-IO2120_1961



[a]



[b]



[c]

nível que articula as ruas na envolvente, no quarteirão Império, o centro é o desnível que une os planos de acesso desde a via pública. O ritmo da alternância de fachadas foi modificado na frente da Travessa do Carmo, permitindo viabilizar um edifício residencial com comércio no piso térreo. Na frente da Rua Garrett, manteve-se a mesma fachada recuperando e incorporando o acesso ao espaço de transição. Foi necessário juntar os lotes para viabilizar esta proposta de alteração do quarteirão e poder construir a articulação com as ruas na envolvente, cruzando dois percursos: o pedonal, entre a Travessa do Carmo e a Rua Garrett, e o percurso de entrada e de saída do parque de estacionamento, entre as ruas Serpa Pinto e Almirante Pessanha.

No conjunto Pátio Bagatela, foi necessário juntar aos dois lotes já edificados parte de um terreno que não estava construído para concretizar a proposta. Neste caso, os volumes existentes - Pátio Bagatela e Pátio Monteiro - foram enquadrados no projeto mantendo a relação com a rua. Para viabilizar mais construção, foi necessário rasgar o lote para construir uma outra nova frente urbana. Surge assim um espaço de articulação entre os edifícios existentes e o novo a partir de uma rua-transição, traçada no âmbito desta proposta. O espaço de transição liga-se à malha urbana que envolve o quarteirão, viabilizando os novos edifícios que se integram assim na rede de espaço público através desde espaço canal. No Pátio Bagatela, os volumes das vilas operárias pré-existent permaneceram e a escala das fachadas manteve-se. Os novos corpos alteraram a cércea, porém, esta alinhou-se com os restantes edifícios pertencentes ao quarteirão, enquadrando-se nas construções existentes em redor deste projeto.

No caso do Picoas Plaza, o empreendimento situa-se num quarteirão na fronteira entre malhas urbanas diferentes. O ritmo de lotes do quarteirão é diferente em cada uma das partes separadas pela charneira que faz o encontro entre traçados. O projeto acontece no âmbito da alteração de um lote de maior dimensão em relação aos restantes, visto pertencer à antiga Garagem Militar. Este facto permitiu que o projeto ganhasse uma escala própria dentro da continuidade, embora se tenha também procurado manter parte da frente da Rua Viriato – as fachadas de dois dos edifícios existentes – por imposição do plano de pormenor. A dimensão do lote permite uma maior extensão dos edifícios na periferia, mas também um maior uso da profundidade do terreno para a construção de edifícios que se organizam em torno de um pátio – praça. Esta estratégia também é uma forma de rentabilizar a construção de mais edifícios permitindo que assim surja um pátio dentro do quarteirão, o qual oferece, por sua vez a possibilidade de articulação dos novos edifícios com o espaço público envolvente. Uma galeria na periferia une o desnível entre as ruas que formam o gaveto. Contudo, a articulação direta através de espaço exterior (prevista no plano de pormenor) entre o pátio-praça e a Rua Marquês de Tomar, passou a acontecer através do interior do centro comercial.

O quarteirão Oriente poderá ser entendido como uma peça urbana, um edifício-quarteirão, pela unidade formal que se estabelece entre os diferentes corpos que o compõem. Esta unidade foi possível pelo facto de o projeto ter sido concretizado unindo os dois lotes que definem este quarteirão¹³. A estratégia seguida é muito distinta da que foi usa-

fig.3.7
Edifício do mercado,
situado na actual Praça
da Figueira, antes da
demolição que gerou o
espaço público.



fig.3.8
Praça da Figueira ac-
tualmente Fonte: goo-
gle maps



da nos quarteirões da envolvente, que fazem parte da mesma matriz urbana, na qual cada lote foi ocupado por um edifício solto, unido por um embasamento. Os dois lotes do quarteirão Oriente inserem-se numa malha regular que se confronta em todos os quadrantes com os arruamentos; circunstância que permitiu integrar na proposta uma praça à qual se pode aceder por uma galeria a sul e uma entrada a norte. Num piso superior, também há uma extensão do espaço de transição que se une a outro empreendimento através de uma ponte.

No conjunto Alcântara-Rio, que faz parte de uma transformação mais alargada, foi precisamente a junção de lotes e a sua reconfiguração que mudou profundamente esta zona. Na primeira intervenção, na antiga fábrica União, a transformação dos lotes redesenhou o quarteirão no seu todo, transformando-o num conjunto de edifícios (incluindo a fachada da antiga fábrica) e integrando uma via pública e outros atravessamentos pedonais. A junção dos lotes permitiu multiplicar as relações com envolvente. A introdução de espaço público de atravessamento e de diversos acessos passa a ser uma componente importante para tirar partido de uma maior área de intervenção. Este processo é relevante na medida em que aumenta a possibilidade de relação entre o terreno a transformar e as vias na envolvente, tornando pertinente a presença de espaços de atravessamento e o acesso ao interior do quarteirão.

III.1.4 Parcela de terreno e limites do espaço público

A partir dos casos de estudo, podemos observar que a uma parcela de terreno menos definida nos seus limites poderá estar associada à resolução de uma parte do tecido urbano. Os projetos promovidos por entidades públicas acontecem, por vezes, em terrenos expectantes que aguardam algum tipo de resolução ou de intervenção, razão pela qual acabam por ter um papel relevante na redefinição dos limites e na interação com o espaço público.

Isto mesmo se constata no Centro Cultural de Belém, cuja parcela disponível ¹⁴, ainda não totalmente construída, permitiu uma estratégia de projeto que, além de articular as diferentes partes do edifício, propôs um traçado urbano de ligação com a envolvente. A dimensão do terreno possibilitou, neste caso, explorar, a partir da construção de um edifício, o remate de um troço de cidade que não estava construído. Noutras propostas não concretizadas ¹⁵, para o mesmo lugar, pudemos observar estratégias diferentes mas que incluíam igualmente a presença de uma matriz urbana para a resolução deste lugar e projeto. O edifício tem três frentes urbanas, a nascente, a norte e a sul, e através de todas elas, procura estabelecer uma ligação com o espaço envolvente. Embora apresente uma estratégia algo defensiva do lado sul (funcionando um pouco como uma fortaleza), do lado norte, como que se humaniza ao construir uma galeria comercial ao longo da fachada. Esta galeria alinha-se na continuidade da Rua Bartolomeu Dias, no

14 No mesmo local, existiu anteriormente o Palácio da Praia que foi demolido no âmbito da construção de um de Pavilhão enquadrado na Exposição do Mundo Português, em 1940, o qual viria a ser desmontado após a mesma exposição.

15 No âmbito do concurso internacional

lado nascente, procura responder à escala da praça abrindo uma generosa passagem até ao seu interior.

No caso do Pavilhão de Portugal, a parcela de terreno oferece flexibilidade na materialização dos limites, por se inserir num plano de urbanização e por não existirem pré-existências a respeitar. O facto de os projetos para esta zona se terem desenvolvido ao mesmo tempo permitiu que, em cada um dos quadrantes do edifício, existam elementos de articulação entre a dimensão do edifício e o espaço urbano: a praça, a galeria, o labirinto e a passagem. Neste caso, observando o edifício e a sua situação, não é claro o limite da parcela, havendo uma ambiguidade no confronto com o espaço público.

No caso do Saldanha Residence, embora se trate de uma proposta de carácter privado, o facto de a intervenção ocorrer numa parcela de terreno onde existiu um mercado influenciou a necessidade de articulação deste conjunto residencial e comercial com o novo edifício do mercado “31 de Janeiro”, feita através da construção de um arruamento pedonal público. O arruamento pedonal - Rua Mestre Martins Correia – ofereceu maior permeabilidade ao quarteirão, definido que foi a partir do desenho do conjunto residencial e comercial. Neste caso, o espaço de transição, configurado no âmbito da construção de um conjunto de edifícios, constitui-se como um espaço público - o que se comprova na atribuição de um nome e de uma placa toponímica.

Observámos, em relação a este conjunto de casos, que nos projetos de carácter público existe uma parcela de terreno, disponível para intervenção e, no caso das intervenções de carácter privado é o lote ou conjunto de lotes que circunscreve a intervenção. No primeiro caso, os limites do terreno poderão ser menos estritos e a fronteira com o espaço público poderá ser mais flexível, circunstância que poderá proporcionar uma abordagem mais inclusiva da envolvente. No caso das intervenções privadas, a junção de lotes num quarteirão também permite a introdução de um outro ritmo de fachada, o que modifica a alternância e a sequência dos edifícios e aumenta a possibilidade de o projeto se relacionar em mais do que um quadrante com duas frentes urbanas, promovendo do mesmo modo, embora de forma diversa, o aparecimento de espaços de transição e de ligação. No caso dos lotes privados, a localização numa zona central na cidade também é um aspeto que contribui para a valorização de uma mais forte relação com o espaço público.

III.2 Dimensão e Urbanidade

No que se refere à inserção urbana, os casos de estudo têm em comum o facto de os lotes ou parcelas onde se inserem terem no mínimo duas frentes urbanas, e no caso de serem edifícios privados, ocuparem mais de um lote, contribuindo assim, pela união de lotes, para alterar o ritmo e transformar o tecido urbano. Os edifícios públicos dispõem de maior área de terreno. A existência de elementos com valor patrimonial nos sítios a transformar é um aspeto que valoriza o projeto na relação com o espaço público. A dimensão do lote tem influência na dimensão do espaço de transição: os edifícios com maior área de implantação oferecem maior área de espaço de transição, onde se

destacam os conjuntos de edifícios públicos que têm maior capacidade para o propor. Contudo, a estratégia de projeto é determinante para a proporção de espaço de transição relativamente à área de intervenção, e mesmo em situações em que há pouca área disponível para concretizar um espaço de transição, tal não se traduz necessariamente numa menor complexidade do projeto.

De maneira a definir uma 'dimensão de urbanidade' verificámos, a partir dos casos de estudo, que é possível enquadrá-los em quatro conjuntos de espaços de transição. 1) O primeiro conjunto engloba os espaços de transição que têm áreas entre os 200 e os 1000 m², como o edifício Franjinha, a Sede da OE, o Pátio B, o quarteirão Império, o Pátio A e, na charneira, o conjunto ISCJ (que poderíamos considerar um conjunto de micro-espaços urbanos). Estão todos numa situação de fronteira entre a escala de um edifício e a de um espaço público. 2) Um segundo grupo de espaços de transição predominantemente lineares, que se aproxima da escala de uma pequena rua, pela sua extensão e dimensão entre os 1000 e os 2000 m², como o conjunto Saldanha Residence, o Pátio Bagatela e o Alcântara-Rio. 3) O terceiro grupo, que se poderá aproximar da dimensão de um largo ou pequena praça, entre 300 e 4000 m² composto de propostas que se organizam em torno de um pátio-praça, normalmente sobrepondo espaços de transição, em mais do que um nível como o Picoas Plaza e o quarteirão Oriente. 4) O quarto conjunto, em que a dimensão do espaço de transição poderá constituir-se inequivocamente como um espaço urbano entre os 7500 e os 10000 m como é o caso dos edifícios públicos, Pavilhão de Portugal e CCB.

III.3 Permeabilidade

III.3.1 Formas de acessibilidade e continuidade espacial

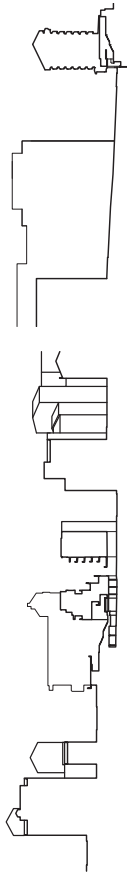
“ (...) Lembro-me, por exemplo, que tive uma grande relutância, sem que isso provocasse atrasos no decurso das obras, em terminar os desenhos de certos elementos, aqueles que são mais transformadores do ponto de vista do desenho, como por exemplo os pórticos de acesso aos pátios, as escadarias exteriores, etc. Senti perfeitamente quase relutância interior em concretizar aqueles desenhos em termos de pormenor: só agora é que eles estão a surgir. No fundo, porque eu não dominava ainda a atmosfera do Chiado em transformação e o vislumbre do Chiado futuro” (Siza, 1994: 88)

A primeira fronteira de permeabilidade faz-se através do modo como o edifício é acessível a partir do espaço público. No conjunto dos casos de estudo, podemos distinguir três situações: os casos em que existe uma porta ou portão que é aberto e fechado dentro de um horário estipulado; o caso em que parte do espaço é encerrado e outra parte não; e os casos em que o acesso ao espaço de transição é sempre livre, mesmo que o espaço seja de índole privada.

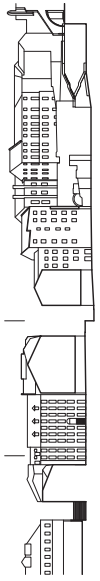
A primeira situação verifica-se no conjunto ISCJ, no Pátio A e no Pátio B, no Pátio Bagatela e Quarteirão Império, onde as portas e portões existentes podem condicionar o uso destes lugares dentro de um período estipulado. A presença destes elementos, mesmo que abertos, poderá demonstrar que estamos perante um espaço privado. A existência de uma porta ou portão nos edifícios é já um indício da dimensão da entrada, ou acesso, que é, em geral, mais estreita do que nos casos onde o espaço não tem qualquer tipo de encerramento.

A segunda situação pode ser observada no CCB, onde existem acessos que são encerrados por grades ou portas, e outros em que isso não acontece. Os primeiros verificam-se em entradas de menor dimensão, nomeadamente as que dão acesso direto aos terraços através de escada. Os segundos acessos, que estão sempre abertos, correspondem aos dois eixos estruturantes: aproximação desde a Praça do Império e rampas norte – sul, que não têm qualquer constrangimento. Estas entradas correspondem precisamente aos eixos que enquadram o edifício numa ideia de transformação do desenho urbano. Nestes casos, verifica-se uma situação mista de abertura do espaço, com zonas sempre permeáveis que correspondem a entradas de maior dimensão e zonas que são abertas e encerradas de acordo com o uso do edifício e que correspondem a entradas de menor dimensão.

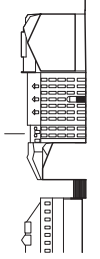
0 25 50 m



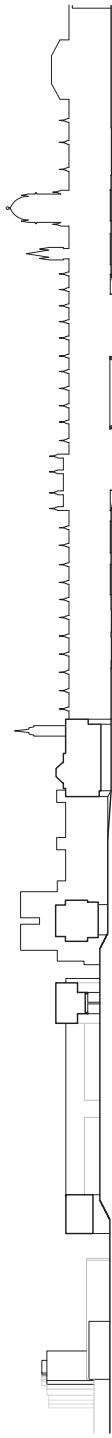
1962 | Igreja do Sagrado Coração de Jesus



1965-69 | Edif. Escritórios e comércio "Franjinhas"



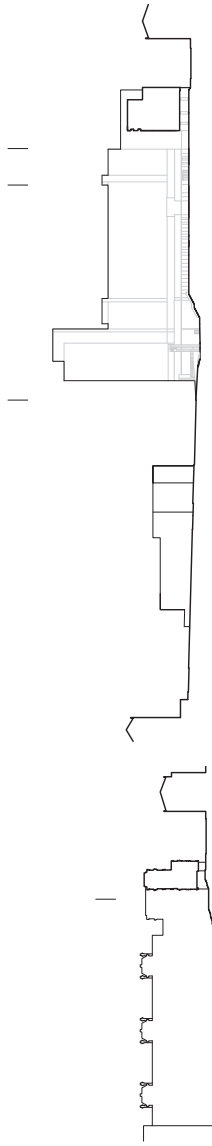
1989-2015 | Chiado Pátio A e Pátio B



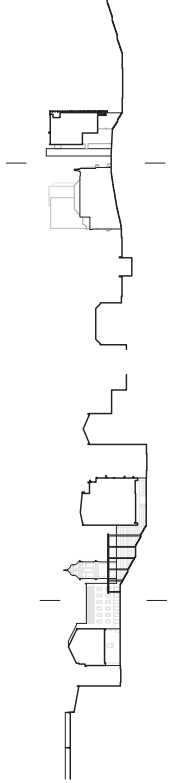
1989-92 | Centro Cultural de Belém



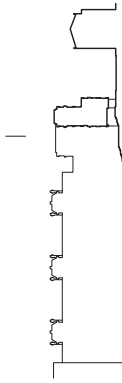
1989-92 | Centro Cultural de Belém



1993-99 | Conj. Residencial e comércio Saldanha Residence



1994-98 | Quarteirão Império



1991-96 | Conj. urbano Pátio Bagatela

1995-99 | Edif. Sede da Ordem do Engenheiros

A terceira situação, correspondente a espaços de transição que não apresentam barreiras, verifica-se nos edifícios Franjinhas e na sede da OE, nos conjuntos Saldanha Residence, Alcântara-Rio e nos quarteirões Oriente e Picoas Plaza. Nestes casos, embora possa haver restrições ao uso ¹, a intenção de ligar estes edifícios à sua envolvente parece ser reforçada pelo facto de não existir nenhum elemento de fecho entre o espaço de transição e o espaço público. São edifícios mais abertos, em que o espaço de transição está menos escondido.

No caso do Pavilhão de Portugal, consideramos que a questão da acessibilidade não se coloca na medida em que entendemos que o espaço de transição não tem qualquer tipo de restrição ao seu uso nem está dependente do acesso ao interior do edifício. Além de ser plano, este é um espaço de transição qualificado pelo edifício mas, também e claramente, por um espaço público. Existe uma fusão entre espaço de transição e espaço público.

Tendo em conta que todos os casos de estudo têm duas ou mais entradas, estas concretizam-se de modo diferenciado no confronto com o terreno. Com exceção de um caso de estudo, um dos acessos ao espaço de transição está sempre à mesma cota de um dos arruamentos da envolvente. Outros acessos ou entradas podem ser através de escadas e rampas, procurando vencer o desnível existente.

III.3.2 Rampas e escadas

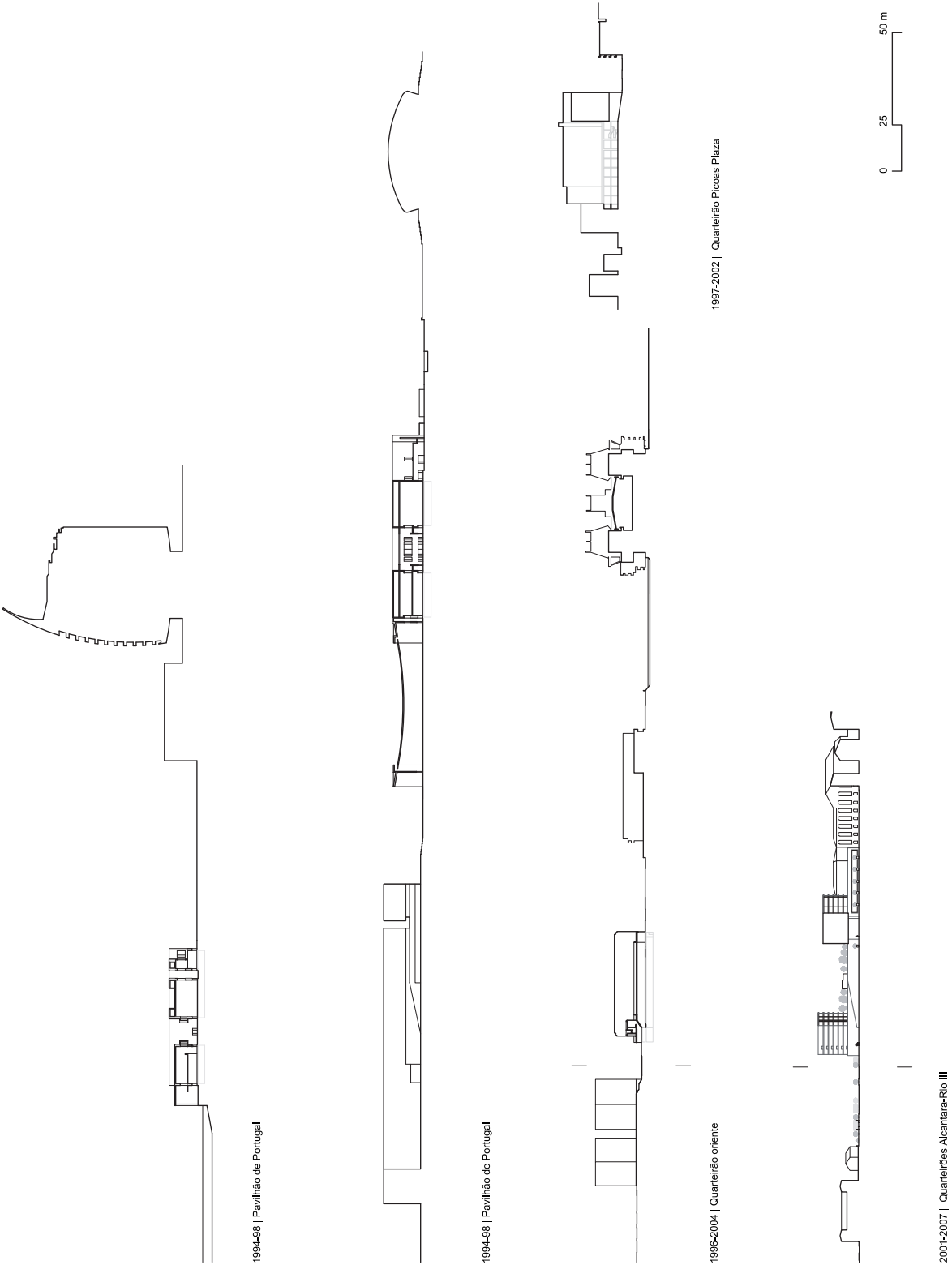
As rampas são elementos que geram continuidade espacial no percurso entre espaço público e espaço de transição. São espaços de movimento, que, nestes casos de estudo, configuram um acesso até um lugar sobrelevado, inventado a partir do projeto.

A rampa de entrada no átrio da ISCJ acompanha longitudinalmente o limite exterior do conjunto edificado. Neste caso, a rampa sobrepõe-se ao espaço da rua, aproveitando o balanço da descida da Rua Camilo Castelo Branco para subir até ao adro, situado acima da rua. É um elemento dinâmico, no modo como liga o espaço sobrelevado do adro da igreja, intensificando o vínculo entre os dois espaços e fazendo uma suave transição entre a rua e o acesso ao interior do edifício.

No CCB, as rampas concretizam um dos eixos transversais de organização espacial entre o exterior e o interior do edifício. Duas rampas simétricas, que se ligam à envolvente, perpendicularmente aos arruamentos, conduzem a um espaço central, rasgando o edifício, abrindo uma visão do horizonte, a partir do espaço envolvente, com o qual se estabelece uma relação direta. Esta sequência de rampas, além de se constituir como um acesso ao pátio central e ao interior do edifício também se materializa como um caminho de atravessamento transversal contínuo através do edifício.

¹ Neste grupo de casos apenas o espaço de transição do Saldanha Residence é de carácter público. Todos os outros são privados.

fig.3.9 [a, b]
Cortes de enquadramento urbano através do espaço de transição



No Picoas Plaza, a rampa marca o acesso ao espaço central do conjunto, acontecendo perpendicularmente à rua, deixando antever o pátio que se situa numa cota superior à rua e marcando uma relação direta entre o exterior e o interior do quarteirão.

Nestes casos, as rampas são elementos que constroem uma continuidade espacial entre a periferia do edifício e o espaço de transição, introduzindo dinâmica na sequência espacial. No edifício sede da OE, também uma escada rampeada, perpendicular à avenida, define um dos acessos ao centro do espaço de transição que é sobreelevado em relação aos limites do quarteirão. Entre todos os casos de estudo, este é o único caso em que nenhum dos acessos, entre a periferia e o espaço de transição, é de nível. O acesso, no outro lado do quarteirão, é feito através de uma escadaria, que marca o limite e a fronteira entre o edifício e o espaço público.

As escadas também são um elemento de ligação espacial, mas, ao contrário das rampas, constituem-se como um espaço de intervalo entre dois níveis. Ligam duas partes, gerando uma descontinuidade espacial, presente na mudança de ritmo que imprime ao movimento de quem a percorre. No caso do edifício sede da OE, as escadas são o elemento que define a fronteira entre a envolvente e o espaço de transição, caracterizando a relação com a Avenida Sidónio Pais a partir de uma larga escadaria, que, além de ser um acesso, também se estabelece como um lugar de permanência.

As escadas estão presentes num pequeno conjunto de degraus numa das entradas do conjunto ISCJ, assinalando o encontro com a Rua Camilo Castelo Branco.

Caracterizando dois dos acessos ao Pátio B, as escadas marcam verticalmente a passagem para a Rua do Carmo. Enquadrando-se no desenho do alçado, tornam visível a espessura do edifício e o atravessamento até ao interior do quarteirão. No acesso desde os Terraços do Carmo, as escadas têm outra escala, ao acompanharem e ao conterem a modelação do terreno. As escadas de acesso à Rua Garrett, enquadradas dentro da passagem, são um elemento de transição entre a rua e o pátio, que se constrói atravessando o edifício, enquanto as escadas que permitem o acesso aos terraços dos Carmo são uma peça agarrada ao terreno que permite ziguezaguear ao longo da subida, fator importante na cenografia do espaço. Nesta situação, as escadas assemelham-se a outras escadas públicas que encontramos dispersas pela cidade de Lisboa, vencendo desníveis no tecido urbano. As escadas que articulam o desnível da Rua Mestre Martins Correia, no conjunto Saldanha Residence, são também exemplo da mesma situação, adquirindo uma escala urbana no atravessamento do quarteirão.

III.3.3 Passagens: verticalidade versus horizontalidade

As entradas ou acessos ao espaço de transição configuram, pelo menos num dos acessos, uma passagem através do edificado que marca a fronteira com o espaço público. A única exceção é o edifício Franjinhas, porque o seu espaço de transição acontece ao

fig.3.10
Conjunto ISCJ
Rampa de acesso ao
adro; entrada pela Rua
Camilo Castelo Branco;
portão de acesso desde
a Rua de Santa Marta



fig.3.11
Pátio A
Corredor de acesso ao
pátio; porta de entrada
pela Rua Garrett; porta
de entrada pela Calça-
da nova de São Fran-
cisco



fig.3.12
Pátio B
Corredor de acesso ao
pátio; passagem e es-
cadas, desde a Rua do
Carmo; porta de entra-
da desde a Rua Garrett;
escada de acesso aos
Terraços do Carmo



fig.3.13
Quarteirão Império
Porta de acesso desde
a Rua Garrett; passa-
gem desde a Travessa
do Carmo (vista desde
o exterior); passagem
(vista desde o interior)



longo do perímetro do edifício. As passagens constituem-se como elementos arquitetónicos que revelam a espessura do edificado na relação com o desenho urbano, abrindo um espaço na continuidade das fachadas e dos volumes. Segundo Matos et al (2008), as passagens são uma categoria específica na negociação entre espaço público e espaço privado, geradas a partir dessa 'grande força' que é o movimento e a acessibilidade na produção de formas urbanas. As passagens marcam a fronteira entre o edifício e o espaço público, por um lado, e a entrada nos espaços de transição, por outro. Podem integrar portas ou portões de acesso ou, apenas, enquadrar a entrada no espaço, marcando uma fronteira visual e física. Nas situações em que os casos de estudo integram portas e portões, as passagens são, em geral, mais estreitas do que noutras situações em que o espaço não é encerrado, como referimos anteriormente.

No caso do Pátio A, a configuração das portas que integram as três passagens ² não se distingue particularmente de outras portas do edifício a que pertencem. Por isso, quando estas estão encerradas, as passagens deixam de ser notadas como abertura nas fachadas. No Pátio B, isso também acontece na entrada da Rua Garrett mas, na passagem desde a Rua do Carmo, os portões de grades de ferro geram transparência e, por isso, o espaço de passagem não desaparece totalmente quando é encerrado.

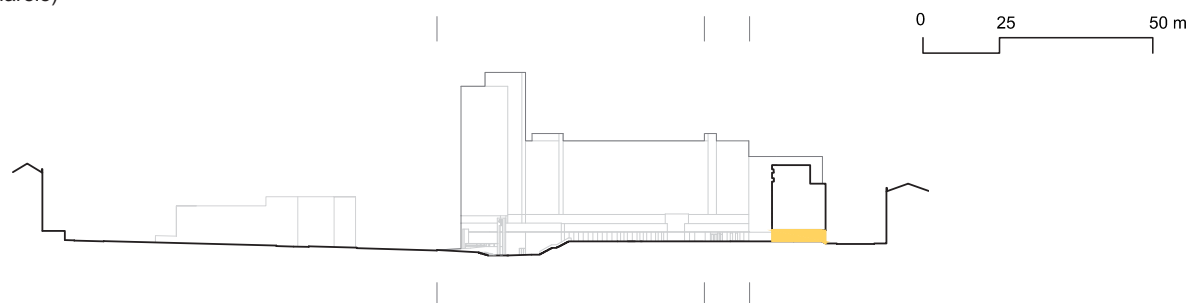
Nestes dois casos, as passagens desde as ruas na envolvente são momentos em que o espaço se comprime em largura e em altura ao atravessar os edifícios para voltar a abrir-se no interior do quarteirão. O espaço das passagens é configurado a partir de uma sequência de abóbadas. Nas entradas desde a Rua Garrett, para ambos os pátios, A e B, o espaço de passagem é plano, estreito e horizontal, funcionando como um túnel, enfatizando a transição para um lugar vertical ao chegar ao interior do quarteirão. A passagem desde a Calçada Nova de São Francisco é semelhante a estas, mas mais curta. Na passagem desde a Rua do Carmo, e de maneira inversa na entrada da Rua Ivens, a integração de escadas neste espaço faz com que o espaço que atravessa o edifício seja estreito e progressivamente mais vertical, revelando o desnível através do volume do edifício.

No caso do Pátio Bagatella, embora este tenha uma outra linguagem arquitetónica, a passagem de acesso ao espaço de atravessamento também é um espaço marcadamente vertical, que incorpora as escadas que superam o desnível. Por outro lado, a passagem a partir do antigo Pátio Monteiro é plana e semelhante a um túnel.

No caso do quarteirão Império, as passagens estão ao mesmo nível que a rua. No acesso desde a cota elevada, o espaço é estreito e alto, numa proporção vertical. Na entrada desde a cota mais baixa a passagem é um espaço mais largo e baixo numa proporção horizontal. No Pavilhão de Portugal, entre as diversas estratégias de relação com a

2 Atualmente, apenas duas estão abertas para uso público: Rua Garrett e Calçada Nova de S. Francisco. A passagem desde a Rua Ivens apenas permite o acesso a moradores.

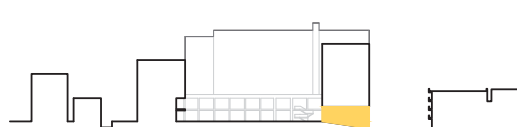
fig.3.14 [a, b]
Formas de acessibilidade e continuidade espacial: passagens (indicadas a amarelo)



1993-99 | Conj. Residencial e comércio Saldanha Residence



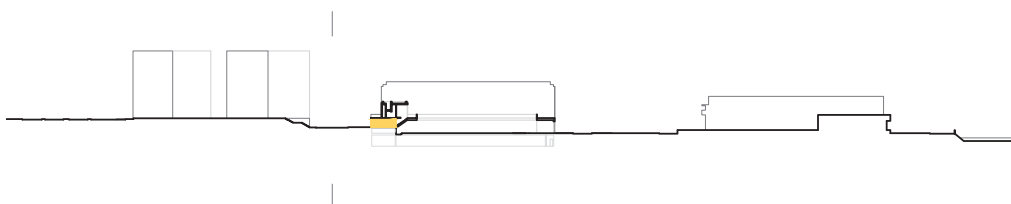
1989-92 | Centro Cultural de Belém



1997-2002 | Quarteirão Picoas Plaza



1995-99 | Edif. Sede da Ordem do Engenheiros



1996-2004 | Quarteirão oriente

envolvente, existe uma passagem estreita através do volume na parte norte do edifício, que orienta o percurso ao longo dessa fachada, definido um caminho no espaço urbano que atravessa o volume do edifício.

Em todos estes casos, as passagens através do corpo dos edifícios surgem da abertura de um vão, estreito, que poderia ser uma porta num edifício. Estas passagens são como fendas que rompem a continuidade dos volumes para gerar acesso ao interior do quarteirão, ou um atravessamento no edifício (como no Pavilhão de Portugal) materializando uma porosidade espacial. Contudo, noutros casos, as passagens configuram-se pelo modo como o edifício se sobrepõe ao espaço de transição, deixando um espaço livre para passar por baixo, espaço este de proporção mais alongada.

No conjunto ISCJ, a passagem por baixo do conjunto, acontece na sequência de uma primeira passagem gerada por um primeiro edifício (ver capítulo 2) que estabelece a frente urbana com a Rua de Santa Marta. Esta passagem, além de servir o acesso pedonal ao percurso de atravessamento, também permite o acesso automóvel até ao parque de estacionamento. Neste caso, a passagem plana por baixo de um dos corpos do centro paroquial tem a largura do espaço perpendicular à rua que nela desemboca. No que se refere ao conjunto de Alcântara- Rio III, e na sequência da estratégia adotada também nos quarteirões da primeira fase ³, dois edifícios habitacionais se sobrepõem transversalmente ao espaço de transição, libertando espaço de passagem ao nível térreo. Neste caso, a passagem por baixo do bloco não está alinhada com nenhum arruamento na envolvente do quarteirão, mas antes, pela sobreposição transversal de um bloco em relação aos edifícios que definem o limite do espaço de transição. No caso do Saldanha Residence, o acesso à Rua Mestre Martins Correia também é feito através de uma passagem por baixo de um dos edifícios do conjunto; este liberta espaço ao nível do piso térreo interrompendo a continuidade de longas fachadas na Rua Eng. Vieira da Silva.

No caso do edifício do Centro Cultural de Belém, a passagem que enfrenta a Praça do Império marca claramente a entrada principal no espaço de transição e, a partir da sua proporção horizontal, enquadra a praça. Esta é a primeira de uma sequência de quatro passagens por baixo dos diversos corpos do edifício que permitem que haja uma continuidade no percurso, desde a entrada, a nascente, até ao remate a poente.

No caso do Picoas Plaza e da sede da OE, as passagens desenham-se horizontalmente entre empenas dos edifícios vizinhos, incorporando uma rampa, no primeiro caso, e uma escada, no segundo. O espaço por baixo do volume do edifício com a extensão da sua fachada para a rua, revela o espaço de transição em profundidade, que, nos dois casos, acontece numa cota superior. No caso do quarteirão Oriente, a passagem acontece ao nível da cota da rua, articulando o acesso ao terraço, num piso acima, e ao

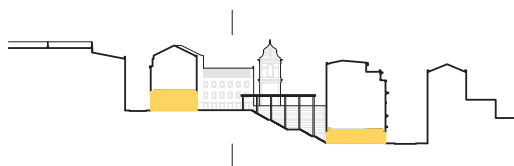
3 Na primeira fase do empreendimento, é possível atravessar de automóvel por baixo da passagem de um novo arruamento e também através dos edifícios

[b]
Formas de acessibilidade e continuidade espacial: passagens (indicadas a amarelo)

0 25 50 m



1989-2015 | Chiado Pátio A e Pátio B



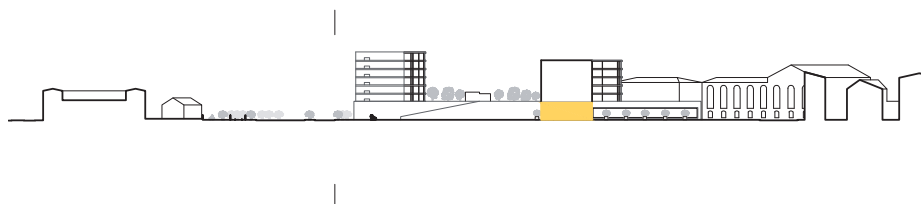
1994-98 | Quarteirão Império



1991-96 | Conj. urbano Pátio Bagatela



1962 | Igreja do Sagrado Coração de Jesus



2001-2007 | Quarteirões Alcantara-Rio III

pátio-praça, num piso abaixo. Neste caso e nos anteriores, em que a sobreposição do edifício ao espaço de transição gera uma passagem, esta configura-se como um rasgo horizontal na fachada ou uma abertura na frente urbana entre empenas.

III.3.4 Percurso de atravessamento e visibilidade

A visibilidade é um dos componentes da legibilidade do espaço (Lynch, [1960] 1999), aspeto que caracteriza positivamente a permeabilidade urbana ao contribuir para antever e para reconhecer o espaço a percorrer. A partir dos casos de estudo, observámos que há situações em que o espaço de transição se concretiza gerando visibilidade entre duas partes do tecido urbano, evidenciando-se como espaço de atravessamento a partir de um eixo de ligação entre diferentes partes do espaço público. Nesta situação, a permeabilidade gerada integra-se diretamente no tecido urbano; noutros casos, só percorrendo-o é que se poderá descobrir e conhecer o espaço de transição e o modo como o atravessamento liga duas partes do tecido urbano. Em geral, estes últimos apresentam uma organização espacial mais complexa e uma permeabilidade local.

A situação em que um espaço de transição se concretiza gerando visibilidade entre duas partes do tecido urbano verifica-se na condição de se desenvolver apenas num nível ou, no caso de existência de algum desnível, na condição de se encontrar alinhado com o eixo de organização do espaço. Podemos observar estas condições no caso Alcântara-Rio, onde o espaço de transição se desenvolve linearmente entre as duas frentes urbanas do quarteirão, tal como no Pátio Bagatella, embora este se desdobre em dois níveis. Neste último, os dois níveis do espaço são ligados por uma escada, contudo, ambos se desenrolam no mesmo alinhamento axial, deixando compreender visualmente a profundidade do espaço de transição na sua relação com a envolvente. O mesmo acontece no quarteirão Oriente, embora aqui o espaço de transição tenha uma outra configuração, a saber, o espaço do pátio-praça liga-se à Alameda dos Oceanos, a nascente, através de uma galeria e de uma passagem num nível mais elevado ao arruamento, a poente. Contudo, a amplitude do pátio-praça, e o facto de a ligação acontecer no centro do espaço, permitem perceber a continuidade do mesmo. Nos três casos, o percurso de atravessamento é um caminho direto e inteligível, permitindo compreender a profundidade espacial, o que oferece ao espaço de transição um carácter mais público, de permeabilidade estruturante.

Nas situações em que apenas podemos visualizar uma fração da extensão do espaço de transição, embora seja perceptível a continuidade entre este e o espaço público, a sua configuração não é reveladora do modo como se desenrola e como pode ser atravessado, tratando-se antes de uma permeabilidade local, de que são exemplo o CCB, o Saldanha Residence, o edifício sede OE, o quarteirão Picoas Plaza, o Pátio A e o B, o quarteirão Império.e conjunto ISCJ.

Através do acesso nascente do CCB, podemos percorrer visualmente parte da profun-

fig.3.15
Pátio Bagatela
Corredor de acesso
(através de edifício pré-
existente Pátio Mon-
teiro); Porta de acesso
desde a Rua Artilharia
Um



fig.3.16
Franjinhas
Acesso às galerias des-
de a Rua Braamcamp;
acesso desde a Rua
Castilho



fig.3.17
Edifício sede da OE
Acesso por escada ram-
peada desde a Avenida
António Augusto Aguiar;
acesso por escadaria
desde a Avenida Sidó-
nio Pais



fig.3.18
Saldanha Residence
Acesso por escada des-
de a Avenida Fontes
Pereira de Melo; placa
com o nome da Rua
Mestre Martins Correia,
no espaço de transição;
passagem sob edifício
desde a Rua Eng. Vieira
da Silva



fig.3.19
Conjunto Alcantara-Rio
Passagem sob edifício;
acesso desde a Rua da
Cozinha Económica



didade do espaço sob a passagem principal, cuja largura e perspectiva de entrada no espaço fazem com que este seja claramente perceptível. O CCB é estruturado a partir do espaço central, que se organiza em dois níveis unidos por escadas simétricas. A zona mais elevada é atravessada por um caminho que cruza o espaço no sentido norte – sul. Os dois eixos perpendiculares que organizam o espaço orientam os percursos. A sequência espacial através do “pátio-praça” culmina numa varanda a poente. Desde esta praça, podemos também aceder ao Jardim das Oliveiras, na parte sul do edifício.

No Saldanha Residence, a dimensão da passagem em continuidade com o espaço de transição, embora não revele o percurso de atravessamento, induz a uma leitura da entrada como sendo para um lugar público. O facto de existirem espaços comerciais e respetivos acessos, reforça esse carácter. O espaço de transição permite vencer o desnível existente ao encurtar o percurso entre as ruas que definem o gaveto. O atalho pedonal é perceptível desde a cota mais baixa do terreno através de um acesso por escadas e, na cota mais alta, através da passagem por baixo do edifício.

No edifício Sede da OE e no quarteirão Picoas Plaza, parte do espaço de transição é sobrelevado em relação à rua. Contudo, não é evidente a continuidade ou a existência de um espaço de atravessamento, principalmente no caso do Picoas Plaza. Também o Pátio A se desenvolve em dois níveis, no entanto, também podemos percorrer visualmente parte da profundidade do espaço a partir da rua. Nas intervenções no Chiado, pelo facto de existir um desnível mais acentuado entre a “entrada” e a “saída” nos quarteirões (Pátios A e B, Quarteirão Império), os percursos tornam-se mais complexos, até porque, em parte, são percorridos através de escadas, o que introduz uma interrupção no ritmo de quem caminha, atenuada no caso das escadas mecânicas (quarteirão Império).

No quarteirão Império, na entrada pela Rua Garrett, existe profundidade no espaço à nossa frente, e transitamos de uma passagem contida e horizontal para a descoberta de dois espaços eminentemente verticais, um de acesso ao estacionamento, outro de acesso a uma escadaria e à continuação do percurso que atravessa o bloco. Ambos os espaços são semicobertos, e isso confere-lhes uma certa ambiguidade entre público e privado. As escadas – as de pedra e as mecânicas - fazem-nos subir até ao nível seguinte. A torre da Igreja do Sacramento marca o lugar, e o modo como nos aproximamos e a reconhecemos, para depois nos afastarmos, evoca a experiência cinematográfica, até pelo facto de sermos “transportados” pelas escadas mecânicas. Após a subida, deparamo-nos com um pequeno átrio. Não é evidente a saída que se faz através de uma passagem estreita e discreta. Se invertemos o percurso na Travessa do Carmo, a entrada no lote é também de escala doméstica, mas convidativa. Percebe-se que há mais qualquer coisa. O espaço constrói essa expectativa até pelo facto de a entrada ser mais escura e mais estreita e, ao longe, se perceber a luz natural, ainda que sem o vislumbre do espaço que existe para lá.

fig.3.20
Quarterião Oriente
Acesso através de pó-
tico desde a Alameda
dos Oceanos; passa-
gem de acesso desde a
Rua Polo Norte



fig.3.21
Picoas Plaza
Passagem sob edifício
desde a Rua Viriato,
rampa de acesso



fig.3.22
Pavilhão de Portugal
Portas de acesso à pra-
ça; passagem através
do volume edificado



fig.3.23
CCB
Rampa de acesso (vista
norte); acesso por esca-
das (sul); passagem de
acesso desde a Praça
do Império



O conjunto ISCJ é o mais complexo. O seu espaço de transição desenvolve-se em quatro pisos entre o desnível das duas ruas que limitam o lote. A entrada a partir da Rua de Santa Marta acontece na sequência de uma passagem por baixo do edifício que faz fronteira com a rua, o que gera distância e implica pouca visibilidade até chegar à entrada do conjunto. O espaço do adro, visível desde a Rua Camilo Castelo Branco, revela-se sobreelevado, contudo, o percurso de atravessamento e de ligação à rua de baixo (Rua de Santa Marta) é pouco perceptível antes de ser totalmente percorrido. A permeabilidade local acontece nas situações em que se facilita um atravessamento e se constroem atalhos, instaurando-se uma ambiguidade entre o público e o privado. É um atravessamento predominantemente pedonal, com menor profundidade – sem se ver o caminho na sua totalidade, frequentemente associada a lugares com desnível. Poderá existir a visão de continuidade apenas desde um dos acessos. Poderá ser encerrado ou ter um horário.

III.3.5 Um edifício, várias formas de permeabilidade

O Pavilhão de Portugal apresenta diferentes formas de permeabilidade em cada um dos seus limites, como estratégia de projeto que permite que se agarre ao local. A sua implantação favorece essa situação. O Pavilhão está implantado num terreno sem desnível, situação que oferece uma boa visibilidade em relação aos limites do edifício, no confronto com o espaço livre em redor. Relativamente a este projeto, não entendemos o espaço de transição como gerador de um percurso de ligação ou união entre diferentes partes. A configuração do espaço gerado pelo edifício orienta o modo como se deambula ao nos aproximarmos dele. Trata-se de um invulgar edifício que engloba uma praça coberta, pelo que é paradigmático da ideia de gerar urbanidade: elevando-se, libertando espaço, num contexto de maior liberdade na definição da praça, também devido ao enquadramento urbanístico no âmbito do desenvolvimento de uma zona nova na cidade. Embora o espaço da praça seja permeável, os pórticos que a definem contêm o espaço na sua relação com a extensa envolvente de espaço público. Esta praça coberta oferece várias possibilidades de atravessamento. As três portas do pórtico, a poente da praça, marcam uma entrada no espaço. Entre o edifício e o pórtico constrói-se uma estreita rua de passagem, um espaço que reforça a verticalidade do conjunto. A galeria que se desenvolve ao longo de edifício, no quadrante sul, reforça claramente essa vontade de agarrar o limite do edifício, orientando o percurso. A passagem que quebra o volume transversal sul-norte reforça, mais uma vez, a vontade de criar permeabilidade. Esta passagem marca o caminho, abrindo um espaço público onde existe a necessidade de construir um volume. Os planos que definem o jardim-labirinto organizam um percurso ziguezagueante a nascente. A estratégia de projeto procura conjugar diversas formas de permeabilidade no seu entorno.

III.3.6 Na periferia do edifício

No caso do edifício Franjinhãs, o espaço de transição não se constitui como lugar de atravessamento, mas mais como uma ligação possível através das duas galerias, entre

fig.3.25
Permeabilidade perifé-
rica
CCB, Pátio Bagatela
(em cima); quarteirão
Oriente, Saldanha Re-
sidence, Picoas Plaza
(no meio); Franjinhas,
Pavilhão de Portugal
(em baixo)



as duas ruas que constituem o gaveto. Este espaço poderá gerar interesse pelo que acontece nele, mas, neste caso, não é relevante como atalho ou como atravessamento. Por se situar no perímetro do edifício, desenvolvendo-se ao longo da fachada, gera-se alguma transparência entre as galerias e a rua o que também é uma forma de permeabilidade entre este edifício e o espaço público. A galeria divide-se em dois andares, o que permite o desdobramento da rua comercial em dois pisos. Esta estratégia multiplica a extensão pela sobreposição do espaço de galeria que se estende ao longo de todo o gaveto. Contudo, não estabelece continuidade com outras galerias ou edifícios, embora, na zona, existam outros edifícios que usam este tipo de espaço como antecâmara de entrada, ainda que sem o sentido comercial ou de percurso, funcionando mais como elemento de afastamento em relação à rua.

No caso do Centro Cultural de Belém, a galeria faz parte da estratégia de proximidade do edifício na relação com a Rua Bartolomeu Dias, criando uma zona de abrigo. A galeria é um espaço interessante de comunicação com o espaço público. É uma forma de harmonizar a dimensão do edifício com a rua, criando uma zona comercial. A galeria é ligeiramente sobreelevada e cria uma alternativa à rua, por ser um espaço mais qualificado do que o passeio. É paralela ao arruamento. Como noutros casos, poderemos dizer que a rua é assimétrica, pela sua largura e pela extensão transversal, bem como por ter um espaço menos qualificado no lado oposto. Parece haver a necessidade de configurar o espaço público por este ser mais inóspito ou agressivo, ou com poucas referências, como vimos anteriormente a propósito do levantamento de casos na cidade de Lisboa.

No Saldanha Residence, a galeria, situada na Avenida Fontes Pereira de Melo, cria uma rua plana alternativa que se vai afastando do desnível da avenida e se combina com umas escadas na zona onde existe maior diferença de cota. A galeria cria um desdobramento em relação à rua, uma rua plana, à qual se acede sem obstáculos na cota superior ou por escadas na parte em que o desnível da rua se acentua. No caso do Pátio Bagatela, a galeria existente é um espaço curto e serve de área de acolhimento e de proteção, com uma simultânea vocação comercial. Este espaço curto acompanha a cota da rua. No caso Picoas Plaza, a galeria também ajuda a multiplicar o espaço comercial, criando uma união entre a rua que se estende para a galeria num piso superior, aumentando a frente comercial disponível e fazendo a rua entrar no edifício. No Quarteirão Oriente, a galeria acompanha toda a frente principal do conjunto, integrando o percurso da rua, alinhado com este.

No Pavilhão de Portugal, a galeria é um espaço de fruição, acompanhando toda a fachada paralela ao rio, qualificando o espaço entre o edifício e a margem até à zona da praça coberta. Ao contrário dos outros exemplos, não é um espaço de carácter comercial, mas antes vocacionado para o uso público, circunstância reforçada pela integração de um banco ao longo da fachada.

Os edifícios poderão englobar mais do que uma situação, o que nos casos selecionados e estudados é mais evidente nos edifícios públicos e nos edifícios implantados em situações topograficamente acidentadas. Este aspeto contribui para fortalecer a relação com a envolvente, por multiplicar a interação espacial entre edifício e espaço público, pelo que edifícios mais complexos, seja pelo programa, seja pela implantação, tendem a somar formas de permeabilidade.

III.4 Permeabilidade e Urbanidade

A permeabilidade urbana é uma qualidade intrínseca do tecido urbano. Um edifício que integra um espaço permeável estará à partida em condições de gerar uma relação com o espaço público.

A maneira de aceder ao espaço de transição é a primeira fronteira de permeabilidade. Existem situações em que este acesso é feito através de uma porta, à escala da entrada num edifício. Noutras situações, o acesso é realizado através de uma passagem sob um volume edificado. O primeiro tipo de acesso, a porta, acentua mais a transição – estreita e vertical – porque o contraste é maior em relação ao espaço público que o antecede. O segundo tipo de acesso, a passagem sob volume edificado poderá evidenciar maior fluidez espacial – mais larga e horizontal – porque em geral é um espaço de maior dimensão.

O facto de um espaço de transição poder ser aberto ou encerrado através de um portão, não é determinante quanto ao carácter público do espaço. Também encontramos na cidade lugares públicos de acesso condicionado, como um jardim cercado, cujos portões têm um horário de funcionamento (por exemplo o Jardim da Estrela). A transição poderá acontecer através de uma rampa ou escadas. As rampas articulam de maneira mais suave os espaços, percorrê-las poderá até ser emocionante. As escadas constroem uma interrupção. Contudo, encontramos ambos os elementos no tecido urbano da cidade de Lisboa, escadas e zonas rampeadas como componentes de ligação no tecido. Se entre o espaço de transição e o tecido urbano existir um desnível, a transição será sempre menos evidente, no entanto, este acontecimento acrescenta surpresa ao espaço urbano da cidade.

Nos casos de estudo observados, os espaços mais lineares poderão ser menos complexos espacialmente (embora não seja o caso do Pavilhão de Portugal). Estes espaços de transição lineares e planos constroem tendencialmente maior legibilidade do espaço. Contudo, a cidade também é construída por espaços menos legíveis, que se descobrem à medida que vamos percorrendo.

A dimensão e a extensão de um edifício, nomeadamente de um edifício público, poderá implicar várias formas de permeabilidade como modo de se ajustar ao tecido urbano: usando atravessamentos, galerias e pátios em simultâneo. Esta integração de espaços permeáveis poderá permitir uma melhor relação com a envolvente.

A permeabilidade integra os espaços de transição no tecido urbano de três maneiras: as situações de permeabilidade estruturante – linear, tendencialmente plana e com grande visibilidade – que facilmente estabelecem continuidade com espaço público; as si-

tuações de permeabilidade local, em geral consequência de espaços mais complexos, incorporando também desníveis, integrando-se no tecido urbano de maneira parcial e menos evidente; e, por último, a permeabilidade na periferia do edifício que amplia o espaço público ao longo do tecido urbano.

Podemos concluir que certos espaços de transição poderão ter uma influência mais direta e evidente no espaço público e outros menos (os que têm de ser percorridos para serem descobertos). Contudo, a urbanidade está presente nas duas maneiras de construir o espaço de transição.

III.5 Materialidade

Partimos do princípio que os edifícios introduzem materialidade no tecido urbano e que esta poderá ser uma maneira de caracterizar a urbanidade. Pretendemos discutir que estratégias de projeto que são adotadas nestes casos de estudo para se relacionarem com um ritmo ¹ urbano existente, e como transportaram para o espaço de transição, a irregularidade e a estereotomia do espaço envolvente.

O ritmo é aqui entendido no espaço de transição como modo de caracterizar a relação de continuidade ou de descontinuidade, no limite, entre espaço público e espaço privado. Por um lado, a maior alternância de elementos verticais na relação entre espaço público e espaço privado poderá caracterizar essa situação de transição. Por outro lado, a construção do espaço de transição poderá introduzir elementos irregulares que qualificam o espaço. Partimos do pressuposto que os casos de estudo comportam também uma maneira de introduzir irregularidade no tecido urbano. Isto é, o espaço de transição introduz uma irregularidade no espaço urbano à escala da cidade, mas também poderá introduzir elementos irregulares que caracterizam o espaço à escala do corpo. A irregularidade é também uma sinuosidade do espaço, um modo de encontrar lugar para o corpo. Uma maneira de construir uma permanência, espaços para estar, através de um banco, de uma escada, de um nicho, de uma reentrância. A construção de um pavimento e o entendimento da sua estereotomia são considerados por nós como elementos de continuidade e de reforço da permeabilidade.

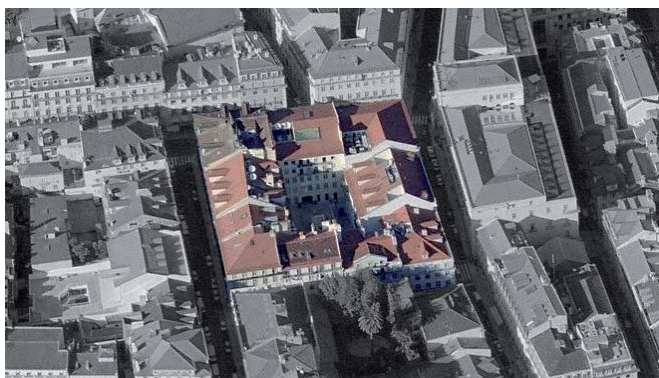
III.6 Continuidade

III.6.1 Peça urbana: quarteirão edifício

As intervenções nos quarteirões do Chiado, Pátio A e Pátio B, partem de uma estratégia de integração no ritmo do tecido urbano existente. Apesar de cada um dos quarteirões ter uma configuração distinta e de cada um dos pátios apresentar especificidades, ambos se constituem como uma unidade arquitectónica no tecido urbano. Esta unidade é construída através de uma regularidade na alternância entre edifícios, e, dentro destes, entre janelas, portas e montras, que estabelecem uma continuidade com o ritmo existente ao longo do quarteirão. Este projeto manteve as mesmas características das fachadas existentes anteriormente. Isso é bem visível quando comparamos as imagens dos edifícios preexistentes com a proposta de reconstrução de Álvaro Siza. A ideia prevalecte na sua proposta é de que a Baixa, da qual esta área é ainda parte integrante, é um “edifício único” (Siza, 1994: 72) e, por isso, as partes que arderam em Agosto de 1988, deveriam ser repostas. Essa reposição, contudo, teve em consideração quer o

1 Ritmo: movimento regular recorrente | Ritmar: dar ritmo a, cadenciar; | Irregularidade: qualidade do que é irregular; irregular: que não tem regularidade | Estereotomia: Arte de dividir e cortar regularmente os materiais de construção, in: Dicionário da Língua Portuguesa [em linha] 2008-2013

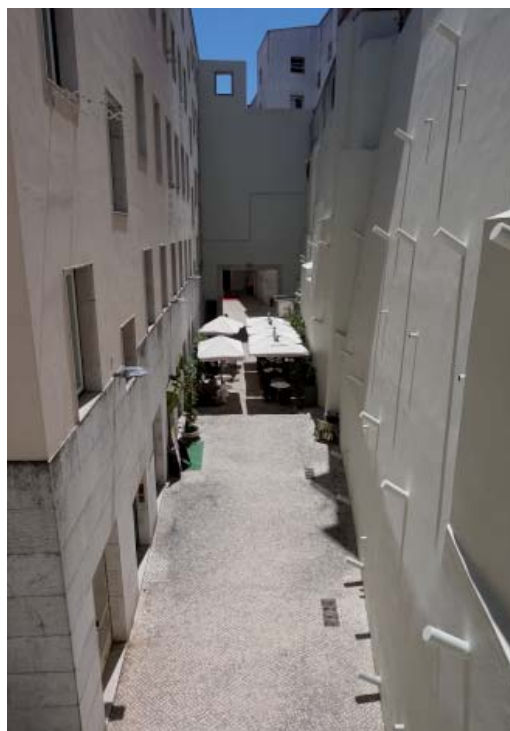
fig.3.26
Pátio A
perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps);
escadas de ligação entre as duas cotas do pátio;
vista da plataforma superior do pátio;
vista desde a plataforma inferior do pátio



desenho original da Casa do Risco, quer aquilo que efetivamente se construiu, menos fiel ao Plano do que na parte inicial da reconstrução pombalina. Siza procurará manter tudo o que era possível, mas aproveita a oportunidade para reintroduzir uma regularidade que o tempo também tinha alterado. No entanto, e como o próprio diz (Siza, 1994: 77), o que é realmente notável nesta área é a relação topográfica do conjunto em relação à Baixa, a implantação e os acessos e relações com a envolvente, mais do que os próprios edifícios. Daí decorre a importância dada aos pátios e às ligações que promovem com a envolvente, retomando até, no caso do pátio B, uma antiga ligação entre a Baixa e o Carmo existente desde a Idade Média e obliterada aquando da reconstrução pombalina.

As entradas para os pátios são interrupções integradas nessa continuidade, prevalecendo a ideia de quarteirão, de conjunto, e não apenas o edifício. Ao entrar no Pátio A, desde as passagens de acesso, as montras de lojas que caracterizam o perímetro exterior do quarteirão também ‘entram’ no espaço de transição. Estabelece-se um seguimento entre a caracterização do piso térreo da rua e o acesso ao espaço de transição. Na entrada desde a Calçada Nova de São Francisco, a existência de espaços comerciais gera transparência entre o acesso e o espaço interior. Na entrada da Rua Garrett, existem apenas montras, sem portas. Contudo, nesta situação, não se estabelece uma relação com o interior das lojas por estas estarem tapadas com elementos opacos e com publicidade. No interior do quarteirão, encontramos uma alternância entre edifícios cujo alçado foi redesenhado como principal, no âmbito do projeto de alteração dos quarteirões, e edifícios recuperados em que o alçado é um alçado de carácter secundário, de traseiras, que existia anteriormente. Nos edifícios que têm um alçado principal, também no interior do quarteirão, encontramos também ao nível do piso térreo zonas de loja e de serviços, repetindo os mesmos elementos arquitetónicos que são usados no exterior do quarteirão, reforçando assim a ideia de uma continuidade entre o espaço exterior do quarteirão e o seu núcleo, isto é, entre a frente pública e o tardo, que anteriormente tinha um uso exclusivamente privado. As escadas de acesso à cota inferior e as de acesso à passagem para a Rua Ivens são elementos que introduzem irregularidade no espaço. No primeiro caso, as escadas entram no edifício, no segundo, definem e enquadram o muro de contenção que sustenta o plano horizontal do pátio na cota mais alta. Estes elementos articulam as diferentes cotas dentro do espaço de transição. No caso do Pátio B, uma estratégia semelhante foi usada quando o espaço da rua se ‘dobrou’ e levou para o interior do quarteirão espaços de comércio e serviços, procurando novamente a continuidade do ritmo do espaço público. Contudo, neste pátio, a existência de um muro de contenção que define a maior parte do limite poente gera, na relação com os edifícios a nascente, uma assimetria no espaço, o que o torna mais inóspito. Apenas o limite construído por edifícios transporta alternância e ritmo para o espaço de transição, integrando novos edifícios e também existentes (a norte). A assimilação do muro de contenção acaba por ser uma forma de descontinuidade entre o exterior do quarteirão e o espaço de transição. A existência de um banco, encostado ao muro, procura caracte-

fig.3.27
Pátio B
perspectiva do quartei-
rão (fonte: bing maps);
banco no interior do pá-
tio; vista do pátio; vista
desde as escadas de
acesso aos Terraços do
Carmo



rizá-lo, oferecendo um lugar para permanecer. Contudo, a proporção deste espaço, por via do confronto entre edifícios e muro, gera uma tensão entre a linearidade e a verticalidade provocada pela proximidade dos seus limites. Este facto confere ao espaço um carácter de interioridade e de profundidade. Ambas as propostas integram e mantêm a mesma largura de fachada – foi a diminuição da profundidade dos edifícios que permitiu fazer os logradouros públicos.

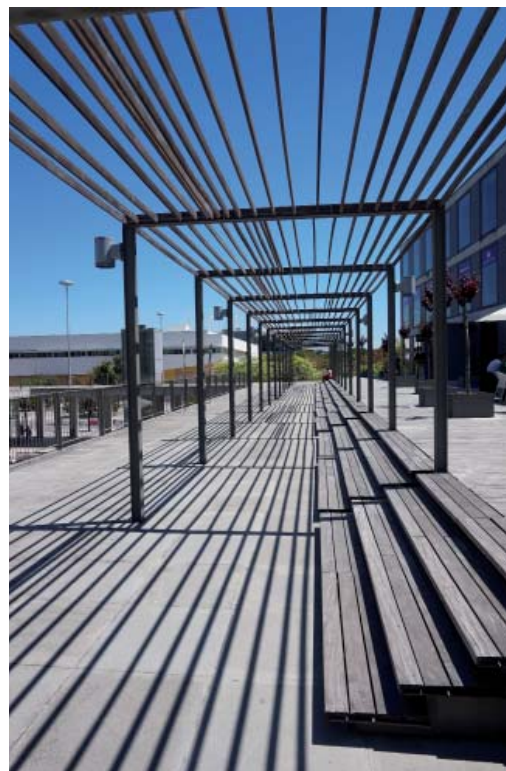
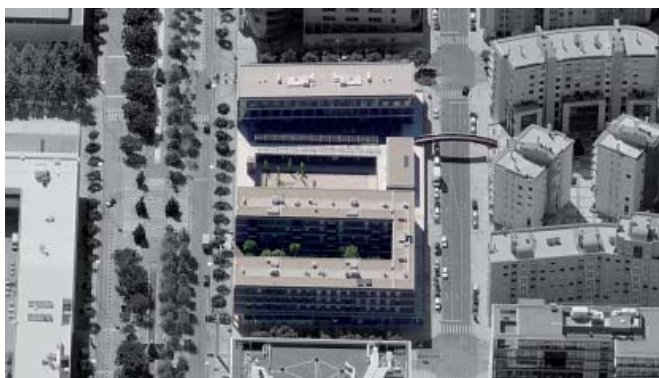
Tal como nos quarteirões do Chiado, o quarteirão Oriente também poderá ser entendido como uma peça urbana em que não se distingue o 'edifício' nem do quarteirão, nem do espaço de transição, caracterizados de maneira semelhante. Contudo, neste caso, o ritmo do quarteirão é um ritmo próprio de 'quem dança sozinho'. É um edifício/quarteirão autónomo em relação à envolvente. Esta autonomia deve-se ao facto de estar inserido num tecido urbano plano com uma retícula ortogonal em que, nos conjuntos de lotes em redor, se constroem edifícios diferentes entre si. O quarteirão Oriente é uma peça arquitectónica definida por uma métrica muito regular que se pode observar na alternância entre vãos e parede, reforçada pela marcação horizontal das lajes que sustentam cada piso dos volumes edificados. O piso térreo, dentro da mesma regularidade, distingue-se dos restantes pisos pela transparência e pela continuidade dos panos de vidro que definem as montras dos espaços comerciais. Esta estratégia usada no perímetro do quarteirão prolonga-se no interior do espaço de transição. A plataforma que define o início do embasamento do quarteirão, na zona virada a nascente, acrescenta um conjunto de pórticos que define uma galeria. Este espaço é definido pela alternância entre pilares e espaço vazio que introduz ritmo e sombra na fronteira entre espaço público e espaço de transição. O conjunto de pórticos define um caminho ao longo do limite nascente do edifício. É o primeiro filtro que prepara a transição entre o limite exterior e o espaço de transição no interior do quarteirão. No piso superior, o terraço é definido pelo enquadramento dos diferentes volumes que constituem o conjunto: volumes de acesso, de escritórios e de habitação. Este terraço inclui duas zonas de sombra, ambas definidas por duas pérgulas em madeira e por uma sequência de bancos, em conjunto com alguma vegetação. O limite do piso térreo do quarteirão Oriente é um lugar liso e sem reentrâncias onde um conjunto disperso de bancos, paralelepípedos em pedra, na metade do espaço a sul define um possível lugar de permanência.

No caso deste quarteirão, o espaço de transição introduz uma outra escala de espaço público dentro de um espaço público mais extenso e qualificado, menos denso que no Chiado, de ruas planas e amplas alamedas.

Nestes quarteirões, Pátio A, Pátio B e Oriente, a estratégia de projeto parte de uma continuidade entre a superfície exterior do edifício e a caracterização do espaço de transição. Embora fruto de diferentes circunstâncias, ambos os projetos integram a arquitetura dos edifícios na ideia de construir uma unidade ao nível do quarteirão onde o espaço de transição é um lugar de articulação.

No caso do quarteirão Oriente, a matriz regular que configura os edifícios acontece

fig.3.28
 quarteirão Oriente
 perspectiva do quartei-
 rão (fonte: bing maps);
 vista desde o exterior;
 pérgula no terraço;
 vista da praça desde o terra-
 ço



num espaço urbano (Parque das Nações) construído no âmbito da renovação de uma parte da cidade, desenvolvida de novo. No caso do Chiado, a matriz regular parte da reinterpretação de um conjunto edificado (a Baixa pombalina) e também do encontro com situações pré-existentes que podem, com as novas situações, gerar descontinuidades e confrontos, como é, por exemplo, visível no caso as traseiras dos edifícios. Isto ocorre porque a intervenção acontece numa zona histórica, de forte identidade na qual se integram muitas pré-existências. O quarteirão Oriente constrói o espaço de transição também como modo de articular um programa misto e introduz outra escala, própria de um espaço de carácter público (na realidade é privado), num plano urbano mais extenso e menos denso do que o Chiado, de ruas mais largas e alamedas, um espaço que é uma alternativa à extensão de espaço público na envolvente.

No caso dos quarteirões do Chiado, a intervenção abre um novo espaço de articulação dentro de um espaço urbano denso, como se fosse uma necessidade, um lugar para respirar. Há semelhança nas estratégias de projeto adotadas nestes dois casos, em tecidos urbanos de natureza tão distinta. Nestes dois casos, a repetição e a regularidade presentes na arquitetura conferem-lhes unidade – no Chiado, integrando-se num conjunto mais alargado, no quarteirão Oriente, destacando-se (a sua unidade) perante a diversidade de linguagens da envolvente. Nos dois pátios, A e B, o espaço de transição descobre-se depois de um momento de estreitamento do espaço através das passagens. No quarteirão Oriente, a relação entre o espaço de transição e a envolvente também é mais permeável – acontece através de um filtro.

III.6.2 Colagens: rua, praça e pré-existências

Tendo em conta o núcleo original do Pátio Bagatela, o novo conjunto residencial mantém, em parte, a relação com a rua envolvente através de um muro que já existia. No entanto, abre um espaço de transição onde anteriormente existia um espaço não construído, a partir da zona do Pátio Monteiro e ao longo do tardo do núcleo original do Pátio Bagatela. Neste caso, a proposta, a partir da recuperação de um conjunto residencial operário, acrescenta novos edifícios residenciais e de escritórios. A articulação entre o núcleo pré-existente e os novos edifícios faz-se através do espaço de transição que viabiliza o empreendimento construindo-lhe uma nova frente urbana. A caracterização desta nova frente urbana faz-se também através da prevalência do comércio no piso térreo, à qual se junta uma galeria no piso superior. As placas com a identificação das diferentes partes do espaço aproximam-se de uma toponímia inventada para este lugar urbano, convergindo na ideia de que este espaço de transição deverá ter o carácter de uma rua. Esta nova rua tem uma largura variável, e na zona mais estreita é semelhante à rua paralela, mantendo uma escala idêntica ao tecido urbano envolvente. As galerias são espaços de acolhimento e de sombra, em contraste com a zona central do espaço, mais iluminada. Um conjunto de elementos em pedra desenha um espelho de água e um banco, composto por dois tramos perpendiculares, definindo um lugar de permanência.

Embora de configuração distinta, o projeto do quarteirão Picoas Plaza também faz in-

fig.3.29
Pátio Bagatela
perspectiva do quartei-
rão (fonte: bing maps);
vista para nordeste;
pormenor do banco em
pedra e pavimento; vis-
ta para sudoeste; placa
toponímica no espaço
privado



tegração de elementos pré-existentes, acrescentando outros, de modo a trazer para o interior do pátio uma alternância entre espaços comerciais, de habitação e de escritórios. Neste caso, mantêm-se apenas as fachadas de dois dos edifícios de acordo com a definição do plano de pormenor. No quarteirão Picoas Plaza, o edifício que constitui o gaveto é suportado por uma sequência de pilares que, ao nível dos pisos térreos, abre espaço para uma galeria. Esta tem acesso desde a rua (Marquês de Tomar), contorna o edifício, atravessa o seu volume e entra no pátio onde se desenvolve em duas frentes (sudoeste e sudeste) ao nível do primeiro piso. No topo norte do pátio, o remate da galeria transforma-se em espaço interior. Este percurso, zigzague entre exterior, interior e pátio, é marcado pela regularidade da alternância entre pilares e guarda, o que confere ao espaço da galeria unidade formal em relação aos outros volumes construídos. No pátio, esta galeria define, ao nível do piso térreo, uma zona de sombra e de acolhimento que faz a transição entre o interior dos edifícios e o espaço exterior, definindo três limites do pátio. A estratégia de conferir à galeria um carácter comercial também é um modo de estabelecer uma relação com o espaço público envolvente e com o programa comercial de um dos edifícios do conjunto.

A sequência de espaços comerciais/serviços constrói um segundo nível de relação entre o edifício e a rua que é transportado para o interior do quarteirão. Neste caso, a galeria é o elemento condutor que procura trazer o ritmo da rua para o espaço de transição pensado como se fosse uma praça ou, neste caso, uma 'Plaza'. Tal como no Pátio Bagatela, também neste espaço existe um espelho de água, neste caso de maior dimensão e ocupando grande parte do espaço central do pátio. A superfície de água oferece uma certa frescura e reflexos ao espaço, mas, pela extensão que tem, também é um obstáculo para um uso do espaço central de modo mais livre. No espaço de entrada desde a Rua Viriato, os muros servem de bancos, os únicos que existem em todo o recinto. As escadas de acesso em cada uma das extremidades marcam a ligação entre o piso do pátio e a galeria. Em ambos os casos, o espaço de transição é caracterizado como um espaço público. No caso do Pátio Bagatela, como uma rua comercial, no caso do Picoas Plaza, como uma praça. Ambos os casos possuíam pré-existências fechadas em relação à rua. Ambos os projetos, de iniciativa privada, Pátio Bagatela e Picoas Plaza, foram construídos em zonas consolidadas da cidade e podemos observar que, na transformação do quarteirão ou de parte dele, a integração de atravessamento pedonal foi pensado de modo a gerar benefício e movimento no acesso aos espaços comerciais, recriando as tipologias de uma rua e de uma praça.

III.6.3 Regularidade: repetição habitação, escritórios e comércio

Os casos do Chiado, Oriente, Pátio Bagatela e Picoas Plaza têm em comum o facto de os seus projetos integrarem usos complementares entre si: habitação, escritórios e espaço de comércio/serviços. A esta lista de casos, podemos ainda acrescentar o conjunto Alcântara-Rio, o quarteirão Império e o conjunto Saldanha Residence. A existência de

fig.3.30
Picoas Plaza
perspectiva do quartei-
rão (fonte: bing maps);
vista exterior do conjun-
to desde a Rua Viriato;
vistas do interior do
pátio

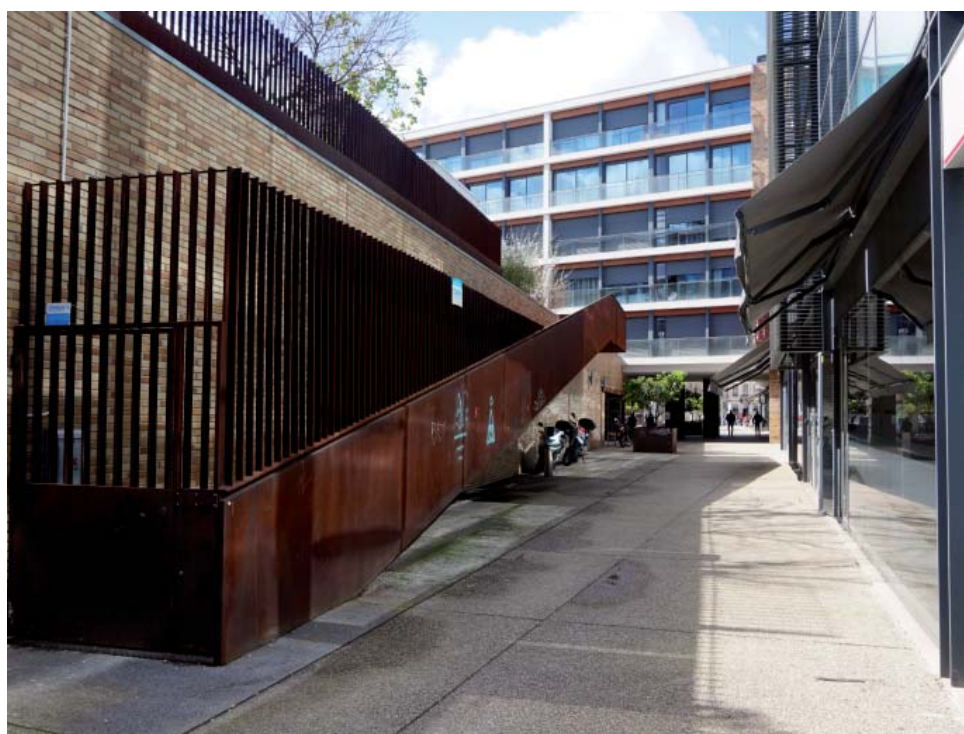


um programa que integra estes usos coloca à partida a possibilidade de juntar diversas funções em que o espaço de transição é o espaço que articula as partes. O facto de a habitação e de os escritórios terem, na sua génese, a repetição, influencia a existência de um ritmo, que intrinsecamente aproxima estas propostas do espaço público urbano, embora, no caso do conjunto Alcântara-Rio ², não exista a integração de elementos de edifícios pré-existentes. Também se verifica uma alternância entre edifícios habitacionais, de escritórios e de comércio, o que confere ao espaço de transição um carácter semelhante ao de uma rua. No lado sul, há alternância entre espaços de lojas e de habitação, enquanto, no lado norte, existe alguma transparência para o interior dos escritórios mas, também, um muro cego em grande parte do percurso. Neste caso, há claramente um ritmo gerado pela alternância de usos e que quer construir uma alternativa a uma rua paralela um pouco difícil (Rua Fradesso da Silveira), principalmente devido à pouca largura do passeio. Tal como vimos anteriormente noutros casos, também nesta situação há claramente a intenção de caracterizar o espaço de transição tirando partido da existência de áreas para comércio e serviços ao nível do piso térreo comercial. O espaço de transição do conjunto Alcântara-Rio III é, em parte, marcadamente horizontal, linear e iluminado, interrompido por uma bolsa espacial transversal mais larga, que se distingue como um lugar de encontro e de articulação a meio do percurso. Nesta bolsa espacial transversal a colocação de um conjunto de grandes vasos/canteiros ocupa o espaço, gerando pequenos lugares de encosto que caracterizam esse espaço, gerando lugar para ficar. Pequenos nichos aparecem associados às entradas dos edifícios de habitação e marcam lugares de sombra e reentrâncias em relação à linearidade do espaço. No caso do quarteirão Império, a estratégia de integração com a envolvente acontece através da manutenção do ritmo das fachadas e da volumetria do conjunto, exercendo adaptações. Nos espaços de encontro com a rua, na cota alta e na cota baixa, existe também a inserção de espaços comerciais que se articulam com a rua, principalmente no acesso desde a Travessa do Carmo. Neste caso, o espaço de transição acontece em três zonas diferenciadas: um pátio de forma triangular na cota alta, uma zona de ligação entre cotas e uma zona de acesso coberto sob o edifício, na cota baixa.

O pátio é caracterizado pelo ritmo dos edifícios de habitação e dos espaços de comércio que levam para o interior do quarteirão a mesma métrica que se define no exterior. Isto é, o ritmo da rua entra no espaço de transição, também caracterizado pelas reentrâncias dos espaços comerciais que introduzem alguma irregularidade na fronteira entre exterior e interior. Na zona de ligação, o espaço de transição transforma-se num espaço vertical, semicoberto, de articulação do desnível. A verticalidade também é reforçada pelo ritmo dos pilares que suportam as peças de cobertura. Nesta ligação através de escadas, descobrimos a torre sineira de um modo gradual, quase cinematográfico (como já referido), à medida que nos deslocamos no espaço (ver fig. 3.32). A terceira zona, o acesso desde a Rua Garrett, onde o espaço se comprime ao atravessar o edifício atra-

2 Isto ocorre na parte deste empreendimento que está em estudo, visto que, na parte respeitante à 1ª fase, se integraram várias pré-existências da antiga unidade industrial, a fábrica CUF.

fig.3.31
Alcântara-Rio
perspectiva do quartei-
rão (fonte: bing maps);
vista do espaço de
transição; pormenor da
transição de pavimen-
tos; vista desde a Rua
Cascais (nascente)



vés de uma passagem, é um lugar marcadamente horizontal que é o vínculo entre a rua e o espaço vertical. Neste caso, o espaço de transição é fortemente caracterizado pela sequência espacial de horizontalidade, verticalidade e horizontalidade, reforçada pela presença da torre sineira como elemento caracterizador do espaço. O pátio integra-se na envolvente através de um ritmo já presente nas fachadas exteriores ³. Estabelece uma continuidade com essa regularidade. O espaço central tem, contudo, um ritmo próprio construído também pelos pilares da zona de cobertura.

III.7 Interrupção

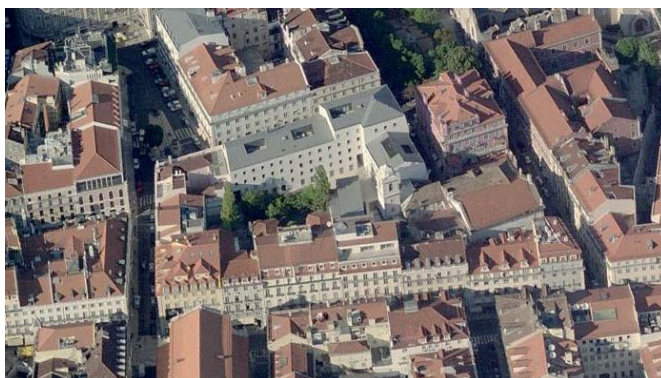
A mistura de habitação, de escritórios e de comércio não garante, contudo, alternância e ritmo como modo de caracterização de um espaço de transição. O espaço de transição também poderá ser o ‘espaço que sobra’, como podemos observar no caso do conjunto Saldanha Residence. Neste projeto, o espaço de transição que une as duas frentes do quarteirão, parece ser um lugar que restou entre a construção do conjunto edificado e o muro de contenção que define o lote a (sul). Este é um espaço sem história, apenas caracterizado nos seus acessos: a passagem por baixo do edifício e a sequência de pórtico/escada no acesso desde a Avenida Fontes Pereira de Melo. A empena pouco trabalhada arquitetonicamente do Mercado 31 de Janeiro também não valoriza este espaço. O facto de um dos limites do espaço ser constituído pelo muro de contenção faz com que este espaço seja assimétrico e tenha menos elementos de referência que possam ser conjugados com o limite configurado pelo edifício. Contudo, oferece uma condição de domínio das vistas em relação à envolvente que será certamente o aspeto mais interessante aliado à ligeira sinuosidade do espaço e à existência de um conjunto de bancos encostados ao muro, que oferecem uma irregularidade no espaço e um lugar de permanência. No mesmo empreendimento, o espaço de galeria, ao longo da Avenida Fontes Pereira de Melo, integra uma caracterização espacial mais cuidada, construída através da relação entre a estrutura da galeria e a alternância de espaços de comércio, o que faz com que este espaço seja muito usado, principalmente no sentido descendente.

III.7.1 Sequência espacial

Tal como o caso do Saldanha Residence e, principalmente, nas situações em que os projetos não incluem programas de habitação ou escritórios, os espaços de transição geram outras situações em que o ritmo espacial é menos regular. O entendimento do espaço depende de uma sequência espacial, o que também acontece no caso do edifício sede da OE que, à partida, já é um lugar fora do ritmo do quarteirão tendo em conta a dimensão da casa original. Neste caso, o espaço de transição é uma sequên-

3 Isto ocorre à semelhança do que acontece no plano pombalino, em que, de acordo com a hierarquia das ruas, o desenho das fachadas ganhe maior ou menor “ornamentação” – presença de varandas, desenho das cantarias – embora o ritmo seja constante.

fig.3.32
 quarteirão Império
 perspectiva do quartei-
 rão (fonte: bing maps);
 sequência de imagens
 da torre sineira desde
 a escada rolante; plata-
 forma superior, acesso
 às escadas; vista das
 escadas; perspecti-
 va desde o interior do
 quarteirão



cia espacial definida por três momentos diferenciados: o espaço de subida através de escadas, a chegada e a permanência na plataforma superior, e a descida novamente pelas escadas no lado oposto. O acesso desde a Avenida António Augusto de Aguiar, estreito, acontece entre a empena da casa principal e a empena do edifício do lote contíguo, e é, claramente, uma interrupção no desenvolvimento do quarteirão. É um espaço marcadamente vertical, liso, que revela a 'espessura' do quarteirão. O espaço central acontece no enfiamento do logradouro do quarteirão numa cota elevada em relação às ruas circundantes. É um *plateau*, um palco sobre a envolvente, que permite observar o interior do quarteirão, o espaço público à volta e descobrir a casa principal num novo enquadramento. É um lugar no interior do quarteirão e, ao mesmo tempo, é um permeável em relação à envolvente. Por contraste, o espaço de relação com a Avenida Sidónio Pais é marcadamente horizontal, enquadrado pelo volume suspenso entre as empenas laterais do lote, e pela larga escadaria. O ritmo deste projeto não depende de uma regularidade de elementos. É antes construído pela alternância espacial e constitui-se como um espaço de forte carácter arquitetónico pelo modo como conjuga todas as partes. Por um lado, eleva e suspende parte do edifício novo, o que liberta espaço ao nível térreo e a relação com a casa pré-existente de um confronto direto; por outro lado, transforma o terreno que sustenta a casa em edifício e em plano de transição entre as duas frentes do quarteirão recriando a topografia original com um novo propósito. A zona das escadas marca uma irregularidade (ou uma singularidade), que se estende diagonalmente resolvendo o desnível entre o espaço central e a rua. A escada é um limite e um acesso, mas também um lugar de permanência. Nestes casos, entendemos os espaços de transição como uma interrupção no espaço público.

III.8 Descontinuidade

Embora o conjunto dos três núcleos do CCB seja permeável aos atravessamentos desde o tecido urbano envolvente, longitudinal e transversalmente, estes acontecem espaçadamente em relação à dimensão do edifício. Desde o exterior, ao nível do piso térreo, os volumes apresentam-se contínuos e pouco transparentes, o que confere ao conjunto um carácter maciço. Se, por um lado, o edifício é permeável, por outro, também é compacto, à semelhança de uma fortaleza que protege o seu núcleo interno. Essa estratégia, entre outros aspetos, poderá ser uma resposta à falta de densidade de tecido urbano que existe na envolvente, embora seja uma zona qualificada pela presença de edifícios e de espaços relevantes, como o Mosteiro de Jerónimos, o Museu de Marinha, o Museu de Arqueologia, a Torre de Belém e pela Praça do Império. No entanto, no confronto com a Rua Bartolomeu Dias, a existência de uma galeria comercial ao longo de parte da rua, humaniza este limite. A galeria é uma reentrância no espaço público e uma maneira de rematar a sinuosidade da rua com o edifício. O facto de a relação com o edifício se estabelecer através de um espaço de menor escala, desfaz a presença do volume edificado aproximando-o do espaço público. A alternância dos pilares que

fig.3.33
Saldanha Residence
perspectiva do quartei-
rão (fonte: bing maps);
vista do espaço de tran-
sição



constituem o pórtico introduz um ritmo que marca o movimento através da galeria e da rua. Embora seja um espaço muito específico devido à sua configuração tipológica, a continuidade dos revestimentos em pedra calcária reforça a unidade dentro do conjunto. O murete entre pilares é um lugar onde é possível ficar. As rampas de acesso ao pátio superior parecem romper um grande bloco de pedra, conferindo um carácter vertical e abstrato ao espaço no confronto com o horizonte. Desde o exterior, as entradas são reentrâncias que o edifício gera na relação com o espaço público a uma escala urbana. O pátio a nascente integra um conjunto de lojas que lhe confere um carácter mais diverso e mais movimentado, um ritmo definido pelos espaços de comércio. Este pátio oferece uma ligeira irregularidade na sua configuração, que gera pontuações de sombra e transições no plano horizontal e vistas para o exterior. Não há bancos. Na transição junto aos auditórios, constrói-se uma sombra, um lugar de acolhimento. O pátio superior, de maior dimensão, é um lugar mais abstrato, articulando diversas áreas do conjunto, museus, restaurante, auditório e acesso ao terraço. É um lugar virado para dentro, disponível para ser ocupado.

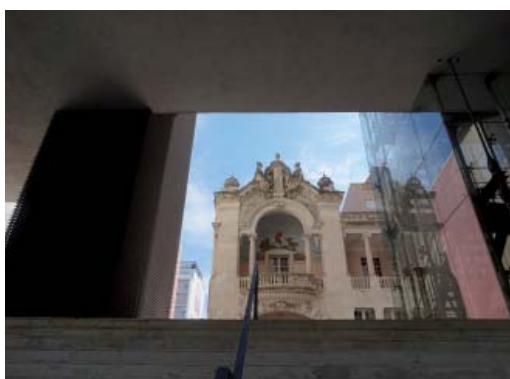
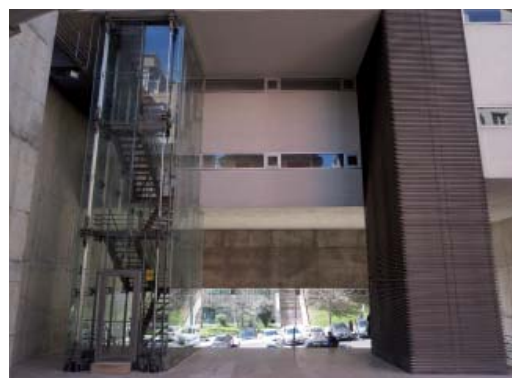
Se, por um lado, a dimensão e a extensão do CCB fecham o edifício na relação com o espaço envolvente, como um bloco maciço, por outro, também concentram os acontecimentos no interior e nos terraços virados para fora, abrindo-se para a paisagem e para o rio. A galeria está mais próxima do ritmo da cidade. O espaço de transição gera um ritmo no interior.

III.8.1 Irregularidade

O conjunto ISCJ está situado entre um longo muro e um edifício de habitação, numa rua sem comércio e com garagens. As presenças do volume da igreja, do adro, da rampa e das escadas, que se sobrepõem ligeiramente à rua, marcam uma ligeira irregularidade na continuidade da rua, que revela a entrada.

Esta construção, no exterior, é volumétrica, abstrata, no sentido em que se percebe o peso e a matéria dos volumes e a composição entre eles. Construídos a partir da sobreposição de planos de revestimentos, não definem propriamente um ritmo em cadência, mas uma relação particular com a rua. A chegada desde a Rua de Santa Marta acontece numa reentrância, que será sempre uma interrupção. Desde fora, este conjunto tem uma forma própria que não constrói um ritmo mas sim uma composição elaborada entre os diferentes volumes, que não é evidente quanto ao que se passa no seu interior. Contudo, no interior, parece que o espaço de transição é mais urbano. Oferece mais ritmo, presente em diversos elementos arquitetónicos: desde as portas de entrada na igreja, ao desenho dos pavimentos, às entradas nos diferentes espaços, no ritmo do volume do centro paroquial, na alternância de vãos. Neste caso, o espaço de transição é muito trabalhado arquitetonicamente. O espaço de transição vai escavando o terreno de modo dinâmico, definindo os seus limites a partir da sobreposição dos volumes e dos planos horizontais. Em torno de um espaço vazio, configuram-se diversos recantos e sombras que constroem uma forma de sinuosidade a várias escalas: no adro, na reentrância do

fig.3.34
Edifício sede da OE
perspectiva do quartei-
rão (fonte: bing maps);
vista para nordeste; vis-
ta para sudoeste; vista
para o interior do quar-
teirão e empena, vista
desde a Avenida Sidó-
nio Pais



acesso à igreja, na entrada, no banco em ziguezague, no piso do cartório, na concavidade onde se acede ao interior, no plano do pátio, no espaço por baixo do edifício. Sítios de sombra, nichos com bancos, alternância de lugares iluminados de luz, expostos. Luz, sombra, irregularidade, escavação, interior, complexidade. É o espaço mais irregular e o mais complexo entre todos os casos de estudo.

III.8.2 Ritmo

No Pavilhão de Portugal, percorremos na envolvente o espaço de transição gerado pelo edifício. A galeria é o lugar onde o espaço apresenta dois ritmos regulares intercalados. A alternância entre pilares e vazios define um ritmo vertical que dá escala à horizontalidade do edifício na paisagem. Em simultâneo, a alternância entre vãos, parede e bancos salientes gera um ritmo que aproxima o edifício de quem percorre o espaço. Os dois ocorrem em simultâneo, inseparáveis, geram complexidade num espaço linear. Os bancos e reentrâncias dos vãos também são lugares para ficar. A mesma estratégia, com outra forma, repete-se nos pórticos que sustentam a cobertura da praça. Estes voltam a 'tocar' um ritmo à escala da paisagem, numa sequência de planos verticais, paralelos, intensificada pelas entradas na praça, que devolvem o pórtico à escala do espaço de transição. A praça coberta é o lugar horizontal de relação entre a cidade e o rio. Na extensão de espaços públicos da envolvente, constitui-se claramente como um lugar definido pelo edifício, pelos pórticos e pelo plano ondulante da cobertura. A sequência de muros paralelos no limite do edifício, a norte, é um espaço através do qual o corpo vai descobrindo a aproximação ao edifício. O horizonte, também marca um ritmo na aproximação ao edifício, desde esse quadrante. Neste projeto, a conjugação de elementos arquitetónicos para a construção de um ritmo resolve a relação com o tecido urbano, constrói uma presença na paisagem, mas, simultaneamente, oferece escala para o corpo.

O Franjinhás é, entre todos os casos de estudo, o edifício onde a ideia de ritmo mais se evidencia através da conjugação e da repetição de diversos elementos arquitetónicos: as lâminas de betão que revestem a fachada; os pilares na periferia do edifício; os prumos verticais das guardas de ferro que amparam as galerias. A alternância entre pilares e guardas estabelece uma charneira que marca o ritmo da rua e do espaço de transição, em simultâneo. As galerias desenvolvem-se no avesso deste limite, entre o espaço público e o espaço interior do edifício, ampliando a continuidade visual entre ambos. Desde o exterior, há um segundo plano de acontecimentos que é definido pelas montras de estabelecimentos que funciona como uma segunda fachada do edifício e caracteriza o espaço de transição, reforçando o ritmo espacial e a ideia da galeria como uma rua. O espaço das galerias do Franjinhás revela sinuosidade no modo como se desenvolve ao longo da curva que define o gaveto. A galeria superior vai estreitando e alargando, serpentando entre a proximidade com o interior do edifício e a proximidade com o exte-

fig.3.35

CCB

perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps);
vista do pátio superior (poente), vista da extensão do limite exterior do edifício a nascente; vista do pátio a nascente; vista para norte



rior. Embora seja o lugar de acesso ao interior do edifício, é um espaço de forte relação com o exterior. Aberturas no plano horizontal da galeria superior permitem que as duas galerias se relacionem verticalmente e visualmente. No piso inferior a sequência de bancos e nichos constrói uma sequência de reentrâncias virada para dentro, que se relaciona com o exterior através do reflexo da luz e da rua no vidro das montras. É um espaço interiorizado com vislumbre do exterior.

III.9 Estereotomia

Nestes casos de estudo, a materialização do pavimento e a estereotomia são relevantes na caracterização do espaço de transição como espaço público. A estratégia de projeto poderá marcar uma continuidade com a envolvente ou um destaque. Tal como refere Jacobs (2000: 434), os pavimentos são um elemento de unificação quando se pretende integrar uma rua.

A pedra, como revestimento do pavimento, é o material mais usado em todos os casos de estudo, com exceção do conjunto Alcântara-Rio, que propõe um pavimento em betão em toda a superfície do espaço de transição (ver fig. 3.31). Encontramos geralmente a pedra aplicada de dois modos: calcetada usando uma estereotomia própria a partir de um desenho que se enquadra com o projeto e com os seus revestimentos, ou aplicada com a estereotomia igual à do espaço exterior, e também a pedra calcetada misturadas com chapas de pedra que configuram geometrias diversas.

Este tipo de aplicação é usada em grande parte da cidade de Lisboa ⁴ - surge quer em continuidade usando apenas um tipo de pedra, quer apresentando desenho, muitas vezes misturando o calcário branco com outra pedra mais escura (basalto). Nos casos de estudo, encontramos as duas situações, usando a pedra em calçada sem nenhuma configuração em particular ou usando estereotomias com pedra mais escura ou lajes de pedra de maior dimensão.

No caso do conjunto ISCJ, a dimensão das placas de pedra difere consoante a dimensão do espaço e a sua relevância. No adro, na preparação para a entrada para o espaço sagrado, o pavimento constrói uma geometria que enfatiza a direção de entrada na Igreja. A marcação de claro e escuro, neste caso, é feita pelo contraste entre pedra mármore branca e escura. Este pavimento distingue-se dos restantes pela dimensão das chapas de pedra em relação aos restantes pavimentos e à rua. Neste caso, o pavimento forma uma quadrícula. Nos outros pisos, que configuram o espaço exterior, existe igualmente uma diferenciação entre claro e escuro, e a marcação de linhas claras em pedra que enfatizam o modo como se estabelece o caminho entre exterior e interior. Contudo, nos outros pisos, a diferenciação entre as linhas e as manchas que predominam faz-se de pedra escura assente como calçada e placas de pedra clara. A estereotomia enfatiza e qualifica o espaço, diferenciando o espaço de acesso direto à igreja e os restantes, de

4 É comum na cidade de Lisboa e na quase generalidade das cidades portuguesas, mas também em cidades brasileiras.

fig.3.36
 Conjunto ISCJ
 perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps);
 Recanto e banco no
 acesso ao cartório; vis-
 ta do pátio; pormenor
 do banco no adro; vista
 desde o acesso ao car-
 tório; banco na zona de
 entrada; zona da enta-
 da desde a Rua Camilo
 Castelo Branco, transi-
 ção entre o acesso da
 Rua de Santa Marta e
 o interior do quarteirão
 (pátio)



uso comum e quotidiano. No piso da garagem, é usado um pavimento em paralelepípedos de basalto ⁵ de maior dimensão, mas no mesmo tipo de pedra da que é usada na parte superior do percurso, nas zonas pedonais.

A estereotomia dos pavimentos qualifica o espaço e, neste caso, confere-lhe uma unidade ao todo que foi menos concretizada na construção dos edifícios que compõem o centro paroquial ⁶ do que em comparação com a construção da igreja. A rampa é construída em pedra e betão, a estereotomia do pavimento distingue o espaço especial religioso e sagrado do espaço comum (ver fig.3.36).

No caso do edifício Franjinhãs, também existe uma diferenciação entre o pavimento da galeria superior e o pavimento da galeria inferior. Neste caso, na galeria inferior, o pavimento também é em calçada com padrões geométricos, diferenciados nas zonas de patim entre as duas galerias ⁷. No caso da galeria superior, a estereotomia do pavimento é feita de peças de pedra mármore clara, e o limite com pedra mais escura. Os pavimentos conferem ambientes distintos às duas galerias. Como se a galeria inferior fosse mais próxima do espaço público, mais próxima da rua, e a galeria superior mais próxima do edifício do interior. Aliás, esta galeria é o único acesso ao interior. Os elementos decorativos nas empenas também introduzem carácter no espaço (ver fig. 3.38).

No CCB, os pavimentos são em pedra calcária, configurados dentro da mesma métrica do revestimento das paredes exteriores, mantendo uma continuidade entre as superfícies verticais e horizontais, mas usando pedra lisa e não rugosa, como nas paredes, por razões que se podem relacionar com diversos fatores, desde a tradição clássica, ao sentido háptico, mas que passam por configurar num único material, em que apenas muda o acabamento, os diversos planos que configuram o espaço (ver fig.3.35).

A calçada também entra no espaço, desde a praça, marcando a continuidade do espaço público, mas a partir do momento em que entra no edifício, vai ganhando especificidade no desenho, como se fizesse parte do processo de fusão com o edifício a pouco a pouco deixando o espaço exterior para se tornar parte do edifício. Neste piso, o manto de pedra calcária branca, encontra a geometria do edifício marcada pelas linhas de pedra calcária pontuada pela pedra escura, criando um padrão. Ao mudar de nível, são as pedras em calcário que marcam o espaço transversal das rampas, assinalando também o eixo transversal numa fusão com a verticalidade e com o atravessamento como se tivéssemos cortado uma parte da matéria de pedra calcária. O pavimento reforça essa ideia. A zona de pátio a poente volta a retomar a estereotomia do pavimento da zona de acesso nascente. Uma das rampas marca também, através da pedra mais escura,

5 Trata-se do mesmo tipo de pedra que é utilizada nos desenhos da calçada portuguesa, em conjunto com o calcário branco, mas que era utilizada em paralelepípedos de maior dimensão para fazer os pavimentos das faixas de rodagem de muitas ruas, gradualmente caída em desuso e substituída por paralelepípedos de granito, mais texturados, logo, menos escorregadios e resistentes ao desgaste.

6 Devido ao baixo orçamento.

7 O desenho de pavimento assim como os baixos-relevos nas paredes das empenas foram realizados em colaboração com o artista Eduardo Nery.

fig.3.37
Pavilhão de Portugal
perspectiva do quartei-
rão (fonte: bing maps);
vista da galeria, vista no
interior da galeria, vista
desde a praça coberta,
portico a sul



a possibilidade de entrada de um automóvel. Na galeria, o pavimento é definido pelas pedras de lioz. No terraço, a calçada em basalto/cor escura marca as zonas de jardim.

No caso dos pátios A e B, no Chiado, o pavimento é um contínuo de calçada em pedra calcária branca. Pequenas exceções – as escadas, zonas de acesso são pavimentadas em maciços de pedra de Lioz. Nestes dois casos e também no Pavilhão de Portugal, há um desenho de continuidade entre o espaço público e os espaços gerados pelos quarteirões e pelos edifícios. Nestes três casos, o pavimento é a continuação do pavimento da envolvente. Os detalhes estão nos remates, nos embasamentos. Nos quarteirões, são as entradas, as escadas, o corrimão, que são mais cuidados e definidos pela arquitetura (ver fig. 3.26/3.27)

O Pátio Bagatela também usa a calçada em pedra clara segundo um padrão geométrico, marcando uma diferenciação do padrão usado na rua. Na zona do pátio, essa geometria ganha também a cor escura. Um outro desenho define e caracteriza esse espaço. É clara a vontade de querer que este espaço se torne público até pelo facto de existirem placas com a toponímia. As escadas são revestidas em pedra. A zona de estadia, lago e banco também têm esse revestimento, definindo um momento e marcando esse espaço. A área junto ao edifício é revestida a pedra escura, delimitando uma zona mais privada e de acesso (ver fig.3.29).

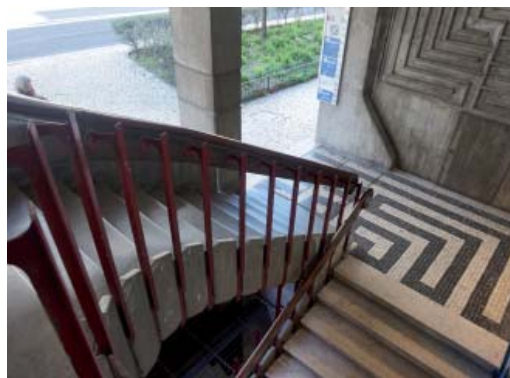
A mistura de lajes de pedra com calçada também caracteriza o modo como se materializa o espaço de transição do Saldanha. Mas esta conjunção não revela nenhuma geometria que valorize o espaço (ver fig.3.33)

No Picoas Plaza, também se conjuga o piso em calçada com lajes de pedra, na marcação de uma zona das entradas. As galerias e o espaço interior do centro comercial usam a pedra de calçada polida, brilhante. Mas, no centro do pátio, também existe um espelho de água procurando ampliar os reflexos da luz, uma certa frescura. Aqui também encontramos madeira e verde como elementos da composição (ver fig.3.30). O acesso faz-se em lajes de pedra, a rampa em calçada escura. A madeira também é um elemento presente na praça do quarteirão Oriente marcando o espaço central. Neste caso, a calçada define os limites do espaço e o centro é mercado pelas peças de madeira e pelos bancos, maciços, em pedra (ver fig. 3.28).

No terraço existente, a madeira aparece mais presente, também na construção de sombra; este espaço, sendo público, é como se fosse mais reservado.

No caso do quarteirão Império todo o pavimento interior é revestido a peças de pedra. Neste caso, a presença de, apenas, este material é uma maneira de qualificar este espaço de destaque em relação à rua. Isto poderá aproximá-lo mais da identidade do edifício; Acontece o mesmo no edifício sede da OE. Aqui, o material das escadas também configura o espaço elevado sobre a rua central o que também se torna relevante no confronto com a casa pré-existente, parte em cantaria de pedra (ver fig. 3.34).

fig.3.37
 Franjinhas
 perspectiva do quarteirão (fonte: bing maps);
 escadas de acesso à
 galeria superior; pavimento
 e bancos na galeria inferior;
 pavimento no acesso desde a Rua
 Braamcamp; galeria superior;
 vista exterior do edifício; perspectiva da
 galeria superior



III.10 Materialidade e Urbanidade

Além da permeabilidade, a integração arquitectónica do espaço de transição no tecido urbano acontece a partir de quatro processos. 1) Estabelecendo uma continuidade entre o ritmo da envolvente e o ritmo do interior do espaço (quarteirão Oriente, Chiado – Pátio A e B). 2) Integrando-se numa sequência espacial através da sua interrupção (sede da OE). 3) Marcando uma descontinuidade entre a envolvente e o ritmo no interior do espaço de transição, mais próximo de um espaço interior (CCB e ISCJ). 4) Integrando-se no ritmo exterior e mais próximos de uma transição a partir do perímetro (Pavilhão de Portugal e Franjinhas).

Isto poderá significar que há diferentes tipos de estratégia na relação com a envolvente. Nos casos em que se verifica uma continuidade entre o ritmo da arquitetura, no exterior, e o ritmo do espaço de transição, isso poderá acontecer porque :

a) os programas de habitação, de escritórios e de comércio – conduzem a uma ideia de regularidade; b) a extensão e a oportunidade da proposta poderão permitir a intervenção num quarteirão ou em parte dele, como acontece em alguns dos casos de estudo; c) o reforço da continuidade entre o espaço público e o espaço de transição poderá partir de uma ideia em que o espaço interno do quarteirão é tratado como espaço público. Este é caracterizado pela regularidade e a repetição de elementos arquitectónicos numa continuidade entre o perímetro e o espaço interno do quarteirão; d) o reforço da continuidade entre o desenho de quarteirão e o desenho do espaço de transição poderá partir da ideia de que o interior do quarteirão não é um espaço privado e, portanto, deixa de ser um logradouro, passando a ser espaço público e estabelecendo, por isso, uma continuidade arquitectónica; e) o ritmo no interior é semelhante ao do exterior – poderá acontecer em tecido urbano denso e em tecido menos denso – isso expressa-se na métrica, na alternância dos vãos, nas fachadas ou na construção de um pavimento em continuidade com o exterior.

Outra situação em que a transformação vai relacionando vários acontecimentos, por vezes díspares, num todo, é quando se usam a(s) preexistência(s), ou quando se procura caracterizar o espaço, tipologicamente, como se fosse espaço urbano – rua, praça – também porque a intervenção oferece dimensão para isso – e integra um uso comercial.

No quarteirão Oriente ou no pátio A/ pátio B do Chiado esta continuidade processa-se de um modo, no pátio Bagatela, no Picoas Plaza, no Alcântara-Rio, de outro. No primeiro conjunto, uma ideia de arquitetura prevalece sobre o conjunto, no segundo a integração de comércio caracteriza o espaço. A continuidade também aparece reforçada pela arquitetura quando o espaço de transição acontece no perímetro do edifício, e é marcado por elementos verticais como é o caso do Pavilhão de Portugal. Quando os programas não têm uma natureza tão repetitiva ou são mais singulares o espaço de transição pode gerar um acontecimento espacial como é o caso do edifício da OE. Mas o espaço de

transição também poderá não ter ritmo, se for uma ‘sobra’ – como é o caso no Saldanha Residence. Casos há, também, em que o espaço interior do quarteirão é tratado como um momento especial – quarteirão Império – como uma sequência espacial.

Mas a descontinuidade também poderá ocorrer na diferença entre um ritmo presente no exterior e um ritmo próprio do interior – como são os casos da ISCJ, do CCB, ou, um pouco no pátio B, também.

As irregularidades espaciais poderão ser uma resposta para a construção de lugares de permanência. No conjunto ISCJ os espaços sucedem-se em sequência, num processo de escavação que forma uma linha contínua que se vai “desenrolando” e construindo lugares ao longo do percurso.

No Franjinhãs, isso também acontece, de duas maneiras distintas: no piso de cima, pela sinuosidade e ondulação do espaço; no piso de baixo, ao propor os bancos e o nicho.

No CCB, temos um varandim para espreitar, umas escadas, a entrada, oferecendo o terraço como um culminar – e o muro do terraço. Na galeria, ao longo da rua Bartolomeu Dias, também temos o murete mas apenas quando chegamos ao remate desse espaço. Tudo é público. O Pátio B do Chiado oferece um banco, as escadas de acesso. O pátio A, uma reentrância para fumar, no corredor de acesso, ou as escadas, eventualmente. No pátio Bagatela, pontualmente, encontramos o banco, podemos ficar por baixo da galeria ou nas pequenas escadas.

No Saldanha Residence, temos os bancos, as escadas, não há sombra, o espaço alarga-se, com o muro em cima. Na OE, as escadas. No pavilhão de Portugal, o banco e os nichos. No Quarteirão Oriente, os bancos. No Picoas Plaza, a galeria. No Alcântara-Rio, diversos objetos e um pouco de sombra, no meio.

A estratégia para a estereotomia do pavimento é também uma modo de integrar – usando o pavimento urbano mais comum – a pedra calcetada – que poderá aparecer misturada com lajes de pedra maiores, ou apenas chapas de pedra.

O pavimento e o seu contraste oferece diferentes significados ao espaço e poderá, inclusivamente, constituir uma valorização artística.

IV. VITALIDADE

O objetivo deste capítulo é descrever, discutir e explicar os aspetos que caracterizam a vitalidade dos espaços de transição, a partir dos dados recolhidos na observação direta de cada um dos casos de estudo.

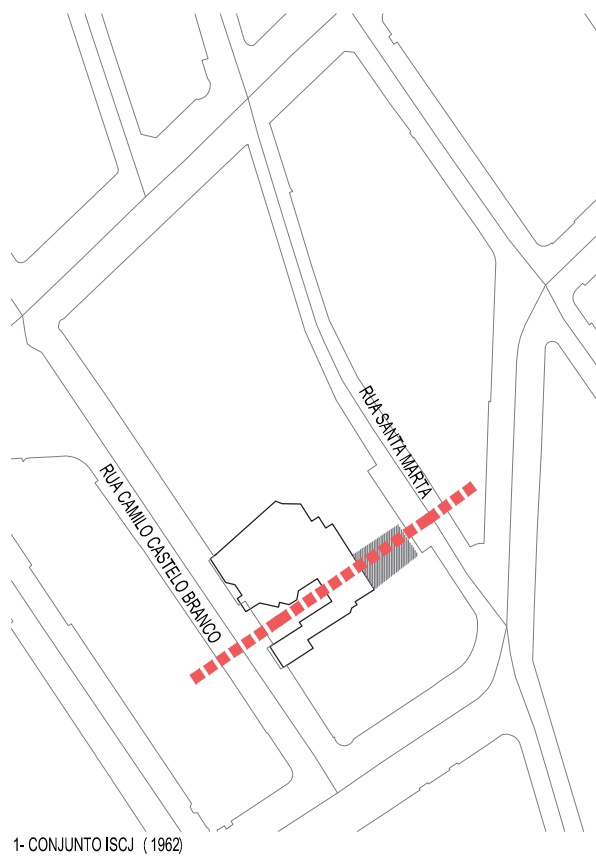
IV.1 Vitalidade e perímetro de observação

De modo a estabelecer o grau de vitalidade dos espaços em questão, definimos que a sua quantificação é a combinação entre o número médio de peões que entra no espaço de transição, o número médio de indivíduos que permanece e o número de atividades diferentes realizadas por quem se mantém no espaço durante um dado período de tempo (ver anexo III, tabela 7). Sobre o número de atividades, optou-se por um critério mais lato, considerando todas aquelas que ocorreram e que foram observadas, respetivamente em cada caso de estudo, nos intervalos de tempo considerados.

Para avaliar a vitalidade dos casos de estudo fizemos uma observação direta em cada um. Realizámos contagens, fotografias e um diário de observações ¹, métodos de recolha usados nos estudos de vida pública ² (Gehl, Svarre, 2013: 81-121). Obtivemos assim, dados sobre o número de peões que passa na envolvente, o número de pessoas que entra no espaço de transição de cada edifício, quarteirão ou conjunto, e também o número de pessoas que permanece no espaço durante um período de tempo e as atividades às quais se dedica.

1 Ver fichas base no Anexo III

2 Em Inglês é usado o termo Public Life. Jan Gehl e Ingrid Gehl usaram o método da reportagem fotográfica para estudar espaço público em cidades Italianas e Dinamarquesas em 1965-66; William H. Whyte também usou a fotografia em sistema Time-lapse para estudar a vida de rua em Nova York, 1971-1980; O método de contagem foi usado para estudar o papel das fachadas activas ou passivas, publicado no artigo "Close Encounters with buildings" Arkitekten 9/2004. Fonte: (Gehl, Svarre, 2013)



LINHA DE CONTAGEM DE PEÕES (ENVOLVENTE)

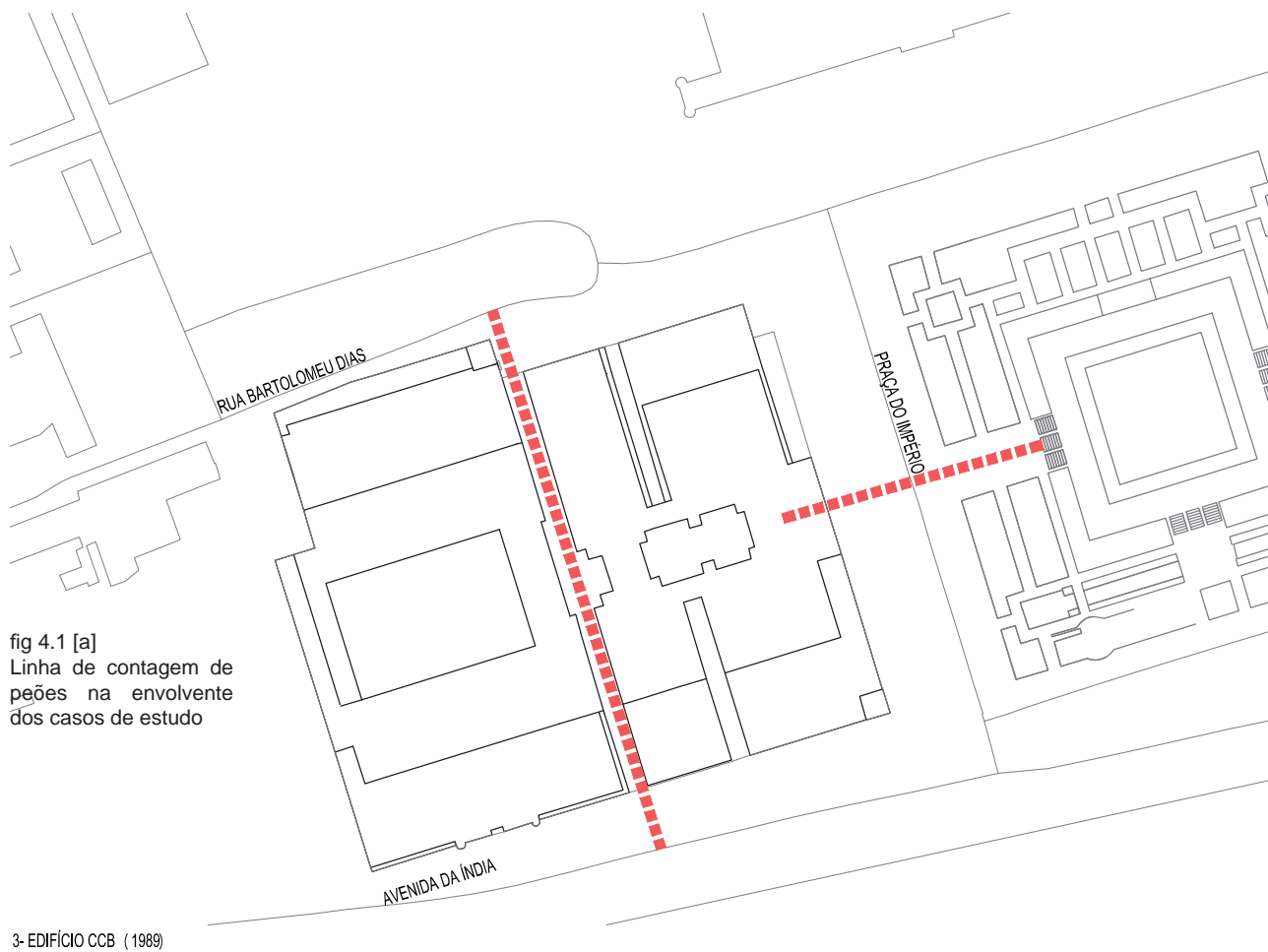
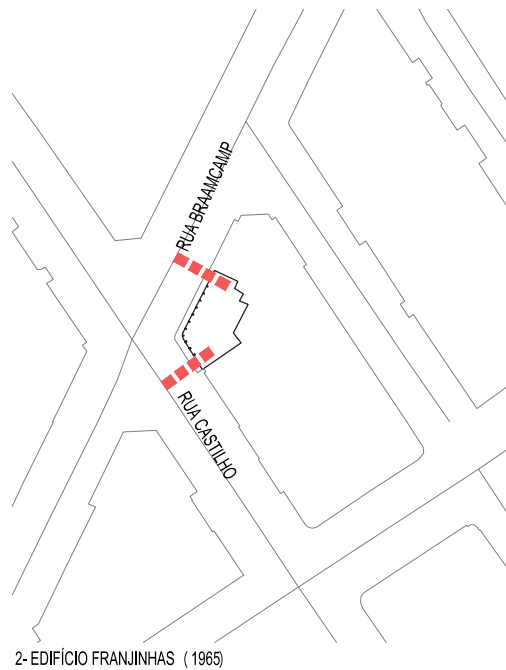


fig 4.1 [a]
Linha de contagem de
peões na envolvente
dos casos de estudo

Os períodos de observação sistemática ocorreram em dias de semana, focando a análise na vida urbana quotidiana ³. O resultado das observações está patente nas tabelas 1-20 e nos desenhos 1-9 no anexo III.

Foi definido um intervalo de dez minutos para as contagens. A contagem de dez minutos por hora é um método usado para construir uma ideia do ritmo quotidiano num determinado espaço público (Gehl, Svarre, 2013: 25). Segundo estes autores, está demonstrado que a ‘vida na cidade’ é bastante rítmica e uniforme, existindo semelhança entre o ritmo de um dia e o ritmo do dia seguinte. Também nos certificámos que o intervalo de dez minutos seria adequado nestes casos. Nesse intervalo, é possível percorrer cada um dos espaços de transição e dar a volta ao quarteirão na sua envolvente. Os intervalos de dez minutos cumprem esse objetivo em todos os casos. A contagem de peões foi realizada, sempre que possível, por duas pessoas, de modo a observar, em simultâneo, entradas ou acessos opostos e ruas confinantes.

O posicionamento no espaço foi definido em cada caso de modo a fazer uma observação que controlasse de maneira precisa quem passa e quem entra no espaço de transição. No caso de edifícios ou conjuntos em que existem mais do que dois acessos que não podem ser observados ao mesmo tempo que é observada a envolvente, optámos por fazer contagens sequenciais, entre as quais há uma mudança de posição no espaço para poder englobar os dados da envolvente de modo aproximado. Foi o caso dos conjuntos Saldanha Residence e Alcântara – Rio III, do quarteirão Pátio B e do edifício CCB. Em todos os casos, definiu-se uma linha invisível, um umbral que define o lugar para a contagem de pessoas na rua ou espaço envolvente dos edifícios (ver fig. 4.1).

No que se refere à definição da área da envolvente, o objetivo foi abarcar uma área que abrangesse o fluxo do movimento de pessoas em ambos os passeios, o que foi possível nos três casos localizados na zona do Chiado, do ISCJ, do Picoas Plaza, do Pátio Baga-tela, e do quarteirão Oriente. Nestes casos, os limites do espaço público envolvente são claramente definidos por edifícios, não existindo outros obstáculos que afastem, quem os percorre, do caso de estudo. A sua dimensão permite que seja possível controlar o movimento e a entrada no espaço de transição. Contudo, nos restantes casos, foi necessário fazer adaptações ⁴.

No edifício Franjinhas, a definição do perímetro da envolvente teve em consideração a existência de uma faixa ajardinada na Rua Braamcamp e a dimensão das faixas de rodagem, que consideramos serem uma barreira relevante por separar a rua em duas partes ⁵. Assim fez-se a contagem das pessoas que passam apenas no lado do passeio

3 Todos os casos de estudo têm vivências diferentes ao fim de semana. O período noturno não foi contemplado.

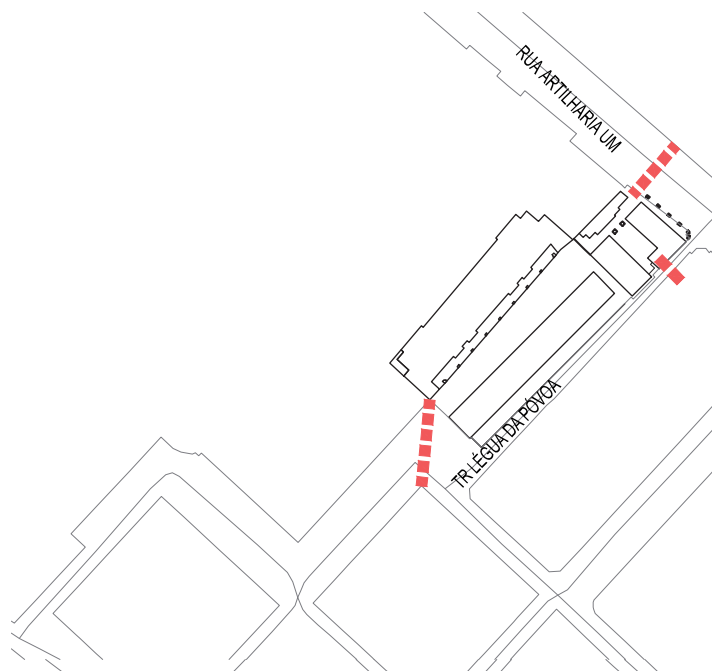
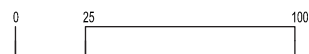
4 A definição da área envolvente nos casos em que este limite tem de ser definido a partir de outros critérios que não outros edifícios terá influência na medição do movimento de peões exterior ao espaço de transição. Isto é, maior ou menor área de contagem influenciaram a leitura do movimento de peões.

5 No caso do edifício Franjinhas, se a área envolvente for alargada, a comparação entre o movimento de peões no exterior e no interior do espaço de transição altera-se. A diferença entre o movimento na envolvente e no espaço de transição aumenta. Contudo, entendemos que os critérios definidos a partir de obstáculos que afastam quem circula na rua fazem sentido quando observamos o modo como peões fazem os seus percursos em redor do edifício.

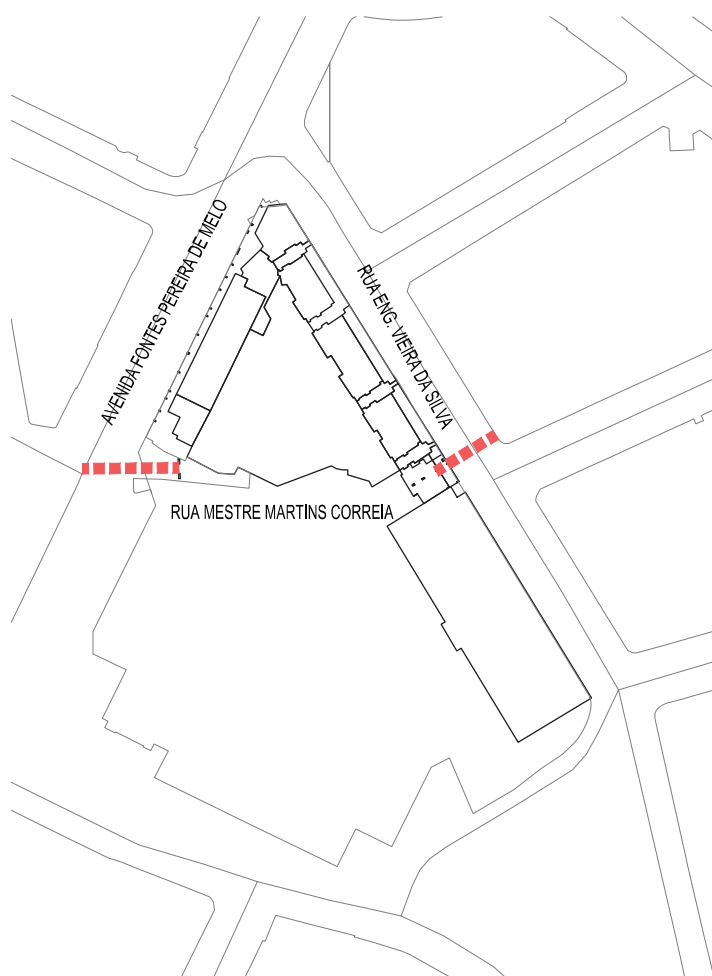


fig 4.1 [b]
Linha de contagem de
peões na envolvente
dos casos de estudo

LINHA DE CONTAGEM DE PEÕES (ENVOLVENTE)



5- PÁTIO BAGATELA (1991)



junto ao edifício. No caso dos conjuntos Alcântara-Rio e Saldanha Residence, consideramos que em relação a uma das vias limites – Rua de Cascais (no prolongamento da Avenida de Ceuta) e Avenida Fontes Pereira de Melo, respetivamente – a largura da faixa de rodagem da via é um obstáculo relevante, pelo que as contagens nas entradas junto a essas ruas apenas ocorreram junto ao edifício. No lado oposto, na Rua da Cozinha Económica e Rua Engenheiro Vieira da Silva, respetivamente, observamos o movimento de pessoas em ambos os passeios.

No caso do edifício sede da OE, a existência de um muro de contenção do túnel no meio da via, na Avenida António Augusto Aguiar, foi considerado como uma separação clara em relação aos dois lados da rua. Nos edifícios do CCB e do Pavilhão de Portugal, tendo em conta a extensão espacial na sua envolvente, foi necessário definir um perímetro de observação que tem especificidades em mais do que um quadrante. No CCB, entendemos ser a linha férrea a sul como o limite natural da Av. da Índia. Em frente à Praça do Império, estendeu-se o limite de observação até às escadas que definem a mudança de cota da praça. Na Rua Bartolomeu Dias, observou-se a envolvente em ambos os lados do passeio. No Pavilhão de Portugal o limite de observação a poente é definido pela zona central da Alameda dos Oceanos e a nascente pelo Cais Português. O limite sul é marcado pelo alinhamento do pórtico que sustenta a praça coberta e o Largo Bartolomeu Dias e o limite norte pelo Rossio dos Olivais.

Foram realizadas contagens, nos casos de estudo, em três períodos diurnos, cada um com uma duração de três horas: o período da manhã, entre as 10:00 h e as 11:59 h, o período da hora do almoço entre as 12:00 h e as 14:59 h, o período da tarde entre as 15:00 h e as 17:59 h, sempre em dias de semana ⁶.

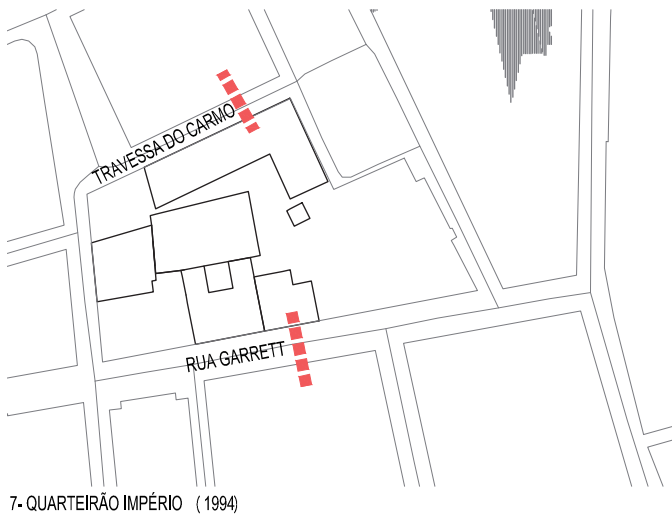
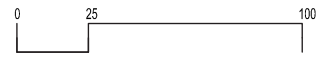
IV.2 Movimento pedonal

IV.2.1 Espaço de transição e envolvente

Em todos os casos de estudo, pudemos observar indivíduos que entram e acedem ao espaço de transição e aos usos instalados nos edifícios e/ou que apenas os atravessam, gerando movimento de peões. A partir do valor médio de entradas de indivíduos em cada espaço de transição, estabelecemos uma hierarquia quanto ao movimento de peões nos casos de estudo (ver tabela 1, anexo III). Destes, destacamos o conjunto ISCJ e o edifício Sede da OE, como as situações onde há menos pessoas em movimento. Esta observação é válida para a média de peões que passa em ambos os casos, menos de dez peões em dez minutos, e entre vinte e trinta peões por hora ⁷, respetivamente. Ambos os casos apresentam o menor fluxo de movimento entre as 10:00 h e as 18:00 h, entre as 180 pessoas no conjunto ISCJ e 330 no edifício OE (ver tabela 2). Também registamos que o movimento pedonal nos quarteirões onde estes edifícios estão integrados é igualmente escasso, quando comparado com os restantes casos. Em

6 No âmbito de estudos sobre a vida pública realizados em praças e rua comerciais em diferentes cidades, Jan Gehl e Gehl Architects definiram um intervalo para o dia de semana entre as 10-18 horas e para a noite entre as 18 - 22 horas (Gehl, Svarre, 2013: 144-145).

7 Estimamos o número de peões por hora a partir das contagens de 10 minutos, em cada hora.



LINHA DE CONTAGEM DE PEÕES (ENVOLVENTE)

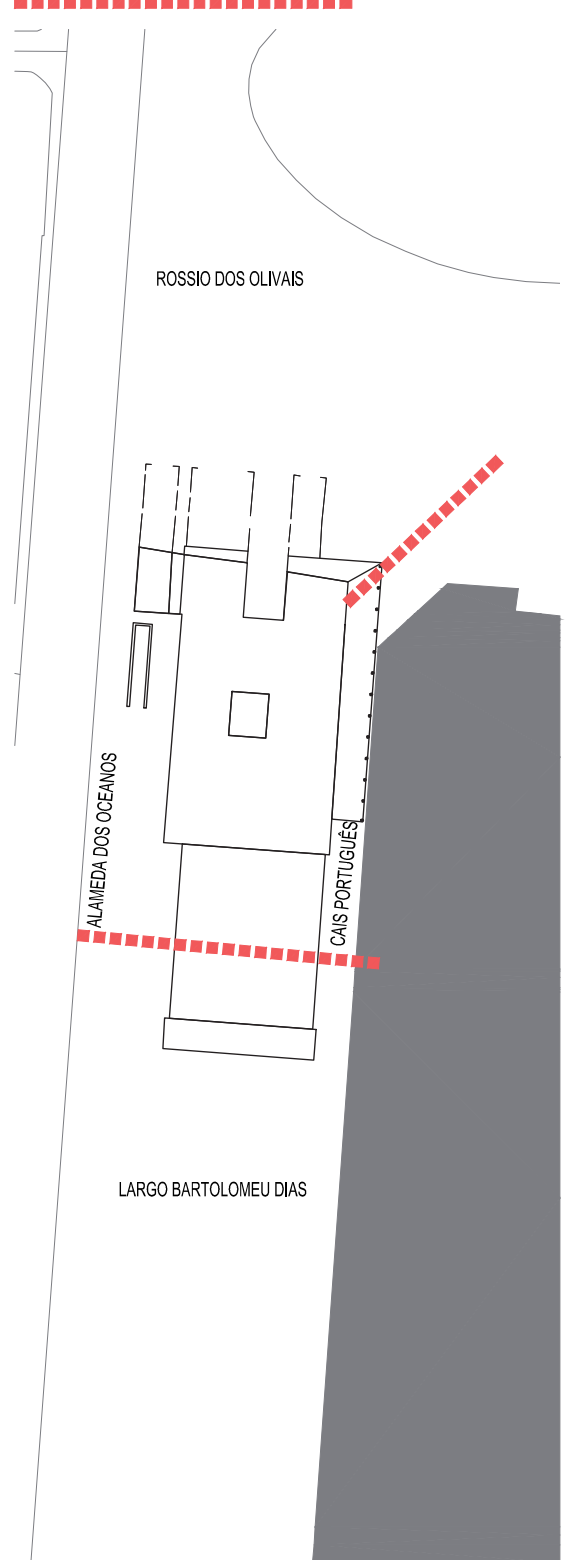
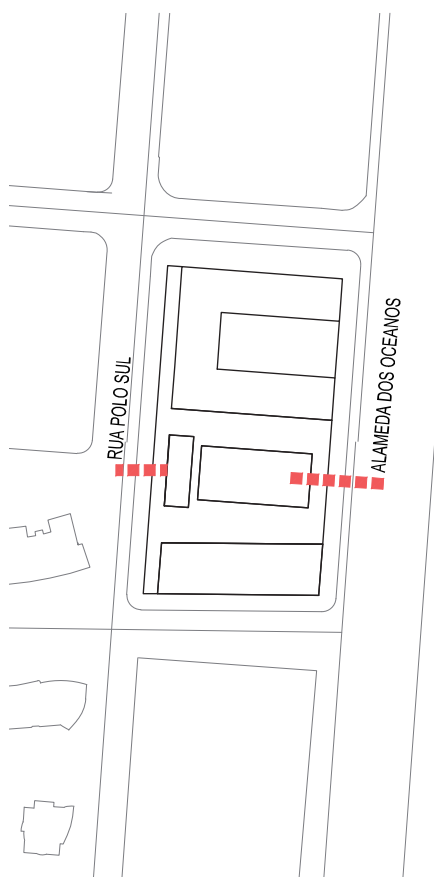
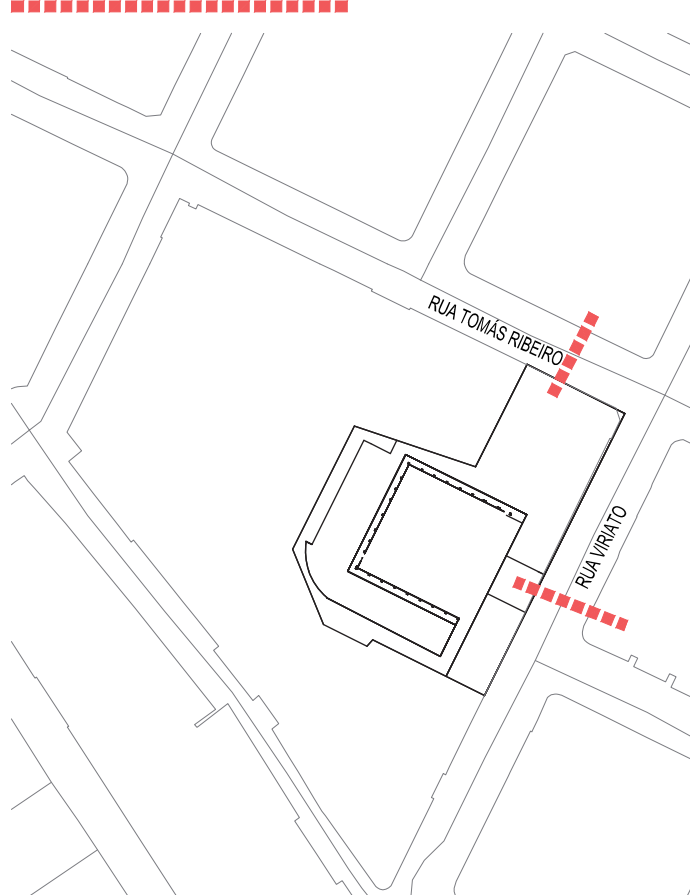


fig 4.1 [c]
Linha de contagem de
peões na envolvente
dos casos de estudo

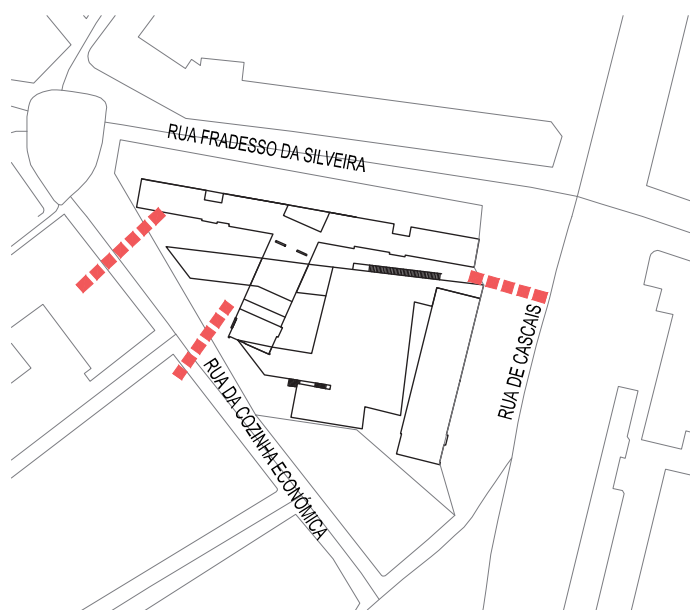


10- QUARTEIRÃO ORIENTE (1996)

LINHA DE CONTAGEM DE PEÕES (ENVOLVENTE)



11- PICOAS PLAZA (1997)



12- ALCANTARA-RIO (2001)

fig 4.1 [d]
Linha de contagem de
peões na envolvente
dos casos de estudo

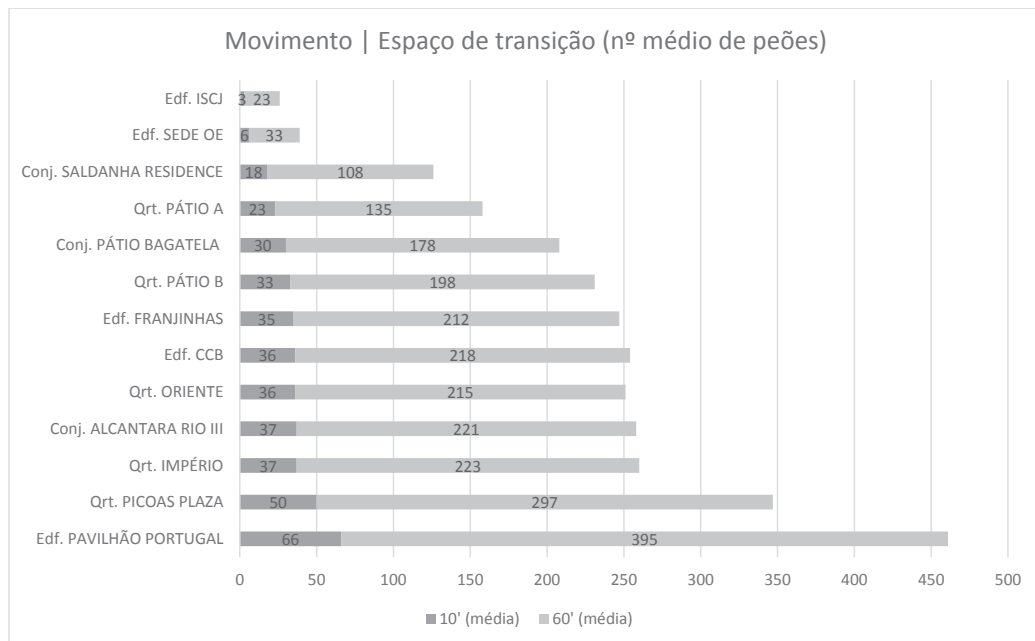


Tabela 1

fig.4.2

MOVIMENTO

PEDONAL

Pátio B

[a] passagem Rua do Carmo

[b] escadas de acesso aos Terraços do Carmo

[c] vista do pátio

[d] escadas de acesso aos Terraços do Carmo



a



b



c



d

ambos os casos, não existe nenhum uso comercial ⁸ no espaço de transição.

Como contraponto, o edifício Pavilhão de Portugal e o quarteirão Picoas Plaza são aqueles onde se verifica em média maior passagem/entrada de indivíduos num intervalo de contagem, entre os cinquenta e os setenta indivíduos (ver tabela 1). As zonas envolventes nestes dois casos diferem no fluxo de peões (ver tabela 3). No Pavilhão, a implantação e o modo como o espaço de transição se funde com o espaço público estabelecendo uma enorme continuidade permite que este seja usado sem qualquer restrição. No caso do Picoas Plaza é um lugar com grande capacidade para receber quem queira permanecer, além de constituir uma combinação entre equipamentos públicos e zona de restaurantes que é muito atrativa. Contudo, se observarmos o número máximo de passagem de peões, o quarteirão Oriente, destaca-se no período da hora do almoço, registando um fluxo de movimento elevado, que ultrapassa as cem pessoas num intervalo de dez minutos (ver tabela 18). Este fluxo deve-se principalmente à concentração de restaurantes no interior da praça, e apenas foi observado durante um curto período de tempo ao longo do dia.

Também averiguámos a proporção entre o montante de indivíduos que passam no espaço público envolvente a cada um dos casos e os que entram ou atravessam o espaço de transição em estudo. Deste modo, foi possível comparar o movimento presente nos espaços de transição, evidenciando a sua relação com o movimento pedonal no espaço público envolvente. De maneira proporcional, pudemos comparar os casos de estudo, situados em zonas com movimentos pedonais bastante diferenciados (ver tabela 3).

Distinguimos quatro grupos de casos que se assemelham na proporção de peões em movimento nos espaços de transição e dois casos que se destacam por não se agruparem.

No primeiro conjunto o movimento pedonal representa no máximo seis por cento, e coincide com os três casos localizados na zona histórica de Lisboa, o Chiado. No segundo conjunto, que está localizado na zona central da cidade, os atravessamentos não ultrapassam os treze por cento. O terceiro e o quarto conjunto de casos estão localizados em diferentes zonas da cidade. A passagem de indivíduos situa-se perto dos vinte cinco por cento no terceiro conjunto em quarenta por cento, no quarto conjunto de casos de estudo. Dois casos destacam-se dos grupos: o edifício Franjinhãs e o edifício Pavilhão de Portugal. O primeiro atrai cerca de trinta e três por cento de peões, o segundo cinquenta e três em relação à envolvente.

IV.2.2 Contraste entre espaço de transição e espaço público

Pátio B, Pátio A e Império

A zona do Chiado é, em relação a todas as outras zonas estudadas, aquela que se destaca quanto ao número de peões. Só na Rua Garrett pudemos observar a passagem de 946 indivíduos num intervalo de dez minutos, enquanto nas duas avenidas que limitam

8 No caso do conjunto da ISCJ, voltou a abrir o espaço de cafetaria- restaurante. Contudo, a nossa recolha de dados não inclui este uso, por lhe ser já posterior. Contudo, pudemos observar em visitas posteriores que o movimento de peões aumentou de maneira evidente.

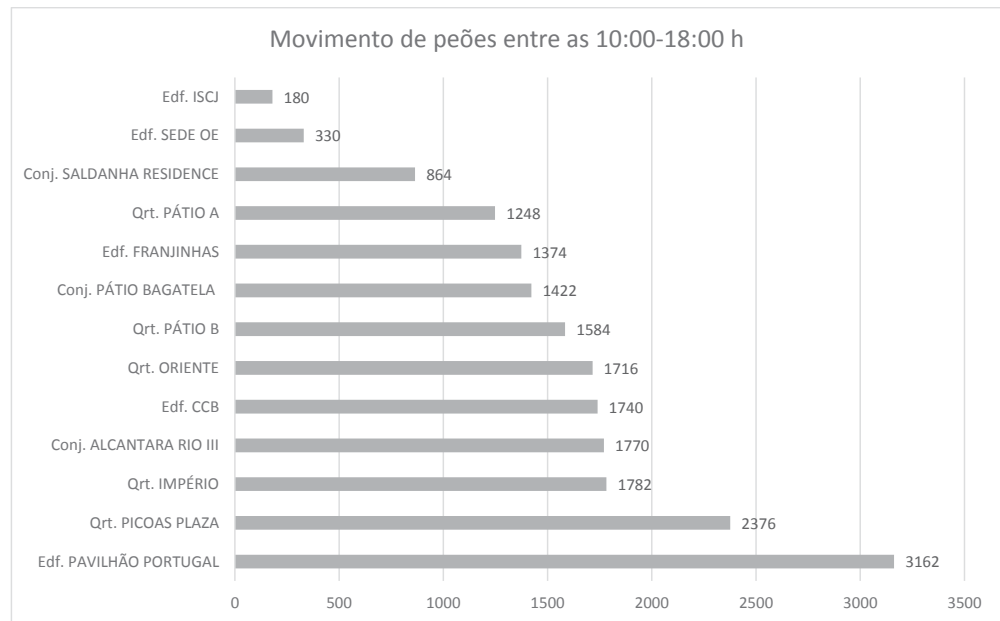


Tabela 2

fig.4.3
MOVIMENTO
PEDONAL
Pátio A

[a] acesso à Rua Ivens desde o Pátio está encerrado ao público, só funciona para residentes

[b] escadas de ligação entre plataformas

[c] passagem Calçada nova de S. Francisco



a



b



c

o espaço de atravessamento do edifício sede da OE, no mesmo período do dia ⁹ passaram apenas 73 pessoas. Contudo, nos casos de estudo situados no Chiado, os quarteirões Pátio B, Império e Pátio A registam um fluxo de peões escasso quando comparado com o movimento circundante. Apenas uma percentagem baixa, em média inferior a dez por cento, usa estes espaços como parte de seu percurso (ver tabela 3). Mas se compararmos o número absoluto de indivíduos que entra nestes três quarteirões com os restantes casos de estudo, verificamos que as entradas se enquadram num grupo intermédio, isto é, estes quarteirões não registam nem o menor, nem o maior fluxo de indivíduos. Entre os três casos, o Pátio A regista o menor movimento durante um dia ¹⁰, cerca de 1248 pessoas, seguido do Pátio B, com cerca de 1584 pessoas e com o maior fluxo o quarteirão Império, com cerca de 1782 indivíduos.

Este facto pode demonstrar que o movimento pedonal no tecido urbano envolvente poderá não ser suficiente para gerar movimento no espaço de transição num edifício com as características destes casos de estudo.

No caso do Pátio B, no Chiado, fizemos a contagem na entrada da Rua Garrett e no acesso à Rua do Carmo em simultâneo e, posteriormente, nos Terraços do Carmo ¹¹ na zona de acesso às escadas que ligam o interior do pátio a esta plataforma. Nos terraços, estabelecemos uma linha de contagem a eixo das escadas, observando o movimento de peões entre quem chega através do elevador de Santa Justa e quem chega através do Largo do Carmo (ver fig.4.1).

Nesta zona da cidade, e tendo em conta o modo como as pessoas circulam na rua, indo facilmente de um passeio para o oposto, mesmo existindo circulação automóvel, a observação e a contagem do número de pessoas que passam na envolvente abrangeu sempre os dois lados da rua e a via de rodagem, por se entender que fazem parte do mesmo fluxo. Este critério também foi usado nos outros casos localizados na mesma zona da cidade, no Chiado.

Aquilo que observamos foi um parco atravessamento de pessoas através do Pátio B, em média cerca de três por cento do número de pessoas que circula nas ruas circundantes. Embora tenhamos observado pessoas no interior do pátio durante a hora de almoço, houve contagens em que a esplanada se manteve sempre vazia ¹², ninguém se sentou a almoçar, nem no banco corrido que existe. Ainda assim, verificamos que o fluxo de pessoas que se dirige ao ginásio com entrada no patim intermédio das escadas que ligam à Rua do Carmo tem alguma relevância na passagem pelo pátio. A finalização do acesso aos Terraços do Carmo veio dar um novo sentido ao pátio, facilitando a sua

9 Contagem realizada num dia de semana no período entre as 13:15 h e as 13:25 h na Rua Garrett e no conjunto das Avenidas Sidónio Pais e António Augusto Aguiar.

10 Avaliado entre as 10:00 h e as 18:00 h.

11 A conclusão do acesso do Pátio B à plataforma que une ao Largo do Carmo e topo do elevador de Santa Justa ocorreu em Junho de 2015. Estava previsto desde a proposta inicial. Contudo, sofreu alterações, tendo em conta as descobertas nas escavações arqueológicas que ocorreram em redor do Convento do Carmo.

12 Contagem feita durante o inverno mas num dia com muito boas condições climáticas. No Pátio A havia indivíduos nas esplanadas.



a



b



c



d



e



f

fig.4.4
MOVIMENTO
PEDONAL
Quartirão Império
[a] acesso desde a Rua
Garrett
[b] acesso desde a Rua
Garrett
[c] acesso ao Parque de
estacionameto
[d] chegada das esca-
das
[e] escadas
[f] entrada desde a Rua
Garrett

descoberta por quem visita ou passa nos terraços, agarrando este espaço de transição à topografia e a diferentes tempos de construção da cidade.

Num cruzamento espacial surpreendente, por revelar o tardo dos edifícios, a porta lateral do Convento do Carmo e novas perspectivas e vistas da cidade, este espaço é atravessado, naquilo que podemos observar, predominantemente por turistas e no período da hora de almoço (ver fig. 4.2). Registamos também grupos de colegas de trabalho que usam esta ligação entre a cota alta e a cota intermédia do pátio como atalho. É através deste acesso que entra a maior parte dos peões que atravessam o Pátio B, vinte e oito, o máximo registado num intervalo de contagem, em que o número total de indivíduos que o atravessou foi cerca de quarenta e um ¹³ (ver tabela 12). O percurso mais usado é o que liga os Terraços do Carmo e a Passagem da Rua do Carmo. Estimamos que numa hora passem em média 198 indivíduos através do espaço de transição.

No Pátio A, embora o projeto geral proponha a existência de três acessos ¹⁴ de carácter público ao interior do quarteirão observamos, ao longo desta investigação, que estes nem sempre funcionaram em simultâneo (ver fig. 4.3). Atualmente estão abertas ao público duas entradas que permitem o acesso público ao interior do pátio, através da Rua Garrett e da Calçada Nova de São Francisco. Fizemos as contagens nestes dois acessos. O pátio encontra-se parcialmente ocupado com mobiliário de esplanadas, em ambas as plataformas, uma transformação que ocorreu ao longo dos últimos anos, restando pouco espaço para imprevisto ou deambulação.

Esta ocupação interfere e causa dificuldade em descobrir o percurso através das escadas que ligam a plataforma superior do pátio e a plataforma inferior à cota da entrada da Calçada nova de São Francisco. Na cota superior, a ocupação tão extensa do pátio retira espaço de aproximação ao muro, dificultando a possibilidade de espreitar e de descobrir o percurso até à plataforma inferior. Na cota inferior, o mobiliário constitui-se como uma forma de obstrução ao caminho, retirando evidência ao percurso de carácter público.

Ainda assim, no sentido ascendente, poderá estar mais facilitada a possibilidade de descobrir esta ligação com a plataforma superior do pátio, pelo facto de existirem dois espaços comerciais abertos nesta passagem que poderão ser um convite para entrar. Contudo, durante as contagens, um número muito pequeno de indivíduos, três, no máximo ¹⁵, entrou para aceder às lojas na entrada e destes apenas registámos o atravessamento de dois até à cota superior. A maior parte das contagens registaram zero entradas por este acesso. Desde o acesso da Rua Garrett, pudemos observar peões que se

13 Além das 28 pessoas que entraram pelos terraços, entraram 6 pela Rua Garrett e 7 pela Rua do Carmo.

14 O Pátio A tem três entradas que permitem o acesso ao espaço no interior do quarteirão: desde a Rua Ivens, desde a Rua Garrett e desde a Calçada Nova de São Francisco. No início desta investigação, em 2010, estavam a uso a entrada da Rua Garrett e da Rua Ivens. O acesso pela Calçada nova de São Francisco estava encerrado. Atualmente, 2015, o acesso pela Rua Ivens está vedado ao público em geral e estão em funcionamentos os outros dois.

15 Na contagem no período entre as 10:45 h e as 10:55 h, entraram três pessoas (ver tabela 11).

fig.4.5

MOVIMENTO
PEDONAL
ISCJ

[a] acesso ao adro pela
rampa

[b] saída pela Rua Ca-
milo Castelo Branco

[c] entrada pela Rua
Camilo Castelo Branco

[d] pátio, escada

[e] acesso pela Rua de
Santa Marta



b



a



c



d, e (em baixo)

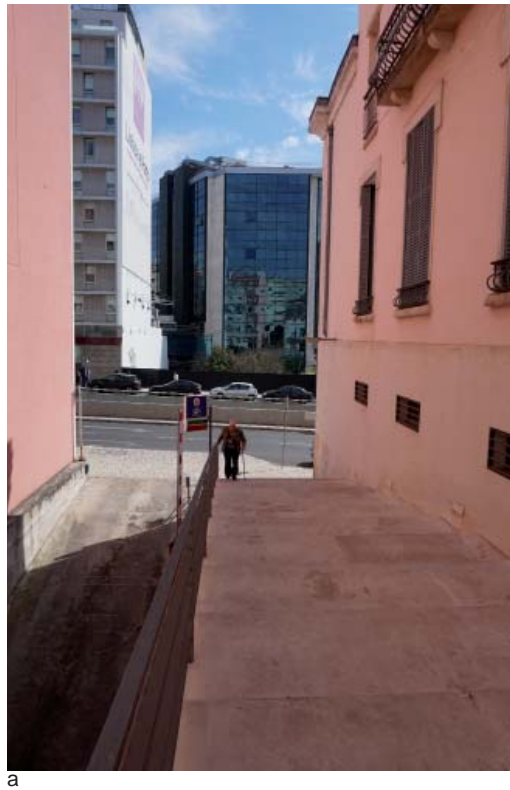


dirigiram ao edifício de escritórios, através da porta principal situada na passagem que leva ao pátio e às esplanadas e algumas pessoas que entram apenas para ver o que há no interior e voltam a sair. O que observamos neste caso é que o número de pessoas que permanece nas esplanadas é, com exceção do período da manhã, sempre superior ao número de pessoas que entra no espaço. Este facto revela que este é um lugar para paragem ou de permanência e menos de passagem. Embora tenha sido pensado como um lugar de atravessamento entre as diferentes cotas que articula, este pátio é, neste momento, pouco usado desse modo. Estimamos que em média entrem 135 pessoas por hora, num total de 1248 por dia.

No quarteirão Império, fizemos a observação a partir das duas entradas principais, na Rua Garrett e na Travessa do Carmo, por se relacionarem diretamente com o espaço público. Porém, foi imprescindível prestar atenção ao acesso desde o parque de estacionamento. O número de pessoas que chegam a partir de ‘dentro’, comparando com o número de pessoas que chegam a partir de ‘fora’, pelas entradas já referidas, permite concluir que a existência de um acesso desde o estacionamento é relevante no movimento de pessoas gerado no espaço de transição (ver tabela 15) (ver fig 4.4 [c]). Esta importância também é reforçada pelo facto de ter sido observado um movimento consistente desde a Rua Garrett, em direção ao estacionamento, e desde a Travessa do Carmo em direção ao elevador (que permite o acesso ao estacionamento). Se compararmos com os outros casos com entrada nesta rua, o Pátio B e o Pátio A, a entrada neste quarteirão desde a Rua Garrett é de maior dimensão e o espaço de transição é mais visível desde a rua, permitindo vislumbrar comércio e um café/bar e o início das escadas. Neste átrio pudemos observar, noutras visitas, eventos musicais, que normalmente acontecem no espaço público, protagonizado por ‘artistas de rua’, que geram o efeito de atracção, ou de triangulação como refere Whyte (1980). Este facto evidencia a permeabilidade deste lugar com o espaço público. A existência do parque de estacionamento e de outros espaços comerciais, entre eles um supermercado, são fatores de atracção relevantes. Existe uma esplanada na plataforma superior e mesas e cadeiras no espaço de passagem até ao interior do quarteirão desde a Rua Garrett. Embora tenhamos observado pessoas em ambas as esplanadas, quando comparamos com o número de peões que entram no quarteirão, em média 223 por hora, cerca de 1782 por dia, podemos dizer que este é predominantemente um lugar de passagem. Contudo, este facto poderá alterar-se pela instalação recente de mais mobiliário mesmo na zona de entrada na Rua Garrett.

Globalmente estes três casos geram pouca atracção pedonal em relação ao espaço público circundante. No entanto, quando comparamos todos os casos de estudo, o movimento gerado no interior do espaço de transição do Pátio B e Império encontra-se dentro da média dos casos, sendo o movimento do Pátio A ligeiramente inferior (ver tabela 2). O movimento pedonal, gerado por quem usa os quarteirões Império e Pátio B como atravessamento entre ruas, é superior ao movimento observado no Pátio A, também porque este já não oferece essa possibilidade de modo evidente. Neste caso, a maior atracção são as esplanadas e os restaurantes e, portanto, a presença de pessoas aí. A

fig.4.6
MOVIMENTO
PEDONAL
Edifício sede da OE
[a] acesso pela Av. An-
tônio Augusto Aguiar
[b] saída pela Av. Sidó-
nio Pais
[d] vista do acesso à Av.
Antônio Augusto Aguiar



a

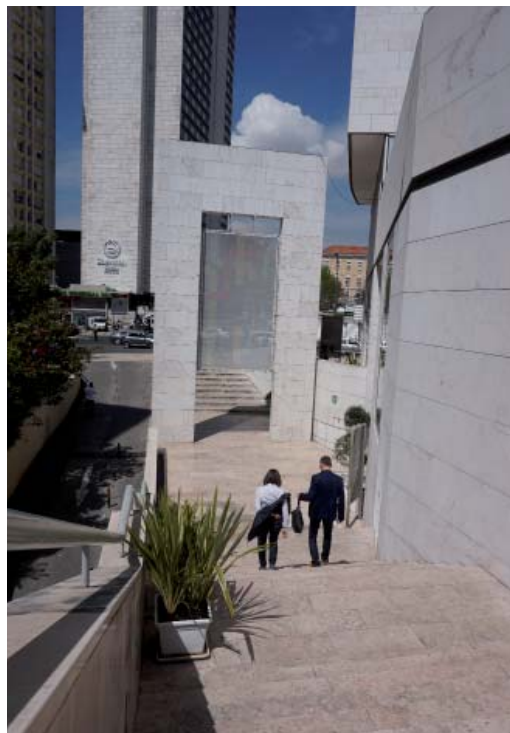


b



c

fig.4.7
MOVIMENTO
PEDONAL
Saldanha Residence
[a] escada, vista para a
Av. Fontes Pereira de
Melo
[b] acesso ao centro co-
mercial na cota alta
[c] acesso ao Mercado
31 de Janeiro
[d] escada, vista para a
Av. Fontes Pereira de
Melo (sequência da fi-
gura a)



a



b



c



d

mistura de usos no interior do quarteirão Império, aliada a uma boa visibilidade desde a Rua Garrett, é um contributo para gerar maior fluxo neste quarteirão. No Pátio B, a relação com o espaço dos Terraços dos Carmo contribui para a integração do espaço na envolvente, reforçando a existência do percurso de ligação entre o convento e a baixa.

IV.2.3 Escasso movimento no espaço de transição

ISCJ, sede da OE, Saldanha Residence

Com uma percentagem de entradas, em relação à envolvente, ligeiramente superior aos quarteirões do Chiado, os casos situados na zona central da cidade – o conjunto Igreja do Sagrado Coração de Jesus, o edifício sede da OE e o conjunto Saldanha Residence – apresentam globalmente o menor número de peões em movimento (ver tabela 2 e 3). No caso do conjunto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, a observação do movimento de peões que atravessa o espaço fez-se a partir da entrada na Rua Camilo Castelo Branco, controlando também quem acedeu através da rampa, e na entrada pela Rua de Santa Marta. No âmbito das contagens realizadas, pudemos constatar que o movimento na envolvente é muito semelhante em ambas as ruas do quarteirão. Contudo, no período da hora do almoço, na Rua de Santa Marta aumenta o número de peões. Todavia, o maior fluxo de pessoas acede a este espaço de transição a partir das entradas situadas na Rua Camilo Castelo Branco. Os horários de missa ¹⁶ também têm relevância no acréscimo de movimento a quem acede desde esta rua, principalmente durante a hora do almoço. Tendo em conta que este espaço não tem usos comerciais associados, pudemos constatar que, embora o número de pessoas que o atravessa seja baixo em relação aos outros casos de estudo, este espaço é efetivamente usado como atravessamento entre as duas ruas, o que também acontece no caso do edifício sede da Ordem dos Engenheiros. Neste edifício, colocámo-nos em cada uma das frentes do espaço de transição de modo a observar quem o atravessa, e contámos as pessoas que passam em ambas as ruas que definem o quarteirão, Av. Sidónio Pais e Av. António Augusto de Aguiar. Este é o único espaço de transição que não permite atualmente o acesso a nenhum uso específico ¹⁷, apenas o atravessamento.

Pela análise realizada, o número de pessoas que atravessa o quarteirão através deste espaço mantém-se constante ao longo das contagens efetuadas. Contudo, o movimento nas duas ruas que limitam o edifício apresenta alguma variação no número de pessoas que passa. Essa variação acontece de maneira semelhante em ambas as ruas. As variações verificadas quanto à percentagem de pessoas em movimento através do espaço de transição acontecem por via da diminuição de pessoas na envolvente, já que o número de pessoas que usa este espaço é em média de 33 por hora, 330 peões num dia (ver tabela 16). Tal como já havia sido referido, o conjunto ISCJ e o edifício sede da OE são os casos que, em média, registam menor número de peões em movimento. Embora no conjunto Saldanha Residence tenhamos observado mais movimento do que

16 A missa das 12:35 h é a que tem maior afluência de pessoas durante os dias de semana.

17 Existe uma saída de emergência para este espaço. Uma sala/ auditório também se relaciona diretamente com este espaço. Contudo a entrada no edifício sede da OE faz-se pela Av. António Augusto de Aguiar.

fig.4.8

MOVIMENTO
PEDONAL
CCB

- [a] pátio poente
- [b] sequencia de fotos
pátio nascente
- [c] cruzamento entre
pátio poente e ligação
por rampas norte-sul
- [d] rampa vista sul



a



b



c



d

fig.4.9

MOVIMENTO
PEDONAL
Q. Oriente

- [a] vista do espaço cen-
tral
- [b] acesso desde a pas-
sagem a poente



a



b

nos casos anteriores, o caminho pedonal que é uma rua – Rua Mestre Martins Correia – que une as duas frentes do quarteirão regista, em média, em relação ao espaço público envolvente, uma percentagem de movimento de peões semelhante ao conjunto ISCJ e ao edifício sede da OE. Neste caso, estudámos o movimento ao longo do caminho pedonal que une o desnível existente entre a Avenida Fontes Pereira de Melo e a Rua Engenheiro Viera da Silva. Ambos os acessos à rua pedonal são antecidos por entradas para o centro comercial e, na cota superior, também por uma entrada para o Mercado 31 de Janeiro (ver fig. 4.7). Pelo que pudemos observar, o centro comercial gera um uso determinante no quarteirão. Em média, mais de cinquenta por cento dos peões que passam no passeio sul da Avenida Fontes Pereira de Melo entram no centro comercial, e apenas uma percentagem mais pequena, cerca de treze por cento, usa a rua pedonal. Pelo que pudemos observar, o espaço de transição é usado como atravessamento entre as frentes de quarteirão. No caso do conjunto ISCJ, as horas de missa, rituais religiosos/fúnebres, eventos no auditório, e acesso a instituição social em horário específico alteram o fluxo de peões neste espaço.

IV.2.4 O espaço central

CCB, Picoas Plaza, Oriente

Embora localizados em zonas da cidade com diferentes características, o edifício CCB, o quarteirão Picoas Plaza e o quarteirão Oriente têm semelhanças quanto à influência que exercem no espaço público envolvente, recebendo cerca de vinte cinco por cento do seu movimento pedonal.

No edifício do CCB, existem seis possibilidades de aceder ou de entrar diretamente nos diversos espaços do edifício. No entanto, focámo-nos nos acessos que relacionam o espaço central do edifício de modo direto com a envolvente do edifício e também na galeria situada a norte do edifício. Fizemos a observação nos três acessos situados nos dois eixos principais, nascente-poente e norte-sul, que organizam os volumes edificados, o acesso nascente a partir da Praça do Império e os dois acessos no eixo transversal norte-sul entre a Rua Bartolomeu Dias e a Avenida da Índia.

Observámos também o movimento pedonal ao longo da galeria que acompanha a Rua Bartolomeu Dias, por considerarmos ser um lugar de passagem com grande intensidade de uso. Pela impossibilidade de as fazer em simultâneo, fizemos as contagens em sequência.

Observámos que o número de pessoas que passa ao longo do limite norte ou no lado nascente do edifício é superior ao número que se movimenta ao longo da fachada sul. Esta diferença já era esperada tendo em conta as características da Avenida da Índia, separada da margem ribeirinha pela via-férrea e de tráfego automóvel intenso. Esta diferença contribui para que o movimento de pessoas que acede ao edifício seja, de certa maneira, assimétrico. O acesso à zona central desde a rampa norte regista um movimento considerável. Contudo, o acesso inverso, desde a Avenida da Índia, pela rampa a sul, é um trajeto escassamente usado. Ainda assim, e ao contrário do que esperávamos, o atravessamento norte-sul é usado principalmente por turistas à descoberta do espaço,

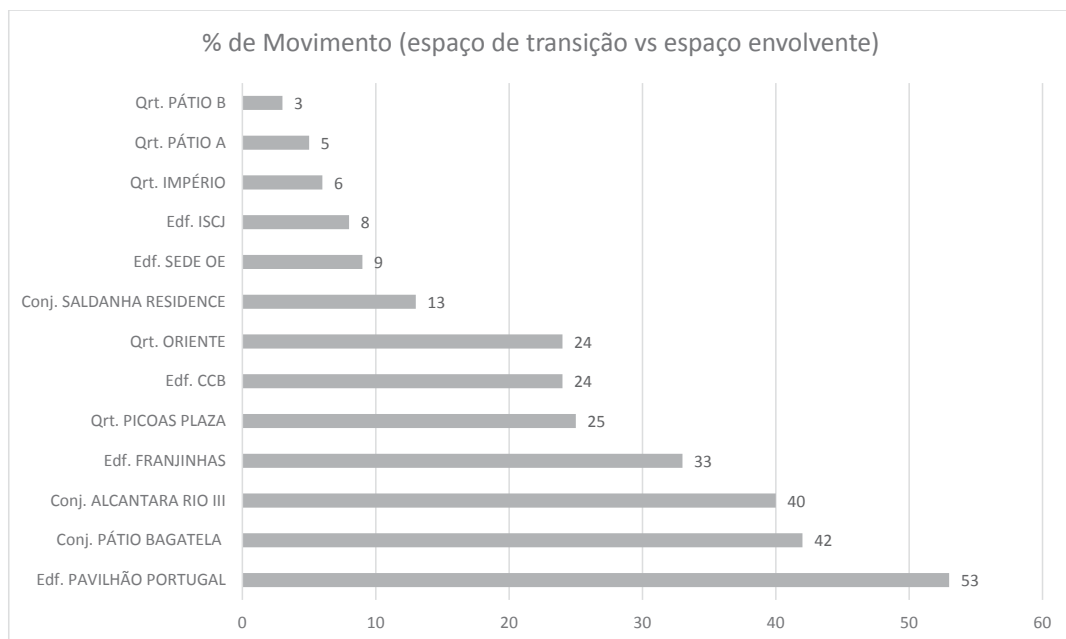


Tabela 3

fig.4.10
Proibições no Picoas Plaza. Indicação de que é um espaço privado



fig.4.11
MOVIMENTO PEDONAL
Picoas Plaza
acesso desde a Rua Viriato



à procura de chegar até à margem do rio. Em média, num intervalo de contagem poderão entrar dez pessoas pela rampa norte, e apenas uma através da rampa sul, existindo intervalos em que não entrou ninguém desde a Avenida da Índia, e dez fizeram o percurso completo de atravessamento norte-sul (ver fig. 4.8).

A galeria é muito usada como lugar de passagem. Comparando com o número de pessoas que entra neste espaço com o número das que circulam na rua, podemos registar que este é um espaço com relevância em relação à envolvente. A diversidade de usos, e a sua especificidade é relevante para quem se desloca em redor do edifício mas também para quem vem de propósito para visitar o edifício.

No edifício CCB, as contagens que registámos não apresentam grandes variações ao longo dos diferentes períodos do dia, entrando, em média, por hora, 218 peões. No quarteirão Picoas Plaza e no quarteirão Oriente, há uma variação muito assinalável na hora de almoço. Nestes dois casos, o pico de movimento coincide com a procura destes lugares para fazer uma refeição. No quarteirão Oriente, a média de entradas no espaço de transição numa hora passa de 215 para 672 no período de almoço, e no Picoas Plaza de 297 para 612 no mesmo período.

No caso do quarteirão Picoas Plaza, para realizar as contagens, localizámo-nos na passagem desde a Rua Viriato, observando as pessoas que entram na Plaza, e as que passam, em ambos os sentidos, na rua. Simultaneamente, também nos posicionámos na galeria em frente à entrada do centro comercial, o que permite fazer a observação do movimento na Rua Marquês de Tomar e controlar o ingresso direto à galeria que contorna o edifício, conduzindo os peões até ao primeiro piso.

Esta galeria desenvolve-se desde a periferia do edifício até ao interior do quarteirão permitindo ligar a Rua Marquês de Tomar e os espaços situados no nível elevado do espaço central. Esta galeria dá acesso direto ao ginásio, à Junta de Freguesia das Avenidas Novas e ao Centro de Estudos Urbanos, entre outros. Podemos observar que o movimento gerado na galeria deve-se, em grande parte, à existência do ginásio, que atualmente ocupa praticamente todas as lojas do centro comercial. Ao contrário dos outros casos de estudo, neste caso, não foi possível compreender até que ponto o interior do quarteirão poderá ser usado como espaço de atravessamento. A existência do centro comercial entre a praça do interior e a galeria na periferia do edifício compromete, usando este método, a possibilidade de conhecer como é que este espaço poderá ser integrado no percurso envolvente desta zona. Contudo, e embora não sejam muito diferentes, o número de indivíduos que acede diretamente à praça pela entrada mais visível e direta é ligeiramente inferior ao que acede pela cota superior, através do centro comercial e/ou da galeria, o que se pode explicar pela hierarquia das vias quanto ao número de pessoas que passam e que na Rua Tomás Ribeiro é sempre mais do que o dobro verificado na Rua Viriato.

No caso do quarteirão Oriente, o posicionamento para a contagem fez-se no espaço observando a entrada na praça através do limite sul e através da entrada norte. Embora o espaço de carácter público também tenha acesso através de uma entrada ao nível do primeiro piso, através de uma ponte pedonal que liga ao quarteirão a norte deste,

fig.4.12
MOVIMENTO
PEDONAL
Franjinhas
[a] escadas de acesso
desde a Rua Braam-
camp
[b] escadas de acesso
desde a Rua Castilho
[c] galeria inferior
[d] galeria inferior

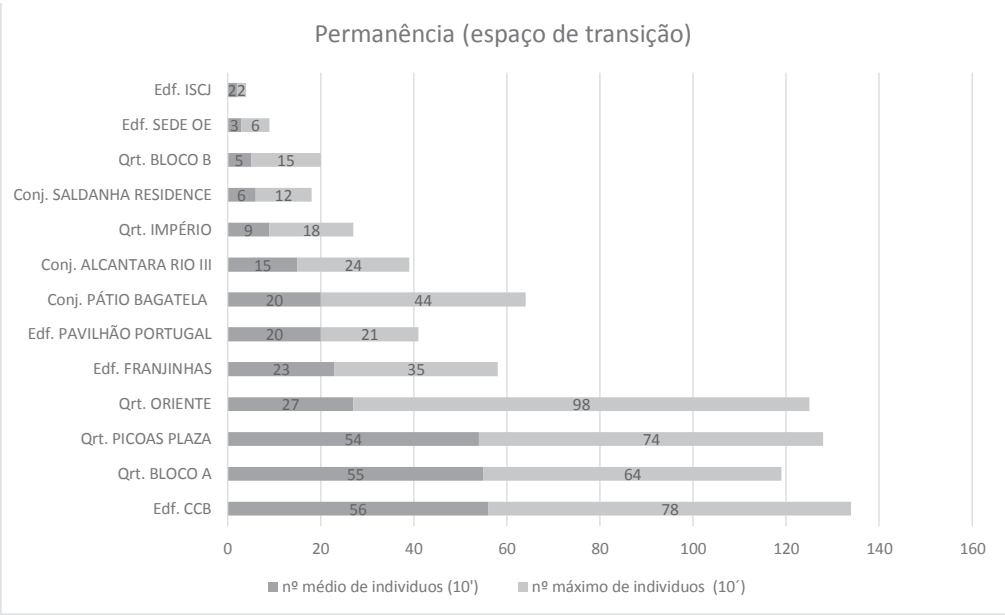


Tabela 4

focámo-nos no piso 0.

Este quarteirão caracteriza-se por uma variação assinalável quanto ao movimento de peões ao longo do dia. Por um lado, assinalámos que o período da hora de almoço é o que gera maior movimento, tendo sido registado o número mais alto de peões numa contagem, cento e doze, num intervalo de dez minutos. Os restaurantes existentes são um fator de atração muito relevante. Por outro lado, assinalámos o período da tarde, durante o qual observámos, num intervalo de contagem, a passagem de apenas quatro indivíduos (ver fig.4.9).

Apesar de estar bem interligado urbanamente, o fluxo em redor é muito assimétrico e influencia o uso deste espaço. É também uma zona onde há muita oferta de espaço público qualificado.

Embora estes três casos tenham semelhanças na influência que exercem no movimento pedonal no espaço público envolvente, tal como já havia sido referido, o Picoas Plaza destaca-se por ser entre todos os casos de estudo de carácter privado o que apresenta maior fluxo de peões durante o dia, cerca de 2376. O CCB e o quarteirão Oriente, ambos localizados em zonas urbanas menos densas, apresentam um fluxo muito semelhante: cerca de 1700 peões por dia.

IV.2.5 Na periferia do edifício

Franjinhas

Na relação entre o movimento no espaço de transição e o movimento no espaço público envolvente, o edifício Franjinhas destaca-se por não se enquadrar diretamente num conjunto de casos (ver tabela 3). Neste edifício, existem dois acessos, um na Rua Castilho e outro na Rua Braamcamp. Para observar a circulação de pessoas, colocámo-nos em cada um destes acessos, o que permitiu um controle muito adequado das entradas no espaço de transição do edifício e da passagem de peões na rua. Neste caso de estudo, embora existam lojas e serviços em ambos os pisos da galeria, podemos verificar que o piso superior tenderá a atrair os habitantes do edifício que trabalham em escritórios ou estudam na escola ali instalada porque acedem ao interior do edifício através desta galeria. No piso inferior, a existência de um restaurante atrai quem vem de fora, mas também quem já habita o edifício, como pudemos observar à hora de almoço. Este pico de movimento do restaurante coincide com o número máximo de pessoas, vinte, que circulou entre ambas as galerias, movimentando-se internamente neste espaço. Contudo, embora no período citado exista uma circulação entre ambas as galerias bastante relevante, o movimento gerado por este edifício separa-se claramente entre quem se dirige à galeria superior e à galeria inferior. Pelo que pudemos observar, embora com flutuações, o número de pessoas que se dirige à galeria inferior é ligeiramente superior ao número de pessoas que acede à galeria elevada. Constatámos que é um edifício que gera movimento em relação a quem passa no passeio tendo, contudo, variações ao longo de diversos intervalos de tempo de contagem (ver fig. 4.12). Num dia, estimamos que usem este espaço 1374 indivíduos.

fig.4.13
MOVIMENTO
PEDONAL
Alcântara-Rio
[a] passagem sob edifí-
cio, entrada para super-
mercado
[b] eixo principal
[c] acesso desde a Rua
da Cozinha Económica



a

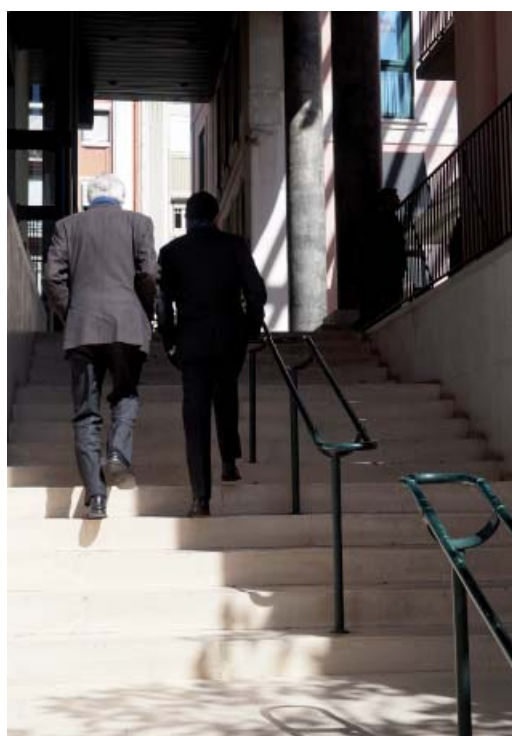


b



c

fig.4.14
MOVIMENTO
PEDONAL
Pátio Bagatela
[a] escadas de acesso à
Rua Artilharia Um
[b] eixo central



a



b

IV.2.6 Integração

Pátio Bagatela e Alcântara-Rio III

Estes dois casos têm semelhanças quanto à sua organização espacial e implantação, embora o espaço central do Pátio Bagatela esteja orientado no sentido nordeste-sudoeste e o conjunto Alcântara-Rio III a nascente-poente (ver fig.4.1).

Ambos integram um conjunto de edifícios de habitação e espaços de escritórios, cujos acessos se organizam a partir de uma rua ¹⁸, eixo central, perpendicular aos arruamentos já existentes. O espaço de transição de ambos integra comércio, serviços e a existência de esplanadas. Nos dois casos, existe uma bolsa espacial transversal, à qual se acede por uma entrada secundária. O espaço central linear é predominantemente plano em ambos os casos, embora no Pátio Bagatela exista uma mudança de cota altimétrica no acesso à Rua Artilharia Um. Nos dois conjuntos, é perceptível a profundidade do espaço de transição o que favorece a sua permeabilidade e a sua relação com o tecido urbano envolvente. Embora, em ambos os conjuntos, o espaço de transição seja um espaço privado, no caso do Pátio Bagatela, o uso condicionado. Neste conjunto, existe um horário de funcionamento. Fora deste período, os portões estão encerrados, sendo o acesso exclusivo a quem habita ou trabalha no conjunto. Ambos os casos apresentam cerca de quarenta por cento do movimento de peões em relação à envolvente (ver tabela 3). E diferem ligeiramente quanto ao número de peões que passa em média numa hora: 178 no Pátio Bagatela, 221 no conjunto Alcântara-Rio.

No conjunto Alcântara-Rio, há três acessos, dois através da Rua da Cozinha Económica e um, no lado oposto, na Rua de Cascais. Constatámos que há maior variação do número de peões que ao longo do dia acede através da Rua da Cozinha Económica do que do número de pessoas que acede através da Rua de Cascais. Neste acesso, o número de pessoas mantém-se mais constante, mesmo existindo pequenas variações em relação ao número de peões que passam nesta rua. Observámos que, quando diminui o número de pessoas na envolvente, o movimento no espaço aumenta. Este facto pode revelar que este conjunto está bem integrado e que as suas atividades são relevantes para atrair pessoas. Existem treze usos diferentes, entre eles dois supermercados, o acesso a edifícios habitacionais, a escritórios e a empresas. O eixo principal é um lugar de passagem e de movimento funcionando como uma rua (ver fig. 4.13).

No conjunto Pátio Bagatela, existem três entradas ¹⁹ em funcionamento, uma em cada extremidade do espaço central, na Rua Artilharia Um e na Travessa da Légua da Póvoa, e uma entrada perpendicular ao eixo central – pelo antigo Pátio Monteiro. Para fazer a contagem, situámo-nos no espaço de modo a observar em simultâneo as entradas pela R. Artilharia Um e Pátio Monteiro e na entrada no lado oposto a sudoeste que ainda é a Travessa da Póvoa da Légua.

Tal como no caso do Alcântara – Rio III, ao longo do espaço de transição, existem lojas, serviços, restaurantes e esplanadas, embora no Pátio Bagatela o espaço central integre uma zona de comércio para uma galeria superior. Contudo, a ocupação dos espaços

18 Tipologicamente, parece uma rua, embora seja um espaço privado.

19 Existem quatro entradas, duas entradas na Travessa da Légua da Póvoa, embora uma delas esteja encerrada.

fig.4.15
MOVIMENTO
PEDONAL
Pavilhão de Portugal
[a] vista desde a Alameda dos Oceanos
[b] praça coberta - pala
[c] galeria nascente
[d] galaria nascente



a



b



c



d

nestas galerias superiores é mais encerrada, por se tratarem de serviços e uma parte dos espaços de lojas estarem fechadas. Pela contagem de entradas e de saídas no espaço de transição do Pátio Bagatela, podemos constatar que este é um espaço de passagem (ver fig.4.14).

O número de pessoas que permanece ou acede a algum dos espaços existentes é em geral inferior ao número de pessoas que passa, com exceção de períodos de tempo à hora do almoço. Neste caso, podemos constatar que o número de pessoas que permanece no espaço aumenta. Também é neste período de tempo que podemos observar que o movimento de pessoas dentro do espaço é superior ao da envolvente. Quarenta e dois por cento das pessoas estão a passar no interior do espaço de transição.

IV.2.7 Movimento pedonal: o edifício Pavilhão de Portugal

Este é o caso que apresenta em média maior percentagem de atravessamento pedonal do seu espaço de transição, cerca de 395 indivíduos em média numa hora, 3162 num dia. Do conjunto de casos em estudo, apenas o Pavilhão de Portugal não tem, atualmente, qualquer uso regular que ocorra na periferia ou no interior do edifício, sendo apenas usado ocasionalmente para eventos²⁰. Para observar o movimento através dos espaços na periferia e na praça coberta do edifício do Pavilhão de Portugal, colocámo-nos em dois pontos distintos que nos permitissem compreender quem passa em redor e quem usa o espaço na periferia do edifício. Foi contabilizado o movimento de pessoas que passam junto ao Cais Português no lado nascente, e também por dentro da galeria. Foi observado o número de pessoas que cruzam a praça coberta, e as que passam na Alameda dos Oceanos. No limite norte registamos as pessoas que se deslocam no sentido norte-sul e vice-versa através do Rossio dos Olivais. O modo como o edifício está implantando e a forte relação entre o passeio marítimo e o espaço da galeria implica forçosamente que quem transite ao longo da margem da doca estabeleça uma relação com o espaço gerado pelo edifício, o que fortalece a sua vitalidade. Contudo, atualmente o edifício não tem nenhum uso regular mostrando sinais de degradação: pedras de embasamento partidas e descoladas, falta de limpeza, e outras patologias ²¹.

Neste caso, pudemos notar que o lado nascente regista mais movimento do que o lado poente do edifício. Esta diferença na presença de peões na zona sul e na zona norte do edifício também é confirmada pelos sinais de ocupação dos nichos gerado pelos vãos no piso térreo por pessoas sem-abrigo. No lado nascente, embora existam sinais da sua existência, esta ocupação é menos visível, porque edifício é mais usado junto ao rio. No lado nascente e norte, junto à passagem numa zona mais resguardada existem sacos cama, sacos com objetos, lixo, cartões, acentuando o já menor número de pessoas que passam por aqui normalmente. É evidente que os nichos dos vãos no piso térreo são

20 Este edifício foi pensado para albergar conteúdo expositivo durante a Expo 98. Após o término da exposição, o Pavilhão de Portugal albergou numerosos eventos, festivais, exposições, festas, concertos, etc. O uso e a ocupação do edifício ocorreu sempre de modo temporário ou efémero. Atualmente, está na posse da Universidade de Lisboa que tem usado o edifício para eventos temporários.

21 Foi noticiado recentemente (2016) que o edifício será recuperado pela Universidade de Lisboa.

fig.4.17
 MOVIMENTO
 PEDONAL
 [a] CCB
 [b] Galeria Saldanha
 Residence

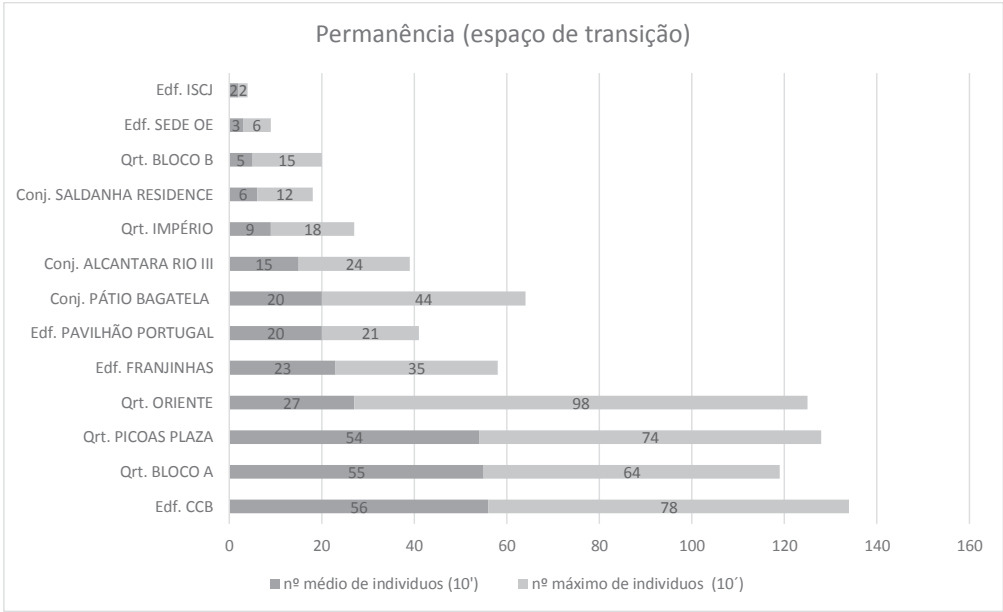


Tabela 4

usados para dormir e estar de forma mais permanente. O modo como os espaços de transição estão intrinsecamente ligados ao espaço público confere a este caso carácter mais público e, simultaneamente, mais ambíguo quanto à fronteira entre o edifício e a sua envolvente. O facto de o espaço de transição ser claramente um espaço público poderá explicar a razão por que este é o espaço com maior movimento entre os casos de estudo (ver fig. 4.15).

IV.2.8 Lugares de movimento na periferia dos edifícios

Apresentando diferentes características, tipologias e relações com o espaço envolvente, os espaços construídos por uma sequência de pórticos, na periferia dos edifícios ou conjuntos edificados, são intrinsecamente lugares de movimento que também podemos observar em parte dos casos de estudo. No edifício Pavilhão de Portugal, a galeria é indissociável do espaço público e funde-se com o desenho urbano na envolvente, e é neste caso o lugar através do qual observamos mais movimento. No caso do Franjinhas, o espaço em si é uma dupla galeria que se desdobra em dois pisos, distribuindo o movimento ao longo da periferia do edifício. No edifício CCB podemos confirmar como é animada de movimento a galeria ao longo da Rua Bartolomeu Dias. No Saldanha Residence, tendo em conta a largura da Avenida Fontes Pereira de Melo e o seu uso como via estruturante de circulação automóvel, é relevante a existência desta galeria como lugar de proteção, através do qual se dá um tráfego pedonal significativo. No caso do quarteirão Oriente, o conjunto de pórticos é um espaço que marca a fronteira entre o espaço exterior e a transição, enquadrando aí a alameda. No caso do Picoas Plaza, é um caminho que conduz ao interior, à cota superior, usado principalmente para aceder ao interior. No Saldanha, no Oriente e no CCB, as galerias oferecem escala ao espaço público exterior, tendo em conta a largura das vias onde se encontram. Nestes casos, parece evidente que a galeria foi usada de maneira a que o edifício se fundisse com a rua, o que também acontece no Pavilhão de Portugal. No Franjinhas, a galeria duplica-se e densifica-se como modo de percorrer o edifício. A galeria, neste caso, quer construir a rua no interior do edifício. No caso do Picoas Plaza, a galeria é um espaço de entrelaçamento entre o desnível das duas frentes do quarteirão que leva do interior da praça à periferia do edifício. Em todas as galerias observámos movimento significativo.

fig.4.19
(à esquerda) Pátio A em 2010, com escassa ocupação de esplanadas; (à direita) ocupação actual, grande extensão



fig.4.20
(à esquerda) Alcântara-Rio em 2010, sem esplanadas ao longo do eixo central; (à direita) ocupação actual junto à Rua da Cozinha Económica

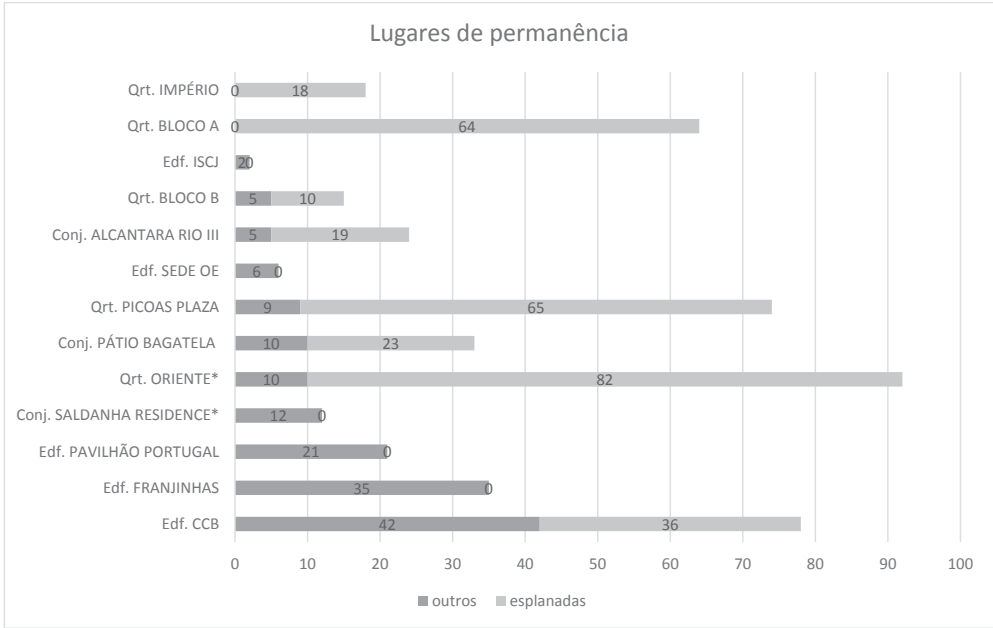


Tabela 5

IV. 3 Vivência e permanência

Além do movimento gerado pela passagem de peões, outro dos aspetos que contribui para a vitalidade do espaço é a permanência de pessoas, individualmente ou em grupo, durante um período de tempo.

A recolha de dados sobre a permanência de pessoas no espaço de transição decorreu a partir da observação, em intervalos de dez minutos, do número de pessoas presentes, que, não estando a movimentar-se de um sítio para o outro, estavam circunscritas num determinado lugar do espaço. Além dos indivíduos sentados ou em pé, também outros que estando em movimento numa zona do espaço se mantinham no interior do espaço de transição numa atividade que não era apenas caminhar no espaço ou aceder a um uso concreto. Registámos os lugares onde permaneceram: em bancos, nas esplanadas, nas escadas, no chão, na relva, sentados em muros. Nos casos de estudo em que existem esplanadas, assinalámos a presença de indivíduos quando estas permitem uma visão global sobre mesas e cadeiras sem a existência de elementos que ocultem essa zona. No caso do Saldanha Residence, existe uma esplanada. Contudo, esta está rodeada de canteiros e de outros elementos que delimitam o espaço, encerrando-o, não permitindo uma boa visualização. No caso do quarteirão Oriente, também foram excluídas duas esplanadas pela mesma razão. Entendemos que este tipo de esplanada funciona como uma ampliação do espaço interior do restaurante, e participa pouco do que se passa no exterior.

Assinalámos também o modo como as pessoas vivenciam os lugares, observando as atividades a que se dedicaram durante o período de tempo em que permaneceram em cada espaço. Observámos indivíduos sozinhos e em grupo, a conversar, a estudar, a comer/beber, a fazer um piquenique, a fumar, a ver e/ou falar ao telemóvel, a ler, a namorar, a ouvir música, a brincar, apenas estando à espera, em descanso, a ver quem passa, maneiras de estar que também podemos observar no espaço público.

Além das vivências registadas durante as contagens, também tivemos em conta o conhecimento adquirido noutras visitas ao longo desta investigação, denominando essas atividades como outras/potenciais ¹. Estas acontecem nomeadamente em eventos que atraem pessoas como é o caso da performance de artistas de rua, fenómeno que Whyte (1980) refere como efeito de triangulação.

No âmbito da análise da permanência de indivíduos no espaço de transição, distinguimos dois modos de estar nos espaços: sentado e de pé. A permanência no espaço é na maioria dos casos sentada nalgum lugar. Contudo, também observamos a permanência

1 Ao longo do tempo da investigação, visitámos os casos de estudo em diferentes ocasiões testemunhando outros usos que não registamos nos dias de contagem. No conjunto ISCJ, foram observados rituais fúnebres, missas, eventos no auditório principal, realizadas visitas guiadas. No caso do CCB, foram observados mercados ao ar livre, espetáculos, eventos culturais, performances. No Pavilhão de Portugal, exposições e concertos na zona exterior.

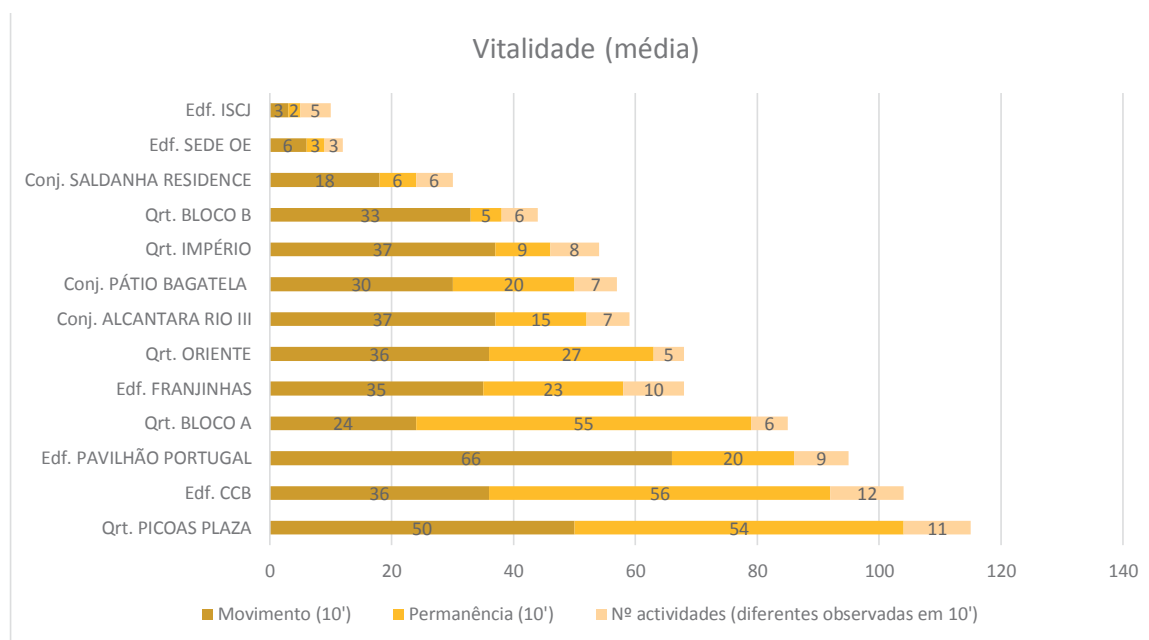


Tabela 7

de pé, principalmente à porta de entrada de edifícios, nos casos em que existem escritórios ou lugares de trabalho/estudo, como no edifício Franjinhas, quarteirão Picoas Plaza, conjunto Pátio Bagatela e conjunto Alcântara-rio.

Em todos os espaços de transição, existem lugares para sentar. Estes podem ser permanentes, como bancos, ou efémeros, como as esplanadas, mas também inesperados como escadas, muros, muretes, vasos, que também são apropriados quando não existe melhor alternativa e desde que tenham uma dimensão apropriada. Segundo William H. Whyte (1980), é mais importante, para o uso intenso de uma praça, a presença de lugares para sentar do que a sua dimensão. Segundo este autor, as pessoas tendem a sentar-se em lugares onde já existem outras pessoas sentadas.

A existência de esplanadas acrescenta mobiliário exterior ao espaço de transição, mesas e cadeiras e em alguns casos também proteção contra sol, vento, chuva ². Segundo Whyte (1980), a presença de lugares móveis para sentar é a mais flexível no uso de um espaço público. Apenas quatro dos casos de estudo não têm qualquer esplanada: o edifício Pavilhão de Portugal; edifício sede da OE, o edifício Franjinhas, e o conjunto ISCJ ³.

Em geral, as esplanadas servem para o consumo de refeições ou bebidas e fruição de um restaurante/bar/café no exterior. O facto de as esplanadas estarem associadas a um negócio faz com que a sua existência possa ter um carácter transitório no espaço consoante o serviço prospere ou não. Por estarem associadas à prestação de um serviço, acabam por condicionar o seu uso a um consumo. No entanto nem sempre é assim, no quarteirão Picoas Plaza o uso das esplanadas não implica um consumo obrigatório, pois estão disponíveis no espaço e podem ser usadas mesmo que não seja para refeição (ver fig. 4.19/4.20).

A existência de bancos integrados na arquitetura dos espaços de transição permite uma apropriação por parte de quem se detém no espaço mais diversificada do que a que observamos nas esplanadas. Entendemos que a presença de bancos poderá reforçar o carácter público do espaço de transição por não implicar obrigatoriamente regras ou normas de utilização, como acontece nas esplanadas. Contudo, a sua presença poderá não estar bem localizada no espaço, não se tornando atrativa.

No conjunto de casos em estudo, apenas os conjuntos ISCJ, Pátio Bagatela e Saldanha Residence, quarteirões Pátio B, Oriente e nos edifícios Pavilhão de Portugal e Franjinhas, propõem a existência de lugares permanentes: bancos

As escadas também são um lugar propício à estadia, principalmente quando têm dimensão suficiente para permitir que quem se senta não impede a passagem de outros

2 Esplanada coberta no Picoas Plaza; no CCB no terraço Jardim das Oliveiras; no pátio A

3 Na ISCJ não existe esplanada neste momento em funcionamento, contudo está prevista a sua abertura em breve, tendo em conta que o restaurante existente no pátio voltou a ser concessionado (2016)

fig.4.21
PERMANÊNCIA
CCB

[a] pátio poente, grupo de crianças a fazer piquenique

[b] terraço sul

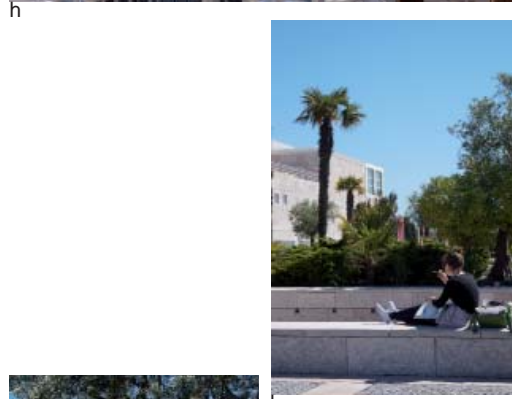
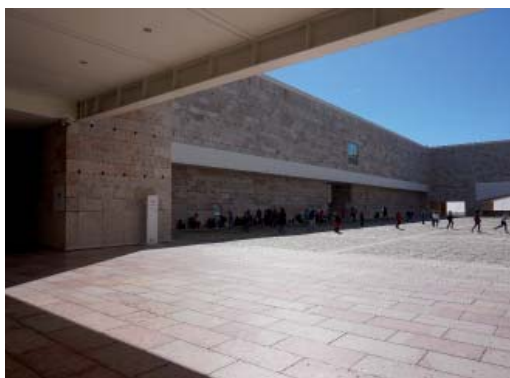
[c] pessoas sentadas à entrada de auditório

[d] pessoa com mobilidade reduzida

[e] grupo de crianças com professoras a brincar no jardim do terraço sul

[f] esplanada nicho pátio poente

[g] criança a andar de bicicleta, pátio poente



[h] reunião de trabalho na esplanada a sul

[i] grupo de crianças com professoras a fazer piquenique, pátio nascente

[j] no muro do terraço

[l] muro do terraço a desenhos

indivíduos. As que permitem uma boa visão da envolvente acabam por se tornar em anfiteatros inesperados, lugares para esperar e ver passar pessoas como acontece no edifício sede da OE, no pátio B e no conjunto Saldanha Residence. Os muros e muretes, com dimensões que permitem que alguém se sente neles, quando localizados em zonas estratégicas do espaço, por permitirem uma visão da entrada/acesso ou do espaço público, são também usados como sítio de espera, como na galeria do CCB, na entrada do edifício Franjinhas ou do quarteirão Picoas Plaza. Outros elementos que, de algum modo, servem de encosto ou de proteção também têm relevância na marcação de um lugar de permanência, como observámos nos canteiros altos no conjunto Alcântara-Rio. Do conjunto de casos de estudo em análise, há três onde observámos a permanência de pessoas em maior número: o edifício do CCB, o Pátio A e o quarteirão Picoas Plaza. Estes três casos partilham alguma semelhança tipológica. Embora não possamos dizer que o CCB seja um quarteirão, também se organiza espacialmente em torno de um espaço central, tal como o Picoas Plaza e o Pátio A. A dimensão do espaço de transição é bastante diferenciada. Contudo, o número médio de pessoas em permanência é muito semelhante, cerca de cinquenta e cinco pessoas. Todavia, embora a quantidade de pessoas seja um aspeto em comum, o modo como estas usam o espaço tem diferenças a que pudemos assistir. No caso do CCB, há diversidade e vivências assim como no Picoas Plaza. No entanto, estas são mais limitadas no caso do Pátio A. Como contraponto a estes três casos, há um conjunto de casos que por vezes se encontra vazio: o conjunto ISCJ, a sede da OE, o Pátio B e o conjunto Saldanha Residence. Outro conjunto apresenta diferentes variações quanto ao número de pessoas no interior de espaço de transição ao longo do dia: o quarteirão Oriente, o conjunto Pátio Bagatela, o conjunto Alcântara-Rio, o quarteirão Império, estando estes dependentes do uso das respetivas esplanadas como lugares de permanência. Os edifícios Franjinhas e Pavilhão de Portugal são os casos que oferecem mais bancos como lugares de permanência públicos.

IV.3.1 Espaço variado, diversidade de vivências

O Centro Cultural de Belém

O edifício CCB é de todos os casos de estudo aquele onde observámos mais diversidade nas vivências de quem o habita transitoriamente. No edifício do CCB, a observação incidiu em três zonas ⁴, a galeria a norte ao longo da Rua Bartolomeu Dias, o espaço central que se divide em duas partes, a zona nascente e a zona poente numa cota superior, e o terraço a sul conhecido como Jardim das Oliveiras.

Embora a galeria se caracterize por ser um espaço de passagem, a presença de uma esplanada, contribui para a estadia de algumas pessoas. A existência de um murete entre pórticos na galeria também é um lugar de apropriação, ainda que informalmente, acabando por se tornar num grande banco útil a quem espera ou não pelo autocarro,

4 Embora seja possível aceder ao terraço/jardim na parte norte diretamente através de escadas situadas na Rua Bartolomeu Dias, como o acesso pelo espaço central terá de ser feito através do edifício excluimos este espaço. Excluimos também o terraço em piso superior por ser necessário entrar no edifício para poder acedê-lo.

fig.4.22

PERMANÊNCIA

Pátio A

[a] vista desde o interior do pátio para a Rua Garrett

[b] sentados nas escadas de ligação

[c] na esplanada a ler

[d] na esplanada a trabalhar

[e] a jogar às cartas

[f] esplanada ocupada, estando o serviço encerrado

[g] esplanada ocupada, estando o serviço encerrado



a



b



c



d



e



f



g

ou para falar ao telefone. O espaço central, que se divide em duas zonas, amparou, num dos dias em que fizemos a observação, um conjunto de crianças numa pausa para piquenique, que ali se detiveram durante a hora do almoço, sentadas no chão, aproveitando uma sombra.

Noutro dia, os degraus junto à entrada nascente foram o lugar escolhido também por um grupo de crianças e as suas educadoras para descanso e para comer uma merenda. No espaço central, na parte poente, existe também uma esplanada alojada numa reentrância que ajuda a fixar algumas pessoas por ali.

O cruzamento do espaço central com as rampas transversais também é um lugar de encontro. Aí, observamos um grupo que se deteve à conversa num dos dias em que fizemos observação, e noutro, durante a presença de uma conferência internacional no grande auditório, conjuntos de pessoas ali ficaram, sentadas também nos muros das escadas de acesso ao interior. No espaço central, na parte poente, notámos a presença de uma criança acompanhada por um adulto a andar de bicicleta, e também uma pessoa que se deslocava em cadeira de rodas, a única que vimos ao longo desta investigação em todos os casos de estudo. No terraço-jardim, além do uso da esplanada, também houve quem se sentasse no muro conversando e/ou contemplando a paisagem, desenhando. Um grupo de miúdos de uma escola esteve durante a manhã a brincar na zona relvada entre as árvores. Além destas vivências observadas em dias de contagens durante a semana, noutras visitas ao edifício registámos modos de estar no espaço exterior: grupos de pessoas à espera de entrar à porta dos dois auditórios, que conversam e geram burburinho, a assistir a concertos no exterior ou a participar no mercado mensal no pátio central, a presenciar performances e eventos culturais, gente sentada e deitada na relva do terraço-jardim. Pelo que pudemos observar, e embora este espaço tenha uma programação cultural muito atrativa, no quotidiano, os espaços exteriores são usados independentemente do acesso aos usos disponíveis no interior do edifício. O espaço é experimentado pelos turistas que deambulam pelo edifício à descoberta dos percursos e das visitas, pelas escolas que, em passeio, aproveitam para fazer uma pausa, descansar e brincar por ali, por empresários ou trabalhadores independentes que aproveitam o espaço da esplanada para fazer uma reunião de trabalho. O espaço central oferece proteção e segurança em relação à envolvente (ver fig.4.21).

Neste caso, a extensão espacial da área pública, que é a maior entre todos casos de estudo, oferece variedade e contraste entre os espaços, o que também contribui para a diversidade na maneira de estar e de apropriação do espaço por quem o visita. Este aspeto poderá contribuir para diferenciar o modo de permanecer neste edifício, quando o compararmos com o Pátio A e com o quarteirão Picoas Plaza e os restantes casos.

fig.4.23
PERMANÊNCIA
Picoas Plaza
[a, b] a ler na esplanada
coberta
[c] murete à entrada
[d] grupos de estudan-
tes
[e] na entrada desde a
Rua Viriato
[f] reunião de trabalho
[g] estudantes em gru-
po, com computador



a



b



c



d



e



f



g

IV.3.2 A relevância das esplanadas

Picoas Plaza e Pátio A

No quarteirão Picoas Plaza, observámos a permanência de pessoas no espaço central, na passagem desde a Rua Viriato e também no espaço da galeria que limita a praça a norte e a poente. A praça oferece três zonas de esplanadas ⁵, onde a maior parte dos indivíduos que permanece no espaço central se distribui. Neste caso, é de realçar que o uso destas esplanadas não está associado a nenhum restaurante/bar em concreto, permitindo outros usos sem ser necessário tomar uma bebida ou uma refeição. No entanto, no período da hora de almoço, a praça é muito procurada para almoçar ou para tomar um café, e/ou ficar a conversar, sendo este o período ⁶ que regista maior número de pessoas em permanência. Pudemos constatar que estas esplanadas são procuradas por estudantes, sozinhos ou em conjunto ⁷, que se reúnem nestas mesas, em redor do computador para estudar e produzir trabalhos de grupo. Também observámos pessoas sozinhas, que procuram o espaço para ler, ver o telemóvel, descansar e ver outras pessoas. Além destes, que se sentam na esplanada, também há indivíduos que estão de pé junto à entrada do edifício de escritórios, sozinhos ou em grupo, à conversa, a fumar, usando os seus *gadgets* eletrónicos, numa pausa do trabalho. Na galeria superior também há quem se detenha a observar o movimento na praça assim como nos muros na zona de passagem desde a Rua Viriato. A existência de equipamentos públicos, como a Junta de Freguesia das Avenidas Novas, centro de investigação, biblioteca, e escola para terceira idade, é relevante como atração para este espaço, assim como a dinâmica associada aos restaurantes e ao ginásio (ver fig. 4.23).

De maneira geral, poderíamos dizer que este espaço no interior do quarteirão atrai pessoas como se fosse uma praça, permitindo permanecer e observar. Por oferecer estadia, confirmámos que é um lugar com movimento de peões e com permanência de pessoas. Todavia, embora se pareça com um espaço público, há restrições ao uso, não sendo permitido fotografar, nem filmar, nem dar acesso a cães (ver fig. 4.10). A restrição é evidenciada também pela presença de seguranças ⁸ e de indicações de horário de funcionamento.

5 Atualmente, existe uma esplanada junto ao espelho de água que não pertence a nenhum restaurante em concreto, e dois conjuntos de esplanadas que se desenvolvem ao longo da sequência de restaurantes no lado nascente da praça. Estas últimas são cobertas durante o outono/inverno resguardando esta zona de condições climáticas menos favoráveis.

6 Período da hora do almoço, contagem 13:35 h e as 13:45 h, 74 pessoas.

7 O mesmo acontece nas mesas e cadeiras instaladas no piso térreo do centro comercial, onde pudemos observar o mesmo tipo de uso, para estudar individualmente e em grupo.

8 De todos os espaços onde permanecemos, este foi o único onde fomos sempre abordados por seguranças. Pediram-nos que não fizéssemos fotografias, perguntaram-nos se tínhamos autorização para estar ali a fazer o trabalho, perguntaram-nos o que estávamos ali a fazer, tendo em conta que nos deslocávamos pelo espaço com um caderno, tirando notas.

fig.4.24
PERMANÊNCIA
Alcantara-Rio
[a] canteiros altos usa-
dos como encosto, lu-
gar de permanência em
pé



a

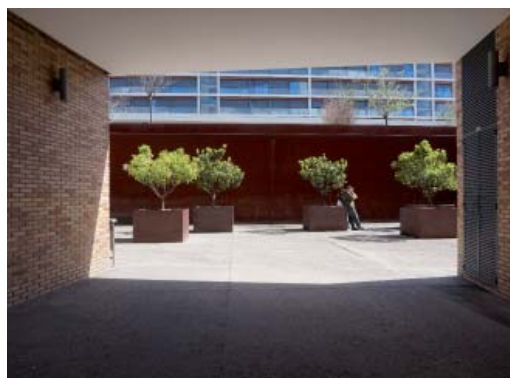


fig.4.25
PERMANÊNCIA
Pátio Bagatela
[a] banco
[b] muro do lago, grupo
à conversa
[c] escadas



a



b



c

fig.4.26
PERMANÊNCIA
Q. Oriente
[a] esplanadas ocupa-
das, bancos vazios
[b] terraço, piquenique



a



b

No quarteirão Pátio A, maioritariamente ocupado por esplanadas em ambas as plataformas, observamos que, com exceção do período da manhã, há sempre um número considerável de pessoas ⁹, quando comparamos com os restantes casos de estudo, que ali permanecem a partir da hora do almoço e ao longo da tarde. O pátio é ocupado por cinco conjuntos de esplanadas. Na plataforma superior à cota da entrada pela Rua Garrett, estão quatro conjuntos de esplanadas pertencentes a três restaurantes e a quinta no espaço corredor existente na plataforma inferior do pátio. Pudemos constatar que as atividades ali registadas estão dependentes do consumo nos restaurantes. Por essa razão, há uma certa homogeneidade no uso, com exceções que também observámos (um grupo a jogar às cartas, pessoas a ler ou em reunião), mas que implicam sempre ter consumido algo previamente (ver fig. 4.22).

O uso intenso das esplanadas, que pudemos registar, acontece na plataforma superior ¹⁰. É de notar que num dos dias em que estivemos no Pátio A, embora um dos restaurantes estivesse encerrado, a respetiva esplanada, que estava disponível para fruição, também foi ocupada. Um grupo aproveitou para estar à conversa, um indivíduo para estudar e ler. Este facto reforça a ideia de que existe uma necessidade de lugares onde se possa estar num espaço coletivo sem ter que fazer um consumo. Contudo, o uso intenso do espaço está dependente da existência das esplanadas e do serviço de restaurantes. Do conjunto dos casos observados, constatamos que uma maior quantidade de indivíduos presentes no espaço não significa uma diversidade de vivências, principalmente se o espaço de transição estiver ocupado por um espaço de consumo. Embora possa haver semelhança tipológica e até um número semelhante de indivíduos no espaço, isso poderá não se traduzir em vivências específicas.

IV.3.3 Lugares temporários

Quarteirão Oriente; conjunto Pátio Bagatela, conjunto Alcântara Rio, quarteirão Império

No conjunto Alcântara-Rio III, quarteirão Picoas Plaza, quarteirão Pátio A e as zonas estudadas do edifício do CCB, as esplanadas são os únicos locais que formalmente permitem que alguém se sente. O quarteirão Oriente e o conjunto Pátio Bagatela além das esplanadas, também têm bancos.

No conjunto Alcântara-Rio III, na zona junto à Rua da Cozinha Económica, existem atualmente esplanadas onde é possível que alguém se possa fixar. É nesta zona que permanecem mais indivíduos na hora de almoço. No entanto, observámos a existência de outra zona onde algumas pessoas permaneceram. Trata-se de uma bolsa espacial,

9 Os valores registados: 14:40 h -14:50 h – 64 pessoas; 15:20 h -15:30 h – 68 pessoas; 16:35 h - 16:45 h - 57 pessoas; 17:10 h-17:20 h - 24 pessoas.

10 O Restaurante que funciona na cota inferior tem, além da esplanada no pátio, também a exploração de uma esplanada nas Escadinhas de São Francisco, que provavelmente, por ter mais visibilidade, é mais usada do que a zona no interior do pátio.

fig.4.27
PERMANÊNCIA
ISCJ
[a,b] almoço piquenique
no banco, nicho do car-
tório.
[c] almoço piquenique
em dia de chuva
[d] banco da entrada



a



b



c



a



b



c

fig.4.28
PERMANÊNCIA
Pátio B
[a] pessoas sentadas
na escada de acesso,
Rua do Carmo
[b] banco
[c] banco e esplanada

transversal ao eixo principal, ocupada por canteiros altos, que servem de proteção e de encosto a quem precisa de fumar um cigarro, ver ou falar ao telemóvel, esperar, conversar. Este espaço acaba por permitir a estadia de pé, abrigada, como contraposição ao eixo principal, que na zona nascente se torna um canal ventoso (ver fig. 4.24).

No quarteirão Império, existe uma zona de esplanada na plataforma superior, e também junto à entrada da Rua Garrett, na zona de passagem, comporta umas mesas e bancos altos. Mais recentemente, surgiu uma zona de mesas mesmo na zona de fronteira com a Rua Garrett. Este mobiliário de mesas e de cadeiras permite a fixação de algumas pessoas temporariamente, com maior ocupação ao longo do dia na esplanada exterior do piso superior, embora isso se possa alterar com a recente ampliação da zona de mesas mesmo junto à Rua Garrett. A presença de esplanadas é relevante para a fixação de pessoas neste quarteirão, tendo em conta que não existe mais nenhum lugar formal para sentar.

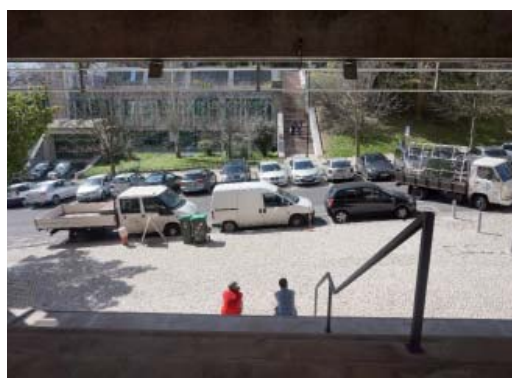
No caso do conjunto Pátio Bagatela, observámos igualmente ao longo do dia pessoas sentadas nas esplanadas, com um considerável aumento no período da hora de almoço, altura do dia em que o movimento geral também aumenta e em que este espaço se converte num lugar para ficar e em que o balanço entre entradas e saídas é inferior ao número de pessoas que permanece. Contudo, durante este período, também reparámos em grupos de indivíduos a conversar em diferentes lugares. Um grupo sentado no banco existente, outro grupo em pé e sentado no muro do espelho de água ¹¹, outro nos degraus da escada, disfrutando dos raios de sol, na pausa de trabalho. Encontram-se indivíduos também na escada principal, encostados ao corrimão. A existência de outros lugares de permanência foi relevante para observar outras vivências que não implicam consumo. No entanto, não observamos ninguém a almoçar sem ser nos restaurantes ou bares (ver fig.4.25).

Tal como no Pátio Bagatela, o quarteirão Oriente também oferece bancos e espaço de esplanada. A praça central acolhe quatro esplanadas abertas, além de mais dois restaurantes que são claramente muito atrativos para quem ali se desloca. Apenas observámos indivíduos a usar as esplanadas, onde registamos um elevado número de indivíduos durante a hora do almoço, o mais alto observado num conjunto de esplanadas, cerca de noventa pessoas ¹². Os bancos da praça estiveram sempre vazios, assim como os que existem no piso superior. Aqui, existe apenas uma esplanada e o espaço é menos usado do que a praça. No entanto, pudemos observar que quem ali se deteve a fazer um almoço piquenique preferiu sentar-se nuns degraus. Neste espaço, registámos uma grande variação quanto à presença de pessoas ao longo do dia (ver fig.4.26).

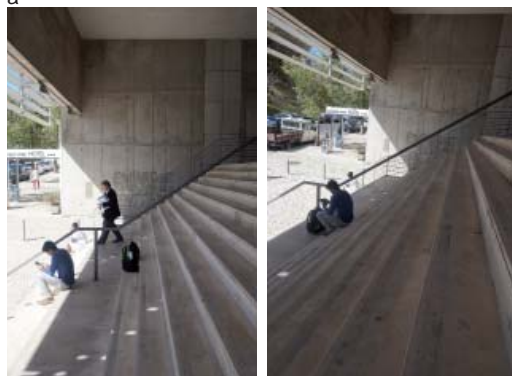
11 Atualmente, o espelho de água não está em funcionamento.

12 No intervalo 13:40 h - 13:50 h, observámos 91 pessoas sentadas, 88 das quais nas esplanadas, 3 em degraus no piso 1, 7 em pé. No total, estavam 98 indivíduos no espaço de transição.

fig.4.29
PERMANÊNCIA
Edifício sede da OE
[a] escadaria
[b] escadaria, à procura
do sol e à sombra



a



b



a



b

fig.4.30
PERMANÊNCIA
Saldanha residence
[a] grupos em pé
[b] sentado nas esca-
das
[c] bancos, pausa à
hora do almoço
[d] a namorar
[e] almoço piquenique



c



d



e

IV.3.4 Escassa ocupação, lugar de intimidade

Conjunto ISCJ, edifício sede da OE, quarteirão Pátio B, conjunto Saldanha Residence

Ao contrário dos casos que apresentam, em média, maior permanência de pessoas, o conjunto ISCJ, e o edifício Sede da OE foram os casos onde menos indivíduos ficaram durante as observações realizadas e, em certas contagens, permaneceram vazios.

Em ambos os casos, ISCJ e sede da OE, observamos pessoas à espera, a ouvir música, a usar o telemóvel, a conversar. Apesar de semelhantes no escasso número de pessoas que usam o espaço para ficar, e no facto de permitirem o atravessamento entre as duas frentes de quarteirão, o conjunto da ISCJ e o edifício sede da OE, são opostos na relação que estabelecem com a envolvente. O espaço de transição do conjunto ISCJ vai-se construindo em diferentes níveis de interioridade e os seus bancos, estrategicamente dispostos, oferecem alguma intimidade a quem permanece por ali. Constatámos, nos dias em que fizemos contagens, que os bancos são usados por pessoas sozinhas ou duas a duas. O conjunto ISCJ, embora seja um espaço um pouco vazio, oferece em relação ao seu entorno a possibilidade de parar e de ficar, principalmente pela existência de bancos e de uma certa distância em relação à rua. Este espaço oferece proteção e resguardo a alguém que traga o almoço e fique por ali, como pudemos observar em dias de contagem e noutros em que ali passamos (ver fig. 4.27). De qualquer modo, pelas diversas visitas realizadas, sabemos que nem sempre é assim, e que em dias e/ou momentos especiais o espaço é mais usado como passagem e como permanência. De maneira oposta, poderemos dizer que a escadaria do edifício sede da OE, o único lugar onde é possível ficar, funciona como um anfiteatro virado para fora, fazendo de quem se senta por ali, um espectador daquilo que se passa à sua volta. Aqui, pudemos notar a estadia de indivíduos, à espera, à conversa, a falar ao telefone e a ouvir música. A extensão desta escada faz com que seja possível coexistir a permanência de pessoas e a passagem. A sua dimensão está à escala de um lugar público.

Embora haja menos pessoas do que noutros casos, a vivência destes dois espaços possibilita atividades que não estão dependentes do consumo. Talvez estes espaços ofereçam uma pausa, um hiato que lhes confere uma especificidade no modo como são usados por quem os habita transitoriamente.

Tal como no edifício sede da OE, também no Pátio B e no Saldanha Residence, onde registamos em média poucas pessoas em permanência ¹³, existe um uso da escada como lugar de estadia, embora também existam outros lugares mais formais: um banco corrido e uma esplanada no Pátio B; um conjunto de seis bancos no Saldanha ¹⁴. No

13 Sobre a permanência nos espaços de transição, registámos no quarteirão Pátio B, em média, 5 indivíduos e o número máximo observado foi 15 indivíduos. No conjunto Saldanha Residence, registámos, em média, 6 indivíduos e o número máximo observado foi de 16 indivíduos.

14 Não contamos com a esplanada por esta ser muito fechada.

a



fig.4.31

PERMANÊNCIA

Franjinhas

[a] grupo à conversa, galeria inferior

[b] namorados

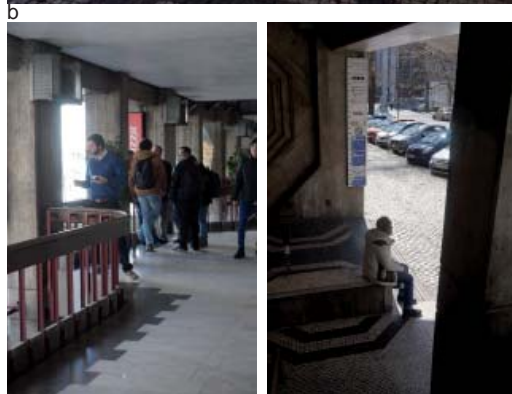
[c] grupos em pé, na galeria superior e inferior, gente nos bancos, hora de almoço, piso inferior

[d] a ler

[e] almoço piquenique

[f] em pé, a fumar, conversar, tomar café, galeria superior

[g] murete, acesso da Rua Castilho



f

g



c



d



e

caso do Pátio B, a escada de acesso à Rua do Carmo é um lugar usado para esperar e para observar o movimento pedonal que se desenvolve ao longo da rua, ocupado ao longo de dia. No entanto, a esplanada foi o sítio onde mais pessoas permaneceram em simultâneo ¹⁵. O banco esteve muitas vezes vazio, mas também observámos indivíduos a namorar, a conversar, a comer um gelado.

No caso do Saldanha Residence, a escada também acolhe quem por ali se detém, tal como no Pátio B, a descansar e a ver quem passa. Em ambos os casos, a escada que serviu de lugar para ficar oferece boa orientação e vista para envolvente. No caso do Saldanha Residence, notámos que as escadas são usadas como lugar de descanso numa pausa do trabalho. Neste caso, os bancos existentes foram muito usados durante o período da hora do almoço (ver fig.4.30) para diferentes vivências: ler, conversar, almoçar e namorar. Estes espaços oferecem intimidade.

IV.3.5 Os bancos: lugares públicos nos espaços de transição

Edifício Franjinhas e Pavilhão de Portugal

Embora o edifício Franjinhas não tenha um espaço central nem esplanadas, também registamos neste caso, principalmente durante o período da hora do almoço, uma presença de indivíduos muito significativa ¹⁶, que se traduziu na diversidade de vivências observadas. No Franjinhas, fizemos a análise das duas galerias em simultâneo. Embora seja o mais pequeno de todos casos de estudo, concentra complexidade espacial presente na duplicação da galeria, nos detalhes dos elementos arquitetónicos e na proteção que oferece em relação à rua. As galerias do edifício Franjinhas são vivenciadas de maneira diferente. Na galeria superior, observámos que a permanência de pessoas em grupo ou sozinhas está associada a quem já habita o edifício e se desloca ao exterior para fumar, falar ao telefone, conversar com um grupo de colegas, esperar um pouco antes de voltar ao trabalho ou à escola. Predominantemente, é uma estadia de pé, até porque não existem lugares para sentar, apenas para encostar, à guarda, por exemplo.

Na galeria inferior, também observámos pessoas paradas a fumar, a conversar, a falar ou/e a olhar para o telefone, mas a existência de um conjunto de bancos permite que quem fica se possa demorar mais um pouco, namorar, ler, a almoçar trazendo o seu piquenique, esperar por ali. Sem ter nenhuma restrição de carácter comercial, existe uma permanência e um uso dos bancos de forma intensa, com maior relevância no período de almoço. Junto à entrada da Rua Castilho, um murete que resguarda e define o acesso à garagem também é um lugar oportuno para esperar e para ver quem passa na envolvente movimentada do edifício. Globalmente, as galerias são usadas como um lugar público, principalmente o piso inferior, que apresenta menores restrições porque não é

15 10 Pessoas durante o período da hora do almoço.

16 Permanência em média no espaço de transição do edifício Franjinhas de 23 pessoas. O número máximo registado foi 35.

fig.4.32
PERMANÊNCIA
Pavilhão de Portugal,
os bancos são muito
usados ao longo do dia
para diversas activida-
des.

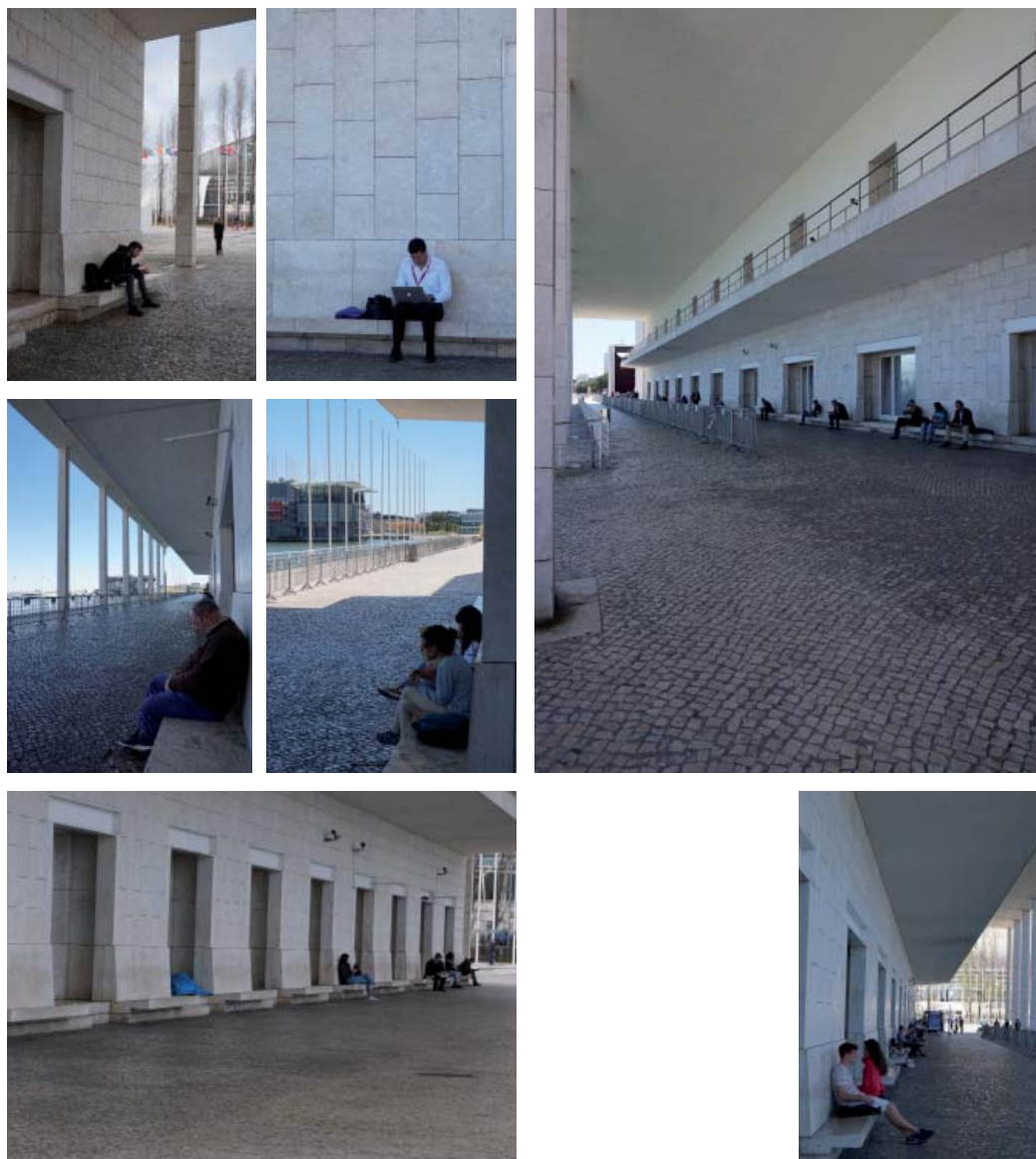


fig.4.33
PERMANÊNCIA
Pavilhão de Portugal;
sinais de permanencia
de sem-abrigo, em re-
cantos e nichos que o
edifício proporciona



controlado nem por câmaras, nem por seguranças, o que acontece nos dois acessos e no piso superior (ver fig. 4.31).

A presença de bancos nos espaços de transição é mais relevante no caso em que estes são o único lugar de permanência, o que acontece no conjunto IS CJ, no Edifício Franjinhãs e no Edifício Pavilhão de Portugal.

Embora no conjunto IS CJ estes sejam pouco usados, podemos notar que há uma grande intensidade de ocupação dos bancos nos edifícios Franjinhãs e Pavilhão de Portugal. No caso do Pavilhão de Portugal, a longa linha de bancos é um lugar claro de permanência e de observação de quem passa. Embora haja variações do número de pessoas em permanência ao longo do dia, observámos grande variedade de atividades por quem usa estes espaços. Nos edifícios Franjinhãs e Pavilhão de Portugal, podemos reparar em indivíduos que aproveitaram para estar em grupo, conversar, fazer um piquenique, estar sozinhos, ler, namorar, estudar, ou descansar (ver fig.4.32).

Em ambos os casos, a sequência de bancos define o lugar de permanência. Contudo, no edifício Franjinhãs, os bancos, situados na galeria inferior, estão numa situação de interioridade em relação ao espaço da rua, enquanto no Pavilhão de Portugal estão encostados à fachada nascente, virados para 'fora', para a vista, neste caso, o cais e o rio. Esta oposição não parece, contudo, interferir no modo intenso como são usados. Ambas as situações oferecem um certo sentido de proteção.

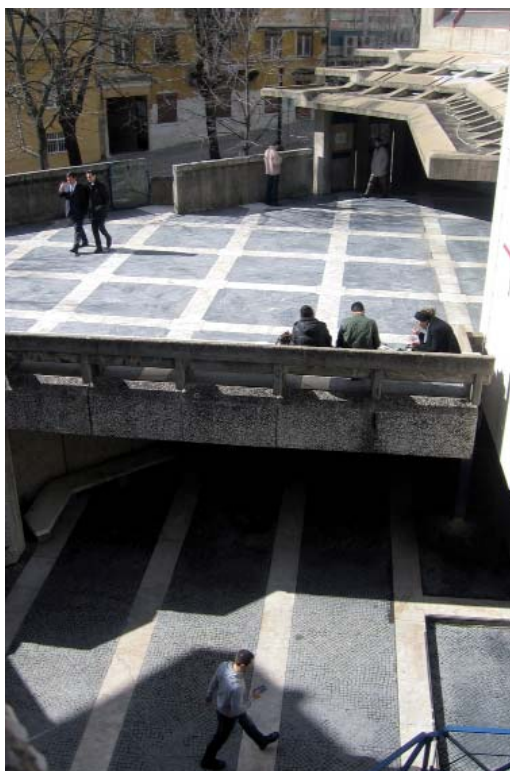
O facto de o Pavilhão de Portugal não ter um uso frequente também fez com que acolhesse pessoas sem-abrigo, que habitam nas reentrâncias dos vãos do piso térreo. Há diversos sinais dessa ocupação, além da presença concreta dessas pessoas, há sacos-cama, mantas, cartões, sacos e malas com objetos e lixo, no lado nascente, mas também na zona de passagem a poente, uma zona menos exposta onde passam menos pessoas. Embora seja uma situação completamente precária a todos os níveis, ainda assim também é uma forma de vivência dos espaços existentes na periferia do edifício.

IV.3.6 Lugares de permanência

Constatámos que os espaços de transição do quarteirão Picoas Plaza, do conjunto Pátio Bagatela, do Pátio A e do CCB são os que têm mais lugares disponíveis em esplanadas e também os que revelam maior presença de pessoas, globalmente. Paralelamente, o edifício Pavilhão de Portugal, o edifício Franjinhãs e o IS CJ são os casos que propõem maior número de lugares em bancos. Há outros elementos construídos que também permitem uma apropriação, como muros, muretes, o pavimento ou a relva, e as escadas, como pudemos observar nos casos do CCB e do edifício-sede da OE.

A disponibilidade de lugares conjugada com a presença de comércio/serviços influencia a permanência, mas também confere um certo sentido de proteção que o espaço possa oferecer em relação à envolvente. As esplanadas têm um papel relevante na fixação de

fig.4.34
ISCJ, CCB, PICOAS
PLAZA, PAVILHÃO DE
PORTUGAL



peessoas nos espaços de transição. Pelo que pudemos registar no conjunto dos casos de estudo, são o lugar onde mais pessoas permanecem. No conjunto dos casos de estudo, a existência de esplanadas ocupa mais área do que bancos ou outros lugares formais e informais onde é possível permanecer sentado. Embora sejam poucos lugares em bancos, pudemos observar, em certos momentos, no Saldanha Residence uma ocupação relevante. Os bancos mais usados são os do edifício Franjinhãs e os do Pavilhão de Portugal.

IV. 4 Vitalidade do espaço de transição

A partir da combinação entre o número médio de peões que entra no espaço de transição, o número médio de indivíduos que permanece num intervalo de tempo e o número de atividades diferentes realizadas por quem se mantém no espaço e observadas num intervalo de tempo, estabelecemos uma hierarquia entre os casos que apresentam maior e menor vitalidade (ver tabela 7). Podemos observar que os casos de estudo que apresentam menor vitalidade são aqueles em que o espaço de transição se desenvolve vencendo um desnível, em que o projeto articula e resolve um acidente topográfico e em que, simultaneamente, é pouco usado como lugar de permanência, como é o caso do conjunto ISCJ, do edifício sede da OE, do conjunto Saldanha Residence, dos quarteirões Pátio B e Império. Nestes três casos o número máximo de indivíduos que observámos em permanência foi sempre inferior a vinte, o que, segundo a teoria de Whyte (1980) testada por Van Deurs e Gehl Architects (2012) ¹⁷ poderá indicar que estes espaços terão pouca vivência e uma menor capacidade de atração de vitalidade. Nestes casos, o espaço de transição é usado como ligação entre duas frentes de quarteirão, ou três no caso Pátio B. Neste conjunto de casos, o movimento de peões através do espaço de transição tem maior relevância do que a permanência de indivíduos, conferindo-lhes um carácter de espaço de passagem. Destes, o conjunto ISCJ e o edifício sede da OE, não têm qualquer serviço de carácter comercial ¹⁸ e estão localizados nos quarteirões onde registamos menos peões em movimento nas ruas envolventes. No entanto, o Pátio B e o quarteirão Império estão localizados na zona do Chiado onde observámos o maior fluxo de peões. Nestes dois quarteirões, o movimento pedonal da envolvente parece não ser determinante no movimento no interior do espaço de transição. No entanto, o Pátio A, também situado na mesma zona, apresenta uma maior vitalidade do que os outros quarteirões estudados nesta área. Este pátio apresenta melhores condições de permanência no interior, diferenciando-se dos outros quarteirões estudados na mesma zona.

17 De modo a responder à pergunta sobre se é possível gerar vida pública em pequenas vilas ou cidades, um grupo de investigadores Van Deurs e Gehl Architects (2012) procurou testar as teorias de William H. Whyte (1980), em que seria necessário no mínimo 16,6 peões no campo visual de um indivíduo para que este possa ser considerado como um pequeno espaço público, estimulante e com vitalidade. Os investigadores foram avaliando a presença de pessoas na praça e o efeito que provocava a quem estava a observar. Depois de vários testes, concluíram que no mínimo seria necessário a presença entre 14-20 para que o espaço parecesse ter vitalidade (Gehl, Savarre, 2013: 110)

18 Posteriormente a esta análise, voltou a abrir o bar/restaurante existente no pátio do ISCJ, passados seis anos.

O pátio oferece um número elevado de cadeiras e de mesas de esplanada, que são muito usadas ao longo do dia, contribuindo para a animação do espaço e para lhe conferir um carácter de lugar de permanência. Realça-se, assim, a importância da existência de esplanadas como um fator que influencia a vitalidade do pátio. A conjugação entre esplanadas e restaurantes é um fator que contribui para a animação do espaço público, segundo Whyte (1980) que este caso comprova. Neste caso, a ocupação de esplanadas é tão extensiva que transformou o carácter do espaço interior. Este deixou de ser um centro e espaço de ligação com outras ruas, ainda que seja possível atravessá-lo desde a Calçada nova de São Francisco e a Rua Garrett. Contudo, e tal como noutros casos, onde as esplanadas são o único sítio onde se pode permanecer, a sua existência poderá ser transitória. No pátio A, o centro do pátio está situado à mesma cota da entrada desde a Rua Garrett, permitindo uma visualização entre o interior do quarteirão e o exterior, garantindo uma boa permeabilidade. Esta situação também se verifica no caso que apresenta em média maior vitalidade, o quarteirão Picoas Plaza. Desde a Rua Viriato, também existe uma boa permeabilidade entre o exterior e o espaço central no interior do quarteirão. Este quarteirão apresenta um equilíbrio entre o movimento de indivíduos e a sua permanência. Existe uma combinação de diversos usos, como equipamentos públicos e desportivos, zona comercial, e um conjunto de restaurantes, além de acesso a habitação e locais de trabalho em edifício de escritórios. Esta variedade de usos é um fator de atração de pessoas. É um local onde pessoas entram, para aceder a um destes usos mas, também, para trabalhar e para habitar. Neste caso, as esplanadas são muito usadas ao longo do dia, não apenas no período de almoço. As mesas e as cadeiras estão disponíveis no espaço não sendo necessário fazer nenhum tipo de consumo para ali permanecer. Assim, este espaço é muito usado para estudar, ler, conversar, reunir, além de tomar café e de comer uma refeição. Embora possa aparentar ser um lugar público, é privado e tem restrições ao seu uso como foi anteriormente referido. Também pudemos observar que os casos em que o espaço de transição é plano ou, não sendo, permite uma boa permeabilidade em relação à envolvente, existe mais vitalidade. Nos casos do Pátio Bagatela, do Alcântara-Rio e do quarteirão Oriente, a vitalidade depende mais do fluxo de passagem de peões do que da permanência. Estes três casos são permeáveis em relação ao espaço público, e, embora o Pátio Bagatela e o quarteirão Oriente apresentem um desnível, o espaço de transição é plano e existe uma boa permeabilidade na relação com as ruas e o espaço público circundante. Estes casos também têm usos atrativos. No caso do Alcântara-Rio, o supermercado é relevante, além dos restaurantes e das esplanadas que também estão presentes no Pátio Bagatela e no quarteirão Oriente. Pudemos confirmar este facto no período de hora de almoço em que o número de indivíduos que usa estes locais aumenta consideravelmente. Os edifícios públicos CCB e Pavilhão de Portugal apresentam ambos boa vitalidade. No caso do Pavilhão de Portugal, é uma inevitabilidade usar os espaços de transição configurados pelo edifício porque estes se fundem com a estrutura do espaço público. A vitalidade, neste caso, depende fortemente do movimento de passagem de peões. Paralelamente, no CCB, é a possibilidade de acolhimento em diferentes partes do espaço de transição que é

determinante na vitalidade desse edifício, assim como o facto de combinar diferentes usos culturais muito atrativos. O edifício Franjinhas apresenta um equilíbrio interessante por atrair pessoas às duas galerias. O movimento que gera depende dos habitantes do edifício e também da atração dos usos instalados no edifício, oferecendo um espaço de permanência muito usado em determinados momentos do dia (ver desenhos 1-9, anexo III).

V. CONCLUSÕES

A partir de um conjunto de edifícios ou conjuntos edificados que geram espaços de transição, na cidade de Lisboa, investigámos qual o seu potencial como lugares de urbanidade e de vitalidade na relação com o espaço público.

Para isso, considerou-se que urbanidade será uma qualidade material desse espaço – entendida a partir da dimensão do espaço, da sua permeabilidade e da sua materialidade – e que a vitalidade será uma maneira de o usar – entendida a partir da intensidade do movimento pedonal, de permanência de indivíduos no espaço e a sua maneira de o vivenciar.

Do cruzamento entre os autores que estudaram o espaço arquitetónico na perspectiva do edifício e da sua relação com a morfologia urbana com os autores que partiram da observação direta da vida no espaço público e investigaram a relação entre as atividades e o espaço, construímos o enquadramento dos conceitos de edifício (na cidade contemporânea), de espaço de transição, de estratégia de projeto para espaços de transição, da urbanidade e da vitalidade. Definimos também as variáveis de análise para o enquadramento da urbanidade: dimensão e inserção urbana, permeabilidade e materialidade. De maneira a abordar a vitalidade, enquadrámos o movimento, a permanência e a vivência. Seguidamente, alargámos a investigação à observação de edifícios na cidade de Lisboa e dos conceitos relativos a permeabilidade na relação entre edifícios e espaço urbano, definindo: permeabilidade local como uma situação onde é possível a passagem ou a ligação através da edificação; permeabilidade estruturante como uma situação onde, além da passagem, existe uma clara legibilidade do espaço e uma ligação entre duas partes do tecido urbano; permeabilidade periférica como uma situação onde o espaço de relação acontece ao longo de uma galeria, arcada ou pórtico, no perímetro do edifício.

A partir de um caso concreto – o conjunto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus – que

consideramos paradigmático de uma relação entre edifício e tecido urbano estabelecida através de um espaço de transição, na cidade de Lisboa, investigámos como as condicionantes urbanas e programáticas influenciaram a estratégia de projeto.

O facto de o projeto ter sido concebido no âmbito de um concurso público permitiu-nos comparar esta proposta com outras que também definiram uma estratégia para aquele lugar.

Concluímos que há aspetos condicionantes que poderão ter influenciado a existência do espaço de transição, como o facto de a intervenção ocorrer num lote com duas frentes que se ligam ao espaço público, a existência de um estudo urbano que sugeria a ligação pública através do conjunto edificado e a necessidade de articular o novo conjunto com um edifício que seria construído posteriormente num dos limites da intervenção. Além do projeto que foi concretizado, outras propostas pretenderam ligar as duas frentes urbanas através de percursos de carácter público. Contudo, apenas a proposta construída fez deste espaço o âmagô do projeto, fazendo aí refletir uma visão crítica dos seus autores em relação à cidade. Os indícios prévios poderiam fazer prever a existência de uma ligação, mas apenas um posicionamento crítico sobre o projeto e a relevância do espaço público permitiram que este espaço existisse. O espaço de transição neste projeto também é um contraponto ao interior da igreja. Embora seja condicionada por ela, esta obra vai além da sua circunstância.

A integração de um espaço de transição numa estratégia de projeto poderá ser um contributo para resolver uma situação de maior complexidade a nível programático na articulação das diferentes valências de um edifício e também uma maneira de articular o edifício e um terreno com desnível (como pudemos verificar neste projeto e, mais adiante, em outros projetos). Deste modo, o espaço de transição é um espaço arquitetónico, crítico na articulação com a cidade, ou seja, o espaço de transição é um espaço crítico no projeto.

Alargando a investigação a um conjunto maior de edifícios construídos na cidade de Lisboa, averiguámos como se caracteriza a urbanidade desses espaços a partir das variáveis de análise.

No que se refere à inserção urbana, os casos de estudo têm em comum o facto de os lotes onde se inserem terem, no mínimo, duas frentes urbanas. Frequentemente, no caso de serem edifícios privados, isso implica que ocupem mais do que um lote para que estas intervenções possam realizar uma transformação do ritmo do tecido urbano. As situações que geram espaços de transição configuram-se a partir de micro-espaços urbanos, à escala de um edifício (com área até 1000 m²); em espaços predominantemente lineares, com largura e comprimento semelhante a uma rua (com áreas até 2000 m²); em espaços de transição que se organizam em torno de um espaço central, semelhantes à dimensão de um largo ou de uma pequena praça (com área entre os 3000-4000 m²); e em espaços de transição associados a edifícios públicos, que se

constituem como espaços públicos (com áreas entre 7500-10000m²).

Concluimos que a dimensão do lote é relevante porque condiciona também a dimensão do espaço de transição. Contudo, a estratégia de projeto é determinante para a proporção de espaço de transição em cada edifício ou conjunto.

No que se refere à acessibilidade, a passagem entre o espaço público e o espaço de transição acontece sempre sob uma parte da edificação. Existem situações em que o acesso ao espaço de transição é feito através de uma porta, à escala da entrada num edifício, e outras situações em que este se faz sob o volume edificado.

Esta situação implica que o acesso através de uma porta acentua mais a transição – estreita e vertical – porque o contraste é maior em relação ao espaço público que o antecede, e que o segundo tipo de acesso, sob um volume edificado, poderá evidenciar maior fluidez espacial – mais larga e horizontal – porque é um espaço de maior dimensão.

Concluimos que o facto de um espaço de transição poder ser aberto ou encerrado através de um portão não é determinante quanto ao seu uso público do espaço. Existem na cidade outros lugares públicos de acesso condicionando, que também têm um horário de funcionamento.

Se entre o espaço de transição e o tecido urbano existir um desnível, a transição será sempre menos evidente. Contudo, a existência de rampas ou de escadas acrescenta irregularidade, surpresa, expectativa, o que consideramos ser um aspeto positivo na caracterização do espaço público e da sua urbanidade, até pelo potencial que gera, caso seja apropriado como espaço de permanência.

A integração de um edifício de maior dimensão no tecido urbano, nomeadamente um edifício público, implicará o uso de várias estratégias de permeabilidade de maneira a se ajustar ao tecido urbano. Um edifício mais complexo poderá usar, em simultâneo, elementos de permeabilidade estruturante, de permeabilidade local e de permeabilidade periférica.

Concluimos que, por via da permeabilidade, existem espaços de transição que constroem uma influência direta e evidente no espaço público através da permeabilidade estruturante, e outros, menos evidentes, através de permeabilidade local. Estes últimos têm de ser percorridos para serem descobertos. Contudo, entendemos que a urbanidade está presente nestas duas maneiras de integrar o espaço de transição.

Neste sentido, não valorizamos mais a visibilidade presente na permeabilidade estruturante e na periférica relativamente ao sentido de descoberta que outro tipo de espaços, com permeabilidade local, proporcionam numa cidade. Ambos podem ser contributos positivos para a urbanidade do tecido urbano.

A relação entre o tipo de permeabilidade, a dimensão da acessibilidade e do espaço de transição, poderá implicar que o espaço possa pertencer mais ao espaço público (se gerar permeabilidade estruturante) ou mais ao edifício (se acontecer por via da permeabilidade local e periférica). Será o tipo de permeabilidade que poderá caracterizar a urbanidade do espaço como inequivocamente pertencente ao sistema público ou criando um lugar de intimidade no seio deste.

Diferentes estratégias caracterizam a relação entre espaço de transição e espaço envolvente: a partir da continuidade, considerando o espaço interior do quarteirão como um lugar público; integrando o espaço do logradouro no espaço público; propondo um atravessamento que gera uma nova sequência espacial; a partir da descontinuidade entre a envolvente e o ritmo do interior do espaço de transição. Todas são válidas para gerar urbanidade, desde que exista uma caracterização do espaço através da sua materialidade. A estereotomia do pavimento pode contribuir para essa integração, no caso de Lisboa, recorrendo ao pavimento urbano mais comum, a pedra calcetada, ou à mistura com outros tipos de pavimento de pedra (lajes, por exemplo). O pavimento e o seu desenho oferecem diferentes significados ao espaço, podendo constituir ainda um modo de o valorizar.

É condição para a existência de vitalidade no espaço a presença de uma combinação de pessoas em movimento e em permanência – e também a mistura de usos. Sabemos que a integração urbana num tecido contínuo é relevante na influência da vitalidade no espaço público – sabemos que o espaço urbano integrado em zonas de menor densidade pode ter tendência para uma menor vitalidade.

Os casos em que o espaço de transição apresenta menor vitalidade são aqueles em que se desenvolvem vencendo um desnível, em que o projeto articula e resolve um acidente topográfico. Estes são também os casos menos usados como lugares de permanência, e mais como lugares de passagem. Nestes, o movimento através do espaço de transição tem maior relevância do que a permanência de indivíduos, caracterizando-os como espaços de passagem.

O caso em que observamos maior vitalidade reúne as condições esperadas, integrando-se num tecido urbano denso, no centro da cidade, com variedade de usos e existência de lugares de permanência. Este espaço tem um bom índice de vitalidade devido aos lugares de permanência que oferece e também à presença de uma grande mistura de usos, entre os quais se incluem restaurantes/bares. Contudo, a referida vitalidade depende de fatores que poderão ser transitórios.

No caso de edifícios públicos, como o CCB e o Pavilhão de Portugal, ambos apresentam, à partida, uma boa vitalidade, embora por razões diversas. No CCB, o edifício combina uma diversidade de espaços e de atividades que poderão ocorrer no seu interior. No caso do Pavilhão de Portugal, é uma inevitabilidade utilizar o espaço de transição

porque este se funde com a estrutura do espaço público. Neste caso, a vitalidade depende fortemente do movimento de passagem de peões.

Podemos concluir que a presença de atividades é relevante para o movimento, a integração num percurso também, assim como a presença de lugares de permanência.

Concluimos que, tal como no espaço público, para gerar vitalidade no espaço de transição todos os ingredientes têm de estar presentes: movimento, espaço de permanência e mistura de usos.

Empiricamente, verifica-se que existem espaços de transição com capacidade de influência crítica no espaço público. Contudo, a intenção de definir um espaço de transição não garante por si só essa influência. Pretendendo clarificar as condições que a poderão determinar, considerámos que a influência dos espaços de transição no espaço público decorre da presença simultânea de dois fatores: por um lado, da 'urbanidade' proporcionada por uma conjugação entre a 'dimensão', a permeabilidade e a 'materialidade' do espaço de transição em causa; por outro lado, da 'vitalidade' proporcionada pela inserção urbana do edifício que o comporta. A vontade de criar urbanidade é intrínseca à criação de um espaço de transição, como verificámos nos casos estudados. No entanto, a presença deste tipo de espaços não é garante de vitalidade, embora sejam próprios de estruturas permeáveis na sua relação com o espaço público. Contudo, mesmo que a vitalidade não esteja presente, tal não significa que o espaço de transição não o influencie, pois pode acrescentar algo inesperado – um espaço de intimidade, de refúgio, de silêncio.

Estas estratégias procuram contrariar a ideia do edifício enquanto objeto, ou mera ocupação de espaço, mas a sua utilização não constitui, por si só, uma garantia da qualidade, quer do projeto arquitetónico, quer da sua integração no espaço urbano. A efetiva apropriação do espaço arquitetónico ultrapassará sempre a ambição de uma estratégia de projeto.

BIBLIOGRAFIA

Fontes documentais / Fontes não publicadas

(1962) **Alterações no projecto da nova igreja** [doc.1]. Lisboa: Arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

(1962) **Anteprojecto da nova igreja do S. S. Coração de Jesus e seus anexos (críticas-propostas-sugestões)** [doc.3]. Lisboa: Arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

(1962) **Reparos ao anteprojecto da nova Igreja do S. S. Coração de Jesus** [doc.2]. Lisboa: Arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

(1962) Respostas às perguntas formuladas pelos concorrentes segundo as condições A-I-6 E A-I-7 do regulamenta do concurso de anteprojecto. **Concurso Igreja do S. S. Coração de Jesus**. Lisboa: Comissão Fabriqueira, Arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

(1970) **Bênção da Igreja do S. S. Coração de Jesus e consagração do Altar** [catálogo], Lisboa: Arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

MATEUS, Manuel Aires (1995), **Memória descritiva [da ampliação do projecto do edifício da Ordem dos Engenheiros]**. Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo: Processo 1526/DMPGU/OB/1995. P. 192.

PEREIRA, Nuno Teotónio; PORTAS, Nuno (1962) **Carta [dirigida a Pe. Luís Aparício. Lisboa, 28 de Novembro de 1962]**. Lisboa: Arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

PEREIRA, Nuno Teotónio; PORTAS, Nuno; LOBO, Vasco; FIGUEIREDO, Vítor (1962) **Memória descritiva. Concurso Igreja do S. S. Coração de Jesus**. Lisboa, Processo 46812/62, Câmara Municipal de Lisboa, P. 15-36.

PEREIRA, Nuno Teotónio; PORTAS, Nuno; ROSA, L. V. (1963) **Igreja do S. S. Coração de Jesus - anteprojecto remodelado II: Memória descritiva e peças desenhadas.** Lisboa: Arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

PORTAS, Nuno (1963) **Projecto para a Nova Igreja do S. S. Coração de Jesus: alterações ao programa inicial ou à solução do anteprojecto para concurso.** Lisboa: Arquivo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

REIS, João Braula (1964) **Edifício de escritórios e comércio – Memória descritiva.** Câmara Municipal de Lisboa: Processo 41650/1964

RIBEIRO, Jorge Carvalho; GEIRINHAS, Maria Manuela (1997) **Picoas Plaza - Memória descritiva: arranjos exteriores.** Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo: Processo 2288/DMPGU/OB/1997. P. 11-114.

SANCHEZ, Sebastião Formosinho (1958) **Memória Descritiva - Estudo Urbanístico.** Câmara Municipal de Lisboa: Processo 66126/1958. P. 1-8.

Referências bibliográficas

(1961) Decreto da criação do secretariado das novas igrejas do patriarcado. **Novas Igrejas: boletim trimestral do secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado**. 1 (Janeiro-Março 1961) 4-6.

(1961) A Igreja na cidade. **Novas Igrejas: boletim trimestral do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado**.1 (Janeiro-Março 1961) 14-17.

(1961) O espaço de celebração litúrgica. **Novas Igrejas: boletim trimestral do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado**. 4 (Outubro-Dezembro 1961) 6-15.

(1961) A paróquia do S. S. Coração de Jesus vai construir uma nova e grande igreja. **Novas Igrejas: boletim trimestral do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado**. 2-3 (Abril-Setembro 1961) 16-17.

(1962) **Igreja do Sagrado Coração de Jesus: exposição dos anteprojectos apresentados a concurso**. Lisboa: Sociedade Nacional de Belas-Artes.

(1962) Concurso de anteprojectos para a construção da Igreja do Sagrado Coração de Jesus: os trabalhos premiados. **Arquitectura**. 76 (Outubro 1962)11-28.

(1972) Duas Igrejas [Igreja do Sagrado Coração de Jesus e Paroquial de Almada]. **Binário**.161 (Fevereiro, 1972) 70-77.

(1989) **Centro Cultural de Belém – Concurso para o projecto**. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

GEO – Gabinete de Estudos Olisiponenses (ed.) (2009) **Lisboa do Século XVII - “A mais deliciosa terra do Mundo”: imagens e textos nos quatrocentos anos do nascimento de padre António Vieira**. Lisboa: Direcção Municipal de Cultura – Câmara Municipal de Lisboa.

AGAREZ, Ricardo Costa (2009) **O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Departamento de Património Cultural.

AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. (Eds) (2012) **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital – Letra e Imagem.

AGUIAR, Douglas (2012) Urbanidade e a qualidade da cidade. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital – Letra e Imagem, P. 61-79.

ALEXANDER, Christopher et al. (1977) **A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction**, New York: Oxford University Press.

ALMEIDA, Pedro Vieira de (1971) Duas igrejas: Sagrado Coração de Jesus e Paroquial de Almada. **Arquitectura**. 123 (Setembro-Outubro 1971) 163-164.

____ (1980) Avenida da Liberdade: plano morfológico e cêrceas. **Arquitectura**. 139 (1980) 61-78.

____ (2004 [1992]) Uma definição de arquitectura. **J-A - Jornal Arquitectos** (Antologia 1981 - 2004). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos.

____ (2008) **Apontamento para uma teoria da arquitectura**. Lisboa: Livros Horizonte.

____ (2013 [1963-1964]) **Ensaio sobre o espaço da arquitectura**. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo – Escola Superior Artística do Porto.

ANGELILLO, Antonio (ed.) (1988) **Gonçalo Byrne: Obras e Projectos**. Lisboa: Editorial Blau.

APPLEYARD, D.; GERSON S.; LINTELL, M. (1981) **Liveable Streets**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.

BARREIROS, Maria Helena (coord.); TOSTÕES, Ana (textos) (2001) **Lisboa: conhecer, pensar, fazer cidade** [catálogo], Lisboa: Câmara Municipal – Urbanismo.

BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (org.) (1998) **Portugal: arquitectura do século XX** [catálogo]. München: Prestel.

BENJAMIN, Walter (1986) Paris, Capital of the Nineteenth Century. In DEMETZ, Peter (ed.) - **Reflections: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings**. Trad. Edmund Jephcott. New York: Schocken Books. P. 164-162.

BENJAMIN, Walter; LACIS, Asja (2004) Nápoles. In BARRENTO, João (ed.) - **Imagens de pensamento**. Trad. João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim. P. 125-134.

BENTLEY, Ian et al. (1985) **Responsive Environments: a Manual for Designers**. London: Architectural Press.

BENTLEY, Ian (2002) **Urban Transformations: Power, People and Urban Design**. London, New York: Routledge.

BIRKHAMSHAW, Alex J. (2006) Linking Urban Landscape Characterization and Urban Morphology. **Urban Morphology - Journal of the International Seminar on Urban Form**. 10 (2006) 77-78.

BUSQUETS, Joan; CORREA, Felipe (ed.) (2006) **Cities X lines: a New Lens for the Urbanistic Project Rovereto**. Trento: Nicolodi Editore.

BUSQUETS, Joan; COROMINAS, Miquel (ed.) (2009) **Cerdà i la Barcelona del Futur: Realitat versus projecte**. Barcelona: Diputació Barcelona, CCCB.

BYRNE, Gonçalo (1980) **A Proposal for Urban Architecture**. London: 9H Publications.

CABRITA, António Reis (1981) Conjunto Habitacional em Chelas - Zona 2: definição da encomenda do projecto, estudos preliminares. **Arquitectura**. 141:4 (Maio 1981) 19-29.

CARAVANA, F. (1962) O concurso de anteprojectos da Igreja do Sagrado Coração de Jesus. **Diário Popular**. Lisboa.

CARERI, F.; PLA, M.; HAMMOND, P. (2002) **El andar como prática estética**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

CARMONA, Mathew et al. (2003) **Public Places - Urban Spaces: the Dimensions of Urban Design**. Oxford, Boston: Architectural Press.

CARMONA, Mathew; TIESDELL, S. (ed.) (2007) **Urban design Reader**. Oxford: Architectural Press.

CARMONA, Mathew (2010) Contemporary Public Space, Part Two: Classification. **Journal of Urban Design**. 15:2 (2010) 157-173.

CASTANHEIRA, Carlos; SANTOS, Juan Domingo. (ed.) (1994) **O Chiado, Lisboa: a estratégia da memória**. Granada, Lisboa, Sevilha: Delegación en Granada del Colegio de Arquitectos, Sociedade Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura, Junta de Andalucía – Consejería de Obras Públicas y Transportes – Dirección General de Arquitectura y Vivienda.

CLAESSENS, François; DUIN, Leen Van (ed.) (2005) **The European City: Architectural Interventions and Transformations**. Delft: Delft University of Technology and Antwerp Higher Institute of Architectural Sciences Henry van de Velde, Delft University Press.

COELHO, Carlos Dias (2013) 1. O tecido: leitura e interpretação. In COELHO, Carlos Dias (coord.) **Cadernos MUrb – Morfologia Urbana: estudos da cidade portuguesa. 1- Os elementos urbanos**. Lisboa: Argumentum – Edições Estudos e Realizações. P. 12-35.

COLL, Jaime (1998) Mat Building. In MANSILLA Luís M.; ROJO, Luís; TUÑÓN, Emilio (ed.) - **Circo**. Madrid. 54 (1998)1-7.

COSTA, Alexandre Alves (1995) **Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa. Outros textos sobre arquitectura portuguesa**. Porto: FAUP Publicações.

COSTA, João Pedro (2014) 8. A monumentalização do tecido: tempos e perspectivas de um processo dinâmico. O caso de Belém. In COELHO, Carlos Dias (coord.) - **Cadernos MUrb – Morfologia Urbana: estudos da cidade portuguesa. 2- O tempo e a forma**. Lisboa: Argumentum - Edições Estudos e Realizações. P. 162-183.

CRANG, M. (2000) Urban Morphology and the Shaping of the Transmissible City. **City**. 4:3 (2000) 303-315.

CULLEN, Gordon (1983 [1961]) **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70.

CUNHA, J. A. D. (2014) **O MRAR e os anos de ouro da arquitectura religiosa em Portugal no século XX: a acção do Movimento de Renovação da Arte Religiosa nas décadas de 1950-1960**. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

DIAS, Manuel Graça (1993) Nuno Teotónio Pereira. **Magazine de Arquitectura e Decoração**. Programa da RTP, transmitido a 12-05-1993.

Disponível em linha: [<http://www.rtp.pt/arquivo/?article=660&tm=22&visual=4>].

____ (1999) **Ao volante, pela cidade: dez entrevistas de arquitectura**. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

DOVEY, Kim (1999) **Framing Places: Mediating Power in Built Form**. London and New York: Routledge.

DZIURA, Giselle Luzia (2009) **Permeabilidade espacial e zelo urbanístico no projeto arquitetônico: da Modernidade à Pós-modernidade nos edifícios multifuncionais do Eixo Estrutural Sul de Curitiba, 1966-2008**. Tese de Doutoramento. São Paulo: Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

EWING, R.; HANDY, S. (2009) Measuring the Unmeasurable: Urban Design Qualities Related to Walkability. **Journal of Urban Design**. 14:1, (2009) 65-84.

FENTON, Joseph (1985) Hybrid Buildings. **Pamphlet Architecture nº 11**. New York: Lynette Widder.

FERNANDES, Francisco Barata (1999) **Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade**. Porto: FAUP Publicações.

FERNANDES, José Manuel (1989) **Lisboa: arquitectura & património**. Lisboa: Livros Horizonte.

____ (1999) **Cidades e arquitectura**. Lisboa: Livros Horizonte.

FERNANDEZ, Sérgio (1988) **Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

FINDLEY, Lisa (2005) **Building Change: Architecture, Politics and Cultural Agency**. London, New York: Routledge.

FORD, Larry R. (2000) **The Spaces between Buildings**. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

FORTUNA, Carlos (2009) 6. Cidade e urbanidade. In FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.) - **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina. P. 83-94.

FRANÇA, José Augusto (1997) **Lisboa: urbanismo e arquitectura**. Lisboa: Livros Horizonte.

____ (1989) A reconstrução de Lisboa e a arquitectura Pombalina. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Ministério da Educação

FUTAGAWA, Yukio (1998) Expo 98 Portuguese Pavilion, Lisbon. **GA Document Extra 11: Alvaro Siza**. 118

GARCÍA, Juan Antonio Serrano; MASATS, Paloma Baquero (2012) What time are Paris arcades? **Eurau'12 - European Symposium on Research in Architecture and Urban Design**. [http://eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/368_0.pdf].

GAUTHIER, P. (2004) Conceptualizing the Social Construction of Urban and Architectural Forms through the Typological Process. **Urban Morphology - Journal of the International Seminar on Urban Form**. 9 (2004) 83-93.

GAUTHIER, Pierre; GILLILAND, Jason (2006) Mapping Urban Morphology: a Classification Scheme for interpreting contributions to the Study of Urban Form. **Urban Morphology – Journal Online**.10:1 (2006) 41-50.
[<http://www.urbanform.org/pdf/gauthier-gilliland2006.pdf>].

GEHL, Jan (2006 [1971]) **La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios**. Barcelona: Editorial Reverté.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars (1997) **Public Spaces, Public Life**. Copenhagen: Arkitektens Forlag.

____ (2000) **New City Spaces**. Copenhagen: The Danish Architectural Press.

GEHL, Jan; KAEFER, Lotte Johansen; REIGSTAD, Solvejg (2006) Close Encounters with Buildings. **Urban Design International**. 11 (2006) 29-47
[http://www.gsa.gov/graphics/pbs/JanGehl_UrbanDesign_article.pdf].

GEHL, Jan (2010) **Cities for People**. Washington-Covelo-London: Island Press.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte (2013) **How to Study Public Life**. Washington: Island Press.

GENESTIER, Philippe (1993) Que vaut la notion de project urbain? **L'Architecture d'Aujourd'hui**. 288 (1993) 40-46.

GOMES, António Luiz (1993) **Centro Cultural de Belém: o sítio, a obra**. Lisboa: CCB.

GOSPODINI, Aspa (2002) European Cities in Competition and the New "Uses" of Urban Design. **Journal of Urban Design**. 7:1 (2002) 59-73.

____ (2004) Urban Morphology and Place Identity in European Cities: Built Heritage and Innovative Design. **Journal of Urban Design**. 9 (2004) 225-248.

GRAMSBERGEN, Esther (2005) Continuity and Change: The Architecture of Public Buildings in the Centre of Amsterdam. In CLAESSENS, François; DUIN, Leen Van; (ed.) - **The European City: Architectural Interventions and Urban Transformations**. Delft: Publicatieburo Bouwkunde.

GREGOTTI, Vittorio; SALGADO, Manuel (1992) Centro Culturale di Belém, Lisbona. **Domus - Monthly Review of Architecture Interiors Design Art**. Roma: Editoriale Domus. 738 (1992) 27-37.

GROÁK, Steven (1992) **The Idea of Building: Thought and Action in the Design and Production of Buildings**. London, New York: E & FN Spon.

GROAT, Linda; WANG, David (2002) **Architectural Research Methods**. New York: John Wiley & Sons, Inc.

HABERMAS, Jürgen (1989) **The Structural Transformation of the Public Space**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

HARTEVELD, M. (2005) European Publicity: Learning from the Evolution of the Interior Public Space. In CLAESSENS, François; DUIN, Leen Van (ed.) - **The European City: Architectural Interventions and Urban Transformations**. Delft: Publicatieburo Bouwkunde.

HERTZBERGER, Herman (2005) **Lessons for Students in Architecture**. Rotterdam: 010 Publishers.

HILLIER, Bill; HANSON, Julianne (1984) **The Social Logic of Space**. Cambridge, New York: Cambridge University Press.

HILLIER, Bill (2007) **Space is the Machine: a Configurational Theory of Architecture**. London: Space Syntax.

HOLL, Steven (2011) Hybrid Buildings: Prologue. **This is Hybrid: an Analysis of Mixed-Use Buildings**. Vitoria-Gasteiz: a+t Architecture Publishers.

JACOBS, Jane (2000 [1961]) **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes.

KAYDEN, Jerold S. (2000) **Private Owned Public Space: The New York City Experience**. New York: John Wiley & Sons, Inc.

KROPF, Karl (2006) Crisis in the Typological Process and the Language of Innovation and Tradition. **Urban Morphology - Journal of the International Seminar on Urban Form**. 10:1(2006) 70-77.

____ (2009) Aspects of Urban Form. **Urban Morphology - Journal of the International Seminar on Urban Form**. 13:2 (2009) 150-20.

LAMAS, José M. Ressano Garcia (1993) **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

LANG, John (2005) **Urban Design: A Typology of Procedures and Products**. Oxford: Architectural Press.

LARICE, Michael; MACDONALD, Elizabeth (ed.) (2007) **The Urban Design Reader**. New York: Routledge.

LEAL, Joana Cunha (2008) A sanitização do imaginário urbano e o crescimento de Lisboa na segunda metade do século XIX. In ACCIAIUOLI, Margarida; LEAL, Joana Cunha; MAIA, Maria Helena (coord.) - **Arte & Poder**. Lisboa: Instituto de História da Arte. P. 119-136.

LEAL, Joana Cunha; MAIA, Maria Helena; CARDOSO, Alexandra (2013) Architectural theory and the vernacular in Pedro Vieira de Almeida's writing. **To and Fro: Modernism and Vernacular Architecture**. Porto: Escola Superior Artística do Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo. P. 105-116.

LEFEBVRE, Henri (2001 [1968]) **O direito à cidade**. Trad. Ruben Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora.

LEHTOVUORI, Panu (2010) **Experience and Conflict: The Production of Urban Space**. [s.l.]: Ashgate Publishing, Ltd.

LEVY, A. (2005) New Orientations in Urban Morphology. **Urban Morphology - Journal of the International Seminar on Urban Form**. 9:1 (2005) 50-53.

LLANO, Pedro; CASTANHEIRA, Carlos. (ed.) (1995) Álvaro Siza: Obras y Proyectos. Madrid: Sociedad Electa España, S. A.

LOBO, Margarida Sousa (1994) Os anos da República e a ascensão do Estado Novo. In BERGER, F. G.; BISSAU, L.; TOUSSAINT, M., (ed.) - **Guia de Arquitectura Lisboa 94**. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

LÓPEZ, Tomás Gil (2007 [2003]) Influencia de la configuración del borde público-privado. Parámetros de diseño. **Cuadernos de Investigación Urbanística**. 52 (2007) 3-66.

LOZANO, Eduardo (2007 [1990]) "Density in Communities, or the Most Important Factor in Building Urbanity": from *Community Design and the Culture of Cities* (1990). In LARICE, Michael; MACDONALD, Elizabeth (ed.) **The Urban Design Reader**. New York: Routledge. P. 312-327.

LYNCH, Kevin (1971) **Site Planning**. Cambridge MA: Mit Press

____ (1999 [1960]) **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70.

____ (2007 [1981]) "Dimensions of Performance": from *Good City Form*. In LARICE, Michael; MACDONALD, Elizabeth (ed.) **The Urban Design Reader**. New York: Routledge. P. 109-114.

MACHADO, José Pedro (1987) **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte.

MADANIPOUR, Ali (2003) **Public and Private Spaces of the City**. London, New York: Routledge.

MADEIRA, Cláudia (2010) **Híbrido: do mito ao paradigma invasor?** Lisboa: Editora Mundos Sociais.

MARTÍ ARÍS, Carlos (1993) **Las variaciones de la identidad: ensayo sobre el tipo en arquitectura**. Barcelona: Serbal.

____ (2005) **La cimbra y el arco**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos.

MARTINS, Pedro (2014) 7. A fragmentação: do edificado monumental ao tecido urbano comum. In COELHO, Carlos Dias (coord.) - **Cadernos MURb – Morfologia Urbana: estudos da cidade portuguesa. 2 - O tempo e a forma**. Lisboa: Argumentum - Edições Estudos e Realizações, P.140-161.

MATOS, Madalena Cunha; RAMOS, Tânia; GONÇALVES, Fernando (2008) Crossing through the Block: Permeabilities in the Urban Fabric of Portuguese Cities. **13th IPHS - International Planning History Science Conference - Public versus Private Planning: Themes, Trends and Tensions** [proceedings]. Chicago: University of Florida/University of Illinois. P. 1443-1504.

MEHTA, Vikas (2009) Look Closely and You Will See, Listen Carefully and You Will Hear: Urban Design and Social Interaction on Streets. **Journal of Urban Design**. 14: 1 (2009) 29-64.

MIYOSHI, Alex (2007) O edifício do MASP como sujeito de estudo. **Vitruvius**. Ano 07. (Maio de 2007). [<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.084/245>].

MONEO, Rafael (2004) **Inquietud teórica y estrategia proyectual en la obra de ocho arquitectos contemporáneos**. Barcelona: Actar.

MONTANER, Josep Maria (2002) **Las formas del siglo XX**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

MONTEYS, Xavier (2007) Que torni a casa. **El País – Quadern**. (18-10-2007). 6.

____ (2008) Les glòries del disseny. **El País** (26-06-2008).

MONTEYS, Xavier et al. (coord.) (2010) **Rehabitar. 4 - Las plantas bajas**. Barcelona: Ministerio de Vivienda y Universidad Politécnica de Cataluña.

MOORE, Charles; ALLEN, Gerald (1978 [1976]) **Dimensiones de la arquitectura: espacio, forma y escala**. Trad. Pilar Bonet; Esteve Riambau i Sauri, do original Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A.

MOUDON, Anne Vernez (1997) Urban Morphology as an Emerging Interdisciplinary Field. **Urban Morphology – Journal Online**. 1 (1997) 3-10. [<http://www.urbanform.org/pdf/moudon1997.pdf>].

____ (2007 [1994]) "Getting to know the Built Landscape: Typomorphology": from *Ordering Space: Types in Architecture and Design* (1994). In LARICE, Michael; MACDONALD, Elizabeth (ed.) - **The Urban Design Reader**. New York: Routledge. P. 256-281.

NETTO, Vinicius M. (2012) A urbanidade como devir do urbano. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital – Letra e Imagem. P. 33-59.

NETTO, Vinicius M.; VARGAS, Julio Celso; SABOYA, Renato T. (2012) [Buscando] Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Paraná: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 4:2 (Jul.-Dez. 2012) 261-282. [<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v4n2/a09v4n2.pdf>].

PACIÊNCIA, J. (1996) Edifício Saldanha. Mercado 31 de Janeiro e Saldanha Residence. **Arquitectos**. Ano XVI - 160-161 (Junho/Julho 1996) 46-48; 49-52.

PARCERISA, Josep; VENTÓS, María Rupert de (2000) **La Ciudad no es una hoja en blanco: hechos del urbanismo**. Santiago de Chile: Ediciones ARQ / Escuela de Arquitectura Pontificia Universidad Catolica de Chile.

PER, A. F. (2011) Hybrid versus social condenser. **This is Hybrid: an Analysis of Mixed-Use Buildings**. Vitoria-Gasteiz: a+t Architecture Publishers.

PEREC, Georges (1974) **Species of Spaces and Other Pieces**. London: Penguin Books.

PEREIRA, Nuno Teotónio; PORTAS, Nuno (1971) Igreja do Sagrado Coração de Jesus. **Arquitectura**.123 (Setembro- Outubro 1971) 165.

PEREIRA, Nuno Teotónio; PORTAS, Nuno; BYRNE, Gonçalo (1971) Centro de S. Sebastião da Pedreira. **Arquitectura**.123 (Setembro- Outubro 1971) 178-186.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1994) Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. **Análise Social**. 29:127(1994) 509-524.

[<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf>].

PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene (1995) **Prédios e vilas de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte.

PEREIRA, Nuno Teotónio (2011) **Lisboa: temas e polémicas, 1964 – 2007**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

PEREIRA, Paulo. (2013) 8.O edifício singular. Edifícios discretos. In COELHO, Carlos Dias (coord.). 1. **Os elementos urbanos**. Lisboa: Argumentum - Edições Estudos e Realizações. P. 164-187.

PONT, Meta Berghauser; HAUPT, Per (2009) **Space Density and Urban Form**. Delft: DelftUniversity of Technology.

PORTAS, Nuno (1969) **A cidade como arquitectura: apontamentos de método e crítica**. Lisboa: Livros Horizonte.

____ (1971) Testemunho de um dos autores. **Arquitectura**. 123 (Setembro-Outubro, 1971) 171.

PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel (org.) (1991) **Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta – anos oitenta** (catálogo da exposição de 23 de Maio a 7 de Julho). Porto: Fundação Serralves.

____ (1999) Espacio público y ciudad emergente. **La Arquitectura del espacio público: formas del pasado formas del presente** [catálogo da exposição]. Sevilha: Junta de Andalucía.

____ (2004) Conceitos de desenvolvimento urbano [1987]. **J-A - Jornal Arquitectos (Antologia 1981 - 2004)**. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. P. 79-86.

____ (2004) Gregotti ou Byrne: Eugénio dos Santos ou Ressano? Depoimento de um membro do júri. **J-A - Jornal Arquitectos (Antologia 1981 - 2004)**. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. P. 108-109.

____ (2008 [1964]) **A Arquitectura para hoje seguido de Evolução da Arquitectura moderna em Portugal**. Lisboa: Horizonte.

RAIMUNDO, D. (1994) **Centro Cultural de Belém: aspectos significativos da construção**. Lisboa: Centro Cultural de Belém.

RAMOS, Tânia (2012) **Bairros planeados e novos modos de vida: Olivais e Telheiras, que contribuições para o desenho do habitar sustentável?** Casal de Cambra, Sintra: Caleidoscópio.

RODRIGUES, Maria João M.; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio M. P. (1990) **Vocabulário técnico e crítico de arquitectura**. Coimbra: Quimera.

RODRÍGUEZ-TARDUCHY, Maria José; GRANDAL, Ignacio B.; FUENTE, Emilio O. de la (2011) **Forma y Ciudad: en los límites de la arquitectura y el urbanismo**. Madrid: Cinter Divulgación Técnica.

ROSSI, Aldo (2001 [1966]) **A arquitectura da cidade**. Lisboa: Edições Cosmos.

SAMUELS, Ivor; PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean C. (2004) **Urban Forms: The Death and Life of the Urban Block**. London, New York: Architectural Press – Routledge – Taylor & Francis Group.

SANTANA, Cátia, MATOS, Madalena (2010) Buildings and Urban Form: Investigating Buildings with a Positive Urban Transformation Dimension” **14th International Planning History Society Conference - Urban transformations: Controversies, Contrasts and Challenges**- Istanbul: ITU - Urban and Environmental Planning and Research Center.

SEIXAS, João (coord.) (2004) **Diagnóstico socio-urbanístico da cidade de Lisboa: uma perspectiva censitária – 2001**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano.

SILVANO, Filomena (2010) **Antropologia do espaço**. Lisboa: Assírio & Alvim.

SITTE, Camillo (2007 [1898]) “The Meager and Unimaginative Character of Modern City Plans” and “Artistic Limitations of City Planning”: from *City Planning According to Artistic Principles* (1898). In LARICE, Michael; MACDONALD, Elizabeth (ed.) **The Urban Design Reader**. New York: Routledge. P. 35-42.

SIZA, Álvaro (1994) O Chiado. A estratégia da memória. In CASTANHEIRA, Carlos; SANTOS, Juan Domingo. (ed.) - **O Chiado, Lisboa: a estratégia da memória**. Granada, Lisboa, Sevilha: Delegación en Granada del Colegio de Arquitectos, Sociedade Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura, Junta de Andalucía – Consejería de Obras Públicas y Transportes – Dirección General de Arquitectura y Vivienda. P. 68-70; 71-78.

SOLÀ-MORALES, Manuel (1997) **Las formas de crecimiento urbano**. Barcelona: Edicions UPC.

____ (2008) **Diez lecciones sobre Barcelona**. 2ª ed., Barcelona: COAC.

SOLÀ-MORALES, Manuel (2010) The Impossible Project of Public Space. In ANGLÈS, Magda (ed.) - **In Favour of Public Space: Ten Years of the European Prize**. Barcelona: Actar.

STEVENS, Quentin (2006) The Shape of Urban Experience: a Reevaluation of Lynch's Five Elements. **Environment & Planning B, Planning & Design**. 33 (2006) 803-823.

TAYLOR, Nigel (2009) Legibility and Aesthetics in Urban Design. **Journal of Urban Design**. 14 (2009) 189-202.

TIBBALDS, Francis (2001) **Making People-Friendly Towns: Improving the Public En-**

vironment in Towns and Cities. London and New York: Spon Press – Taylor & Francis Group.

TOSTÕES, Ana (1997) **Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50.** Porto: FAUP Publicações.

____ (org.) (2004) **Arquitectura e cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira.** Lisboa: Quimera Editores.

TOUSSAINT, Michel (1994) Afirmção e crise da Cidade Moderna. In BERGER, F. G.; BISSAU, L.; TOUSSAINT, M., (ed.) - **Guia de Arquitectura Lisboa 94.** Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

____ (2005) Híbrido: contrastes na sua importância. **JA - Jornal Arquitectos.** 220-221 (Jul. – Dez. 2005) 44-47.

TOUSSAINT, Michel; MELO, Maria (coord.) (2013) **Guia de Arquitectura de Lisboa 1948-2013.** Lisboa: A+A Books

TRIGUEIROS, Luís (ed.) (1995) Álvaro Siza: 1986-1995. Lisboa: Editorial Blau.

TRINDADE, Luísa (2012) Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo de Sousa (coord.) - **Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia.** Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», P. 209-227.

[<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19501/1/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20paisagem%20urbana.pdf>].

VIDLER, Anthony (2005) Type, Diagram, the City: Revisiting Paradigms of Design from Rossi to Koolhaas. In CLAESSENS, François; DUIN, Leen Van (ed.); - **The European city: Architectural Interventions and Urban Transformations.** Delft: Publicatieburo Bouwkunde.

VILAS-BOAS, Manuel (2011) O Património Moderno e o arquitecto Nuno Teotónio Pereira. **Encontros com o património** [programa de rádio do canal TSF emitido a 17-08-2011].

WHITEHAND, J. W. R. (1992) **The Making of the Urban Landscape**. Oxford: Basil Blackwell.

____ (2009) The Structure of Urban Landscapes: Strengthening Research and Practice. **Urban Morphology - Journal of the International Seminar on Urban Form**. 13 (2009) 5-28.

WHYTE, William H. (1980) **The Social Life of Small Public Spaces**. New York: Project for Public Spaces.

____ (2009 [1988]) **City: rediscovering the Center**. Philadelphia: Penn – University of Pennsylvania Press.

YIN, Robert K. (2003) **Case Study Research: Design and Methods**, 3ª ed. Thousand Oaks, C. A.: Sage Publications.

Volumes de obra consultados no Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa

OBRA 1153

Rua do Carmo 1 a 21; Rua Garrett 2 a 18; Calçada do Sacramento 2 a 22; Sacramento

OBRA 27727

Rua Garrett 1 a 11; Rua Nova do Almada 103-115; Mártires

OBRA 1153

Rua do Carmo 1 a 21; Rua Garrett 2 a 18; Calçada do Sacramento 2 a 22; Sacramento

OBRA 39652

Rua Garrett 25-35; Rua Ivens 63 a 75; Mártires

OBRA 1155

Rua do Carmo 37 a 49

OBRA 11070

Rua do Carmo 23-27

OBRA 11413

Avenida Estados Unidos da América 98 a 98 A; Avenida Roma 60A a 60-C; São João de Brito

OBRA- 1984

Av. Paris 14-14B; Rua Presidente Wilson 1 a 1B; São João de Deus

Obra 2066

Av. João XXI 9 a 9E; Rua Presidente Wilson 7 a 7 B; São João de Deus

OBRA 2159

Av. João XXI 7 a 7F; Rua Presidente Wilson 8; São João de Deus

OBRA 2865

Avenida de Paris 12 a 12 B; Rua Presidente Wilson 2; São João de Deus

OBRA 5200

Avenida João XXI 10 a 10 E; Rua Cervantes 1 a 1 D; São João de Deus

Obra 5263

Avenida João XXI 8 a 8 E; Rua Cervantes 2 a 2 D; São João de Deus

OBRA 5889

Rua da Madalena 182 a 182-A; São Cristóvão e São Lourenço

OBRA 6393

Rua Pedro Ivo 5; Alvalade

Obra 7123

Avenida de Madrid 9 a 9 A; Rua Cervantes 10 e 10 E; São João de Deus

OBRA 7963

Rua Cervantes 9 a 9 C; Avenida de Madrid 11 a 11 E; São João de Deus

OBRA 9401

[Vila Sousa] Largo da Graça 74 a 88; Travessa de S. Vicente 13 a 15; Travessa das Mónicas 6 a 28; Graça

OBRA 11744

Avenida Estados Unidos da América 96; Avenida Roma; São João de Deus

Obra 22383

[Vila Berta] Rua do Sol à Graça 55 a 59; Beco Forno do Sol; Graça

OBRA 23069

Arco das Portas do Mar 1 a 5; Rua dos Bacalhoeiros 16 a 16-D; Sé

OBRA 23369

Avenida Estados Unidos da América 90; São João de Brito

OBRA 24867

Rua Bulhão Pato 6; Alvalade

OBRA 24928

Rua Pedro Ivo 8; Alvalade

OBRA 25457

Rua Duarte Pacheco Pereira 26 a 26 F; Rua Tristão da Cunha 23; Rua Fernão Penteado 5; Santa Maria de Belém

OBRA 25741

Rua Duarte Pacheco Pereira 5 a 5-F; Santa Maria de Belém

OBRA 25963

[sede da Ordem dos Engenheiros] Avenida António Augusto de Aguiar 3-D a 3-E; São Sebastião da Pedreira

Obra 26330

Rua Duarte Pacheco Pereira 7 a 7 F; Rua Tristão da Cunha 25; Rua Padre António de Andrade 6; Santa Maria de Belém

OBRA 26408

Rua Duarte Pacheco Pereira 24 a 24 F; Rua Dois (BO. Casas Económicas encosta da ajuda, 3/3- D); Santa Maria de Belém

OBRA 26415

Avenida Infante Santo 72-72 D; Lapa

OBRA 26439

Avenida Infante Santo 70 a 70 D; Lapa

OBRA-28729

Avenida Infante Santo 1 a 1F (antigo Hotel Residencial); Rua Tenente Valadim 14; Lapa

OBRA 29343

Avenida Estados Unidos da América 16-16 B; São João de Brito

OBRA 29344

Avenida Estados Unidos da América 12 a 12 A; São João de Brito

OBRA 29364

Avenida Estados Unidos América 14 e 14 A; São João De Brito

OBRA 31400

Avenida Elias Garcia 166-166 C; Avenida Poeta Mistral 2 a 2 A; Nossa Senhora de Fátima

OBRA 31406

Avenida Elias Garcia 164 – 164 A; Nossa Senhora de Fátima

OBRA 31452

Avenida Poeta Mistral 6 A a 6 B; Nossa Senhora de Fátima

Obra 32071

Avenida 24 de Julho; Avenida Infante Santo; Lapa

OBRA 32903

Avenida Elias Garcia 162 a 162-A; Nossa Senhora de Fátima

OBRA 34665

Avenida Brasil 112 a 112 C

OBRA 34670

Avenida Brasil 114 a 114 C

OBRA 37536

Rua Afonso de Albuquerque 3; Arco da Conceição 1 a 3; Rua dos Bacalhoeiros 4 A a 4 C; Freguesia da Sé

OBRA 38418

Rua de Santa Marta 55 A a 55 E; Coração de Jesus

OBRA 39444

Rua General Silva Freire 10 a 12; Santa Maria Dos Olivais

OBRA 39794

Estrada do Desvio 27; Lumiar

OBRA 39874

Estrado do Desvio Lote 29; Lumiar

OBRA 41000

Rua Dr. Nicolau Bettencourt 45 a 45 B, Avenida António Augusto Aguiar 150 a 150 G

OBRA 41712

Rua Alferes Barrilaro Ruas 7, 7 A, 7 B; Santa Maria dos Olivais

OBRA 50186

Avenida Grão Vasco 32 a 32 A; Rua Emília das Neves 1; Benfica

OBRA 52311

Estrada do Desvio 44; Ameixoeira

OBRA 52346

Estrada do Desvio 38; Ameixoeira

OBRA 52469

[Igreja do Sagrado Coração de Jesus] Rua Camilo Castelo Branco 4 a 4 A e Rua de Santa Marta 55 C a 55 E; Coração de Jesus

OBRA 52743

Rua Coronel Bento Roma 12 a 12 E; AvEstados Unidos da América 53,53 F e 53 G

OBRA 54803

Avenida Duque de Ávila 1; Rua Açores 57a 61, 82 a 84, 84 D; Rua Visconde de Santa-rém 71, 77B; São Jorge de Arroios

OBRA 54898

[Edifício “Franjinhas”] Rua Braamcamp 9; Rua Castilho 40

OBRA 57704

Rua Santana à Lapa 113,113 A; Lapa

OBRA 58782

Rua Quinta das Lavadeiras 28; Ameixoeira

OBRA 59136

Rua Quinta das Lavadeiras 36; Ameixoeira

OBRA 59195

Rua Quinta das Lavadeiras Lote 13; Ameixoeira

OBRA 59265

Rua Quinta Lavadeiras, 33 Ameixoeira

OBRA 59269

Rua Quinta Lavadeiras 30; Ameixoeira

OBRA 59279

Rua Quinta Lavadeiras 25; Ameixoeira

OBRA 59326

Rua Quinta Lavadeiras 38; Ameixoeira

OBRA 59398

Rua Quinta Lavadeiras 22 – lote 16; Ameixoeira

OBRA 59407

Rua Quinta Lavadeiras 24; Ameixoeira

OBRA 59465

Rua Quinta Lavadeiras 17; Ameixoeira

OBRA 62890

Rua Artilharia Um 45 a 53; Travessa Légua da Póvoa, 11, 11-A a 11-D, 13, 13-A, 15, 17

Obra 65871

[Edifício de ampliação da ordem dos engenheiros] Avenida Sidónio Pais; Avenida António Augusto Aguiar 3 D

OBRA 66351

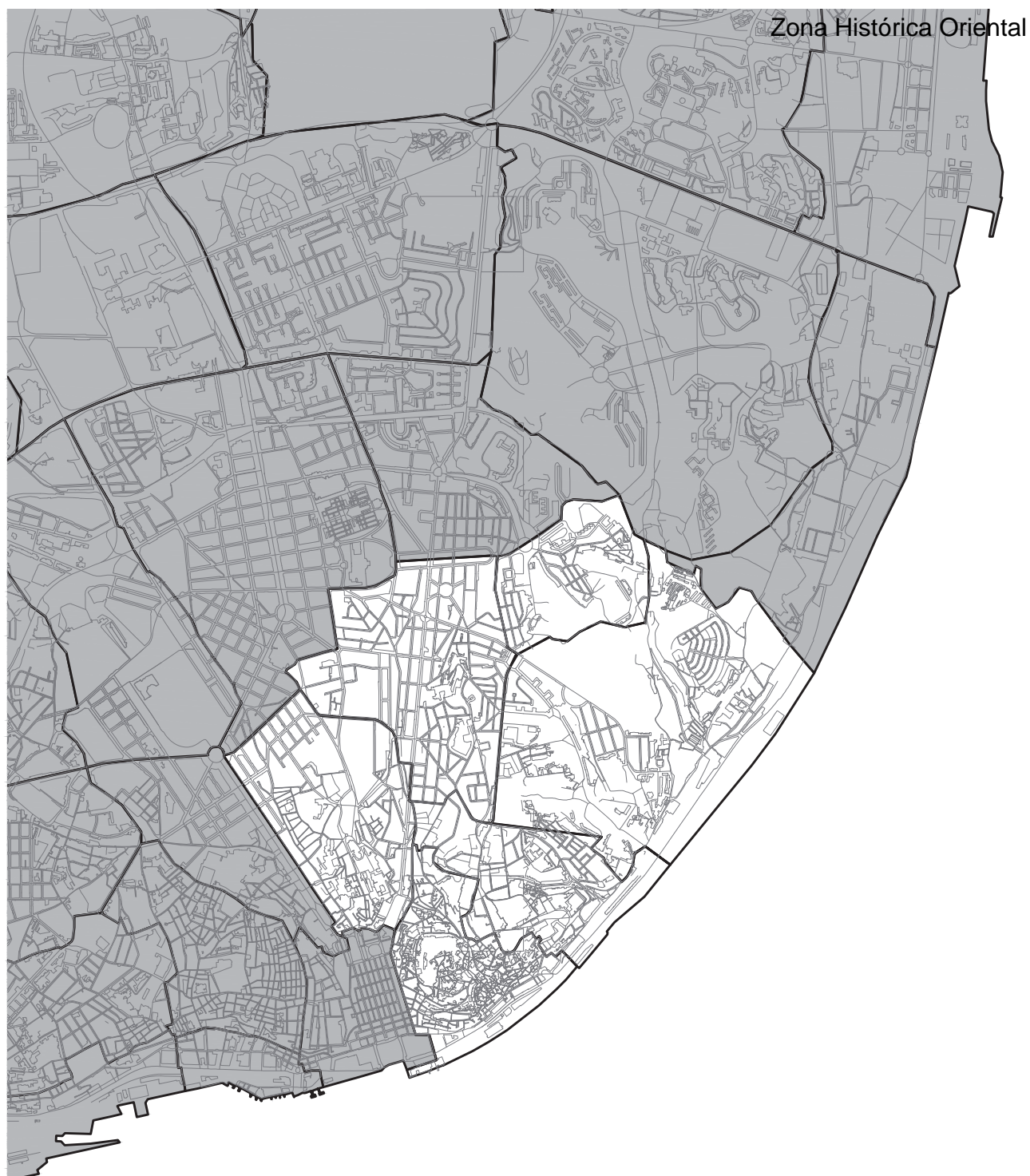
Rua Viriato 13, 13 A a 13 T; Rua Tomás Ribeiro 65, 65 A a 65 D; São Sebastião da Pedreira

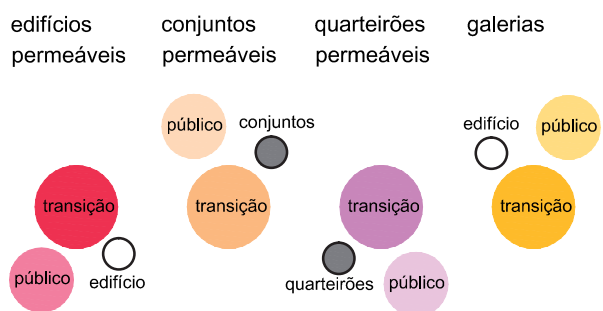
ANEXO I

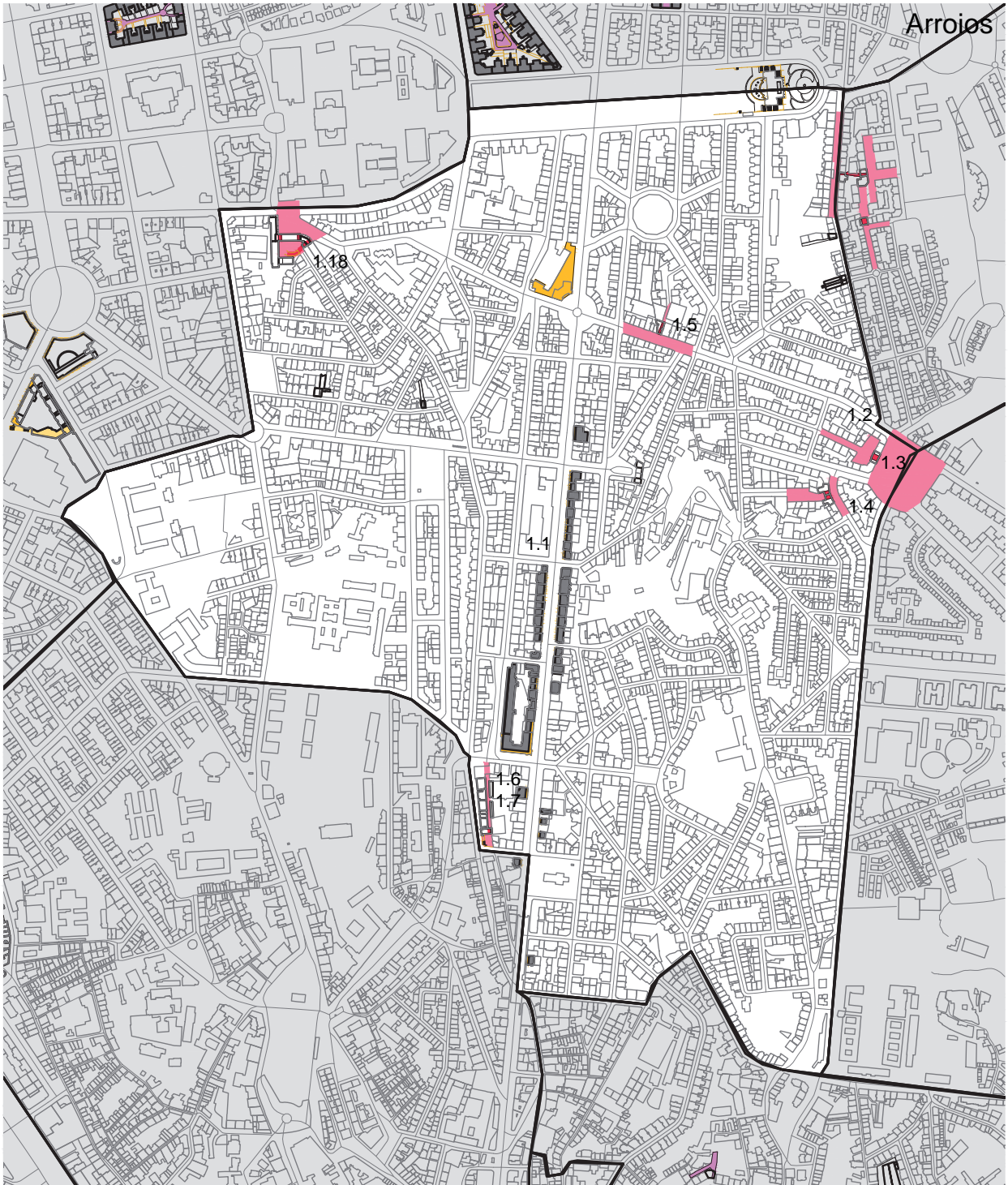
Permeabilidade estruturante, local e periférica: mapas

A observação da cidade fez-se a partir de sete grandes áreas, definidas tendo em conta as quarenta unidades de análise propostas no estudo realizado pela CML em 2004, “Diagnóstico socio-urbanístico da cidade de Lisboa” (Seixas et al., 2004)







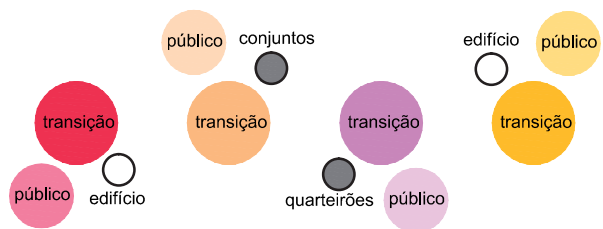


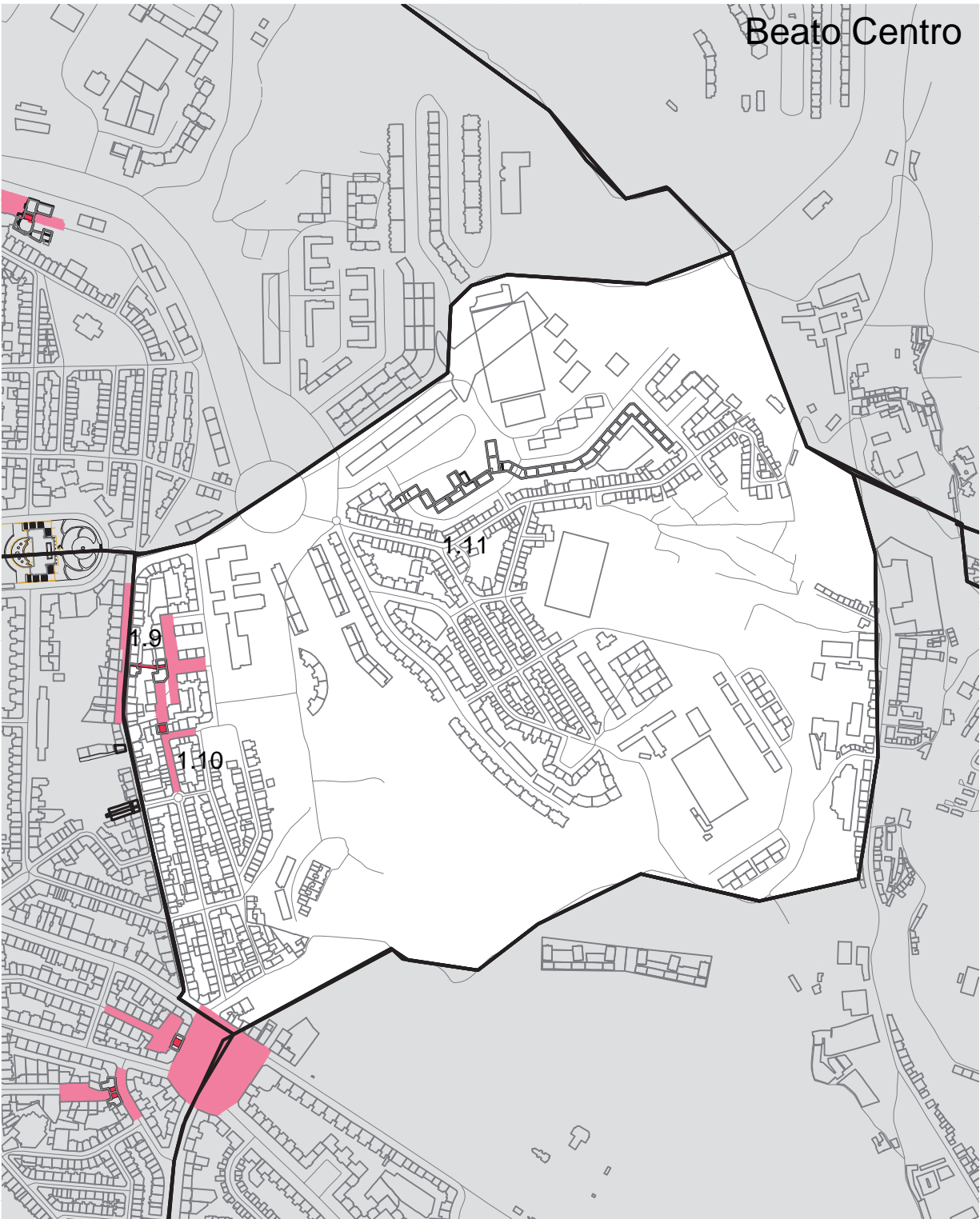
edifícios
permeáveis

conjuntos
permeáveis

quarteirões
permeáveis

galerias





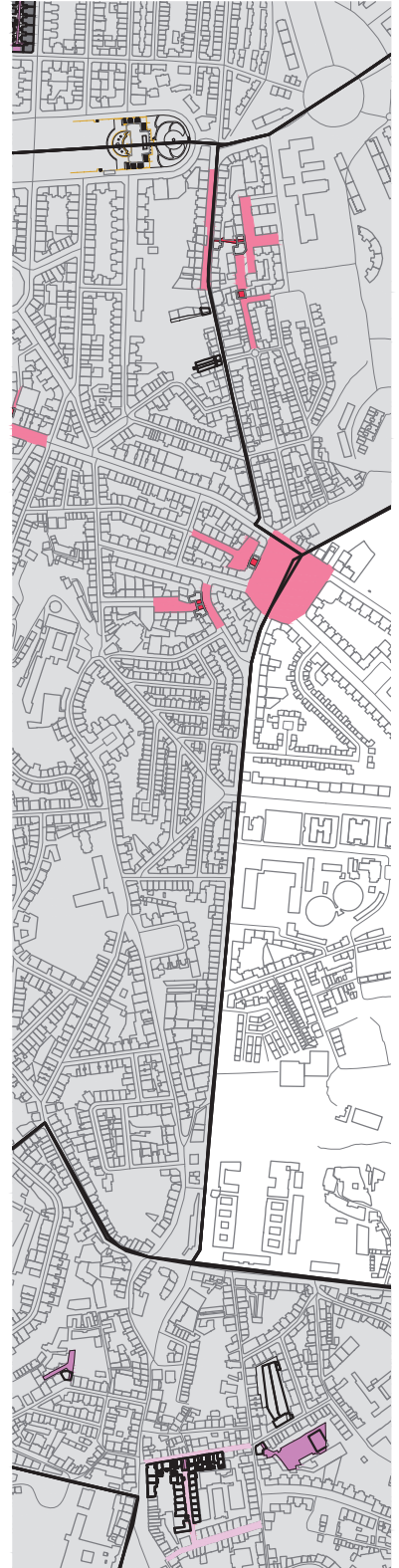
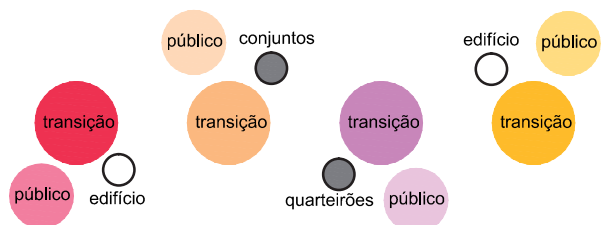
0 100 500 m

edifícios
permeáveis

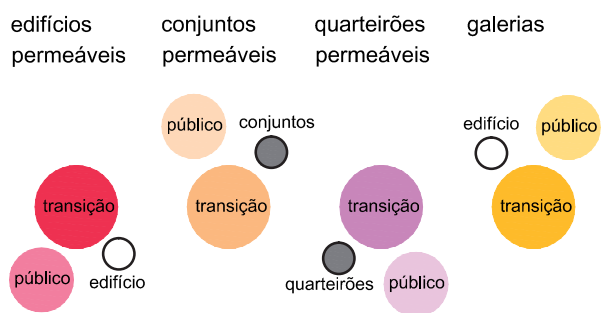
conjuntos
permeáveis

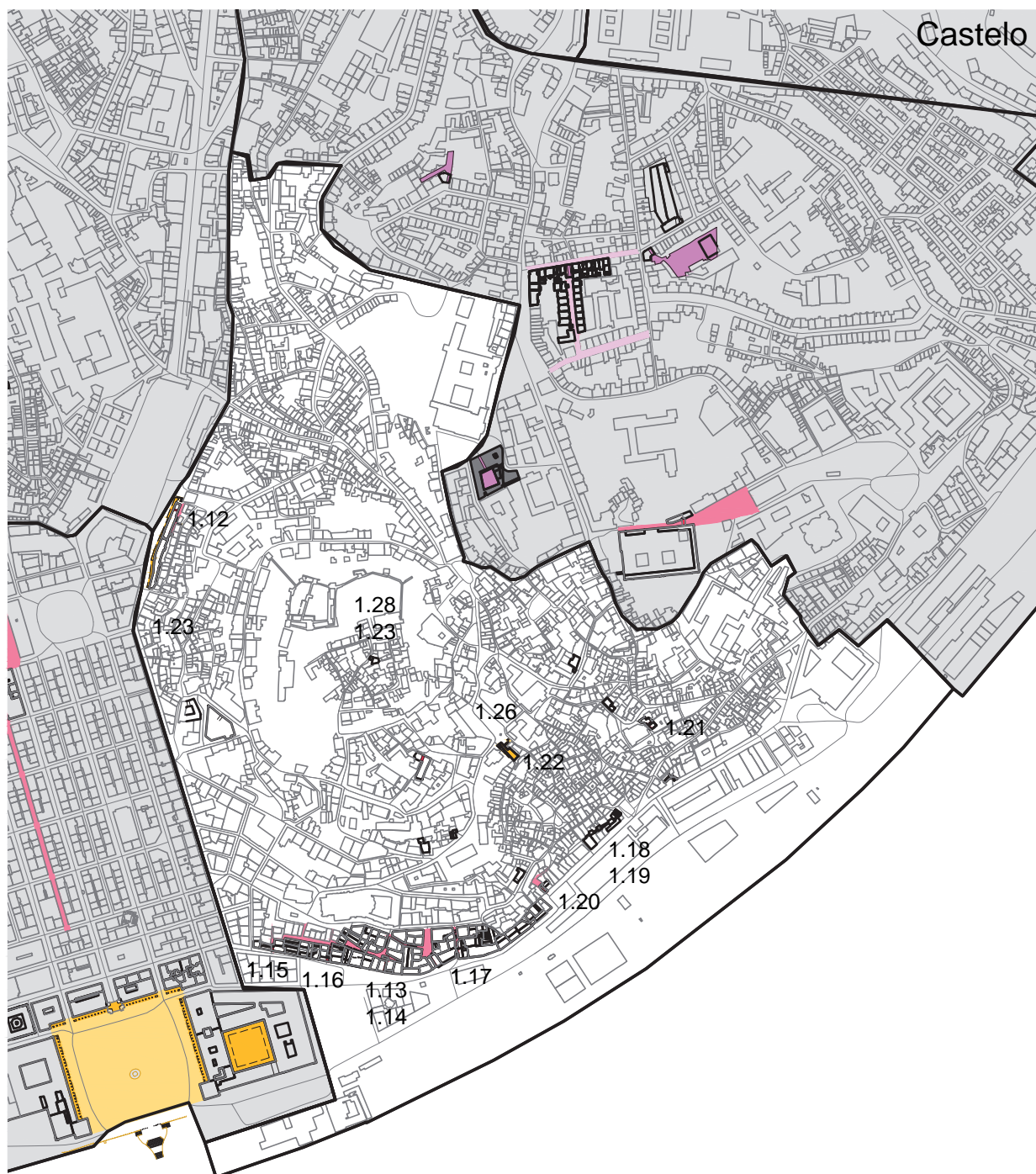
quarteirões
permeáveis

galerias







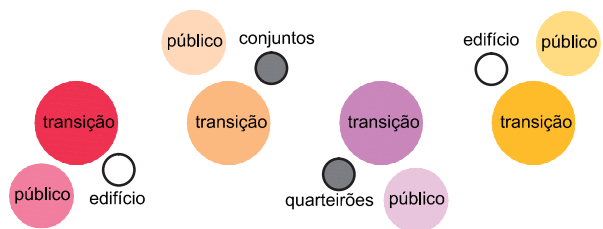


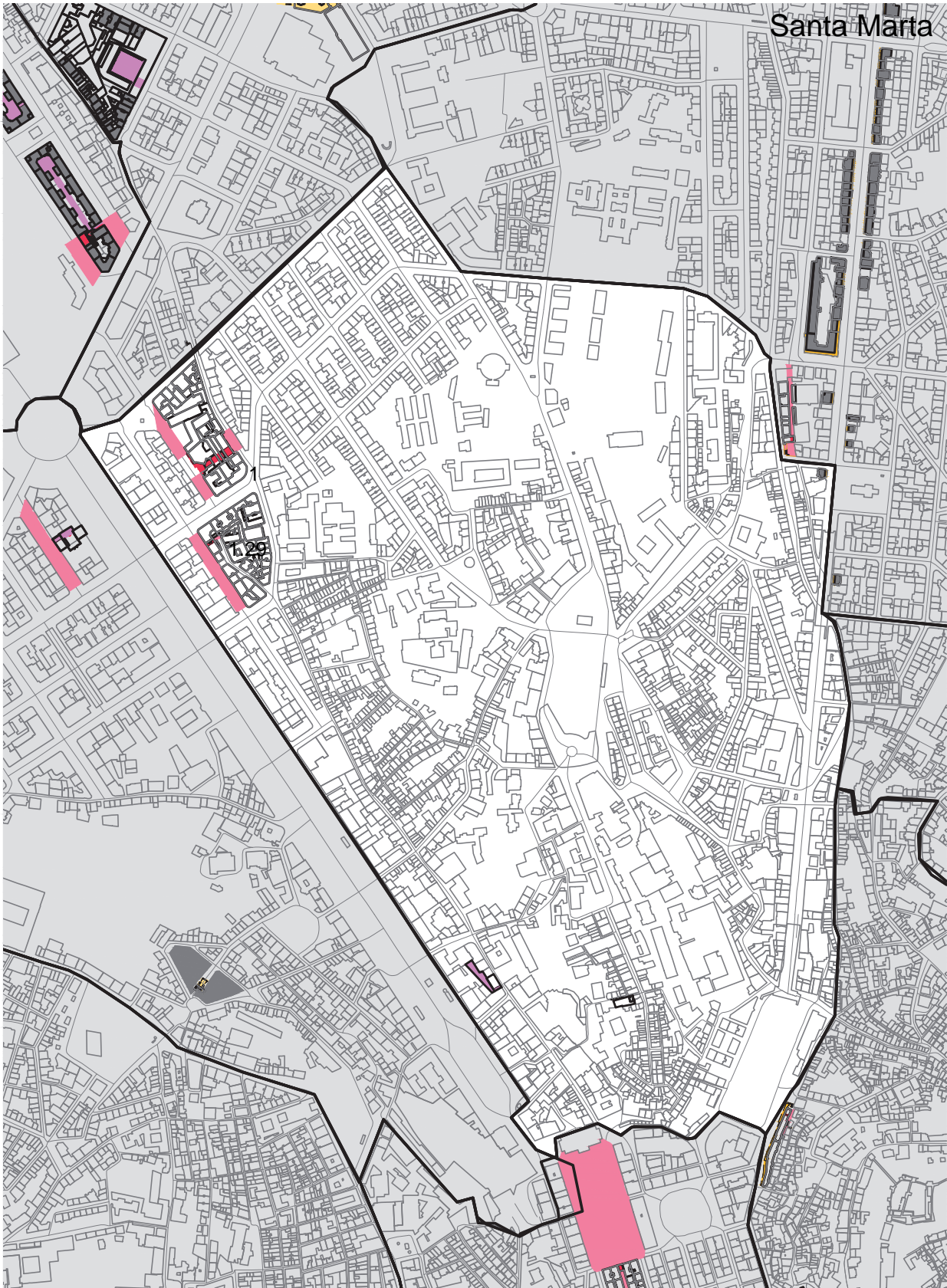
edifícios
permeáveis

conjuntos
permeáveis

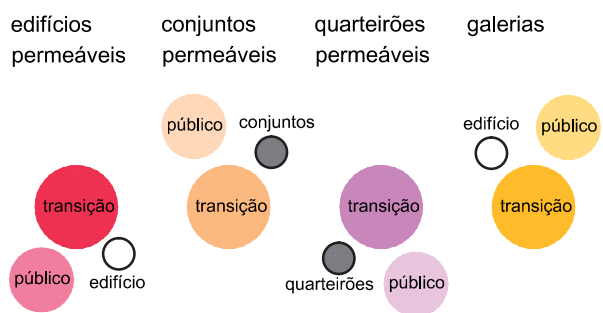
quarteirões
permeáveis

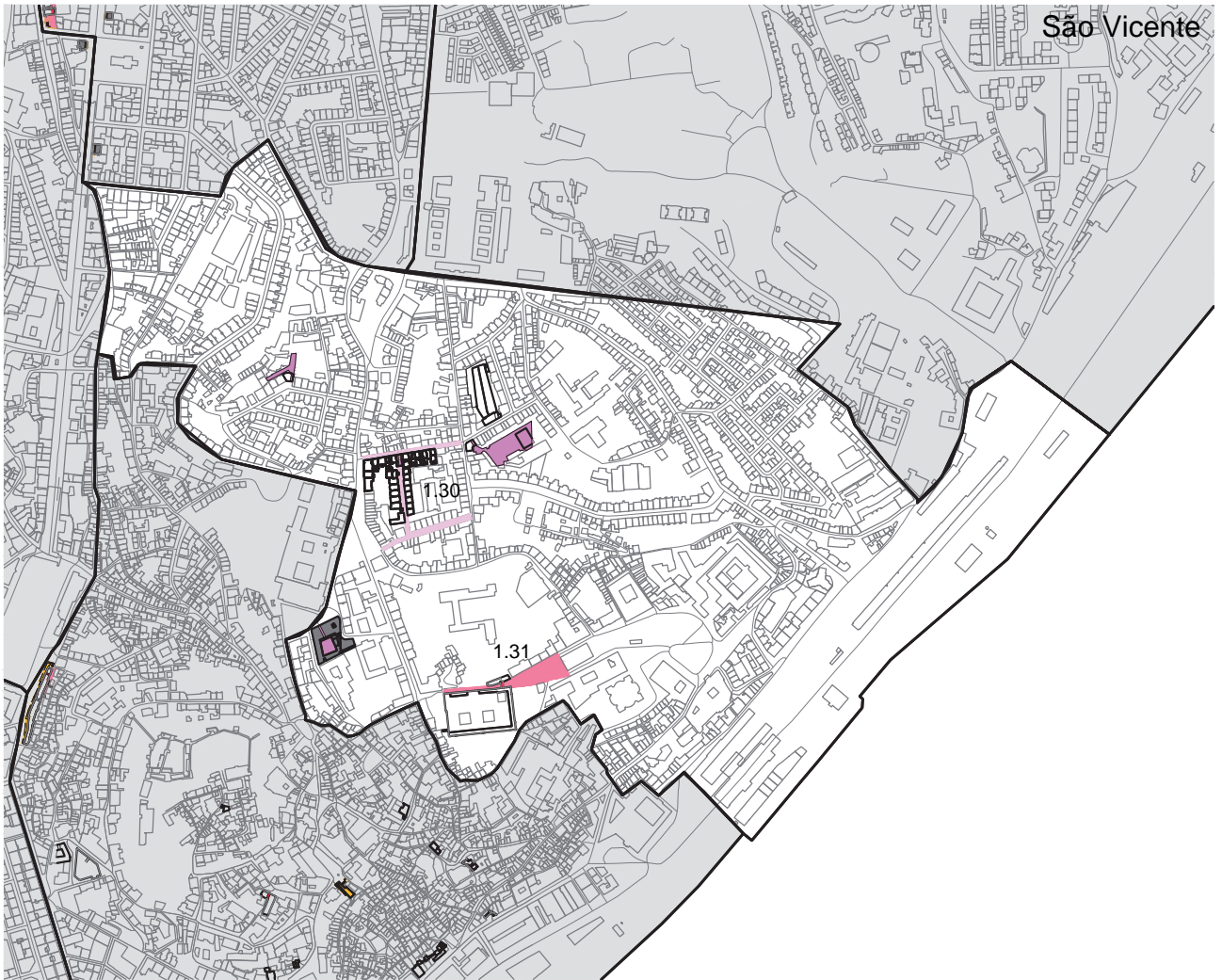
galerias

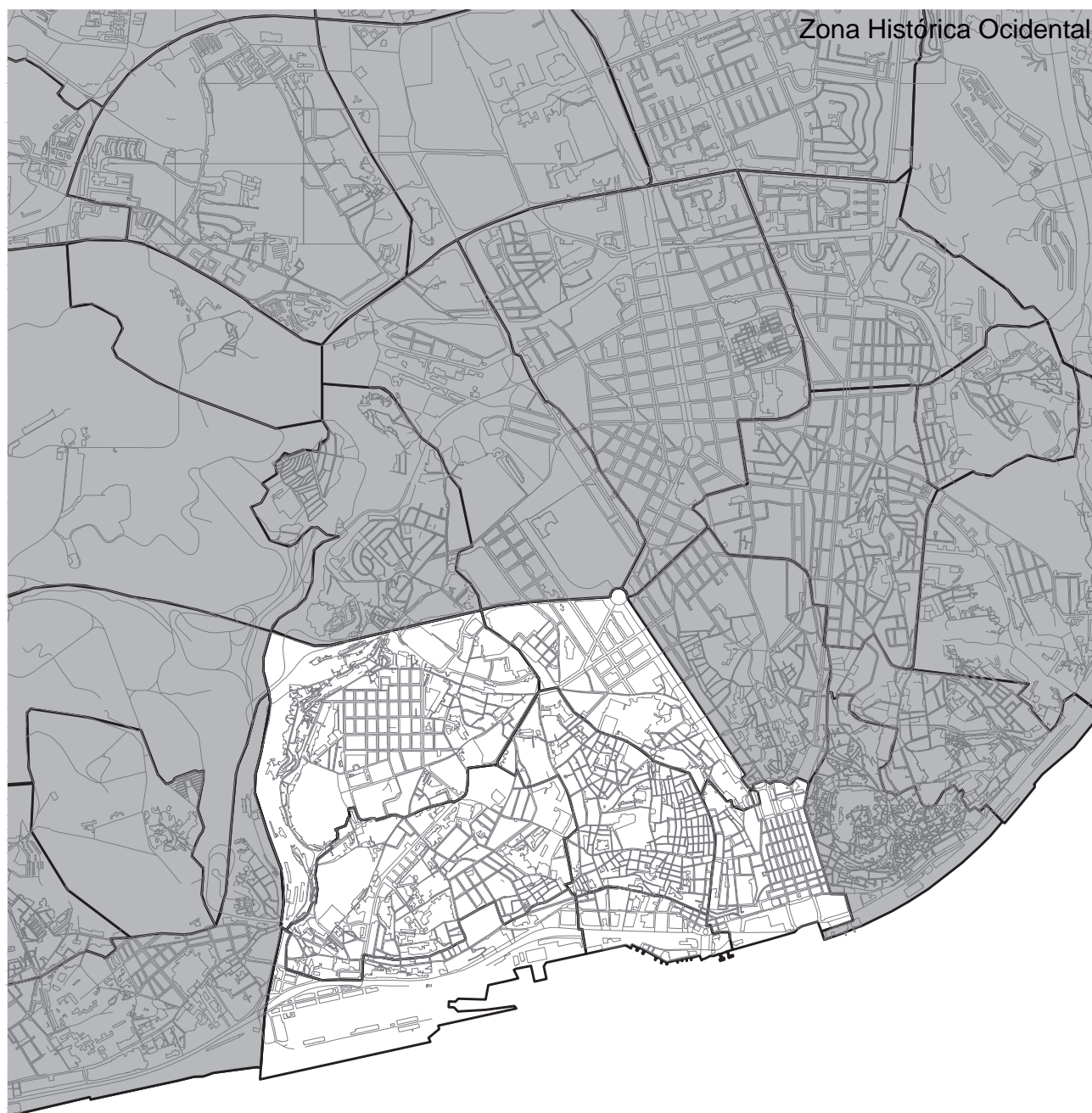


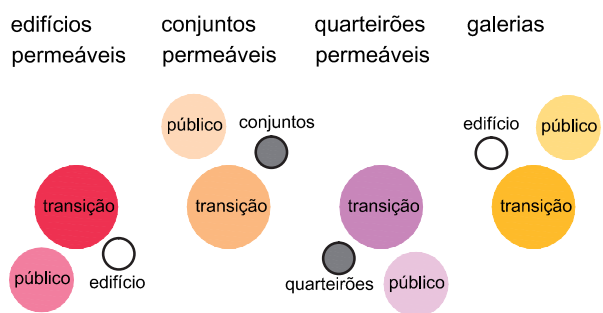


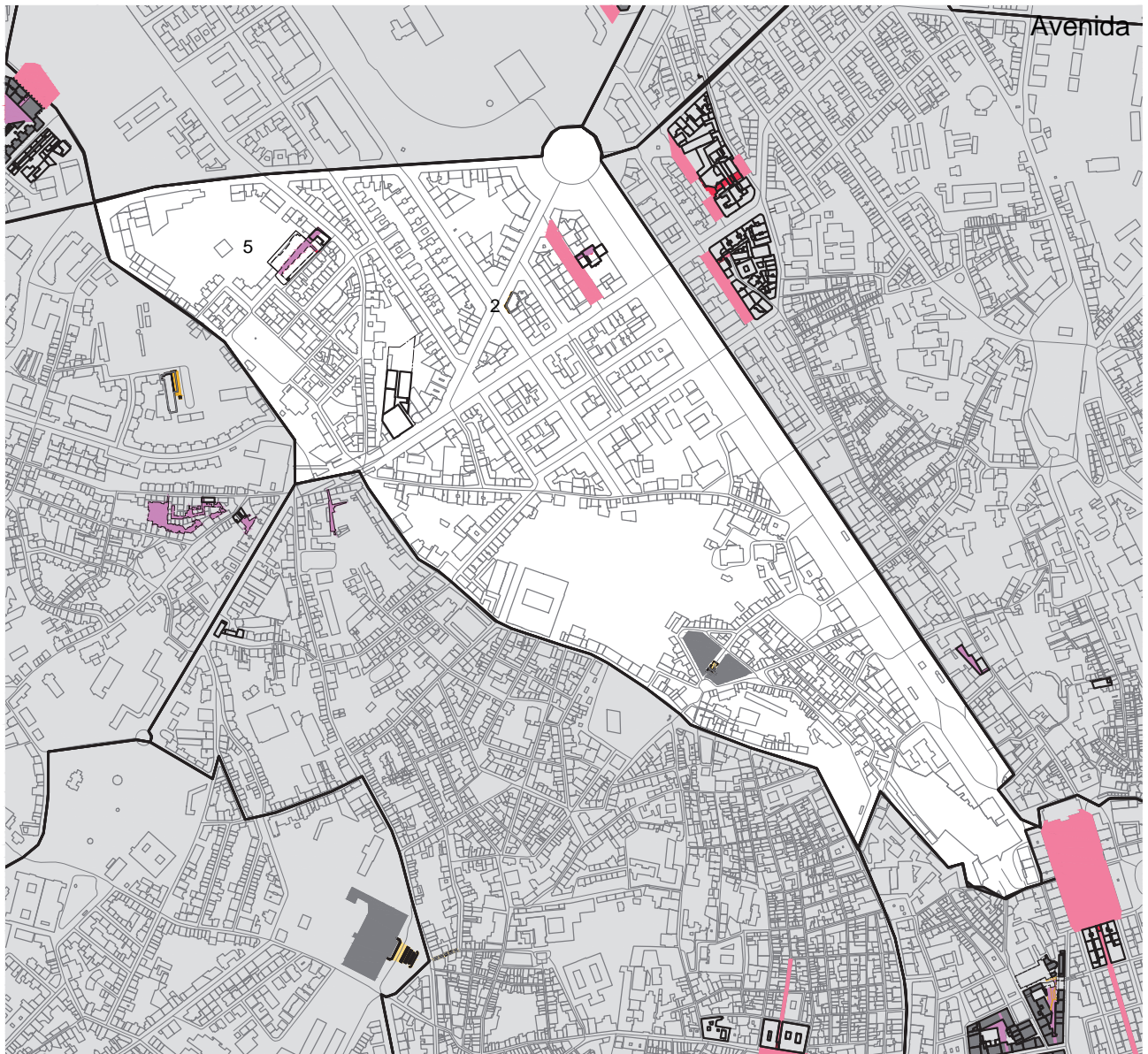
0 100 500 m



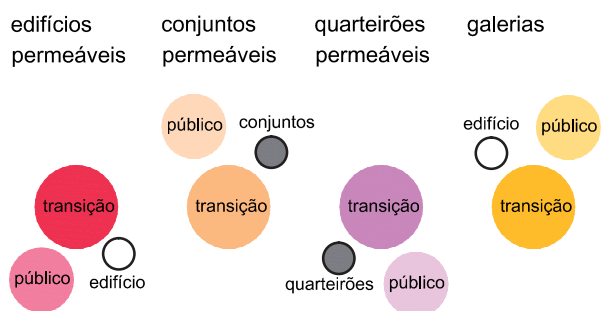


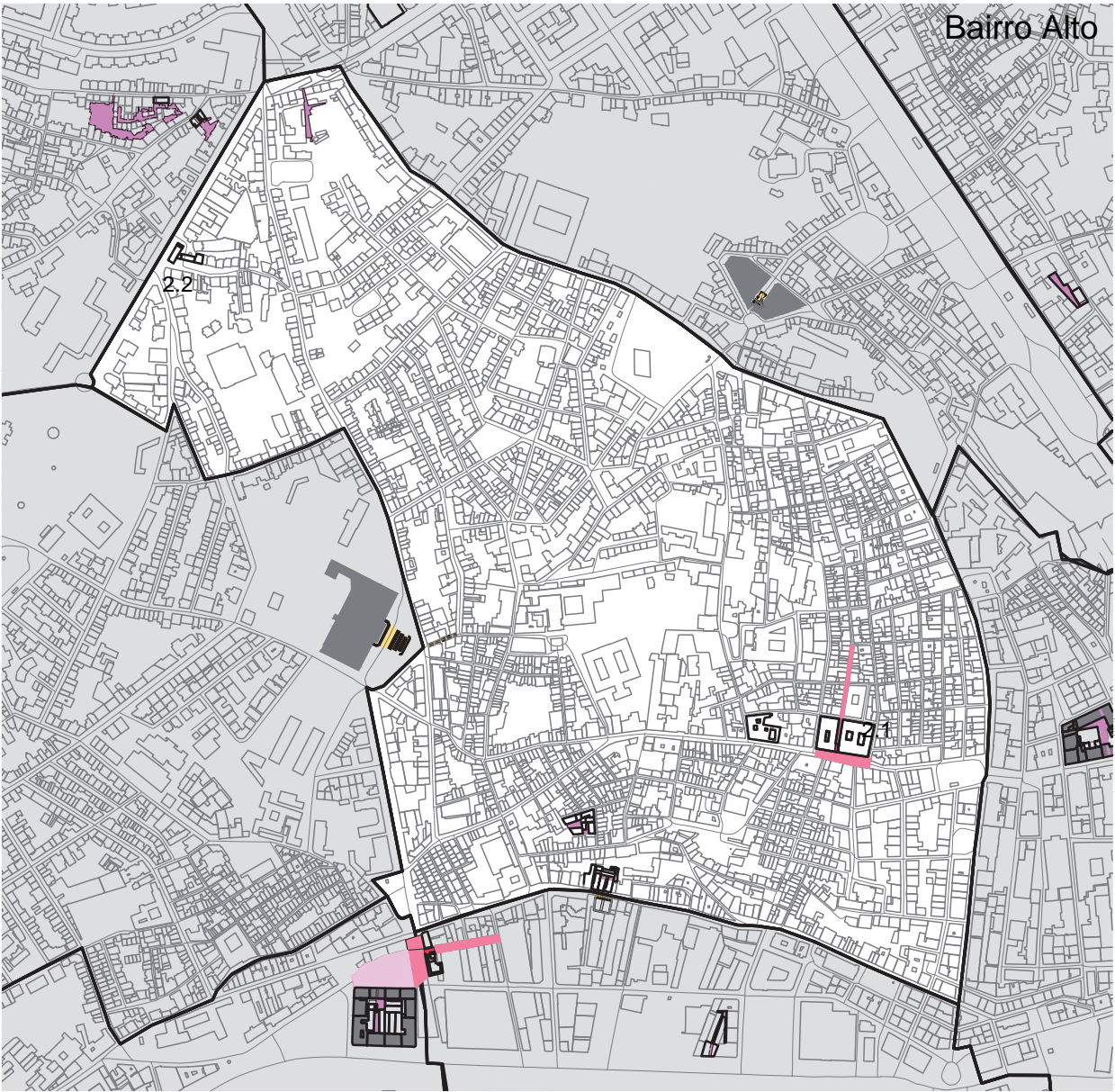




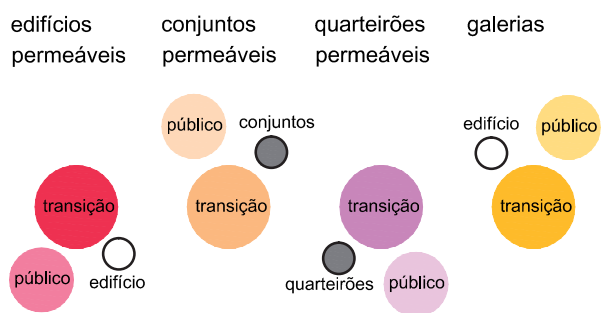


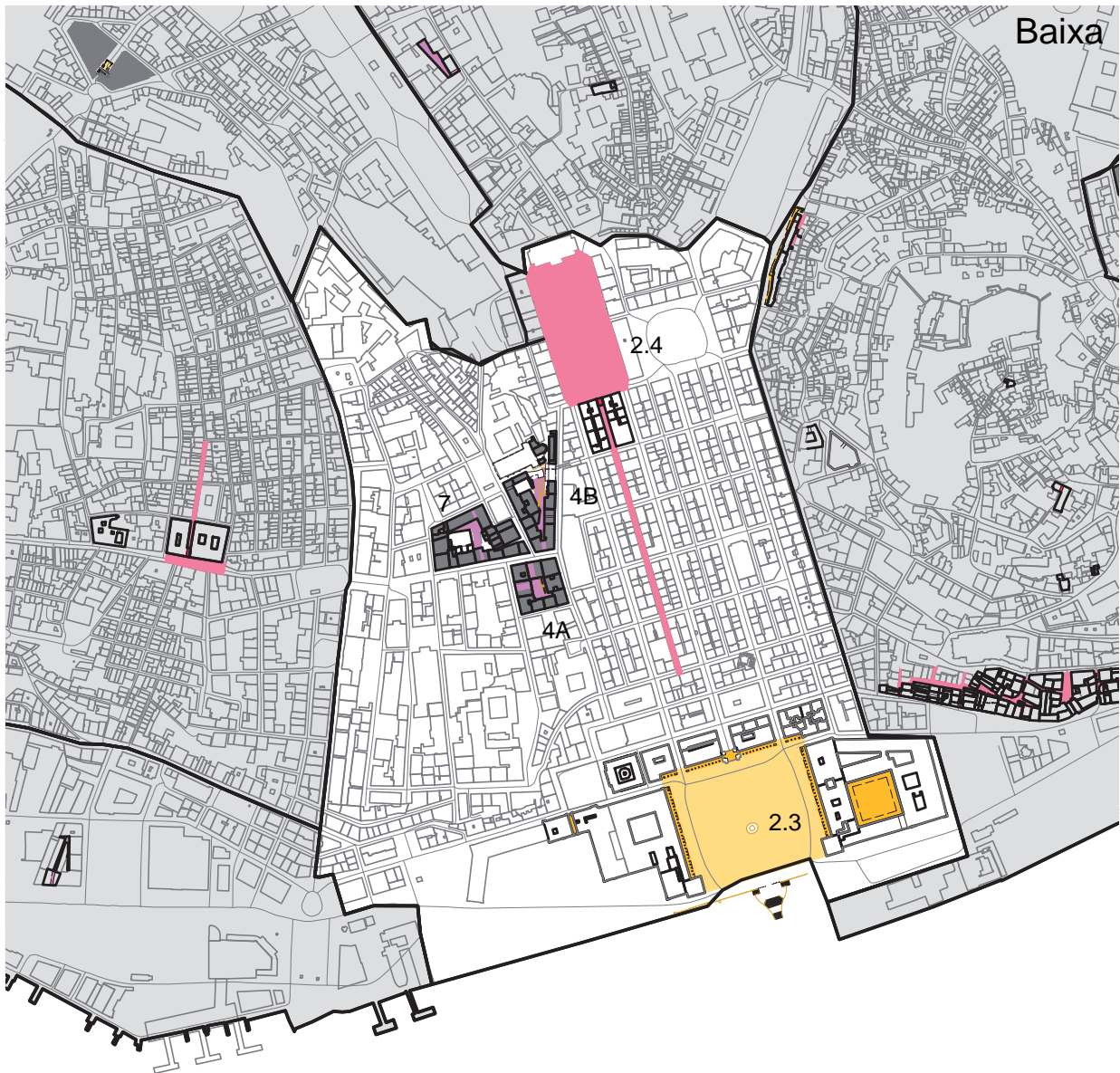
0 100 500 m





0 100 500 m





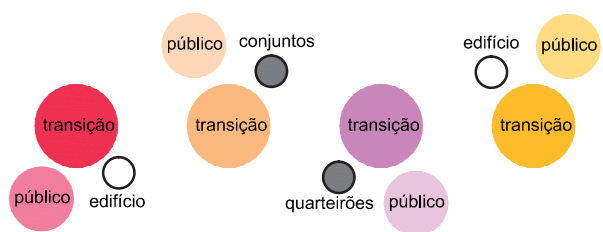
0 100 500 m

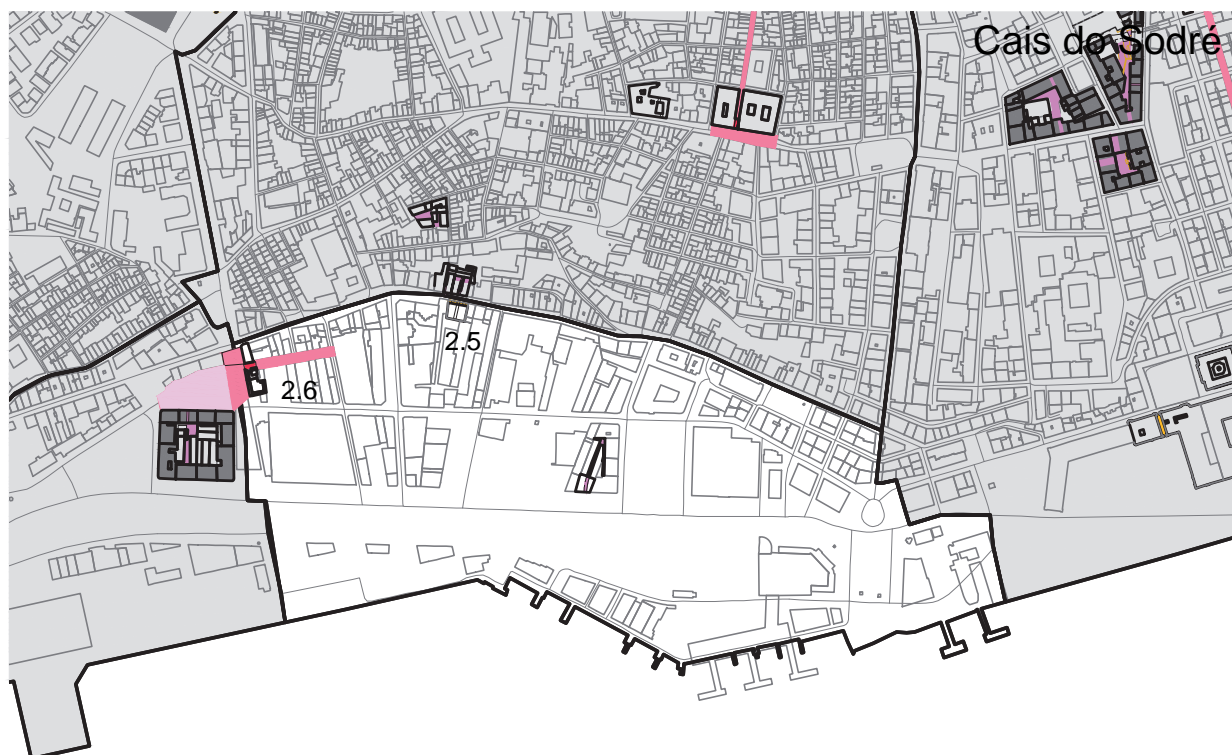
edifícios
permeáveis

conjuntos
permeáveis

quarteirões
permeáveis

galerias



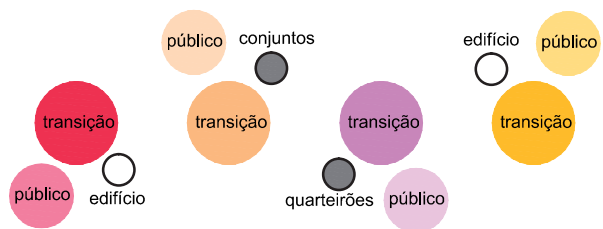


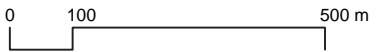
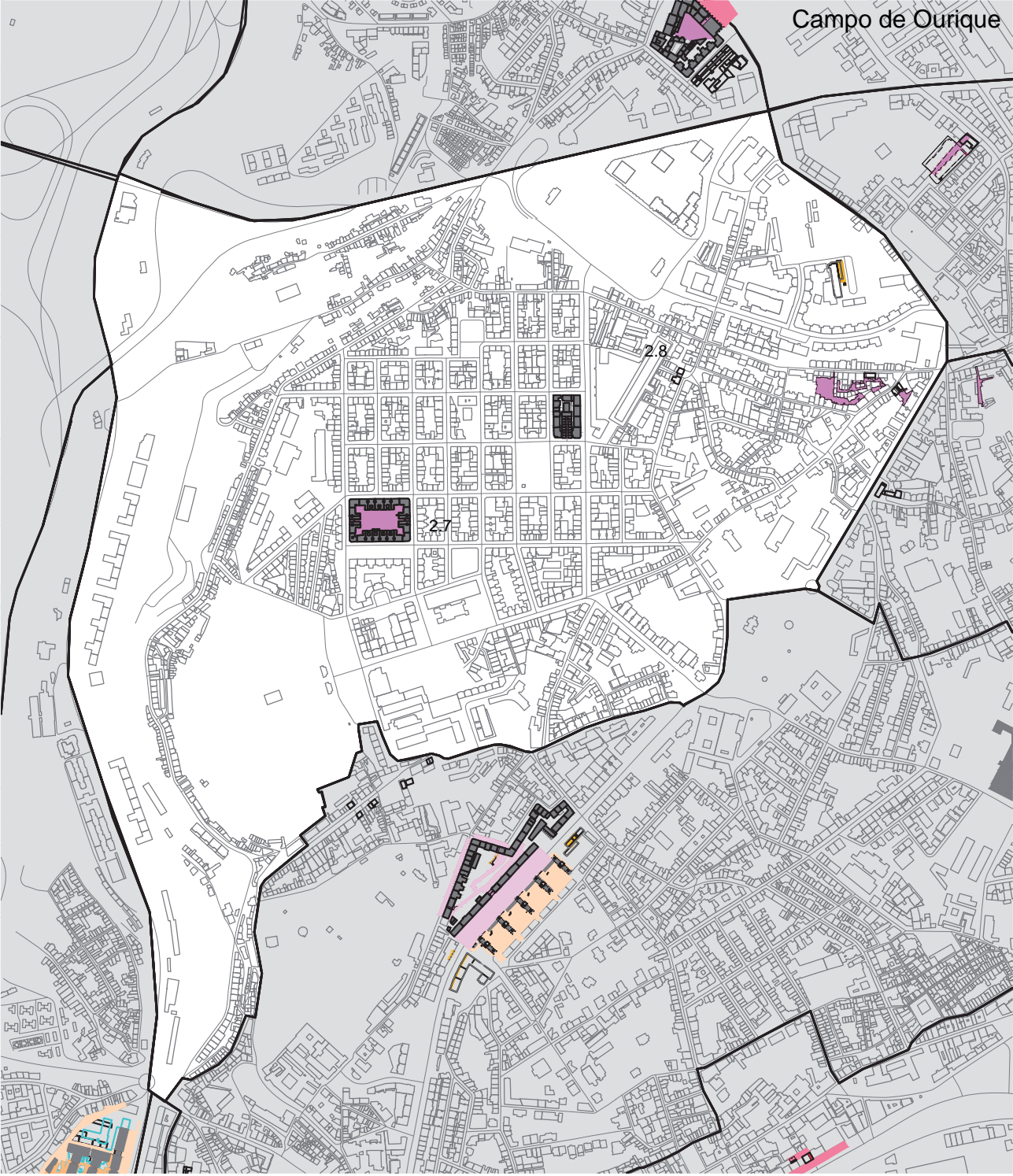
edifícios
permeáveis

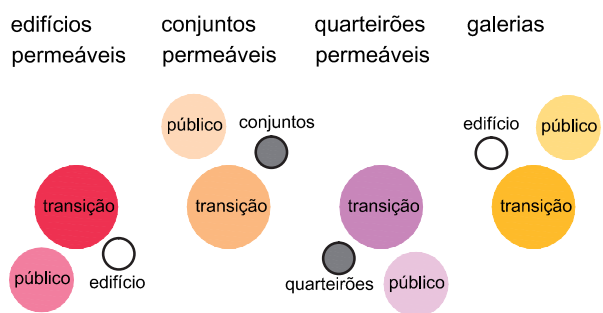
conjuntos
permeáveis

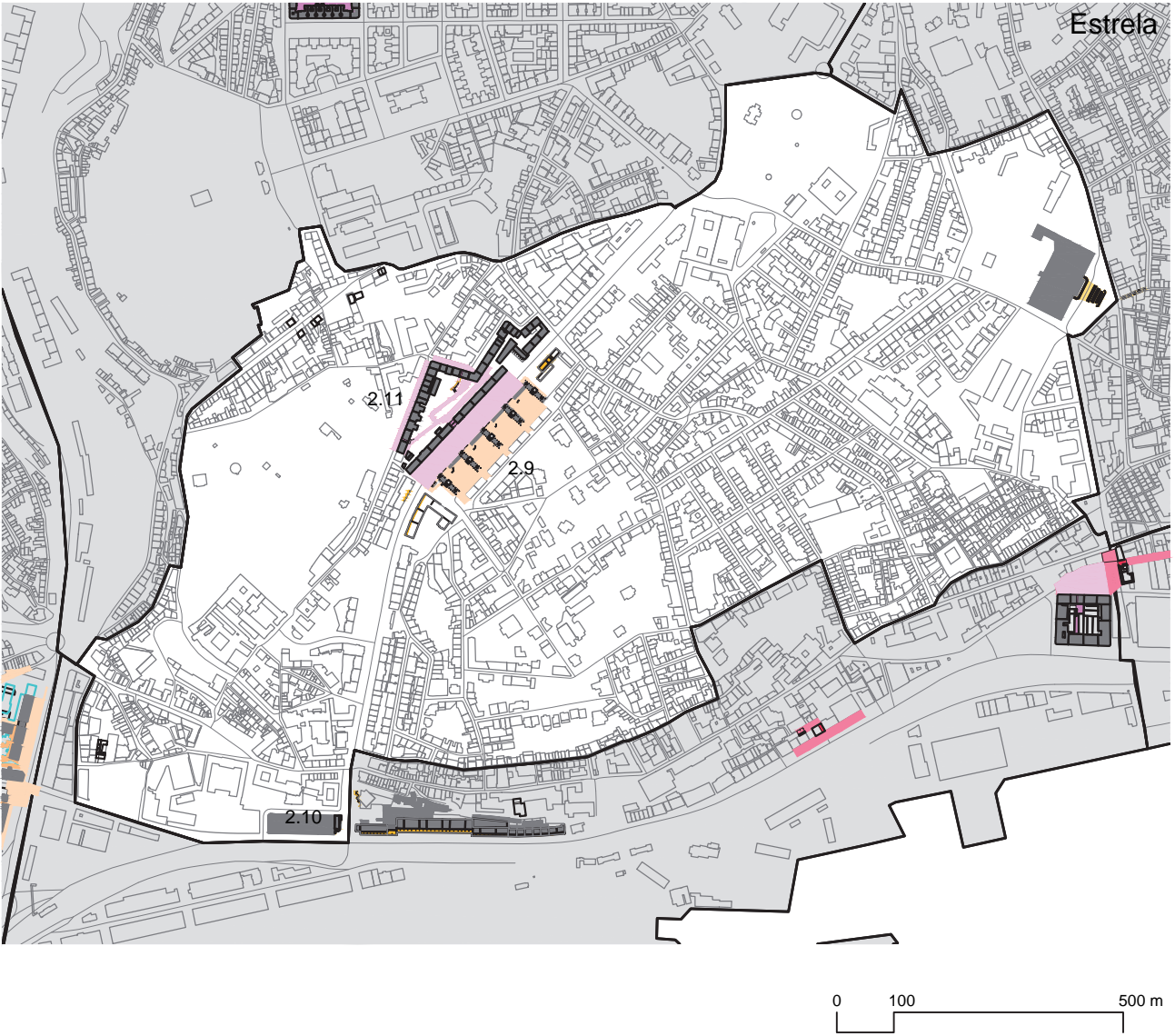
quarteirões
permeáveis

galerias







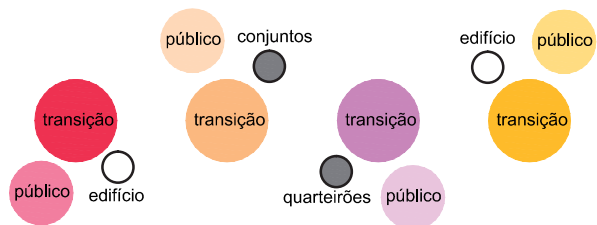


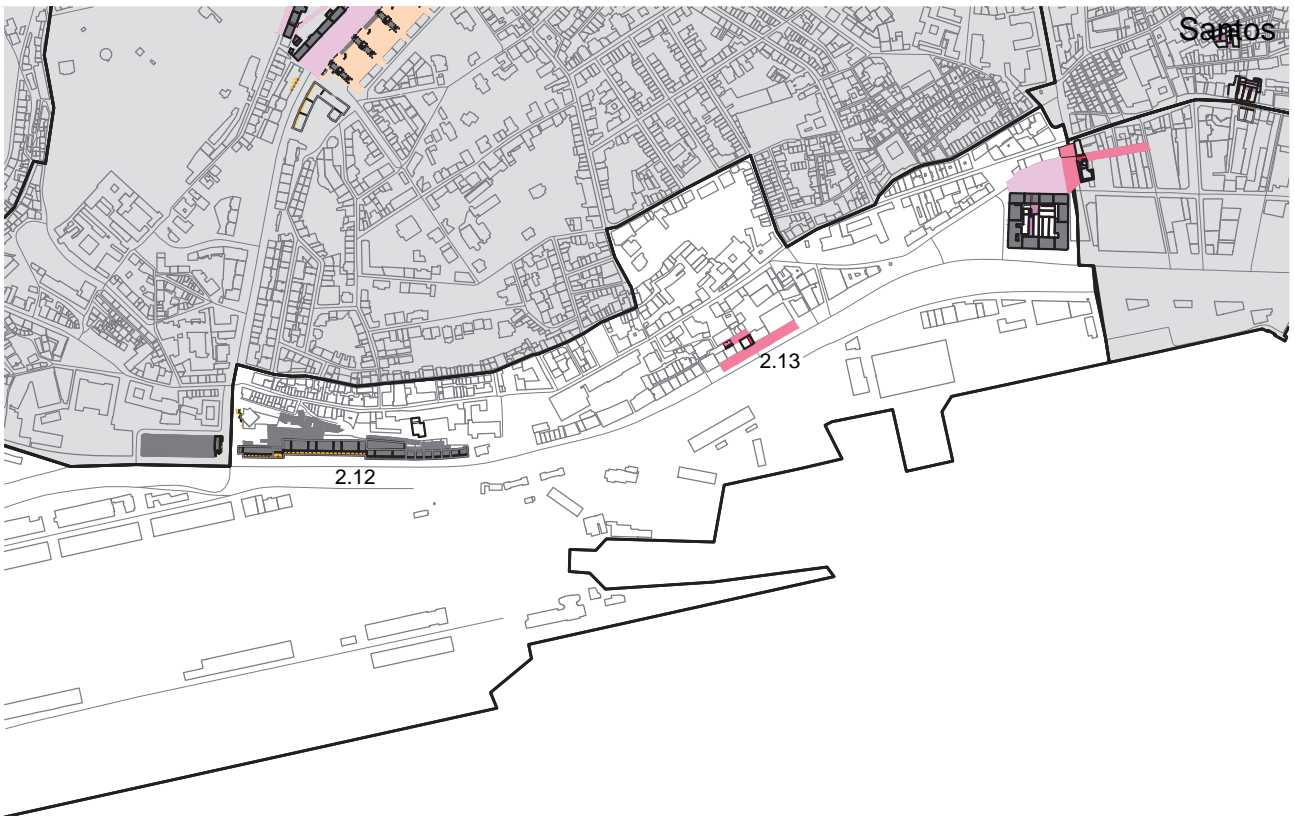
edifícios
permeáveis

conjuntos
permeáveis

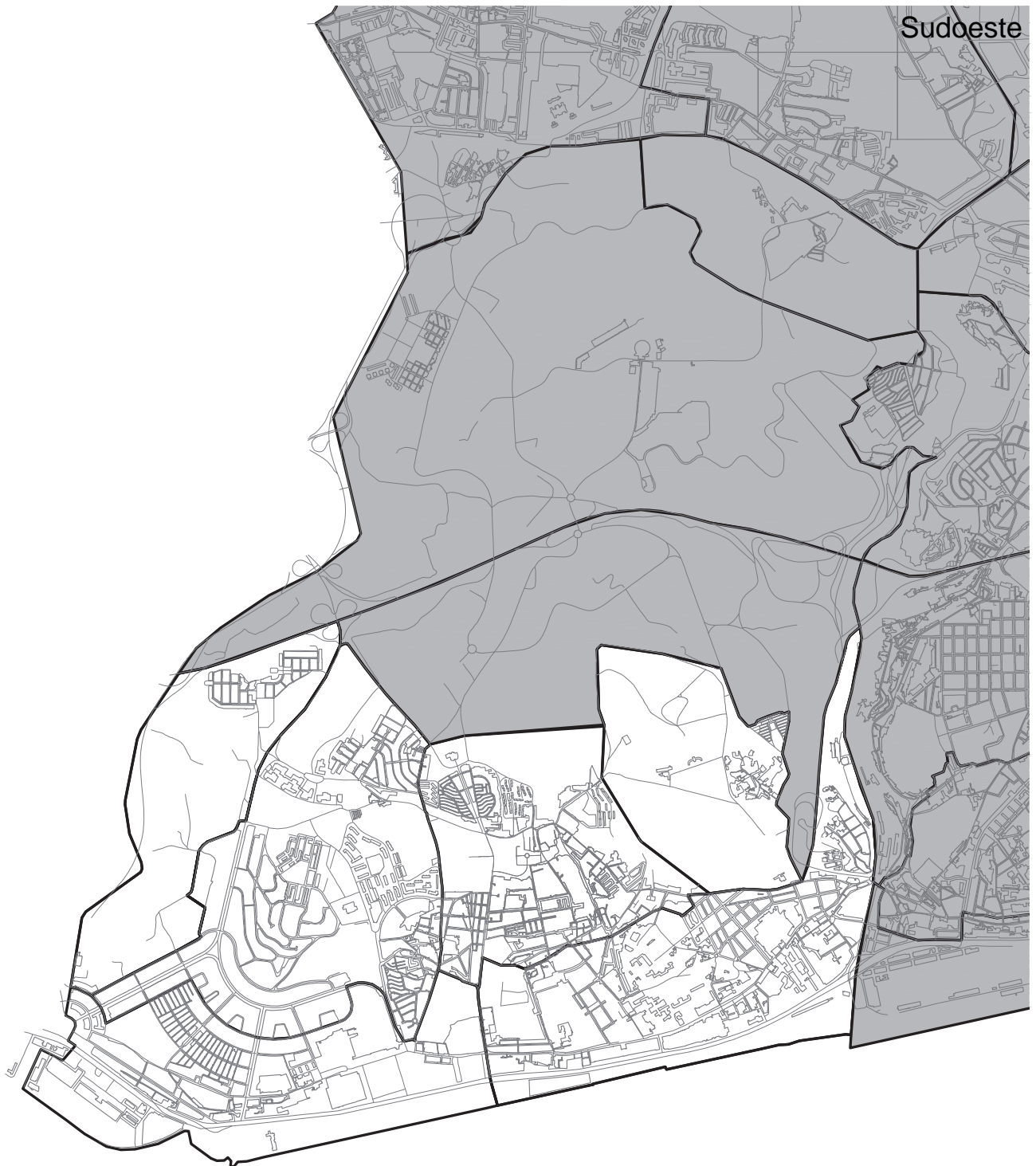
quarteirões
permeáveis

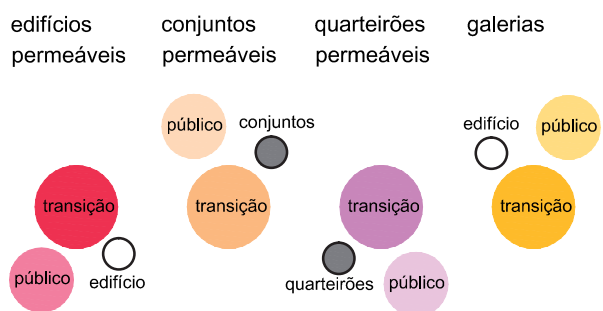
galerias

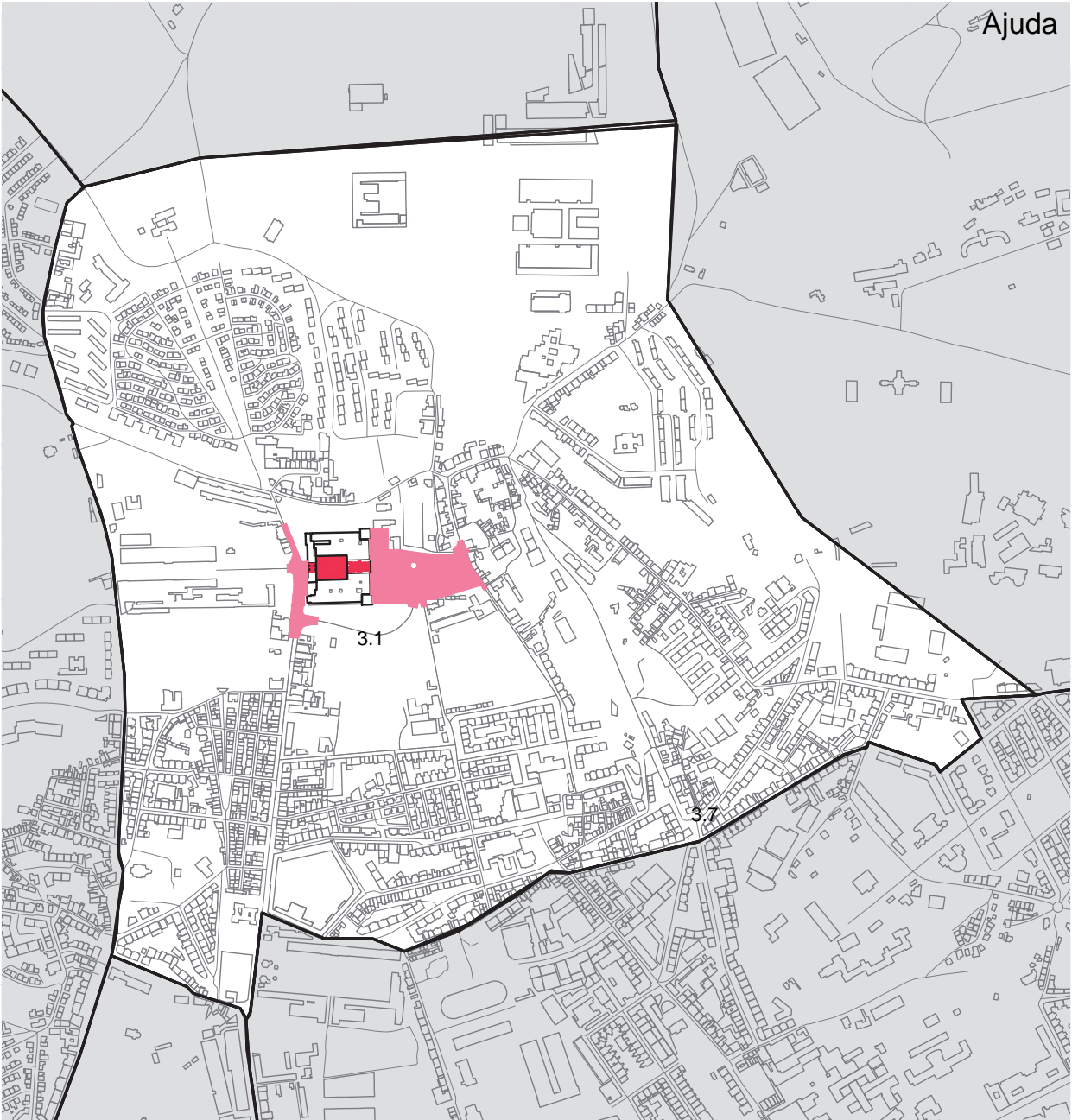




0 100 500 m





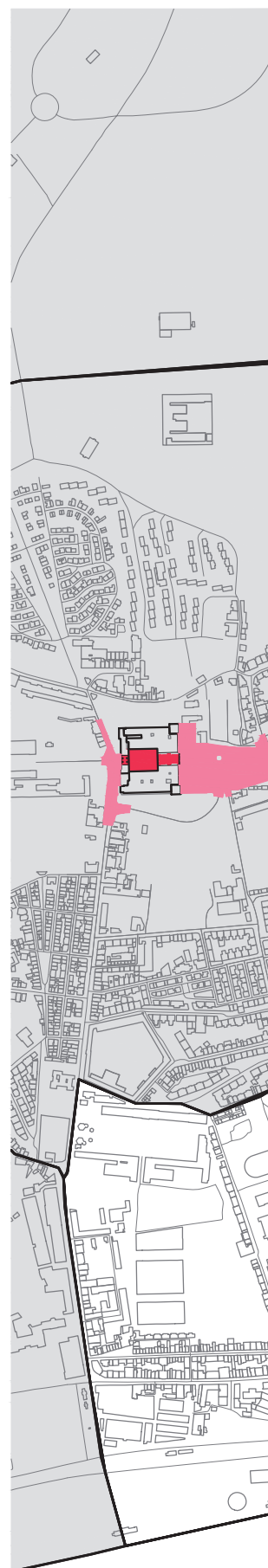
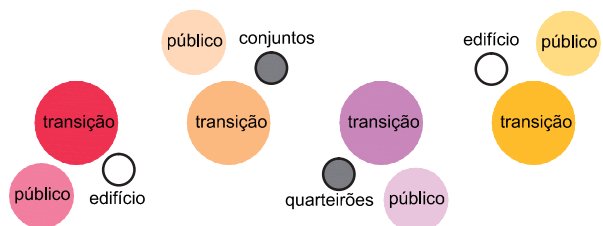


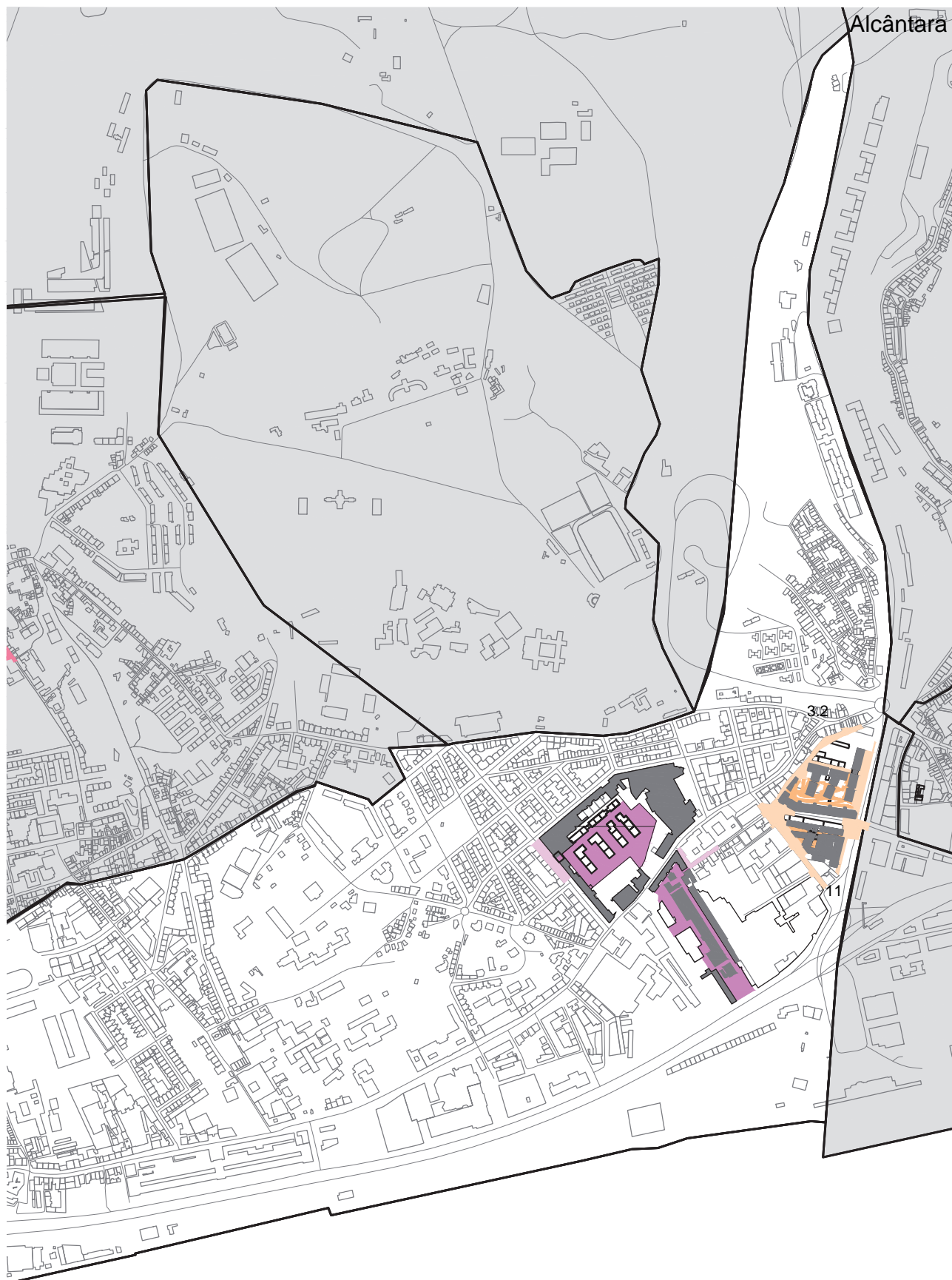
edifícios
permeáveis

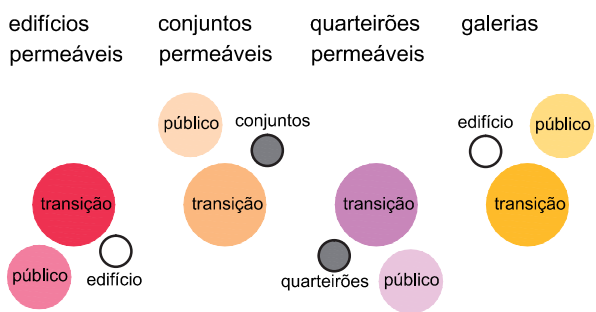
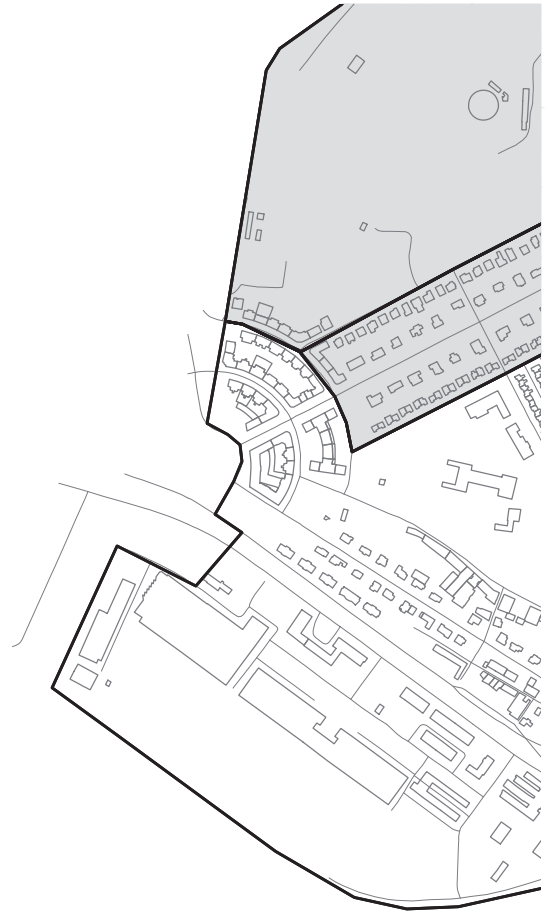
conjuntos
permeáveis

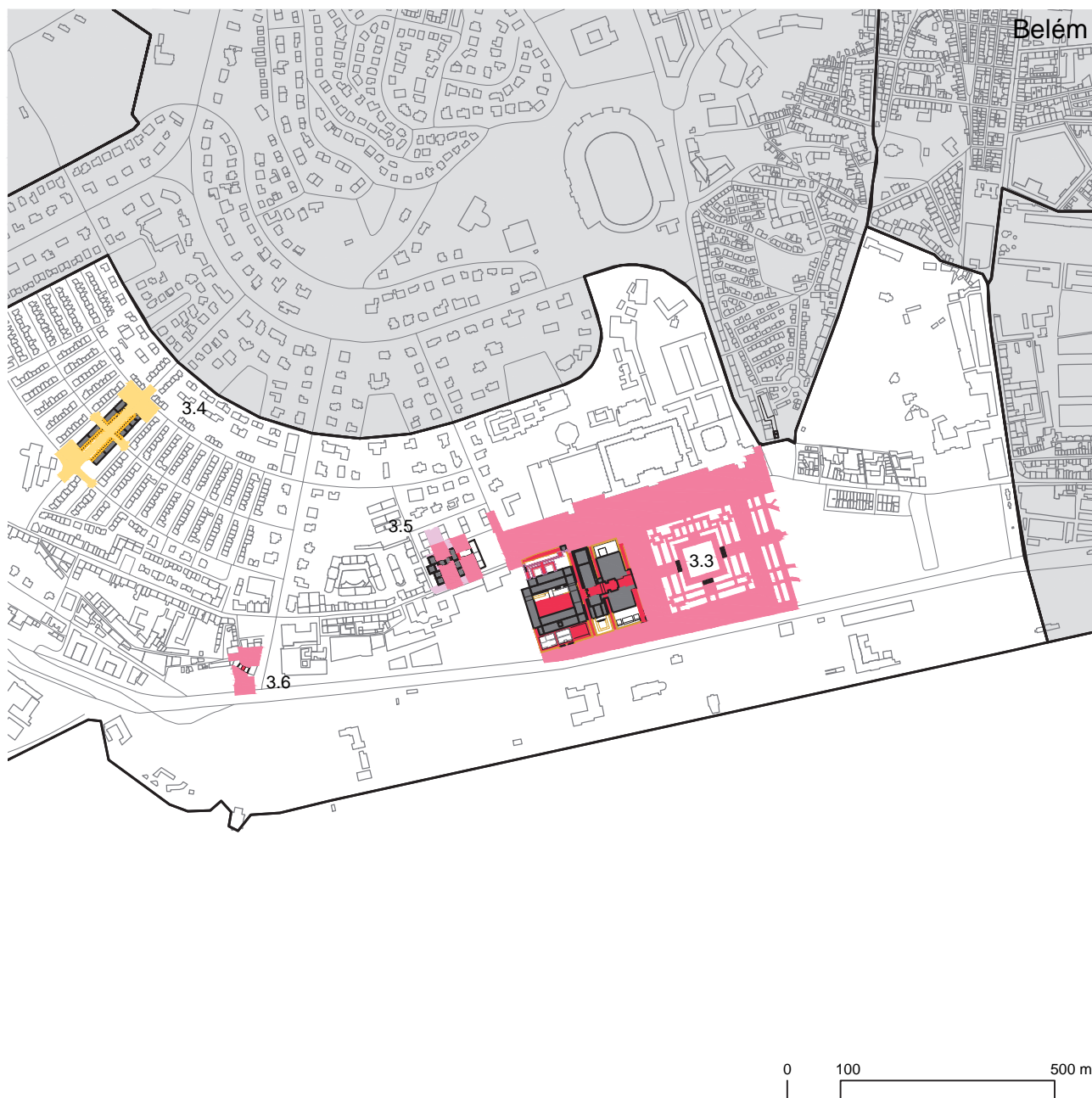
quarteirões
permeáveis

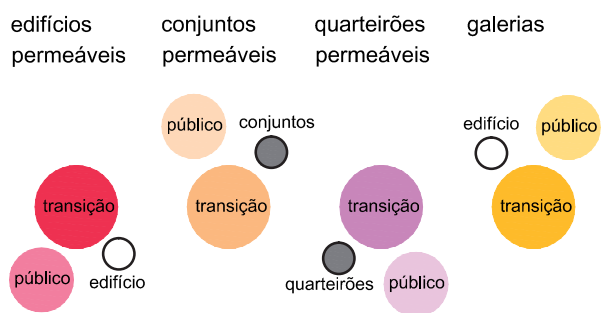
galerias







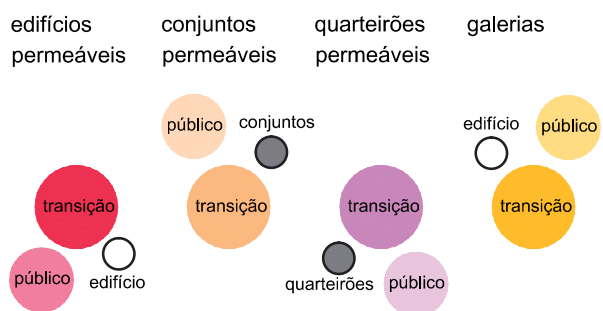




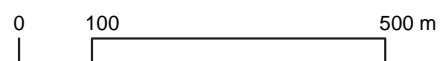
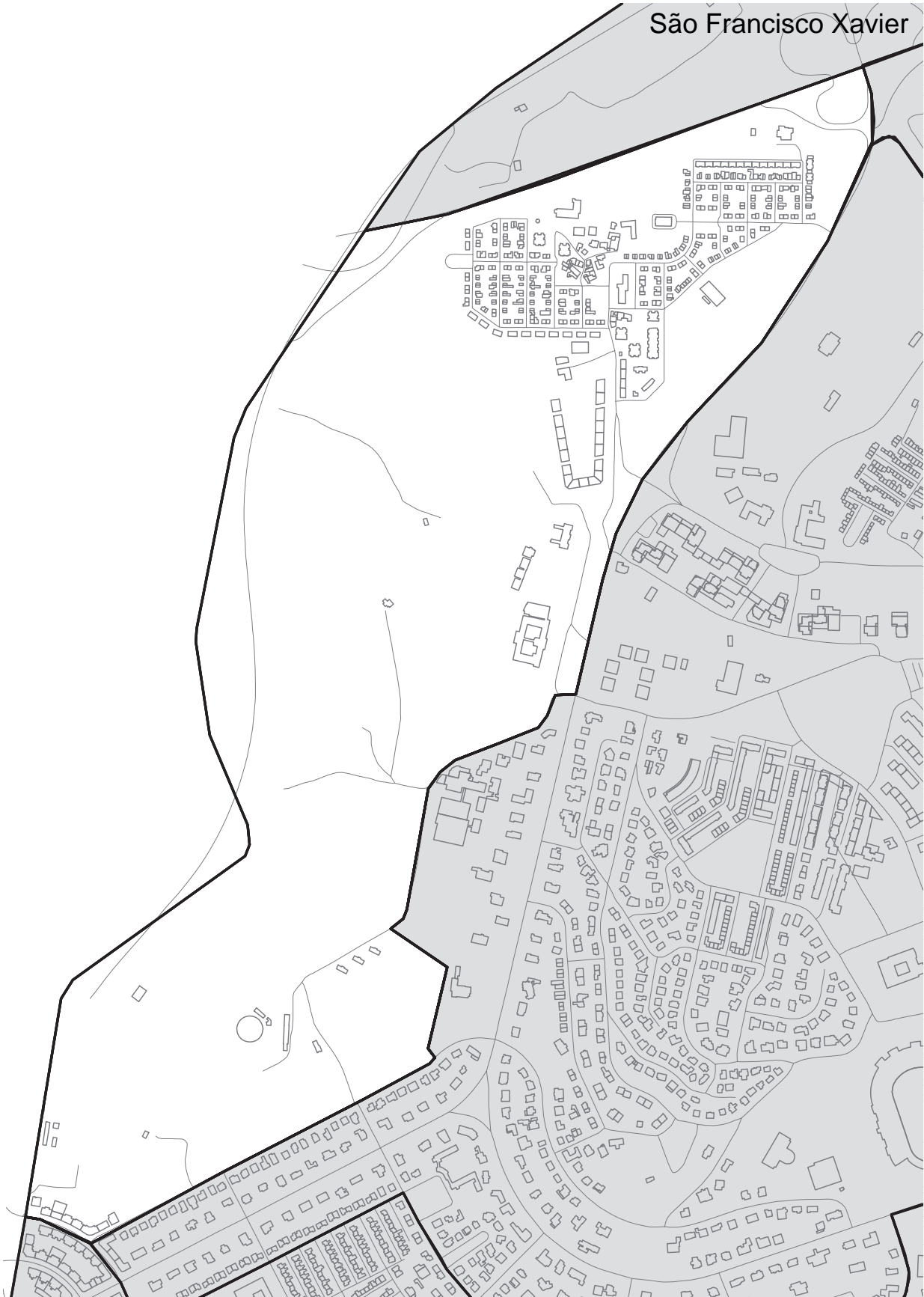


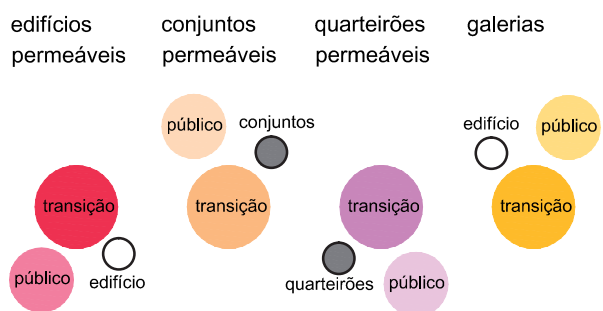
Restelo

0 100 500 m



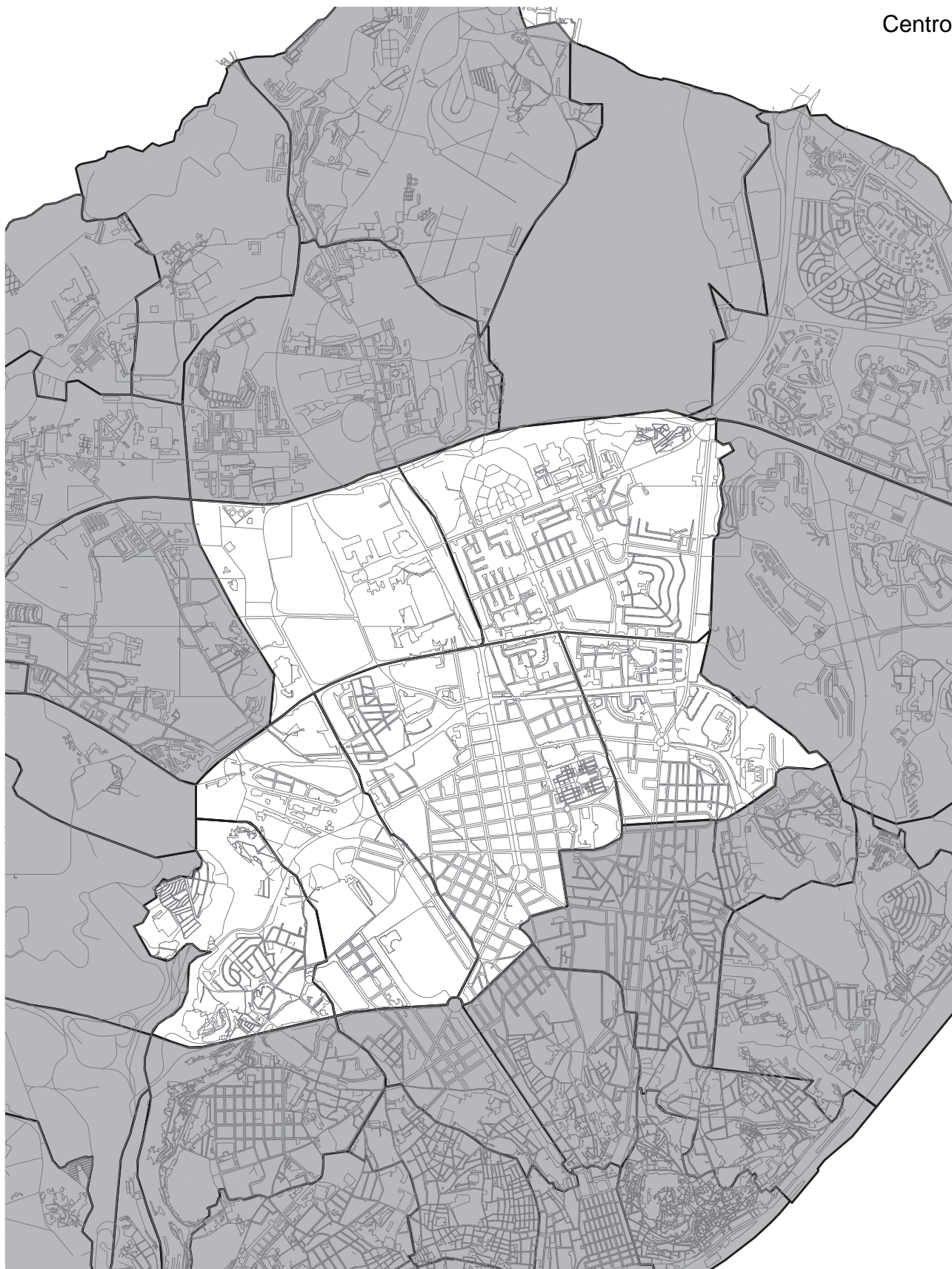
São Francisco Xavier

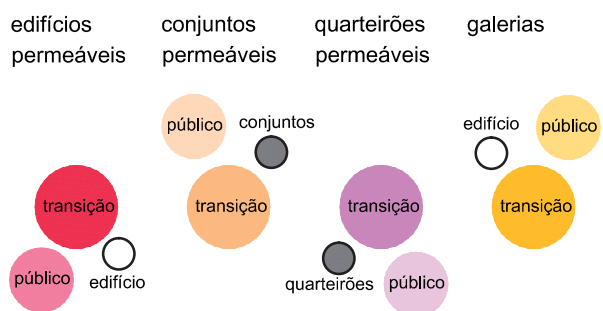


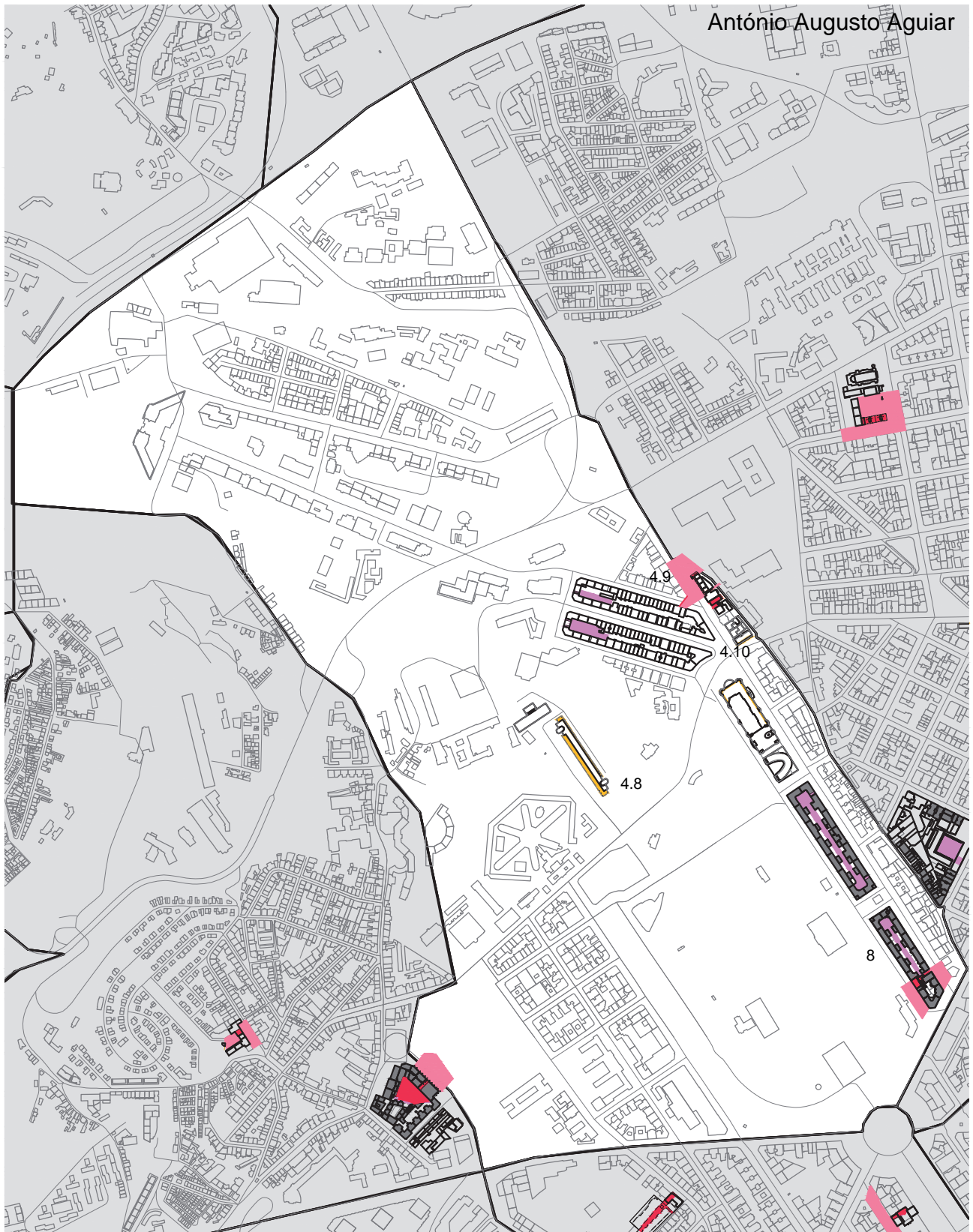




Centro





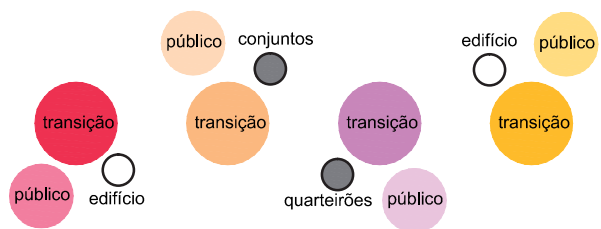


edifícios
permeáveis

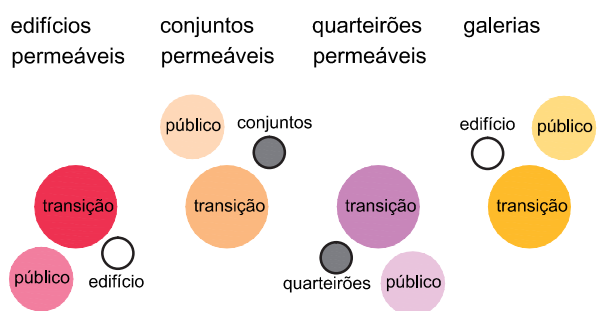
conjuntos
permeáveis

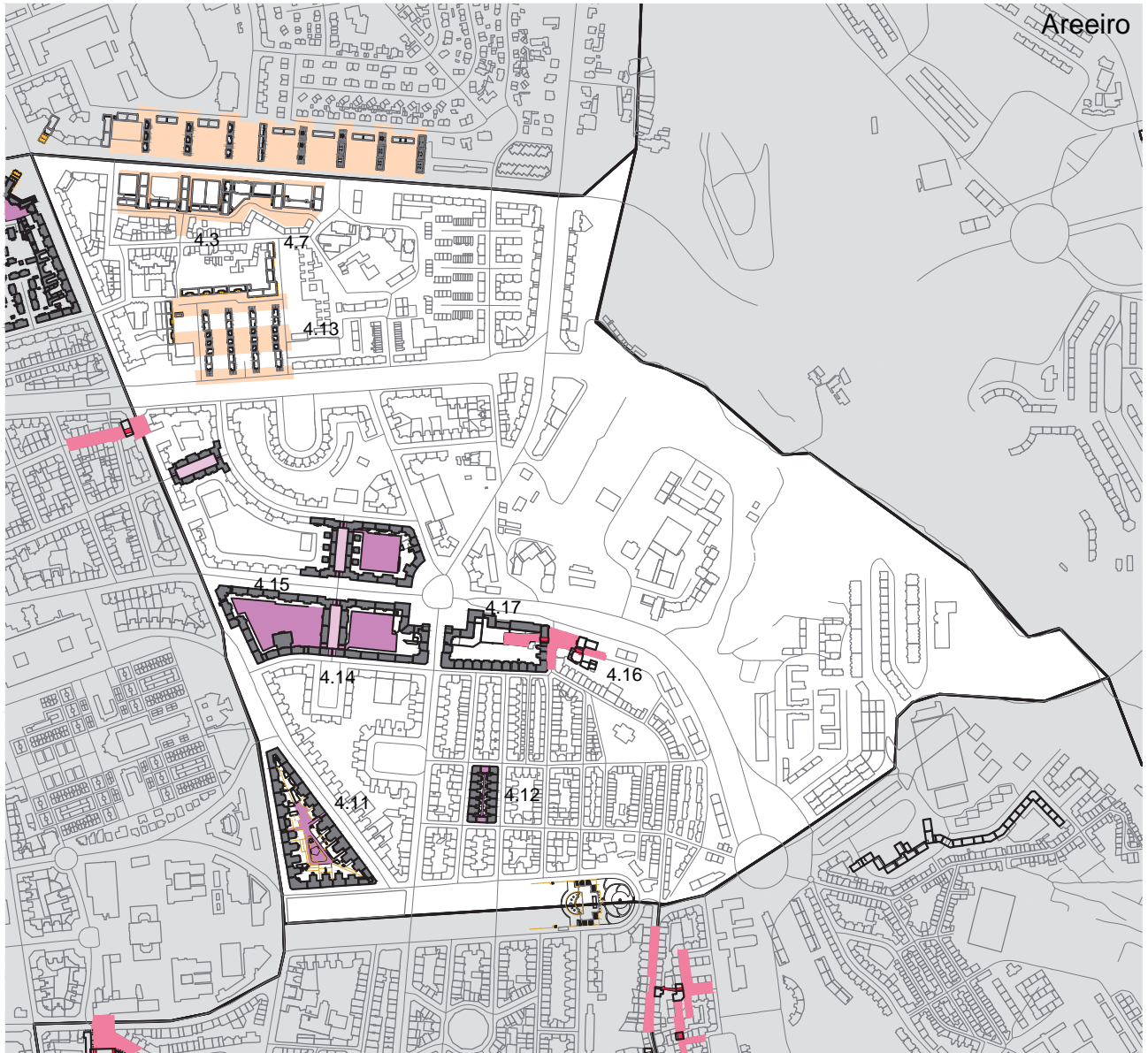
quarteirões
permeáveis

galerias







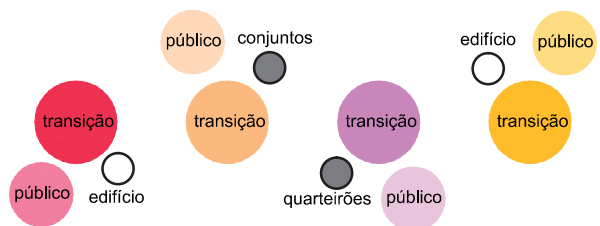


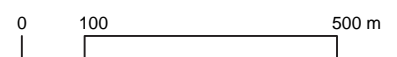
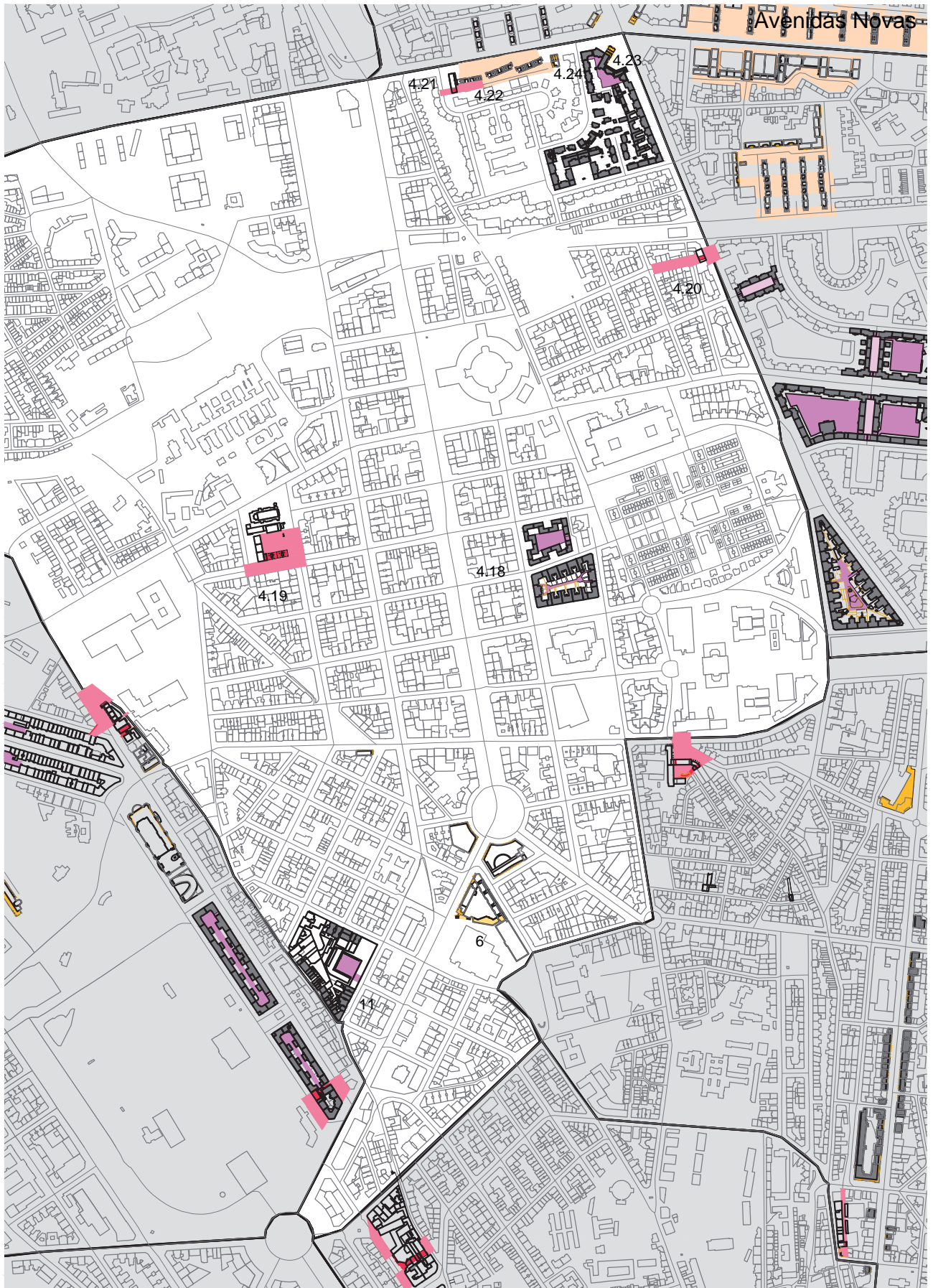
edifícios
permeáveis

conjuntos
permeáveis

quarteirões
permeáveis

galerias

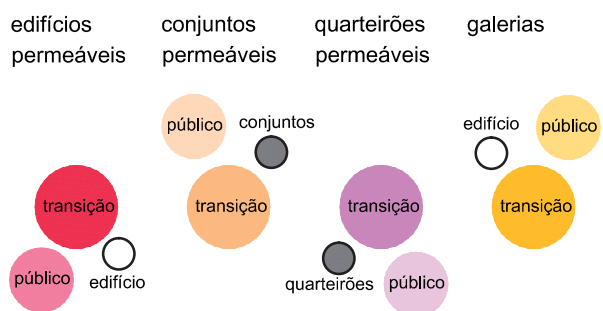


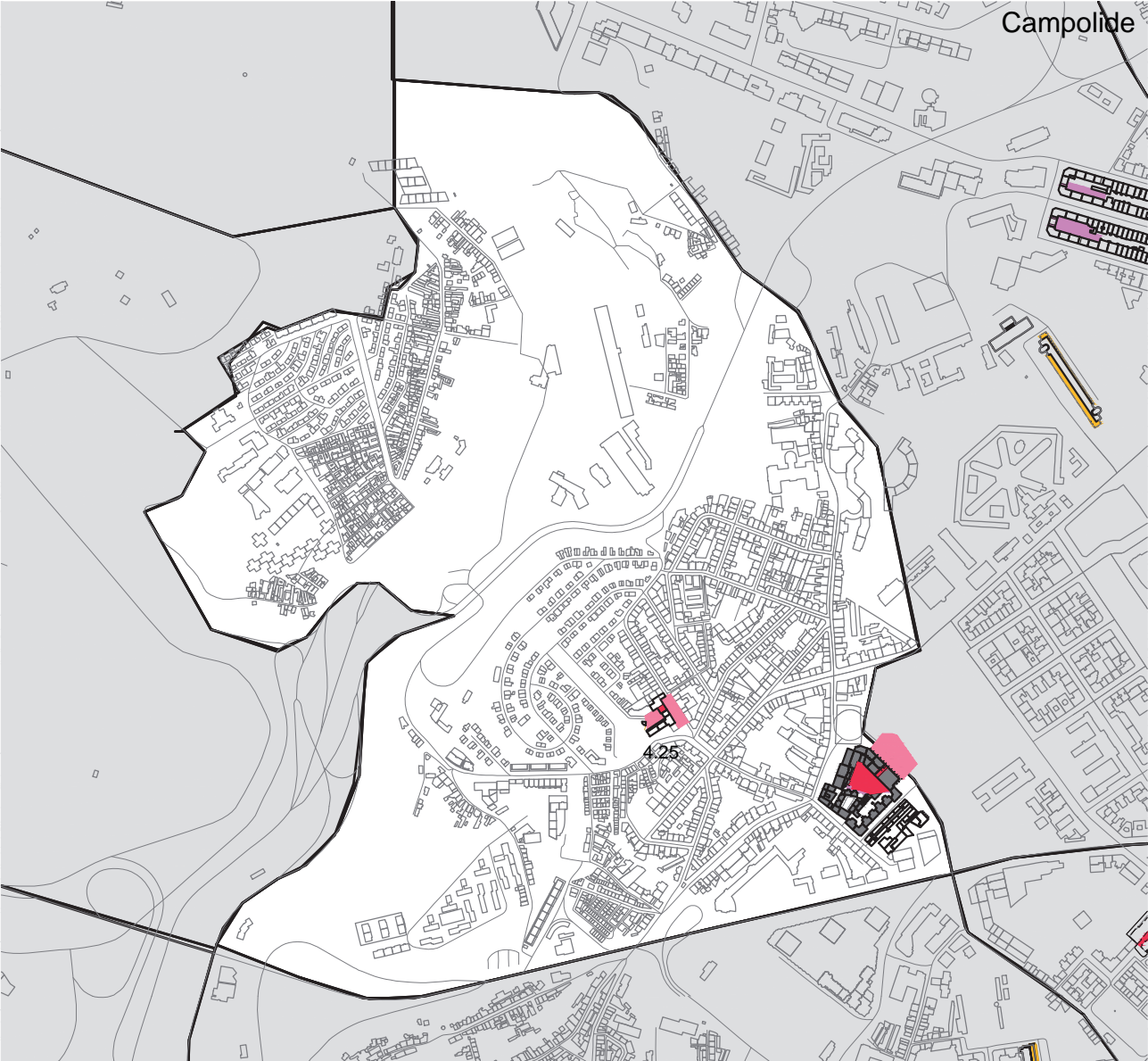


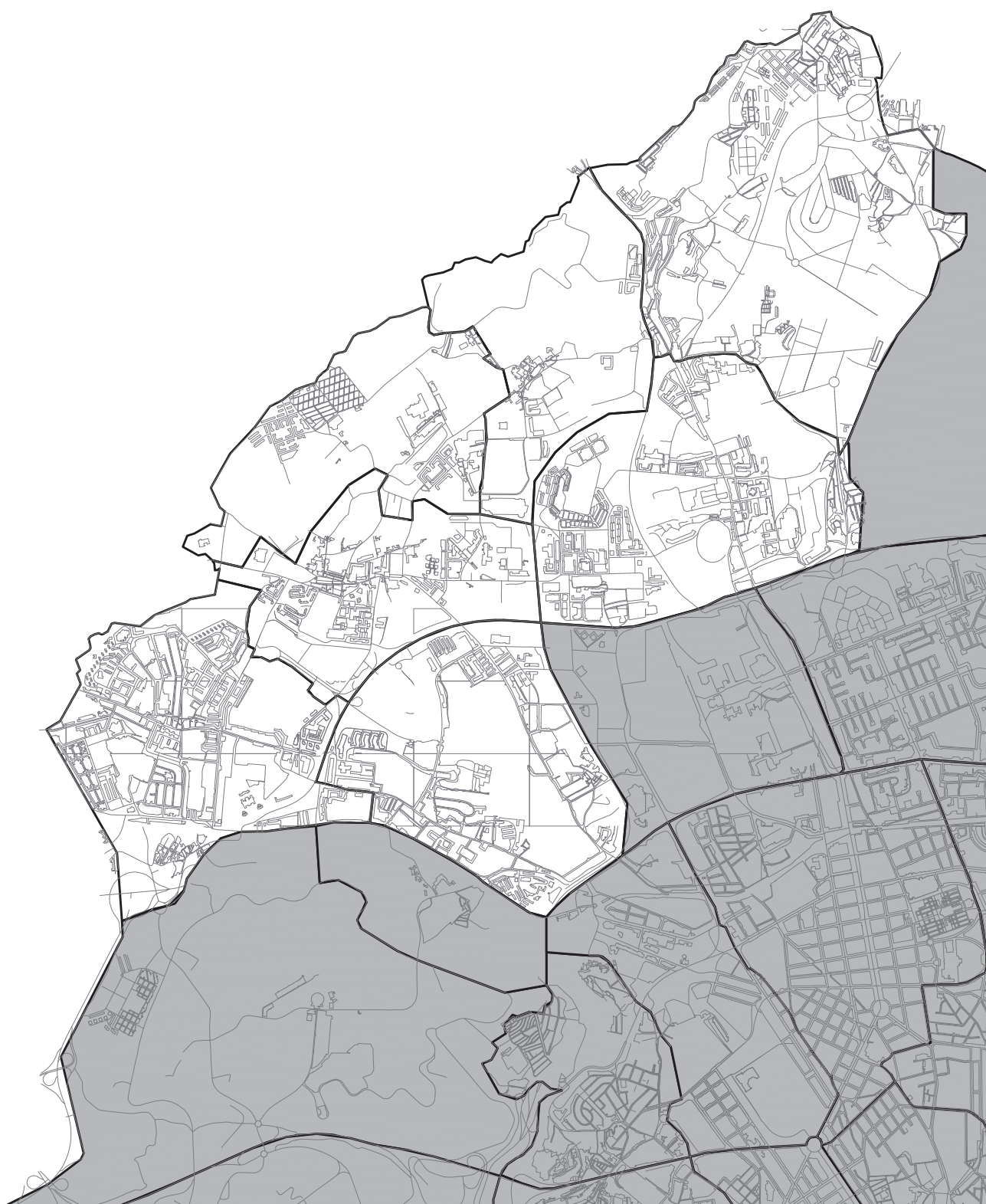




0 100 500 m







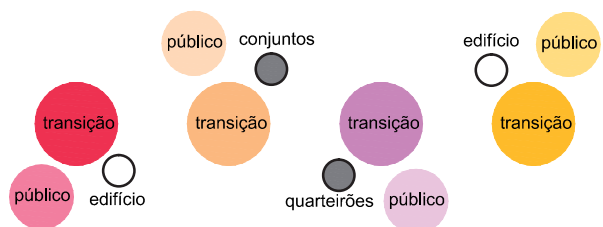


edifícios
permeáveis

conjuntos
permeáveis

quarteirões
permeáveis

galerias





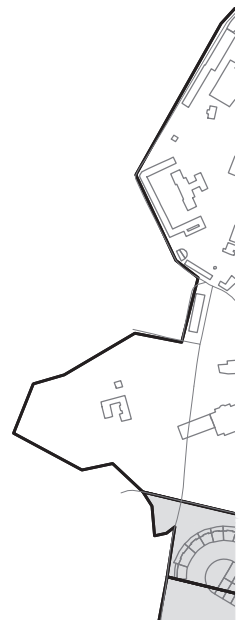
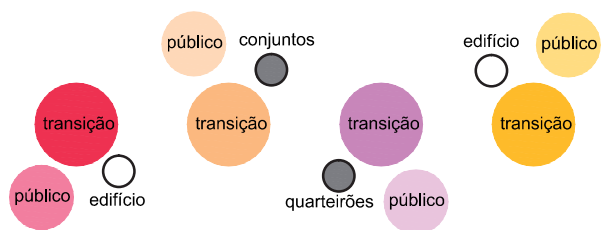
0 100 500 m

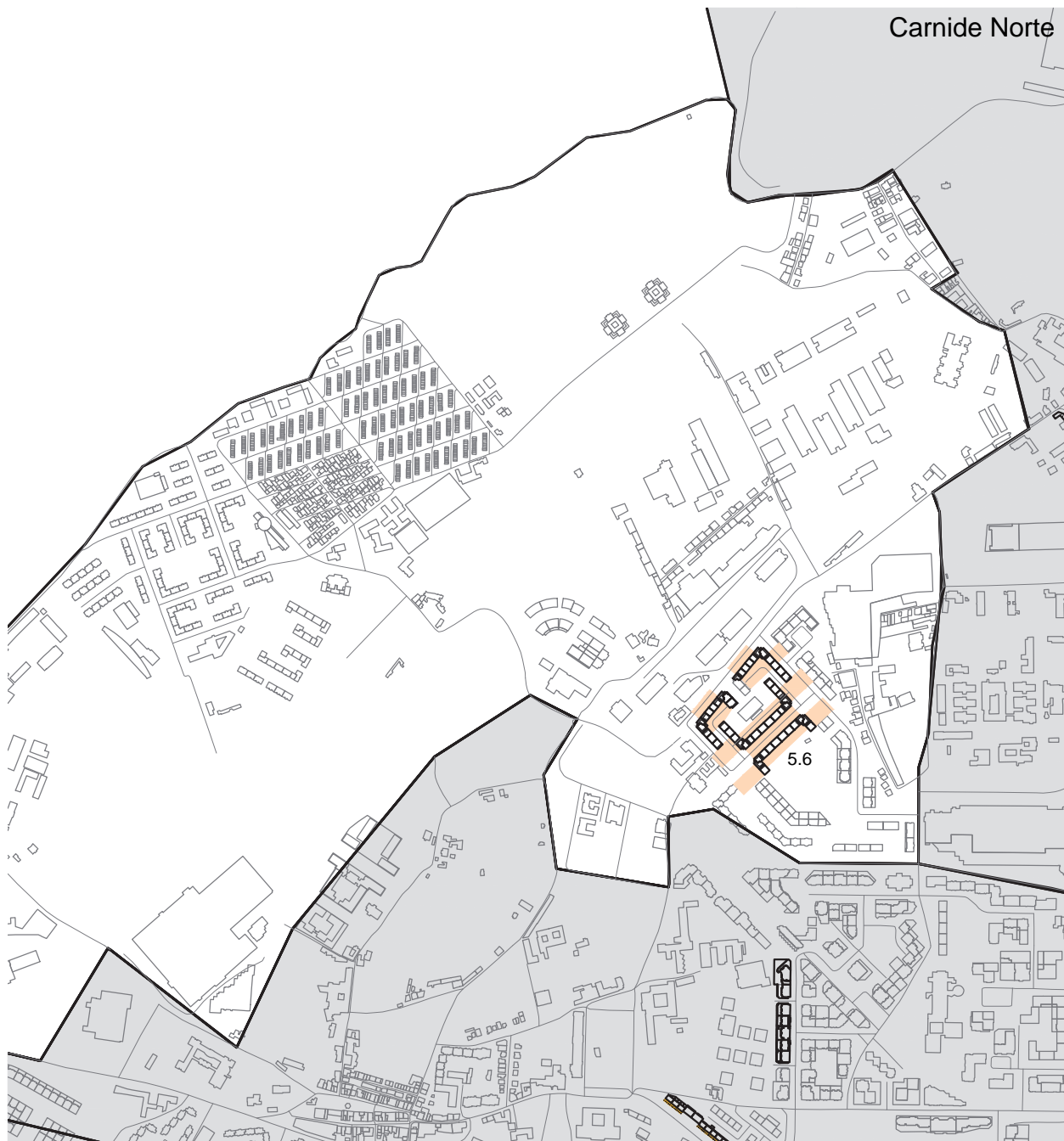
edifícios
permeáveis

conjuntos
permeáveis

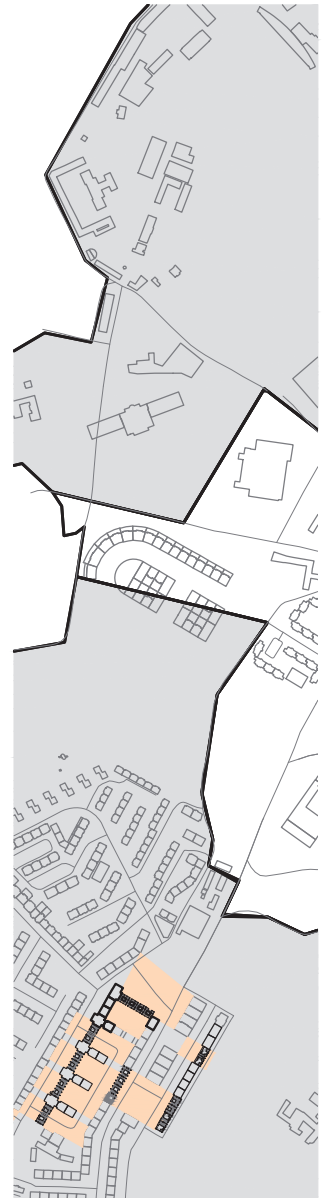
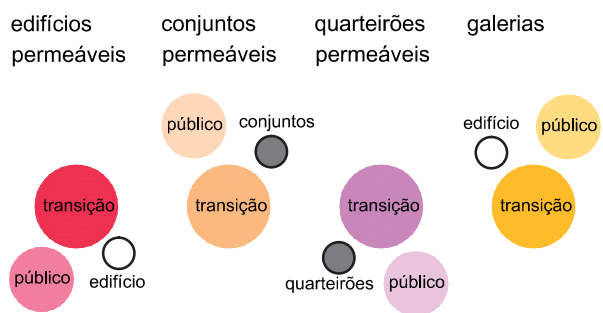
quarteirões
permeáveis

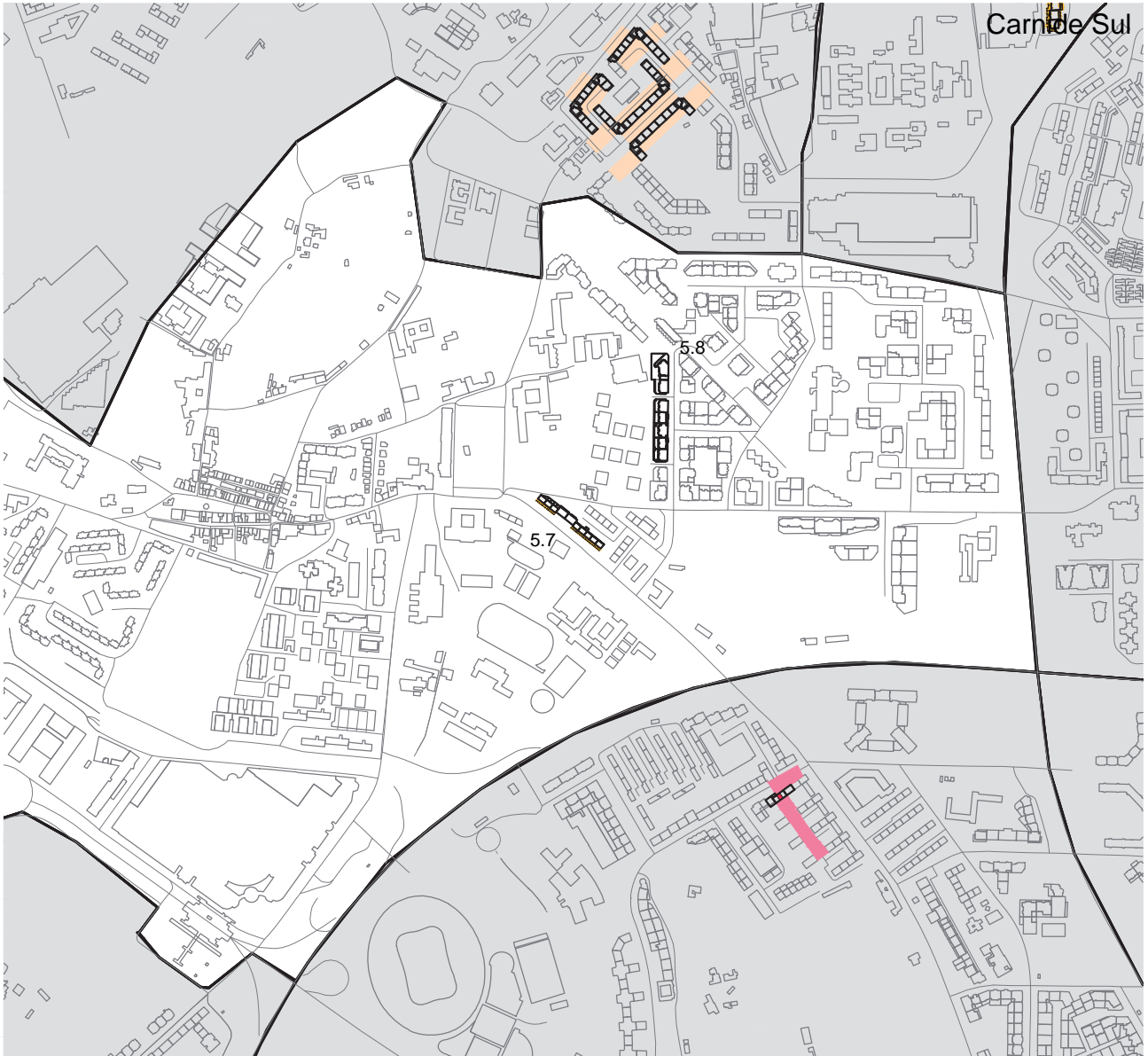
galerias





0 100 500 m



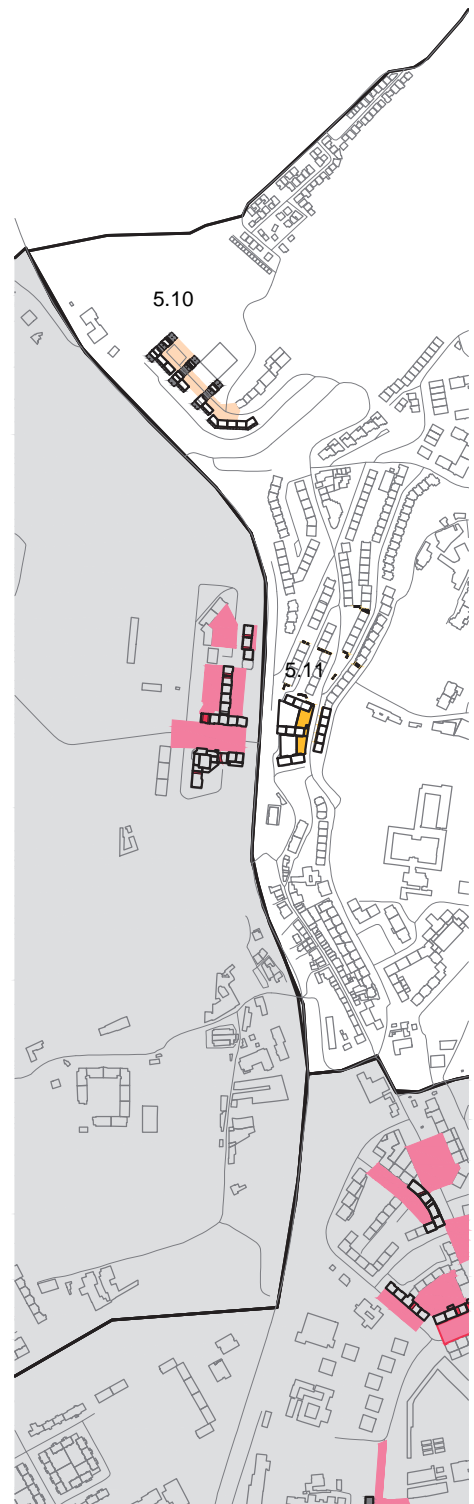
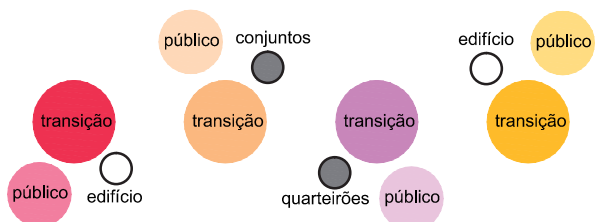


edifícios
permeáveis

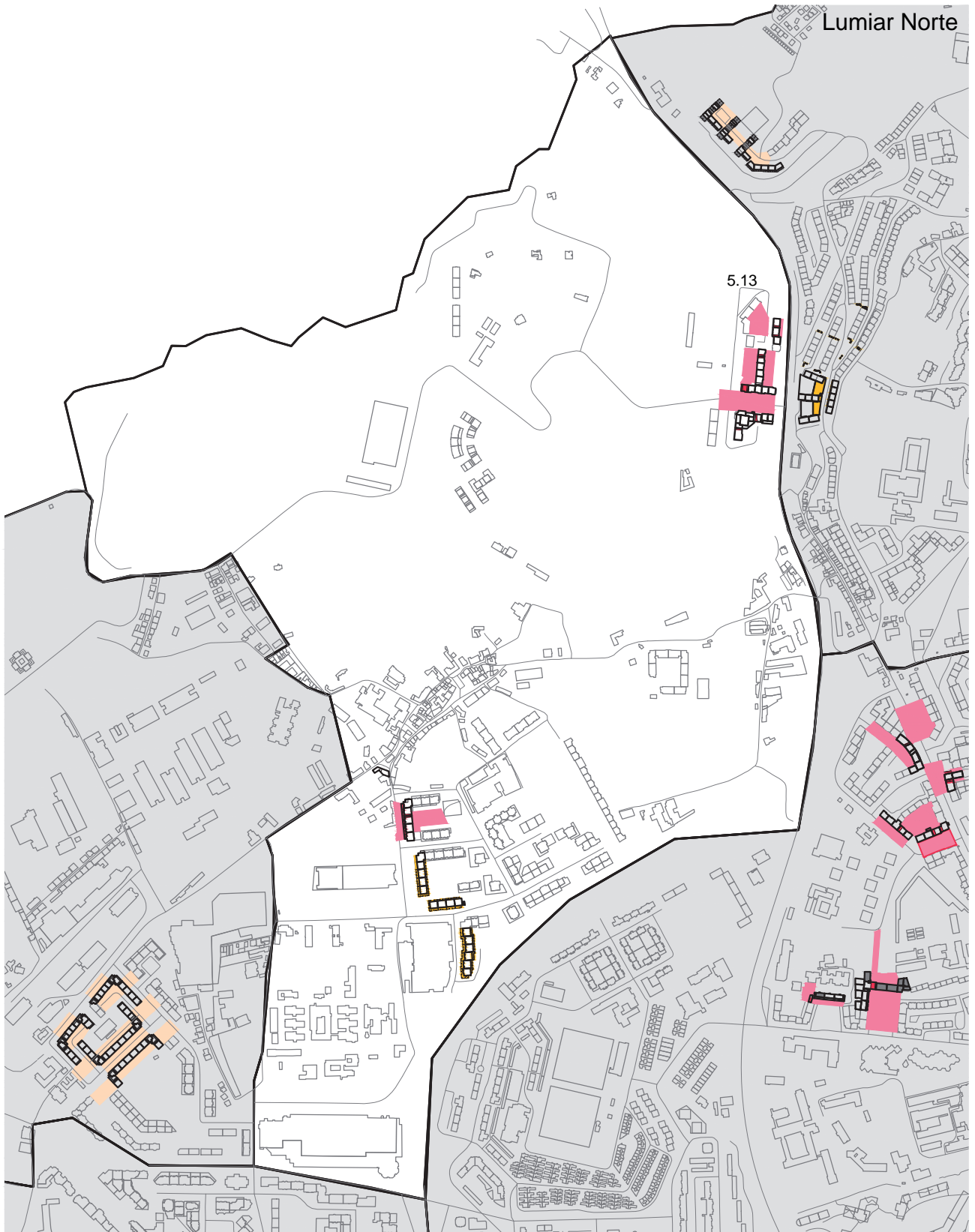
conjuntos
permeáveis

quarteirões
permeáveis

galerias







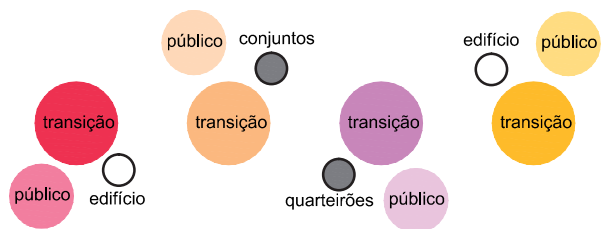
0 100 500 m

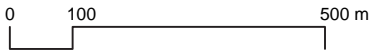
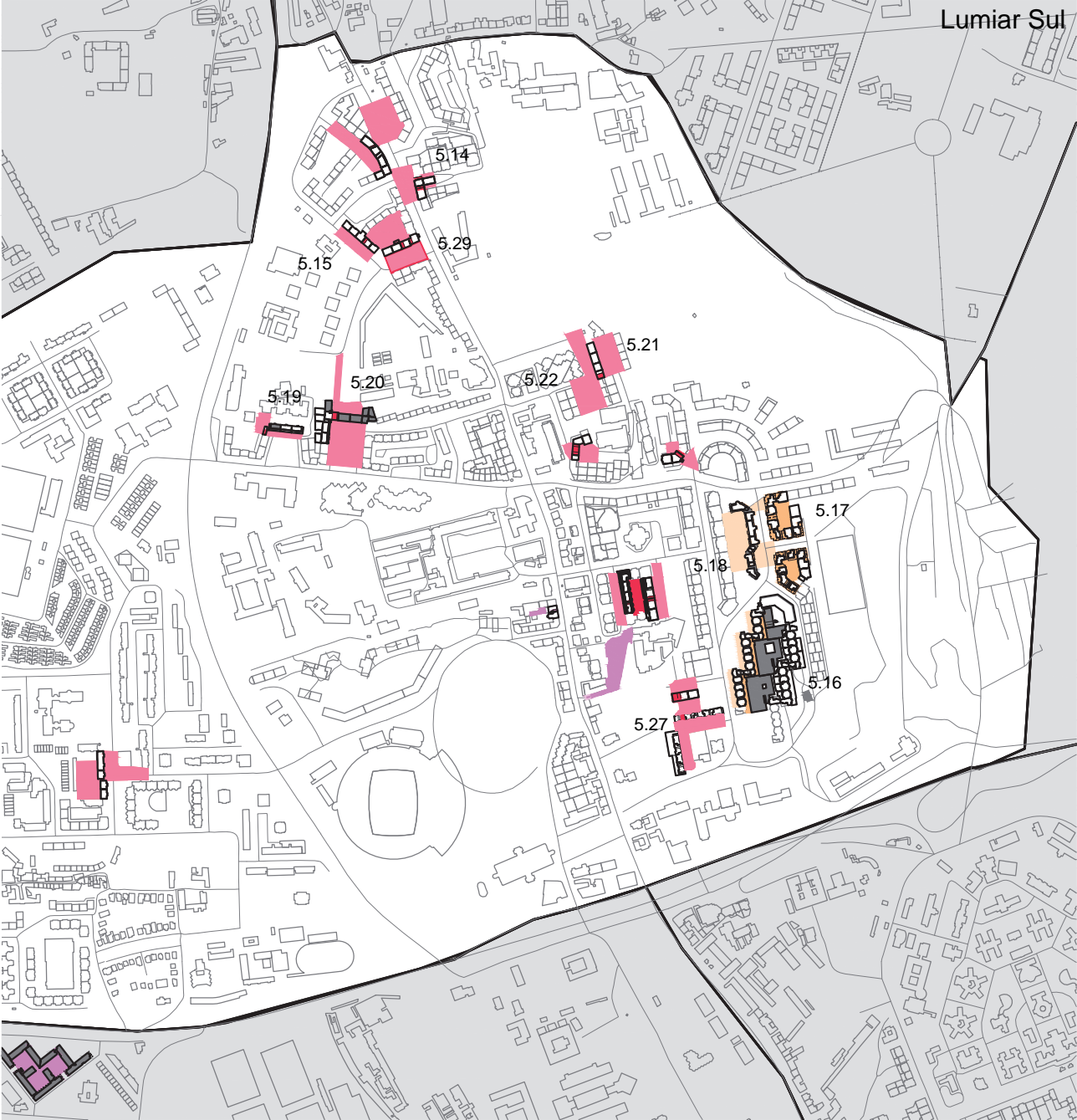
edifícios
permeáveis

conjuntos
permeáveis

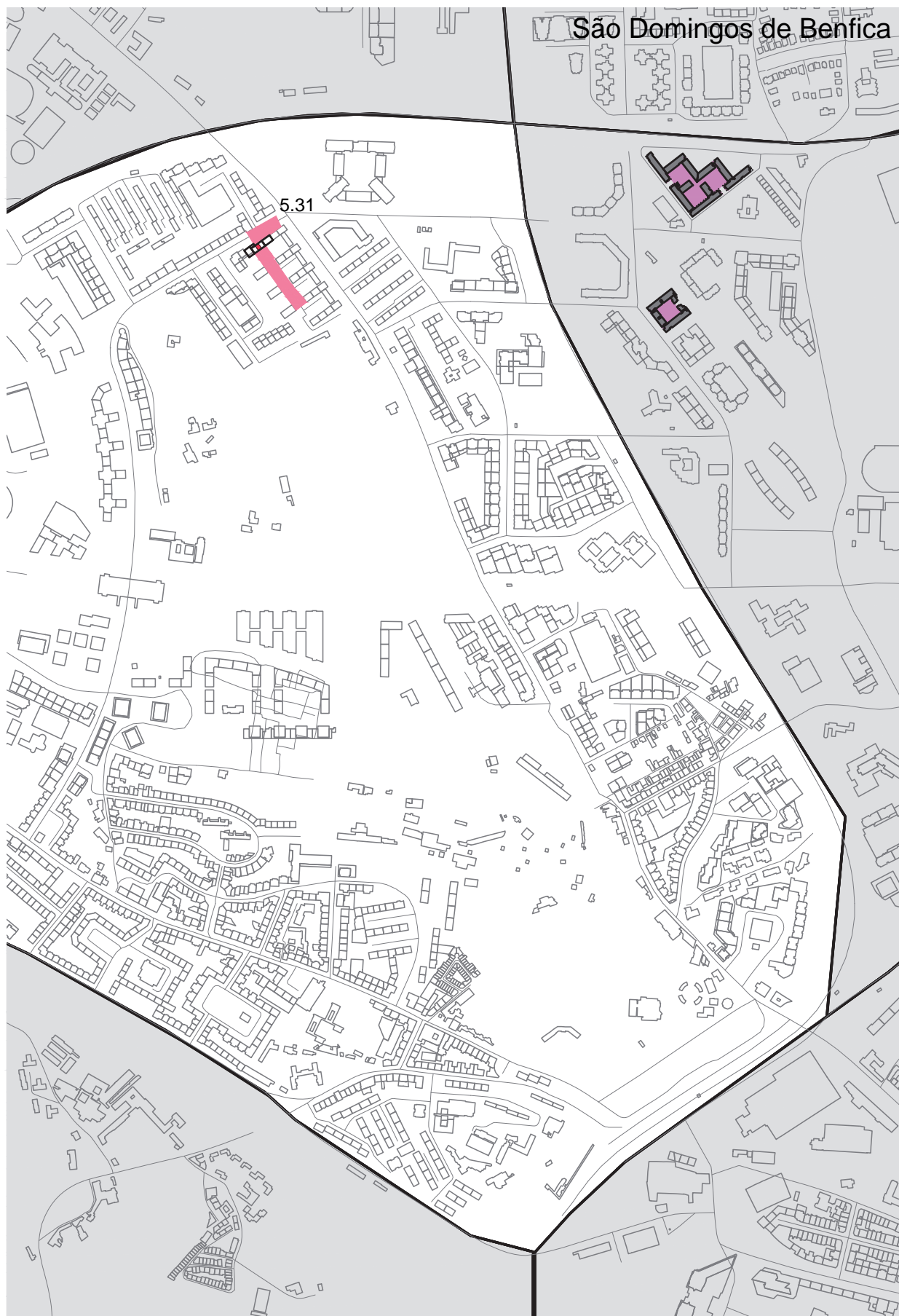
quarteirões
permeáveis

galerias

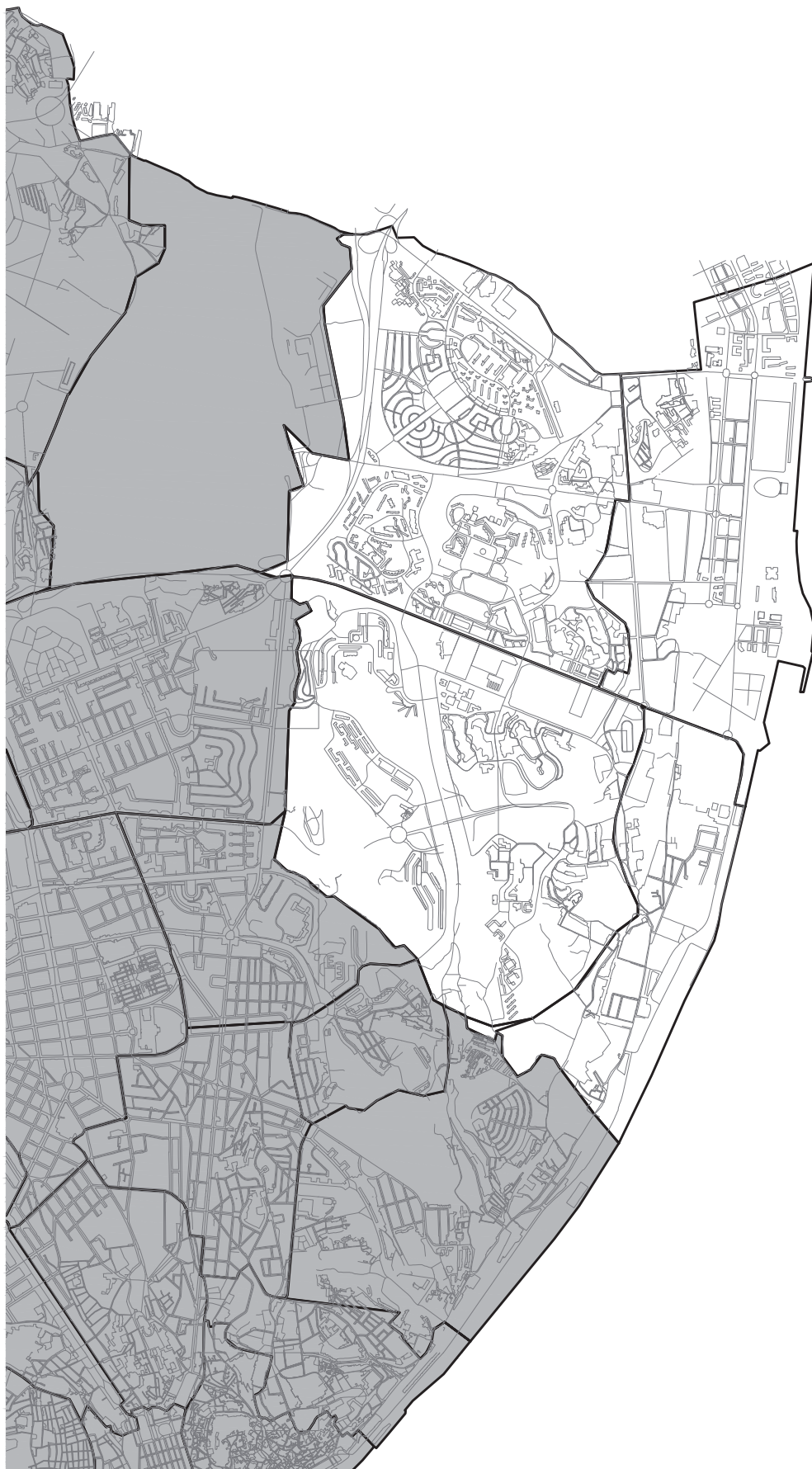








0 100 500 m

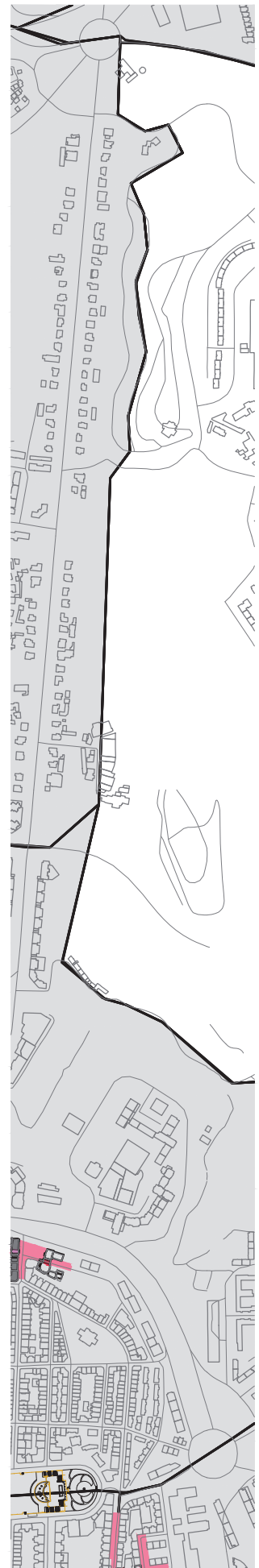
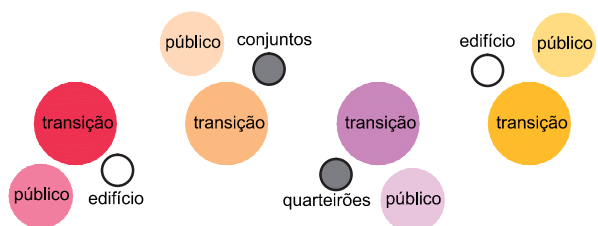


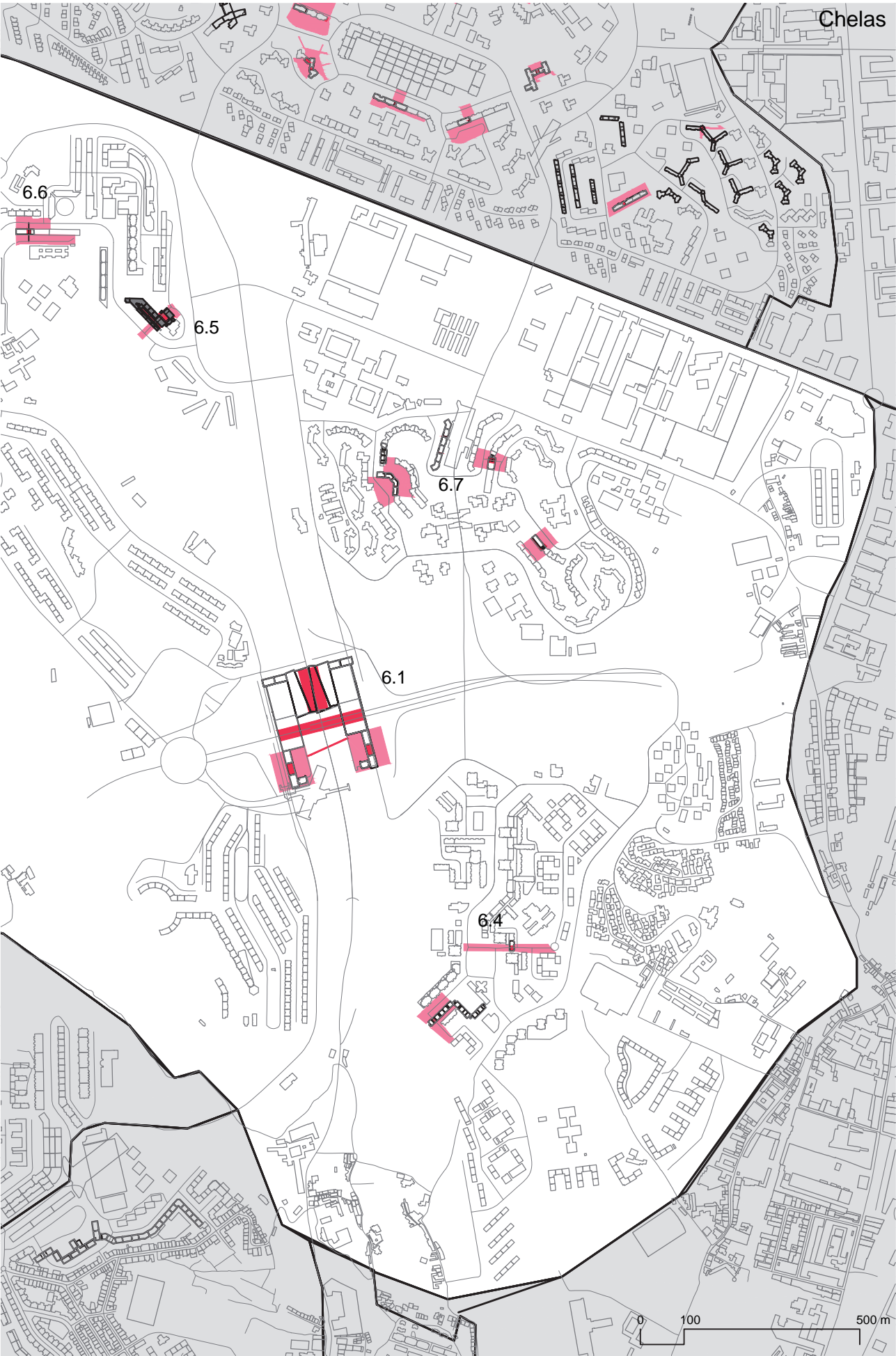
edifícios
permeáveis

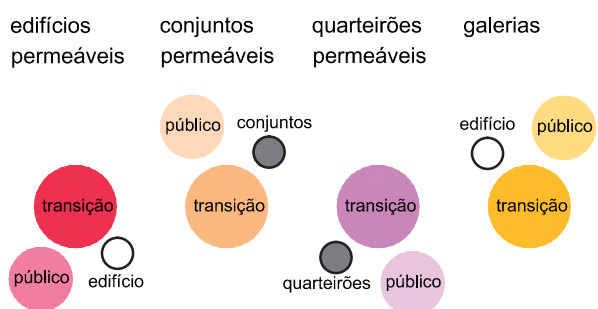
conjuntos
permeáveis

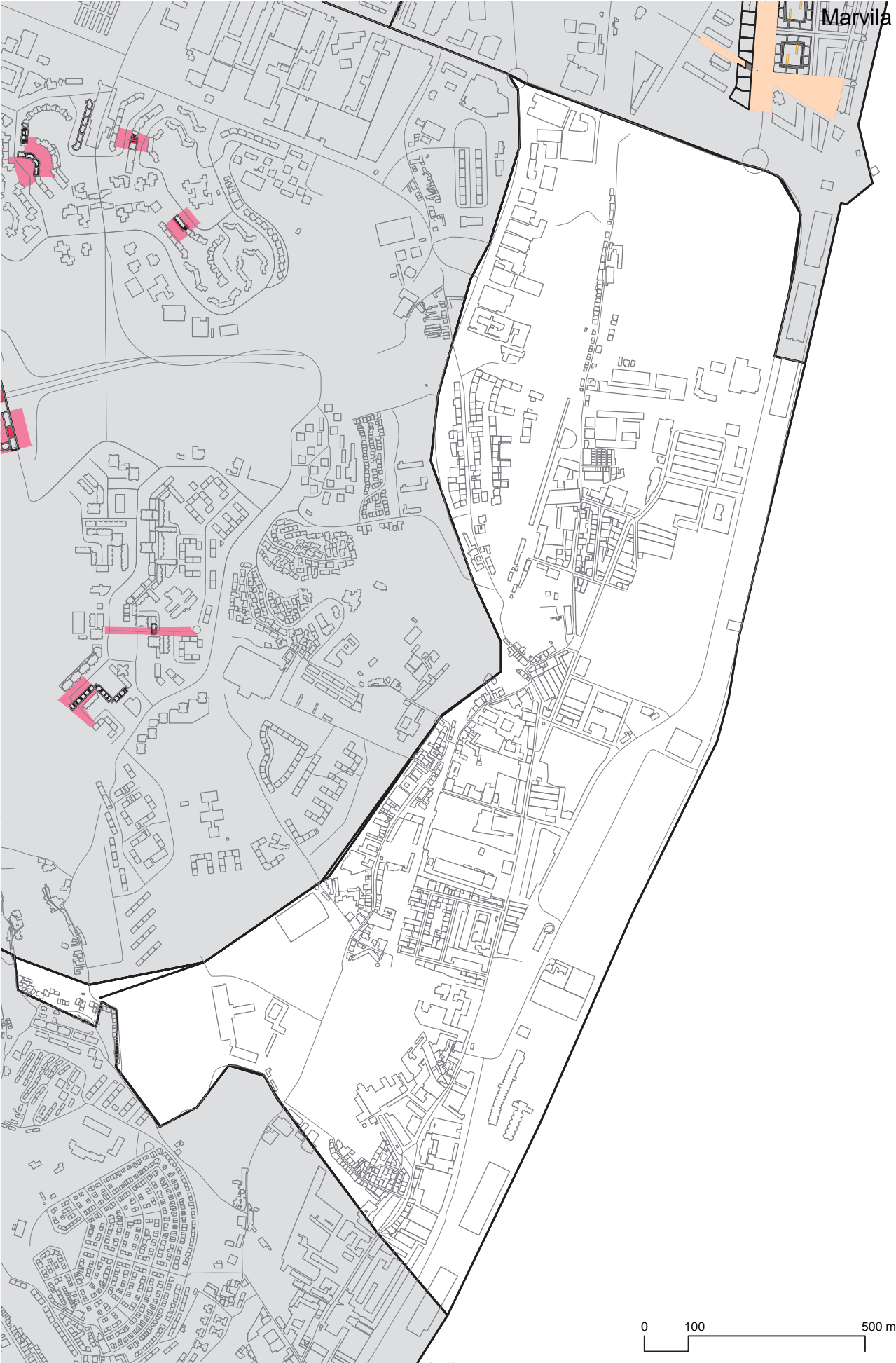
quarteirões
permeáveis

galerias









Marvila

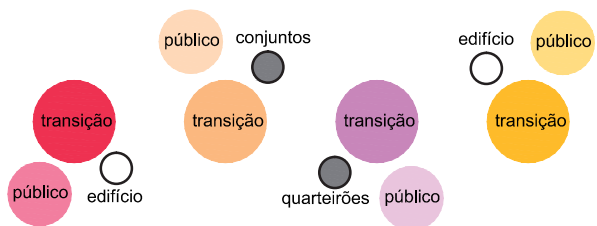
0 100 500 m

edifícios
permeáveis

conjuntos
permeáveis

quarteirões
permeáveis

galerias



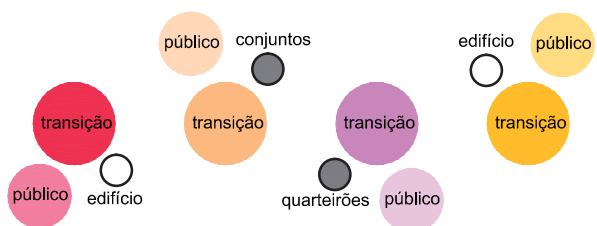


edifícios
permeáveis

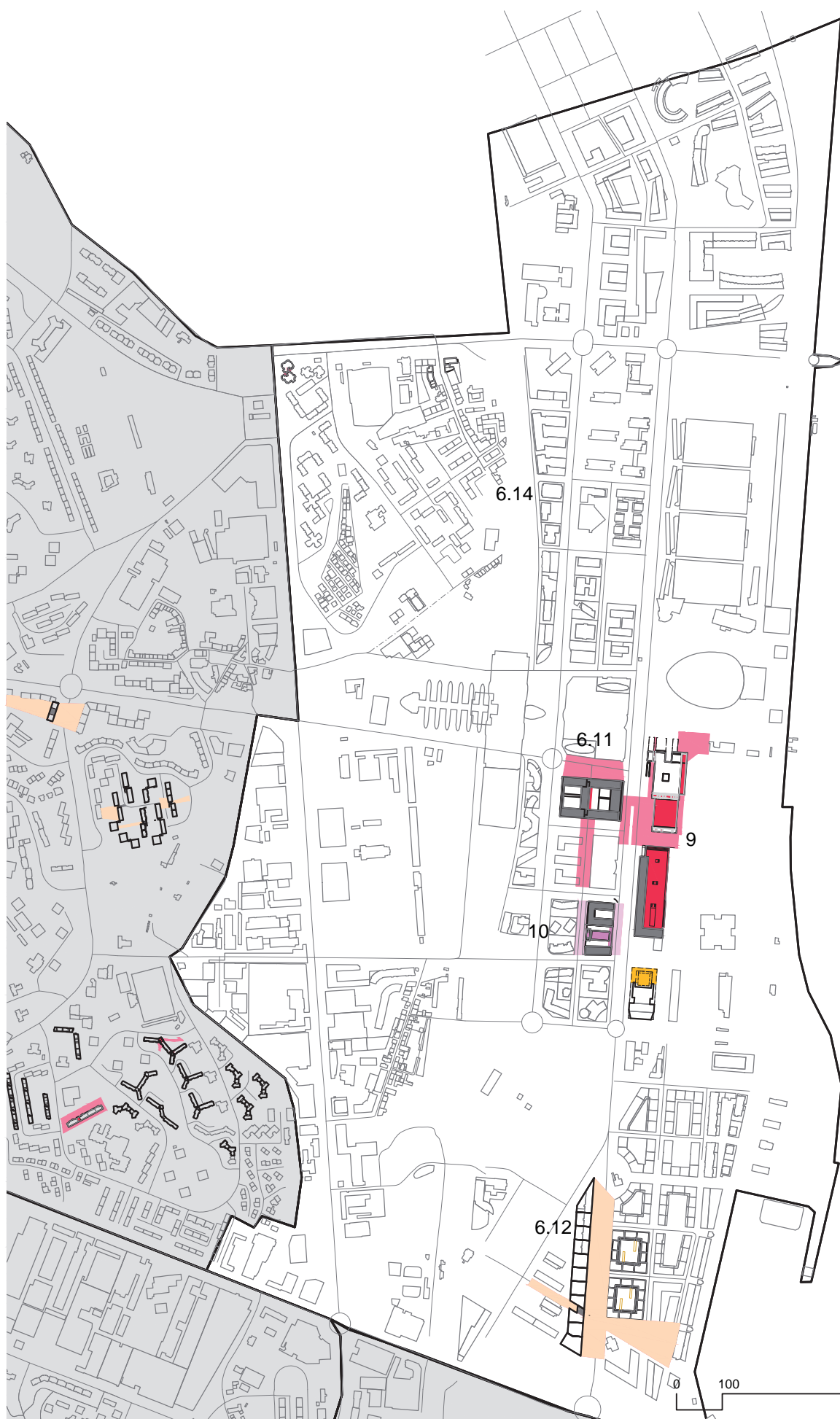
conjuntos
permeáveis

quarteirões
permeáveis

galerias



Oriente






ANEXO II

Permeabilidade estruturante, local e periférica: fichas de edifícios







1. ZONA HISTÓRICA ORIENTAL

Arroios







Caso 1. 1

Av. Almirante Reis		01 – Rua (A)	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
		<p>«despacho do presidente da câmara municipal de 18 de Novembro de 1955 ao ofício 357/GEU/P. Este ofício do gabinete de estudos de urbanização estabeleceu o recuo de 3,75 m do piso térreo em relação ao plano marginal da avenida e o apoio dos andares em pilotis de secção e pormenorização constantes, posteriormente definidas pela 3ª repartição, com o que se transformou o pavimento térreo em galeria comercial; a altura máxima de sete pisos, uma a menos do que o RGEU admitiria, a profundidade máxima de construção de 12 m e o paralelismo obrigatório de fachadas; a limitação da área coberta do piso térreo à área de implantação dos restantes pisos, de modo a libertar os logradouros para usufruto da população; e os indícios específicos para a construção na avenida.» Agarez 2009:159</p>	
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício – Edifício a	Edifício b	







Caso 1. 2

Rua Sebastião Saraiva Lima /Rua Morais Soares		PEDONAL	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
		Portas de acessos na passagem	

Caso 1. 3

Quarteirão Praça Paiva Couceiro / Rua Sebastião Saraiva Lima			VIÁRIO
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
		Portas de acessos na passagem Transparência Plano Publico Placa com nome de rua	
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício – Edifício a		






Caso 1. 4

Rua Neves Ferreira / Rua Dr. Lacerda e Almeida - VIÁRIO			VIÁRIO
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		








Caso 1. 5

Rua Morais Soares/ Rua Actor António Cardoso VIÁRIO			1918
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 1. 6

Regueirão dos anjos – Rua Febo Moniz			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 1. 7

Regueirão dos anjos – Igreja do Resgate			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>Situação de edifício ponte-sob zona de ribeira, passagem estruturante até do ponto de vista do fluxo de água, mais relevante que o fluxo pessoas, infraestruturas na envolvente que também se sobrepõem à linha de água</p>
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 1. 8

Avenida Duque de Ávila 1; Rua açores 57-59-61-82-84-84d; Rua visconde de Santarém 71, 77b			Arq. Jorge Albuquerque
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Edifício	<p>V.OBRA 54803 26744/DAG/PG/1961 1961- Primeiro processo e memória descritiva; Licenças 26-8-66; 14-5-76; Concluído 24 de Março de 1981; Licença a 24 de Junho 1981</p>

Beato centro

Caso 1. 9

Rua Barão Sabrosa / Rua Coronel Luna da Oliveira			1
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Transparente – pavimento urbano – sem acessos na passagem – diferentes cotas Pode ser fechado	

Caso 1. 10



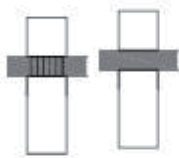

Edifício -Rua Sabino de Sousa – VIÁRIO			VIÁRIO
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão [duplo]	Tipo de edifício		

Caso 1. 11


Olaias			VIÁRIO e PEDONAL
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão [duplo]	Tipo de edifício		

Castelo






Caso 1. 12

Largo Martim Moniz / Rua de S. Pedro Mártir – ampliar rua			Arq. Bartolomeu Costa Cabral
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 1. 13

R. Afonso de Albuquerque 3; Arco da Conceição, 1 e 3; R. dos Bacalhoeiros, 4-A a 4-C			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>37536 53930/DAG/PG/1961</p> <p>Neste caso, não é nada obvio o destino desta ligação por escadas à cota superior. Dentro de um edifício, não há transparência entre o início e o final, a diferença de cotas também não ajuda.</p>
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 1. 14

Campo das cebolas – Largo do Marquês do Lavradio			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
<p>Tal como no Arco da Conceição esta ligação aparece como uma ligação local, não é nada evidente, o facto de ter umas escadas e a diferença de cotas faz com que não seja evidente esta ligação com a cota superior.</p>			
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		






Caso 1. 15

Beco Escuro			Permeabilidade estruturante
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			Neste caso a passagem sob o edifício conduz a um beco e/ou rua com saída noutro arco. É muito transparente e curta a passagem. Existe uma porta de acesso ao edifício na zona de passagem. É um edifício pombalino de habitação, embora atualmente alguns pisos sejam ocupados com um hostel. Há uma ligeira pendente. Duas alturas do arco
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		





Caso 1. 16

Arco das Portas do Mar 1 a 5; R. dos Bacalhoeiros 16 a 16-d			V.OBRA 23069 2542/DMPGU/OB/1986
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		Transparente, permite a passagem de pessoas e automóveis para acesso ao beco, tem sempre a mesma altura e portas de acesso ao edifício no meio da passagem. Pela dimensão e transparência é claramente estruturante. Edifício com comércio/ serviços no piso térreo. Plano

Caso 1. 17

Arco de Jesus			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>Neste caso a ligação é estruturante – totalmente transparente, evidente, este arco é construído por um antigo palacete.</p>
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		





Caso 1. 18

Travessa são João da praça – Travessa chafariz del rei			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
			Nesta situação há uma rua que passa por baixo de várias uniões entre dois edifícios – diria que é uma permeabilidade estruturante na medida em que é evidente o caminho a tomar no confronto com esta situação.
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 1. 19

Passagem-rua cais de Santarém, Travessa são João da praça			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			Tem a dimensão suficiente para permitir perceber que existe continuidade entre os dois lados embora não tenha muita profundidade – penso que é estruturante
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 1. 20

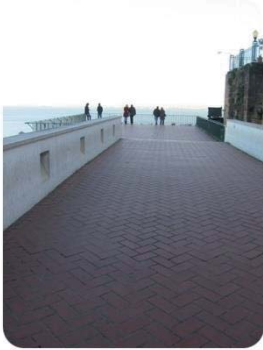




Arco do rosário – Largo terreiro do trigo / Rua da judiaria			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>No sentido de quem vem da Rua da Judiaria é evidente que é um lugar estruturante, para quem passa pelo Largo do Terreiro do trigo poderá já não ser assim, num entanto sendo uma passagem plana poderemos de algum modo ter uma esperança de que esta passem conduz a um lugar</p>
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 1. 21

Rua Salvador – Largo salvador			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>Grande palacete que permite a passagem da rua</p>
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

aso 1. 22

Largo portas do sol – Santa helena – Rua Norberto Araújo

Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>O edifício parece antigo, mas será importante averiguar se realmente é ou não – tem em si também a complexidade da topografia da zona, e se por um lado a sua cobertura é um espaço publico por outro também tem uma passagem, funciona como uma ponte – como foi construído?</p>
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

aso 1. 23


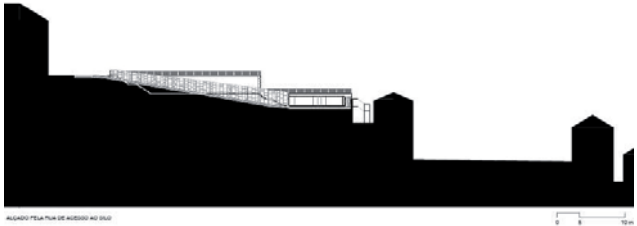
Rua das damas – largo contador mor

Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 1. 24

Beco do Penabuquel			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			Neste caso são apenas muros que fazem o desenho da passagem
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		


Caso 1. 25

Estacionamento – Portas do Sol		Aires Mateus	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
<p>Caso a considerar- será provavelmente um das situações mais interessantes pela possibilidade de construir um novo lugar através da construção de um espaço publico na cobertura de um parque de estacionamento. É um edifício que procura relacionar a topografia da envolvente – realmente complexa – encaixando-se no lugar e construindo diversas relações através dos terraços e plataformas</p>			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		


Caso 1. 26

Palácio Belmonte			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
<p>Uma situação ambígua quanto ao facto de ser estruturante ou local – porque no sentido ascendente é uma evidência que a passagem por baixo do Palácio Belmonte é o caminho a seguir, no entanto no sentido descendente já não é assim ao ser estruturante terá de ser porque não há alternativa de ligação entre estas duas zonas? No entanto há marcas de portões que definem a propriedade – que de certo modo já foi privada mas pelo facto de comunicar bem com a envolvente permite ser aglutinada pela envolvente e pertencer ao tecido urbano que contorna o palácio. Consideraria que não é estruturante mas sim local – ou então em evolução</p>			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 1. 27




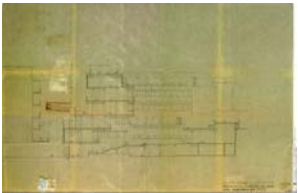
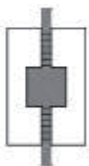

Antigo mercado do chão do loureiro			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			Uma cobertura semipública, tem horário para fechar, um elevador que permite descer a colina até à Rua da Madalena, é um edifício que poderá permitir uma deslocação mais favorável, tem um lado público sem consumo e um lado mais comercial. Não tem um único banco.
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 1. 28





Rua da Madalena 182 a 182-A São Cristóvão e São Lourenço Imóvel de interesse publico (dl 95/78 de 12/09)		Arq. António Lino 1944-1947	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
		PAG 4-5 MEMÓRIA DESCRITIVA «(...) 4º [buscou-se] este projeto num estudo apresentado pelos respetivos serviços da Exma. Câmara municipal de Lisboa a qual pretendeu com o arranjo suprimir o desagradável aspeto das construções existentes na zona posterior deste terreno, para o que foi sugerido que o prédio em questão, respeitando a passagem das atuais escadinhas, se estendesse sobre estas encostando-se o prédio a norte.	OBRA 5889 18684/DAG/PG/1944 É uma situação estruturante, embora com diferença de cotas – o que faz a diferença é uma certa transparência e dimensão da passagem – ou neste caso teria de a passar para a permeabilidade local
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Santa Marta

Caso de estudo selecionado 1


Rua Camilo Castelo Branco 4, 4ª e Rua de Santa Marta nº 55C, 55D, 55 E				Arq. Nuno Teotónio Pereira, Arq. Nuno Portas, Arq. Luís Vassalo Rosa, Arq. Pedro Vieira de Almeida (memória descritiva)			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte				
							
						52469 926/DMPGU/OB/1979 processo 15.756/64 processo 46812/1962 (concurso); 42032/61 - edifício Guiné	
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício						

Caso 1. 29

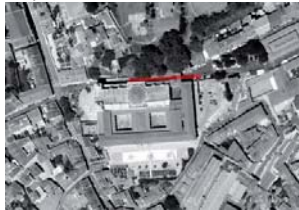




Rua Rodrigues Sampaio /Travessa do Enviado de Inglaterra – PEDONAL							
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte				
							
							
Tipo de quarteirão Variação – Entrada lateral no quarteirão; crescimento ao longo do tempo	Tipo de edifício						

Graça

Caso 1. 30

Vila Berta – Rua do Sol à Graça 55-59 / Beco Forno do Sol– PEDONAL com estacionamento			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			OBRA 22383 935/DAG/PG/1910 «Propriedade pertencente a Joaquim Francisco tojal» 1910
Tipo de quarteirão Qual o processo de divisão do quarteirão?	Tipo de edifício		

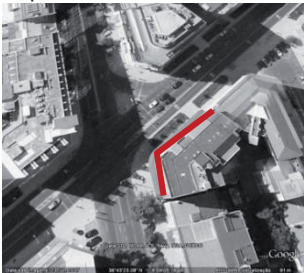

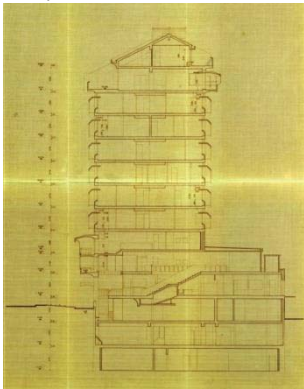


Caso 1. 31

Arco de São vicente – Rua do Arco Grande de Cima- VIÁRIO			1627 (Mosteiro) Séc. XVII
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		






2. ZONA HISTÓRICA OCIDENTAL

Avenida

Caso de estudo selecionado 2

Rua Braamcamp nº 9; Rua Castilho nº 40		Arq. Nuno Teotónio Pereira, Arq. João Braula Reis	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			Obra 54898 4174/DMPGU/OB/1974 o estudo prévio apresentado em julho 1964 - processo 41650
(na periferia do lote)			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício – Edifício a	Edifício b	

Caso de estudo selecionado 5

Rua Artilharia Um, 45 a 53; Travessa Léguas da Povia, 11, 11-A a 11-D, 13, 13-A, 15, 17				Arq. João Duarte Ferreira; Arq. José Guedes Cruz	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte		
					
					
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício				

Bairro Alto

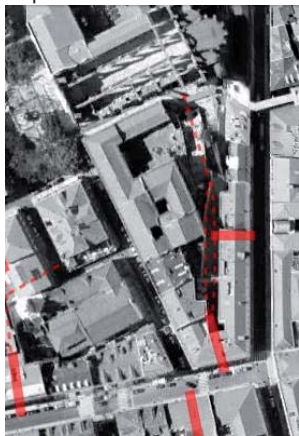



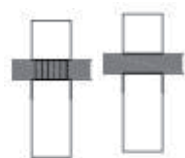
Caso 2. 1

Palácio Sobral e Calhariz – Rua da Rosa / Rua do Calhariz - VIÁRIO					
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte		
					
					
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício				





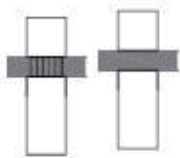
Caso 2. 2

Rua de Santa Quitéria - VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
	 		
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		


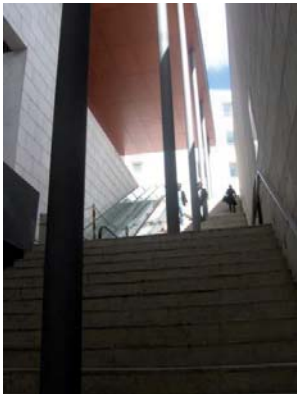

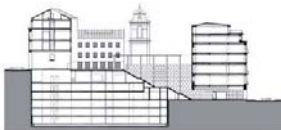
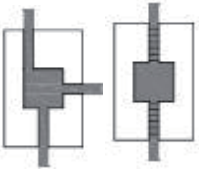
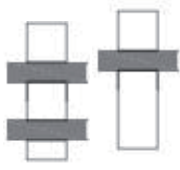
Caso estudo selecionado 4 b

Rua do Carmo / Rua Garrett			Arq. Álvaro Siza
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		



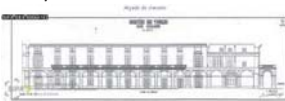



Caso estudo selecionado 4 a

Rua Garrett / Rua Ivens		Arq. Álvaro Siza	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		



Caso de estudo selecionado 7

Ruas Garrett, Serpa Pinto, Travessa do Carmo e Almirante Pessanha		Arq. Gonçalo Byrne	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 2. 3





Praça do Comercio			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício –		

Caso 2. 4

Arco da Bandeira – Rossio / Rua dos Sapateiros – VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Cais do Sodré

Caso 2. 5

Rua da Boavista			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício – Edifício a	Edifício b	

Caso 2. 6

Edifício Zeneca – Av. D. Carlos I; Rua Cais do Tijolo VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão Construído ao longo do tempo	Tipo de edifício		

Campo de Ourique

Caso 2. 7




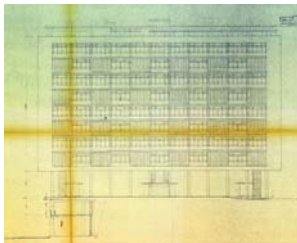



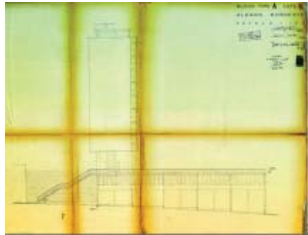
Rua Sampaio Bruno / Rua Azedo Gneco			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 2. 8

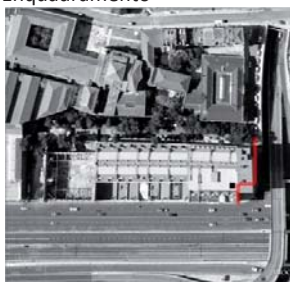




Travessa de São Caetano/ Rua Silva Carvalho – VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Estrela



Caso 2. 9

Avenida Infante Santo / Rua Abílio Lopes do Rego		Arq. Alberto José Pessoa, Arq. Hernâni Guimarães Gandra, Arq. João Abel Carneiro de Moura Manta	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	<p>26439, 26415 53576/DAG/PG/1954 53516/DAG/PG/1954 Memória descritiva de 4 de Janeiro 1954, Licença de utilização 1956</p>	

Caso 2. 10


Av. Infante Santo 1 a 1F; Rua Tenente Valadim, 14		Arq. Alberto José Pessoa 1955-1961	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 2. 11






Av. Infante Santo / Calçada das Necessidades/ Rua Possolo				6			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte				
							
							
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício						

Santos

Caso 2. 12

Av. 24 Julho			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		





Caso 2. 13

Avenida 24 Julho			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
(muito adaptado) 	(muito estreito) 		
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

3. SUDOESTE






Ajuda

Caso 3. 1






Palácio da Ajuda		1795	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
		<p>Manuel Caetano de Sousa (1742-1802) 1802- Francisco Xavier Fabri (1761-1817); José Costa e Silva (1747-1819) artistas-Domingos Sequeira (1768 - 1837) XX -Anos 40: Raul Lino (dois projetos para rematar o palácio) 1987- Gonçalo Byrne (projeto para ala Poente) 1987 - pano de salvaguarda</p>	
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Alcântara - Junqueira

Caso 3. 2








Alcântara Rio I e II – VIÁRIO E PEDONAL- Alcântara, Av. Ceuta / Rua Fradesso da Silva		Arq. Frederico Valsassina 1999-2003	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso de Estudo selecionado 11






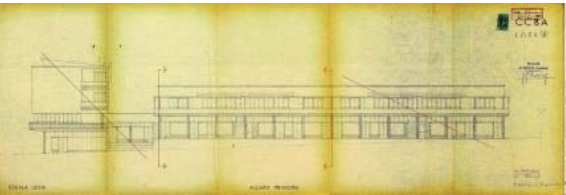
Alcântara Rio II i– PEDONAL- também incluído nos híbridos		Arq. Frederico Valsassina 2001-2007	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Belém

Caso 3. 3

Praça Império		Arq. Vitor Gregoti, Atelier Risco - Arq. Manuel Salgado 1989-92	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		





Caso 3. 4

Rua Duarte Pacheco		Arq. R. Chorão ramalho 1952	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			<p>26408 25741 25457</p> <p>1951 – Memória descritiva; 1954 (requerimento) 1955 - (telas finais)</p>
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

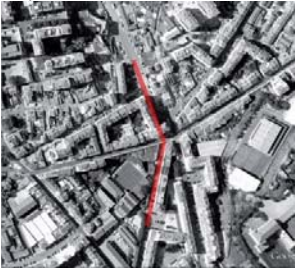


Caso 3. 5

Edifícios na Rua Bartolomeu Dias 84D-84C [edifício a] / Rua Martins Barata lote F lote 5 [edifício b] – PEDONAL			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 3. 6

Largo Princesa / Rua Praia de Pedrouços / Rua da Praia do Bom Sucesso - PEDONAL			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		



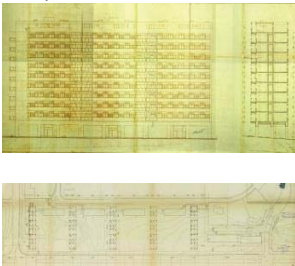


Caso 3. 7

Largo do Rio Seco - VIÁRIO-			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

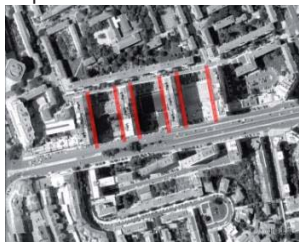





4. CENTRO

Alvalade


Caso 4. 1

Av. Estados Unidos da América / PEDONAL [Norte- Nascente]		Arq. Manuel Laginha; Arq. Vasconcelos Esteves; Arq. Pedro Cid 1957	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
		Memória de 20 de Julho 1955; licença de obra em maio de 1956 e out 1957 obra concluída em agosto 1957 licença outubro 1957	29344 25052/DAG/PG/1957
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		






Caso 4. 2

Av. Estados Unidos da América / PEDONAL [Norte- Poente]			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		




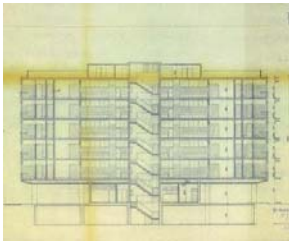


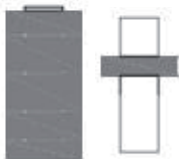
Caso 4. 3

Av. Estados Unidos da América / Rua Coronel Bento PEDONAL [Sul- Nascente] conjunto a/edifício b			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 4. 4

Travessa Ascensão Aboim - VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

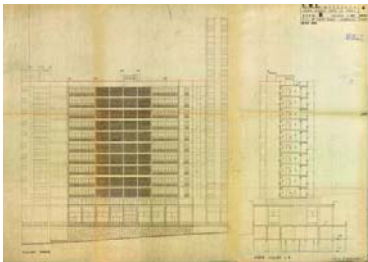





Caso 4. 5

Avenida Brasil 112 112 c		Arq. Jorge Segurado	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
<p>Plano geral aprovado pela CML processo 12560/56 Memória descritiva de 26 de Março 1958; auto de vistoria para ocupação: projetos aprovados em janeiro de 1960, março de 1963 e novembro 1963; obras terminaram em setembro de 1963; ocupação em 21 10 1963</p>			
			
		<p>34665 15430/DAG/PG</p>	
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 4. 6



Av. Estados Unidos da América			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 4. 7





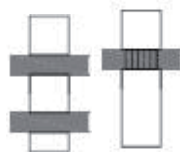

Rua Coronel Bento Roma 12 a 12 E, Avenida dos Estados Unidos da América 53/53 f e 53 g PRÊMIO VALMOR		Arq. Leonardo de RC Castro Freire - 1964	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
		Memória descritiva, 24 DE JUNHO 1964	1268/DAG/PG/1966 16420/DAG/PG/1967 49096/DAG/PG/1968 52743
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

António Augusto Aguiar




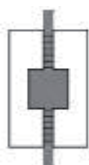

Caso 4. 8

Rua Marquês da Fronteira		Arq. Januário Godinho Arq. João Andresen 1962/1966-1970	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		






Caso 4. 9

RUA DR. Nicolau Bettencourt 45 a 45 B Avenida António Augusto Aguiar 150, a 150 G		Arq. Carlos Ramos - Plano -1958 Arq. António Alexiades – 1962	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			8 de Agosto de 1968 Projectos em despachos de 22-11-63; 27-6-68 Licenças 107/64; 7564/68 de 15-4-64; 3-7-68 Concluído 5 de julho 1968 33 fogos , dois habitação de porteiros 4 lojas; 1 stand e um parque de estacionamento privativo
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso de estudo selecionado 8




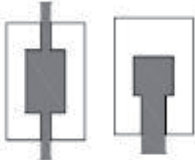

Av. Sidónio Pais, 4c-4d-4f-4g-4h-4i; Avenida António Augusto Aguiar, 3			Arq. Manuel Aires Mateus		
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte		
			65871 1526/DMPGU/OB/1995		
		Ventura Terra 25963 2321/1ªREP/PG/1920			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício				

Caso 4. 10

Rua Marquês da Fronteira 4		Arq. Jorge Albuquerque 1954	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			V.OBRA 29.501; proc.48682/54
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício – Edifício a	Edifício b	

Areeiro

Caso 4. 11

Av. Manuel da Maia /Av. Guerra Junqueiro			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		




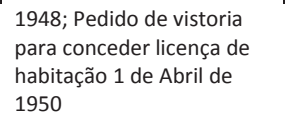


Caso 4. 12

Rua Egas Moniz / Rua Augusto Machado			1939
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		




Caso 4. 13

Bairro das Estacas Rua Bulhão Pato 6 Rua Pedro Ivo, 5				Arq. Formozinho Sanches, Arq. Ruy Athoguia	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte		
					
		Privado adquirido à CML, requerimento 22 de maio 1952 Memória descritiva 10 de Março 1952		V.OBRA 24867 18644/dag/pg/1952 V.OBRA 6393 22598/DAG/PG/1952	
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício				





Caso 4. 14

Av. Paris 14-14B; R Presidente Wilson 1 a 1B				Arq. José Bastos; Arq. Alberto Pessoa; Arq. Raul Chorão Ramalho; Arq. Lucínio Cruz	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte		
					
				Volume obra 1984	
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício				




Caso 4. 15

Av. João XXI, 8 a 8 E; R. Cervantes 2 a 2 D		Arq. Joaquim Ferreira; Arq. Almeida Segurado; Arq. Filipe Figueiredo; Arq. Guilherme Gomes - 1946	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			«O presente projecto faz parte de um conjunto de prédios a ser construídos na Av de Berne, entre a praça do Areeiro e a Avenida de Roma»
			Obra 5263 5263/PI/1946
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 4. 16

Rua Jorge Carvalho – VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 4. 17

Av. Afonso Costa / Rua Abade Faria		Arq. Conceição Silva	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício – Edifício a	Edifício b	

Avenidas Novas

Caso de estudo selecionado 11

Picoas Plaza; Rua Viriato 13-13 A a 13 T; Rua Tomás ribeiro 65-65 A a 65 D		Arq. Jorge Manuel de Carvalho Ribeiro; Arq. Maria Manuela Guerra Abrantes Geirinhas -1997-2000	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
		plano de pormenor aprovado em 95.06.08 e publicado em Diário da republica nº 275 de 95-11-28;	
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		66351 2288/DMPGU/OB/1997



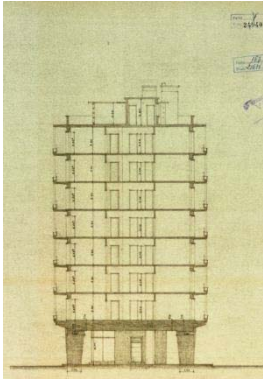

Caso de estudo selecionado 6

Av. Fontes Pereira de Melo / Rua Engenheiro Vieira da Silva		Arq. João Paciência	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

aso 4. 18

Av. Defensores de Chaves / Rua Dona Filipa			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
	Tem acesso automóvel e estacionamento		
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

aso 4. 19

Av. Elias Garcia, 164 – 164 A Av. Elias Garcia 166-166c Av. Poeta Mistral 2 a 2		Arq. Lucínio Cruz 1956-58	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
		31406 21674/DAG/PG/1956 31400 21672/DAG/PG/1956	
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		




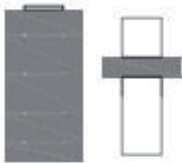

Caso 4. 20

Av. de Roma –Av. Sacadura Cabral - PEDONAL			1954
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
(adaptado)			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 4. 21

Av. Estados Unidos da América / VIÁRIO E PEDONAL [Sul- Poente] conjunto a /edifício b			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
(assimétrico)	Edifício b	Conjunto a	
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 4. 22

Av. dos Estados Unidos da América		Arq. João Simões; Arq. Hernani Gandra, Arq. Francisco Casto, Arq. Rodrigues, Arq. Celestino de Castro e Arq. José Huertas Lobo 1953	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 4. 23





Av. EUA / Av. Roma		Arq. Jorge Segurado	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício – Edifício a	Edifício b	

Caso 4. 24

Av. Eua (poente – sul)			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
	 		
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício – Edifício a	Edifício b	

Campolide

Caso 4. 25

Calçada dos Mestres -VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

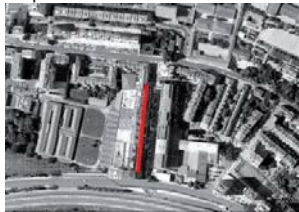


5. NOROESTE

Benfica

Caso 5. 1

Av. Uruguai / Rua da República da Bolívia / Rua Dr. Rafael Duque			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>Edifício que liberta piso térreo para atravessamento do quarteirão – topo</p> <p>Passagem viária e pedonal</p> <p>Pedonal – um edifício do quarteirão</p>
			
Tipo de quarteirão (cruzado)	Tipo de edifício (duas zonas do quarteirão)	(alternadamente)	



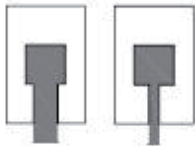


Caso 5. 2

Av. Conselheiro Barjona de Freitas / Estrada de Benfica			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		


Caso 5. 3

Rua João Ortigão Ramos			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		Uma rua assimétrica – em frente ao cemitério de Benfica – galerias que acolhem algum comércio. Diferentes edifícios

Caso 5. 4




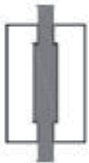

Av. Grão Vasco / Rua Nossa Senhora do Amparo			Arq. Aníbal F. Barros da Fonseca 1972
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
Conjunção dos dois			
			Obra 50186 PROCESSO 2432/DMPGU/OB/1972
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 5. 5

Alameda Padre Álvaro Proença / Rua República Peruana			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		







Carnide Norte

Caso 5. 6











Rua Vítor Santos / Rua Alfredo Ferraz; Rua Alfredo Ferraz / Rua Sidónio Serpa – VIÁRIO E PEDONAL			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Carnide Sul

Caso 5. 7

Estrada da Luz			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			Rua assimétrica – muro do colégio militar
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 5. 8




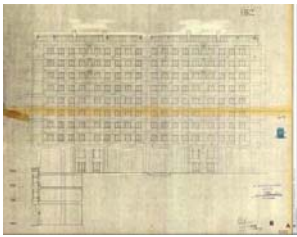



Rua Padre Américo		1989	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
			<p>Galerias que estabelecem pouco dialogo umas com as outras, parece que cada uma tem a sua lógica e percurso autónomo</p>
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 5. 9




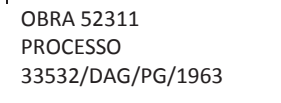

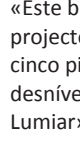
Telheiras		Estruturante	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Charneca

Caso 5. 10





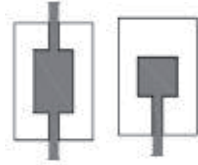

Quinta das Lavadeiras 17-36			Arq. Thebar Frederico 1966-1972
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 5. 11






Rua Comandante Fontoura da Costa / Estrada do Desvio –VIÁRIO Estrada do Desvio 44, Lumiar – prédio de rendimento			Arq. José Croft de Moura; Arq. Henrique Albino 1963-1970
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
		«Este bloco está, nos seus volumes, de acordo como o ante-projecto aprovado e tem três pisos acima do piso livre e cinco pisos abaixo do mesmo piso livre, aproveitando o desnível existente entre a estrada do desvio e a rua do Lumiar»	
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Lumiar norte

Caso 5. 12

Alameda Mahatma Gandhi / Rua Teófilo Carvalho dos Santos / Rua Isaac Rabin			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
	Alameda	R. Teófilo Carvalho dos Santos	R. Isaac Rabin
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 5. 13

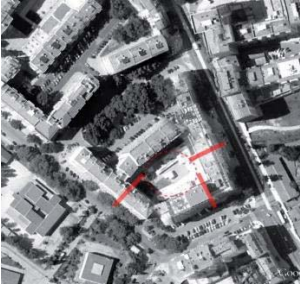





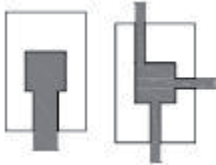


Rua Garcia e Resende (Calçada da Carriche) VIÁRIO E PEDONAL			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Lumiar sul

Caso 5. 14

Rua Dr. Henrique Martins Gomes / Alameda das Linhas de Torres			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	

Caso 5. 15

Rua Luís Freitas Branco / Alameda das Linhas de Torres			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>Acesso a interior de quarteirão acesso a estacionamento subterrâneo – privado Acesso pedonal Equipamento – creche – no interior do quarteirão</p>
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	








Caso 5. 16

Rua Agostinho Neto / Rua Amílcar Cabral			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	







Caso 5. 17

Avenida Helena Vieira da Silva / Rua Agostinho Neto / Rua José Melo e Castro			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			Espaço que inicialmente tinha acesso ao interior do quarteirão – mas que entretanto foi privatizado.
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	

Caso 5. 18

Rua Agostinho Neto			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>A relação entre estes quarteirões já tem uma permeabilidade local – devido à sua complexidade e menor evidencia</p> <p>Em relação aos percursos a tomar – existe realmente um espaço entre os edifícios, tratado com anfiteatro, lago e paisagismo, mas poucos habitantes, pelos amenos durante a semana. É um espaço com acentuada diferença de cotas o que torna menos acessível ou evidente</p>
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	







Caso 5. 19

Avenida da Rainha Dona Amélia / Praça Rainha Dona Filipa –VIÁRIO E PEDONAL			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

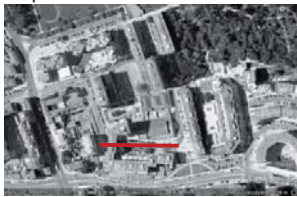





Caso 5. 20

Praça Rainha Santa / Av. Rainha Dona Leonor / Rua Mário Sampaio Ribeiro - VIÁRIO			1962
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 5. 21

Rua Silva Tavares – Rua Luís Pastor de Macedo -VIÁRIO				1970
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte	
				
				
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício			


Caso 5. 22

Rua Luís Pastor de Macedo -VIÁRIO				
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte	
				
				
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício			

Caso 5. 23

Quinta do Lambert			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>Permeabilidade local-diferença topográfica e cobertura de edifício comercial permite construir espaço público qualificado para brincadeiras e com zona verde. Poderá servir de percurso de descida ou atalho para subida e será sempre um espaço mais recolhido – quem fará a manutenção? Estabelece uma continuidade com a envolvente.</p>
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 5. 24

Quinta do Lambert			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>Passagem entre duas ruas.</p>
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 5. 25

Quinta do Lambert			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			É uma passagem clara, viária e estruturante mas leva a um impasse. A um interior de quarteirão.
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 5. 26

Quinta do Lambert			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
<p>Estabelece uma ligação com o edifício na cota superior através de passagens que ligam o jardim a uma rua elevada em relação à rua. Esta larga plataforma sustenta o que em princípio deveria estar à cota do arruamento- criando uma varanda mais elevada com vários acessos por escadas. Pouca vida – há um certo artifício nesta solução.</p>			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		








Caso 5. 27

Quinta do Lambert			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
		<p>Edifício com passagem viária e pedonais – estruturam esta implantação e o conjunto de lotes que o rodeia.</p>	
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		







Caso 5. 28

Quinta do Lambert			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 5. 29








Rua Leopoldo de Almeida / Alameda das Linhas de Torres -VIÁRIO			Estruturante
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			<p>Resolução de um impasse, abertura de uma rua</p>
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 5. 30

Lumiar			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

São domingos de Benfica

Caso 5. 31

Rua dos Soeiros – Rua Cidade de Cádiz – Estrada da Luz –VIÁRIO –PEDONAL			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			<p>Conjunto tem edifícios que permitem o uso da cobertura como espaço público;</p> <p>Edifícios perpendiculares à Rua projetam galerias. Não há atividades nesses espaços apenas passagem</p>
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

6. NORDESTE

Chelas

Caso 6. 1

PINGO DOCE -VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	




Caso 6. 2

Rua Alfredo Duarte / Av. João Paulo II-VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 6. 3

Praça Eduardo Mondlane / Rua Engenheiro Cunha Leal -VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso 6. 4

Rua Atriz Palmira Bastos / Rua Tomás Alcaide -VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		




Caso 6. 5

Rua Domingos Parente / Rua Luís Cristino da Silva -VIÁRIO			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	

Caso 6. 6





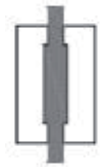
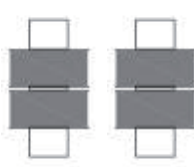

Rua Cassiano Branco / Rua Luís Cristino da Silva –VIÁRIO – “Pantera cor de Rosa”		Arq. Gonçalo Byrne, Arq. António Reis Cabrita (no atelier Nuno Teotónio Pereira) 1972-1974 1975-1979	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	

Caso 6. 7

Rua Paulo Dias Novais -PEDONAL			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
	 		
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	

Olivais

Caso 6. 8

Rua Cidade de Cabinda –VIÁRIO E PEDONAL			1958
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
(assimétrico)			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	

Caso 6. 9




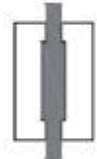

Rua Alfares Barrilaro 7-7 A-7 B		Arq. Joaquim Ferreira	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
	«projecto do bloco comercial e residencial a construir nos lotes “A” e “b” da célula “A” do centro cívico e comercial de olivais norte»	OBRA 41712 PROCESSO 2446/DAG/PG/1964	
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício – Edifício a	Edifício b	

Caso 6. 10


Olivaís Sul			
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício – Edifício a	Edifício b	Edifício unidade – variedade de usos habitação + outro uso

Oriente





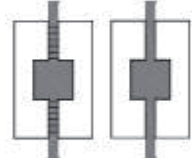


Caso 6. 11

Av. do Pacífico, Alameda dos Oceanos, Rua do Caribe, Av. D. João II [lote 1.04.01]		Arq. Alexandre Burmester, Arq. José Carlos Cruz Gonçalves	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
subterraneo			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	






Caso de estudo selecionado 9

Alameda dos Oceanos / Passeio das Musas –PEDONAL		Arq. Álvaro Siza Vieira	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício		

Caso de estudo selecionado 10

Rua Polo Sul / Alameda dos Oceanos			Promontório Arquitetos 1996-2003-2004
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	

Caso 6. 12

Alameda dos Oceanos / Passeio das Musas –VIÁRIO E PEDONAL			14
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício	Em sequência	

Caso 6. 13

Hotel Arts – Av. D. João II , Av.do Atlântico, Passeio do Cantábrico, Rua Mar da China lote 01.18.01		Arq. Frederico Valsassina 2001-2004	
Enquadramento	Vista	Vista/corte	Corte
			
Tipo de quarteirão	Tipo de edifício – Edifício a	Edifício b	

ANEXO III

Vitalidade: tabelas e desenhos

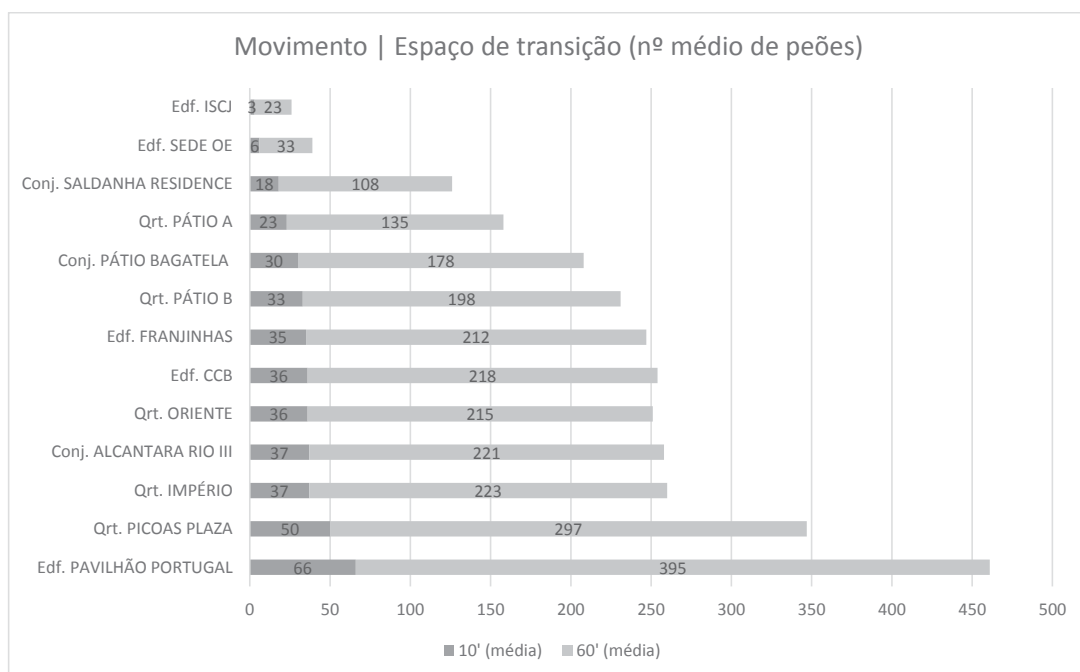


Tabela 1

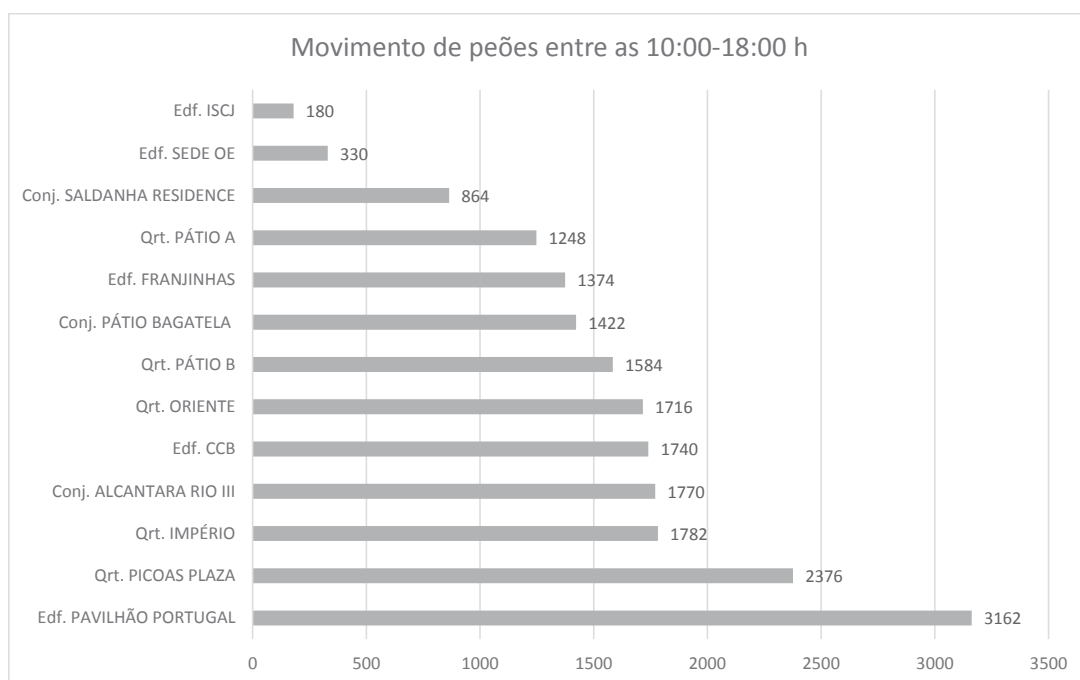


Tabela 2

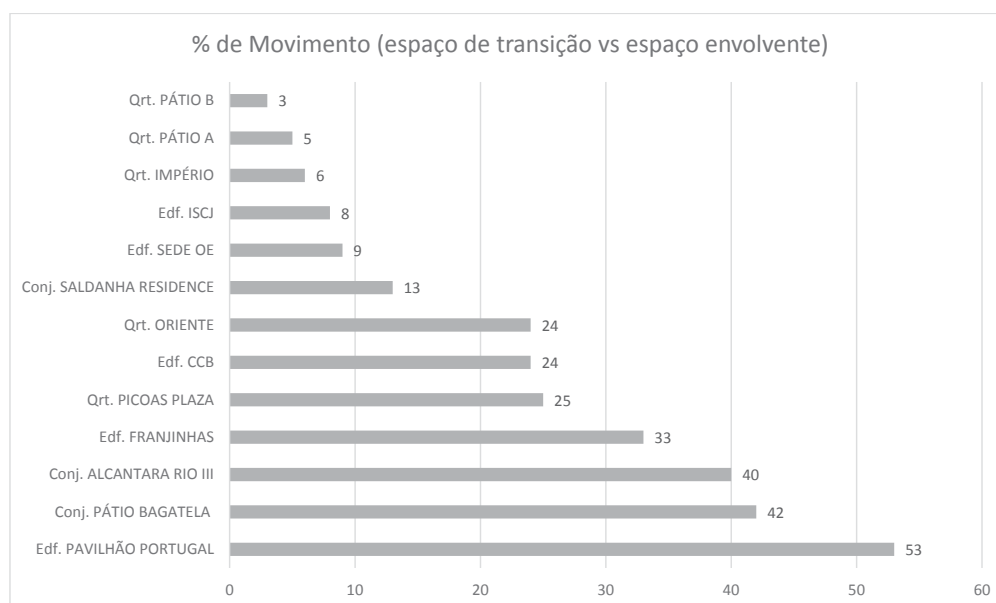


Tabela 3

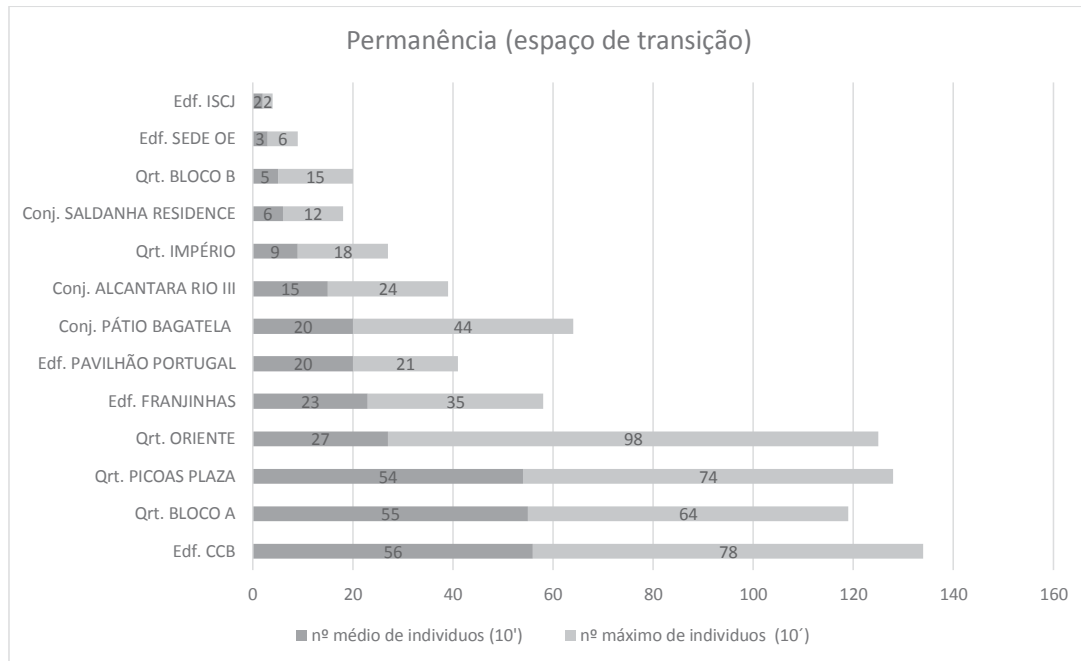


Tabela 4

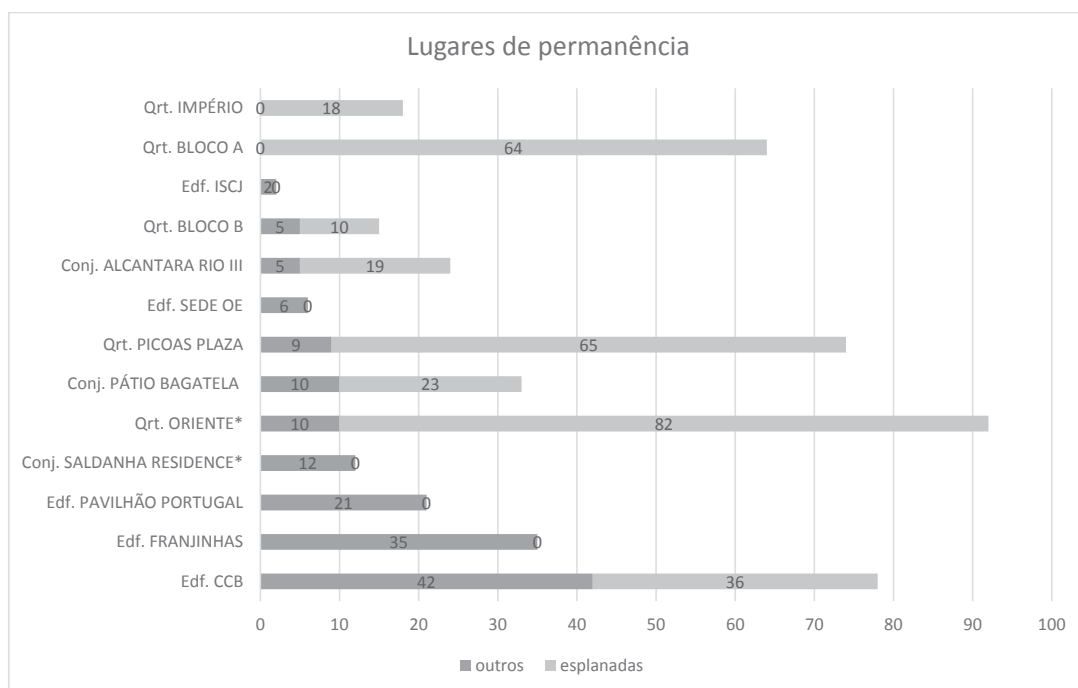


Tabela 5

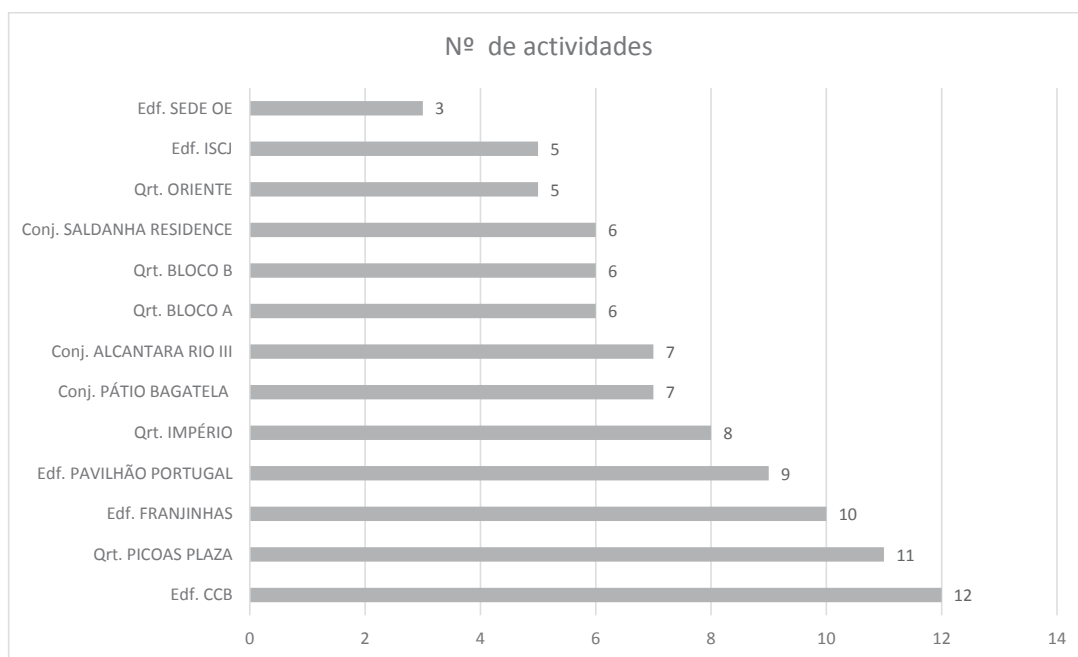


Tabela 6

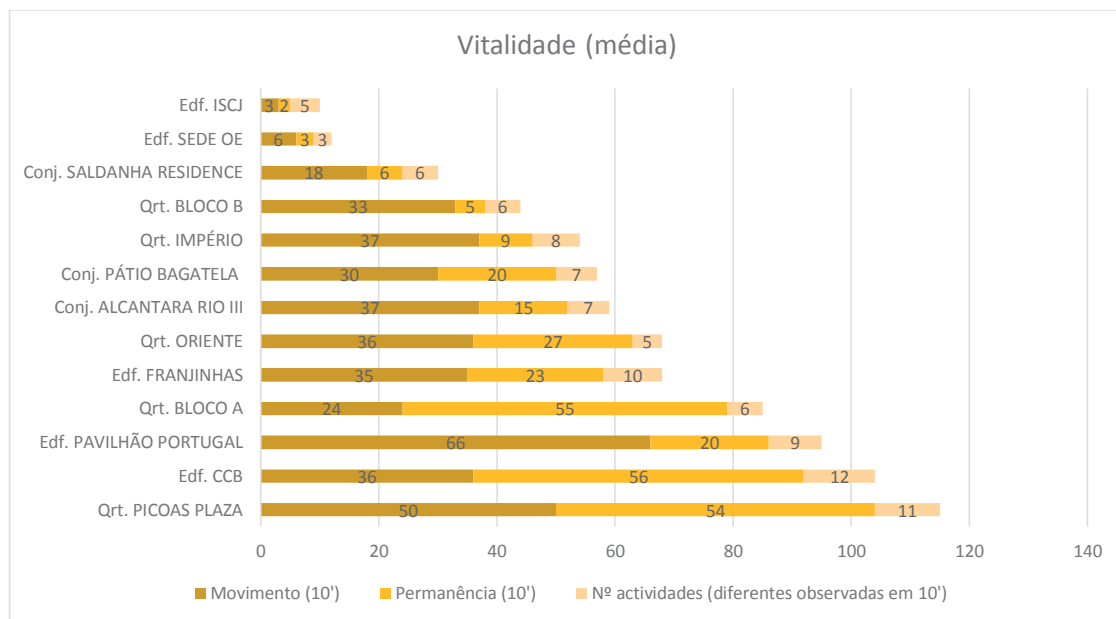


Tabela 7

TABELA 08		Manhã					Almoço		Tarde				
CONJUNTO ISCJ MOVIMENTO		09:20-09:30	09:50-10:00	10:15-10:25	11:15-11:25	12:00-12:10	12:30-12:40	13:05-13:15	13:30-13:40	14:20-14:30	15:20-15:30	16:00-16:10	17:50-18:00
PASSAM RUA CAMILO CASTELO BRANCO			30	22		28	30						38
ENTRAM		1	4	1	2	5	8	3	3	2	1	3	2
Entrada			3	1						2			
[dirigem-se ao centro]						2	6						
[sobem escadas]						2	1						
Rampa						1	1						
[dirigem-se à Igreja]		1	1						1				
PASSAM RUA DE STA MARTA			37	37		26	47						29
ENTRAM		0	2	2	2	2	3	0	1	0	3	1	0
TOTAL PEÕES			73	62		61	88			2			69
TOTAL ENVOLVENTE			67	59		54	77			0			67
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO		1	6	3	4	7	11	3	4	2	2	2	2
3 (média 10 m)													
NUMA HORA (ESTIMADO)			36	18	24	42	66	18	24	12	12	12	12
23 (média 60 m)													
% MOVIMENTO			8	4,8		11	13						2,9
8													
180 Peões num dia		29-abr	29-abr	29-abr	20-jun	26-fev	26-fev	17-jun	17-jun	23-jun	23-jun	23-jun	29-abr

TABELA 09	Manhã			Almoço			Tarde			
EDF FRANJINHAS MOVIMENTO	10:15-10:25	11:25-11:35	12:00-12:10	12:30-12:40	13:15-13:25	14:40-14:50	15:45-15:55	16:30-16:40	16:40-16:50	17:05-17:15
PASSAM RUA BRANCAAMP		29	59	54	55	43	25			
SOBEM PISO 01	9	8	7	8	9	10	6	3	2	9
DESCEM PISO -1	9	9	9	21	19	4	3	3	2	7
SAEM PISO 01		5	5	31	21	10	1		1	29
SAEM PISO -1		7	5	14	17	5	5		1	
CIRCULAÇÃO INTERNA		7	1	20	8	8	4			
PASSAM NA RUA CASTILHO		14	33	67	52	18	7			
SOBEM PISO 01	13	14	4	9	15	5	4	3	2	3
DESCEM PISO -1	6	5	10	22	28	3	1	3	1	11
SAEM PISO 01		6	5	6	25	4	4		2	11
SAEM PISO -1		4	0	7	20	9	0		1	
TOTAL PEÕES	79	122	181	178	83	46				
TOTAL ENVOLVENTE	43	92	121	107	61	32				
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO	37	36	30	60	71	22	14	12	7	30
35 (média 10 m)										
TOTAL NUMA HORA	222	216	180	360	426	132	84	72	42	180
212 (média 60 m)										
% MOVIMENTO *	46	25	33	40	27	30				
33										
* Com menos dados										
1374 Peões num dia	28-jun	02-mar	02-mar	02-mar	02-mar	02-mar	02-mar	23-jun	23-jun	23-jun

TABELA 10		Manhã			Almoço				Tarde		
EDIFÍCIO CCB MOVIMENTO	10:50-11:00	11:10-11:20	11:25-11:35	12:00-12:10	13:45-13:55	13:50-14:00	14:05-14:15	14:25-14:35	15:00-15:10	16:10-16:20	17:45-17:55
	*a			*a							
PASSAM RUA BARTOLOMEU DIAS		49		49	33	37	82	76		49	19
SAEM					4	15	14	7		3	
ENTRAM NORTE	6	18		5	8	17	7	8	4	13	5
SAEM		3		9					3		4
PASSAM AV INDIA					11	11	29	29		25	10
					*a		*a				
ENTRAM SUL	0	0	0	11	0	0	3	3	2	0	0
SAEM		10		4	3	*a	4	*a	7	1	
PASSAM PRAÇA IMPÉRIO		76	76	76	50	50	49	49		34	25
	*a			*a	*a	*a		*a			
ENTRAM	6	20	30	21	23	23	20	20	56	41	12
SAEM	3	16	19	10	*a	*a			11	*a	17
TOTAL PEÕES	12	163	106	162	125	138	190	185	62	162	71
TOTAL ENVOLVENTE	0	125	76	125	94	98	160	154	0	108	54
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO	12	38	30	37	31	40	30	31	62	54	17
36 (média 10 m)											
TOTAL NUMA HORA	72	228	180	222	186	240	180	186	372	324	102
218 (média 60 m)											
% MOVIMENTO		23	28	23	25	29	16	17		33	24
24											
*a - contagem na envolvente sequencialmente											
	28-jun	03-mai	03-mai	03-mai	11-mar	11-mar	11-mar	11-mar	28-jun	11-mar	28-jun
1740 Peões num dia											

TABELA 11		Manhã				Almoço			Tarde			
QRT PATIO A MOVIMENTO		10:45-10:55	11:00-11:10	11:20-11:30	12:10-12:20	13:10-13:20	13:20-13:30	13:35-13:45	14:15-14:25	15:35-15:45	16:35-16:45	17:10-17:20
PASSAM RUA GARRET		416			435	521			345	393	417	418
ENTRAM		16	10		14	28	28		29	32	20	22
SAEM		14	3		11	16	30		31	27	26	5
PASSAM CÇ NOVA DE S. FRANCISCO		11	12	12	16		20	20	31	37		39
			*a				*a					
ENTRAM		3	0	0	2		0	2	2	2		0
SAEM			5	0				2	3			
TOTAL PEÕES		446			467				407	464	437	479
TOTAL ENVOLVENTE		427			451				376	430	417	457
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO		19	10	0	16		28	2	31	34	20	22
23 (média 10 m)												
TOTAL NUMA HORA		114	60		96		168		186	204	120	132
135 (média 60 m)												
% MOVIMENTO *		4,26			3,4				7,62	7,33	4,6	4,6
5												
*a - contagem na envolvente sequencialmente												
1248 Peões num dia		02-mai	17-jun	17-jun	02-mai	16-jun	16-jun	16-jun	02-mai	02-mai	02-mai	02-mar

TABELA 12		Manhã						Almoço				Tarde				
QRT PÁTIO B MOVIMENTO		09:00-10:00	10:05-10:10	10:20-10:30	11:30-11:40	11:50-12:00	12:00-12:10	12:10-12:20	13:15-13:25	13:25-13:35	13:40-13:50	14:00-14:10	15:55-16:05	16:15-16:25	17:20-17:30	17:40-17:50
				26	33											
PASSAM RUA DO CARMO				5	7				466	395	466	395	526	526		
									*a			*a		*a		
ENTRAM		3	0	7		2	4		7	12	6	14	9	4	0	2
				37	43											
PASSAM RUA GARRET				1	1				985	652	985	652	810	810		
											*a	*a		*a		
ENTRAM		2	1	6		2	4		4	11	1	14	14	9	2	6
				11	14	14										
PASSAM TERRAÇOS DO CARMO				0	0	0			41	127	41	127	75	75		
					*a			*a	*a	*a		*a				
DESCEM ESCADAS		1	12	28	23	5	9		7	7	7	22	25	26	24	10
				75	94	16					150	122	145			
TOTAL PEÕES				9	9	3			1510	1204	6	4	9	1450		
				74	90	14					149	117	141			
TOTAL ENVOLVENTE				6	8	0			1492	1174	2	4	1	1411		
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO		6	13	41		9	17		18	30	14	50	48	39	26	18
33 (média 10 m)																
															15	10
TOTAL NUMA HORA			78	246	0	54	102		108	180	84	300	288	234	6	8
198 (média 60 m)																
									2,49							
% MOVIMENTO*			1,7	4,3					1,19	2	0,93	4,08	3,29	2,69		
3 (média)																
* Com menos dados																
1584 Peões num dia																
		02-mai	02-mai	02-mai	02-mai	17-jun	17-jun		04-mar	02-mai	04-mar	02-mai	02-mai	02-mai	16-jun	16-jun
*a - contagem na envolvente sequencialmente																

TABELA 13	Manhã			Almoço			Tarde		
CONJ. PÁTIO BAGATELA MOVIMENTO	10:50-11:00	11:30-11:40	11:50-12:00	12:55-13:05	13:15-13:25	14:50-15:00	15:05-15:15	16:10-16:20	17:10-17:20
PASSAM RUA ARTILHARIA UM	29	15	18	34	34	23	18		
ENTRAM	11	10	3	36	28	15	4	5	7
TRAVESSA POVOA LÉGUA	4	4	6	4	11	5	8		
ENTRAM PATIO MONTEIRO	2	2	2	2	4	0	3		
TRAVESSA POVOA LÉGUA	14	11	8	15	11	12	9		
ENTRAM	18	9	7	23	26	14	15	2	1
TOTAL PEÕES	78	51	44	114	114	69	57		
TOTAL ENVOLVENTE	47	30	32	53	56	40	35		
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO 30 (média 10 m)	31	21	12	61	58	29	22	7	8
TOTAL NUMA HORA 178 (média 60 m)	186	126	72	366	348	174	132	42	48
% MOVIMENTO 42	39,7	41	27	54	51	42	39		
SAIRAM I	12	7		20	14	27	6		
SAIRAM II	9	9		18	11	10	9		
TOTAL SAIDAS	21	16	0	38	25	37	15		
PESSOAS QUE FICARAM	10	5	12	23	33	-8	7		
1422 Peões num dia	10-mar	10-mar	10-mar	10-mar	10-mar	10-mar	10-mar	27-jun	27-jun

TABELA 14

TABELA 14				Manhã		Almoço				Tarde				
CONJ SALDANHA RESIDENCE MOVIMENTO				10:15-11:25	11:00-11:10	11:55-12:05	12:40-12:50	13:15-13:25	13:30-13:40	13:40-13:50	14:45-14:55	15:50-16:00	16:05-16:15	17:00-17:10
PASSAM AV FONTES PEREIRA DE MELO						82	119					45	39	91
ACESSO CC						35	118					40	40	51
SOBEM				7	6	6	24	8	10	10	4	5	6	14
PASSAM RUA ENG VIEIRA						63	96					40	47	63
ACESSO CC				7	8	44	36	24	13	27	6			16
DESCEM				11	0	9	10	8	10	4	2	11	5	10
TOTAL PEÕES						160	249					101	97	178
TOTAL ENVOLVENTE						145	215					85	86	154
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO				18	6	15	34	16	20	14	6	16	11	24
18 (média 10 m)														
TOTAL NUMA HORA				108	36	90	204	96	120	84	36	96	66	144
108(média 60 m)														
% MOVIMENTO *						9,4	14					16	11	
12,5														
864 Peões num dia				16-jun	15-jun	29-abr	29-abr	15-jun	15-jun	15-jun	15-jun	10-mar	10-mar	29-abr

TABELA 15		Manhã			Almoço			Tarde				
QRT IMPÉRIO MOVIMENTO		10:10-10:20	10:30-10:40	11:10-11:20	12:40-12:50	13:05-13:15	14:00-14:10	14:20-14:30	15:50-16:00	16:25-16:35	17:40-17:50	17:55-18:05
PASSAM TRAVESSA DO CARMO												
				41	82	42			62	62	64	64
									*a	*a	*a	
ENTRAM		2	6	19	15	23	15	14	6	7	7	17
	Saem			12	18	18						
PASSAM NA RUA DA GARRET												
			257	431	435	652			488	488	418	418
				*a	*a	*a			*a	*a	*a	
ENTRAM		4	6	14	10	15	29	19	17	23	6	27
CHEGAM PELO ESTACIONAMENTO												
		1	0	4	6	16	0	0	11	11	4	0
	Saem	1	6		17	7	14	11			*a	
TOTAL PEÕES				509	548	748			584	591	499	526
TOTAL ENVOLVENTE				472	517	694			550	550	482	482
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO		7	12	37	31	54	44	33	34	41	17	44
37 (média 10 m)												
TOTAL NUMA HORA			72	222	186	324	264	198	204	246	102	264
223 (média 60 m)												
% MOVIMENTO				7,3	5,7	7,2			5,8	6,9	3,4	8,37
6,38												
*a - contagem na envolvente sequencialmente												
1782 Peões num dia		17-jun	17-jun	02-mai	02-mai	02-mai	16-jun	16-jun	02-mar	02-mar	02-mar	02-mar

TABELA 16	Manhã			Almoço			Tarde						
EDIFÍCIO SEDE OE MOVIMENTO	10:40-10:50	10:50-11:00	11:25-11:35	11:40-11:50	12:00-12:10	13:15-13:25	14:00-14:10	15:20-15:30	16:05-16:15	16:20-16:30	16:45-16:55	17:00-17:10	17:10-17:20
PASSAM AV ANTÓNIO AUGUSTO AGUIAR	39	28		10	26	37	29	23	17	28	15	28	29
ENTRAM	2	1	2	1	3	4	6	5	2	2	0	1	1
PASSAM AV SIDÓNIO PAIS	38	21	26	27	16	36	30	18	30	19	17	35	19
ENTRAM	3	0	0	0	1	4	3	6	3	0	0	0	10
TOTAL PEÕES	82	50	28	38	46	81	68	52	52	49	32	64	59
TOTAL ENVOLVENTE	77	49	26	37	42	73	59	41	47	47	32	63	48
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO	5	1	2	1	4	8	9	11	5	2	0	1	11
6 (média 10 m)													
TOTAL NUMA HORA	30	6	12	6	24	48	54	66	30	12	0	6	66
33 (média 60 m)													
% MOVIMENTO	6	2		2,6	8,7	9,9	13	21	10	4,1	0	1,6	19
9													
330 Peões num dia	29-abr	16-jun	15-jun	15-jun	15-jun	03-mar	03-mar	29-abr	15-jun	15-jun	15-jun	15-jun	15-jun

TABELA 17	Manhã			Almoço			Tarde		
EDF. PAV PORTUGAL MOVIMENTO	10:00-10:10	11:10-11:20	12:00-12:10	13:55-14:05	14:05-14:15	15:35-15:45	15:50-16:00	16:35-16:45	17:40-17:50
PASSA A NORTE			61	80		39	41	41	75
							*a		
ENTRAM - GALERIA	25	30	18	60	5	49	26	56	57
BICICLETA							3		
A CORRER							2		
ALAMEDA – POENTE	22	18	20	32	12	20	15	32	23
PASSAM NA PRAÇA	7	36	34	40	53	24	22	16	29
ZONA NORTE									
LABIRINTO									
PASSAGEM		6	5		6				1
TOTAL PEÕES			133	212		132	104	145	184
TOTAL ENVOLVENTE			99	172		108	82	129	155
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO	7	36	95	100	58	73	48	72	86
66 (média 10 m)									
TOTAL NUMA HORA	42	216	570	600	348	438	288	432	516
395 (média 60 m)									
% MOVIMENTO			71	47		55	46	50	47
53									
3162 Peões num dia	27-jun	27-jun	27-jun	03-mai	27-jun	03-mai	04-mar	03-mai	03-mai

TABELA 18	Manhã			Almoço		Tarde		
QRT-ORIENTE MOVIMENTO	10:20-10:30	11:00-12:00	12:50-13:00	13:25-13:35	14:30-14:40	15:25-15:35	16:05-16:15	17:15-17:25
PASSAM RUA POLO SUL	0	2	16	16		5	8	16
			*a	*a				
ENTRAM	0	2	59	31	10	11	4	4
SOBEM		3	7			4	5	9
ATRAVESSAM PRAÇA						5		
LOJA						2		
PASSAM PONTE				9				
DESCEM DO PRIMEIRO PISO		3		10				3
			*a	*a				
PASSAM ALAMEDA	9	45	115	115	39	115	41	55
GALERIA				23				
ENTRAM	1	2	53	56	20	9	7	17
SAEM		9			35		1	5
TOTAL PEÕES		51	243	241		140	60	92
TOTAL ENVOLVENTE		47	131	154		120	49	71
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO	1	4	112	87	30	20	11	21
36 (média 10 m)								
TOTAL NUMA HORA	6	24	672	522	180	120	66	126
215 (média 60 m)								
% MOVIMENTO		7,8	46	36		14,3	18	23
24								
*a - contagem na envolvente sequencialmente								
1716 Peões num dia	27-jun	03-mai	03-mai	03-mai	27-jun	04-mar	03-mai	03-mai

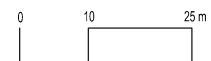
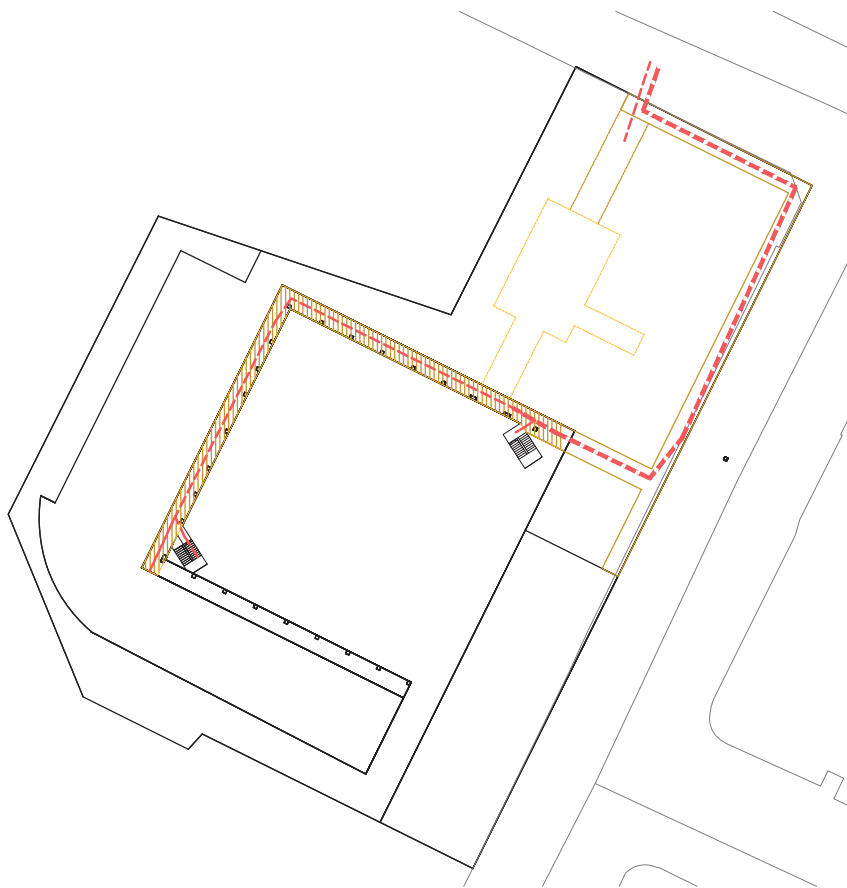
TABELA 19

Manhã

Almoço

EDIFÍCIO PICOAS PLAZA MOVIMENTO	10:30-10:40	11:05-11:15	12:10-12:20	12:30-12:40	12:40-12:50	12:55-12:05	13:20-13:30	14:50-15:00	15:20-15:30	15:40-15:50	16:35-16:45	17:30-17:40	17:40-17:50	17:50-18:00
PASSAM R TOMÁS RIBEIRO	64	91	65	74	106	108	162	73	59	59	68	80	116	64
ENTRAM	26	18	18	41	51	44	56	5	51	10	17	23	41	21
GALERIA		7					28				17			
SAEM GALERIA		8					3				12			
CCOMERCIAL		11					28							
SAEM CCOMERCIAL		7					15							
PASSAM RUA VIRIATO	28	40	29	33	47	48	52	32	26	26	32	35	51	28
ENTRAM	7	12	18	22	39	20	46	5	4	8	10	11	7	9
SAEM	10	7	7	16	20	17	26	2	20	4	8	9	16	8
TOTAL PEÕES	125	161	130	170	243	220	316	115	141	103	127	149	215	121
TOTAL ENVOLVENTE	92	131	94	107	153	156	214	105	85	85	100	115	167	92
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO	33	30	36	63	90	64	102	10	55	18	27	34	48	30
50 (média 10 m)														
TOTAL NUMA HORA	198	180	216	379	543	382	612	60	333	110	162	205	289	177
297 (média 60 m)														
% MOVIMENTO	26,4	19	28	37	37	29	32	8,7	39	18	21	23	22	24
26 (média)														
2376 Peões num dia	16-jun	29-abr	15-jun	15-jun	15-jun	15-jun	29-abr	15-jun	15-jun	15-jun	03-mar	15-jun	15-jun	15-jun

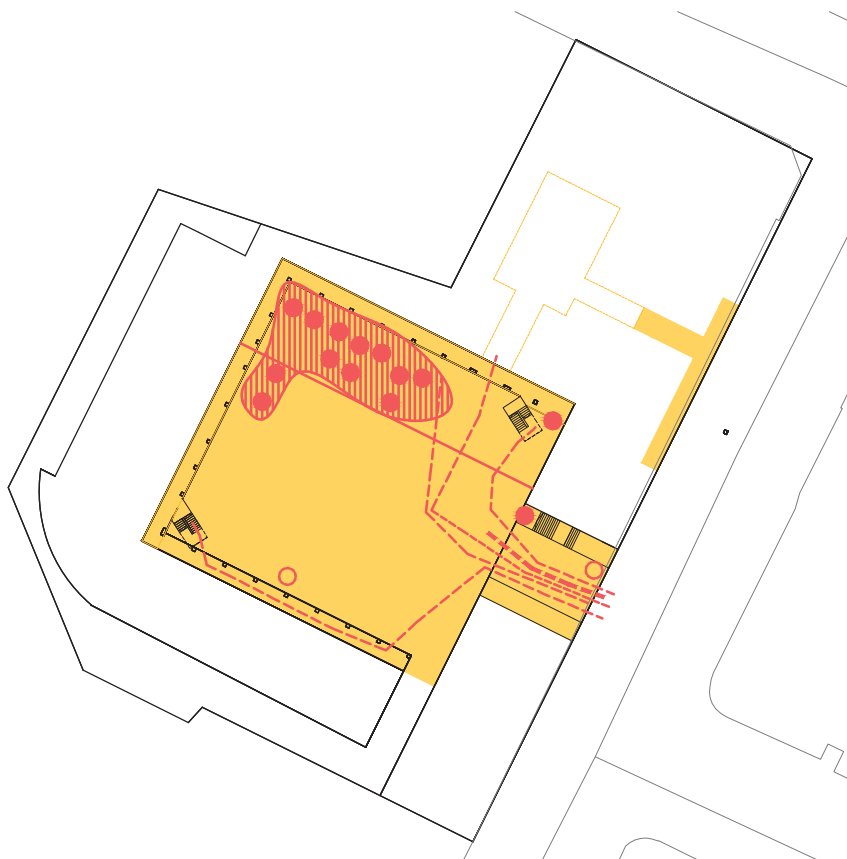
TABELA 20	Manhã			Almoço		Tarde			
CONJ. ALCANTARA-RIO MOVIMENTO	10:25-10:35	11:40-11:50	12:10-12:20	13:25-13:35	13:50-14:00	14:55-15:05	15:50-16:00	16:20-16:30	17:10-17:20
PASSAM RUA DA COZINHA ECONÓMICA	22	25	28	54	43	30	26	20	18
ENTRAM	24	21	22	44	40	31	16	11	3
ENTRADADA DUPLA	6		5		22		2	5	5
PASSAM RUA DE CASCAIS	18	20	20	32	29	21	24	23	27
ENTRA	25	20	21	13	14	12	3	3	3
TOTAL PEÕES	95	86	96	143	148	94	71	62	56
TOTAL ENVOLVENTE	40	45	48	86	72	51	50	43	45
TOTAL ESPAÇO TRANSIÇÃO 37 (média 10 m)	55	41	48	57	76	43	21	19	11
TOTAL NUMA HORA 221 (média 60 m)	330	246	288	342	456	258	126	114	66
% MOVIMENTO 40	57,9	48	50	40	51	46	30	31	20
1770 Peões num dia	24-jun	24-jun	20-jun	07-mar	07-mar	07-mar	20-jun	20-jun	20-jun



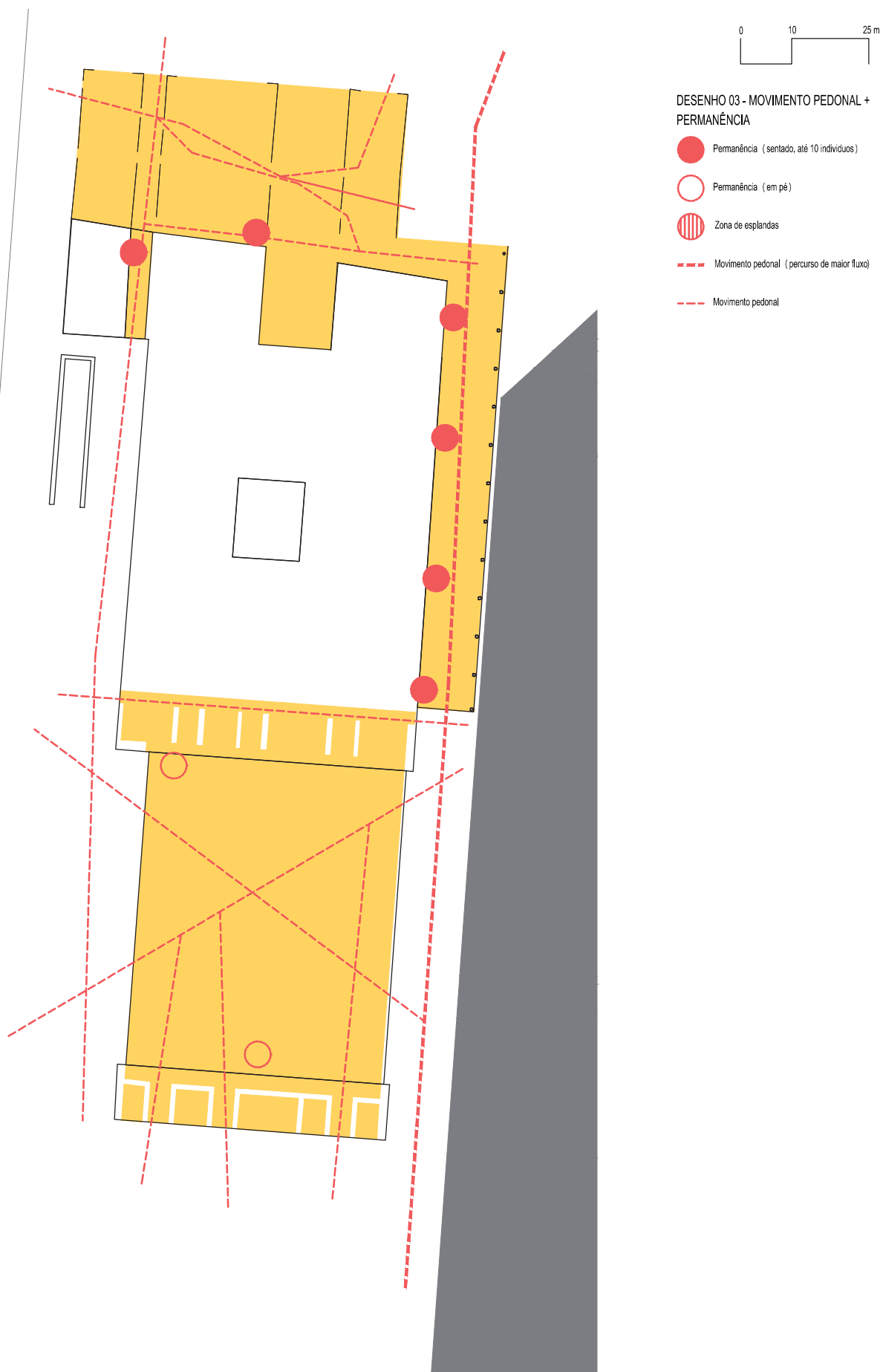
DESENHO 01 - MOVIMENTO PEDONAL + PERMANÊNCIA

- Permanência (sentado, até 10 indivíduos)
- Permanência (em pé)
- ▨ Zona de esplanadas
- - - Movimento pedonal (percurso de maior fluxo)
- - - Movimento pedonal

11- PICOAS PLAZA (Piso 1 - acesso galeria - Rua Tomás Ribeiro) - Movimento Pedonal e Permanência



11- PICOAS PLAZA (Piso 0 - acesso pátio- Rua Viriato) - Movimento Pedonal e Permanência

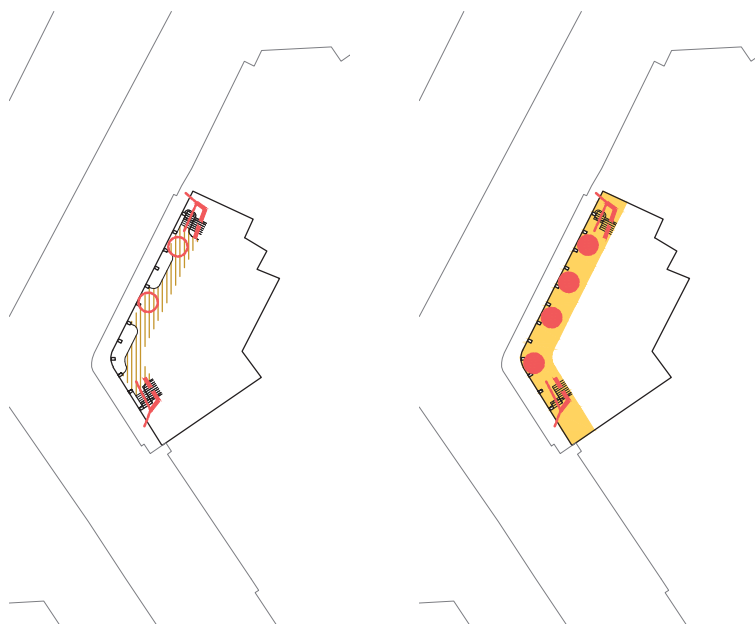




DESENHO 04 - MOVIMENTO PEDONAL + PERMANÊNCIA

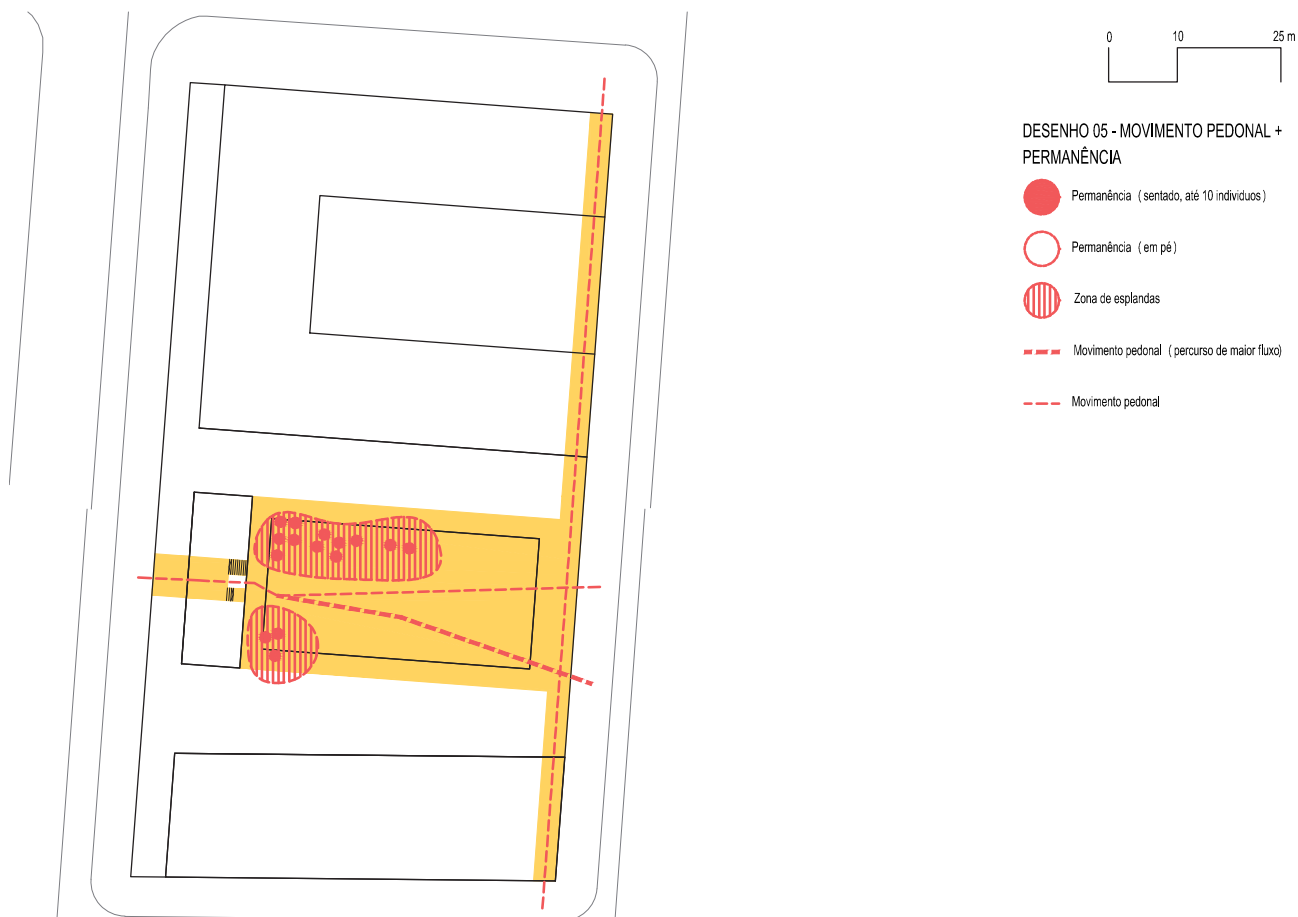
- Permanência (sentado, até 10 indivíduos)
- Permanência (em pé)
- Zona de esplanadas
- Movimento pedonal (percurso de maior fluxo)
- Movimento pedonal

4.1 - PÁTIO A - Movimento Pedonal e Permanência

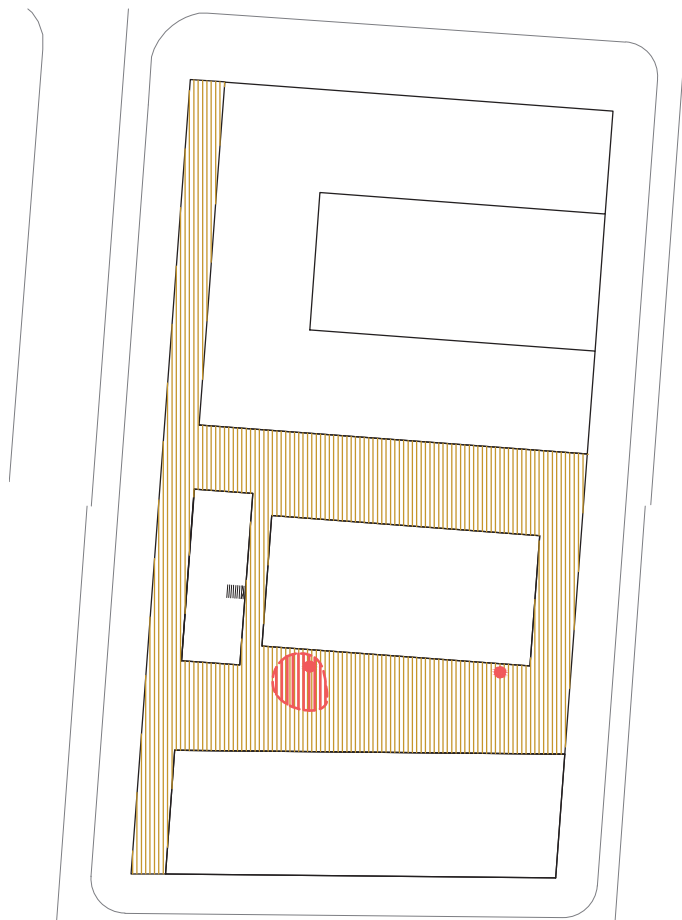


2- EDIFÍCIO FRANJINHAS - galeria - superior

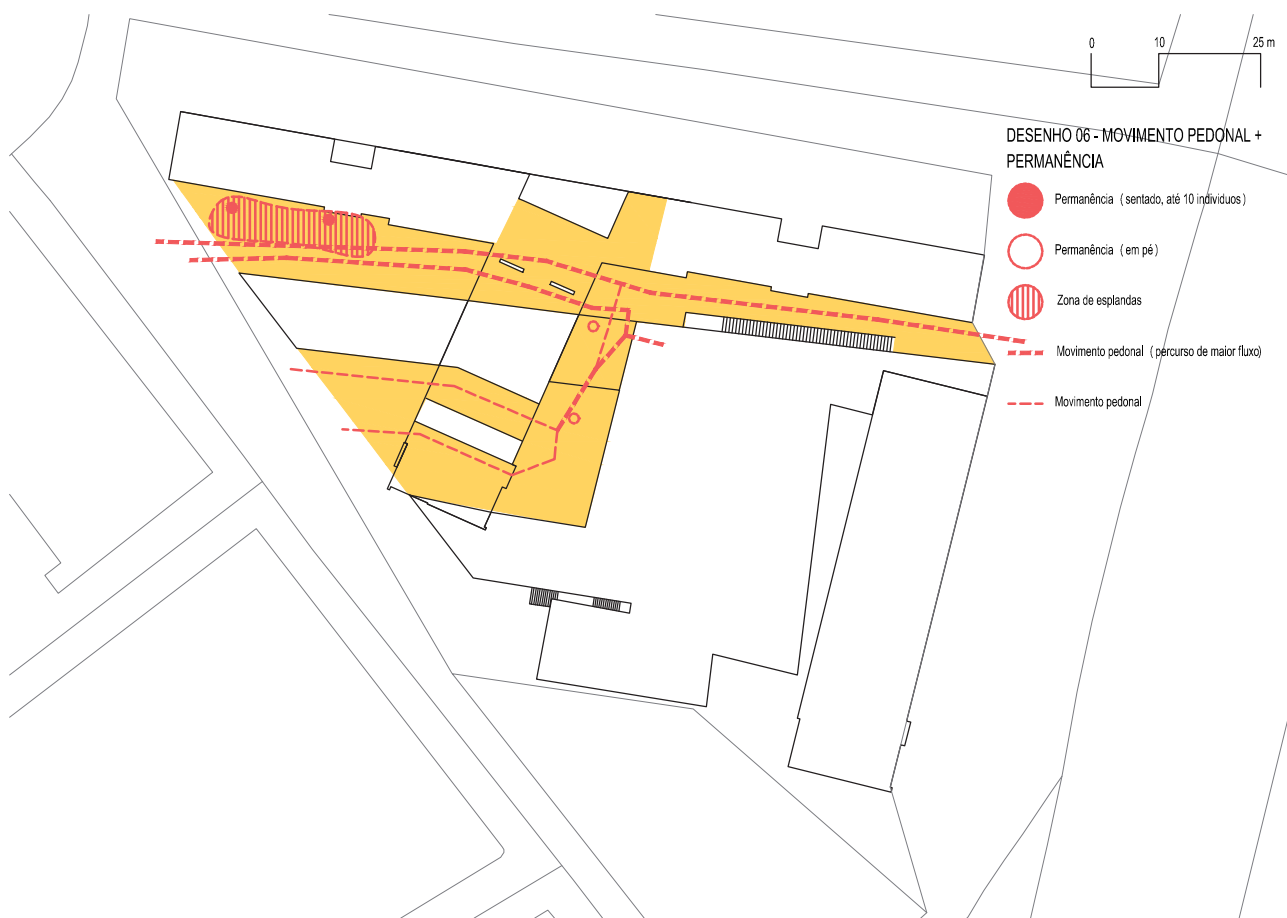
2- EDIFÍCIO FRANJINHAS - galeria inferior -
Movimento Pedonal e Permanência



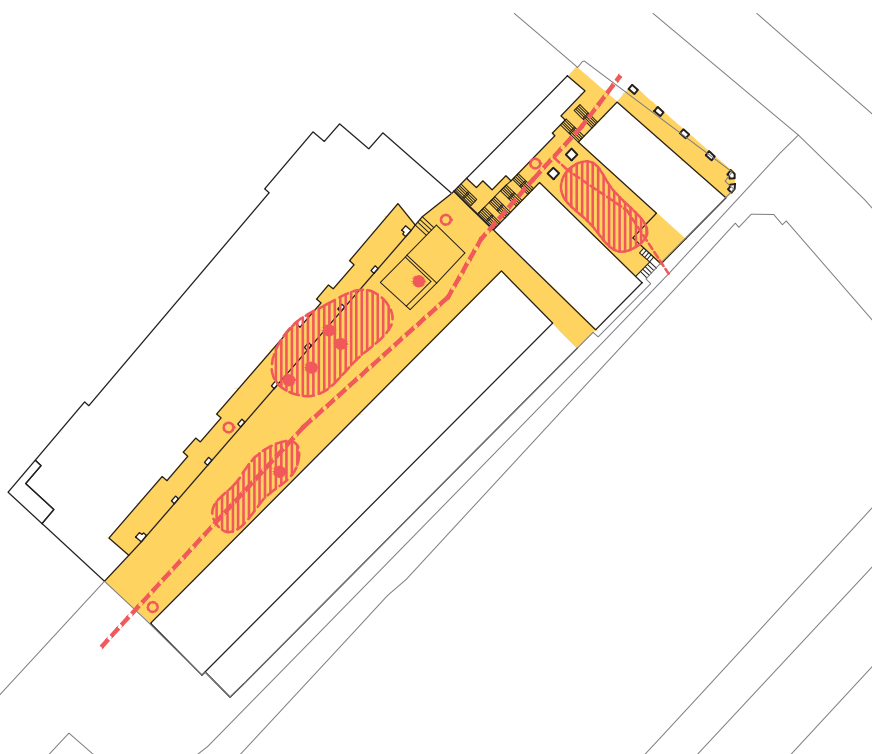
10- QUARTEIRÃO ORIENTE (piso de acesso desde a Alameda dos Oceanos) - Movimento Pedonal e Permanência



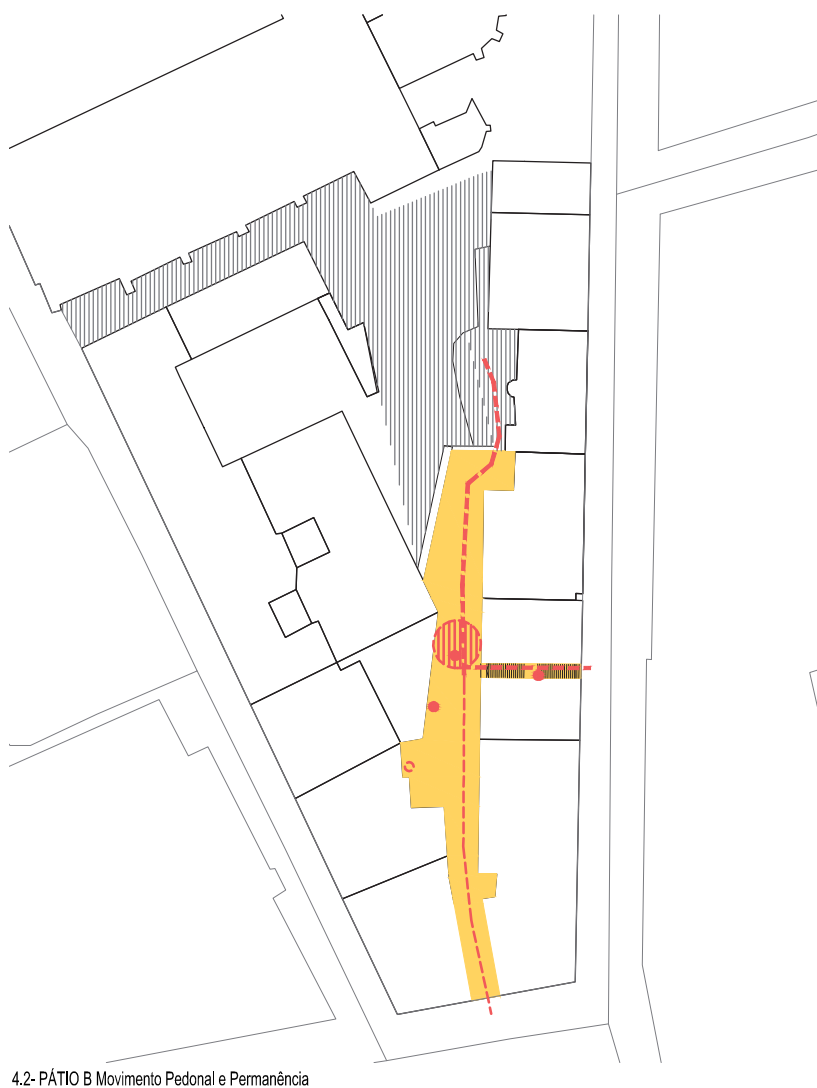
10- QUARTEIRÃO ORIENTE (piso superior) - Permanência

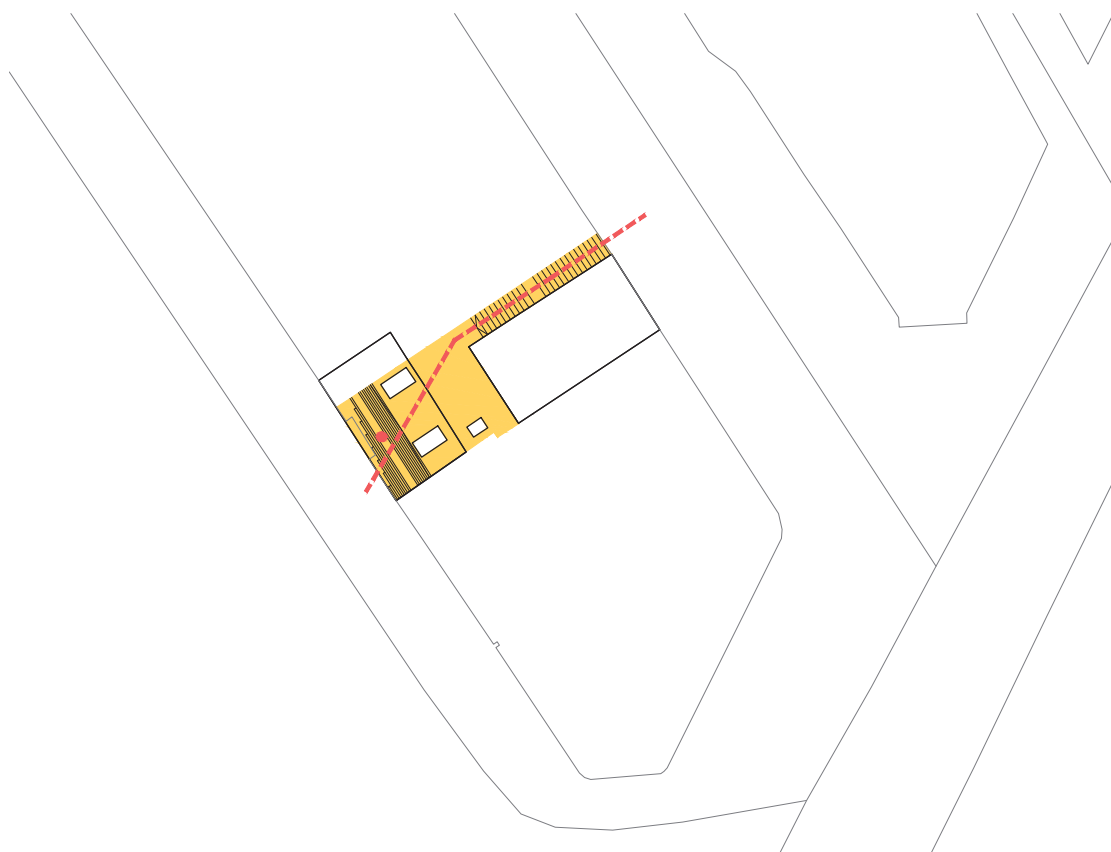


12- ALCANTARA-RIO - Movimento Pedonal e Permanência



5- PÁTIO BAGATELA - Movimento Pedonal e Permanência







Edifício	Intervalo	Localização	Dia	Clima	Observações

Rua	Entrar	Sair
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14
15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36	26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36	26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36
37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47	37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47	37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47
48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58	48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58	48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58
59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69	59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69	59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80	70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80	70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80
81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91	81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91	81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91
92 93 94 95 96 97 98 99 100 101	92 93 94 95 96 97 98 99 100 101	92 93 94 95 96 97 98 99 100 101
102 103 104 105 106 107 108	102 103 104 105 106 107 108	102 103 104 105 106 107 108
109 110 111 112 113 114 115	109 110 111 112 113 114 115	109 110 111 112 113 114 115
116 117 118 119 120 121 122	116 117 118 119 120 121 122	116 117 118 119 120 121 122

Rua	Entrar	Sair
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14
15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36	26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36	26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36
37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47	37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47	37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47
48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58	48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58	48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58
59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69	59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69	59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80	70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80	70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80
81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91	81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91	81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91
92 93 94 95 96 97 98 99 100 101	92 93 94 95 96 97 98 99 100 101	92 93 94 95 96 97 98 99 100 101
102 103 104 105 106 107 108	102 103 104 105 106 107 108	102 103 104 105 106 107 108
109 110 111 112 113 114 115	109 110 111 112 113 114 115	109 110 111 112 113 114 115
116 117 118 119 120 121 122	116 117 118 119 120 121 122	116 117 118 119 120 121 122

Edifício	Intervalo	Localização	Dia	Clima	Observações

Onde _____ sol sombra	Onde _____ sol sombra	Onde _____ sol sombra
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14
15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36	26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36	26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36
37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47	37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47	37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47
48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58	48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58	48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58
59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69	59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69	59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69

Atividades_____	Atividades_____	Atividades_____
-----------------	-----------------	-----------------

Onde _____ sol sombra	Onde _____ sol sombra	Onde _____ sol sombra
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14
15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36	26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36	26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36
37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47	37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47	37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47
48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58	48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58	48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58
59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69	59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69	59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69

Atividades_____	Atividades_____	Atividades_____
-----------------	-----------------	-----------------

Edifício	Intervalo	Localização	Dia	Clima	Observações

Pessoas a passar | permanência | percursos_____ | atividades | serviços

--

Pessoas a passar | permanência | percursos_____ | atividades | serviços

--

Pessoas a passar | permanência | percursos_____ | atividades | serviços

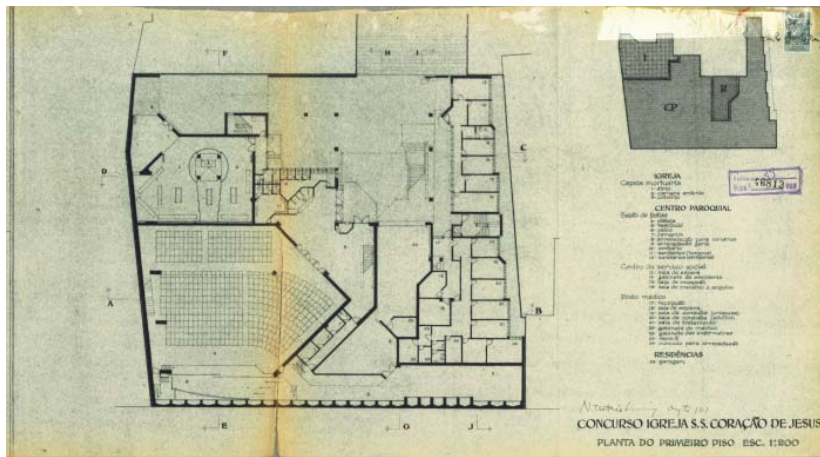
--

Pessoas a passar | permanência | percursos_____ | atividades | serviços

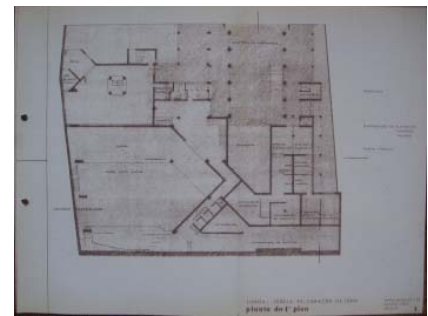
--

ANEXO IV

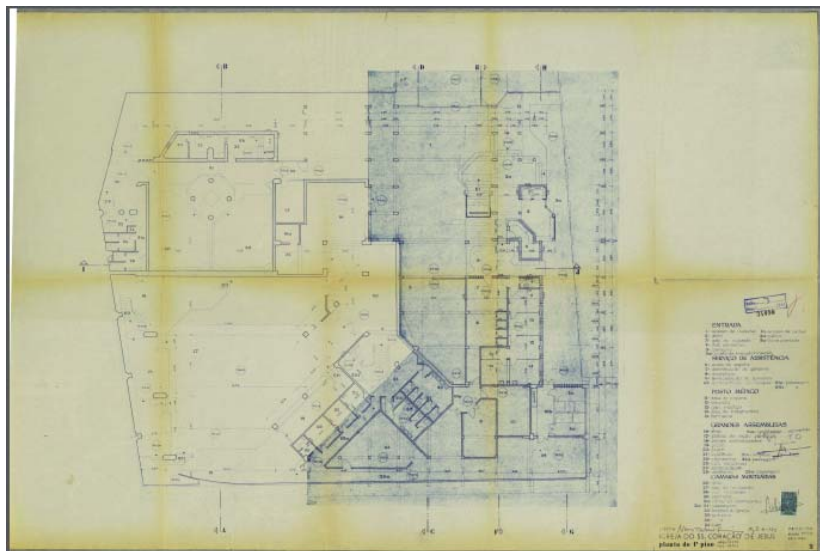
Igreja do Sagrado Coração de Jesus - Fases de projecto



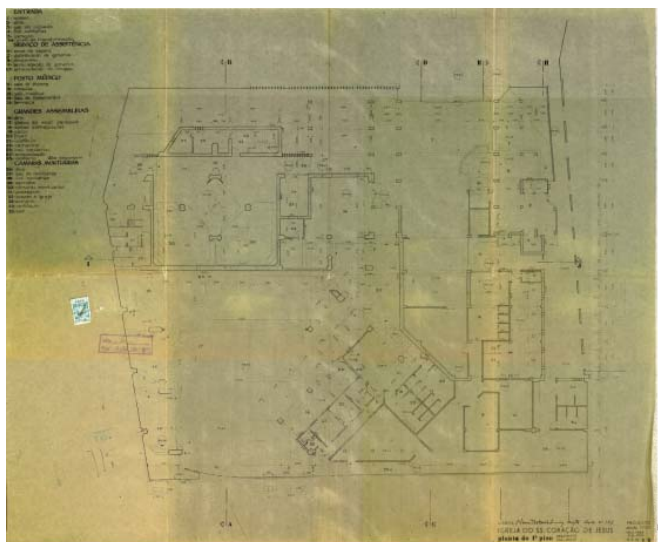
1962-CONCURSO ANTE-PROJECTO



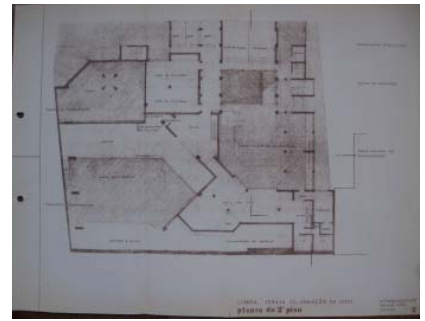
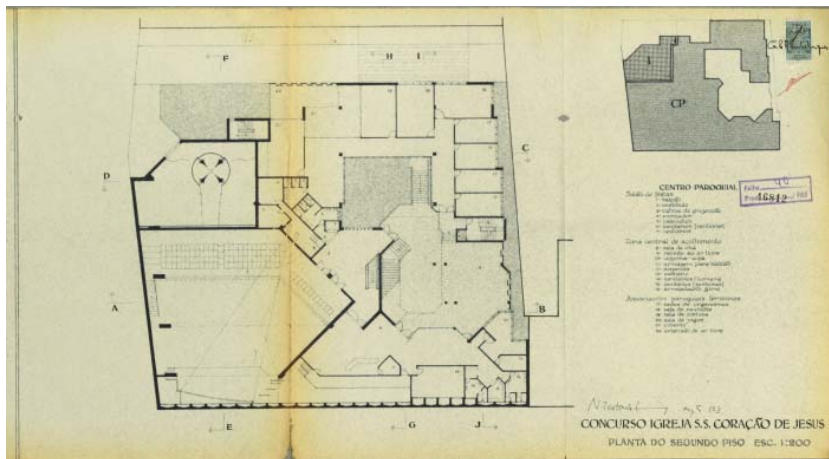
1963-07-ANTE-PROJECTO II



1964-02-LICENCIAMENTO-CML

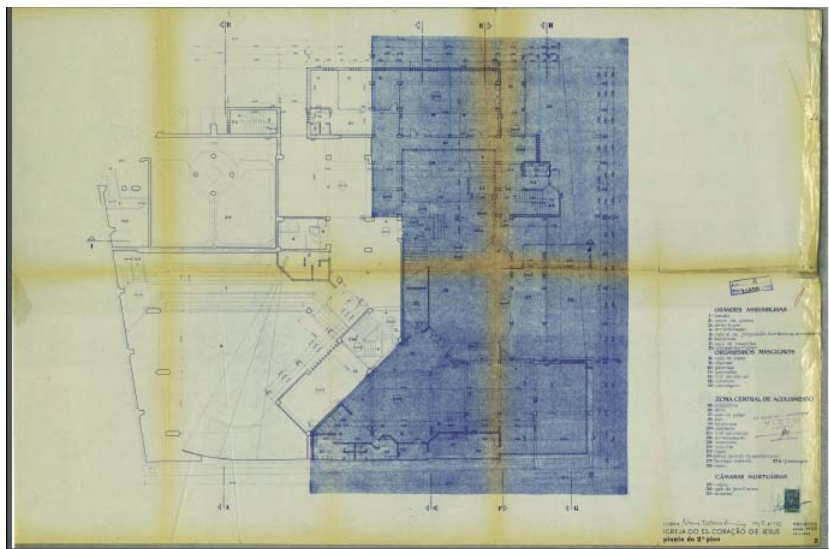


1978-TELAS FINAIS

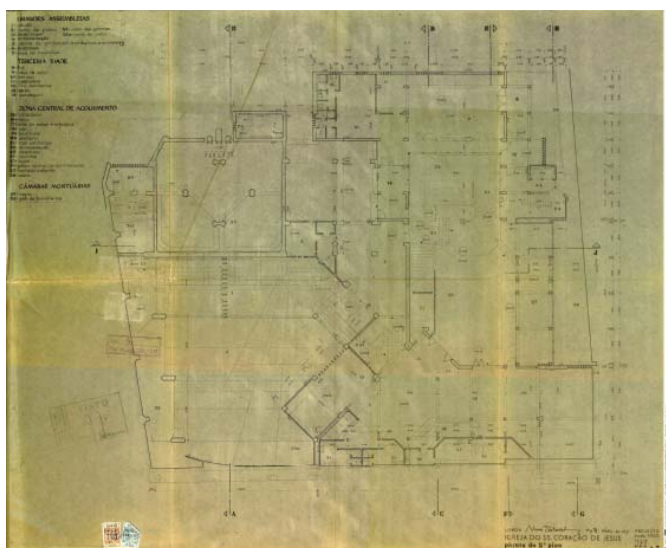


1962-CONCURSO ANTE-PROJECTO

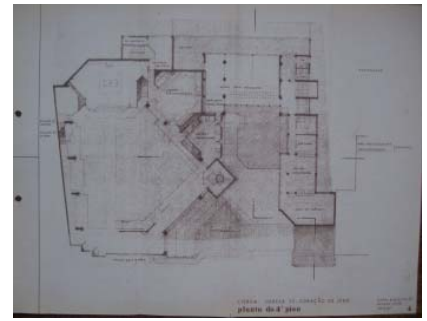
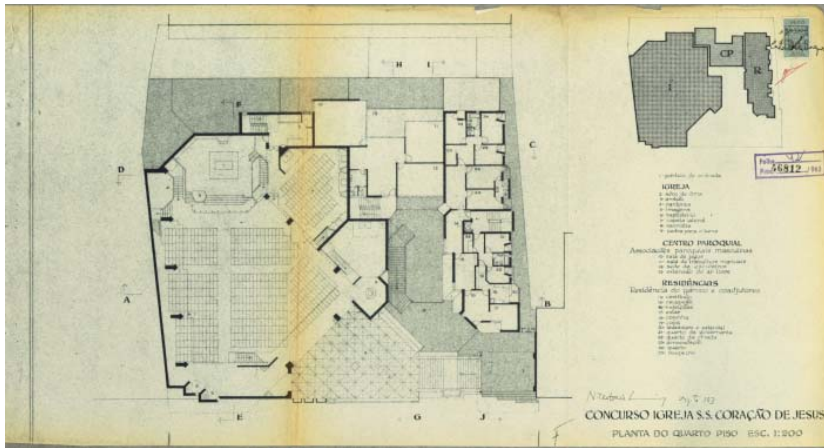
1963-07-ANTE-PROJECTO II



1964-02-LICENCIAMENTO-CML

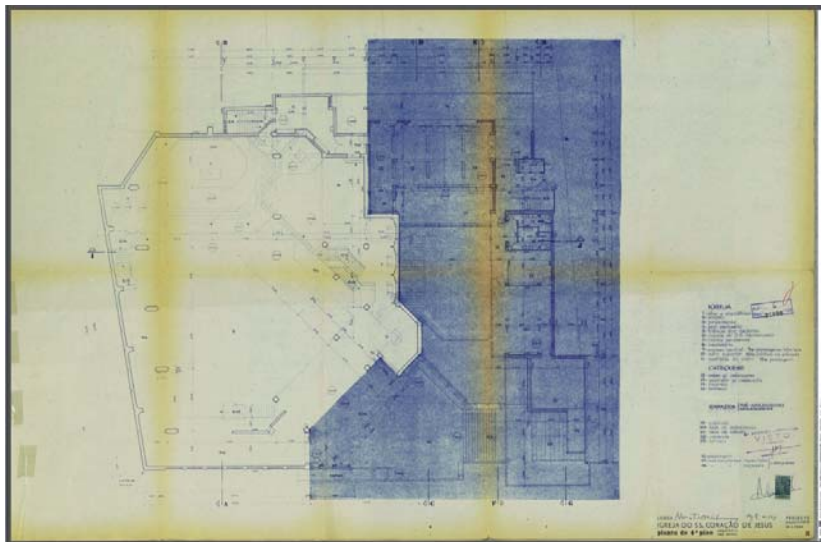


1978-TELAS FINAIS

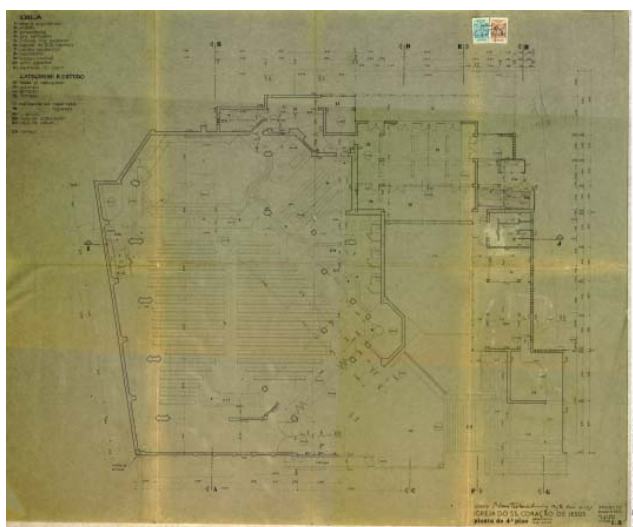


1962-CONCURSO ANTE-PROJECTO

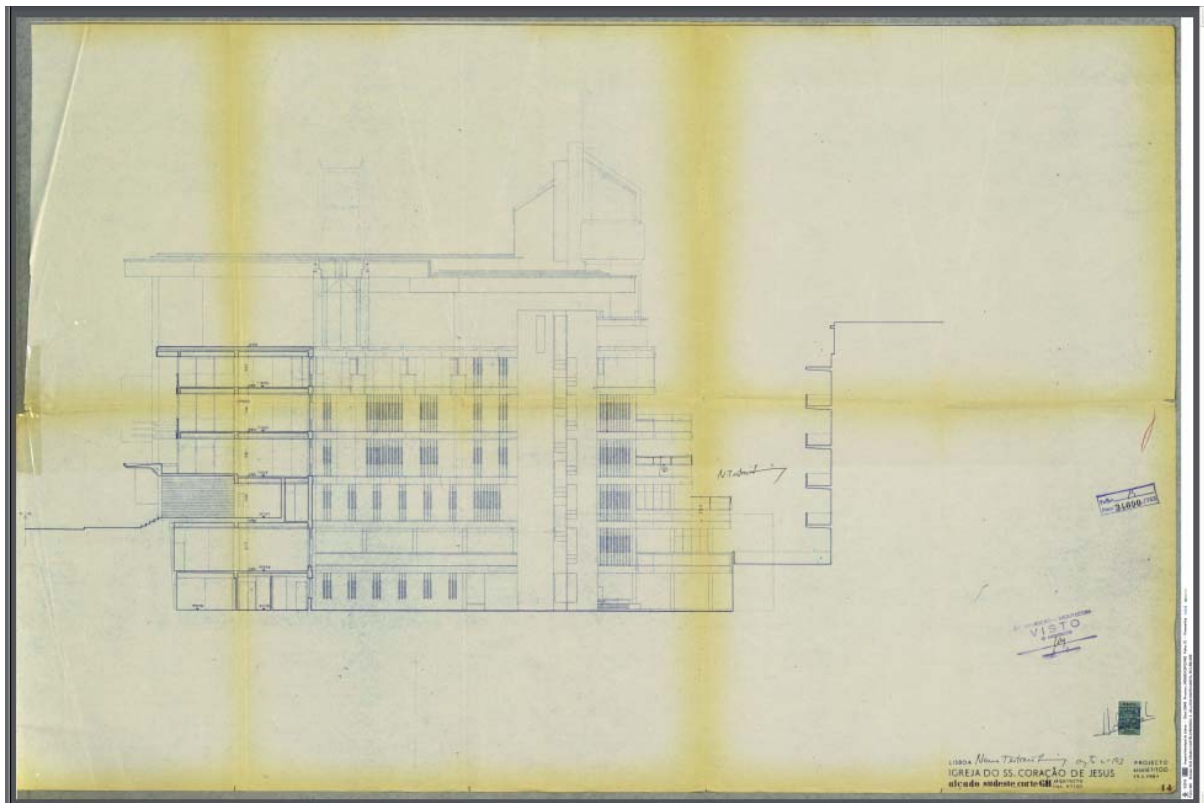
1963-07-ANTE-PROJECTO II



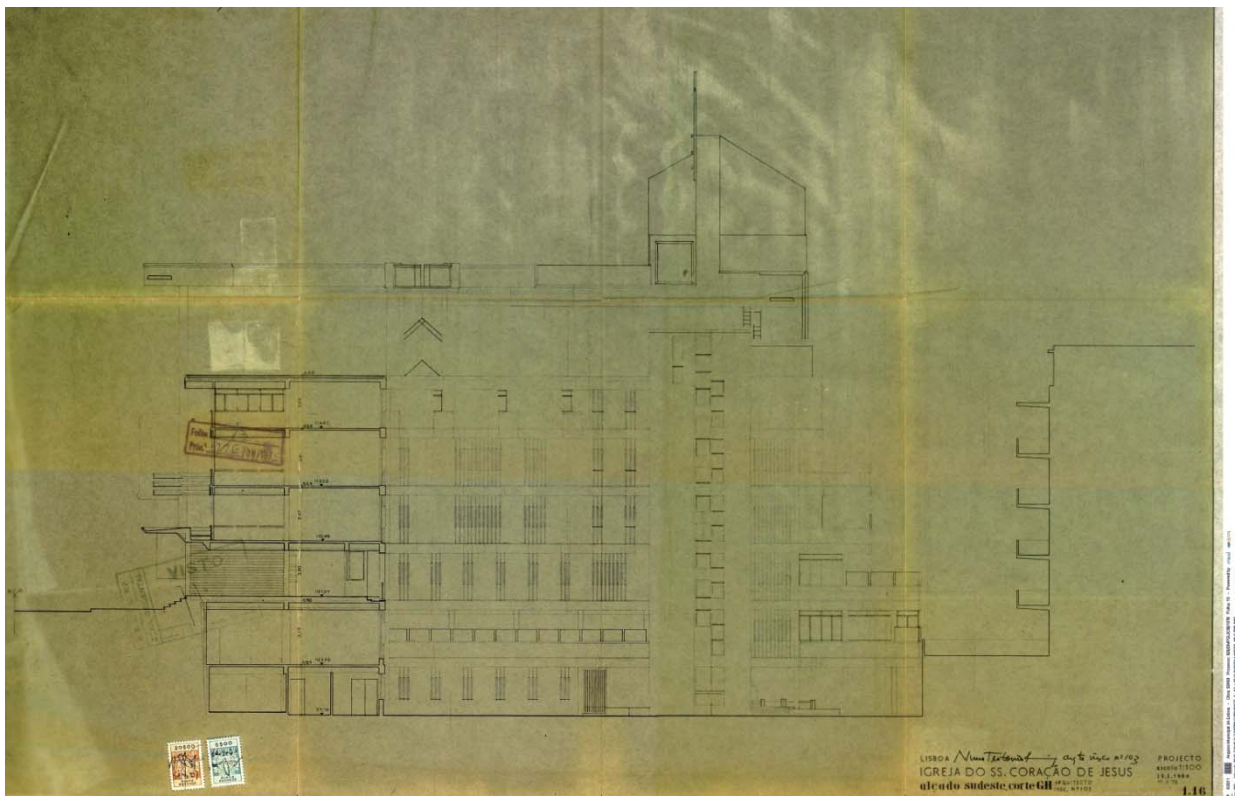
1964-02-LICENCIAMENTO-CML



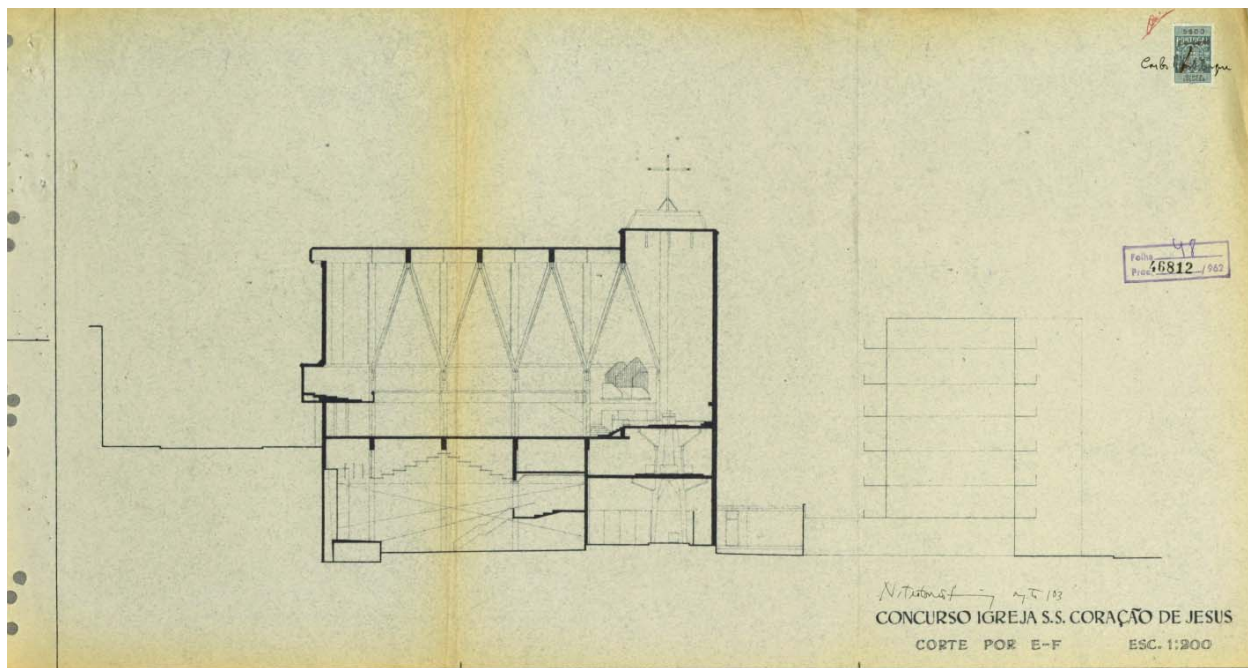
1978-TELAS FINAIS



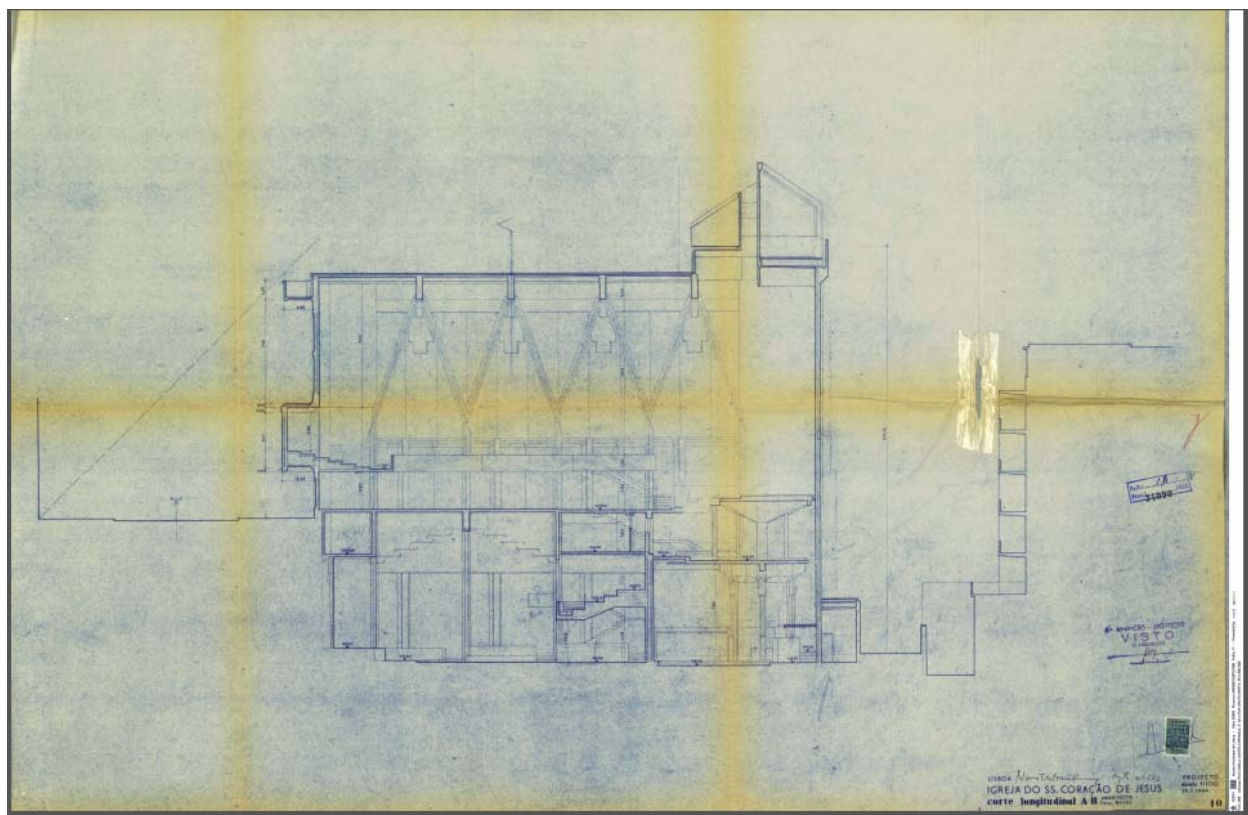
1964-02-LICENCIAMENTO-CML



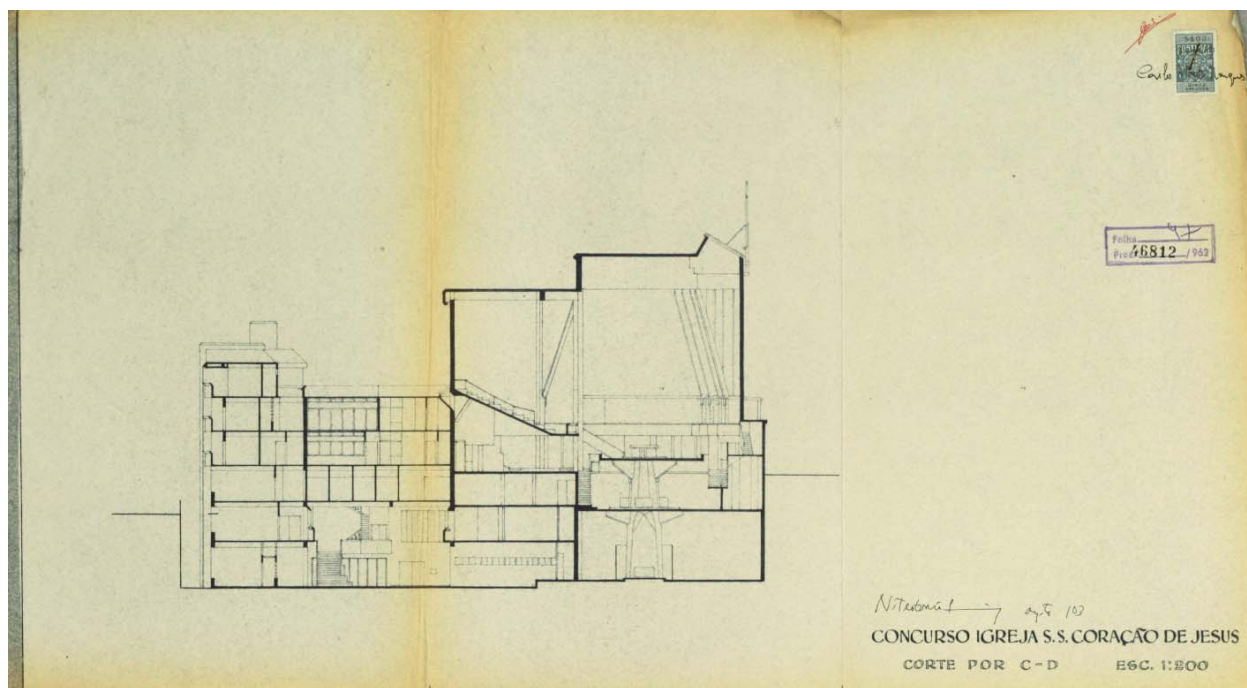
1978-TELAS FINAIS



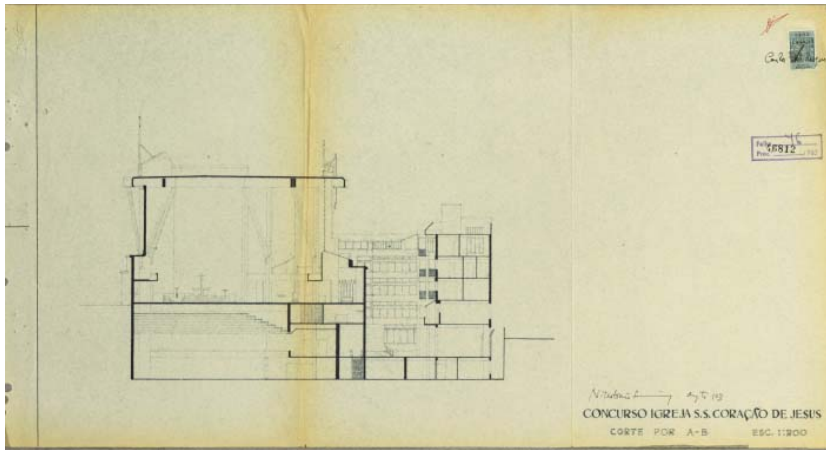
1962-CONCURSO ANTE-PROJECTO



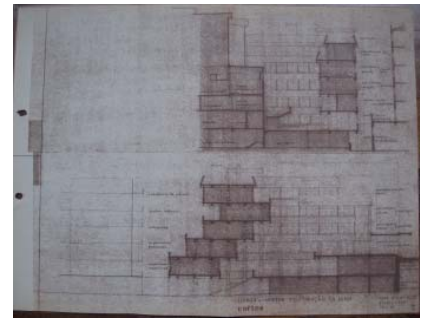
1964-02-LICENCIAMENTO-CML



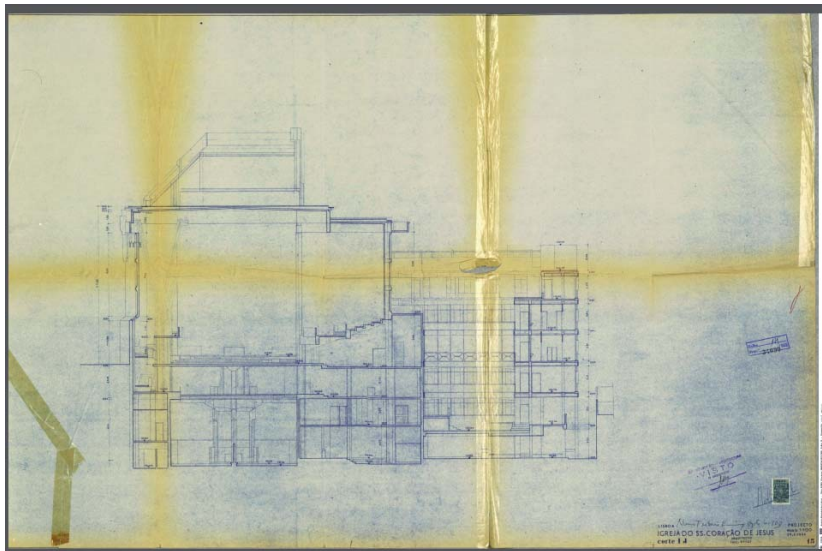
1962-CONCURSO ANTE-PROJECTO



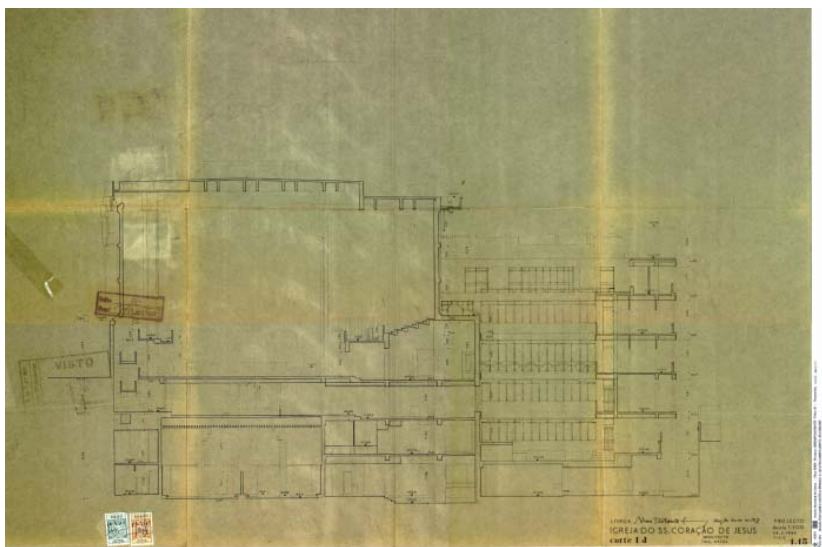
1962-CONCURSO ANTE-PROJECTO



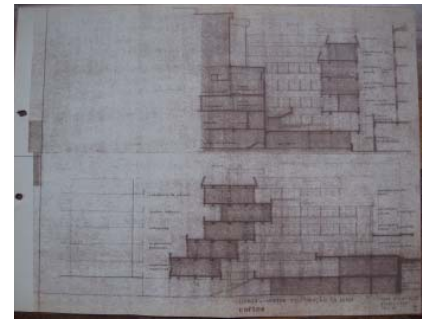
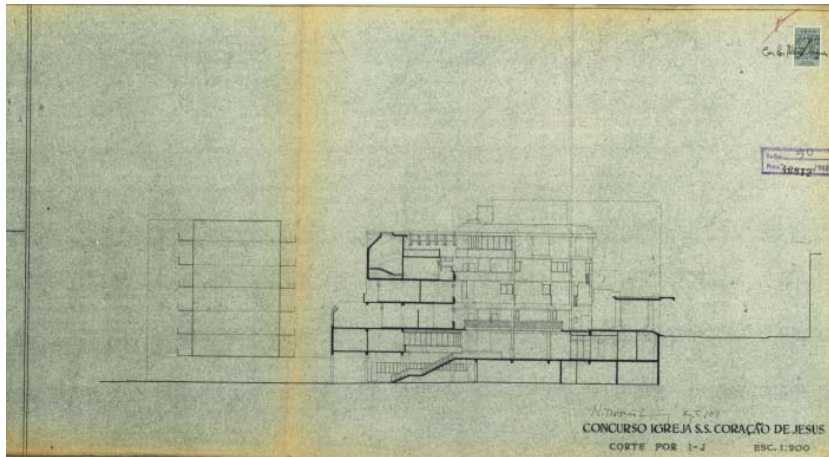
1963-07-ANTE-PROJECTO II



1964-02-LICENCIAMENTO-CML

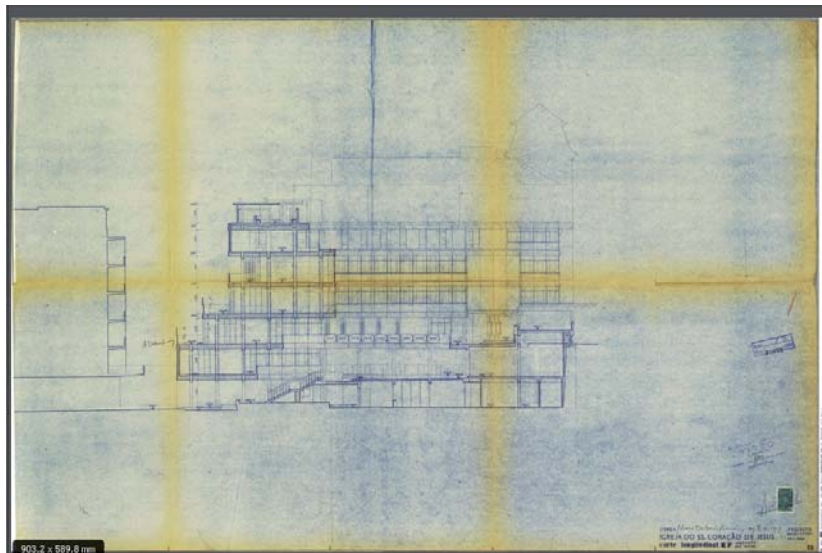


1978-TELAS FINAIS

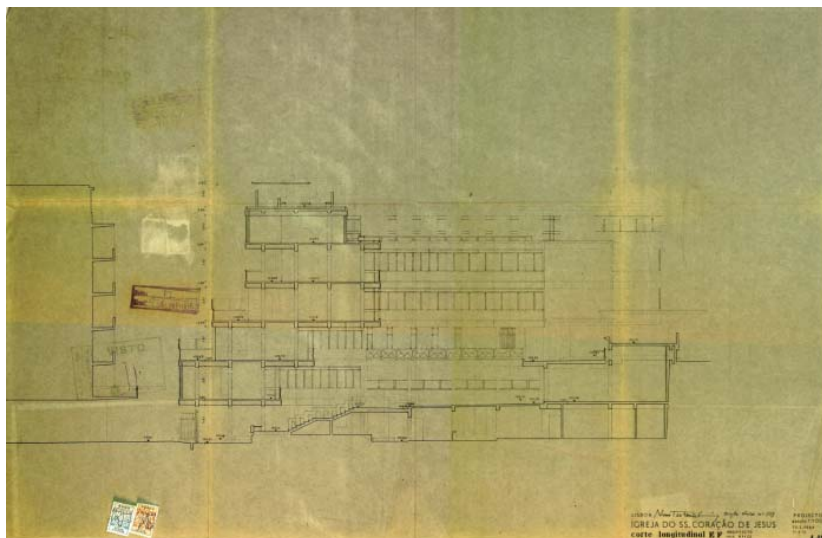


1962-CONCURSO ANTE-PROJECTO

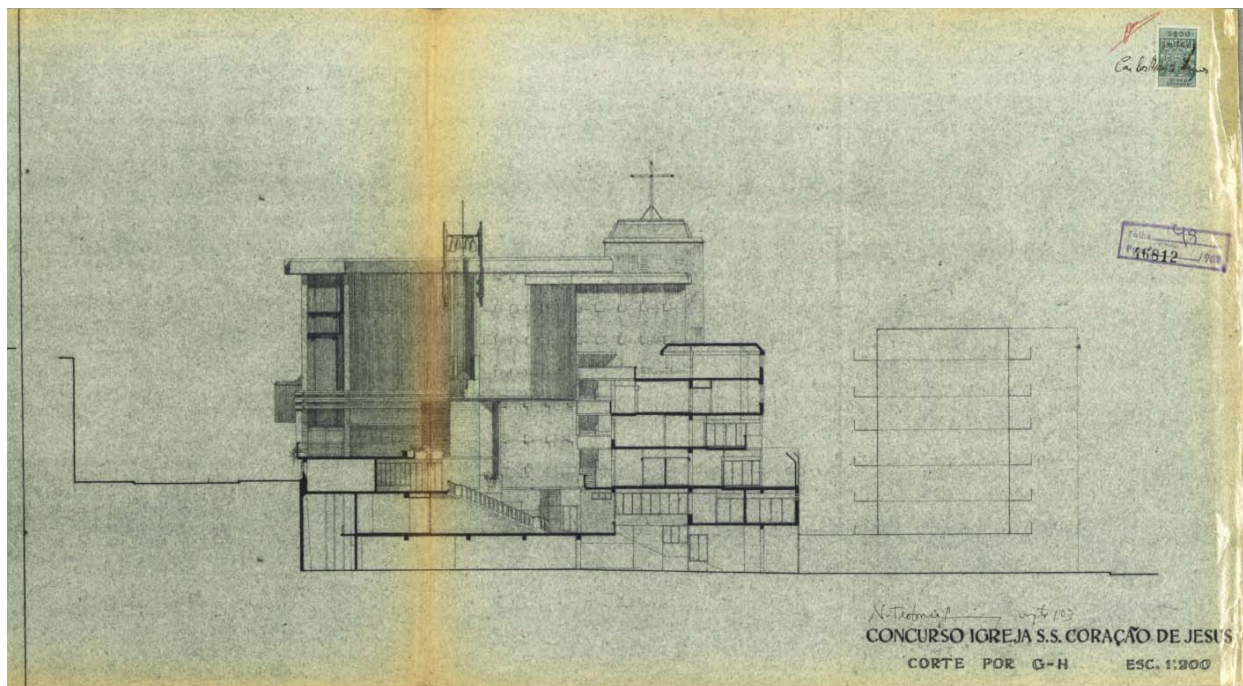
1963-07-ANTE-PROJECTO II



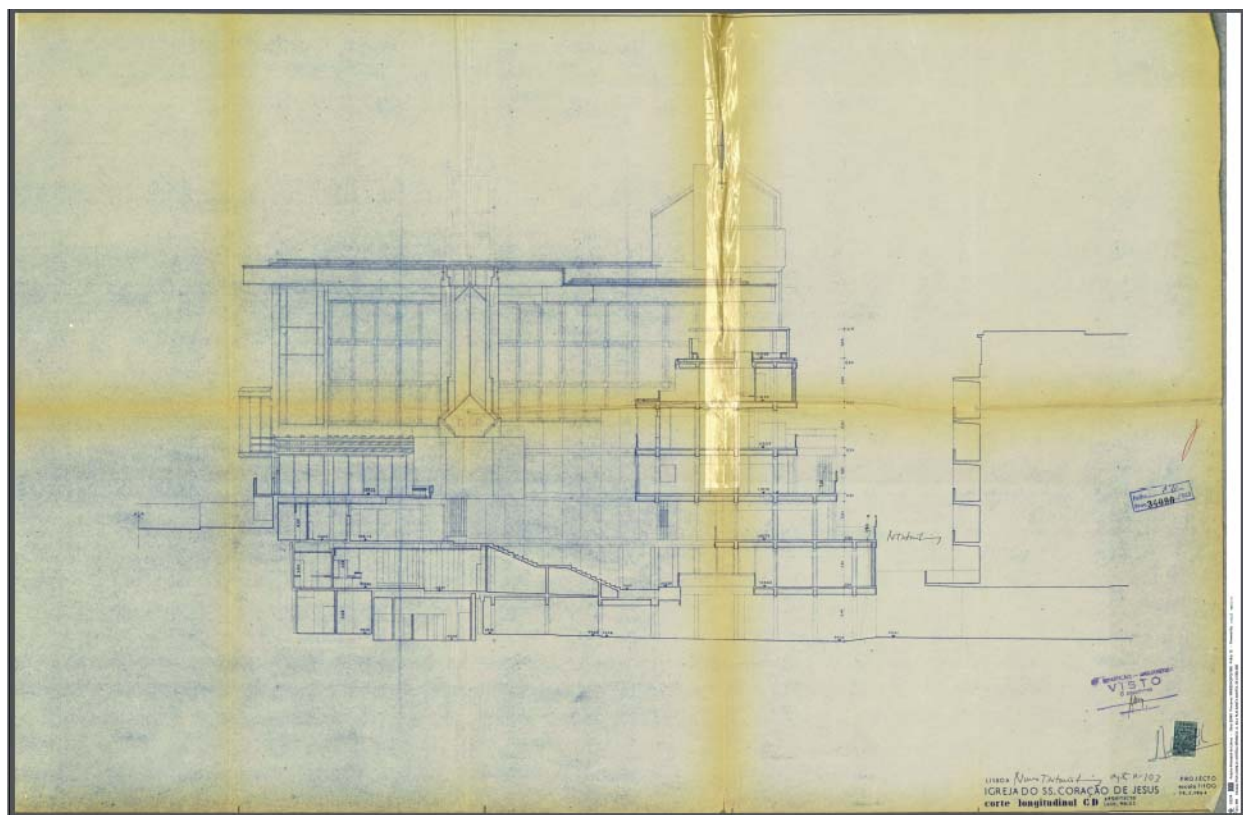
1964-02-LICENCIAMENTO-CML



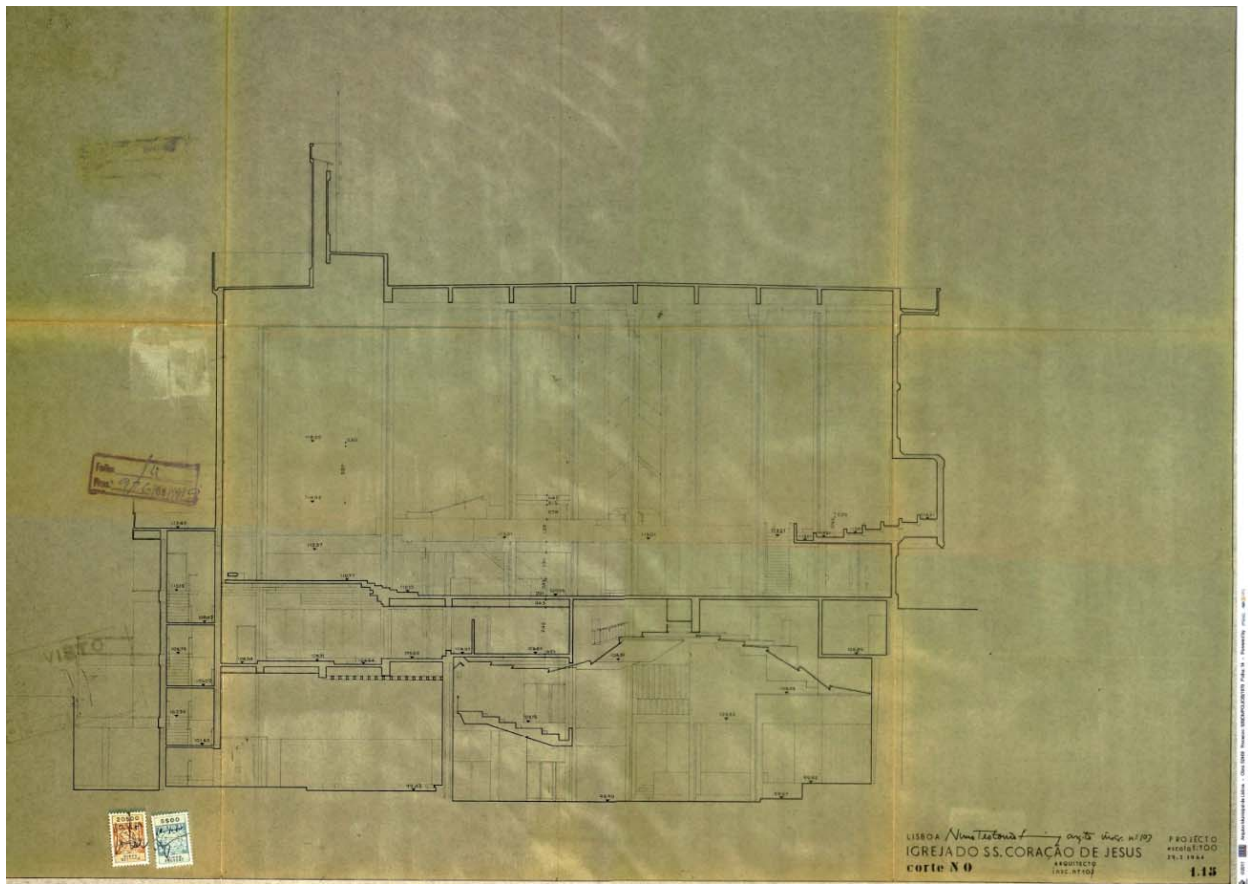
1978-TELAS FINAIS



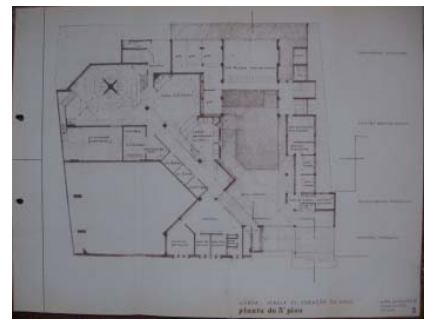
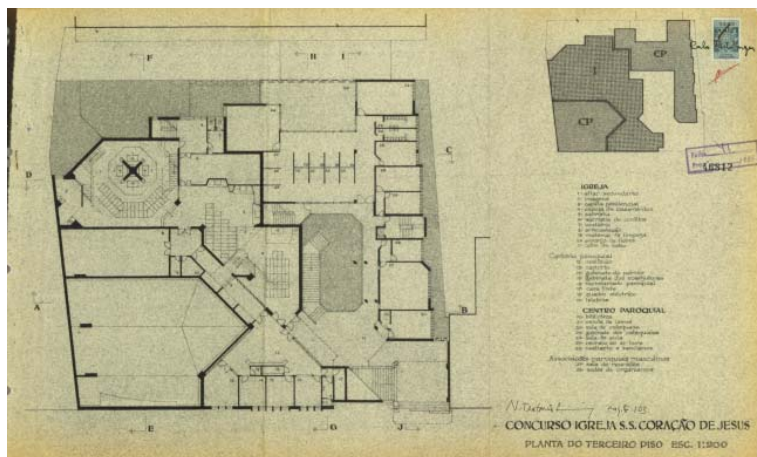
1962-CONCURSO ANTE-PROJECTO



1964-02-LICENCIAMENTO-CML

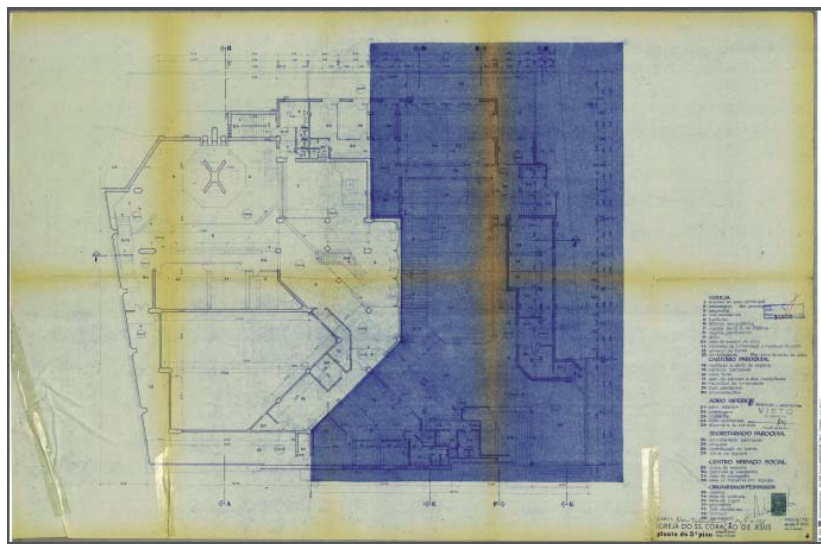


1978-TELAS FINAIS

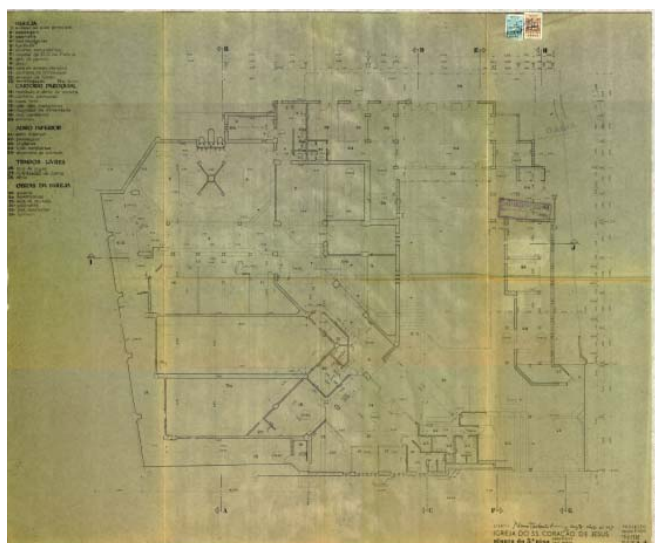


1962-CONCURSO ANTE-PROYECTO

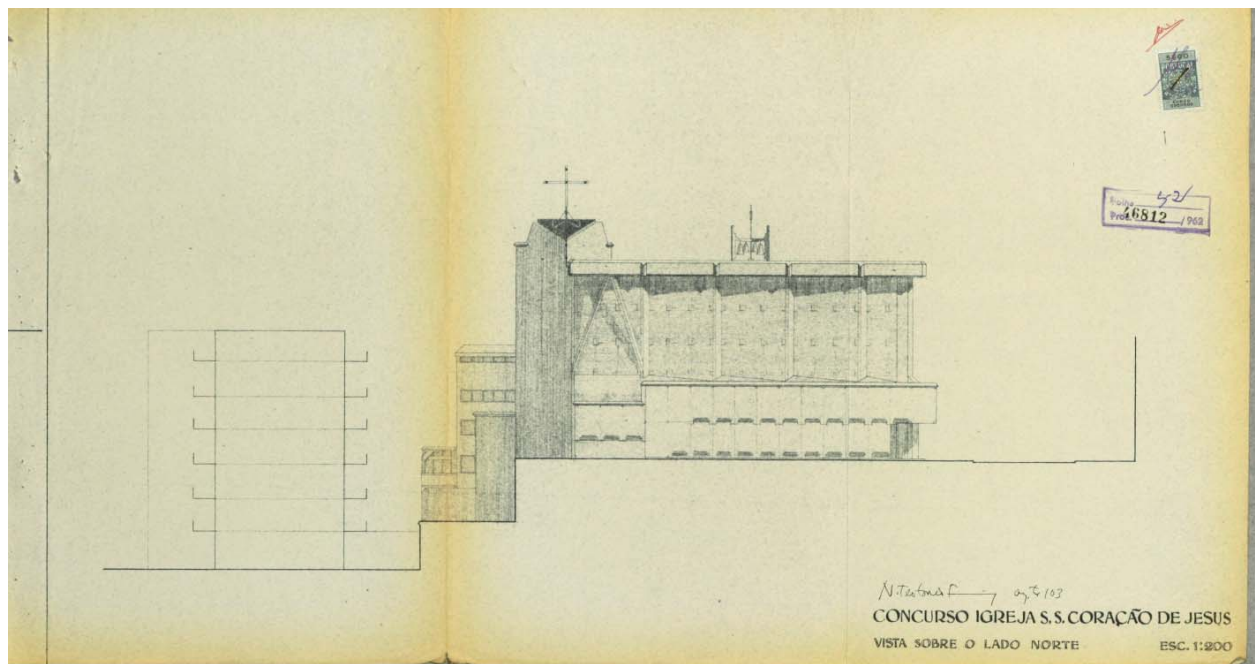
1963-07-ANTE-PROJECTO II



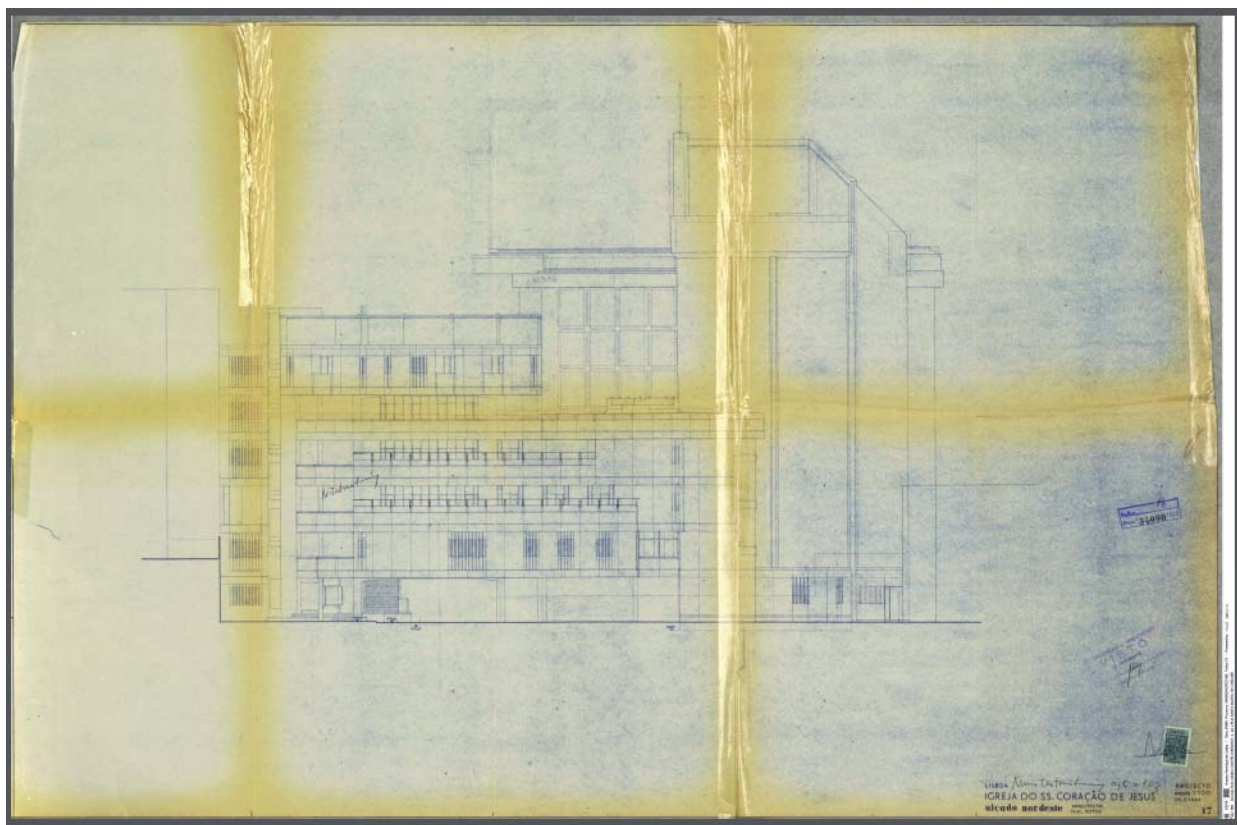
1964-02-LICENCIAMENTO-CML



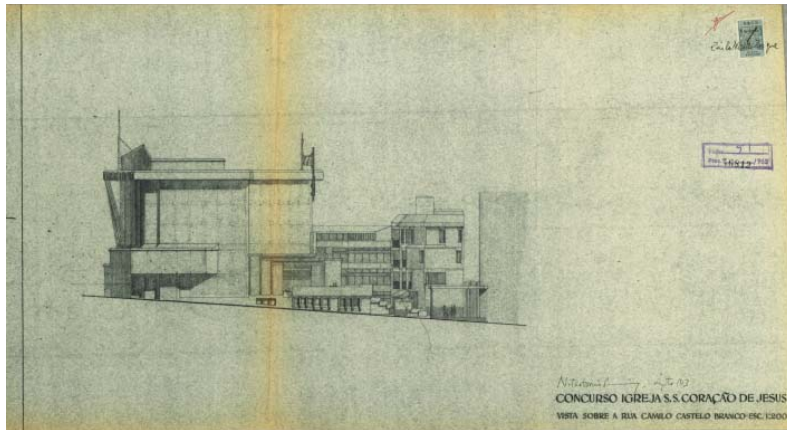
1978-TELAS FINAIS



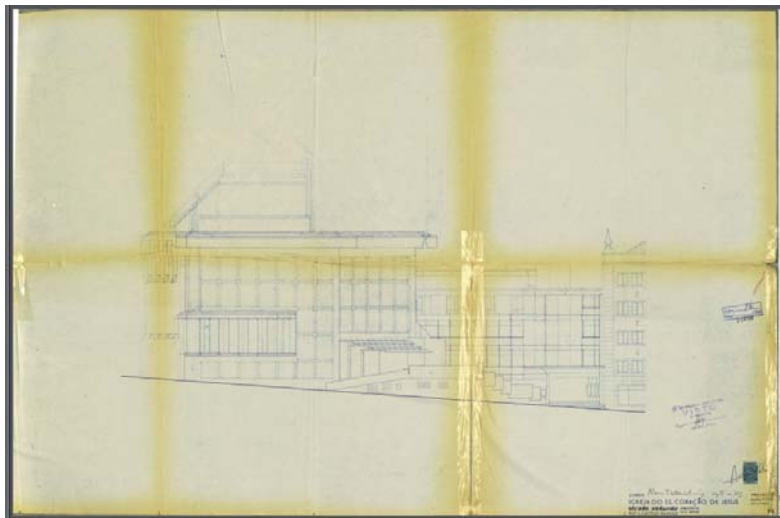
1962-CONCURSO ANTE-PROJECTO



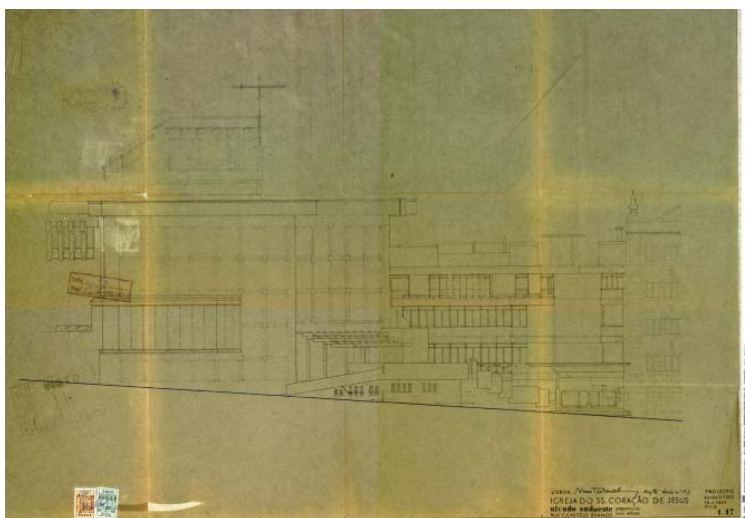
1978-TELAS FINAIS



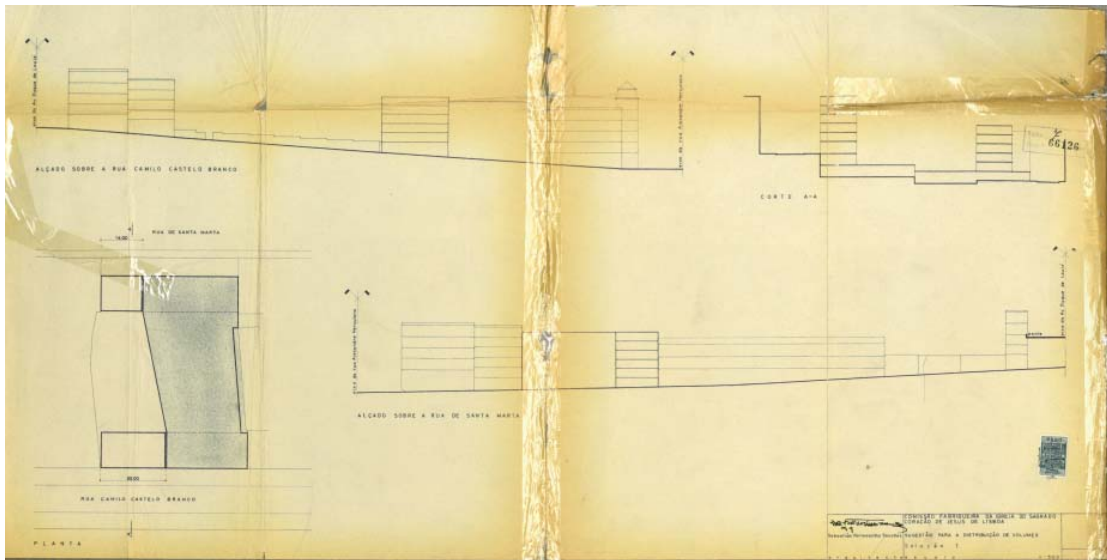
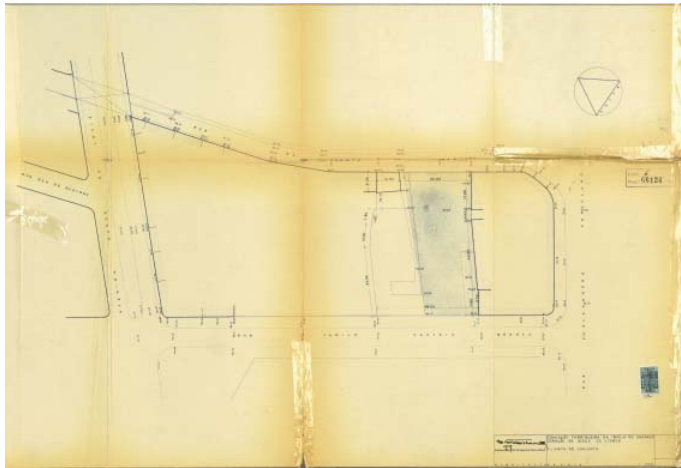
1962-CONCURSO ANTE-PROJECTO



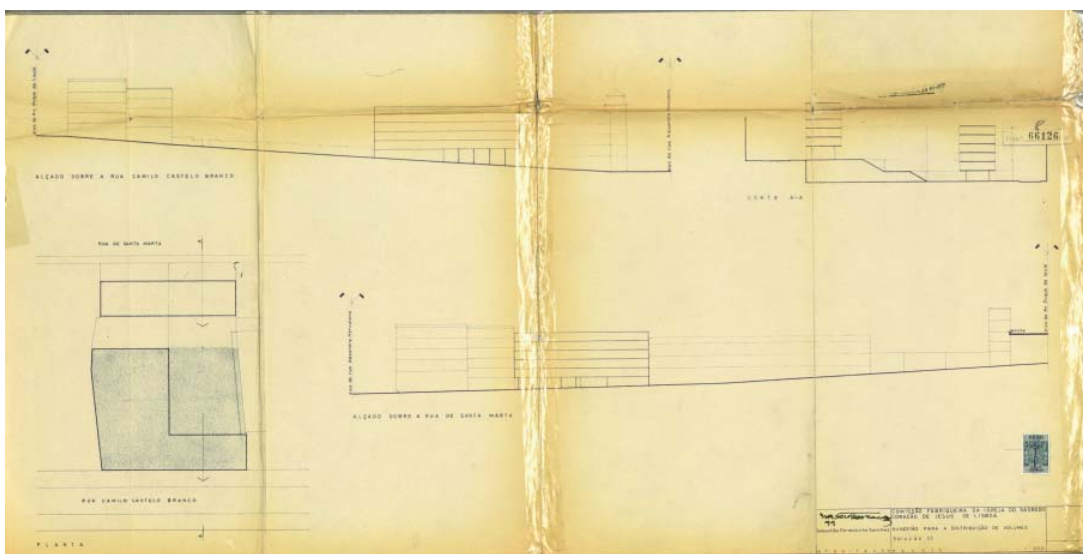
1964-02-LICENCIAMENTO-CML



1978-TELAS FINAIS



1958 - ESTUDO URBANO PROPOSTA I



1958 - ESTUDO URBANO PROPOSTA II

